

Autor de *Pós-guerra*

TONY JUDT

REFLEXÕES SOBRE UM SÉCULO ESQUECIDO

1901-2000

“Magnífico.”

Daily Telegraph

“Indispensável.”

The Guardian





DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

*poder, então nossa sociedade poderá enfim
evoluir a um novo nível."*



TONY JUDT

REFLEXÕES
SOBRE UM
SÉCULO
ESQUECIDO
1901-2000

Tradução
Celso Nogueira



Copyright © Tony Judt, 2008
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORIA OBJETIVA LTDA. Rua Cosme Velho, 103
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22241-090
Tel.: (21) 2199-7824 - Fax: (21) 2199-7825
www.objetiva.com.br

Título original

Reappraisals: Reflections on the Forgotten Twentieth Century

Capa

Marcelo Pereira/Tecnopop

Imagem de capa

Soldados na guarda do Parlamento em Bucareste, România, logo depois do colapso do governo comunista em 1991 © Nikos Economopoulos/Magnum Photos/Magnum Photos/Latinstock

Revisão

Diogo Henriques

Joana Milli

Tiago Cavalcante

Conversão para e-book

Abreu's System Ltda.



CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

J85p

Judt, Tony

Reflexões sobre um século esquecido, 1901-2000 [recurso eletrônico] / Tony Judt ; tradução Celso Nogueira. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2011.

recurso digital

Tradução de: *Reappraisals: reflections on the forgotten twentieth century*

Formato: e-PUB

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

478p. ISBN 978-85-390-0280-1 (recurso eletrônico)

1. História moderna - Século XX. 2. Livros eletrônicos. I. Título.

11-4459 CDD: 909.825

CDU: 94(100)"19"

SUMÁRIO

Capa

Folha de Rosto

Créditos

Dedicatória

Agradecimentos

Introdução

Parte Um - O CORAÇÃO DAS TREVAS

CAPÍTULO I - Arthur Koestler, o intelectual exemplar

CAPÍTULO II - As verdades elementares de Primo Levi

CAPÍTULO III - A Europa judaica de Manès Sperber

CAPÍTULO IV - Hannah Arendt e o mal

CAPÍTULO I - Arthur Koestler, o intelectual exemplar

CAPÍTULO II - As verdades elementares de Primo Levi

CAPÍTULO III - A Europa judaica de Manès Sperber

CAPÍTULO IV - Hannah Arendt e o mal

Parte Dois - AS POLÍTICAS DO ENGAJAMENTO INTELECTUAL

CAPÍTULO V - Albert Camus: “O melhor homem da França”

CAPÍTULO VI - Elucubrações: O “marxismo” de Louis Althusser

CAPÍTULO VII - Eric Hobsbawm e o romance do comunismo

CAPÍTULO VIII - Adeus a tudo isso? Leszek Kołakowski e o legado marxista

CAPÍTULO IX - Um “papa de ideias”? João Paulo II e o mundo moderno

CAPÍTULO X - Edward Said: O cosmopolita desarraigado

CAPÍTULO V - Albert Camus: “O melhor homem da França”

CAPÍTULO VI - Elucubrações: O “marxismo” de Louis Althusser

CAPÍTULO VII - Eric Hobsbawm e o romance do comunismo

CAPÍTULO VIII - Adeus a tudo isso? Leszek Kołakowski e o legado marxista

CAPÍTULO IX - Um “papa de ideias”? João Paulo II e o mundo moderno

CAPÍTULO X - Edward Said: O cosmopolita desarraigado
Parte Três - PERDIDOS NA TRANSIÇÃO: LUGARES E LEMBRANÇAS

CAPÍTULO XI - A catástrofe: A queda da França, 1940

CAPÍTULO XII - Em busca do tempo perdido: A França e seus passados

CAPÍTULO XIII - O anão de jardim: Tony Blair e a “herança” britânica

CAPÍTULO XIV - O Estado desestatizado: A importância da Bélgica

CAPÍTULO XV - A Romênia entre a História e a Europa

CAPÍTULO XVI - Vitória amarga: A Guerra dos Seis Dias de Israel

CAPÍTULO XVII - O país que não queria crescer

CAPÍTULO XI - A catástrofe: A queda da França, 1940

CAPÍTULO XII - Em busca do tempo perdido: A França e seus passados

CAPÍTULO XIII - O anão de jardim: Tony Blair e a “herança” britânica

CAPÍTULO XIV - O Estado desestatizado: A importância da Bélgica

CAPÍTULO XV - A Romênia entre a História e a Europa

CAPÍTULO XVI - Vitória amarga: A Guerra dos Seis Dias de Israel

CAPÍTULO XVII - O país que não queria crescer

Parte Quatro - O (MEIO) SÉCULO AMERICANO

CAPÍTULO XVIII - Uma tragédia americana? O caso de Whittaker Chambers

CAPÍTULO XIX - A crise: Kennedy, Krushev e Cuba

CAPÍTULO XX - O ilusionista: Henry Kissinger e a política externa americana

CAPÍTULO XXI - De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto

CAPÍTULO XXII - O silêncio dos inocentes: sobre a estranha morte da América liberal

CAPÍTULO XXIII - A boa sociedade: Europa x América

CAPÍTULO XVIII - Uma tragédia americana? O caso de Whittaker Chambers

CAPÍTULO XIX - A crise: Kennedy, Kruschev e Cuba

CAPÍTULO XX - O ilusionista: Henry Kissinger e a política externa americana

CAPÍTULO XXI - De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto

CAPÍTULO XXII - O silêncio dos inocentes: sobre a estranha morte da América liberal

CAPÍTULO XXIII - A boa sociedade: Europa x América

Epílogo

Créditos das Publicações

Para AK e GL

Agradecimentos

Com raras exceções, estes ensaios foram escritos a convite do editor de uma publicação especializada ou jornal. Melhor assim: deixado por sua própria conta, um autor — ou pelo menos este autor — muito provavelmente se ateria ao material conhecido. Portanto, sou grato aos que, no decorrer dos anos, me incentivaram a abordar temas novos em formatos e meios inusitados: Michael Handelsaltz, do *Haaretz*, Adam Shatz (primeiro em *The Nation*, depois em *The London Review of Books*), Mary-Kay Wilmers (*The London Review of Books*), Leon Wieseltier (*The New Republic*) e Fareed Zakaria (primeiro na *Foreign Affairs*, depois na *Newsweek International*). Devo agradecimentos especiais, novamente, a Robert Silvers, de *The New York Review of Books*, que me incentivou a escrever sobre a política externa dos Estados Unidos e foi o primeiro a estimular minha abordagem do problema de Israel.

É um prazer expressar novamente minha gratidão a Sarah Chalfant e Andrew Wylie da Wylie Agency por suas sugestões e encorajamento, e a Scott Moyers, da Penguin Press, por seu apoio e interesse contínuos. Dedico este livro em memória de Annie Kriegel e George Lichtheim, dois historiadores, polemistas e intérpretes proeminentes de seu século: ela em Paris, ele em Londres. Sem seu exemplo motivador — e apoio num momento crucial — dificilmente eu teria seguido a carreira acadêmica. A publicação destes ensaios oferece uma boa oportunidade de reconhecer esta dívida.

O mundo que perdemos

Os ensaios deste livro foram escritos no decorrer de um período de 12 anos, entre 1994 e 2006. Cobrem um amplo espectro temático — desde os marxistas franceses à política externa americana, da globalização econômica à memória do mal — e abrangem da Bélgica a Israel, em termos geográficos. Mas eles apresentam duas preocupações dominantes. A primeira é o papel das ideias e a responsabilidade dos intelectuais: o ensaio mais antigo aqui reproduzido discute Albert Camus; o mais recente trata de Leszek Kołakowski. Minha segunda preocupação é com o papel da história recente em uma era de esquecimento: a dificuldade que parecemos ter para compreender o turbulento século que acabou há pouco, e aprender algo com ele.

Os dois temas estão, é claro, intimamente relacionados. E mantêm um vínculo profundo com o momento em que foram escritos. Nas décadas vindouras, creio, voltaremos a atenção para a meia geração que separa a queda do comunismo em 1989-91 da catastrófica ocupação americana no Iraque como os anos que o gafanhoto comeu: uma década e meia de oportunidades desperdiçadas e incompetência política de ambos os lados do Atlântico. Munidos de muita confiança e pouca reflexão, deixamos o século XX para trás e caminhamos seguros para seu sucessor, bitolados por meias-verdades oportunas: o triunfo do Ocidente, o final da História, o momento unipolar

americano, a inelutável marcha da globalização e do livre mercado.

Em nosso entusiasmo maniqueísta ocidental, nos apressamos sempre que possível a dispensar a bagagem econômica, intelectual e institucional do século XX e encorajamos outros a agir assim. A crença de que *aquilo* passou e *isto* acontece agora, de que tudo que precisamos aprender do passado é não repeti-lo, abrange muito mais do que as instituições defuntas da Guerra Fria — o comunismo e sua membrana ideológica marxista. Não só fracassamos em aprender muitas coisas com o passado — isso dificilmente seria notado —, mas passamos a insistir duramente — em nossos cálculos econômicos, em nossas práticas políticas, estratégias internacionais e até nas prioridades educacionais — na afirmação de que *o passado nada tem de interessante a nos ensinar*. Nosso mundo é novo, insistimos; seus riscos e oportunidades não conhecem precedentes.

Ao escrever nos anos de 1990, e novamente após o 11 de Setembro de 2001, me surpreendi mais de uma vez com a perversa insistência contemporânea em *não* entender o contexto de nossos presentes dilemas, domésticos e internacionais; em *não* ouvir com maior atenção algumas das cabeças pensantes das décadas anteriores; em buscar ativamente o *esquecimento*, em vez da lembrança, em negar a continuidade e proclamar a inovação em todas as ocasiões possíveis. Isso sempre me pareceu algo um tanto solipsista. E, como os eventos internacionais do início do século XXI começam a sugerir, também pode ser um tanto imprudente. O passado recente deve nos acompanhar por mais alguns anos. Este livro é uma tentativa de focalizá-lo com maior precisão.

MAL DEIXAMOS O SÉCULO XX para trás, mas seus dogmas e conflitos, seus ideais e medos, deslizam para a obscuridade

da desmemória. Incessantemente evocados como “lições”, na realidade são ignorados e descartados na sala da aula. Isso não é de todo uma surpresa. O passado recente é o mais difícil de se conhecer e compreender. Ademais, o mundo passou por uma transformação notável desde 1989, e mudanças assim sempre embutem uma sensação de distanciamento e deslocamento para quem se lembra de como as coisas eram antes. Nas décadas seguintes à Revolução Francesa o *douceur de vivre* do desaparecido *ancien régime* era profundamente lamentado pelos comentaristas mais idosos. Cem anos depois, as evocações e memórias da Europa pré-Primeira Guerra Mundial tipicamente descreviam (e ainda descrevem) um mundo perdido, um mundo cujas ilusões foram literalmente estraçalhadas: “Nunca mais a mesma inocência.”¹

Mas há uma diferença. Contemporâneos podem ter lamentado a perda do mundo anterior à Revolução Francesa, ou o ambiente cultural e político da Europa antes de agosto de 1914. Mas não os *esqueceram*. Muito pelo contrário: durante a maior parte do século XIX os europeus viveram obcecados pelas causas e pelo significado das transformações revolucionárias francesas. Os debates políticos e filosóficos do Iluminismo não foram consumidos pelo fogo da revolução. Pelo contrário, a Revolução Francesa e suas consequências foram amplamente atribuídas ao mesmo Iluminismo, que então emergiu — para adeptos e adversários igualmente — como fonte consagrada dos dogmas políticos e programas sociais do século que sucederia.

De maneira parecida, embora concordassem que as coisas nunca mais seriam as mesmas após 1918, a forma específica que o mundo do pós-guerra assumiria seria genericamente concebida e contestada à longa sombra das experiências e ideias do século XIX. A economia neoclássica, o liberalismo, o marxismo (e seu enteado, o

comunismo), a “revolução”, a burguesia, o proletariado, o imperialismo e o “industrialismo” — em suma, os blocos formadores do domínio político do século XX — eram todos artefatos do século XIX. Até quem, a exemplo de Virginia Woolf, acreditava que “o caráter humano mudou em meados de dezembro de 1910” — que a revolta cultural da Europa no final do século alterara radicalmente os termos de troca de ideias —, mesmo eles reservavam uma quantidade surpreendente de energia para o debate retórico com seus predecessores.² O passado penetrava fundo no presente.

Hoje em dia, em comparação, carregamos o século passado sem esforço. Sem dúvida ele está documentado por toda parte: museus, sítios comemorativos, inscrições, “pontos históricos” e até parques temáticos históricos constituem todos marcos públicos que remetem “ao Passado”. Mas há um impressionante caráter seletivo no século XX que escolhemos celebrar. A grande maioria dos locais das lembranças oficiais do século XX são declaradamente nostálgico-triunfalistas — homenageando homens famosos e vitórias célebres — ou então, e cada vez mais, aproveitando as oportunidades para reconhecimento e recordação de sofrimentos seletivos. No último caso, eles constituem uma ocasião propícia para ensinar uma lição política específica: a respeito de coisas que foram feitas e não devem ser esquecidas, ou de erros que foram cometidos e não devem ser repetidos.

O século XX está, portanto, no caminho de se tornar um palácio memorial moral: uma Câmara dos Horrores Históricos pedagogicamente aproveitável, cujas atrações recebem títulos como “Munique”, “Pearl Harbor”, “Auschwitz”, “Gulag”, “Armênia”, “Bósnia” ou “Ruanda”, sendo “11/09” uma espécie de conclusão supérflua, um pós-escrito sangrento para aqueles que esquecem as lições do século, ou nunca as aprenderam direito. A descrição desta

representação lapidar do século passado como um período horrível incomparável do qual felizmente emergimos não é o problema — o século XX *foi* em muitos aspectos uma era realmente medonha, uma era de brutalidade e sofrimento em massa que talvez não tenha par nos registros históricos. O problema é a mensagem: que tudo isso ficou para trás, que seu significado é claro, e que agora podemos avançar — livres dos erros do passado — para uma era diferente e melhor.

Contudo, a celebração oficial, por benigna que seja em seus motivos, não amplia nossa apreciação e consciência do passado. Serve como substituto, como sucedâneo. Em vez de ensinar a história recente às crianças, nós as levamos a museus e memoriais. Pior ainda, estimulamos cidadãos e estudantes a verem o passado — e suas lições — através da lente individual de seu próprio sofrimento (e de seus ancestrais). Hoje, a interpretação “comum” do passado recente se compõe, portanto, de fragmentos múltiplos de passados separados, cada um deles (judeu, polonês, sérvio, armênio, alemão, asiático-americano, palestino, irlandês, homossexual...) marcado por sua própria vitimização, distinta e afirmativa.

O mosaico resultante não nos conduz a um passado compartilhado, mas nos separa dele. Quaisquer que fossem as deficiências das antigas narrativas nacionais ensinadas na escola, por mais seletivo que fosse o seu foco e mais implacavelmente dirigida a sua mensagem, elas possuíam ao menos a vantagem de fornecer à nação referências passadas para as experiências presentes. A história tradicional, como foi ensinada a gerações de estudantes do ensino fundamental e universitário, dava ao presente um sentido, graças às referências ao passado: nomes, lugares, inscrições, ideias e alusões de hoje podiam ser inseridas em uma narrativa memorizada dos dias anteriores. Em nossa época, porém, o processo foi revertido. O passado agora não conta mais com uma fórmula narrativa consensual

própria. Ela é adquirida somente pela referência a nossas preocupações presentes, múltiplas e frequentemente contrastantes.

Este caráter desconcertante e estranho do passado — que precisa ser domesticado com um significado ou lição contemporânea antes que possamos abordá-lo — é, sem dúvida, em parte resultado da assustadora velocidade da mudança contemporânea. A “Globalização”, guarda-chuva para tudo, da internet à escala sem precedentes das trocas econômicas transnacionais, revirou a vida das pessoas de um modo que seus pais ou avós teriam dificuldade em imaginar. Muito do que fora considerado familiar e permanente por décadas, ou mesmo séculos, agora ruma celeremente para o esquecimento.

A expansão das comunicações, aliada à fragmentação da informação, oferece um contraste gritante com as comunidades do passado, inclusive recente. Até as últimas décadas do século XX, a maioria das pessoas do mundo tinha acesso limitado à informação; entretanto, dentro de um Estado, nação ou comunidade provavelmente elas sabiam as mesmas coisas, graças à educação nacional, rádio e televisão controlados pelo governo e uma cultura livresca em comum. Hoje o oposto se aplica. A maioria das pessoas do mundo que vive fora da África subsaariana conseguiu acesso a uma quantidade quase infinita de dados. Mas, na ausência de qualquer cultura comum, exceto numa pequena elite, e por vezes nem mesmo nela, as informações e ideias específicas que as pessoas selecionam ou encontram são determinadas por uma multiplicidade de gostos, afinidades e interesses. Conforme os anos passam, cada um de nós tem menos em comum com os mundos de nossos contemporâneos, que se multiplicam rapidamente, e menos ainda com o mundo de nossos antepassados.

Tudo isso é certamente verdadeiro — e tem implicações perturbadoras para a futura governança democrática. Ainda assim, a mudança disruptiva e até mesmo a transformação

global não foram em si inéditas. A “globalização” econômica do século XIX não foi menos disruptiva, apesar de suas implicações terem sido inicialmente sentidas e entendidas por menos gente. O aspecto significativo sobre a era *atual* de transformações não é a tranquilidade única com que abandonamos as práticas do passado — algo normal, que não chega a assustar — e sim a própria memória delas. Um mundo recentemente perdido já ficou meio esquecido.

O que, então, extraviamos em nossa pressa de deixar o século XX para trás? Por curioso que seja, nós (ou pelo menos nós, norte-americanos) esquecemos o significado da guerra. Em parte isso se deu, provavelmente, por conta do impacto da guerra no século XX, apesar de ter sido global em alcance, mas diferente conforme a região. Para grande parte da Europa continental e da Ásia, o século XX, pelo menos até os anos 70, foi um tempo de guerra praticamente contínuo: guerra continental, guerra colonial, guerra civil. A guerra no século passado significou ocupação, deslocamentos, privação, destruição e assassinato em massa. Os países derrotados nas guerras frequentemente perderam população, território, segurança e independência. Até os países que emergiram formalmente vitoriosos passaram por experiências similares e costumam lembrar da guerra praticamente tanto quanto os vencidos. A Itália após a Primeira Guerra Mundial, a China após a Segunda e a França depois das duas guerras podem ser citadas como exemplos. E surgem com frequência surpreendente países que ganharam a guerra, mas “perderam a paz”: desperdiçaram desnecessariamente as oportunidades oferecidas pela vitória. Israel, nas décadas seguintes a sua vitória em junho de 1967, segue sendo o exemplo mais ilustrativo.

Além disso, a guerra no século XX frequentemente significava guerra civil, não raro sob a alegação de ocupação ou “libertação”. A guerra civil desempenhou um papel significativo na “limpeza étnica” generalizada,

forçando transferências populacionais no século XX, da Índia à Turquia, da Espanha à Iugoslávia. Como a ocupação estrangeira, a guerra civil é uma das grandes memórias “compartilhadas” dos últimos cem anos. Em muitos países, “deixar o passado para trás” — isto é, concordar em superar, esquecer (ou negar) uma lembrança recente de conflitos internos e violência entre comunidades — foi uma meta primária dos governos do pós-guerra: por vezes bem-sucedida, por vezes excedendo o esperado.

Os Estados Unidos escaparam de tudo isso. Os norte-americanos viveram o século XX sob uma luz muito mais favorável. Os Estados Unidos nunca foram ocupados. Não perderam um número grande de cidadãos, ou imensas parcelas de território nacional, como resultado de ocupação ou desmembramento. Embora humilhados em guerras neocoloniais (no Vietnã, e agora no Iraque), nunca sofreram as consequências da derrota. Apesar da ambivalência de suas iniciativas mais recentes, a maioria dos norte-americanos ainda sente que seu país lutou em “guerras boas”. Os EUA enriqueceram em vez de empobrecerem com sua participação e com o desfecho das duas guerras mundiais, e neste respeito nada têm em comum com a Grã-Bretanha, o único outro país a sair inegavelmente vitorioso dos conflitos, às custas porém da quase falência e da perda do império. Comparados aos outros principais combatentes do século XX, os EUA perderam relativamente poucos soldados e sofreram quase nenhuma baixa civil.

Como consequência, os Estados Unidos hoje são o único país desenvolvido que ainda glorifica e exalta seus militares, um sentimento conhecido na Europa anterior a 1945, mas praticamente desconhecido do mapa atual. Os políticos e estadistas americanos vivem rodeados pelos símbolos e o aparato do poder armado; seus comentaristas humilham e desprezam países que hesitam em se engajar em um conflito armado. É esta lembrança diferencial da guerra e de seus impactos, mais do que qualquer diferença estrutural

entre os EUA e países similares em outros quesitos, que explica as reações contrastantes às questões internacionais da atualidade.

Ela talvez também esteja por trás da qualidade de boa parte da produção escrita americana — acadêmica e popular — sobre a Guerra Fria e seu desfecho. Nos relatos europeus sobre a queda do comunismo e da Cortina de Ferro, o sentimento dominante é de alívio, ao final de um capítulo longo e infeliz. Aqui nos EUA, todavia, a mesma história é contada em um típico tom triunfal.³ Para muitos analistas e formuladores de política norte-americanos, o recado do século passado é que a guerra *funciona*. As implicações desta leitura da história já foram sentidas na decisão de atacar o Iraque em 2003. Para Washington, a guerra segue sendo uma opção — neste caso, a primeira opção. Para o resto do mundo desenvolvido, tornou-se o último recurso.

Após a guerra, a segunda característica do século XX foi a ascensão e subsequente queda do Estado. Isso vale em dois sentidos, distintos mas relacionados. O primeiro descreve a emergência de Estados-nações autônomos durante as primeiras décadas do século, e a recente diminuição de seus poderes, transferidos a corporações multinacionais, instituições transnacionais e ao movimento acelerado de pessoas, dinheiro e bens fora de seu controle. Em relação a este processo, resta pouca discussão, embora pareça provável que aqueles que consideram seu desfecho — um “mundo plano” — como inevitável e desejável possam ser surpreendidos conforme as populações, em busca de segurança física e econômica, e retornem aos símbolos políticos, recursos legais e barreiras físicas que somente um Estado territorial pode fornecer.

Mas o Estado, no segundo sentido, possui um significado mais diretamente político. Em parte como resultado de guerra — a organização e recursos exigidos para travá-la, a

autoridade e o esforço coletivo envolvidos em obter consequências favoráveis —, o Estado no século XX adquiriu capacidades e recursos sem precedentes. Em sua forma benévola, eles se tornaram o que hoje chamamos de “Estado de bem-estar social”, e que os franceses, com mais propriedade, denominam “l'état providence”: o Estado previdenciário, que garante necessidades e minimiza riscos. Pelo lado adverso, os mesmos recursos centralizados formaram a base dos Estados autoritários e totalitários na Alemanha, Rússia e outros locais — por vezes providenciais, sempre repressivos.

Durante boa parte da segunda metade do século XX foi amplamente aceito que o Estado moderno podia — e portanto devia — desempenhar um papel assistencial; de preferência, sem se intrometer excessivamente nas liberdades de seus cidadãos, e, quando a intrusão fosse inevitável, que ocorresse em troca de benefícios sociais que de outro modo não poderiam ser universalmente oferecidos. No decorrer do último terço do século, porém, tornou-se cada vez mais comum deixar de tratar o Estado como o distribuidor natural dos bens coletivos e vê-lo como fonte de ineficiência econômica e intrusão social, sendo melhor excluí-lo dos assuntos dos cidadãos sempre que possível. Em conjunção com a queda do comunismo e o decorrente descrédito no projeto socialista em todas as suas formas, a redução do Estado se tornou condição padrão do discurso público em grande parte do mundo desenvolvido.

Como consequência, quando falamos atualmente em “reforma” econômica ou na necessidade de tornar os serviços sociais mais “eficientes”, queremos dizer que o papel do Estado deve ser reduzido. A privatização de serviços públicos ou empresas estatais é hoje considerada uma coisa obviamente boa. O Estado, convencionou-se considerar, constitui um impedimento para a condução tranquila das questões humanas: na Grã-Bretanha, tanto os governos conservadores quanto os trabalhistas, sob

Margaret Thatcher e Tony Blair, acusaram o setor público de ser ultrapassado, insípido e ineficiente. Nos países ocidentais a taxa — extração de recursos dos cidadãos e súditos para a realização das atividades estatais e fornecimento de serviços públicos — cresceu com firmeza por uns duzentos anos, desde o final do século XVIII até os anos 1970, acelerando no decorrer do período 1910-1960 graças à imposição do imposto de renda progressivo, bem como taxas sobre herança, terra e capital. Desde então, contudo, as taxas em geral caíram, ou se tornaram indiretas e regressivas (onerando o consumo e não a riqueza), e o alcance do Estado vem sendo proporcionalmente reduzido.

Se isso é bom ou ruim — e para quem — é um assunto a ser discutido. Mas o que é indiscutível é que esta reversão nas políticas públicas aconteceu de repente no mundo desenvolvido (e não somente sobre o mundo desenvolvido, pois passou a ser imposta pelo Fundo Monetário Internacional e outras agências aos países menos desenvolvidos também). Nem sempre foi óbvio que o Estado faz mal à saúde; até recentemente muita gente na Europa, Ásia e América Latina, e não poucos nos EUA, acreditavam no contrário. Se não fosse assim, nem o New Deal, nem o programa Great Society (Grande Sociedade) de Lyndon Johnson, nem muitas instituições e práticas que hoje caracterizam a Europa Ocidental teriam sido implantados.

O fato de que fascistas e comunistas *também* defendiam explicitamente um papel dominante para o Estado não desqualifica em si a posição proeminente do setor público nas sociedades livres; nem a queda do comunismo decidiu em favor do mercado desregulamentado a questão do equilíbrio ideal entre liberdade e eficiência. Isso qualquer pessoa que visite os países social-democratas do norte da Europa pode confirmar. O Estado, como a história do último século ilustra copiosamente, faz algumas coisas muito bem, e outras muito mal. Em algumas atividades, o setor privado, ou o mercado, pode ter um melhor desempenho, mas

muitas outras não consegue realizar. Precisamos reaprender a “pensar o Estado”, livres dos preconceitos que adquirimos contra ele na onda triunfalista da vitória ocidental da Guerra Fria. Precisamos aprender a reconhecer as deficiências do Estado e defender a função do Estado sem constrangimento. Como concluo no Capítulo XIV, todos sabemos, no final do século XX, que pode haver Estado de mais. Mas... também pode haver Estado de menos.

O Estado previdenciário do século XX é convencionalmente descartado hoje como “socialista” e europeu — normalmente em formulações do tipo: “Acredito que a história registrará que o capitalismo chinês foi responsável pelo fim do socialismo europeu.”⁴ Pode ser europeu (se aceitarmos que o Canadá, a Nova Zelândia e — no que diz respeito à segurança social e ao atendimento do serviço nacional de saúde aos idosos — os EUA são todos “europeus” neste sentido); mas, “socialista”? O epíteto revela mais uma vez a curiosa falta de familiaridade com o passado recente. Fora da Escandinávia — na Áustria, Alemanha, França, Itália, Holanda e outros países — não foram os socialistas, mas os *democratas cristãos* que desempenharam o papel principal na instalação e administração das instituições fundamentais do *Estado de bem-estar social* ativista. Mesmo na Grã-Bretanha, onde o governo trabalhista pós-Segunda Guerra de Clement Attlee inaugurou o *Estado de bem-estar social* na forma como o conhecemos, foi o governo de Winston Churchill, durante a guerra, que encomendou e aprovou o Relatório de William Beveridge (um liberal), estabelecendo os princípios para providenciar o bem-estar público: princípios — e práticas — reafirmados e assumidos por todos os governos conservadores que se seguiram, até 1979.

O Estado previdenciário, em resumo, nasceu de um consenso suprapartidário no século XX. Foi implementado, na maioria dos casos, por liberais ou conservadores que

entraram para a vida pública bem antes de 1914, e para quem a oferta pública de serviços médicos universais, pensão aos idosos, seguro contra desemprego e doenças, educação gratuita, transporte público subsidiado e outros pré-requisitos para uma ordem civil estável não representava o primeiro estágio do socialismo do século XX, e sim a culminação do liberalismo reformista do final do século XIX. Uma perspectiva similar orientou o pensamento de muitos adeptos do New Deal, nos Estados Unidos.

Ademais, e aqui a lembrança da guerra desempenha novamente um importante papel, os Estados previdenciários “socialistas” do século XX não foram criados para ser a vanguarda da revolução igualitária, e sim para servir de barreira contra o retorno do passado: contra a depressão econômica e suas consequências políticas polarizadoras e violentas do desespero político do fascismo e do comunismo. Os Estados previdenciários eram, portanto, Estados *profiláticos*. Foram conscientemente planejados para atender ao amplo desejo de segurança e estabilidade que John Maynard Keynes e outros perceberam bem antes do final da Segunda Guerra Mundial, e excederam toda e qualquer expectativa. Graças a meio século de prosperidade e segurança, nós no Ocidente esquecemos os traumas políticos e sociais da insegurança generalizada. E assim esquecemos por que herdamos aqueles Estados previdenciários e o que levou à sua criação.

O paradoxo, claro, é que o próprio sucesso da economia mista dos Estados previdenciários, ao fornecer a estabilidade social e desmobilização ideológica, que tornou possível a prosperidade da última metade do século passado, levou a geração política mais jovem a considerar como certa esta mesma estabilidade social e conformismo ideológico. Exigiam a eliminação do “impedimento” do Estado cobrador de impostos, regulador e tão propenso a interferir. Se o argumento econômico para isso é tão seguro quanto parece hoje — se os regulamentos e a assistência

social eram realmente um empecilho ao “crescimento” e à “eficiência”, e talvez não a condição facilitadora — é discutível. Mas o que chama a atenção é o quanto perdemos nossa capacidade até de conceber uma política pública que transcenda a visão estreita do economicismo. Desaprendemos a pensar politicamente.

Este, também, é um dos legados paradoxais do século XX. O esgotamento da energia política na orgia de violência e repressão de 1914 a 1945 e nos anos posteriores nos privou de grande parte da herança política dos últimos duzentos anos. “Esquerda” e “direita” — terminologia herdada da Revolução Francesa — não são desprovidos de significado hoje, mas não mais descrevem (como ainda faziam em um passado recente) as lealdades políticas da maioria dos cidadãos nas sociedades democráticas. Somos céticos, quando não ostensivamente desconfiados, de todos os objetivos políticos abrangentes: as grandes narrativas da Nação, História e Progresso que caracterizaram as famílias políticas do século XX parecem ter sofrido um descrédito irreversível. Por isso, descrevemos nossos propósitos coletivos em termos puramente econômicos — prosperidade, crescimento, PIB, eficiência, produção, taxas de juros e desempenho do mercado de capitais — como se esses não fossem apenas meios para atingir metas sociais e políticas, e sim objetivos necessários e suficientes em si.

Em uma era apolítica, os políticos que pensam e falam economicamente levam vantagem: afinal, é assim que a maioria das pessoas concebe, hoje em dia, seus interesses e oportunidades na vida, e qualquer projeto de política pública que ignore esta verdade não vai longe. Mas isso é apenas como as coisas estão *agora*. Nem sempre foram assim, e não temos bons motivos para supor que manterão tais características no futuro. Não apenas a natureza abomina o vácuo: democracias em que não há escolhas políticas significativas a fazer, nas quais a política econômica é só o que realmente importa — e em que a

política econômica é amplamente determinada por atores não políticos (bancos centrais, agências internacionais ou corporações transnacionais) —, precisam ser democracias funcionais ou acomodar novamente as políticas de frustração, de ressentimento populista. A Europa Central e Oriental pós-comunista oferecem um bom exemplo de como isso pode acontecer; a trajetória política de democracias comparativamente mais frágeis em outras regiões, do sul da Ásia à América Latina, nos dá outro. Fora da América do Norte e da Europa Ocidental, dá a impressão de que o século XX ainda continua conosco.

DE TODAS AS TRANSFORMAÇÕES das últimas três décadas, o desaparecimento dos “intelectuais” é talvez a mais sintomática. O século XX foi o século do intelectual: o próprio termo passou a ser usado (pejorativamente) na virada do século, e desde o início descrevia homens e mulheres do mundo acadêmico, literário ou de outras artes, que se dedicavam ao debate e a influenciar a opinião pública e a política. O intelectual era por definição comprometido — “engajado”: normalmente em um ideal, dogma ou projeto. Os primeiros “intelectuais” foram os escritores que defenderam o capitão Alfred Dreyfus da acusação de traição, invocando em seu benefício a primazia das abstrações universais: “verdade”, “justiça” e “direitos”. Seus opositores, os “antiDreyfus” (também intelectuais, embora abominassem o termo), invocaram abstrações próprias, menos universais em sua natureza: “honra”, “nação”, “*patrie*”, “França”.

Enquanto essas generalizações abrangentes, fossem políticas ou éticas, balizavam o debate das políticas públicas, os intelectuais formulavam — e em alguns países dominavam — o discurso público. Nos Estados onde a oposição pública e a crítica eram (são) reprimidos, intelectuais assumiram *de facto*, individualmente, o papel

de porta-vozes do interesse público e do povo, contra a autoridade e o Estado. Mesmo nas sociedades abertas o intelectual do século XX adquiriu certo status público, beneficiando-se não apenas do direito à livre expressão, como também da escolaridade praticamente universal nas sociedades avançadas, que lhe garantia um público.

É fácil em retrospecto menosprezar os intelectuais engajados do século passado. Era fácil indulgir na tentação da autoexaltação, do reflexo agradável no espelho de uma plateia cúmplice formada por quem pensava igual. Como os intelectuais eram na maioria dos casos politicamente “engajados” em uma época em que o engajamento político levava as pessoas a extremos, e como seu engajamento assumia tipicamente a forma da palavra escrita, muitos deixaram um conjunto de pronunciamentos e afiliações que sofreram com a passagem do tempo. Alguns serviram como porta-vozes para o poder ou para seu grupo, adaptando suas crenças e seus pronunciamentos às circunstâncias e interesses: o que Edward Said certa vez chamou de “a elasticidade servil com referência a seu próprio lado” certamente “desfigurou a história dos intelectuais”.

Além disso, como Raymond Aron comentou a propósito de seus contemporâneos franceses, os intelectuais pareciam muitas vezes fazer questão de deixar claro que *não* sabiam sobre o que estavam falando, especialmente em áreas técnicas como economia ou assuntos militares. E, apesar da ênfase na “responsabilidade”, um número desconcertante de intelectuais proeminentes da Esquerda e da Direita se mostraram assustadoramente irresponsáveis em sua propensão negligente para encorajar a violência contra os outros, a uma distância segura de suas pessoas. “Ideias equivocadas sempre terminam em banho de sangue”, Camus escreveu, “mas em todos os casos é sempre sangue alheio. Por isso alguns de nossos pensadores se sentem livres para dizer praticamente qualquer coisa”.

Verdade. Mas ainda assim: o intelectual — livre-pensador ou politicamente comprometido, neutro ou engajado — foi também uma glória determinante do século XX. Uma mera lista dos escritores políticos, analistas sociais e moralistas públicos mais interessantes da época, de Émile Zola a Václav Havel, de Karl Kraus a Margarete Buber-Neumann, de Alva Myrdal a Sidney Hook, daria conta de toda esta introdução e muito mais. Nós praticamente esquecemos não só *quem* eram essas pessoas, mas também quão grande era seu público e quão ampla sua influência. E, embora tenhamos uma lembrança compartilhada dos intelectuais, ela é com frequência reduzida a um grupo relativamente restrito de “progressistas” ocidentais de esquerda que dominaram seu próprio palco dos anos de 1950 até a década de 1980: Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Günter Grass, Susan Sontag.

A ação intelectual real, contudo, ocorria em outro lugar. Na União Soviética e no Leste Europeu, a oposição à repressão comunista por muitos anos restringiu-se a um punhado de indivíduos corajosos que “escreviam para a gaveta”. Na Europa entreguerras, tanto o fascismo quanto o “antifascismo” contavam com um time talentoso de porta-vozes e defensores: ainda não nos sentimos à vontade para admitir a quantidade e qualidade de intelectuais nacionalistas e fascistas daquele tempo, mas pelo menos até 1941 a influência de escritores como Ernst Jünger na Alemanha, Pierre Drieu La Rochelle e Louis-Ferdinand Céline na França, Mircea Eliade na Romênia, ou Henri de Man na Bélgica, provavelmente é maior do que a de seus contemporâneos de esquerda que reconhecemos com facilidade hoje em dia: André Malraux, John Dewey, ou mesmo George Orwell.

Mas, acima de tudo, o século XX viu emergir um novo tipo de intelectual: o “viajante no século” sem raízes. Tipicamente, essas pessoas transitaram de um compromisso político ou ideológico, no rastro da Revolução

Russa, para um ceticismo mundial enfatiado: compatível com um liberalismo pessimista e desiludido, que apenas tange alianças nacionais ou ideológicas. Muitos desses intelectuais representativos do século XX eram judeus (embora poucos tenham sido judeus praticantes, e menos ainda se tornado sionistas militantes), em sua grande maioria das comunidades judaicas da Europa Central e Oriental: “Sobreviventes por acaso de um dilúvio”, nas palavras de Hannah Arendt. Muitos também provinham de cidades e províncias que, apesar de seu cosmopolitismo cultural, eram geograficamente periféricas: Königsberg, Cernovitz, Vilna, Sarajevo, Alexandria, Calcutá e Argel. Em sua maioria eram eLivross, de um modo ou de outro, e teriam compartilhado, cada um a seu modo, o espanto de Edward Said com o apelo do patriotismo: “Eu ainda não pude entender o que significa amar um país.”

Levando-se tudo isso em conta, esses homens e mulheres constituíram a “República das Letras” do século XX: uma comunidade virtual de conversação e diálogo cuja influência refletia e iluminava as trágicas escolhas da época. Alguns deles estão representados nos ensaios deste livro. Entre eles, Arendt e Albert Camus devem ser os únicos nomes ainda conhecidos popularmente. Primo Levi, claro, é lido amplamente hoje em dia, mas talvez não do modo como ele pretendia. Manès Sperber foi infelizmente esquecido, embora sua notável trajetória como judeu possivelmente seja a mais emblemática de todas. Arthur Koestler, cuja vida, lealdades e escritos o consagraram por muitas décadas como o intelectual arquetípico da época, deixou de ser um nome conhecido. Houve época em que todo universitário lia — ou queria ler — *O Zero e o Infinito*. Agora, o romance best-seller de Koestler sobre os julgamentos coletivos de Moscou é um gosto adquirido, minoritário.

Se os leitores jovens consideram o tema de Koestler distante, e suas preocupações, exóticas, isso se dá por termos perdido o contato não só com os intelectuais

importantes do século passado, mas também com as ideias e ideais que os estimulavam. Com exceção da Coreia do Norte, ninguém com menos de 40 anos possui lembranças da vida adulta em uma sociedade comunista.⁵ Faz tanto tempo que um “marxismo” confiante foi o ponto de referência ideológico convencional para a esquerda intelectual que se torna difícil transmitir às novas gerações o que significou e por que despertou sentimentos tão passionais, contra ou a favor. É louvável consignar dogmas defuntos à lata de lixo da história, particularmente quando eles foram responsáveis por tanto sofrimento. Pagamos, porém, um preço: as alianças do passado — e, portanto, o passado em si — se tornaram absolutamente incompreensíveis.

Se quisermos compreender o mundo do qual acabamos de emergir, precisamos ter em mente o poder das ideias. E necessitamos evocar o admirável poder das ideias marxistas, em particular sobre a imaginação do século XX. Muitas das mentes mais interessantes da era foram atraídas por elas, mesmo que apenas por algum tempo: por conta própria ou porque o colapso do liberalismo e o desafio do fascismo não ofereciam qualquer alternativa. Muitos outros, mesmo alguns dos quais nunca tendo sido sequer tentados pela miragem da Revolução, dedicaram grande parte de suas vidas a se engajar e combater o marxismo. Eles levaram seu desafio muito a sério, e com frequência o compreendiam melhor que seus acólitos.

Os intelectuais judeus da Europa Central, durante o intervalo entre as guerras e no pós-guerra, foram particularmente atraídos pelo marxismo: em parte pela ambição prometeica do projeto, mas também devido ao completo colapso de seu mundo, da impossibilidade de retornar ao passado ou continuar vivendo do jeito antigo, da aparente inevitabilidade de construir um mundo completamente diferente e novo. “Žydokommuna” (“judeo-

comunismo”) pode ser uma expressão antissemita de ofensa nos círculos nacionalistas poloneses, mas, por alguns anos cruciais, também descreveu uma realidade. A notável contribuição judaica à história moderna do Leste Europeu não pode ser separada da atração sem par do projeto marxista para os intelectuais judeus da Europa Central. Em retrospecto, claro, os entusiasmos intelectuais e pessoais e os engajamentos da época parecem tragicamente desproporcionais ao desfecho triste e cruel. Mas não era bem assim que as coisas pareciam naquele tempo.

Como toda essa paixão agora parece gasta, e as contrapaixões que despertou se tornaram conseqüentemente redundantes, os comentaristas de hoje tendem a desprezar as “guerras culturais” ideológicas do século XX, considerando página virada os desafios doutrinários e a reação a eles. O comunismo enfrentou o capitalismo (ou o liberalismo): perdeu, tanto no terreno das ideias quanto na prática, e, portanto, ficou para trás. Mas, ao descartar as promessas fracassadas e os falsos profetas do passado, também acabamos por desvalorizar — ou simplesmente esquecer — seu apelo. Por que, afinal de contas, tantas mentes talentosas (para não falar dos milhões de eleitores e militantes) foram atraídas pelas promessas e profetas? Devido aos horrores e temores da época? Talvez. Mas eram as circunstâncias do século XX realmente tão inusitadas, tão únicas e irrepetíveis que podemos garantir que a força capaz de impulsionar homens e mulheres para as grandes narrativas da revolução e renovação jamais se manifestará novamente? As terras ensolaradas de “paz, democracia e livre mercado” realmente vieram para ficar?⁶

ESTAMOS PREDISPOSTOS HOJE A olhar para o século XX como uma era de extremismos políticos, de erros trágicos e escolhas equivocadas; uma era de ilusões que, felizmente,

superamos. Mas não somos nós tão iludidos hoje quanto antes? Em nossa adoração recente do setor privado e do mercado, não invertemos simplesmente a fé da geração anterior na “propriedade pública”, no “Estado” e no “planejamento”? Nada é mais ideológico, afinal, do que a afirmação de que todos os assuntos e políticas, públicos e privados, devem girar em torno da economia globalizada, com suas leis inevitáveis e exigências insaciáveis. Na verdade, esta adoração da necessidade econômica e de suas leis férreas era também uma premissa central do marxismo. Na transição do século XX para o século XXI, o que fizemos não foi simplesmente abandonar um sistema de crenças do século XIX, colocando outro em seu lugar?

Somos igualmente confusos, pelo jeito, com respeito às lições morais que alegamos ter tirado do século passado. A moderna sociedade secular há muito sente desconforto com o conceito de “mal”. Os liberais sentem vergonha de seu absolutismo ético intransigente e de sua conotação religiosa. As grandes religiões políticas do século XX preferiam abordagens mais racionais e instrumentais do certo e errado, bom e mau. Mas, na esteira da Segunda Guerra Mundial, da destruição dos judeus pelos nazistas e da crescente consciência internacional da escala dos crimes comunistas, o “mal” lentamente se reinstalou no discurso moral e até político. Hannah Arendt foi talvez a primeira a reconhecer isso, quando escreveu em 1945 que “o problema do mal será a questão fundamental da vida intelectual do pós-guerra na Europa”; mas foi Leszek Kołakowski, filósofo de um tipo completamente diferente, atuando em uma tradição religiosa reconhecida, quem melhor definiu a questão: “O Diabo faz parte de nossa experiência. Nossa geração viu dele o suficiente para levar sua mensagem extremamente a sério. O mal, sustento, não é contingente; não é a ausência, ou deformação, ou subversão da virtude (ou do que mais considerarmos seu oposto), mas um fato insistente e irreparável.”

Mas agora que o conceito de “mal” retornou ao discurso corrente, não sabemos o que fazer com ele. No uso ocidental atual, a palavra é empregada principalmente para definir o mal “único” de Hitler e dos nazistas. No entanto, isso nos confunde. Por vezes, o genocídio dos judeus — o “Holocausto” — é apresentado como um crime singular, a encarnação no século XX de um mal que não encontra rivais nem antes nem depois, um exemplo e um alerta: “Nunca mais.” Entretanto, em outros momentos invocamos com facilidade o mesmo mal para propósitos comparativos, descobrindo intenções genocidas, “eixos do mal” e “Hitlers” por toda parte, do Iraque à Coreia do Norte, e alertamos para uma iminente volta do único e irrepetível, a cada vez que alguém grafita o muro de uma sinagoga com dizeres antissemitas ou manifesta saudade de Stalin. Em tudo isso, perdemos a noção do que havia nas ideologias radicais do século XX que as tornavam tão sedutoras e, portanto, verdadeiramente *diabólicas*. Sessenta anos atrás, Arendt temia a possibilidade de não sabermos como falar do mal, e portanto não conseguirmos reconhecer suas implicações. Hoje falamos nele o tempo todo — com o mesmo resultado.

A mesma confusão permeia nossa obsessão contemporânea com “terror”, “terrorismo” e “terroristas”. Insistindo no que deveria ser óbvio, não há nada de novo no terrorismo, e fica difícil saber como julgar um historiador capaz de alegar que o terrorismo é um “fenômeno pós-Guerra Fria” (ver Capítulo XXI). Mesmo se excluirmos os assassinatos ou tentativas de assassinato de presidentes e monarcas para nos restringirmos aos que matam civis desarmados em sua busca de um objetivo político, os terroristas estão entre nós faz mais de cem anos. Houve terroristas russos, terroristas indianos, terroristas árabes, terroristas bascos, terroristas malaios e dezenas de outros. Houve e ainda há terroristas cristãos, terroristas judeus e terroristas muçulmanos. Houve terroristas iugoslavos (“partisans”) acertando as contas na Segunda Guerra

Mundial; terroristas sionistas que explodiam mercados árabes na Palestina, antes de 1948; terroristas irlandeses financiados por norte-americanos na Londres de Margaret Thatcher; terroristas *mujahaddin* armados pelos Estados Unidos no Afeganistão dos anos 1980; e assim por diante.

Qualquer um que tenha vivido na Espanha, Itália, Alemanha, Turquia, Japão, Reino Unido ou França, para não falar das terras habitualmente mais violentas, jamais poderia deixar de notar a onipresença dos terroristas — usando pistolas, facas, bombas, produtos químicos, carros, trens, aviões e muito mais — durante o século XX, até e após o ano 2000. A única — *única* — coisa que mudou foi o início do terrorismo homicida dentro dos Estados Unidos em setembro de 2001. Mesmo isso não foi totalmente sem precedentes: os meios eram novos, e a carnificina, terrível, mas o terrorismo em território dos EUA não era desconhecido nos primeiros anos do século XX.

Enquanto nossa invocação reiterada e abuso da ideia de “mal” trivializou imprudentemente o conceito, no caso do terrorismo cometemos o erro oposto: elevamos um ato homicida politicamente motivado, se não mundano, à categoria moral, abstração ideológica, e a inimigo global. Não deveríamos nos surpreender com a descoberta de que isso se obteve, mais uma vez, graças à equivocada invocação de analogias impróprias do século XX. “Nós” não estamos meramente em guerra contra os terroristas; estamos engajados em um conflito mundial da civilização — “uma empreitada global de duração incerta”, segundo a Estratégia de Segurança Nacional para 2002, do governo Bush — contra o “islamofascismo”.

Ocorre uma dupla confusão, nesse caso. A primeira, claro, consiste em simplificar os motivos dos diversos movimentos antifascistas dos anos de 1930, quando comparamos a ampla variação dos fascismos na Europa do início do século XX com os ressentimentos, exigências e estratégias dos (igualmente variados) movimentos e insurgências

muçulmanos do nosso próprio tempo. A familiaridade com a história recente pode ajudar a corrigir esses erros. Mas o equívoco mais sério consiste em tomar a forma pelo conteúdo: definir todos os diversos terroristas e terrorismos, com seus objetivos contrastantes e frequentemente conflitantes, apenas por suas ações. Seria como se reuníssemos as Brigadas Vermelhas italianas, a gangue alemã Baader-Meinhof, o IRA Provisional, o ETA basco, os separatistas suíços do Jura e a Frente de Libertação Nacional de Córsega, chamando o amálgama resultante de “Extremismo Europeu”... e depois declarar guerra ao fenômeno da violência política na Europa.

O risco de abstrair o “terrorismo”, retirando-o de seus diferentes contextos para colocá-lo em um pedestal, como a maior ameaça à civilização ocidental, à democracia ou ao nosso “modo de vida”, alvo de uma guerra indefinida, é de negligenciarmos os vários outros desafios de nossa era. Sobre isso, também, as ilusões e erros dos anos da Guerra Fria podem nos ensinar algo a respeito da visão ideológica redutora. Hannah Arendt, mais uma vez: “O maior perigo de reconhecer o totalitarismo como maldição do século é a obsessão com ele, capaz de nos cegar para os numerosos males menores e não tão menores assim com os quais está pavimentado o caminho para o inferno.”⁷

Todavia, de todas as nossas ilusões contemporâneas a mais perigosa é a que sustenta e justifica todas as outras. E essa vem a ser a ideia de que vivemos em um tempo sem precedentes: de que o que está acontecendo a nós é novo e irreversível, e que o passado nada tem a nos ensinar... exceto quando se trata de saqueá-lo para buscar precedentes vantajosos. Para citar apenas um exemplo: só uma espantosa indiferença em relação ao passado poderia levar um secretário de Estado norte-americano a desencorajar esforços externos para encerrar a calamitosa guerra de Israel em 2006 no Líbano (em uma repetição

desastrosa de uma invasão igualmente calamitosa 25 anos antes), por considerar o desastre em curso como “as dores do parto de um novo Oriente Médio”. A história moderna do Oriente Médio está banhada no sangue de equívocos políticos em série. A última coisa que a região precisa é de mais uma incompetente parteira estrangeira.⁸

Deve ser mais fácil vender tamanha temeridade em um país como os Estados Unidos — que venera seu passado, mas presta atenção insuficiente à história do resto da humanidade — do que na Europa, onde o custo dos equívocos do passado e a prova visível de suas consequências eram até recentemente difíceis de negar. Mesmo na Europa, porém, uma geração mais jovem de cidadãos e políticos ignora cada vez mais a história: ironicamente, este é principalmente o caso dos antigos territórios comunistas da Europa central, onde “construir o capitalismo” e “ficar rico” são as novas metas coletivas, enquanto a democracia é considerada garantida e até vista em alguns círculos como um impedimento.⁹

Mas até o “capitalismo” tem uma história. Na última vez em que o mundo capitalista passou por um período de expansão sem precedentes e criação de enormes riquezas particulares, durante a “globalização” *avant le mot* da economia mundial nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial, presumia-se amplamente na Grã-Bretanha imperial — como ocorre hoje nos EUA e na Europa Ocidental — que se iniciava uma longa era de prosperidade e paz realmente sem precedentes. Quem quiser uma confirmação desta confiança — e no que ela resultou — precisa ler os magistrais parágrafos de abertura de *Consequências Econômicas da Paz*, de John Maynard Keynes: um sumário das ilusões arrogantes de um mundo à beira da catástrofe, escrito logo após a guerra que deveria inviabilizar todas as furiosas aventuras similares durante os cinquenta anos seguintes.¹⁰

Foi Keynes, também, quem antecipou e ajudou a preparar o terreno para lidar com a “ânsia de segurança” que os europeus sentiriam após três décadas de guerra e colapso econômico. Como sugeri acima, foi em larga medida graças aos serviços preventivos e projetos de segurança incorporados a seus sistemas de governo no pós-guerra que os cidadãos dos países avançados conseguiram superar o devastador sentimento de insegurança e medo que dominou a vida política entre 1914 e 1945.

Até agora, pois há razão para crer que isso pode estar prestes a mudar. O medo vem ressurgindo como ingrediente ativo da vida política nas democracias ocidentais. Medo do terrorismo, claro; mas também, e talvez mais insidioso ainda, o medo da incontável velocidade da mudança, medo da perda de emprego, medo de perder terreno para outros, em uma distribuição de recursos cada vez mais desigual, medo de perder o controle das circunstâncias e rotinas da vida cotidiana. E, acima de tudo, o medo de que não só perdemos o controle sobre nossa forma de viver, como as autoridades também o perderam para forças além de seu alcance.

Poucos governos democráticos conseguem resistir à tentação de tirar proveito político deste sentimento de medo. Alguns já o fizeram. Sendo assim, não deveríamos nos surpreender com o renascimento dos grupos de pressão, partidos políticos e programas partidários baseados no medo: medo dos estrangeiros; medo das mudanças; medo de fronteiras e sistemas de comunicação abertos; medo da livre circulação de opiniões malvistas. Nos anos recentes, pessoas e partidos do gênero se deram bem em diversos países impecavelmente democráticos — Bélgica, Suíça e Israel, bem como repúblicas mais vulneráveis como Rússia, Polônia e Venezuela —, e o desafio que representam provocou a tentação, nos principais partidos dos EUA, Dinamarca, Holanda, França e Reino Unido, de adotar uma linha mais dura contra visitantes,

“estrangeiros”, imigrantes ilegais e minorias culturais ou religiosas. E podemos esperar mais medidas do gênero nos próximos anos, provavelmente destinadas a restringir o fluxo de bens e ideias “ameaçadores”, e também pessoas. A política da insegurança é contagiosa.

Sendo assim, seria bom dar uma segunda espiada no modo como nossos predecessores do século XX reagiram a dilemas em muitos aspectos semelhantes a esses. Podemos descobrir, como eles, que a provisão coletiva de serviços sociais e certas restrições relativas às desigualdades de renda e riqueza são variáveis econômicas importantes em si, fornecendo a coesão pública e a confiança política necessárias para sustentar a prosperidade — e que só o Estado dispõe de recursos e autoridade para ativamente promover esses serviços, providências e limitações coletivas, em nosso nome.

Podemos verificar que uma democracia saudável, longe de ser ameaçada pelo Estado regulador, na verdade depende dele: em um mundo cada vez mais polarizado entre indivíduos isolados e inseguros, e forças globais descontroladas, a autoridade legítima do Estado democrático pode ser o melhor tipo de instituição intermediária que conseguimos formular. Qual seria, afinal, a alternativa? Nosso culto contemporâneo da liberdade econômica, combinado com um sentimento exacerbado de medo e insegurança, pode conduzir a uma previdência social reduzida e mínima regulamentação econômica, mas acompanhada de intensa vigilância governamental sobre comunicações, movimentação e opiniões. Capitalismo “chinês”, por assim dizer, ao estilo ocidental.

Quais seriam, então, os limites do Estado democrático? Qual o balanço adequado entre a iniciativa privada e o interesse público, entre liberdade e igualdade? Quais são os objetivos viáveis da política social, e o que constitui interferência ou intromissão? Onde devemos situar exatamente o inevitável compromisso entre maximização

da riqueza privada e minimização dos conflitos sociais? Quais são as fronteiras apropriadas das comunidades políticas e religiosas, e qual a melhor forma de minimizarmos os atritos entre elas? Como devemos policiar os conflitos (tanto dentro dos Estados quanto entre eles) que não podem ser negociados? E assim por diante.

São esses os desafios do século que se inicia. Eles também foram os desafios enfrentados no século passado, e é por isso que eles soam pelo menos um pouco familiares, para alguns. São um lembrete de que, em um mundo complexo, as panaceias simples dos atuais ideólogos da “liberdade” não possuem mais utilidade, para nós, que aquelas de seus predecessores do outro lado do cisma ideológico do século XX: um lembrete, também, de que a esquerda de ontem e a direita de hoje compartilham, entre outras coisas, uma propensão excessivamente confiante para negar a relevância da experiência passada frente aos problemas presentes. Nós acreditamos ter aprendido o bastante do passado para saber que muitas das antigas respostas não resolvem, o que pode muito bem ser verdade. Mas o que o passado pode nos ajudar verdadeiramente a entender é a perene complexidade das questões.

NOTAS

- | | |
|--|--|
| 1 “Nunca a mesma inocência,
Nem antes nem desde então,
Conforme se muda para o passado
Sem uma palavra — os homens
Deixando os jardins perfeitos,
Os milhares de casamentos
Durando um pouquinho mais:
Nunca mais a mesma inocência.” | “Never such innocence,
Never before or since,
As changed itself to past
Without a word — the men
Leaving the gardens tidy,
The thousands of marriages
Lasting a little while longer:
Never such innocence again.”
<p style="text-align: right;">Philip Larkin, <i>MCMXIV</i></p> |
|--|--|

² Ver, classicamente, *Eminent Victorians*, de Lytton Strachey, publicado em 1918.

³ Ver, por exemplo, minha discussão sobre os escritos de John Gaddis, no Capítulo XXI.

- ⁴ Thomas Friedman, "Living Hand to Mouth", *New York Times*, 26 de outubro de 2005.
- ⁵ No essencial isso se aplica até à China, em relação aos atributos formalmente "comunistas" do sistema de governo.
- ⁶ Para esta visão do problema ver, por exemplo, Michael Mandelbaum, *As Ideias que Dominaram o Mundo: Paz, Democracia e Livre Iniciativa* (Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002).
- ⁷ Hannah Arendt, *Essays in Understanding, 1930-1954* (Nova York: Harcourt Brace, 1995), p.271-2.
- ⁸ Condoleezza Rice, em um comunicado do Departamento de Estado em 21 de julho de 2006, disponível em <http://www.state.gov/secretary/rm/2006/69331.htm>.
- ⁹ Sou grato a Ivan Krastev, da Universidade da Europa Central, por permitir a leitura de seu ensaio inédito sobre "The Strange Death of Liberal Central Europe", que contém uma estimulante discussão deste tópico.
- ¹⁰ John Maynard Keynes, *Consequências Econômicas da Paz* (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002).

Parte Um

O CORAÇÃO DAS TREVAS

CAPÍTULO I

Arthur Koestler, o intelectual exemplar

Arthur Koestler foi um intelectual exemplar do século XX. Nascido na Hungria, em 1905 — em suas próprias palavras, “quando o sol se punha sobre a Idade da Razão” —, estudou em Viena e morou em Berlim, na Palestina, em Paris e em Londres. Koestler entrou para o Partido Comunista Alemão em 1931, viajou pela União Soviética e atuou como repórter na Guerra Civil Espanhola, na qual foi capturado, preso e condenado à morte por Franco. Libertado em consequência da intervenção britânica, esteve na França no início da Segunda Guerra Mundial, sendo detido duas vezes pelos franceses. Escapando na segunda ocasião, seguiu para a Grã-Bretanha e lá ficou durante os anos da guerra e grande parte do resto de sua vida. Atuou como grande incentivador da realização do Congresso para a Liberdade Cultural de 1950, e tornou-se talvez o mais conhecido intelectual anticomunista da década do pós-guerra. Em seus últimos anos, dedicou-se à revisão da história da ciência, parapsicologia e um número de obsessões e gostos mais ou menos excêntricos. Em 1983, aos 78 anos, ele e sua companheira cometeram suicídio.

Koestler nasceu em Budapeste e cresceu em Viena, no coração da Europa Central. Muitas coisas nele — filiação política, curiosidade e ecletismo cultural e intelectual, relação ambivalente com sua herança judaica, migrações voluntárias e involuntárias — podem ser relacionadas a sua origem; realmente, elas caracterizam os intelectuais da

região naquela época. Para dar apenas um exemplo ilustrativo: Koestler, como Manès Sperber (ver Capítulo III), era obcecado por explicações psicosexuais para o comportamento humano coletivo e individual. Em suas autobiografias, e nos escritos “científicos” posteriores, ele se dedicou a explicações abrangentes derivadas de “complexos”, “repressão”, “negação”, “neuroses”, “impulsos” ocultos e similares.

Para leitores ingleses da segunda metade do século, tudo isso parece um tanto excessivo, e a diminuição da importância de Koestler nas décadas recentes se deve em parte à noção de que ele teria se tornado meio “tolo”. Orwell o criticou certa vez por reduzir todos os credos e objetivos revolucionários a “racionalizações dos impulsos neuróticos”. Mas, para homens que cresceram no ambiente cultural intenso da Viena de Freud ou Adler, e que conheceram e abandonaram o comunismo antes de completarem 35 anos, voltar-se para a sexologia ou a paranormalidade faz certo sentido. Era um salto de fé menos dramático do que parece, na verdade.

Pois o marxismo também foi um salto de fé, um instrumento para deslindar e decodificar a meada da experiência social. Sua “ciência” consistia em interpretar todos os dados políticos ou sociais externos conforme uma grade de suspeitas: as coisas não são o que parecem ser. Elas só revelam seu verdadeiro significado quando decodificadas de acordo com o conhecimento dos iniciados — e neste momento fazem todo sentido, e tudo se encaixa no esquema universal. Ao abandonar o marxismo, Koestler simplesmente procurou caminhos alternativos para desmistificar as aparências, para eliminar o acaso e adotar verdades mais profundas. A uma plateia ocidental, ou a quem quer que aborde o marxismo de um ambiente menos holisticamente predisposto, sua trajetória parece curiosa; vista, porém, de sua terra natal, ela mantém uma certa coerência. No característico estilo *fin de siècle* de seus

contemporâneos da Europa Central, Koestler foi sempre “moderno”.

Se por acaso Koestler teve uma profissão, foi a de jornalista. Na verdade, seu único emprego normal foi como repórter do jornal diário *Berliner Zeitung am Mittag*, na época da república de Weimar, do qual se tornou editor internacional e editor-chefe assistente aos 26 anos. Quase todos os seus interesses e experiências foram reproduzidos e transformados em reportagens. Em seus bons momentos, foi um dos grandes repórteres do século. Seu entusiasmo inicial por Vladimir Jabotinsky e o sionismo revisionista o levaram a uma longa estada na Palestina, em 1926-27, e ele retornou ao país por oito meses, em 1945. Um produto dessas visitas foi *Promise and Fulfillment: Palestine 1917-1949* (Promessa e consumação: A Palestina, 1917-1949), ainda hoje um dos melhores ensaios escritos sobre o tema, apesar dos preconceitos do autor, e por causa deles. *Spanish Testament* (Testamento espanhol) (1973) pode ser equiparado aos escritos de Orwell sobre a Guerra Civil. *The Scum of the Earth* (A escória da Terra) (1941) não é apenas uma descrição instigante da experiência de internação de Koestler nos campos de Gurs e Le Vernet, mas também um dos relatos mais convincentes e atentos sobre a atmosfera decadente e vingativa da França no rumo do abismo. E as autobiografias de Koestler, *Arrow in the Blue* (Seta no azul) e *The Invisible Writing* (A escrita invisível) — juntamente com seu clássico relato sobre a fé e a desilusão comunista em *The God that Failed* (O Deus que fracassou) (1949) —, permitem um mergulho na vida e nas opiniões de um verdadeiro filho do século. Um dia sua leitura será compulsória para todos os historiadores que se debruçarem sobre nossa época.

A força do jornalismo de Koestler deriva das mesmas características que prejudicaram suas investidas posteriores na ciência e na filosofia. Esses livros — em especial *Insight & Outlook* (Compreensão & perspectiva), *The Sleepwalkers*

(Os sonâmbulos), *The Act of Creation* (O ato da criação), *O Fantasma da Máquina*, *The Case of the Midwife Toad* (O caso do sapo parteiro) e *The Roots of Coincidence* (As raízes da coincidência), em sua maioria publicados nos anos 1960 — foram criticados por especialistas pela especulação idiossincrática, busca por coerência e significado em cada coincidência e pequeno detalhe, abuso da analogia e abordagem excessivamente confiante de temas completamente ignorados por ele.

Todavia, esses mesmos traços dão aos ensaios e reportagens de Koestler um vigor e um frescor que o tempo não afetou. Em “O logue e o Comissário” e em “The Trail of the Dinosaur” (A trilha do dinossauro), as invectivas engajadas de Koestler, bem como os comentários mordazes e ferinos sobre as ilusões e a venalidade de seus contemporâneos, não apenas são uma leitura agradável (sua descrição de Simone de Beauvoir como “um planeta que brilha de luz emprestada” sem dúvida resistiu à passagem do tempo). Elas servem também como guia seguro para algumas das ideias, disputas e crenças que formaram a época. Tiveram uma influência imensa na formação da opinião contemporânea.

Nas palavras de David Cesarani: “Pela força de seus argumentos e do exemplo pessoal, Koestler emancipou milhares de pessoas da servidão a Marx, Lenin e Stalin.”*

Apenas por este motivo, o autor de *O Zero e o Infinito* (que será abordado adiante) mereceria uma grande biografia. Seria uma tarefa muito facilitada pelo abundante registro escrito — além dos livros já mencionados e meia dúzia de romances, Koestler manteve diários detalhados e se correspondeu regularmente com seus muitos amigos, esposas, amantes e inimigos. Cesarani soube fazer muito bom uso de todo este material; o resultado é uma narrativa vigorosa da vida, obra e opiniões de Koestler. A descrição e os resumos das obras publicadas são convencionais, mas não é fácil fazer justiça de segunda mão a escritos cuja

virtude reside em sua vivacidade e imediatez. Sobre os escritos tardios, só um biógrafo inusitadamente solidário evitaria dizer que provavelmente serão logo esquecidos; mesmo assim, Cesarani é benevolente a ponto de sugerir que parte do interesse paracientífico de Koestler “ainda pode rir por último das barbas grisalhas da academia”. Não fica claro por que ele acha isso. Se por acaso, um dia, isso provar ser verdade, será apenas como resultado do tipo de coincidência que Koestler tanto se dedicou a negar.

Sobre Koestler enquanto homem, Cesarani tem muito mais a dizer, e as afirmações são em grande parte pertinentes. Arthur Koestler parece ter sofrido do que Cesarani, a exemplo de muitos dos amigos do próprio Koestler, chama de “um deficit paralisante de autorrespeito”. Ele era um sujeito pequeno, deslocado durante a maior parte da vida, que desejava muito agradar e ser querido, mas que acabava por discutir, polemizar e por vezes brigar com quase todas as pessoas que conhecia. Como Sartre, ele tomava benzedrina para se manter alerta enquanto escrevia, e bebia como um gambá. A bebida provocava explosões de brigas, agressões e uma sequência extraordinária de batidas de carro; quando não estava bebendo, brigando ou escrevendo, vivia consumido pela depressão e pelas dúvidas. Era incrivelmente generoso com desconhecidos, usando o dinheiro ganhado em *O Zero e o Infinito* e com os escritos tardios, mas na vida particular costumava ser egoísta e narcisista. Segundo seu biógrafo, ele sentia uma atração irresistível por homens poderosos e mulheres fracas.

De todos estes aspectos, é a condição de outsider em Koestler que parece ser a mais saliente e interessante. Como muitos intelectuais da Europa central de sua geração, Koestler não possuía residência fixa. Ele vagava de país a país, de idioma a idioma, de um compromisso a outro. Conheceu e conviveu com todos os pensadores e escritores importantes de sua época em Berlim, Paris, Jerusalém,

Londres e Nova York, mas nunca foi “um deles”. Talvez tenha sido um infortúnio acabar na Inglaterra: de todos os lares transitórios, este era o lugar onde a integração se mostrava mais difícil aos estrangeiros.

O sotaque de Koestler, sua intensidade, experiência e sentido trágico o colocavam em conflito com a nítida preferência inglesa pelo eufemismo e pela ironia. Em Nova York, ele era levado *muito* a sério. Em Paris, os amigos discutiam com ele os Grandes Temas do momento. Mas em Londres, onde se esforçou muito para se tornar inglês, buscando aceitação e participação, Koestler foi por vezes motivo de diversão e até de escárnio. Seus contemporâneos ingleses o admiravam, sem dúvida. Eles o respeitavam e reconheciam sua influência. Mas, no geral, não o compreendiam.

David Cesarani é inglês — professor de história judaica moderna na Universidade de Southampton — e me parece que ele, como outros, nem sempre compreende Arthur Koestler. Cesarani, pelo jeito, o considera um tanto irritante. Seu novo livro frequentemente corrige as próprias memórias de Koestler e questiona sua credibilidade. Censura Koestler por suas opiniões e o ataca por suas falhas. Isso me parece um tanto severo. As memórias de Koestler certamente recontam sua história de vida a partir de sua própria perspectiva (e como poderia ser diferente?), e a história em si ocasionalmente muda, de uma versão para outra, conforme seus interesses se modificam. Mesmo assim, Koestler é uma boa fonte de informações sobre suas próprias fraquezas. Ele admite a falsa dureza, as inseguranças, a busca constante e frustrada pela Causa perfeita e pela mulher perfeita, bem como seus fracassos pessoais. Ele registra fielmente e critica seus “complexos”: seus maus modos, culpa, dissipação, e seu jeito mulherengo.

Cesarani reconhece isso, mas depois admoesta Koestler por não tomar jeito e se aprimorar. Mesmo quando Koestler

corrige um erro, Cesarani encontra defeitos em seus motivos. Na prisão espanhola, aguardando execução, Koestler chegou à convicção firme e duradoura de que nenhum ideal abstrato pode justificar o sofrimento individual. Cesarani desaprova: “É perturbador e difícil de aceitar, em quem tanto criticou os outros pela falta de imaginação, que Koestler só se deu conta de que nada, nem mesmo a causa mais racionalmente sedutora, merece o sacrifício de uma única vida quando era a vida dele que estava em jogo.” Depois de libertado, Koestler passou a dirigir sua energia para desmontar o mito do materialismo dialético. Mas sua crítica racionalista da falsa ciência marxista-leninista não alcança as expectativas de seu biógrafo, e Cesarani o acusa de “gafe heurística” ao empregar uma crítica “materialista” contra a ilusão materialista.

Um biógrafo tem o direito de criticar seu objeto de estudo, conforme o caso. Mais séria é a distância de Cesarani do universo europeu de Koestler. Há erros menores, porém reveladores: Otto Katz, outro judeu deslocado da Europa Central, que foi executado em Praga em dezembro de 1952, como “conspirador cúmplice” no julgamento de Rudolf Slánský, não era o nome falso de André Simone (e não “Simon”), e sim o contrário. O ensaísta italiano e colega de Koestler durante algum tempo era Nicolò Chiaromonte, e não Nicholas Chiaromonte. Ernest Gellner decididamente não era um “filósofo nascido em Viena”. O *France-Observateur* (e não *Observateur*) não era uma folha comunista, mas um periódico neutro da esquerda parisiense não comunista, o que dá a seus ataques contra Koestler em 1950 um significado bem diferente do sugerido por Cesarani. E se André Gide anotava opiniões sobre Koestler em seu diário, “nos anos 1960”, então Cesarani obteve acesso a informações privilegiadas: Gide faleceu em 1951.

Gafes menores como essas ajudam a explicar mal-entendidos mais profundos. Cesarani demonstra uma queda por Simone de Beauvoir, e a cita mais de uma vez como inspiradora dos fracassos de Koestler. Ao comentar o anticomunismo de Koestler em fevereiro de 1948 (na época do golpe de Praga), Beauvoir opina: “Ele sente remorso por não ser mais comunista, pois agora eles vão ganhar, e ele queria estar do lado vencedor.” Isso nos revela muita coisa a respeito de Beauvoir, mas pouco sobre Koestler. Em uma linha similar, somos informados, com aprovação, de que ela acha que Koestler teve “uma educação marxista medíocre”. Isso é verdade — embora seja meio forçado, levando-se em consideração a fonte. Mas isso é irrelevante. Homens e mulheres não se tornaram comunistas na Europa, entre as duas guerras, devido ao estudo atento dos textos marxistas. Nas palavras do próprio Koestler (que não foram citadas por Cesarani): “Que enorme vontade de construir uma nova ordem humana existiu na era entre as duas guerras mundiais, e que fracasso miserável não estar à altura disso”.

Por este motivo, as pessoas se juntaram ao Partido Comunista, e também por isso relutavam tanto em abandoná-lo. Cesarani não divisava por que Koestler não rompeu logo e definitivamente com o partido — afinal de contas, a desilusão começou com suas observações diretas na União Soviética, apenas um ano após se tornar comunista. De acordo com seu biógrafo, as alegações de Koestler de sua desilusão precoce devem, portanto, ser tratadas com suspeitas — “levaram muito tempo para fazer efeito real”. Foi apenas (!) em 1938 que Koestler rompeu com os comunistas alemães e Livross em Paris, e mesmo então prometeu não atacar nem “abandonar a fidelidade” à União Soviética. Cesarani considera isso peculiar, e descreve a atitude como um rompimento bem “tardio” com o comunismo. Mas isso está absolutamente de acordo com a experiência de muitos ex-comunistas da época. Não era

fácil abandonar o partido, que oferecia camaradismo e segurança; e 1938 não era exatamente o momento de encher a bola dos fascistas, ao constranger antigos companheiros, desprezando suas ilusões e sofrimentos. É fácil para Cesarani agora censurar Koestler e seus contemporâneos por não verem a luz de imediato, e por se comportarem com cautela. Na época, na Europa continental, as coisas eram um pouco mais complexas.

A distância que separa Cesarani de Koestler quando se trata de compreender o estado de espírito na Europa antes (e depois) da guerra é principalmente espacial: o espaço que separa a Grã-Bretanha da Europa. Obviamente, Cesarani compreende o ambiente turbulento em que ocorriam as escolhas intelectuais e emocionais na primeira metade do século: a catástrofe da Europa Central em 1918-33 (revolução-inflação-ditadura), a ameaça de Hitler, a promessa do comunismo, Espanha, a colaboração em tempo de guerra e a ocupação soviética de metade do continente. Mas nenhuma dessas calamidades ocorreu na Grã-Bretanha, para sua eterna felicidade; e um historiador britânico pode subestimar facilmente sua importância quando relata atitudes e ações ocorridas do outro lado do Canal da Mancha.

Mesmo assim, se existe uma dificuldade real na abordagem de Cesarani, ela resulta de uma distância intransponível não no espaço, mas no tempo. Em dois aspectos cruciais, o livro de Cesarani é profundamente anacrônico. Em primeiro lugar, ele condena Koestler com firmeza por sua atitude perante as mulheres. Não há dúvida de que o modo como Koestler tratava as mulheres era desrespeitoso, para dizer o mínimo. Não importa tanto que ele tenha tido casos e esposas aos montes — isso pode ser razoavelmente interpretado como evidência de que ele gostava muito das mulheres, mesmo sendo incapaz de gostar de uma mulher específica por muito tempo. Mas restam evidências numerosas de que Koestler não só

seduzia mulheres como as assediava e esperava que dormissem com ele; se recusassem, ele se tornava agressivo e exigente.

A maioria das mulheres que Koestler tentava levar para a cama era mais jovem que ele, e frequentemente impressionada por sua fama. Por mais que as maltratasse, nas palavras de Sidney Hook, elas tendiam a “dar um desconto” para ele. Koestler se permitia caprichos sexuais sem muita consideração pelos sentimentos alheios, e se comportava em casa com a mesma agressividade e desconsideração que demonstrava nos cafés e ao volante. Ao menos em uma ocasião (segundo Cesarani), Koestler forçou uma pessoa a fazer sexo contra sua vontade. Trata-se de uma ficha bastante suja. Seria suficiente para criar uma extensa sombra sobre a biografia de qualquer homem. Contudo, Cesarani vai muito mais longe. Koestler, escreveu, tinha um histórico consistente de “espancar e estuprar” mulheres. Nas palavras imprudentes de Cesarani, Koestler não passava de “um estuprador em série”.

Se Koestler estivesse vivo, certamente o processaria por calúnia e difamação, e sem dúvida ganharia. Até mesmo nas provas apresentadas por Cesarani, consta apenas uma única acusação de estupro comprovada: em 1952, Koestler atacou Jill Craigie, esposa do político inglês e futuro líder do Partido Trabalhista, Michael Foot, na casa dela, durante a ausência do marido. De resto, a maior parte consiste em provas circunstanciais e uma forte dose de interpretação apriorística. Tanto Koestler quanto Simone de Beauvoir reconhecem que tiveram uma noite de sexo ruim, um equívoco mútuo. Beauvoir o atribuiu à persistência de Koestler — ela finalmente cedeu ao assédio. Mas isso é estupro? Várias mulheres confirmaram que Koestler as atormentava para conseguir sexo — algumas cediam, outras não. Cedendo ou não, muitas mulheres demonstraram carinho por Koestler após a experiência. Para Cesarani, isso é inexplicável. “Será que ele atraía um tipo

específico de personalidade masoquista para quem preenchia uma necessidade particular?” Quanto às que fizeram sexo com Arthur Koestler e voltaram querendo mais, elas presumidamente sofriam de uma “compulsão para repetir o processo de agressão”.

Talvez. Ou talvez elas simplesmente estivessem gostando. Cesarani, como Koestler em sua postura mais polêmica, vê tudo em branco e preto. Ou a pessoa se envolve com um amor consensual, recíproco, monogâmico, não agressivo e amoroso, ou então algo muito negativo e desagradável acontece: estupro — ou, mais comumente, “*date rape*”, sexo forçado entre conhecidos, uma expressão que aparece com relativa frequência no livro. Quanto à noção de que alguém possa estar realmente disposto à dominação sexual e recorra inclusive à força, ocasionalmente, permanecendo atraente para as mulheres — bem, a hipótese evidentemente não ocorreu a Cesarani. Como consequência, há um lado tedioso e “sexualmente correto” no relato das aventuras de Koestler. Cesarani não gosta da multiplicidade de relacionamentos do jovem Koestler, sua “perseguição incansável às mulheres”. Koestler explicou de modo razoável que procurava habitualmente carinho e companhia feminina, mas, para Cesarani, “chega-se ao ponto em que suas justificativas para querer dormir com todo mundo soam vazias”.

Para piorar, o pobre Koestler preferia mulheres. Se tinha tendências bissexuais, ele as reprimia: “Para ele, a heterossexualidade era a norma, os homens desempenhavam papel dominante, e as mulheres deviam ser submissas.” Pior ainda, Koestler nem sempre era fiel a uma mulher de cada vez; tampouco suas mulheres eram sempre fiéis a ele. Celia Paget abandonou Koestler por um período curto, mantendo um caso de uma semana com Albert Camus, o que provocou um acesso em Cesarani, que considera “extraordinário” que “pessoas que constantemente falam em amizade e lealdade” passem

tanto tempo na cama com os amigos. Ao descrever o gosto ocasional de Koestler pelo sexo a três, Cesarani menciona “mais um repulsivo encontro a três”. O leitor percebe constantemente a presença do autor, que paira prurientemente e comenta com desdém as cópulas dos protagonistas. “A moralidade convencional parece ter tido pouca penetração naqueles círculos.” Com certeza.

E por que deveria? Mesmo se excluirmos como defesa extraordinária a ideia (fornecida pelo conterrâneo húngaro de Koestler, George Mikes) de que Koestler, ao não aceitar uma recusa, apenas repetia a conduta sexual de sua terra natal, resta o fato de que dormir com outras mulheres, “traindo” a amante ou esposa, tratar as mulheres como seres submissos e se comportar em geral como “machista” dificilmente pode ser atribuído a Arthur Koestler como um traço pessoal. Cesarani talvez não tenha idade suficiente para se lembrar do mundo antes da revolução sexual dos anos 1960, e pode lhe faltar experiência pessoal sobre as convenções e a moral da *intelligentsia* europeia. Contudo, como historiador ele deveria hesitar antes de depreciar seu biografado por atitudes e pressupostos amplamente compartilhados por seu meio cultural e social. Pelo que sei, a maioria dos intelectuais húngaros, austríacos, russos, alemães e franceses que aparecem nas páginas do livro de Cesarani compartilharam a visão de Koestler sobre o assunto, mesmo que não tenham sido sempre tão assíduos ou bem-sucedidos na prática. Basta ler suas memórias. Até os ingleses tinham um comportamento bem menos convencional na época; contudo, como as preferências *deles* com frequência envolviam parceiros do mesmo sexo, Cesarani provavelmente encontraria menos motivos para reprovar sua conduta.

O tom de deliberado moralismo de Cesarani é inadvertidamente divertido, em várias oportunidades, além de revelador. O que parece ser um encontro interessante de Koestler com algumas amigas, para almoçar, torna-se uma

“pavorosa reunião de ex-amantes”. Quando a pobre Cynthia Jeffries (última esposa de Koestler) inicia cursos de alemão e culinária, conquista a profunda desaprovação pelos “gestos submissos escandalosos”. E Cesarani deplora “a presunção de Koestler de que uma vida de promiscuidade e fraude é normal e deve ser agradável, não fosse o inconveniente da consciência pesada”. Se Koestler um dia sentiu peso na consciência — e não existem muitas evidências disso —, com certeza este não se compara ao desconforto que ele causou em seu biógrafo por apreciar tão obviamente os prazeres corporais e neles indulgir plenamente. Pode-se até sentir o alívio de Cesarani quando Koestler fica velho demais para o sexo extraconjugal e se acomoda na respeitável meia-idade.

Resenhistas da edição inglesa do livro se interessaram muito pela questão do estupro em Koestler, indagando até que ponto isso alteraria a visão da posteridade a seu respeito. Mas a atitude de Koestler em relação às mulheres nunca foi posta em dúvida — basta ler suas memórias ou alguns dos romances, em especial *Chegada e Partida*. Hoje sabemos que ele estuprou a esposa de um amigo e tentou intimidar mulheres relutantes. Trata-se de um comportamento profundamente condenável. Mas Koestler não era moralista. Ele não pregava a bondade humana nem se apresentava como exemplo de nada. Se descobrissem que ele era um racista dissimulado, ou que se mantivera membro secreto do Partido Comunista pela vida inteira, ou que tivesse financiado em caráter particular alguma organização terrorista violenta, então várias publicações suas se tornariam muito estranhas, e seríamos obrigados a perguntar o quanto havia de boa-fé em seus escritos. Mas nada do que ele escreveu sobre sexo entra em contradição com suas ações. E nada do que escreveu sobre política ou intelectuais, ou sobre a pena de morte, depende de basear sua credibilidade no comportamento sexual. Koestler foi um grande jornalista que exerceu uma grande influência; nada

mais, nada menos. E nenhuma de suas posturas é refém de nossa opinião posterior sobre sua vida particular.

O SEGUNDO ANACRONISMO NO livro de Cesarani refere-se ao judaísmo de Koestler. No caso, é mais fácil compreender os sentimentos do biógrafo. Arthur Koestler era judeu, filho de pais judeus, nascido na numerosa e próspera comunidade judaica de Budapeste no início do século XX. Sentiu-se atraído pelo sionismo quando cursava a universidade em Viena; em 1924, aos 19 anos, tornou-se diretor da Associação de Estudantes Judeus Nacionalistas na Áustria. Passou um bom tempo na Palestina sob mandato britânico, pouco antes de completar 30 anos, onde aprendeu um hebraico conversacional passável, e para lá retornaria em 1945. Além de *Chegada e Partida*, suas idas à Palestina resultaram em *Ladrões nas Trevas* (1946), romance sobre um assentamento judaico marcado pela solidariedade com a política do Irgun de Menachem Begin. *Chegada e Partida*, publicado em 1943, era também um romance inspirado pelo interesse de Koestler no destino dos judeus, desta vez na Europa ocupada durante a guerra. Após a proclamação do Estado de Israel, Koestler abandonou o Oriente Médio para nunca mais voltar; manteve-se, porém, suficientemente envolvido com o dilema judaico para escrever *Os Khazares — A 13ª Tribo e as Origens do Judaísmo Moderno*, publicado em 1976. Trata-se de uma tentativa bizarra e equivocada de demonstrar que os judeus asquenazes da Europa descendem da tribo Khazar do Cáucaso — e, portanto, não sentem uma afinidade especial nem obrigações com relação a Israel e à herança judaica tradicional.

De tudo isso parece razoável inferir que ser judeu era importante para Arthur Koestler. No entanto, o próprio Koestler tendia a minimizar sua relevância. Quando não escrevia sobre Israel, os judeus não desempenhavam um papel proeminente em sua obra, e a autobiografia se

esforça para abrandar a influência da herança judaica em sua formação e opiniões. Cesarani considera isso um tanto estranho, e suas suspeitas provavelmente se justificam, ao menos em parte. O esforço de Koestler para ser o que Isaac Deutscher chama de “judeu não judaico” só serve para nos lembrar do quanto sua história é judaica, pelo menos (aos judeus não praticantes de sua geração na Europa Central) no empenho em negar que ser judeu importava ou devesse importar. Koestler era inteligente demais para alegar que ser judeu era uma afinidade eletiva, e que ele poderia escolher não ser judeu: a História (isto é, Hitler) o privava desta escolha. Nos anos finais de vida, porém, ele certamente se comportou como se desejasse que não fosse assim.

Cesarani está certo ao registrar tudo isso. Mas, em sua determinação de mostrar que Koestler caía em contradição, ele inverte a ênfase do próprio Koestler e descobre, ou alega, uma dimensão judaica em quase tudo que Koestler escreveu ou realizou. Quando Koestler entra para o Partido Comunista Alemão, busca uma alternativa para “resolver a questão judaica”: suas atividades comunistas, o engajamento político na Frente Popular, em Paris, e as aventuras na Espanha só fazem sentido para Cesarani quando vistos pelo prisma judaico. De que outro modo se poderia entender a decisão de Koestler de deixar a Palestina em 1929 e se engajar na política europeia? “Um envolvimento apaixonado nos assuntos judaicos durante sete anos não poderia ser largado instantaneamente, principalmente quando os eventos alçaram o destino dos judeus ao primeiro plano. Pelo contrário, as peregrinações ideológicas, políticas e geográficas de Koestler fazem mais sentido quando vistas sob a ótica de sua complexa identidade judaica.”

Isso é reducionista. É perfeitamente possível dar as costas a sete anos de envolvimento juvenil com um movimento político ou nacional e redirecionar a atenção

para um conjunto de causas inteiramente diferente. Muitos de nós passamos por mudanças do mesmo tipo. Nos turbulentos anos finais da Alemanha de Weimar, uma passagem de Jabotinsky a Stalin pode parecer inusitada, mas facilmente explicável — e Koestler tinha apenas 26 anos quando entrou para o partido.

De acordo com Cesarani, porém, isso não faz sentido: “Embora ele tenha explicado sua adesão ao Partido Comunista com uma variedade de argumentos mais ou menos convincentes, ela parece mais lógica quando consideramos que teve uma dimensão judaica significativa.” Será mesmo? E o que a lógica tem a ver com isso? As escolhas políticas daquela época e local eram feitas com base em otimismo, pessimismo, medo, anseio, ilusão e conveniência. Mesmo que fosse de algum modo “lógico” para um judeu tornar-se comunista, isso não explicaria por que um judeu o fez de fato. Havia muitos comunistas não judeus, e muitos judeus não comunistas na Europa entreguerras; a relação isomórfica entre comunismo e judeus não praticantes e não sionistas pode ser evidente a Cesarani, mas era menos óbvia na época.

Em linha similar, Cesarani não se mostra muito contente com a atitude de Koestler em relação a Israel, após 1948. Koestler deixou Israel neste ano e não mais retornou ao país; suas memórias, escritas pouco depois, sem dúvida minimizam seu envolvimento anterior com questões judaicas, algo que Cesarani chama de “repressão”. Posteriormente, em conformidade com seu estilo intelectual maniqueísta, Koestler alegou que a existência de um Estado nacional oferecia aos judeus uma escolha clara e inevitável entre *aliyah* e assimilação, entre sionismo e o abandono de uma tradição redundante. Sua insistência na impossibilidade de um meio-termo gerou a famosa correspondência com Isaiah Berlin em 1952, que sugeriu haver muitas maneiras de ser judeu, e que uma certa incoerência e máculas no modo de vida de uma pessoa

podem ser preferíveis às opções radicais propostas por Koestler.

Cesarani vai além. Ele encontra defeitos no relato atenuado que Koestler faz de sua condição de judeu (“Sua versão do judaísmo é insensata [...] é verdade que o judaísmo possui uma dimensão nacional, mas apresenta também uma mensagem universal”), e desaprova a admiração “não judaica” de Koestler pela civilização da Europa cristã. Ele censura a decisão de Koestler de residir por algum tempo nos Alpes austríacos, e não consegue entender sua inveja das comunidades dos vilarejos que conheceu na região de Alpbach (“até recentemente aqueles mesmos tirolezes fuzilavam e mandavam sua gente para a câmara de gás sempre que conseguiam pegá-los”). Quando Koestler sugere que a existência de Israel ajudará os judeus a superarem as características que moldaram e encorajaram o antissemitismo, Cesarani o interpreta como alguém que “culpa as vítimas da perseguição nazista por seu terrível destino”. E há muito mais nesta linha.

Mas Cesarani deixou passar algo em sua pressa de julgar Koestler pelos padrões contemporâneos de consciência judaica, e julgá-lo lamentavelmente falho. Koestler foi um estranho na Palestina e em Israel, tanto quanto em outros lugares. Talvez isso tenha feito dele um sionista malsucedido, mas aguçou sua capacidade de observação. Como escreveu a Celia Paget, “Este país só é suportável para pessoas que possuem fortes laços emocionais com ele — caso contrário, o clima é um inferno e o provincianismo da vida é de morrer de tédio”. Ele acreditava profundamente na necessidade da existência de um “Estado-anão” judeu, e pensava ser inevitável e no geral positivo que Israel com o tempo transformasse judeus em israelenses. Ele só não fazia questão de estar lá quando isso acontecesse.

Em outras palavras, Koestler relutava exatamente em abandonar o sentido de ambivalência e desarraigamento

que tanto criticava nos judeus europeus — e que Cesarani identifica corretamente como sendo central para sua personalidade e obra. Ele se sentia desconfortável em Israel; não conseguiria encontrar refúgio em uma religião ou comunidade; a opção de um sentido de afirmação judaica provocado pelo Holocausto simplesmente não estava aberta para ele. Eis o maior equívoco de Cesarani: supor que as sensibilidades e preocupações dos judeus de hoje deveriam ser as mesmas de um judeu da geração de Koestler.

Koestler refletiu e escreveu sobre a destruição dos judeus pelos nazistas na Europa, e sua noção da necessidade de Israel foi profundamente influenciada por aquela experiência. Mas — e neste aspecto ele representou a maioria dos intelectuais judeus de seu tempo — o Holocausto não era e não poderia ser uma consideração para sua própria identidade. Isso viria mais tarde, bem mais tarde. Nas duas décadas seguintes a 1945, anos da proeminência e maior engajamento público de Koestler, tanto judeus quanto não judeus voltavam a atenção a Auschwitz e suas implicações apenas ocasionalmente.

Não faz sentido desprezar um judeu húngaro do século XX — cuja experiência formadora se deu no universo judaico secularizado de Budapeste e Viena; que passou por todas as grandes comoções políticas do período entreguerras; cuja principal preocupação no pós-guerra era a ameaça comunista, e cujo meio escolhido era a *intelligentsia* da Europa Ocidental continental — como se ele devesse ter moldado sua vida e obra conforme a luz do Shoah, e insinuar que, ao deixar de fazê-lo, engajava-se em um intenso exercício de negação e repressão, pois certamente não é sua condição de judeu, e nem mesmo seu fracasso em viver conforme as expectativas alheias para um judeu, que torna Arthur Koestler interessante ou significativo.

O QUE INTERESSA, CLARO, é *O Zero e o Infinito*, publicado em 1940. Foi o livro mais duradouro de Koestler e sua contribuição mais influente para o século. Somente na França vendeu 420 mil exemplares na primeira década após a guerra. Jamais saiu de catálogo em meia dúzia de idiomas, e recebeu amplo crédito por sua contribuição singular e inigualável para detonar o mito soviético. Tornou Koestler um homem rico e famoso, e se não o tivesse escrito não leríamos hoje sua biografia. Qualquer avaliação da importância de Koestler deve se basear na leitura deste livro e em seu impacto.

O enredo é bem conhecido. Koestler misturou sua própria experiência espanhola na cela da morte e o contato pessoal com Karl Radek e Nikolai Bukharin (conhecera os dois em Moscou), e a partir daí produziu a história de Nicholas Salmanovitch Rubashov, um velho bolchevique que acabou vitimado pelos expurgos stalinistas. O livro foi escrito entre 1938 e 1940, e Koestler se aproveitou do amplo interesse público pelos recentes julgamentos de Moscou, cenário para seu estudo sobre o dilema da lealdade e desilusão comunista. Rubashov é um amálgama, mas também um tipo: o ativista bolchevique que trocou suas opiniões e discernimento pelos do Partido e do Líder, para descobrir que agora é acusado de ter se oposto “objetivamente” à linha do partido, e portanto à Grande Narrativa da História.

Não há enredo propriamente dito — o desfecho é inevitável. Antes de ser executado, porém, Rubashov mergulha em uma reflexão introspectiva sobre suas lealdades e motivos. Mais importante, ele participa de uma série de debates com seus interrogadores. Nessas conversas Koestler não reproduz apenas as acusações oficiais contra os réus nos julgamentos públicos, mas inclui também as lógicas moral e política por trás deles. História e Necessidade, Meios e Fins, razão intuitiva e lógica dialética: todos são invocados e explicados nos grandes embates do

romance, quando Ivanov e depois Gletkin tentam convencer Rubashov a confessar, pelo bem maior do partido.

Parte do encanto do romance reside na capacidade de capturar e confirmar uma visão popular de como funciona o comunismo e o que havia de errado nele. Até um crítico neotrotskista como Irving Howe, que considerou que o livro prestava atenção insuficiente ao contexto social do stalinismo, admitiu que era um retrato terrível e irrepreensível do funcionamento da mente comunista. Acima de tudo, *O Zero e o Infinito* funcionou com extraordinária eficácia em dois níveis distintos. Para o público em geral, apresentava o comunismo como mentira e fraude, no qual os fatos, argumentos e julgamentos eram adulterados para atingir fins desejados por um implacável regime ditatorial. Contudo, para um leitor mais intelectual e dotado de discernimento, o livro não retratava apenas o lado implacável do comunismo, mas lhe dava também um rosto curiosamente humano.

Apesar de seu débito óbvio com a literatura russa do século XIX, bem como a relatos antigos de caça às bruxas e da Inquisição, *O Zero e o Infinito* é singularmente benigno na descrição da prisão e dos interrogatórios. Não há cenas de tortura. Praticamente não se encontra violência. A mensagem é clara e explícita: ao contrário dos nazistas e fascistas, os comunistas não usam a tortura física para arrancar as curiosas confissões que as pessoas faziam em juízo. Em vez disso, convenciam as vítimas de sua culpa. O processo inteiro opera em um nível muito rarefeito de diálogo dialético, especialmente entre Ivanov e Rubashov. Até Gletkin, o “novo” homem, usa ameaças e força quando necessário.

Não fica claro se Koestler sabia que isso era completamente falso. Mas surgiram muitas evidências de que os regimes comunistas — na União Soviética, nos países-satélites da Europa Oriental e em outros lugares — eram tão brutais e sanguinários quanto qualquer outra

tiranía moderna. Os ditadores comunistas recorriam à violência e à tortura tanto quanto outros ditadores. A ênfase de Koestler na dialética e não no porrete sugere um retrato quase reconfortante da racionalidade essencial do comunismo, apesar de todos os crimes. Contudo, não resta dúvida de que ele não se interessava nem um pouco em esconder as piores facetas do comunismo. Então, o que aconteceu?

A resposta é que *O Zero e o Infinito* não é um livro sobre as vítimas do comunismo. É um livro sobre comunistas. As vítimas — Rubashov e seus companheiros de prisão — são comunistas. Koestler se mantém praticamente em silêncio sobre a fome, as expropriações, as deportações coletivas autorizadas por Stalin. Como diria uma década depois, em *The God that Failed*, “Como nossas vozes estrondeavam de justa indignação, denunciando falhas nos procedimentos da justiça em nossas confortáveis democracias; e, como permanecíamos em silêncio quando nossos camaradas, sem julgamento nem provas concretas, eram liquidados no sexto socialista do planeta. Cada um de nós mantém um esqueleto no armário de sua consciência; reunidos, formariam galerias de ossos mais labirínticas que as catacumbas de Paris”. Mas os esqueletos são dos comunistas, principalmente dos intelectuais comunistas. O romance de Koestler é o magnífico esforço de um intelectual ex-comunista para explicar a outros intelectuais por que o comunismo perseguia seus próprios intelectuais e por que eles conspiravam para sua própria humilhação.

Trata-se, também, por razões associadas, de uma apologia indireta à passagem do próprio Koestler pelo comunismo. Os crimes e erros do comunismo não são negados. Muito pelo contrário. Mas eles são apresentados como deformações intelectuais essenciais: derivações lógicas de pontos de partida legítimos que se tornaram fatais por conta da incapacidade de considerar o indivíduo e sua capacidade de julgamento independente. Em resumo,

são o tipo de equívoco, por mais trágicos e terríveis que tenham sido, que homens inteligentes e bem-intencionados podem cometer quando presos a grandes ideais. Adaptando as palavras tranquilizadoras de Shane, no grande romance de Jack Schaeffer, “Ninguém precisa sentir vergonha por ter sido derrotado pela História”.

Por este motivo, *O Zero e o Infinito* parece curiosamente datado, hoje em dia. Ele transcorre inteiramente nos limites do ambiente dos protagonistas. Como Rubashov, Koestler acreditava que “por uma vez a História tomou a iniciativa, o que pelo menos prometia um modo de vida mais digno para a humanidade; agora, isso acabou”. Ele também dá um crédito enorme aos interrogadores, que, se presume, agiriam de boa-fé. Eis as palavras de despedida de Gletkin: “O Partido promete apenas uma coisa: após a vitória, no dia em que não puder causar mais nenhum dano, o material dos arquivos secretos será publicado. Então o mundo saberá o que havia nos bastidores deste programa de Punch & Judy,** como você o chamou, no qual tivemos de agir conforme os livros didáticos de história [...] E depois você, e alguns de seus amigos da geração mais jovem, receberão a solidariedade e a compaixão que lhes negamos hoje.” Koestler, claro, não acredita em uma coisa dessas. Mas ele acreditava que os Gletkins acreditavam. E esse pressuposto torna o romance bem menos convincente enquanto mergulho na mentalidade comunista, aos olhos de hoje.

A consequência disso — que não pretende diminuir sua importância — é que Arthur Koestler deixou de ser uma fonte viva de ideias para se tornar objeto histórico. Seu maior livro não é o relato infalível sobre o tema, como já foi considerado; mas ele apresenta um retrato revelador dos limites da mais devastadora crítica ao comunismo na metade do século. *O Zero e o Infinito* pode ter solapado a plausibilidade do Estado soviético, porém ao preço de confirmar a noção intelectual convencional de que o comunismo era, apesar de tudo, muito diferente de outros

regimes autoritários, e fundamentalmente melhor (ou pelo menos mais interessante). Embora não fosse esta a intenção de Koestler, talvez ele não discordasse disso.

O gênio de Koestler não estava em sua análise do comunismo, mas em seu brilho como polemista ao combater comunistas (e fascistas) e seus admiradores. Isso, ao lado de sua atividade jornalística, explica sua importância na época e hoje em dia. Ele era espirituoso, mordaz. Seu ensaio sobre “Os Pequenos Flertes de St. Germain des Près” e sua visão da vida intelectual parisiense durante a ocupação soviética (“Les Temps héroïques”, publicado em Paris em 1948) não são apenas relatos devastadores e adequadamente sexualizados do meio de Sartre e seus amigos, companheiros de viagem da Rive Gauche; são também muito divertidos (ou “escabrosos” e “maliciosos”, nas palavras de Cesarani).

Koestler esclareceu muitas coisas e viu outras bem antes da maioria das pessoas. Já em 1969, em reportagem para o *Sunday Times* de Londres sobre suas viagens pelas ilhas pós-coloniais do Pacífico Ocidental, ele previu tanto as consequências imprevistas da descolonização quanto o paradoxo que hoje nos agrada chamar de “globalização”: “cultura uniforme produzida em massa”, e os sempre mais agudos “venenosos conflitos locais por religião, língua e raça”. Acima de tudo, Koestler foi corajoso — não hesitava em confrontar plateias hostis ou em falar verdades impopulares.

Isso o tornava malquisto por muita gente. No encontro em Berlim para a fundação do Congresso para a Liberdade Cultural, em 1950, muitos delegados — especialmente A. J. Ayer e Hugh Trevor-Roper — desaprovaram a intensidade e as táticas truculentas de Koestler. Sua obsessão pela luta contra o comunismo (como todas as suas outras obsessões) não previa compromissos, e dava a impressão de que lhe faltava senso de proporção. Mas então Sidney Hook, colega organizador do Congresso, observou de forma muito

adequada que “Koestler era capaz de recitar verdades da tabuada de um jeito capaz de deixar algumas pessoas indignadas com ele”.

Isso fez de Koestler uma presença desconfortável, alguém que carregava na bagagem confusão e conflito. Mas é para isso que servem os intelectuais. O não conformismo de Arthur Koestler — o que o torna tão misterioso a seu biógrafo quanto incômodo a seus contemporâneos e precioso aos amigos — lhe garante um lugar na história. Sob as brigas e polêmicas, além da violência e sexualidade predatória, das excentricidades e mudanças de direção, parece ter havido uma corrente contínua de preocupação moral e visão política que ilumina seus melhores escritos com um brilho duradouro. Como Thomas Fowler disse de Alden Pyle em *O Americano Tranquilo*, “Nunca conheci um homem com melhores motivos para os problemas que causou”.

Este ensaio foi inicialmente publicado na New Republic, em 2000, como resenha de Arthur Koestler: The Homeless Mind, de David Cesarani.

* David Cesarani, *Arthur Koestler: The Homeless Mind* (Nova York: Free Press, 1999).

** Tradicional apresentação cômica de marionetes na Inglaterra, com comportamento violento e anárquico. (N. da E.)

CAPÍTULO II

As verdades elementares de Primo Levi

Primo Levi nasceu em Turim em 1919, no apartamento em que passaria a maior parte da vida, e onde se suicidou em abril de 1987.¹ Como muitas famílias judaicas da região, os Levi haviam se mudado do interior do Piemonte para a cidade de Turim na geração anterior e eram culturalmente assimilados. Primo cresceu sob o fascismo, mas somente com a imposição das Leis Raciais, em 1938, passou a sofrer seu impacto direto. Estudou química na Universidade de Turim, com a ajuda de um professor solidário que o admitiu, apesar de os regulamentos excluírem judeus, e depois arrumou empregos, por assim dizer, em uma série de empresas dispostas a contratar um químico judeu, apesar de sua “raça”.

Com a queda de Mussolini, em julho de 1943, tudo mudou. Por um período breve e confuso, a Itália ficou entre os Aliados, que haviam ocupado a Sicília no extremo sul, e os alemães, que ainda não haviam iniciado a invasão a partir do norte. Em setembro, porém, o exército italiano que ocupava a França recuou para Turim, “uma tropa derrotada”, nas palavras de Levi, sendo rapidamente seguido pelos inevitáveis alemães, “a serpente cinza-esverdeada das divisões nazistas nas ruas de Milão e Turim”. Muitos dos judeus contemporâneos de Levi em Turim já estavam envolvidos com o movimento de resistência Giustizia e Libertà (cuja liderança local, até sua

detenção, incluía “meu ilustre xará” Carlo Levi, futuro autor de *Cristo Parou em Eboli*). Após a invasão alemã, Primo Levi juntou-se a eles. Passou três meses na resistência armada no sopé dos Alpes, até que seu grupo foi traído e capturado pela milícia fascista em 13 de dezembro de 1943.²

Levi, que assumiu sua identidade judaica, foi enviado a um campo de trânsito em Fossoli di Carpi, e de lá foi transportado, em 22 de fevereiro de 1944, para Auschwitz, na companhia de outros 649 judeus, dos quais 23 sobreviveriam. Ao chegar, Levi foi marcado com o número 174517 e selecionado para Auschwitz III-Monowitz, onde trabalhou em fábricas de borracha sintética pertencentes à I. G. Farben e operadas pela SS. Ele permaneceu em Auschwitz até o campo ser abandonado pelos alemães em janeiro de 1945 e liberado pela ofensiva do Exército Vermelho em 27 de janeiro. Durante os nove meses seguintes, ele perambulou de Katowice, na Galícia, para a Bielorrússia, Ucrânia, Romênia, Hungria, Áustria, Alemanha, e finalmente voltou para casa em Turim, em uma odisseia picaresca, involuntária, descrita em *A Trégua*.

De volta a Turim, ele assumiu as rédeas de sua vida “monocromática”, após viagens e o interlúdio em “tecnicolor” de vinte meses em Auschwitz. Impelido por uma “necessidade narrativa absoluta, patológica”,³ ele escreveu *É Isto um Homem?*, registro de suas experiências em Auschwitz. O livro não conquistou muitos leitores ao ser lançado em 1947. Primo Levi então abandonou a literatura, casou-se e foi trabalhar na Siva, uma empresa de tintas local, onde se tornou especialista e autoridade internacional em esmaltes sintéticos. Em 1958, a prestigiada editora Einaudi de Turim relançou o livro e — estimulado pelo relativo sucesso — Levi escreveu *A Trégua*, sequência lançada em 1963. Durante as décadas seguintes, Levi conquistou sucesso e celebridade como autor, publicando *A Tabela Periódica* e *A Chave Estrela*, duas coletâneas de

contos; *Se não agora, quando?*, romance sobre a resistência judaica na Europa durante a guerra; *Lilit e Altri Racconti* (Lilith e outros contos), recordações adicionais e descrições curtas de sua experiência no campo; uma série de ensaios e poemas; colaborações regulares para as páginas de cultura do *La Stampa*, o diário de Turim. Em 1975, ele saiu da Siva para se dedicar inteiramente à literatura. Seu derradeiro livro, *Os Afogados e os Sobreviventes*, foi publicado em 1986, ano anterior à sua morte. Uma pequena esplanada na frente da sinagoga da via Pio V, em Turim, recebeu seu nome em 1996.⁴

O destino dos livros de Levi, em italiano e em traduções, é instrutivo. Quando ele levou *É Isto um Homem?* para a Einaudi em 1946, o livro foi rejeitado sem muita consideração pela parecerista (anônima) da editora, Natalia Ginzburg, nascida de uma proeminente família judaica de Turim. Muitos anos depois, Giulio Einaudi alegou desconhecer as razões para a recusa do livro; Levi laconicamente atribuiu o fato a “um leitor desatento”.⁵ Na época, e nos anos seguintes, eram Bergen-Belsen e Dachau que representavam o horror do nazismo, e não Auschwitz; a ênfase nos deportados políticos, e não raciais, combinava melhor com os reconfortantes relatos do pós-guerra sobre a resistência durante a guerra. O livro de Levi foi lançado com apenas 2.500 exemplares, por uma pequena editora comandada por um antigo líder local da resistência (ironicamente, numa série dedicada ao herói e mártir da resistência judaica, Leone Ginzburg, marido de Natalia Ginzburg). Muitos exemplares do livro permaneceram estocados num depósito de Florença, sendo destruídos por uma grande enchente, vinte anos depois.

A *Trégua* se saiu melhor. Publicado em abril de 1963, o romance ficou em terceiro lugar no prêmio nacional Strega naquele ano (atrás de *Léxico Familiar...*, de Natalia Ginzburg), atraindo novamente a atenção para seu primeiro

livro, o que marcou a ascensão de Levi em termos nacionais, e, finalmente, a aclamação da crítica. Mas o público internacional o percebeu lentamente. A tradução inglesa de *É Isto um Homem?*, por Stuart Wolf, só foi publicada na Grã-Bretanha em 1959, com o título *If This Is a Man*, vendendo apenas algumas centenas de exemplares. A versão norte-americana, com o título *Survival in Auschwitz* (Sobrevivência em Auschwitz) (que contempla o assunto, mas perde no sentido), só começou a vender bem após o sucesso de *A Tabela Periódica*, vinte anos depois. A *Trégua* saiu com o título otimista enganoso de *The Reawakening* (O redespertar), uma vez que o original italiano fala em “trégua” ou “suspensão”; fica claro, no final do livro, que para Levi os meses de perambulação pelas terras da Europa Oriental serviram como uma espécie de “intervalo” entre Auschwitz-como-experiência e Auschwitz-como-memória. O livro termina com a ordem matinal em Auschwitz: “Acordem!” — “Wstawach!”

As traduções para o alemão vieram com o tempo, e Levi acabou conquistando leitores na República Federal. Editores franceses, porém, evitaram Levi por muitos anos. Quando *Les Temps Modernes* publicou trechos de *É Isto um Homem?*, em maio de 1961, usou o título “J’étais un homme” (“Eu era um homem”), o que quase equivale a inverter o sentido do livro. A Gallimard, a mais respeitada editora francesa, por longo tempo resistiu a adquirir qualquer título de Levi; só depois de sua morte a obra e a grandeza do autor obtiveram reconhecimento na França. Lá, como em outros lugares, a importância do primeiro livro de Levi só foi realmente percebida com o lançamento de sua derradeira obra (em alguns países, póstuma), *Os Afogados e os Sobreviventes*. Como seu tema, Primo Levi permaneceu ao menos parcialmente inaudível por muitos anos.

EM CERTO SENTIDO, PRIMO LEVI pouco tem a oferecer a um biógrafo. Teve uma vida profissional e privada discreta, a não ser por vinte meses, e usou seus diversos livros e ensaios para narrar e descrever a vida que acabou levando. Se alguém quiser saber o que ele fez, o que pensava e como se sentia, basta ler o que escreveu. Como resultado, qualquer tentativa de recontar sua “vida e obra” corre o risco de acabar num esforço vão de reorganizar e parafrasear os próprios textos de Levi. E é justamente isso que Myriam Anissimov faz em seu novo relato sobre Levi, que acaba de ser lançado em francês e italiano, com resenhas negativas e positivas. Alguns erros factuais das edições francesa e italiana foram corrigidos, e a tradução inglesa, embora inexpressiva, é legível e contém muita informação.***

Mas a prosa de Anissimov é mecânica e pouco inspirada. Sua longa narrativa da vida de Levi não passa de uma colagem de longas citações e paráfrases do próprio Levi, intercalada com resumos desajeitados e inadequados do “contexto”: judeus italianos, leis raciais fascistas, surto de desenvolvimento italiano no pós-guerra, 1968 em Turim e o percurso editorial de seus livros. Parte do material de apoio parece ter sido inserido ao acaso, como se a autora topasse com uma ficha fora de lugar e encaixasse seu conteúdo no texto, aqui e ali.

Pior, a autora por vezes não consegue explicar ao leitor por que Primo Levi é tão profundamente interessante. Ela alude à qualidade e originalidade de seu estilo em prosa, e critica acertadamente resenhistas e especialistas pela incapacidade de apreciá-lo; mas demonstra pouca percepção justamente pelas características da prosa de Levi que o destacam, tanto na literatura italiana contemporânea quanto entre as memórias do Holocausto. Seu humor e ironia nos conduzem a uma viagem garrida, na qual aborda uma extensa gama de temas, tons e tópicos, mas nesta biografia Primo Levi é apresentado como um judeu italiano assimilado, otimista e perturbado pela tragédia de

Auschwitz. Seria, grosso modo, uma comparação semelhante a descrever Ulisses, personagem literário favorito de Levi e seu alter ego, como um velho soldado que, ao voltar da guerra, enfrenta alguns problemas de viagem. Não chega a ser falso, mas é incorrigivelmente inadequado.⁶

Primo Levi teve várias identidades e posicionamentos. Sua multiplicidade sobreposta não o incomodava — embora frustrasse seus críticos italianos e causasse perplexidade em alguns leitores da comunidade judaica nos EUA — e ele não via conflitos internos nela. Em primeiro lugar, ele era italiano e disso se orgulhava. Apesar dos constrangedores defeitos do país, ele se ufanava: “Ocorre frequentemente nos dias de hoje ouvirmos pessoas dizerem que se envergonham de serem italianas. Na verdade, temos bons motivos para sentir vergonha: primeiro e acima de tudo, por não termos sido capazes de produzir uma classe política que nos represente, mas, pelo contrário, termos tolerado por trinta anos uma que não faz isso. Por outro lado, possuímos virtudes que desconhecemos, e não nos damos conta do quanto são raras na Europa e no mundo.”⁷

Como a maioria dos italianos, Levi originariamente era de um lugar mais circunscrito — no seu caso, o Piemonte. Trata-se de um recanto curioso, um local pequeno no noroeste da Itália, espremido contra os Alpes; origem da família real de Savoia, do laicismo italiano e, em Turim, sua capital séria e austera, sede da Fiat. Parte do que costumava ser território piemontês agora pertence à França, e o dialeto local é permeado por frases e palavras francesas, ou quase. Levi, como muitos piemonteses, orgulhava-se imensamente de sua região de origem, e este sentimento está presente em seus livros. A “estonteante beleza” das montanhas, lagos e matas é mencionada mais de uma vez — pois Levi era alpinista amador entusiasmado, e grande parte do Piemonte é constituída de terrenos

alpinos ou pré-alpinos. O dialeto característico da região desempenha papel importante no texto de Levi — assim como em sua vida, pois Lorenzo Perrone, o pedreiro de Fossano, que o salvou em Auschwitz, foi reconhecido por Levi no campo graças a seu sotaque piemontês. Vários personagens dos escritos de Levi usam o dialeto local, e tanto em *A Chave Estrela* quanto em *A Tabela Periódica* ele se desculpa pela dificuldade em capturar as cadências das conversas na palavra escrita.⁸

O piemontês é famoso pela reserva, discrição, retiro: em resumo, “não italiano”. Italo Calvino menciona a “excentricidade piemontesa” nos contos de “ficção científica” de Levi; este pensava que seus leitores creditavam sabedoria demais a seus escritos; não obstante, admitia que possuía a inconfundível qualidade da “moderação [...] que é uma virtude piemontesa”. E suas raízes em Turim, “para o resto da Itália uma cidade misteriosa”, desempenharam também um papel em sua sorte. Os turineses, escreveu, não partem: “É bem sabido que as pessoas de Turim, transplantadas para Milão, não criam raízes, ou então o fazem precariamente.” Sua família deveria ter partido enquanto podia — para outro ponto da Itália, para a Suíça ou para as Américas? Isso não somente seria difícil e caro, exigindo mais iniciativa do que ele e sua família possuíam, como a própria ideia de deixar o lar não lhes passava pela cabeça: “O Piemonte era nossa verdadeira pátria, o único lugar com o qual nos identificávamos.”⁹

O comedimento e a correção do Piemonte de Primo Levi foram duplicados e reforçados por sua vocação, pelo “rigor sóbrio” do químico. A decisão de estudar ciências cristalizou-se parcialmente sob o fascismo, pelo fato de “cheirar” bem — em contraste com a história ou a crítica literária, deformadas e degradadas pelas pressões ideológicas e nacionalistas. Mas Levi, como estudante,

também sentia atração pela missão do químico: “A nobreza do Homem, adquirida em séculos de tentativa e erro, consiste em fazer de si o conquistador da matéria [...] Eu me matriculei em química por desejar permanecer fiel a esta grandeza.”

Além disso, o químico deve obrigatoriamente descrever o mundo como ele é; a precisão e a simplicidade desta exigência parecem ter se adequado perfeitamente à antipatia de Levi pelo ilusório, pelo comentário, pelos excessos de qualquer tipo. “Ainda me recordo da primeira aula de química do professor Ponzio, na qual obtive informações claras, precisas, verificáveis, desprovidas de palavras inúteis, expressas numa linguagem que me agradava enormemente, também sob o ponto de vista literário: uma linguagem definitiva, essencial.”¹⁰

Na química, ademais (como no alpinismo), um erro pesa — um ponto defendido com ênfase despreocupada no conto “Potássio”, em que Levi, jovem aprendiz de químico, confunde o potássio com seu quase vizinho sódio e provoca uma reação inesperada: “Devemos desconfiar do “quase igual” (sódio é quase igual ao potássio, mas com o sódio nada deveria ter acontecido), do praticamente idêntico, do aproximado, do “até parece”, são todos imitadores, todos remendos. As diferenças podem ser pequenas, mas conduzem a consequências radicalmente distintas, como num entroncamento ferroviário; a profissão de químico consiste em grande parte no conhecimento dessas diferenças, estudando-as de perto, prevendo seus efeitos. *E não apenas a profissão de químico*” [grifo do autor].¹¹

Substâncias químicas aparecem frequentemente nos textos de Levi, e não somente em *A Tabela Periódica*. Por vezes, são temas por si; em outras situações, servem como metáforas do comportamento humano e, ocasionalmente, são analogias esclarecedoras. A inteligência e a astúcia do dr. Gottlieb, descrita em *A Trégua*, emanam “como a

energia do rádio”. Mas o impacto de sua formação profissional sobre a escrita é óbvio, no estilo característico de Levi. Ele se mostra rigoroso, contido, destilado; em contraste com a prosa floreada, experimental e sintaticamente intrincada de alguns escritores e comentaristas contemporâneos seus, ele tem o encanto de um canto gregoriano medieval. Não foi por acaso: “Sempre me esforcei para ir do escuro ao claro, como um filtro que suga a água turva e a expele clara, quando não estéril.”¹²

No ensaio “Sobre a Escrita Obscura”, Levi critica severamente quem não consegue escrever de modo direto: “Não é verdade que a desordem seja necessária para descrever a desordem; não é verdade que o caos na página escrita é o melhor símbolo do caos extremo a que somos submetidos: considero isto um erro característico de nosso século inseguro.” E, em carta aberta “A um Jovem Leitor”, Levi lembra a sua plateia que a clareza textual não deve ser jamais confundida com pensamento grosseiro. O estilo de Levi não agradava aos críticos profissionais; até o final dos anos 1970, “aos olhos dos críticos ele continuou sendo um alienígena interessante, respeitável, mas pouco influente no mundo da literatura”.¹³

O estilo de Levi não é apenas simples, é infalivelmente preciso; ele formulou *É Isto um Homem?* com base no relatório semanal de produção usado nas fábricas. O livro inteiro, bem como outros escritos seus, transcorre num tempo presente urgente, imperativo, transmitindo ao leitor o que precisa ser conhecido: “Deve ficar claro que falta pano no Lager [campo].” A força do testemunho de Levi, como o apelo de seus relatos, vem desta especificidade concreta, mundana. Quando saiu de Ka-Be (a “enfermaria” de Auschwitz III), as calças dos prisioneiros caíam, eles não tinham botões e os sapatos machucavam: “A morte começa pelos sapatos [...]” A densidade dos detalhes, a reconstrução passo a passo de como os homens

trabalhavam e morriam — isto é o que dá poder e credibilidade à narrativa.¹⁴

O mesmo vale para os diversos relatos sobre indivíduos que deslizam imperceptivelmente da descrição à analogia, e da analogia à justaposição, e daí ao julgamento. Sobre “o Mouro”, um dos italianos em Auschwitz, ele escreve: “Está bem claro que ele foi possuído por uma loucura senil desesperada; mas havia grandeza em sua loucura, força e dignidade bárbaras, a dignidade pisoteada das bestas enjauladas, a dignidade que redimiu Capaneus e Caliban.” Da Munique devastada, cujas ruas Levi percorreu quando o trem parou lá, em sua jornada interminável de volta à Itália: “Eu me sentia como se passeasse por entre devedores insolventes, como se todos me devessem alguma coisa e se recusassem a pagar.” Sobre “Cesare” (Lello Perugia, seu companheiro italiano na jornada de volta ao lar): “Muito ignorante, muito inocente, muito civilizado.” Em *A Tabela Periódica*, Levi escreve que “hoje sei que é uma tarefa impossível tentar vestir um homem com palavras, dar-lhe vida nas páginas impressas”. Mas ele consegue isso.¹⁵

Nos escritos de Levi o detalhe assume função narrativa, bem como moral. A exemplo de Albert Camus, ele tem o senso da “objetividade” da experiência. Sabe muito bem que isso pode causar desconforto em alguns leitores modernos. Em *A Chave Estrela*, ele se mostra gentilmente irônico quando se detém na descrição técnica: uma vez que não há sinônimos, o leitor “deve ser bravo, usar a imaginação ou consultar um dicionário. Pode ser útil a ele, de todo modo, uma vez que vivemos num mundo de moléculas e rolamentos”. A ênfase no trabalho, em muitas de suas histórias, não era acidental — boa parte dos autores e romances que admirava lidavam explicitamente com a honra e a autonomia derivadas do trabalho especializado; “Faussonne”, o protagonista amalgamado em *A Chave Estrela*, é um personagem conradiano, baseado em parte

em Renaud, o capitão de *Remorques* (Rebocadores), romance de Roger Verdel, que Levi admitia publicamente ser uma de suas influências. O próprio Levi se identificava com trabalho especializado, dizendo: “Sempre fui um químico especulador.” Em “A Ponte”, Levi vai além, declarando explicitamente que ser bom no serviço e sentir prazer com isso constitui a “forma mais acessível de liberdade”,¹⁶ mesmo que não seja a mais alta.

A cínica inscrição nos portões de Auschwitz continha um sentido especial para Primo Levi: ele realmente acreditava que o trabalho nos liberta.

PRIMO LEVI ERA PIEMONTESE, químico, escritor — e judeu. Se não fosse por Hitler, este aspecto seria para ele motivo de quase indiferença. Os judeus estavam presentes na Itália desde antes da destruição do Segundo Templo (ano 70 d.C.); com exceção dos judeus romanos, cujo gueto só foi abolido com a liberação de Roma, em 1870, eles foram praticamente assimilados no conjunto da população. Mesmo os judeus sefarditas do Piemonte, relativamente “recém-chegados”, podiam traçar suas origens na expulsão da Espanha, no século XV (como sugerem seus nomes, frequentemente emprestados de cidades francesas onde viveram antes de chegar à Itália), e a permissão escrita mais antiga para moradia de judeus em Turim data de 1424.

Houvera um sistema de gueto no Piemonte, é verdade, criado no início do século XVIII (bem tarde, para os padrões europeus), e a monarquia dos Savoia nem sempre foi benevolente em relação aos judeus. No entanto, após os decretos de emancipação de março de 1848, sua situação melhorou rapidamente, e, com o advento da Itália liberal, os judeus entraram sem dificuldade para a vida turinesa e italiana em geral. O país teve um primeiro-ministro e um prefeito de Roma judeus antes de 1914. Havia generais judeus no exército, cinquenta durante a Primeira Guerra

Mundial. Até o Partido Fascista possuía uma porcentagem significativa de membros da população judaica (e um ministro das Finanças judeu, até 1932).

Com certeza havia antissemitismo — especialmente em Trieste, herança do governo austríaco. E, por mais ambivalente e cínico que Mussolini fosse em relação às Leis Raciais, elas causaram um estrago profundo na autoconfiança dos judeus italianos. Mas a significativa presença de judeus na resistência antifascista italiana devia mais à arraigada tradição do liberalismo livre-pensador do que a um sentido judaico de vitimização. De todo modo, não havia muitos judeus. Mesmo pelos parâmetros da Europa ocidental, a população de judeus italianos era pequena: apenas 33 mil num conjunto de quase 35 milhões, em 1911, crescendo para 57 mil em 1938, graças à anexação de Trieste, a novas definições “raciais” e à presença de 10 mil judeus estrangeiros fugitivos do nazismo. A maior concentração de judeus ocorria em Roma (cerca de 12 mil, pelo censo de 1931); havia menos de 4 mil em Turim, onde formavam cerca de 0,5% da população local.¹⁷

Os judeus da Itália sofreram muito durante os 18 meses de ocupação alemã, embora não tanto quanto judeus de outras partes. Cerca de 7 mil judeus italianos morreram nas deportações; mas o restante sobreviveu à guerra, uma porcentagem mais alta do que em outros lugares da Europa. Em parte isso se deu porque o Holocausto chegou tarde à Itália (não que isso tenha ajudado os judeus da Hungria); em parte porque os judeus italianos viviam muito espalhados e bem integrados; e também por conseguirem algum apoio e sustento com seus compatriotas italianos, com as desonrosas exceções de praxe. De Turim foram deportados 245 judeus, a maioria para Auschwitz; 21 voltaram após a guerra; entre eles, Primo Levi.¹⁸

Por causa da guerra a condição de judeu de Primo Levi deslocou-se para o centro de seu ser: “Esta experiência

dual, as leis raciais e o campo de extermínio me marcaram do modo como se marca uma placa de aço. A esta altura sou judeu, eles costuraram a estrela de Davi em mim, e não somente em minhas roupas.” Isso ocorreu em parte pelo contato com outros judeus, pela primeira vez — os judeus líbios de Fossoli (que mostravam “uma dor nova para nós”) e os asquenazes em Auschwitz. O judaísmo apresentava certas dificuldades para Levi, e não apenas por ele não professar a religião; sua dedicação ao trabalho e a preocupação com o *Homo faber* — o homem empreendedor — o tornavam peculiarmente sensível às características debilitadas e excessivamente intelectualizadas da vida judaica: “Se o homem é empreendedor, não éramos homens: sabíamos disso e sofriamos com isso.” O que também explica seu entusiasmo inicial com o projeto sionista, em sua encarnação inocente, agrária. Mas a própria diferença dos judeus era também sua virtude. Em “Zinco” ele louva a “impureza”, nos metais e na vida, a impureza que os fascistas tanto abominavam em sua busca da uniformidade, a impureza que “dá origem a mudanças, em outras palavras, à vida... Sou judeu demais... sou a impureza que faz o zinco reagir”.¹⁹

Levi considerava embaraçoso e constrangedor ser tratado “apenas como judeu”, como muitos faziam nos EUA; previsivelmente, ele foi criticado por alguns membros da comunidade judaica norte-americana pelas insuficiências e pela condição parcial de sua identidade judaica.²⁰ Mas ele não sentia inibição em escrever e falar como sobrevivente, em dar seu testemunho e obedecer à exortação caracteristicamente judaica de lembrar. Em tudo que escreveu paira a sombra de sua experiência em Auschwitz — não se pode ler nada de Levi sem conhecimento prévio de sua experiência, pois ele espera e presume que o leitor já a conheça. Seus primeiros e últimos livros são dedicados a ela. Em *A Tabela Periódica* é onipresente, mesmo nas

histórias sem relação com o passado, que em momentos inesperados retornam a ele, subitamente. Em *A Chave Estrela* este ponto é explicitado, após sua explicação da história de Tirésias a Faussone: “Em épocas distantes também fui envolvido numa briga dos deuses; eu também encontrei serpentes em meu caminho, e este encontro mudou minha condição, dando-me um estranho poder de falar.”²¹

A trajetória de Levi foi muito representativa, para um sobrevivente. No início, as pessoas não queriam lhe dar ouvidos — os italianos “sentiam-se purificados pela imensa onda da cruzada antifascista, pela participação na Resistência e em seu desfecho vitorioso”.²² Julia Tedeschi, outra sobrevivente italiana de Auschwitz, passou por experiência comparável: “Encontrei pessoas que não queriam saber de nada, pois os italianos também haviam sofrido, e no final das contas, até mesmo quem não foi mandado para os campos... Eles costumavam dizer, ‘Pelo amor de Deus, isso já acabou’, e por isso permaneci em silêncio por um longo tempo.” Em 1955, Levi comentou que se tornara “indelicado” falar nos campos — “A gente pode ser acusado de vitimização exibicionista, de exposição indecente.” Assim se confirmou o terrível sonho premonitório das vítimas, durante e depois dos campos: que ninguém as ouviria, e, se ouvissem, não acreditariam.²³

Quando as pessoas começaram a ouvir e acreditar, a outra obsessão do sobrevivente passou a atormentar Levi — a vergonha, a culpa pela própria sobrevivência, piorada em seu caso pelo constrangimento da fama. Por que ele, Levi, deveria sobreviver? Teria assumido compromissos que outros recusaram? Quantos morreram em seu lugar? As questões são absurdas, mas se amontoam nos escritos finais de Levi, obscuras no início, abertas no final. No poema “*Il Superstite*” (*O sobrevivente*, fevereiro de 1984), suas implicações são explícitas:

*Afastem-se, vão embora, gente submersa,
Fora daqui. Não desapropriei ninguém,
Não usurpei o pão de ninguém.
Ninguém morreu no meu lugar. Ninguém.
Retornem a sua névoa.
Não é culpa minha se vivo e respiro,
E como e bebo e durmo e visto roupa.*

A culpa do sobrevivente — por sobreviver, pelo fracasso em transmitir a profundidade do sofrimento dos outros, por não dedicar cada hora de vigília ao testemunho e à lembrança — é o legado triunfal da SS, a razão pela qual, nas palavras de Nedo Fiano, “Devo dizer que, no fundo, jamais saí completamente do campo”.²⁴

A vergonha por não estar morto, “graças a um privilégio que não se conquistou”, relaciona-se à preocupação central de Levi e ao título de seu primeiro livro: o que significa reduzir uma pessoa a “um homem emaciado, de cabeça baixa e ombros recurvados, em cuja face e em cujos olhos não se vê nem traço de pensamento?”. Levi, como outras testemunhas sobreviventes, sentia vergonha do que tinha visto, daquilo que outros haviam feito; ele sentia a “vergonha que os alemães não conheciam, aquela que os justos sentem pelo crime de outro homem; o sentimento de culpa por tal crime existir [...]”. Assim, também, é como ele explica a morte de Lorenzo Perrone, o pedreiro que trabalhava fora de Auschwitz e salvara sua vida, mas que fora incapaz de viver, nos anos seguintes, com a lembrança do que vira: “Ele, que não era um sobrevivente, morreu da doença dos sobreviventes.”²⁵

Como sobrevivente, portanto, Levi foi tragicamente típico; como testemunha do Holocausto, não. Como todas as testemunhas, claro, ele escreveu tanto para registrar o que acontecera quanto para se livrar disso (e era estimulado pela sensação de que estava condenado a fracassar nas

duas coisas). Como todos os sobreviventes, seu testemunho é parcial por definição: “Nós, os sobreviventes, não somos as verdadeiras testemunhas [...] Nós somos [...] uma minoria anômala; somos aqueles que, por sua prevaricação, por seus atributos ou por sua boa sorte, não chegaram ao fundo do poço. Os que o fizeram, os que viram a Górgona, não voltaram para contar, ou retornaram mudos.”²⁶ No caso de Levi, ele sobreviveu em Auschwitz graças à boa saúde (até o fim, quando sua doença fortuita o manteve na enfermaria, distante da marcha final da morte), a conhecimentos de alemão, à qualificação como químico que lhe garantiu trabalho em recinto fechado no inverno final, e à boa sorte. Outros têm histórias similares.

Levi conhecia pouco da organização política de alguns prisioneiros. Ele não se beneficiou da *protekcja*, privilégios e favores dos outros internos. Sua visão do campo como um acúmulo de “mônadas” isoladas, e não de uma comunidade de vítimas, foi contestada por outros (embora não por todos). Mas não é por essas razões que Levi é uma testemunha original e única do Holocausto, e talvez a mais importante. É porque ele escreve num padrão distinto do resto; seu testemunho possui uma quarta dimensão que inexiste em tudo que já li sobre o assunto. Tadeusz Borowski é cínico, desesperado. Jean Améry, raivoso, vingativo. Elie Wiesel é espiritual e reflexivo. Jorge Semprún é alternadamente analítico e literário. O relato de Levi é complexo, sensível, composto. Em geral, mais “frio” que outras memórias — por isso, quando ele subitamente se torna quente e brilha com a energia da raiva reprimida, é o mais devastador de todos.²⁷

Alguns tentaram encontrar um sentido no Holocausto, outros negaram que possa haver qualquer um. Levi é mais sutil. Por um lado, ele não viu “significado” especial algum nos campos, nenhuma lição a ser aprendida, nenhuma moral. Ele se revoltou com a noção, sugerida por um amigo,

de que sobrevivera por algum motivo transcendental, que fora “escolhido” para testemunhar. O conceito romântico de que o sofrimento enobrece, de que a vida em condições extremas no campo lançaria uma luz sobre a experiência cotidiana, ao desfazer ilusões e convenções, não passava de uma obscenidade vazia para ele. A mente lúcida de Levi não poderia ser seduzida pela ideia de que a Solução Final representava o desfecho lógico ou necessário da modernidade, da racionalidade ou da tecnologia.

Na verdade, o pessimismo o atraía cada vez mais. A volta do “revisionismo”, a negação das câmaras de gás o deprimiam intensamente, e no final da vida ele chegou a duvidar do uso do testemunho, sentindo “o desânimo de um homem que tem de repetir a mesma coisa”. A exploração quase pornográfica do sofrimento humano — no filme *O Porteiro da Noite*, de Liliana Cavani, por exemplo — o levou à beira do desespero. Seu único recurso para combater os inimigos da memória eram as palavras. Mas o “negócio de vestir fatos nas palavras”, escreveu, “tende ao fracasso, por sua própria natureza”.²⁸

Mesmo assim, há algo que se pode aprender com os campos: “Nenhuma experiência humana carece de significado ou necessidade de análise [...]” A ofensa contra a humanidade é impossível de erradicar e pode retornar — na verdade, jamais se ausentou. Mas em seu primeiro livro Levi tem algo a dizer sobre a condição humana — não redentor, mas essencial. Em “A Zona Cinzenta”, capítulo mais importante de *Os Afogados e os Sobreviventes*, Levi foca um tema que iniciara em obras anteriores: as infinitas gradações da responsabilidade, fraqueza humana e ambivalência moral que devem ser compreendidas se quisermos evitar as armadilhas de dividir tudo e todos em extremos isolados: resistentes e colaboradores, culpados e inocentes, bons e maus. Chaim Rumkowski, o “rei” do gueto de Lodz, fazia parte da “vasta zona de consciências

cinzentas que se estende entre os grandes homens malvados e as puras vítimas.” Assim era o “dr. Muller”, supervisor de Levi no laboratório de química de Auschwitz e seu futuro correspondente: “Nem infame nem herói: depois de filtrar a retórica e as mentiras de boa ou má-fé, restara um espécime humano tipicamente cinzento, um dos não poucos homens de um olho no reino dos cegos.”²⁹

Assim como é um simplismo reconfortante demais tratar os campos como uma metáfora da vida, concedendo desta maneira uma vitória póstuma à SS, não podemos compartimentalizar Auschwitz num buraco negro do qual nenhuma luz humana pode emergir. A importância da linguagem — podemos e devemos nos comunicar, a linguagem é vital para a humanidade e a privação da linguagem é o primeiro passo para a destruição de um homem — era reforçada dentro do campo (as palavras foram substituídas por golpes — “assim soubemos que não éramos mais homens”); mas ela pode ser aplicada fora dele, pois a vida fora é linda, como Levi registra em *É Isto um Homem?*, e a identidade humana é multifacetada, o mal existe e o bem também, além de tudo que há entre um e outro. Não há significado algum nisso, mas é verdade, deve ser conhecido e divulgado.³⁰

A capacidade desapaixonada de Levi para abranger e reconhecer proposições evidentemente contraditórias frustrava alguns de seus críticos, que o acusavam de não acusar seus carrascos, de permanecer no geral muito composto e distanciado. A ideia de uma “zona cinzenta” preocupava alguns, que viam nisso uma falha no exercício do julgamento, uma incapacidade de traçar uma linha moral absoluta entre os assassinos e suas vítimas. Levi reagiu a essas críticas. É verdade que seus escritos iniciais, frios e analíticos, poupavam os piores horrores para evitar a incredulidade dos leitores — “Pensei que meu relato seria mais confiável e útil quanto mais parecesse objetivo e

quanto menos soasse emocional”. E Levi certamente preferia o papel de testemunha do que o de juiz, como escreveria muitos anos depois. Mas os juízos de valor, mesmo implícitos, estão sempre presentes.³¹

Para Jean Améry, que sugeriu ser Levi um “perdoador”, ele replicou que “perdão não é uma das minhas palavras”. Entretanto, como reconhece, sua experiência foi diferente da de Améry, judeu austríaco da resistência belga, capturado e torturado antes de ir para Auschwitz (e que tiraria a própria vida em 1978). Levi não era menos obcecado pelos alemães, mas buscava, insistia, compreendê-los, indagar como puderam fazer o que haviam feito. Contudo, a sugestão de Améry era pertinente, e se refere ao espantoso exercício de autocontrole dos escritos de Levi, pois não resta dúvida de que ele alimentava sentimentos muito, mas muito fortes em relação aos alemães, que começaram a aparecer perto do final de sua vida. Em *É Isto um Homem?* já surgiam referências aos “latidos curtos, bárbaros, dos alemães no comando, que pareciam dar vazão a uma raiva milenar”. Os alemães são mencionados no vocativo: “Vocês alemães tiveram êxito.” E há indícios de condenação coletiva: “O que mais poderiam fazer? São alemães. Este modo de comportamento não é meditado ou deliberado, mas deriva de sua natureza e do destino que escolheram.”³²

Quando chegou o momento de escrever *Os Afogados e os Sobreviventes*, Levi revelou menos inibição. O livro atingiu seu objetivo, ele alega, quando foi finalmente traduzido para o alemão. “Os verdadeiros destinatários, aqueles contra quem o livro mirava, como uma arma, eram eles, os alemães. Agora a arma está carregada.” Mais tarde ele escreve que “o verdadeiro crime, o crime coletivo e geral de quase todos os alemães daquela época, foi a falta de coragem para falar”. E o livro termina com uma acusação de responsabilidade coletiva sem ambiguidade contra os

alemães, “a grande maioria” que seguiu Hitler, e que foram dizimados com sua derrota, e que foram “reabilitados poucos anos depois, como resultado de um jogo político desprovido de princípios”. E, embora ele tivesse o cuidado de insistir que um estereótipo generalizado dos alemães era injusto e não explicava nada, Levi fez questão de enfatizar repetidamente a especificidade do Holocausto, mesmo quando comparado aos crimes de outros ditadores ou dos campos soviéticos.³³

Primo Levi, portanto, podia julgar e odiar. Mas resistia às duas tentações; o espaço que preservou entre os horrores que testemunhou e o tom que usou para descrevê-los substituem a avaliação moral. E, como Czesław Miłosz escreveu a respeito de Albert Camus, “ele teve a coragem de levantar os pontos elementares”. A clareza com que reduzia seu relato à essência do mal, as razões para que este relato permaneça, bem como o fato de a SS não ser quem ditou a história dos Lagers, apesar dos temores de Levi, estão exemplificados no seguinte trecho de *A Trégua*, no qual Levi descreve os últimos dias de uma criança que conseguiu sobreviver em Auschwitz até a chegada dos russos:

Hurbinek era ninguém, um filho da morte, uma criança de Auschwitz. Aparentava cerca de 3 anos, ninguém sabia nada a seu respeito, ele não conseguia falar e não tinha nome; seu curioso nome, Hurbinek, fora dado por nós, talvez por uma das mulheres que interpretavam com essas sílabas os sons desarticulados que a criança emitia de vez em quando. Sofria de paralisia da cintura para baixo, nas pernas atrofiadas, finas como palitos; mas seus olhos, perdidos num rosto triangular devastado, brilhavam, terrivelmente vivos, cheios de exigências, afirmações, do desejo de se libertar, de arrebanhar a tumba de sua mudez. A fala que lhe faltava, que ninguém se dera o

trabalho de ensinar a ele, a necessidade da palavra carregava seu olhar de urgência explosiva: era um olhar tão selvagem quanto humano, até maduro, um julgamento, que nenhum de nós conseguia suportar, tão pesado era em sua força e angústia [...]

Durante a noite ouvíamos atentamente: [...] do canto de Hurbinek vinha ocasionalmente um som, uma palavra. Não era, reconheça-se, sempre a mesma palavra exata, mas era certamente uma palavra articulada; ou melhor, diversas palavras articuladas de modo ligeiramente diferente, variações experimentais sobre um tema, uma raiz, talvez um nome.

Hurbinek, que tinha 3 anos e talvez houvesse nascido em Auschwitz, nunca vira uma árvore; Hurbinek, que lutou feito um homem, até o último suspiro, para conseguir entrar no mundo dos homens, do qual um poder bestial o excluía; Hurbinek, o sem-nome, cujo antebraço minúsculo — até o dele — exibia a tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, livre mas não redimido. Nada resta dele: ele dá seu testemunho por meio dessas minhas palavras.”³⁴

Este ensaio foi originalmente publicado no New York Review of Books em 1999, como resenha de Primo Levi: Tragedy of an Optimist, de Myriam Anissimov. A sra. Anissimov ofendeu-se com alguns dos meus comentários sobre seu livro. A resposta dela — e minha réplica — foram publicadas no New York Review of Books, vol. 46, nº xiii, em agosto de 1999.

¹ Levi não deixou bilhete suicida, mas sabia-se que estava deprimido. Sua morte é amplamente considerada deliberada, mas resta alguma incerteza a respeito.

² “I soldati passavano como um gregge disfatto”, Levi em *La Repubblica*, 7 de setembro de 1983, citado por Claudio Pavone em *Un Guerra Civile: Saggio storico sulla moralità nella Resistenza* (Turim: Bollati Boringhieri, 1991), p.16.

Ver também “Ouro”, em *The Periodic Table* (Nova York: Schocken Books, 1984), p.130; “Arsênico”, em *The Periodic Table*, p.170.

- ³ Ver a entrevista de Levi a Risa Sodi, em *Partisan Review* 54, nº 3 (1987): 356; e *Primo Levi, Il Castoro*, de Giuseppe Grassano; (Florença: La Nuova Italia, 1981), citado por Myriam Anissimov em *Primo Levi* (Woodstock, NY: Overlook, 1999), p.257.
- ⁴ As principais obras de Levi em inglês são *Survival in Auschwitz* (publicada originalmente pela Orion Press, 1959); *The Reawakening* (Nova York: Touchstone, 1995); *The Periodic Table* (Nova York: Schocken Books, 1984); *The Monkey’s Wrench* (Nova York: Penguin, 1995); *If Not Now, When?* (Nova York: Penguin, 1995); *Moments of Reprieve: A memoir of Auschwitz* (Nova York: Penguin, 1995); *The Mirror Maker* (Londres: Abacus, 1997); *The Drowned and the Saved* (Nova York: Vintage, 1989); *Other People’s Trades* (Nova York: Summit, 1989).
- ⁵ Ver Giulio Einaudi, “Primo Levi e la casa editrice Einaudi”, em *Primo Levi as Witness*, org. Pietro Frassica (Florença: Casalinghi Libri, 1990), p.31-43; e Levi em Ferdinando Camon, *Conversation with Primo Levi* (Marlboro, VT: Marlboro, 1989), publicado em italiano com o título de *Autoritratto di Primo Levi* (Pádua: Edizioni Nord-Est, 1987), p.51.
- ⁶ O único elemento metafórico, ou pelo menos de indulgência literária, sustentado na obra de Levi são as repetidas alusões à odisseia de Ulisses. Em *É Isto um Homem?* o significado mnemônico do Canto de Ulisses no *Inferno* de Dante é famoso: “Considerate la vostra semenza/ fatti non foste a viver come bruti/ma per seguir virtute e canoscenza”. Mas Ulisses está por toda parte — depois das duchas, quando o *Blockälteste*, “como Polifemo”, toca todos para verificar se estão molhados; no campo de Katowice, onde os soldados russos “sentiam prazer na comida e no vinho, como os companheiros de Ulisses depois que o navio ancorou”; na “garganta ciclópica, em forma de cone” onde Levi procurava níquel; e numa infinidade de alusões formais e estilísticas, notadamente na invocação de companheiros perdidos, afogados ou salvos. Ver *Survival in Auschwitz*, p.103, 133; *The Reawakening*, p.60; “Níquel”, em *The Periodic Table*, p. 64. Ver também o convincente capítulo de Victor Brombert, “Primo Levi and the Canto of Ulysses”, em *In Praise of Antiheroes: Figures and Themes in Modern European Literature 1830-1980* (Chicago: University of Chicago Press, 1999), p.115-138.
- ⁷ “The Story of Avrom”, em *Moments of Reprieve*, p.81. Entre as virtudes italianas que Levi mais valorizava estava uma relativa despreocupação com as diferenças étnicas ou nacionais: “‘A Itália é um país curioso’, Chaim disse [...] ‘mas uma coisa é certa, na Itália os estrangeiros não são inimigos. Tem-se a impressão de que os italianos são mais inimigos de seus patrícios do que dos estrangeiros [...] é estranho, mas verdadeiro’” (*If Not Now, When?*, p.323).
- ⁸ No conto “Arsênico” Levi é bem específico a respeito de um personagem, o cliente que aparece pedindo a análise química de um açúcar envenenado: Ele fala “excelente piemontês com toques de Asti bem-humorados” (*The Periodic Table*, p.170). Asti é uma cidade pequena a cerca de 60 quilômetros de Turim,

distante o suficiente para dar à fala uma série enorme de marcas identificadoras locais específicas.

- 9 Calvinho é citado por Anissimov, *Primo Levi*, p.300; sobre a moderação como virtude piemontesa, ver a entrevista de Primo Levi a Roberto di Caro em *L'Espresso*, 26 de abril de 1987, também citado por Anissimov, p.401. Ver ainda "Ouro" e "Potássio" em *The Periodic Table*, p.51, 127; para a "cidade misteriosa", ver Camon, *Conversations with Primo Levi*, p.75 (posfácio da edição norte-americana).
- 10 Ver "Ferro", em *The Periodic Table*, p.41; Primo Levi e Tullio Regge, *Dialogo* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989), p.19.
- 11 "Potássio", *The Periodic Table*, p.60.
- 12 *The Reawakening*, p.97; Primo Levi, entrevista para *La Stampa*, 5 de junho de 1983, citado por Anissimov, *Primo Levi*, p.357.
- 13 Primo Levi, "Dello scrivere oscuro", *Opere* (Turim: Giulio Einaudi, 1997), vol.2, p.677; "A un giovane lettore", *Opere*, vol. 2, p. 847. Ver também seus comentários atormentados sobre "Todesfuge", de Paul Celan, em "La ricerca delle radici", *Opere*, vol.2, p.1513: "Scrivere è un trasmettere; che dire se il messaggio è cifrato e nessuno conosce la chiave?" (Escrever é transmitir; mas e se a mensagem for cifrada e ninguém conhecer a chave?) Sobre os críticos de Levi, ver Domenico Scarpa, "Un anno di Primo Levi", em *La Rivista dei Libri*, maio de 1988, p.35.
- 14 Ver *Survival in Auschwitz*, p.29-30, 51.
- 15 Ver *The Reawakening*, p.99, 204; "Ferro", *The Periodic Table*, p.48.
- 16 Ver *The Monkey's Wrench*, p.139,143,146. Ver também Levi, "L'avventura tecnologia", em *Opere*, vol. 2, p.1444-1452.
- 17 Compare-se com a população judaica contemporânea da Grécia, 76 mil; da Holanda, 140 mil; ou da França, 350 mil. Para a motivação de Mussolini em introduzir as Leis Raciais, ver Gene Bernardini, "The Origins and Development of Racial Anti-Semitism in Fascist Italy", *Journal of Modern History*, nº 3 (setembro de 1977), p.31-53.
- 18 Sobre a história dos judeus italianos durante o fascismo, ver Susan Zuccotti, *The Italians and the Holocaust: Persecution, Rescue and Survival* (Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1996); para detalhes sobre as deportações de Turim, ver Liliana Picciotto Fargion, "Gli ebrei di Torino deportati: notizie statistiche (1938-1945)", em *L'ebreo in oggetto: L'applicazione della normativa antiebraica a Torino, 1938-1943*, org. Fabio Levi (Turim: Silvio Zamorani, 1991), p.159-90.
- 19 Ver Camon, *Conversations with Primo Levi*, p. 68; *Survival in Auschwitz*, p.12; "Hidrogênio" e "Zinco", em *The Periodic Table*, p.24, 34-5.
- 20 Ver, por exemplo, Fernanda Eberstadt, "Reading Primo Levi", em *Commentary* 80, nº 4 (outubro de 1985), que considera grande parte de sua obra "fastidiosa" e "insubstancial" (p.47); ver também os comentários de Levi a Risa Sodi, em "An Interview with Primo Levi", p.355-66.

- 21 *The Monkey's Wrench*, p.52. Sobre o conceito de "sombra" e o problema da leitura de obras literárias "assombradas" pelo Holocausto, ver os comentários sensíveis e profundos de Michael André Bernstein, notadamente em *Foregone Conclusions: Against apocalyptic history* (Berkeley: University of California Press, 1994).
- 22 Furio Colombo, "Introduction", em Zucotti, *The Italians and the Holocaust*, p. x.
- 23 Giuliana Tedeschi em Nicola Caracciolo, *Uncertain Refuge: Italy and the Jews During the Holocaust* (Urbana: University of Illinois Press, 1995), p. 121. Levi é citado de *L'eco dell'educazione Ebraica*, em Anissimov, *Primo Levi*, p.273.
- 24 *Moments of Reprieve*, prólogo. Para o texto italiano original, ver Levi, *Opere*, vol.2, p.576. Nedo Fiano está em Caracciolo, *Uncertain Refuge*, p.69.
- 25 Ver *If Not Now, When?*, p.295; *Survival in Auschwitz*, p.82; *The Reawakening*, p.16; *Moments of Reprieve*, p.118.
- 26 Ver *The Drowned and the Saved*, p.83-4.
- 27 Tadeusz Borowski, *This Way for the Gas, Ladies and Gentlemen* (Nova York: Penguin, 1976); Jean Améry, *Par-delà le crime et le châtime: Essai pour surmonter l'insurmontable* (Arles: Actes Sud, 1995); Elie Wiesel, *Night* (Nova York: Hill and Wang, 1960); Jorge Semprún, *Literature or Life* (Viking, 1997).
- 28 Anissimov, *Primo Levi*, p.5; "Carbono", em *The Periodic Table*, p.232.
- 29 Sobre Rumkowski, ver *Moments of Reprieve*, p.127; sobre o dr. Muller, ver "Vanádio", em *The Periodic Table*, p.221-22.
- 30 "Io pensavo che la vita fuori era bella..." (Eu pensava que a vida lá fora era bela), *Opere*, vol.1, p.160. Comparar com o testemunho de Franco Schöheit, em Alexander Stille, *Benevolence and Betrayal: Five Italian Jewish Families Under Fascism* (Nova York: Summit, 1991), p.347: "Certamente elas são experiências, mas sempre experiências absurdas. Como se pode aprender algo com uma experiência deste gênero? Esta é parte da razão pela qual nunca falo sobre isso com meus filhos; essas experiências nada ensinam. Elas pertencem ao mundo do impossível, totalmente fora da esfera da humanidade ordinária."
- 31 *The Reawakening*, "Posfácio", p.210, 222: comparar com o relato que Levi e Leonardo de Benedetti fizeram em 1945, a pedido das autoridades soviéticas de Katowice, que descrevia as câmaras de gás, os crematórios e as doenças, com detalhes cruentos. Ele foi editado mais tarde na Itália, na publicação *Minerva Medica*. Ver *Opere*, vol.1, p.1331-61.
- 32 Ver Anissimov, *Primo Levi*, p. 288; *Survival in Auschwitz*, p.15, 128, 135-36.
- 33 *The Drowned and the Saved*, p.168, 182, 203; *Primo Levi*, "Buco Nero di Auschwitz", *La Stampa*, 22 de janeiro de 1987.
- 34 *The Reawakening*, p.25-6.
- *** Myriam Anissimov, *Primo Levi: Tragedy of an Optimist* (Woodstock, NY: Overlook, 1999).

CAPÍTULO III

A Europa judaica de Manès Sperber

A história convencional da Europa no século XX começa com o colapso dos impérios continentais no decorrer da Primeira Guerra Mundial. Da revolução leninista de 1917 surgiu uma visão que com o tempo veio a parecer a alternativa para evitar o fascismo em grande parte do mundo civilizado. Na esteira dos heroicos embates da Segunda Guerra Mundial e da derrota do fascismo, a escolha para os indivíduos pensantes aparentemente estava entre o comunismo e a democracia liberal; mas esta última sofria com a poluição de suas ambições imperialistas, com o caráter interesseiro de suas proclamações democráticas. Só no final do século, em seu devido tempo, o comunismo perdeu os derradeiros vestígios de credibilidade, deixando o campo aberto a um liberalismo incerto, desprovido de confiança e propósito.

Esta é a história de nosso século, como parecia e parece a muitos que viveram a época; apenas em retrospecto, e, lentamente, os padrões e significados mais profundos e emaranhados foram deslindados e identificados por pesquisadores e participantes. Mas existe uma outra história de nossa era, uma “história virtual” do século XX: trata-se da história dos homens e mulheres que viveram durante o século e não se deixaram iludir, compreendendo seu sentido conforme o desenrolar dos eventos. Não foram muitos. Mas eles não precisaram esperar por 1945, ou 1989, para saber o que ocorrera e o que os eventos significaram, enxergando para além das ilusões. Por várias razões, eles

viram através do véu antes dos outros. Em sua maioria, eles já morreram. Alguns partiram jovens, pagando caro por sua inquietante perspicácia. Um número admiravelmente grande desses viajantes esclarecidos do século eram judeus, e muitos da Europa Central e Oriental.

Manès Sperber foi um deles. Não o conhecem bem nos países de língua inglesa; ele escreveu geralmente em alemão, às vezes em francês. Sua principal obra de ficção, *Like a Tear in the Ocean* (Como uma lágrima no oceano), lançada em 1949, é um *roman à clef* muito longo, semiautobiográfico, pouco lido. Seu principal tema parece um pouco com o dos primeiros romances de André Malraux: dissecar os pensamentos e ações de pequenos grupos de intelectuais, revolucionários e conspiradores desorientados do século. Ao contrário de Malraux, porém, Sperber nunca sentiu atração por “personalidades históricas” da esquerda ou da direita. Na verdade, o tom melancólico de seu livro, e o matiz intelectual, lembra mais Arthur Koestler em *O Zero e o Infinito*, ou Victor Serge em *The Case of Comrade Tulayev* (O caso do camarada Tulayev), dois ex-comunistas obcecados pelo seu antigo comprometimento.

Mas Sperber foi um homem influente em seu tempo. Participou de uma brilhante confraria de eLivross na Paris do pós-guerra que incluía Czesław Miłosz, Kot Jelenski, Ignazio Silone, Boris Souvarine, François Fetjö e Arthur Koestler. A partir de 1946, ele assumiu um posto editorial estratégico na Calmann-Levy, uma editora francesa na qual publicou em francês alguns dos escritores mais importantes da Europa Central de língua alemã. Ele foi ainda, ao lado de Koestler, Raymond Aron, Michel Polanyi, Edward Shils e Stephen Spender, um dos incentivadores do Congresso pela Liberdade Cultural nos anos 1950. Comenta-se que ele e Koestler teriam se baseado em sua experiência no Comintern, no encontro de Berlim em 1950, quando a justificativa e a descrição do Congresso pela Liberdade Cultural estavam sendo elaboradas. Enquanto outros

discutiam e argumentavam interminavelmente, Sperber e Koestler apresentaram um texto previamente preparado e conseguiram que fosse votado. Se é verdade, isso torna Sperber um dos pais do liberalismo da Guerra Fria, o que pode causar confusão, pois ele também continuou sendo amigo pelo resto da vida da esquerda não comunista. Chegou a trabalhar com Raymond Aron e André Malraux, em 1945, no Ministério da Informação comandado por Malraux, de curta duração, mas conhecido como o “ministério de todos os talentos”, que pretendia ajudar na recuperação da vida cultural e intelectual francesa no pós-guerra; redigiu, com Koestler e Albert Camus, um influente panfleto contra a pena de morte.

As memórias de Sperber, publicadas em alemão nos anos 1970, foram agora traduzidas para o inglês, mas pouco têm a dizer a este respeito.**** Elas nos levam de seu nascimento na Galícia austríaca em 1905 até o final da Segunda Guerra Mundial e sua decisão de residir em Paris, onde permaneceu até morrer, em 1984. Mesmo para o período contemplado, as memórias são esquemáticas e seletivas. Sperber praticou com entusiasmo a psicologia adleriana entre as guerras, escrevendo dois livros sobre seu fundador; mas disso pouco sabemos, e absolutamente nada sobre seus motivos para o rompimento com Adler e suas ideias. Uma pena, pois Sperber foi profunda e permanentemente influenciado pelas categorias de Adler: seu livro está cheio de “insights” psicológicos por vezes forçados, descrevendo homens cujas vidas foram definidas pelo envolvimento com o comunismo como “sofrendo de uma compulsão referencial superpessoal”, divagando numa consideração clínica sobre a “memória desatualizada” e assim por diante. Sperber chega a admitir alguma comunhão de ideias com Wilhelm Reich (outro judeu da Galícia que chegou a Berlim via Viena); e ele aceita que a ênfase rabínica na interpretação torna a psicologia uma ciência judaica por excelência.

As memórias também sofrem um pouco com a necessidade de Sperber de recorrer à lembrança apenas. No início de sua vida, como veremos, a acumulação pacífica de um arquivo particular não era possível. Por vezes, quando se atrapalha, ele recicla material dos romances como se fossem uma fonte primária — cita Doino Faber, seu alter ego ficcional, como prova de um evento ou mesmo atitude. Mas nada disso importa quando ele relata sua história, uma narrativa da primeira metade de sua vida relatada como um conto de cinco cidades.

A primeira das cidades é Zablutow, uma aldeia comum na Galícia, nos limites orientais do império austro-húngaro. Sperber cresceu no meio de *luftmenschen* — empobrecidos que não tinham meios visíveis de sustento e esperavam a vinda do Messias —, e ali aprendeu a ser judeu. Não apenas estudou hebraico e textos judaicos como absorveu a essência histórica da identidade judaica, tomando conhecimento da hostilidade cristã quando tinha 4 anos, observando e participando dos rituais de lembrança e celebração que juntavam passado e presente, distância e proximidade. Ele aprendeu a palavra *Yerushalayim*, Jerusalém, antes de descobrir o nome de seu próprio vilarejo; e “soube o nome do capitão Dreyfus antes do meu”. O pogrom de Kishinev, em 1903, e o pogrom de Blois, em 1171, formaram desde a infância um elemento indiferenciado em seu senso de identidade e vulnerabilidade. O pai e o avô de Sperber, um bom aluno, esperavam que ele seguisse seus passos.

A Primeira Guerra Mundial destruiu o mundo de Sperber — literalmente, pois as batalhas austrorrussas ocorreram na região de Zablutow — e o levou, adolescente solitário e apavorado, já desenraizado, para Viena. Ali ele permaneceu por nove anos, forjando a relação de amor e ódio com Viena tão comum em sua geração. Durante este período, Sperber perdeu a fé, mas não o senso de identidade. Como muitos adolescentes judeus, da época e desde então, ele se voltou

por um tempo para um movimento radical sionista de esquerda, Hashomer Hatzair, ou Guarda Jovem, uma espécie de meio caminho entre o judaísmo e a assimilação. No processo, adquiriu um fervor moral anticonvencional, emprestado de movimentos sionistas jovens dos clubes alemães *Wandervogel* pré-1914: de seus ecos, Sperber informa, nunca se livrou completamente.

Em Viena, ele descobriu e aceitou Alfred Adler e suas ideias, mas, em outros aspectos, os anos vienenses foram para Sperber um tempo de frustração, um período de “antíteses”, quando ficou entre a fé e o ceticismo, a comunidade e o indivíduo, o vínculo e a fratura. Como outros, culpava Viena pelos dilemas, embora confesse ter aceitado mais a cidade a cada desapontamento. Em contraste com o romancista Joseph Roth, outro judeu da Galícia, Sperber manteve distância da Áustria, a realidade e o mito. Roth foi mais longe em sua busca de assimilação, atribuindo à monarquia defunta um supercosmopolitismo que compensaria a perda da identidade judaica dele e de outros, fazendo da Áustria-Hungria uma terra para desterrados. Como Roth observa em *The Emperor's Tomb* (A tumba do imperador), a verdadeira Áustria não era a dos austro-germanos de Graz ou Salzburgo; era a dos eslavos, muçulmanos e judeus da periferia do império: só eles mantinham uma verdadeira aliança com a coroa. E ele tinha razão. Para os judeus dos povoados, especialmente, como Sperber nota, o imperador Francisco José I representava mais do que para quaisquer outros. Ele garantia seus direitos civis, o único escudo contra a iminência do ódio e do despotismo. Como o próprio pai de Sperber lamentou, em 1916, ao saber da morte do velho imperador, “A Áustria morreu com ele. Foi para nós um bom imperador. Agora tudo será incerto! Um imenso infortúnio para nós judeus”. Realmente.

A solução de Sperber para o dilema de Roth não foi reinventar Viena, mas deixá-la. Em 1927, ele foi para

Berlim, onde se tornou membro do Partido Comunista Alemão — ato característico de muitos radicais judeus da Europa Oriental, que entraram para o partido nos anos 1920 e o largaram revoltados poucos anos depois (em contraste com intelectuais da Europa Ocidental, judeus e gentios, que entraram mais tarde e ficaram até meados dos anos 1950, e até mais tempo). Sperber não abandonou o sionismo radical, apenas inverteu suas metas. Superou a sensação de fracasso por não se juntar aos pioneiros na Palestina com o argumento racionalizado de que o destino dos judeus seria decidido pela futura vitória socialista. A descrição dos anos entre a chegada a Berlim e a ascensão de Hitler está entre as melhores de suas memórias, pois abundam observações agudas a respeito do mundo comunista e relatos intensos em primeira pessoa dos encontros com os nazistas. Como Arthur Koestler, Hans Sahl e outros contemporâneos seus, Sperber ficou imunizado contra a ilusão ideológica posterior pela experiência em primeira mão dos erros desastrosos dos comunistas alemães perante o nazismo — embora ele também alegue que ver os alemães corajosos nas manifestações da classe trabalhadora em janeiro de 1933, enganados e depois abandonados pelos líderes partidários, o levou a um engajamento à causa dos trabalhadores pelo resto da vida, apesar da irrealdade gritante dos apelos comunistas por força e união do proletariado.

Em 1933, aos 28 anos, já experiente em política e ideologicamente desiludido, Sperber quase levou seus conhecimentos para a cova. Foi preso e interrogado pela SS durante uma operação em março e passou algumas semanas na prisão; um comunista judeu a esperar a morte ou a transferência para um campo. Por razões que ele não conseguiu explicar, foi solto e voltou às ruas de Berlim, de onde imediatamente escapou, após algumas aventuras, e foi para Paris. Ali, como em Viena e Berlim, ele se instalou e foi cuidar da vida. Refletindo sobre seu relacionamento com

todas essas cidades, ele pergunta: “Não sou a criança órfã que chama de ‘papai’ todo homem atencioso?”

Seus principais contatos em Paris, cidade cheia de imigrantes e refugiados do nazismo, ainda eram os comunistas e ex-comunistas de fala alemã. Ele só deixaria formalmente o partido em 1937, e boa parte do terceiro volume de suas memórias se dedica a indagar por que demorou tanto tempo. “Nenhum homem, em seu juízo perfeito”, afinal de contas, poderia acreditar nos Julgamentos de Moscou. Segundo Sperber, suas dúvidas a respeito do Futuro Radiante começaram já em 1931, após a reveladora viagem a Moscou e as descobertas sobre a vida cotidiana do “Homem Socialista”. Sua resposta a esta questão é familiarmente jesuítica (talmúdica?). Ele se considerava no direito de permanecer calado, não por oportunismo, e sim porque “minha contradição era fadada a ser inútil”. Ademais, ele não queria descobrir coisas desagradáveis, e, portanto, conseguiu evitá-las até quando foi possível. “Sem dúvida eu não queria ser sobrecarregado com segredos inúteis, mas além disso afastei-me de informações que poderiam causar dificuldades políticas e emocionais.”

No espírito dos anos 1930 de união antifascista, isso bastou para manter Sperber numa posição contra seus instintos por boa parte da década. Hans Sahl, outro judeu imigrante de língua alemã, recorda-se de Sperber em suas memórias de modo pouco lisonjeiro, como um sujeito que na época não hesitava em “neutralizar politicamente” os críticos de Stalin, mesmo entre seus próprios amigos. A verdade provavelmente é que Sperber, como muitos outros, estava com um pé fora do comunismo quando a ascensão de Hitler o apanhou no meio da passada e o prendeu entre o ódio ao nazismo e a desilusão com o comunismo, o que o empurrou a um silêncio que somente alguns poucos (Arthur Koestler e Boris Souvarine entre eles) demonstraram coragem moral para romper.

Em outros aspectos, porém, os primeiros anos em Paris lhe deram certo alívio. “A radical indiferença dos parisienses, e sua decidida aversão a se envolver na vida de estrangeiros, ou permitir que essas pessoas invadissem suas vidas, garante uma liberdade pessoal que dificilmente se vê por aí.” Em 1939, Sperber já estava pronto para viver sozinho, e até solitariamente. Seus anos de militância ficaram para trás, suas várias identidades haviam sido todas descartadas. Deixou a psicologia de lado pela vida de escritor. Com a deflagração da guerra, porém, os franceses deixaram de lado a indiferença em relação aos estrangeiros em seu meio (se é que um dia chegaram até ele) e o distanciamento de Sperber de seu passado foi abruptamente interrompido.

A quinta cidade da odisseia europeia de Sperber é uma que ele nunca visitou. Por sorte ele conseguiu escapar das garras da polícia de Vichy, e, ao contrário da maioria dos refugiados judeus da Europa Central apanhados na França após a vitória alemã, não foi detido para posterior envio a Auschwitz. Mas Auschwitz é a chave para o resto de sua vida. Dá o tom para suas reminiscências tranquilas sobre tudo que ocorreu antes.

Sperber divide a história humana no que aconteceu antes do Shoá e do que resta. Antes de 1933, e em certos aspectos até 1943 (quando soube dos campos), ele compartilhava algumas ilusões de seus contemporâneos marxistas: “Como quase todos os esquerdistas, fui iludido por minha crença de que os nazistas, fosse qual fosse seu credo, e apesar das promessas socialmente demagógicas que faziam, jamais agiriam diretamente contra os interesses do capitalismo, nem questionariam o princípio da inviolabilidade da propriedade privada.” O que os nazistas (e seus colaboradores na Ucrânia e na Croácia, especialmente) fizeram aos judeus em seguida, a “meu povo”, o atormentou ainda mais, lançando um véu de dor sobre suas memórias.

Quando ele retornou à Alemanha e a Viena, depois da guerra, nada restava. Foi como se todos os elos da corrente de sua vida tivessem sido rompidos. A importância desta compreensão, para o leitor de suas memórias, é considerável. As memórias em si não discutem diretamente o impacto de Auschwitz, tema de uma série de ensaios de Sperber no pós-guerra, reunidos em um volume chamado *Être Juif* (Ser judeu). Mas, quando se lê a consciência “recuperada” de sua condição de judeu tendo como pano de fundo sua história nos anos 1905-46, a narrativa ganha forçosamente nova dimensão. No que parece ser apenas mais uma vida europeia do século XX, encontramos uma história judaica específica.

A história é contada numa variedade de registros. Em primeiro lugar, as diversas afinidades institucionais e ideológicas de Sperber se concentram numa única experiência repetida: a perda da certeza no momento de romper com a religião de seus antepassados. Portanto, ele vive constantemente tentado pelo “conhecimento”, apenas para fugir dele, temendo sua condição ilusória, cético sobre sua adequação filosófica e histórica. Seu pai e seu avô estão sempre ali, em seu ombro — para lembrar que, se alguém deve acreditar em uma única verdade, que seja a primeira. Há em seu romance a imagem do filho de um rabino que esconde a *Fenomenologia do Espírito* de Hegel dentro de uma bíblia hebraica. A imagem reflete a trajetória de Sperber em mais de um nível.

O que ocorreu com a perda da fé repetiu-se na decisão de “engajamento”. Sperber alega que os judeus secularizados imediatamente transferem o imperativo de construir um mundo melhor — e a crença de que isso pode ser feito, e portanto deve ser feito — para um milenarismo secular. Este é um conceito bem familiar. Contudo, a observação mais reveladora de Sperber deriva de sua interpretação de um comentário feito por Karl Kraus, para quem os judeus da Europa Ocidental e Central “em seu malsucedido

afastamento do caráter judaico buscam refúgio no ódio a si”. Sperber parece ter acreditado que os judeus da Europa Ocidental não apenas mergulharam nas lutas seculares como substituição para a fé, como também deixaram de lado as restrições judaicas interiorizadas a respeito do extremismo — a repulsa ao inautêntico, a obsessão pela justiça, e assim por diante. Suas raízes como judeu da Europa Oriental lhe teriam fornecido a âncora que evitou uma entrada despercebida para o amoralismo e oportunismo revolucionários, e similares. Dificilmente se poderia testar a afirmação. Na verdade, alguém poderia perfeitamente inverter o conceito e considerar a falta de crítica pública de Sperber a Stalin como um eco de sua recusa ancestral em transgredir os próprios tabus. O que interessa, porém, é que foi assim que Sperber conseguiu enxergar os dilemas do engajamento e do dever. Estamos muito distantes de Sartre.

A ênfase de Sperber em formas especificamente judaicas de engajamento lança uma luz sobre outro tema recorrente em seus escritos, a questão do messianismo. Sperber pergunta: “Por que um judeu bem jovem, do *shtetl* (povoado) de Zablotow, na Galícia Oriental, deveria se importar com a luta do proletariado alemão?” Isso mesmo, por quê? Bem, como o leninismo, o judaísmo tem um lado intuitivamente absurdo: se parece esquisito alegar que uma minúscula facção política russa tinha autoridade histórica para falar em nome dos trabalhadores de todo o mundo, muito mais esquisito é supor que um Deus universal se vincule eternamente a um povo minúsculo itinerante. A única coisa capaz de justificar as duas alegações é a vindicação futura: revolução mundial num caso, vinda do Messias no outro.

Sperber comenta esta similaridade, admitindo que, ao abandonar o judaísmo por Hegel e Marx, “Eu sabia que seguia a estirpe de meu bisavô messiânico”. Mas ele vai além. Existe também uma diferença entre essas visões de

mundo, que é a seguinte: o messias de seu bisavô não veio (e, portanto, se poderia acrescentar, é real); mas o messias de Sperber veio e se provou falso. Em ensaios posteriores, Sperber escreveu sobre Sabbatai Zevi, o falso messias do século XVII, e seus equivocados seguidores judeus. Este, certamente, não era um interesse casual. Sperber e seus camaradas comunistas, saibam disso ou não, enquadraram-se na tradição judaica do erro. Foram adoradores ignorantes de falsos ídolos e messias equivocados, desviados do caminho da verdade. No final, ele sugere, é mais sábio abandonar todas as certezas reconfortantes em prol do ceticismo solitário.

A dor de Auschwitz, para Sperber, machucava ainda mais por conta de sua relação com a cultura germânica, em especial a língua alemã. Norte-americanos, britânicos, franceses, russos e judeus sefarditas não alcançam esta dor — que Sperber compartilhava com Walter Benjamin, Stefan Zweig, Paul Celan, Hannah Arendt e muitos outros — pois o amor à língua e literatura alemãs foi uma peculiaridade dos judeus assimilados ou quase assimilados da Europa Central. O que Sperber diz de sua própria dificuldade de ver o nazismo em profundidade, antes e depois de Hitler conquistar o poder, vale para muitos outros: “Eu resistia ao rompimento com a Alemanha.” Uma vez que o estrago foi causado, estes mesmos judeus de fala alemã, pela mesma razão, tinham uma compreensão especial da verdadeira desgraça promovida por Hitler — uma compreensão profunda, maior do que a de muitos alemães.

Mas Sperber, ao contrário de Arendt ou Zweig, era também um judeu de um povoado da Galícia. Portanto, viveu entre muitas línguas, cresceu ouvindo hebraico, iídiche, alemão, polonês e ucraniano. Ele insiste que os judeus da Europa Oriental, em contraste com seus equivalentes ocidentais, nunca viveram em guetos. Tinham suas próprias cidades; não eram sem-teto, viviam enraizados numa cultura própria, autêntica e autônoma.

Vivendo na fronteira que separava judeus da Europa Oriental dos da Europa Central, Sperber compreendeu a importância cosmopolita germânica, e também o poder — familiar, linguístico, cerimonial — de uma cultura local original. Em escala maior, isso significa que Sperber estava numa posição inusitadamente favorável para compreender a Europa do nosso tempo, passado e presente.

Quaisquer que sejam as luzes lançadas pela condição judaica sobre a história recente, entretanto, os judeus foram marginais nesta história. As formas específicas de marginalização judaica — preconceito, exílio, perseguição — se encaixam muito bem para os judeus do século XX, assim como o século XX pode se encaixar facilmente nos contornos da memória judaica. Como Sperber observa, ele aprendeu a pensar em termos de Egito, Babilônia, Diáspora, Cruzadas, expulsão da Espanha, pogroms na Ucrânia do século XVII como um único momento no tempo, ou melhor, fora do tempo, numa simultaneidade do sofrimento que cabe aos judeus recordar. Quando saiu de Zablutow ele acreditou ter deixado tudo isso para trás: “Se os *shtetls* judeus ainda existissem hoje, para mim pertenceriam apenas a um passado remoto.” Devido a Hitler, porém, Zablutow está vinculada ao presente e ao passado, presa ao rol de horrores pelo dever recuperado de Sperber de dar testemunho.

É este desejo tardio de retornar a um dever ancestral abandonado — a obrigação de lembrar, entranhada na sua infância em três idiomas (Gedenk! Erinnere dich! Tizkor!) — que impulsiona Sperber, configura suas memórias e as justifica; e é esta mesma particularidade que alça suas memórias, paradoxalmente, para além de seu quadro de referências judaicas. A façanha de Sperber resulta parcialmente de uma responsabilidade pessoal: “tornamos cemitérios ambulantes de nossos amigos mortos”, embora contenha algo mais abrangente, também. Como Koestler, Zweig e muitos outros, Sperber coloca o que tem

de melhor como escritor nas memórias, oferecendo seu testemunho a um mundo perdido: “Devo falar como se fosse o último que ainda sabe. E, com efeito, sou um dos últimos, um dos ataúdes ambulantes de um mundo exterminado.” O extermínio do passado — por projeto, negligência ou boas intenções — é o que caracteriza a história de nosso tempo. Por isso a memória a-histórica de uma comunidade marginal situada no olho do furacão pode ser o melhor guia para nossa era. Não é preciso ser judeu para entender a história da Europa no século XX, mas ajuda.

Este ensaio foi publicado inicialmente na New Republic, em 1996, como parte da discussão da autobiografia de Manès Sperber, relançada na época em três volumes.

**** Manès Sperber, *All Our Yesterdays*, vol.1: *God’s Water Carriers*; vol.2: *The Unheeded Warning*, vol.3: *Until My Eyes Are Closed With Shards* (Holmes & Meier, 1991-94).

CAPÍTULO IV

Hannah Arendt e o mal

Hannah Arendt faleceu em 1975, deixando um legado curioso e divergente. Para alguns ela representa o pior da filosofia “continental”: elucubrações metafísicas sobre a modernidade e seus males, sem os constrangimentos de qualquer disciplina institucional ou intelectual, e com frequência soberbamente despreocupada com a confirmação empírica. Eles ressaltam sua fraqueza por uma frase ou sacada, não raro às custas da exatidão. Para esses críticos, suas observações sobre os infortúnios do século são no máximo secundárias, quando não simplesmente erradas. Outros, incluindo-se aí muitos jovens pesquisadores norte-americanos, continuam a estudar e discutir sua obra, e a consideram uma presença intelectual estimulante; sua recusa em aceitar normas acadêmicas e categorias convencionais de explicação, que tanto frustra e irrita seus críticos, é exatamente o que mais encanta seus admiradores. Vinte anos após sua morte, eles veem seu desejo por uma “nova política” de ação pública coletiva vindicada pelas revoluções de 1989, e sua leitura da sociedade moderna em geral, e do totalitarismo em particular, confirmada pelo curso da história contemporânea. Os dois lados têm uma certa razão, embora seja difícil às vezes lembrar que falam da mesma pessoa.

De fato, apesar da amplitude de tópicos alcançada por seus escritos, Hannah Arendt preocupou-se acima de tudo, durante toda a sua vida adulta, com duas questões interligadas: o problema do mal político no século XX e o

dilema do judeu no mundo contemporâneo. Se adicionarmos a isso a dificuldade específica que ela encontrou para reconhecer o papel característico da Alemanha na história que tentou contar — uma dificuldade que ela nem sempre entendia totalmente, ao que me parece —, teremos alcançado os veios principais de seus escritos, mesmo aqueles que parecem, à primeira leitura, mais distantes de tais preocupações. Isso não significa que as diversas obras de Arendt possam ser relidas sob esta luz como uma obra única, contínua e teoricamente coerente — ela é prolixa e confusa como sustentam seus críticos; mas, se entendermos suas principais preocupações históricas contra o pano de fundo de suas próprias obsessões, torna-se um pouco mais fácil ver o que mantém unidas as várias partes de sua obra e por que ela provoca reações tão díspares quanto intensas.

O ponto central ocupado em todo o pensamento de Arendt pelo problema do totalitarismo parece óbvio.¹ Em um texto de 1954, “Compreensão e Política”, republicado na útil e bem editada coleção de seus primeiros ensaios por Jerome Kohn,***** ela marca seu território sem ambiguidade:

“Se quisermos estar em casa neste planeta, mesmo ao preço de estar em casa neste século, precisamos tentar participar do interminável diálogo com a essência do totalitarismo.” Como expressaria mais tarde em seus “Pensamentos sobre Lessing”, os “pilares das verdades mais conhecidas” estão atualmente abalados, e a primeira tarefa dos sobreviventes é perguntar como isso aconteceu e o que pode ser feito.² Que sua tentativa de captar o sentido da era não a faria cair nas graças de todos era algo já antecipado por ela já em 1946, bem antes do surgimento de *Origens do Totalitarismo*: “Os poucos estudantes que deixaram para trás o campo das descrições superficiais”, escreveu em “The Nation”, “e que não mais se interessam por nenhum aspecto particular nem por novas descobertas,

pois sabem que o todo está em jogo, são forçados a embarcar na aventura da análise estrutural, e dificilmente se pode esperar que escrevam livros perfeitos”.

Origens realmente não é um livro perfeito. Tampouco é particularmente original. As partes sobre imperialismo apoiam-se fortemente no clássico *Imperialism* (Imperialismo), de J. L. Hobson, publicado em 1905, e no relato marxista de Rosa Luxemburgo em *A Acumulação de Capital* (1913). A versão de Luxemburgo era particularmente atraente a Arendt, por causa da ênfase na natureza da expansão capitalista, marcada pela autoperpetuação (e autodestruição), uma característica que Arendt transportou para o totalitarismo; ela considerou a abordagem marxista adequada, menos por suas amplas reivindicações históricas, que ela descartava e associava intensamente ao próprio fenômeno totalitário, e mais pelo ataque marxista contra a burguesia filistina e sua adulação ao proletariado. Ela sentia certa afinidade com esses dois preconceitos. Usou amplamente, com menos créditos, as obras de Franz Neumann e Franz Borkenau, e Livross como ela que, em larga medida, anteciparam seu relato dos Estados nazista e soviético. Seu débito a Boris Souvarine, trotskista francês desiludido que publicou em 1935 um estudo brilhante e presciente sobre Stalin, porém, é aberta e generosamente reconhecido, embora sua duradoura nostalgia por uma certa inocência perdida da esquerda a impedisse de endossar a definitiva inclusão de Lenin por Souvarine, em sua condenação da aventura soviética.³

A importância duradoura da principal obra de Arendt reside, portanto, na qualidade de sua intuição certa, e não na originalidade de sua contribuição. O que Arendt entendia melhor, e que cimeta seu relato sobre o nazismo e a discussão da experiência soviética, no mais desvinculada e pouco desenvolvida, eram as características psicológicas e morais do que ela chamava de totalitarismo.

Ao se instalarem, controlando toda a sociedade, inclusive o próprio aparato governamental inteiro, os regimes totalitários dominam e aterrorizam os indivíduos por dentro. A natureza da vida nesses regimes, arbitrária, aparentemente irracional e antiutilitária, destrói a textura da experiência compartilhada, da realidade da qual a vida normal depende, e desarma todas as tentativas dos homens razoáveis para compreender e explicar o curso dos eventos. Daí vem o trágico fracasso dos observadores externos em perceber o perigo representado pelos regimes totalitários, e a prolongada incapacidade dos críticos em alcançar a dimensão dos eventos que testemunham. Em vez de admitir o que Arendt chamou de “demência profunda” do stalinismo e do nazismo, analistas acadêmicos procuravam algum terreno firme de “interesse”, “racionalidade” ou a partir do qual poderiam reinserir esses movimentos na conhecida paisagem política e moral.⁴

No caso do nazismo, portanto, eles deixaram de perceber o papel central do genocídio. Longe de ser apenas mais um exercício de violência em massa, o plano de eliminar populações inteiras e categorias de pessoas representa o máximo em matéria de controle e desmantelamento do ser humano, não sendo, portanto, extrínseco ao sentido do regime, e sim sua própria base. Similarmente, a era stalinista não constituía uma perversão da lógica do Progresso Histórico, mas sua culminância — prova da infinita maleabilidade de todas as experiências e realidades a serviço de uma ideia.

Não é necessário endossar este relato em todos os detalhes para compreender que Arendt tinha razão, em essência. Na época, e por muitos anos, ela foi criticada por historiadores, cientistas políticos e outros pelas características excessivamente moralistas e até metafísicas de sua abordagem, pela junção de experiências sociais muito distintas num único caso, e pela negligência a

respeito de uma série de fatores e (no caso soviético) “conquistas” que poderiam moderar sua interpretação. Como Eric Hobsbawm ressaltou numa resenha sobre *Da Revolução*, historiadores e outros críticos se sentem “irritados, como a autora certamente não se sente, por uma certa falta de interesse por meros fatos, pela preferência por construções metafísicas ou sentimentos poéticos [...] em detrimento da realidade”.⁵

Acima de tudo, claro, os leitores podem não entender, em grande parte, e muito menos endossar a mescla dos regimes da Alemanha e da Rússia num único tipo. Eles ressaltam corretamente seu hábito irritante de atribuir aos regimes totalitários, e até aos próprios Hitler e Stalin, uma espécie de autoconsciência ideológica, como se eles soubessem que se dedicavam a tornar realidade suas próprias previsões ideológicas (sobre o “problema” judeu ou a inevitabilidade do conflito de classes); Arendt admitiu isso muitos anos depois, numa carta a Mary McCarthy, na qual concede que “o impacto da ideologia sobre o indivíduo pode ter sido exagerado por mim [Em *Origens*]”.⁶

Desde então, no entanto, historiadores, ensaístas e dissidentes fizeram muito para ilustrar e confirmar seu relato.⁷ A ênfase no papel central do terror, que pareceu desproporcional quando ela inicialmente o propôs, hoje soa quase como lugar-comum. O terror, do modo como Arendt o define, executa no ato a sentença de morte supostamente pronunciada pela Natureza sobre raças ou pessoas, ou da História sobre as classes, acelerando, desse modo, os processos “naturais” ou “históricos”.⁸ Sua crítica aos jacobinos, em *Da Revolução*, por almejarem uma República da Virtude e em vez disso instalarem o reinado do terror, ofendeu muita gente na época pela indiferença com as interpretações e os relatos sobre a Revolução Francesa, tanto marxistas quanto liberais. Isso soa hoje como uma

antecipação benigna do consenso histórico defendido por François Furet e outros estudiosos, notadamente em sua definição do terror como principal motor e lógica da tirania moderna, e não um instrumento político extrínseco.

Se Hannah Arendt compreendeu algo que tantos outros deixaram passar, foi porque ela se preocupava mais com o problema moral do “mal” do que com as estruturas de um dado sistema político; como afirmou em “Nightmare and Flight” (Pesadelo e fuga), publicado pela primeira vez em 1945 e republicado nos *Essays* (Ensaaios), “O problema do mal será uma questão fundamental da vida intelectual do pós-guerra na Europa — pois a morte tornou-se a questão fundamental após a última guerra”.

É revelador descobrir na coletânea de Kohn que ela era uma leitora ávida e atenta de alguns dos grandes escritores católicos antimodernos — no ensaio “Christianity and Revolution” (Cristianismo e revolução), de 1945, ela não discute apenas Charles Péguy e George Bernanos, mas também, e menos previsivelmente, G. K. Chesterton. Em nosso mundo pós-cristão, discutir o mal transmite uma impressão de anacronismo curiosa, como se fosse a invocação do mal; mesmo quando estudiosos modernos de regimes assassinos reconhecem o valor de descrevê-los como um mal, eles relutam em invocar o termo de modo explicativo. Mas Arendt não sofria dessas inibições, e por isso, muito antes de seu controverso ensaio sobre Eichmann, ela se engajou profundamente na questão do mal. Não é suficiente, ela escreveu em 1953, respondendo à crítica de Eric Voegelin sobre as *Origens*, tratar os criminosos totalitários como “assassinos” e puni-los como se deve. Num mundo onde o assassinato adquiriu status de dever cívico, as categorias morais (e legais) usuais não bastam.⁹ No ano seguinte ela aprofundou este ponto em “Understanding and politics” (Compreensão e política): “O problema com a sabedoria do passado é que ela morre, por

assim dizer, em nossas mãos assim que tentamos aplicá-la honestamente às experiências políticas fundamentais de nosso tempo. Tudo que sabemos a respeito do totalitarismo revela uma terrível originalidade que nenhum paralelo histórico forçado pode aliviar.”

Esta observação não é muito útil para advogados (Arendt tentava explicar o que via como o fracasso dos Julgamentos de Nuremberg), mas ajuda a entender o recurso à noção de “banalidade”, quando ela aborda a questão de Eichmann. Sua tendência inicial fora descrever o mal característico do totalitarismo como algo intensamente “radical”; mas Karl Jaspers e outros notaram o risco embutido em considerar o nazismo em particular um fenômeno único, e portanto, de modo terrível, “grandioso”. Conforme ela refletia mais sobre o assunto, desenvolvia uma linha de raciocínio bem diferente: em diversos ensaios, e posteriormente em *A Condição Humana* e em *A Vida do Espírito*, ela argumenta que o mal deriva de uma simples falha no *pensar*.

Se isso implica que o mal é consequência da estupidez, então Arendt apenas indulge numa tautologia de sua própria autoria. Ademais, como ela em nenhum lugar sugere que o bem é um produto (ou representação) da inteligência, provavelmente não pretendia ser levada muito a sério. Afinal, como Mary McCarthy ponderou numa carta de junho de 1971, se Eichmann, por exemplo, “não consegue pensar”, então ele não passa de um monstro. Mas se tiver um “coração perverso”, então exerce alguma liberdade de escolha, e portanto pode sofrer uma condenação moral nos moldes costumeiros. Aqui, como em outros pontos, seria melhor não considerar Arendt uma pensadora muito consistente.

Contudo, como definição de um certo tipo de pessoa má, a ideia de Arendt é sugestiva. No ensaio “Organized Guilt and Universal Responsibility” (Culpa organizada e responsabilidade universal), ela cita uma entrevista com um funcionário do campo de Majdanek. O homem admitiu ter

matado pessoas na câmara de gás e enterrado outras vivas: P: “Você sabe que os russos irão enforcá-lo?” R: “(Irrompendo em lágrimas) Por que fariam isso? O que foi que eu fiz?”¹⁰ Como ela comenta, essas pessoas eram apenas empregados e pais de família respeitáveis. Seus atos podem ser monstruosos, prova nas palavras de Arendt da “falência do senso comum”, mas os funcionários propriamente ditos não passam de pessoas bem simples, estúpidas, ordinárias, cotidianas — em resumo, banais. Há algo de frustrante, de terrivelmente plausível nesta observação.¹¹ Ela não se aplica somente a Eichmann, serve a outros personagens que se tornaram proeminentes depois — Klaus Barbie e Paul Touvier — e, portanto, nos ensina algo importante a respeito do Estado totalitário e seus servidores.

Arendt sofreu ataques por propor esta caracterização, em parte por ter feito isso muito cedo, e também porque ela acrescentou uma série de comentários provocativos e controversos sobre o assunto que a obcecava, os judeus. Para compreender as complexidades do relacionamento de Arendt com sua condição de judia, e com a de outros, é crucial lembrar que ela, no final das contas, era judia alemã. Como os judeus de fala alemã de Praga, Viena e outras cidades do antigo império, os judeus da Alemanha eram diferentes dos judeus do leste, eles sentiam e sabiam disso.

Eles foram educados e refinados na Alemanha, mergulharam no *Bildung* alemão, e em geral lhes faltava o relacionamento difícil e frequentemente distante com a língua e a cultura dominantes que moldaram a experiência judaica na Rússia, na Polônia e em outros países da Europa Central e Oriental. Eles certamente sabiam que eram judeus, e seus vizinhos e concidadãos alemães gentios também; mas isso não diminuía sua identificação com a ideia de germanidade. Nas palavras de Moritz Goldstein, escritas em 1912, citadas com aprovação por Arendt em

seu ensaio sobre Walter Benjamin, “nosso relacionamento com a Alemanha é de amor não correspondido”.¹² Como escreveu sobre Rahel Varnhagen, tema de um de seus primeiros livros: “No exterior, seu local de origem era Berlim; em Berlim, chamava-se Judengasse.”¹³

Este senso profundo de seu germanismo é invocado por Margaret Canovan, entre outros, para explicar o cuidado tomado por Arendt em seu estudo do totalitarismo em desviar a atenção das fontes especificamente *alemãs* do nazismo e torná-lo um desvio “ocidental” ou “moderno”. Parece provável; Arendt nunca confrontou realmente o fato de que as piores perseguições da era moderna e aos judeus em particular ocorreram na Alemanha. No tardio 1964, ao atender com simpatia entrevistadores alemães, ela admitiu a Mary McCarthy que “em minha juventude eu costumava dar sorte com os *goim* alemães (e nunca, incidentalmente, com judeus alemães), e vejo com prazer que parte de minha sorte ainda permanece”.

Ela também exhibe alguns preconceitos caracteristicamente alemães em sua juventude, notadamente no que diz respeito aos povos menos afortunados do sul e do leste; num artigo datado de 1944, ela descarta e desdenha a imprensa imigrante dos EUA, “arrancando os cabelos por causa da mais irrelevante disputa fronteiriça na Europa, a milhares de quilômetros de distância — como se Teschen pertencia à Polônia ou à Tchecoslováquia, ou Vilna à Lituânia, e não à Polônia!”. Nenhum “Ost-Jud” teria deixado passar o significado dessas disputas. Sobre os próprios Ost-Juden, Arendt escreveu palavras desabonadoras, em *Origens do Totalitarismo*: “Essas condições na Europa Oriental, embora constituíssem a essência da questão da massa judaica, são de pouca importância em nosso contexto. Seu significado político se limita aos países atrasados nos quais o onipresente ódio aos

judeus o tornou uma arma quase inútil para propósitos específicos.”

Esta exibição quase esnobe de germanismo também contribuiu para seu problemático relacionamento com os judeus norte-americanos; como disse William Barrett, “uma parte dela jamais assimilou completamente os Estados Unidos”. Com sua educação clássica e lembranças da juventude em Königsberg e da época da universidade em Marburgo e Heidelberg, ela provavelmente considerou filisteus, quando não indiscutivelmente autodidatas, muitos dos judeus norte-americanos que conheceu, intelectuais inclusive.¹⁴ Eles, por sua vez, não conseguiam entender como alguém podia ser tão afirmativa e orgulhosamente judia, enquanto (e acima de tudo) era simultaneamente alemã. Os títulos dos capítulos finais de *Rahel Varnhagen* davam uma pista: “Entre pária e parvenu” e “Ninguém escapa da condição de judeu”.

Esta identidade definida obviamente não excluía uma certa distância da condição de judia — muito longe disso; Arendt sempre abordou criticamente seu próprio mundo e sua trágica miopia política. Em *Rahel Varnhagen* ela nota que “os judeus de Berlim se consideravam exceções. E, assim como todo antissemita em Berlim conhecia judeus que considerava exceções, todo judeu berlinense conhecia pelo menos dois judeus orientais em comparação aos quais ele se considerava uma exceção”.¹⁵ Em seu ensaio sobre Rosa Luxemburgo, outra judia e exceção, por quem sentia especial afinidade, ela defende o mesmo ponto de vista sob perspectiva diferente: “Enquanto o autoengano dos judeus assimilados consistia na crença equivocada de que eram tão alemães quanto os alemães, tão franceses quanto os franceses, o autoengano dos judeus intelectuais consistia em pensar que eles não tinham ‘pátria’, pois na verdade sua pátria era a Europa”.¹⁶

Sua distância crítica do sionismo era coerente com tais atitudes. Hannah Arendt tornara-se sionista na Alemanha, passara pela fase neossionista na qual sentiu atração pelo binacionalismo na Palestina, e nunca foi contra Israel; como escreveu a Mary McCarthy em dezembro de 1968, “Uma catástrofe real em Israel me afetará mais profundamente do que qualquer outra”. Mas ela assumia uma posição bem firme, antinacionalista, fosse o nacionalismo judaico ou qualquer outro; daí a impossibilidade de sua posição para muitos judeus norte-americanos, que não conseguiam imaginar com facilidade uma consciência judaica secular forte divorciada do apoio à “solução nacional”. Mais ainda, sua crença profunda, tanto estética quanto política, na necessidade de separação entre o público e o privado significava que ela considerava de mau gosto (e talvez um pouco “oriental”) o estilo político confiante e extrovertido de muitos líderes dos judeus norte-americanos, inclusive certos intelectuais de suas relações.

É este abismo cultural, na mesma medida que a essência da obra, que explica o furor no mais absurdo a respeito de *Eichmann em Jerusalém*. A trinta anos de distância o livro parece muito menos controverso. A pesquisa extensa nos *Judenräte*, os conselhos judaicos da Europa dominada pelos nazistas, sugere o que deveria ter sido óbvio na época: Arendt pouco sabia a respeito do assunto, e alguns de seus comentários sobre a “responsabilidade” judaica foram insensíveis e excessivos,¹⁷ embora pare um ponto de interrogação moral incômodo sobre judeus proeminentes que assumiram a tarefa de administrar os guetos. Ela não errou ao levantar o assunto, nem se equivocou em alguns julgamentos; mas mostrou-se indiferente, talvez insensível, aos dilemas enfrentados pelos judeus no período, e foi caracteristicamente provocativa, até “perversa” (como colocou o historiador Henry Feingold) ao insistir nos poderes dos líderes judeus e negligenciar a necessidade de chamar

a atenção para sua profunda impotência e, em muitos casos, real ignorância do destino que aguardava os judeus.

Se os Conselhos eram em certo sentido os herdeiros de outros organismos de autogoverno das comunidades judaicas existentes, e portanto responsáveis por suprimir a distinção entre cuidar da vida dos judeus e administrar sua morte, também foram o instrumento escolhido pelos nazistas para alcançar suas próprias políticas.¹⁸ Ali, como em toda parte, a política dos nazistas era obrigar os outros a trabalhar para eles, e, embora seja quase certo que uma falta absoluta de cooperação teria tornado as coisas infinitamente mais difíceis para os alemães, a mesma observação se aplica, ainda mais intensamente, à relativa submissão das autoridades judaicas nomeadas localmente em países ocupados, como França, Bélgica, Holanda e outros.

Arendt piorou as coisas para si ao inserir seus comentários breves, mas controversos, num texto que não apenas introduzia a noção de “banalidade” — assim como os judeus pareciam se tornar “responsáveis”, os alemães seriam meramente “banais” —, como também criticava Israel por ter realizado um “julgamento forjado” e escolhido enfatizar os “crimes contra o povo judeu” em vez de “crimes contra a humanidade”. A ironia é que o julgamento de Eichmann *foi* forjado — assim como os julgamentos de Barbie e Touvier na França foram forjados, não no sentido de serem farsas, mas por sua função pedagógica básica. A culpa do acusado em todos os casos jamais esteve em questão. Ben-Gurion se interessava menos por estabelecer a responsabilidade de Eichmann ou se vingar e mais em educar a nova geração a respeito dos sofrimentos passados dos judeus, e portanto reforçar os alicerces do ainda frágil Estado judeu.

Arendt levantara, portanto, questões fundamentais sobre memória, mito e justiça no mundo do pós-guerra. Seus

críticos, como Lionel Abel e Norman Podhoretz, podiam ganhar “pontos no debate”, como Mary McCarthy colocou desdenhosamente numa carta solidária, mas eles não tinham a menor pista do que ela buscava conseguir, e provavelmente ainda não a têm. Como muitos outros nas primeiras décadas do pós-guerra, eles dependiam do que Karl Jaspers chamou de “mentiras autossustentadas”, embora nem ele conseguisse evitar a crítica a sua antiga aluna pela ingenuidade que a levou a ignorar que “o ato de colocar um livro como este no mundo é um ato de transgressão” contra essas exatas mentiras.¹⁹ Hoje em dia, com grande parte da Europa voltada a questões de culpa, memória, responsabilidade passada, “zonas cinzentas” de submissão e colaboração, e o problema da compensação individual e coletiva, as preocupações de Arendt passaram novamente a ocupar uma posição central.

Comparado com esses assuntos, o legado propriamente filosófico e teórico de Arendt é bem trivial. Isso talvez não tenha sido surpresa para ela — numa conversa com Günter Grass, reproduzida nos *Essays*, ela renuncia a qualquer pretensão de ser “filósofa”. Seus críticos concordariam. Stuart Hampshire certa vez escreveu: “ela me dá a impressão de inexatidão nos argumentos, e de desfilar alusões aprendidas sem qualquer exame detalhado dos textos.”²⁰ Nota-se uma tensão constante entre um dever residual, por parte de Arendt, para assumir a filosofia, e uma preferência natural (e um dom) para o comentário político e moral, bem como para o que ela chamava de *ação intelectual*. É tentador ver isso como uma tensão entre Heidegger e Jaspers, as influências intelectuais dominantes no caso dela. Nos piores momentos, ela resvala perigosamente para o lado de Heidegger; nas palavras de Judith Shklar, “a filosofia era para ambos um ato de dramatização por meio de jogos de palavras, associações textuais, fragmentos poéticos e outras frases derivadas de

sua experiência direta”. Era “pensamento passional”.²¹ Ela indulgia em frases como “alienação mundial”, e numa carta a McCarthy, em fevereiro de 1968, foi capaz de escrever o seguinte: “Tenho uma sensação de futilidade em tudo que faço. Comparado ao que está em jogo, tudo parece frívolo. Sei que este sentimento desaparece assim que me permito mergulhar no hiato entre passado e futuro, que é o *locus* temporal adequado do pensamento [...]”²²

Em muitas das incursões de Arendt na teoria, a impressão dominante é de confusão. As categorias tropeçam umas nas outras, seu sentido é obscuro e variável. “Em seu texto desconexo ela adota o estilo de ensaio no qual uma citação lembrada se associa a um fragmento de ideia e outro até chegar a hora de parar” (Hampshire novamente). Seu hábito de rastrear geneticamente os conceitos, o que no caso das ideias a leva de volta a Platão, é particularmente vão quando aplicado a abstrações e categorias mentais como “pensar” e “querer”. Não chega a surpreender a descoberta de que ela considera Hume “não muito interessante”, numa carta de 1954 a Mary McCarthy. A própria McCarthy, amiga afetuosa, admiradora e leitora, critica Arendt por conta das características algo nebulosas de seus argumentos no ensaio sobre Lessing: “Há pensamentos maravilhosos no discurso de Lessing, mas por vezes eles precisam ser sentidos, em vez de claramente percebidos, através da neblina das traduções aproximativas, por exemplo, ‘humanidade’, ‘humanismo’, ‘humanitarismo’, que às vezes são tratados como sinônimos e às vezes não.”

Não foi culpa do tradutor. Arendt pode ter sido confusa ou não, mas induz à confusão, e pouco a valoriza pretender outra coisa. Em alguns momentos ela dá a impressão de justificar uma nostalgia inocente pelo mundo perdido da antiga pólis; em outros, demonstra simpatia por uma espécie de coletivismo sindicalista (enquanto considera o

mais próximo de sua encarnação contemporânea, o kibutz israelense, “governo dos vizinhos”, não muito sedutor). Ela invoca a distinção entre liberdade antiga (participatória) e o tipo moderno (privado) com evidente preferência pela última; contudo, mostrava-se visceralmente contrária a combinar público e privado, e achava que a legislação “social” americana moderna — por exemplo, a dessegregação das escolas — era perigosa, pois buscava diminuir a distinção entre as duas esferas.

A Condição Humana, seu texto teórico mais polido, reduz-se a uma ideia única, embora poderosa: que perdemos o sentido do espaço público, da atuação concertada, e em vez disso nos tornamos escravos de uma visão da vida humana que consiste na curiosa combinação do “fazer” — o erro de colocar o *Homo faber* no centro da teoria política — e “História”, a perigosa crença no destino e em determinados desfechos aos quais ela atribui muitas calamidades de nossa época. São percepções valiosas, embora irrefletidamente um pouquinho comunistas, e não é difícil ver por que cada nova geração de estudiosos acredita encontrar em Hannah Arendt uma crítica vigorosa de sua época. Mas ocorrem conflitos no conjunto das ideias, e de qualquer maneira elas não oferecem interpretação conceitualmente abrangente nem um relato histórico profundo de como chegamos aonde estamos. Elas tampouco propõem soluções aplicáveis na prática para qualquer problema político ou social.

Isso ocorre porque Arendt não procurava formular um relato ou solução abrangente. Em grande parte seus escritos foram inicialmente concebidos nos formatos em que se destacava, como palestras, ensaios ou artigos independentes. São quase todos, no sentido próprio da palavra, textos ocasionais, destinados a abordar um evento particular ou tratar de crises e problemas. Como muitos dos eventos do mundo de Arendt, bem como todas as crises e os problemas, voltavam mais cedo ou mais tarde para a

questão do totalitarismo e suas causas e consequências, suas contribuições para o pensamento moderno devem ser entendidas como variações sobre o mesmo tema: vivemos no meio de uma crise política cuja extensão ainda não captamos plenamente, e devemos agir (em pensamentos e atos) de modo a minimizar o risco de repetir as experiências de nosso século. A primeira necessidade é recapturar — ou pelo menos entender a virtude de tentar recapturar — as antigas qualidades republicanas da civilidade, moderação, discurso público e similares. Arendt chegou primeiro a uma posição desde então adotada por muitos outros. Mas ela é, no final das contas, apenas um ponto de partida.

JÁ SUGERI QUE HANNAH ARENDT rende mais em peças curtas, quando comenta, avalia, critica ou apenas pensa alto sobre temas contemporâneos fundamentais. Alguns ensaios da coletânea feita por Kohn, notadamente um estudo inédito de 1950 ou 1951, intitulado “The Eggs Speak Up” (Os ovos se manifestam), destacam-se entre os melhores textos que escreveu, na minha opinião, e deveriam pôr ponto final à imagem de Arendt como “teórica” da Guerra Fria, ou mesmo como intelectual precursora dos “neoconservadores”.²³ Portanto, não chega a ser uma surpresa que sua longa correspondência com Mary McCarthy, publicada integralmente pela primeira vez, seja tão prazerosa.²⁴ As cartas não são particularmente íntimas ou reveladoras, da parte de Arendt, mas mostram um lado mais brando e afetivo; ela parece achar que McCarthy era uma das poucas pessoas que entenderam o que queria dizer (sobre *Eichmann em Jerusalém*, ela diz a McCarthy: “você foi a única leitora a entender o que eu jamais admitiria — ou seja, que escrevi o livro num curioso estado de euforia”).

Ela também demonstra sentimentos mais humanos que sua correspondente consegue por vezes proclamar; na

sequência de uma série de cartas altamente emotivas de Mary McCarthy em 1960 a respeito de seu novo amor (James West, seu futuro marido) e as irritantes dificuldades criadas por vários ex-maridos e filhos de casamentos anteriores, cabe a Arendt chamar a amiga de volta à terra com um toque sutil: “Por favor, não se iluda: ninguém jamais foi curado de hábito ou traço por uma mera mulher, embora seja isso exatamente o que todas as moças acreditam poder fazer. Ou você se dispõe a aceitá-lo ‘como é’ ou acho melhor ir embora sozinha. O que acontecerá com essas pobres crianças? Acrescentar ao choque da separação dos pais o afastamento umas das outras me parece pouco sábio. Mas como se pode julgar alguém sem saber de nada[?].”

Quando Mary McCarthy se mostrou incomodada por Hannah Arendt continuar a manter um relacionamento amigável com Bowden Broadwater, o marido abandonado por McCarthy, Arendt a censurou: “O fato é que você o trouxe para minha vida, sem você ele nunca teria se tornado amigo da família — não amigo pessoal, o que ele não é, claro — por assim dizer. Mas, uma vez que você o trouxe, não pode simplesmente expulsá-lo de onde está agora. Enquanto ele não fizer algo realmente revoltante, o que não ocorreu até o momento, ou se voltar contra você, o que tampouco fez, não pretendo proferir julgamentos [...] Você diz para não confiar nele. Talvez tenha razão, talvez não tenha, eu não faço a menor ideia. Mas chama a minha atenção que tenha esquecido com tanta facilidade que confiou nele o suficiente para passar 15 anos casada com ele.” A diferença de idade entre elas não era grande (Arendt nasceu em 1906, McCarthy, em 1912), mas não resta dúvida sobre quem era a mulher madura e quem era a moça precoce.

O tom da correspondência nem sempre é sério. Previsivelmente, trocam muitos mexericos, alguns engraçados. Arendt não tinha paciência para a maioria dos

intelectuais franceses, principalmente figuras em voga. Em 1964 ela escreveu a McCarthy: “acabei de ler *Les Mots* (*As palavras*) — e fiquei tão revoltada que quase sentia a tentação de resenhar aquela mentira altamente complicada [...] lerei as confissões de Simone — por seu valor como fuxico, e também por este tipo de má-fé ter-se tornado fascinante”. Poucos meses depois ela relata a sequência: “Este livro [*A Força das Coisas*] é um dos mais engraçados que li nos últimos anos. Incrível que ninguém o tenha esmiuçado. Por mais que eu antipatize com Sartre, parece-me que ele foi punido por todos os seus pecados com uma cruz deste tamanho. Especialmente por ser o amor verdadeiro dela por ele a única circunstância atenuante no ‘caso contra ela’, algo realmente tocante.”

McCarthy, claro, era mestre neste tipo de coisa; quando, em 1966, o *Nouvel Observateur* parisiense deu a manchete “Ela é Nazista?” em cima dos trechos de *Eichmann em Jerusalém*, ela a descreveu como “uma jogada de promoção de vendas revestida de piedade ‘antifascista’”, o que é bem a verdade. Alguns anos depois o editor Jean Daniel tentou consertar a situação, inutilmente: “Daniel se opôs a isso, pelo que sei. Neste caso, deveria ter pedido demissão. Dizer isso aqui [Paris] é obviamente jocoso. Nenhum intelectual francês jamais se demitiria por uma questão de princípio, exceto para se associar a outra turma.”

O par mostrava preconceito contra intelectuais franceses, mas os outros se saíam melhor. McCarthy faz um relato maravilhosamente ácido de um jantar em Londres em 1970, cheio de “zumbis idiotas”, no qual reproduz um comentário de Sonia Orwell, conforme contado por Stephen Spender, para ilustrar a profundidade do esnobismo britânico: “Auschwitz, ora, minha cara, *nada disso!* Aquele sujeito nunca esteve em Auschwitz. Só em algum campo de extermínio bem *secundário*.” Os preconceitos de Arendt surgem num nível bastante mais rarefeito. Sobre Vladimir Nabokov, ela escreveu, em 1962: “Há algo [nele] que me

causa profunda aversão. Como se quisesse mostrar o tempo inteiro o quanto é inteligente. E como se pensasse em si em termos de ‘mais inteligente que’. Há uma coisa vulgar em seu refinamento.” Na mesma carta ela responde ao pedido de McCarthy, que desejava saber sua opinião sobre *O Tambor*: “Conheço o livro de Grass, mas nunca consegui terminá-lo. Em minha opinião, em geral de segunda mão, pouco original, *outré*, embora contenha algumas partes muito boas.”

Os comentários mais ferinos, porém, foram reservados para a cena intelectual de Nova York. A “certeza marxista” de Philip Rahv é comparada por McCarthy à conversa com “algum mamute fossilizado”; “o pessoal do PR [*Partisan Review*]” é em geral perda de tempo, exceto “Danny Bell”, sobre quem Arendt admite, contrariada, “é o único que tem uma consciência que o incomoda de vez em quando. Ele também é um pouco mais inteligente que os outros”. Do editor da *New Yorker*, que lhe pedira em 1956 mais detalhes sobre um texto que havia escrito, Mary McCarthy comenta: “Shawn é realmente uma pessoa curiosa; um autodidata que presume que todos, como ocorria com ele quando era ignorante, estão ansiosos para serem entupidos de informação. Uma sentença azeitada com datas e nomes próprios o enche de prazer voraz — como se fosse um *boeuf à la mode*.”²⁵

McCarthy sabia ser séria também; seus comentários intermitentes sobre Richard Nixon, desde o “debate da cozinha” em 1959, com Krushev, até um apropriado lembrete de 1974, de que o tão elogiado presidente morto havia sido um escroque, são bem embasados, e ela possuía o dom da descrição do ambiente, fosse viajando pela Sicília, fosse num jantar europeu com as esposas de escritores falecidos (“Tivemos uma festa ontem [...] estava cheia de viúvas, como *Ricardo III*”). Mas no final da correspondência entra em cena um tom mórbido, levemente paranoico. Ela

não entende por que seus livros são mal recebidos e sente-se abandonada pelos amigos. Após um ataque contra sua pessoa em 1974, ela escreve para Arendt: “Não posso evitar o sentimento, embora impróprio, de que se um de meus amigos estivesse no *meu* lugar, *eu* teria levantado a voz. Isso conduz à conclusão de que sou peculiar, de um modo que não consigo perceber; *indefensável*, pelo menos para meus amigos” (itálicos no original). Até Arendt sofre suspeitas — “Algo acontece ou aconteceu com nossa amizade [...] O mínimo que posso conjecturar é que eu dei nos seus nervos”. Se foi ou não, o caso é incerto — Arendt era educada demais para responder. Mas a personalidade sensível e fundamentalmente narcísica de McCarthy talvez a tenha incomodado um pouco. Surge um tom inconfundivelmente mais frio nas últimas cartas de Arendt, muitas das quais foram ditadas.

Embora haja em última análise aspectos bem monótonos na parte de McCarthy da correspondência, cáustica e autorreferente, as cartas de Arendt mantêm um tom mais comedido e cosmopolita. Ela nunca comenta seus dilemas pessoais com McCarthy, como, por exemplo, a frustração por não continuar com o longo relacionamento com Heidegger. Mas uma descrição longa de agosto de 1972 do clima no Rockefeller Center para escritores e artistas em Bellagio, na Itália, não somente captura com brilho o espírito luxuriante, sibarítico, mundano do local, como aponta suas cômicas contradições, que pelo jeito não mudaram nada: “Agora imaginem o lugar cheio, mas não lotado, com um punhado de estudiosos, ou melhor, professores de todos os países [...] quase todos eles bem medíocres (para ser caridosa), acompanhados pelas esposas, algumas das quais são malucas, outras tocam piano ou datilografam animadas as obras não primas de seus maridos.”

Ela fez comentários sensíveis e equilibrados sobre o movimento estudantil de 1968 (na França e nos Estados

Unidos), em contraste com McCarthy, que se equivocou completamente em relação aos eventos e garantiu a Arendt em junho daquele ano que De Gaulle “cometera um erro em sua rápida guinada à direita; ele assustará o eleitor médio que *esperava* assustar com sua retórica anticomunista”. (Na verdade, De Gaulle e seu partido obtiveram uma vitória eleitoral esmagadora duas semanas depois, por conta desta retórica.) No geral parece justo concluir que as cartas de Mary McCarthy, por mais interessantes que sejam, são efêmeras, enquanto que as contribuições de Arendt possuem uma textura mais densa e podem ser lidas ainda hoje como comentário valioso sobre sua época.

Como os *Essays*, além disso, elas nos ajudam a entender um pouco melhor a própria Hannah Arendt. Embora ela realmente possa ter sido, nas palavras de Mary McCarthy, “uma passageira solitária em sua cadeia de pensamento”,²⁶ não estava completamente sozinha em sua jornada pelo século XX. Sua afinidade por escolha pode ter sido com os grandes nomes alemães do passado e do presente, mas sua verdadeira comunidade encontrava-se em outro lugar, como sugerem suas amizades e contatos. Ela nasceu em Königsberg, uma cidade na periferia geográfica da cultura em que ocupava simultaneamente o centro. Isso lhe dá mais coisas em comum do que pode ter percebido com autores contemporâneos seus, nascidos em outras cidades vulneráveis, ao mesmo tempo periféricas e centrais — Vilna, Trieste, Danzig, Alexandria, Argel e até Dublin —, e explica sua inclusão numa comunidade muito especial e transitória, a da república das letras do século XX, formada contra sua vontade pelos sobreviventes das grandes comoções do século.

As comunidades cosmopolitas perdidas nas quais alemães, judeus, gregos, italianos, poloneses, franceses e outros viviam em produtiva desarmonia foram arrancadas pela raiz com a Primeira Guerra Mundial, e eliminadas

durante a Segunda Guerra e seus desdobramentos. Esta experiência compartilhada explica o entendimento de Arendt para a expressão de Moritz Goldstein, “amor não correspondido” (a mesma frase foi usada por Miłosz em *The Captive Mind* [A mente cativa] para se referir à falta sentida pelos intelectuais poloneses do Ocidente que desaparecia), e sua afinidade instintiva com Albert Camus.²⁷ Eles eram “sobreviventes casuais de um dilúvio”, como ela disse numa dedicatória a Jaspers, de 1947, e onde quer que estivessem, em Nova York, Paris ou Roma, eles eram constrangidos, como o Sísifo de Camus, a empurrar a pedra da memória e da compreensão até o alto da montanha ingrata do esquecimento público pelo resto de suas vidas.

No caso de Arendt, a responsabilidade que sentia pesava ainda mais por uma recusa consciente, talvez tipicamente judaica, em condenar completamente a modernidade, ou amaldiçoar o Iluminismo e todas as suas realizações. Ela certamente entendia a tentação, mas via também o perigo. A tendência de tratar a democracia liberal ocidental como algo “superficial”, já presente nas soluções “orientais” antes de 1914,²⁸ foi revivida duas vezes durante nossa época. Na primeira ocasião, nos anos 1960, a resposta de Arendt não foi ambígua: a luta contra o charme enganoso do que hoje chamamos de relativismo cultural era para ela questão de coragem moral, de exercer o que chama de julgamento. Numa carta a Jaspers em dezembro de 1963 ela argumenta que “mesmo pessoas boas e no fundo valorosas temem realizar julgamentos. Esta confusão a respeito de julgamentos anda de mãos dadas com a inteligência fina e forte, assim como o bom julgamento pode ser encontrado em pessoas cuja inteligência não as destaca”.²⁹ Hannah Arendt não temia julgar nem ser julgada.

Sobre a volta recente de uma atitude crítica em relação ao Iluminismo, notadamente em certos círculos da Europa Central, seduzidos pela noção pós-Heidegger de que a

sociedade tecnológica desalmada “fabricadora” do nosso século é um rebento da arrogância ateia do Iluminismo francês e seus sucessores, a própria Arendt tem uma responsabilidade indireta. Foi a precariedade de seu pensamento sobre o assunto que possibilitou essas interpretações, e sua relutância em se distanciar definitivamente de seu antigo amante e mentor não ajudou em nada. Mas ela nunca cometeu o erro de supor que o fim do comunismo prometia uma espécie de sucesso definitivo para seus oponentes, ou que a responsabilidade das várias correntes do pensamento ocidental pelos infortúnios de nossa época desqualificam a tradição ocidental como um todo. Ela cometeu diversos erros menores, pelos quais seus muitos críticos jamais a perdoarão. Mas captou bem as grandes questões, e por isso merece ser lembrada.

Este ensaio foi publicado inicialmente no New York Review of Books, em 1995, como resenha de uma nova coletânea de ensaios de Hannah Arendt e da correspondência recém-publicada com Mary McCarthy. Provocou respostas iradas de alguns leitores, ainda furiosos com Hannah Arendt por seus comentários de trinta anos atrás em Eichmann em Jerusalém sobre a “banalidade do mal”. As manifestações foram publicadas no New York Review of Books, vol. 42, nº viii, maio de 1995, e vol. 42, nº xiv, setembro de 1995.

NOTAS

- ¹ A recente análise de Margaret Canovan, *Hannah Arendt: A Reinterpretation of Her Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992; 1994), possui a inusitada virtude de enfatizar este ponto, sendo a melhor discussão geral da obra de Arendt até o momento. O novo estudo de Maurizio Passerin d’Entrèves, *The Political Philosophy of Hannah Arendt* (Nova York: Routledge, 1993) é sutil e abrangente, mas deixa tudo arrumado demais.
- ² “Sobre a humanidade em tempos sombrios: sobre Lessing”, em *Homens em Tempos Sombrios* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987), p.10.

- ³ Por razões possivelmente relacionadas, em sua obra falta a elegância interpretativa dos escritos de Jacob Talmon, cujo *Origins of Totalitarian Democracy* (Londres: Secker and Warburg, 1952) apresenta uma teoria crítica mais completa e abrangente das origens intelectuais do comunismo.
- ⁴ “Precisamente por ser o cerne utilitário das ideologias tido como certo, o antiutilitarismo dos governos totalitários e sua completa indiferença aos interesses das massas provocou um choque tão grande.” *The Origins of Totalitarianism* (primeira edição da Harcourt Brace, 1951; todas as citações são da edição de 1961), p.347.
- ⁵ E. J. Hobsbawm em *History and Theory*, vol.4, nº 2 (1965), citado por Elizabeth Young-Bruehl, *Hannah Arendt: For Love of the World* (New Haven, CT: Yale University Press, 1982), p.403.
- ⁶ Ela tinha um toque mais firme quando lidava com os intelectuais propriamente ditos. Sobre ensaístas franceses do final do século, como Léon Daudet, Charles Maurras e Maurice Barrès ela escreveu: “Sua filosofia pessimista e seu regozijo com a desgraça foram os primeiros sinais do colapso iminente da intelligentsia europeia.” *The Origins of Totalitarianism*, p.112.
- ⁷ Para um relato verdadeiramente original do *Gleichschaltung* soviético em ação ver Jan T. Gross, *Revolution from Abroad: The soviet conquest of Poland’s West Ukraine and Western Belorussia* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987).
- ⁸ Ver *Origins of Totalitarianism*, p.466.
- ⁹ Hannah Arendt, “A Reply”, *The Review of Politics*, janeiro de 1953, vol.15, nº i, p.76-84.
- ¹⁰ Isso faz lembrar a confissão de Hoess, comandante de Auschwitz: “Estávamos todos tão treinados a cumprir ordens sem sequer pensar que a ideia de desobedecer a uma ordem jamais teria ocorrido a qualquer um de nós.” Citado por Telford Taylor, *Anatomy of the Nuremberg Trials: A personal memoir* (Nova York: Knopf, 1992), p.363.
- ¹¹ Isso também recebeu, desde então, confirmação taxativa nos estudos sobre criminosos “comuns”: torturadores, assassinos e genocidas. Ver, em particular, Christopher Browning, *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland* (Nova York: Harper Collins, 1992).
- ¹² “Walter Benjamin: 1892-1940”, em *Men in Dark Times*, p.184.
- ¹³ *Rahel Varnhagen: The life of a jewish woman* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1974) p.219.
- ¹⁴ Ver William Barrett, *The Truants: Adventures among the intellectuals* (Garden City, NY: Anchor/Doubleday, 1982), p.99.
- ¹⁵ *Rahel Varnhagen*, p.85.
- ¹⁶ “Rosa Luxemburgo: 1871-1919”, em *Men in Dark Times*, p.42.
- ¹⁷ Por exemplo, “A verdade completa é que se o povo judeu fosse realmente desorganizado e sem liderança, teria havido caos e muita miséria, mas o

número total de vítimas dificilmente seria de 4,5 a 6 milhões de pessoas”, em *Eichmann em Jerusalém*.

- 18 Ver os comentários de Henry Feingold em “The Judenrat and the Jewish Response”, em Yehuda Bauer e Nathan Rotenstreich, orgs., *The Holocaust as Historical Experience* (Nova York: Holmes and Meier, 1981), p.223. Sou grato ao professor Steven Zipperstein por esta e outras referências. A complexidade do tema, notadamente pelo amplo espectro de reações dos judeus na época, está bem resumida por Michael Marrus, *The Holocaust in History* (Hanover, NH: University Press of New England, 1987), notadamente o capítulo 6, “The Victims”.
- 19 Citado por Gordon Craig em sua resenha de *Correspondence*, a correspondência entre Arendt e Jaspers, em *The New York Review of Books*, 13 de maio de 1993, p.12.
- 20 Stuart Hampshire, resenha de *A Vida do Espírito*, em *The Observer* (Londres), 30 de julho de 1978. Curioso a respeito do motivo para levarem Arendt a sério nos EUA, na condição de teórico político e filósofo público, Hampshire indaga: “Seria esta diferença um mero choque entre a filosofia analítica ao modo britânico e a tradição alemã pós-hegeliana de pensamento, que tem um pé nos EUA, entrincheirou-se na França e foi rejeitada aqui?”
- 21 Judith Shklar, “Hannah Arendt as a pariah”, *Partisan Review* vol. 50, nº 1 (1983): p.67.
- 22 A carta está datada de 9 de fevereiro de 1968, uma semana após o início da ofensiva do Tet, e deve ser entendida neste contexto, claro. Incomodava profundamente Arendt a Guerra do Vietnã e seu impacto destrutivo sobre a vida pública norte-americana, bem como os conflitos domésticos da época: ela não foi a única intelectual contemporânea a dar vazão a sentimentos ocasionais de frustração e impotência em face desses acontecimentos.
- 23 Ao discutir a ideia emergente de que exploração, ditadura e corrupção eram de certo modo males menores, ela escreve: “Alguns antitotalitários já começaram a elogiar certos ‘males menores’, por causa da época não tão distante assim, quando esses males governavam um mundo ainda ignorante do pior de todos os males, a época dos bons velhos tempos, melhores por comparação [...] O maior perigo de reconhecer o totalitarismo como a maldição do século seria a obsessão por ele, a ponto de gerar cegueira em relação aos numerosos males menores e não tão menores assim que pavimentam o caminho para o inferno.” *Essays in Understanding*, p.271-72.
- 24 *Between Friends: The correspondence of Hannah Arendt and Mary McCarthy, 1949-1975*, organização e introdução de Carol Brightman (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1995). Segundo a editora, os únicos cortes foram comentários litigáveis, em sua maioria feitos por McCarthy.
- 25 Revisores de texto de editoras costumam receber repreensões inflamadas dos autores. Arendt disse, em 1971, por conta de uma disputa menor com os editores da Harcourt Brace: “Esta bobagem inteira vem de seu zelo em mostrar o quanto são necessários, que trabalham muito e muito bem etc.; além, é claro, da pura estupidez com um toque excessivo de maldade. O

ultraje é que eles nos obrigam a *trabalhar* para desfazer o que fizeram, e a cada vez que colocam suas dúvidas idiotas na margem a gente corre atrás de referências e só Deus sabe do que mais. Se fôssemos compensados pela editora pelo trabalho desnecessário eles tomariam um pouco mais de cuidado [...] Essas pessoas não são 'profissionais', são gente incapaz de arranjar emprego que conseguiu um serviço que, para começo de conversa, praticamente inexistente."

²⁶ Ver Mary McCarthy, "Saying Goodbye to Hannah", em *Occasional Prose* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1985), p.37, citado por Carol Brightman em sua introdução às cartas, p.xvi.

²⁷ Para uma interpretação estimulante das similaridades subdimensionadas de visão de Camus e Arendt, ver Jeffrey C. Isaac, *Arendt, Camus and Modern Rebellion* (New Haven, CT: Yale University Press, 1992). O título do último capítulo de *Da Revolução*, de Arendt, "A tradição revolucionária e seu tesouro perdido", poderia ser o título de várias obras de Camus.

²⁸ Ver seus comentários sobre a questão em *Origens do Totalitarismo*, p.245.

²⁹ Citado por Elizabeth Young-Bruehl, de uma carta a Jaspers que não foi incluída na correspondência publicada. Ver *Hannah Arendt: For Love of the World*, p.338.

***** Hannah Arendt, *Essays in Understanding, 1930-1954* (Nova York: Harcourt Brace, 1995).

Parte Dois

AS POLÍTICAS DO ENGAJAMENTO INTELECTUAL

CAPÍTULO V

Albert Camus: “O melhor homem da França”

Albert Camus morreu num acidente de carro na França, em 4 de janeiro de 1960, aos 46 anos. Apesar do Prêmio Nobel de Literatura, concedido a ele havia apenas três anos, sua reputação entrara em declínio. Na época do prêmio os críticos disputaram avidamente para enterrar o laureado; da direita, Jacques Laurent proclamou que, ao conceder o prêmio a Camus, “*le Nobel couronne une oeuvre terminée*” (o Nobel coroa uma obra encerrada), enquanto o esquerdista *France-Observateur* insinuava que a Academia Sueca talvez houvesse pensado que escolhia um jovem escritor, mas que, na verdade, confirmara uma “esclerose prematura”. Camus deixara para trás a melhor parte de sua obra, pelo jeito: muitos anos se passaram sem que ele publicasse algo realmente digno de nota.

Camus foi, pelo menos em parte, responsável pelo declínio do apreço da crítica. Conforme a moda do momento, ele se engajou em especulações filosóficas para as quais estava mal preparado, e para as quais exibiu apenas uma vocação moderada — *O Mito de Sísifo* não agradou muito, apesar de seus aforismos de grande repercussão. Em *O Homem Revoltado*, Camus apresenta algumas observações importantes sobre os perigos das ilusões de uma revolução lírica; mas Raymond Aron disse praticamente a mesma coisa com resultados muito mais devastadores em *O Ópio dos Intelectuais*, enquanto que as especulações filosóficas ingênuas, quase autodidatas, o expuseram à réplica cruel e dolorosa de Sartre, que

danificou severamente sua credibilidade perante a esquerda intelectual *bien-pensant* e minou permanentemente sua autoconfiança pública.

Embora a reputação literária do autor de *O Estrangeiro* e *A Peste* tenha sido injustamente afetada na opinião de seus contemporâneos por suas incursões malogradas no debate filosófico, foi seu papel de principal intelectual público, de porta-voz moral da época, que pesou mais nas costas dele, em sua última década. Os editoriais que escreveu no jornal *Combat*, no pós-guerra, conferiram a ele um prestígio singular, nas palavras de Aron;¹ foram de Camus as máximas que marcaram o tom moral da geração da Resistência, que enfrentava os dilemas e decepções com a Quarta República. No final dos anos 1950, este fardo tornou-se intolerável, fonte de constante desconforto nos textos e discursos de Camus. Nos anos anteriores, ele aceitara a responsabilidade: “A gente deve se submeter”, como disse em 1950.² Mas, na última entrevista que concedeu, em dezembro de 1959, sua frustração e ressentimento são patentes: “Não falo por ninguém: já tenho dificuldade suficiente para falar por mim. Não sou guia de ninguém. Não sei, ou mal sei para onde vou” (“*Je ne sais pas, ou je sais mal, où je vais*”).³

Ainda pior, para Camus e sua plateia havia o dilema apresentado pela tragédia francesa na Argélia. Como muitos intelectuais de sua geração, Camus era um crítico cáustico da política francesa; ele condenava o uso da tortura e do terror na “guerra suja” do governo contra os nacionalistas árabes, e fora um crítico estridente e bem informado da discriminação colonial contra a população árabe original desde os anos 1930 (numa época em que muitos intelectuais parisienses que mais tarde se destacariam na luta anticolonial sabiam pouco e se importavam menos ainda com as condições e necessidades dos franceses no exterior). Mas Camus havia nascido na Argélia, filho de

imigrantes europeus empobrecidos. Cresceu em Argel, e tirou de lá as experiências de boa parte de sua obra. Incapaz de imaginar a Argélia sem europeus, ou em imaginar europeus nativos de sua terra arrancados das origens, ele lutava para trilhar um caminho intermediário, em suas palavras: “*Une grande, une éclatante réparation doit être faite [...] au peuple Arabe. Mais par la France toute entière et non avec le sang des Français d’Algérie.*”⁴ Como tanto França quanto Argélia caminharam para uma crescente polarização do problema, a busca de Camus por um meio-termo liberal passou a ser vista como melancólica e irrelevante. Ele se recolheu ao silêncio.⁵

Nos anos seguintes à sua morte o prestígio de Camus continuou a cair. A maioria das pessoas que vivia na França continental não se preocupava com o destino da Argélia e suas diversas comunidades, fossem árabes ou europeias; quanto aos intelectuais, seus interesses nos anos 1960 e 1970 situavam-se a uma distância tão grande daqueles que estimulavam Camus que ele se tornou objeto de desprezo, condescendência e finalmente abandono. Ele foi engolido pela politização radical e cada vez mais intolerante da geração mais nova, pelo dilacerante *tiers-mondisme* de Sartre, no final da vida, e de seus seguidores, pelo “anti-humanismo” em voga entre os estudiosos, por novas modas literárias e, acima de tudo, pelo declínio no status do escritor. Refletindo retrospectivamente sobre seu próprio momento como fundador/editor do *Nouvel Observateur*, nos anos 1960, Jean Daniel lembra-se de “descobrir rapidamente que era no seio das ciências humanas — história, sociologia, etnologia, filosofia — que devia procurar o equivalente dos *littérateurs* que, em minha juventude, haviam servido de *maîtres à penser*”.⁶ No mundo de Barthes, Robbe-Grillet, Lévi-Strauss, Foucault, Camus era *dépassé*. Continuava sendo lido, porém: *O Estrangeiro*, *A Peste* e *Calígula* eram textos obrigatórios no currículo do

lycée e da universidade, assim como das bibliografias recomendadas a milhões de estudantes no estrangeiro. Albert Camus se tornara, em sua própria vida ou logo depois, um “clássico” mundial. E isso também pesava contra ele.

Foi portanto uma cena à primeira vista bem curiosa encontrá-lo novamente nas manchetes, quando publicaram seu último romance, inacabado, numa grande jogada editorial tardia, em 1994, trinta anos depois de ter sido escrito.* Mais de 200 mil exemplares de *O Primeiro Homem* foram vendidos até hoje. Sem dúvida o interesse renovado não veio do nada. Na atmosfera pública corrupta desoladora do final da era Mitterrand, fazia imensa falta uma voz moral clara, como mais de um comentarista francês observou, desolado. Ademais, os franceses se deram conta da condição lamentável, decadente e negligente de sua estirpe literária; Albert Camus foi um dos últimos de uma era de grandes escritores franceses, um elo com o universo de Roger Martin du Gard, Jules Romains, Gide, Mauriac e Malraux. Um resenhista, ao refletir sobre o sucesso de *O Primeiro Homem*, indagou se os franceses não estariam “celebrando o mito de uma vida brilhante, transformada pela morte acidental num destino, num sinal de além-túmulo, de uma repreensão vinda do tempo em que a literatura francesa tinha algum valor [...]”.⁷ Há alguma verdade nesta visão, mas, para avaliar o impacto contemporâneo de Camus, precisamos olhar um pouco mais adiante.

A rejeição da violência e do terror em todas as suas formas, por Camus, o reduziu a um silêncio impotente no auge da guerra civil na Argélia e o tornou inacessível para a geração seguinte. Contudo, já no final dos anos 1970, sem nada além de sangue e cinzas para mostrar, pelo apoio à repressão revolucionária na Europa, China, Cuba e Camboja, os pensadores franceses mudaram para um ponto de vista

singularmente próximo àquele de Camus — embora sem reconhecer isso, normalmente: uma coisa era repetir o alerta de Camus, *“il est des moyens qui ne s’excusent pas”* (são os meios que não se justificam),⁸ e outra bem diferente admitir que ele estava certo desde o início. Os chamados novos filósofos, como André Glucksmann ou Bernard-Henry Lévy, não reabilitaram Camus, mas contribuíram significativamente para o processo pelo qual as pessoas que um dia o desprezaram por sua obsessão “moralista” pela responsabilidade perderam agora, elas mesmas, todo e qualquer apoio. Elas foram desacreditadas por recorrerem descuidadamente à história futura para justificar crimes do presente, e pela facilidade com que afirmavam que outros deveriam sofrer pelos pecados de seus próprios pais. A lucidez e a coragem moral de Camus brilham até hoje de um modo que não era possível no mundo polarizado de 1958: “Quanto a mim, considero revoltante bater no peito de outro homem, à maneira de nossos juízes penitentes.”⁹

Talvez seja mais importante do que tudo o fato de o trauma franco-argelino ter ficado para trás, e conforme recua para o âmbito da memória (e do olvido) leva consigo a confiança e a raiva que moldou as atitudes dos dois lados. Trinta anos após a conquista da independência, a Argélia encontra-se novamente problemática, dividida e ensanguentada, com um movimento fundamentalista temporariamente contido por uma ditadura militar. Por mais incorrigivelmente ingênuo que tenha sido o apelo de Camus por um acordo contra o colonialismo assimilacionista e a militância nacionalista, seu prognóstico para o futuro de um país nascido do terror e da guerra civil foi exato: “Amanhã a Argélia será uma terra de cadáveres e ruínas que nenhuma força, nenhum poder do mundo será capaz de recuperar em nosso século.”¹⁰ O que Camus entendeu, talvez antes e melhor do que qualquer dos seus conterrâneos (da

metrópole), não foi o nacionalismo árabe — embora desde 1945 ele previsse que não se poderia esperar dos árabes que eles tolerassem as condições em que eram governados —, mas a cultura particular dos europeus habitantes da Argélia e o preço que seria pago caso alguém tentasse destruí-la. O mundo perdido da Argélia francesa ocupa o centro de seu último romance, inacabado, e é um assunto para o qual os leitores franceses agora se encontram abertos de um modo que seria impensável em 1960, quando o original foi encontrado na mala de Camus, no local de sua morte.

O Primeiro Homem deveria ter sido o *Bildungsroman* de Camus, um tríptico de sua vida e época. Embora estivesse trabalhando nele por algum tempo (foi mencionado pela primeira vez em seus *Carnets* de 1951), temos apenas a seção de abertura, que trata da infância e da busca pelo pai morto. A obra é inegável e compreensivelmente autobiográfica; foi publicada com todas as suas notas e correções, e vemos que Camus ocasionalmente interpola a primeira pessoa do singular, como se aquela fosse realmente a história do jovem Albert Camus, e não de “Jacques Cormery” (sobrenome da família de sua avó paterna). Como Lucien, pai de Camus, “Henri Cormery” foi mortalmente ferido na batalha do Marne, em outubro de 1914, e enterrado num cemitério de Saint-Brieuc, uma cidadezinha bretã para onde Lucien Camus foi evacuado e morreu dos ferimentos recebidos. Sua viúva, os dois filhos (dos quais o mais novo, Albert/Jacques, ainda não completara um ano) e a avó materna são deixados em Belcourt, bairro europeu pobre de Argel, vivendo precariamente do salário da mãe como empregada doméstica. O livro se organiza em torno de duas narrativas que se cruzam: a busca de Jacques, naquela altura entrando na meia-idade, pelo pai que ele nunca viu, e pela história de sua infância num ambiente dominado pela mãe e pela avó.

Ao ler a inscrição na lápide do pai, Jacques se surpreende ao perceber que Henri Cormery tinha apenas 29 anos ao morrer em 1914, sendo portanto mais jovem que o filho agora ao pé de seu túmulo. O anonimato, a pobreza, a brevidade de sua vida ecoam pelo livro, uma coda para o mundo dos imigrantes europeus (Camus/Cormery nasceu numa família de imigrantes da Alsácia ocupada pelos alemães, sendo, desse modo, duplamente eLivros), do passado sem lembranças da comunidade, da família e do próprio filho, do modo alienado como morreu — “*Il n’avait jamais vu la France. Il la vit et il fut tué.*”¹¹ Jacques, “que odiava gestos convencionais do gênero”, evitara por muito tempo uma visita ao túmulo. Como lembrou um francês mais velho, “Você não precisa de pai — você se criou sozinho”. A visita desencadeia a busca pelas raízes e cria na história do jovem Cormery uma oscilação e uma tensão entre o pai ausente e o segundo tema dominante da obra, a problemática mãe do autor.

Catherine Camus, descendente de imigrantes de Minorca (um vínculo com a Espanha do qual o filho muito se orgulhava), era iletrada, parcialmente surda, e quase não falava. Na vida e no romance seu silêncio e a virtual incapacidade de se expressar com palavras ou gestos produziam no filho uma confusão desesperadora. Como Camus disse em obra anterior, “Ele sente pena da mãe, isso é o mesmo que amá-la? Ela nunca o acariciava — não teria sabido como”.¹² Em *O Primeiro Homem* Jacques Cormery ama a mãe “desesperadamente”, mas em sua observação silenciosa da mulher exausta, calada, ele se sente “inundado por uma vaga ansiedade perante o infortúnio (*malheur*) que não podia compreender”. Como Camus, Cormery conclui que há algo de magnificamente digno e mesmo nobre no silêncio de sua mãe perante tanta adversidade, mas ele o deixa mudo também, incapaz de

encontrar um caminho para se aproximar dela, e frustrado em sua inadequação.¹³

O que salva Cormery do passado e do desespero é a educação. Camus escreve com o coração, e não apenas sobre o professor primário que entrou em sua vida como padraсто parcial, mas também sobre a importância quase indescritível do sistema francês de educação primária livre e bolsas para o secundário às crianças pobres competitivas de sua geração. Em uma das passagens mais comoventes do livro, o professor visita a casa de Cormery pela primeira vez e convence a mãe do rapaz e sua avó a permitirem que ele faça um pedido de bolsa, mesmo que o sucesso (e sua aceitação no *lycée*) as fosse privar de sua contribuição ao orçamento doméstico durante vários anos. O mesmo capítulo se encerra com a única nota melancólica do livro — o jovem Jacques passa no exame, despede-se de seu professor primário e entra no novo mundo com sentimentos contraditórios. Serve para lembrar que Camus, mais do que qualquer um de seus colegas letrados do pós-guerra, era um produto puro da Terceira República, e que seus ideais éticos e pedagógicos eram mais importantes para ele do que para seus contemporâneos. Quando seu discurso de aceitação do Prêmio Nobel foi publicado em 1958, Camus o dedicou a monsieur Louis Germain, seu professor primário.

Além da atenção dedicada ao pai, à mãe e aos estudos do jovem protagonista, *O Primeiro Homem* trata de três tópicos já presentes nos ensaios e na ficção anterior de Camus: sensualidade, pobreza e o significado especial da Argélia para ele. Nenhum leitor de Camus poderia ter deixado passar a importância das sensações físicas e do mundo da carne em sua obra, desde *O Estrangeiro*, onde o sol onipresente desempenha um papel decisivo, até o discurso do Nobel, onde ele fala que nunca conseguiu passar sem a luz, a sensação de bem-estar e a liberdade em que cresceu.¹⁴ Seu derradeiro romance deleita-se na

sensualidade pura do sol, do mar, dos corpos jovens na água e na praia. Em nenhum outro ponto da obra de Camus percebemos tão bem seu prazer com esses elementos, e a ambivalência em relação ao outro mundo, cerebral, no qual escolheu se refugiar. Em *O Primeiro Homem* Camus recapturou algo que tentara explicar num relato bem anterior, “Núpcias em Tipasa”, o apelo de “uma vida que sabe a pedra quente”.¹⁵ As notas revelam suas intenções: “o livro deve ser pesado de objetos e corporeidade.”¹⁶

A Argélia também está presente fisicamente, com seus odores e sons, a própria topografia de Argel, com sua magnífica baía, as aventuras de Jacques e seus amigos através das ruas e docas, expedições de caça no interior, com o tio. E havia os árabes, “este povo atraente, perturbador, ao mesmo tempo próximo e separado”. Nos capítulos voltados à infância os árabes entram e saem rapidamente, parte da paisagem natural urbana de uma comunidade mista, mas quando Jacques, mais velho, visita seu local de nascimento e começa a conversar com um *colono*, este explica que agora é inevitável a luta brutal entre europeus e árabes. E depois eles viverão juntos novamente. Por quê? “Porque é isso que esta terra deseja.” Quanto a Camus/Cormery, seus sentimentos são explicitados: “Então, a cada vez que deixava Paris, rumo à África, sentia um júbilo contido, o espírito a se abrir amplo, a satisfação de alguém que acaba de fugir sem ser notado, e ri ao pensar na cara dos guardas.” Contudo, a Argélia é também o reino da dúvida, um lugar cheio de problemas para Camus/Cormery, “a terra do esquecimento, onde todos são o primeiro homem”.¹⁷

Esta é apenas uma das possibilidades do título do livro. Como as outras, diz respeito à identidade — aquela do europeu na Argélia, do Camus/Cormery que se criou sozinho numa família sem pai, de mulheres silenciosas, e do pai órfão também. No meio de todos esses significados paira a

sombra da pobreza, tema recorrente do livro e oportunidade para algumas das observações mais ferinas de Camus. O pobre de verdade, ele nota, pouco fala do passado — está obsessivamente preocupado com a sobrevivência no presente; daí a incapacidade de Jacques Cormery em encontrar suas raízes através de sua família, que lhe parece não possuir nenhuma — veio de todos os lugares e vive em lugar nenhum — “sem pai, sem tradição transmitida [...] o sujeito tem de criar sua própria herança. Ele nasceu numa terra sem ancestrais, sem memória”. O propósito do romance, segundo as anotações do próprio Camus, era “arrancar aquela família pobre do destino dos miseráveis, que é desaparecer da história sem deixar traço. Os sem-voz”. Mas, como ocorre com todos os rapazes bolsistas, o sucesso de Camus/Cormery em romper com sua origem custaria caro: quando ele entra pela primeira vez no *lycée*, Cormery tem de informar a profissão dos pais a um funcionário. Ele não faz a menor ideia de qual seja — sua mãe limpa a casa dos outros e lava roupa para fora. Um amigo o informa que ela é, portanto, uma *domestique*. Ele escreve, sendo engolfado pela “vergonha — e pela vergonha de sentir vergonha”.¹⁸ Como todo o restante, neste livro — as magníficas passagens de recordação, a alternância entre a clássica concisão característica de Camus e as descrições menos familiares, líricas, com um parágrafo de duração, a ausência de distanciamento ou contenção irônicos —, este trecho ecoa uma autenticidade absoluta.

O Primeiro Homem não é apenas recapitulação e desenvolvimento das narrativas e ensaios anteriores de Camus — muitos dos quais ecoam aqui, até em frases inteiras —, mas também um valioso alerta a respeito do que era fundamental em suas preocupações e o que era apenas periférico, apesar da opinião de seus contemporâneos. Grande parte do conceito de “absurdo”, ao qual devia sua

fama inicial, pode ser entendido hoje como o modo de Camus tentar expressar a importância dos lugares e das sensações para ele. Há uma passagem em *Sísifo* na qual ele escreve o seguinte: “Num universo subitamente desprovido de ilusões e luzes, o homem se sente alheio, estranho. Seu exílio não tem remédio, uma vez que está privado da memória de um lar perdido ou da esperança de uma terra prometida. Este divórcio entre um homem e sua vida, entre o ator e o cenário, é exatamente a sensação de absurdo.”¹⁹ Assim como Camus é conhecido por achar que os críticos deixaram passar a importância do cenário argelino em *A Peste* e (especialmente) em *O Estrangeiro*, seus críticos e admiradores também frequentemente exageraram na interpretação e deixam escapar a mensagem de seus escritos não literários.

Ao ler *O Primeiro Homem* também somos forçosamente lembrados de que uma das mensagens mais duradouras da obra de Camus foi o desconforto; ele foi forasteiro em Paris, *étranger* num certo sentido explorado em seu romance mais famoso. Não que ele se sentisse deslocado no papel de intelectual, e sim que havia duas personalidades conflitantes em ação, e só uma delas era compreendida e valorizada por seus colegas. Quando ele tentou explicar a outra parte, durante o conflito na Argélia, e portanto sua própria dolorosa ambivalência, poucos entenderam; “o Mediterrâneo separado dentro de mim em dois universos, um no qual as lembranças e nomes foram conservados em espaços delimitados, o outro onde traços do homem eram espalhados por grandes distâncias pelo vento arenoso”. Esta separação de mundos sempre incomodou Camus; em uma das primeiras resenhas (1939) de *Vinho e Pão* ele escolheu para comentar a passagem na qual o herói de Silone reflete sobre o risco de teorizar demais sobre os camponeses e com isso conhecê-los ainda menos.²⁰ Camus também se preocupava (e continuou a se preocupar até sua

última obra) com o risco de perder contato, de romper com as raízes antes mesmo de tê-las encontrado. E foi esta sua intuição essencialmente psicológica, voltada à condição de intelectual desorientado, que ajudou a dar à ética dos limites e da responsabilidade de Camus sua peculiar autoridade.

Falta esta autoridade moral à França contemporânea, e isso explica em parte o entusiasmo com que *O Primeiro Homem* foi recebido. O livro, por si, é espetacular em muitos aspectos, mesmo incompleto e inacabado. Mas não é por isso que tantas pessoas o compram. Os herdeiros de Camus e sua editora, Gallimard, estavam apreensivos ao lançá-lo. Haviam segurado o livro por várias décadas, temendo que pudesse prejudicar ainda mais a reputação já manchada do autor. A situação atual não poderia ser mais diferente. Após duas décadas de investigação dolorosa e incompleta em sua história agitada, na qual Vichy ainda era uma ferida infeccionada, na qual os gigantes intelectuais do passado foram reduzidos a um punhado de citações constrangedoras, Camus, o Justo, permanece, nas palavras proféticas de um crítico, “a mais nobre testemunha de uma época ignóbil”.²¹ Numa era de intelectuais da mídia em busca de promoção, vaidosos e vazios na frente do espelho de seu público eletrônico, a honestidade patente de Camus, o que seu antigo professor chamava de “*ta pudeur instinctive*”,²² tinha o apelo do artigo genuíno, uma obra-prima artesanal num mundo de imitações de plástico. Jean-Paul Sartre, que tanto se esforçou para macular a reputação de seu ex-amigo, e cuja defesa da violência e do terror teria chocado Camus profundamente, caso ele vivesse para testemunhá-la, desdobrou-se para se corrigir no obituário que escreveu para o *France-Observateur*. Camus, escreveu, “representa neste século [...] o herdeiro contemporâneo de uma longa linhagem de moralistas cuja obra talvez constitua o que há de mais distinto nas letras francesas”.²³

Sartre sem dúvida tinha razão, e a adiada publicação do último romance de Camus serve como lembrança pungente de que os franceses nestes últimos trinta anos sentiram falta de sua voz categórica. E ainda sentem.

A resenha de O Primeiro Homem, romance póstumo de Albert Camus, foi publicada inicialmente no New York Review of Books em outubro de 1994. Foi Hannah Arendt quem, numa carta enviada de Paris ao marido, descreveu Albert Camus como “o melhor homem da França”.

NOTAS¹ VER RAYMOND ARON, *MEMÓRIAS*.

² Ver Albert Camus, “L’Enigme”, em *Essais, org. de George Quilliot* (Paris: Gallimard, 1965), p. 863.

³ Ver “Dernière Interview d’Albert Camus” (20 de dezembro de 1959), nos *Essais*, p.1925.

⁴ “Uma compensação enorme precisa ser feita [...] ao povo árabe. Mas pela França inteira, e não com o sangue dos franceses da Argélia.”

⁵ “L’Algérie déchirée”, em *Actuelles III (Chroniques algériennes 1939-1958)*, p.143 (escrito em 1956). Em 1958, nas últimas reflexões publicadas sobre o assunto, ele reclamava que “on attend trop d’un écrivain en ces matières. Même, et peut-être surtout, lorsque sa naissance et son coeur le vouent au destin d’une terre comme l’Algérie, il est vain de le croire détenteur d’une vérité relevée” (exige-se demais de um escritor nessas matérias. Inclusive, e talvez sobretudo, como seu nascimento e seu coração o amarram ao destino de um país como a Argélia, é vão acreditar que ele detém uma verdade revelada). (*Actuelles III, “Avant-propos”, [Prefácio]*, p.27.)

⁶ Jean Daniel, *L’Ère des Ruptures* (Paris: Grasset, 1979) p.29-30.

⁷ Bernard Fauconnier, *Magazine Littéraire*, nº 322 (junho de 1994), p.60.

⁸ Albert Camus, *Lettres à un ami Allemand* (Paris: Gallimard, 1948, 1972) nº 1 (julho de 1943), p.19.

⁹ “Avant-propos”, *Actuelles III*, p.23. “En ce qui me concerne, il me paraît dégoûtant de battre sa coulpe, comme nos juges-pénitentes, sur la poitrine d’autrui.”

¹⁰ Albert Camus, “Lettre à un militant Algérien”, em *Actuelles III*, p.128.

¹¹ “Ele nunca tinha visto a França. Ele a viu e foi morto.”

¹² “Entre o Sim e o Não”, em *O Averso e o Direito*, publicado originalmente na Argélia em 1937, republicado em *Essais*; ver p.25.

- 13 “Et ce qu’il désirait le plus au monde, qui était que sa mère lût tout ce qui était sa vie et sa chair, cela était impossible. Son amour, son seul amour serait à jamais muet.” (E o que ele mais desejava no mundo, que sua mãe soubesse ler o que constituía sua vida e seu ser, isso era impossível. Seu amor, seu único amor, será para sempre muda.) Ver *O Primeiro Homem*, Anexos (notas do próprio Camus), p.292.
- 14 *Discours de Suède*, 12 de dezembro de 1957 (Paris: Gallimard, 1958), p.20.
- 15 “Núpcias em Tipasa” (publicado inicialmente em 1939), em *Essais*, p.58.
- 16 “Il faudra que le livre pèse un gros poids d’objects et de chair.”
- 17 “La terre d’oubli où chacun était le premier homme.”
- 18 “Et d’un seul coup [il] connut la honte et la honte d’avoir eu honte.”
- 19 “*O Mito de Sísifo*” (publicado inicialmente em 1942), em *Essais*, p.101.
- 20 Em *Alber Républicain*, 23 de maio de 1939.
- 21 Pierre de Boisdeffre, “Camus et son destin”, em *Camus* (Paris: Hachette, 1964), p.265-279 (ver p. 277).
- 22 Numa carta de Louis Germain a Camus, datada de 30 de abril de 1959, publicada como anexo a *O Primeiro Homem*, p.328.
- 23 “Il représentait en ce siècle, et contre l’Histoire, l’héritier actuel de cette longue lignée de moralistes dont les oeuvres constituent peut-être ce qu’il y a de plus original dans les lettres françaises.” J.P. Sartre, “Albert Camus”, em *France-Observateur*, 7 de janeiro de 1960 (reproduzido em *Situations IV* (Paris: Gallimard, 1964), p.126-9.
- * *O Primeiro Homem* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994).

CAPÍTULO VI

Elucubrações: O “marxismo” de Louis Althusser

Cresci recebendo formação marxista. Hoje em dia não dá para se vangloriar, mas isso tinha lá suas vantagens. Pais e avós estavam imbuídos de todos os pressupostos e parte da fé que moldou o movimento socialista europeu em seu auge. Minha família, originária do ramo dos judeus da Europa Oriental que apoiavam a social-democracia e o Bund (organização trabalhista judaica da Rússia e da Polônia, no início do século XX), era visceralmente anticomunista. Aos olhos deles, o bolchevismo, além de ser uma ditadura, era também — tratava-se de uma acusação pesada — um travesti do marxismo. Quando entrei na universidade já havia sido totalmente inoculado com os textos clássicos do século XIX; como resultado, fiquei imune ao entusiasmo de olhos arregalados com que as revelações marxistas foram saudadas por meus colegas, calouros que foram apresentados a elas ali, pela primeira vez.

Portanto, quando cheguei a Paris como estudante de pós-graduação, no final dos anos 1960, sentia certa curiosidade cética em ver e ouvir Louis Althusser. Responsável pelo ensino de filosofia na École Normale Supérieure, a instituição acadêmica francesa de elite para a formação de professores e líderes, Althusser era considerado por todos um homem de dons extraordinários: estava transformando nosso entendimento de Marx e reformulando a teoria revolucionária. Seu nome, suas ideias, seus livros pipocavam por toda parte. Mas ouvi-lo num seminário

lotado de adutores provocou em mim imensa surpresa, pois a visão do marxismo de Althusser, na medida em que alcancei seu sentido, não guardava relação alguma com tudo que eu conhecia. Ele picou Marx em pedacinhos, selecionou textos ou trechos que convinham à sua interpretação e passou a construir a versão mais alucinadamente a-histórica, abstrusa e personalista da filosofia marxista que se poderia imaginar. O exercício não mantinha relações discerníveis com o marxismo, a filosofia ou a pedagogia. Após algumas dolorosas tentativas de me adaptar à experiência e tirar algum proveito dela, abandonei o seminário e não voltei mais.

Retornando ao assunto, muitos anos depois, e constrangido por razões profissionais a ler as felizmente poucas obras publicadas de Althusser, compreendi um pouco melhor o que ocorria, intelectual e sociologicamente. Althusser se engajara no que seus acólitos chamaram de “leitura sintomática” de Marx. Isso significava que pegavam de Marx o que precisavam e ignoravam o resto. Quando queriam que Marx houvesse dito ou definido algo que não conseguiam encontrar em suas obras, eles interpretavam os “silêncios”, construindo com isso uma entidade de sua própria imaginação. Chamavam o procedimento de ciência, uma ciência que Marx supostamente inventara e que poderia ser aplicada como uma matriz a todos os fenômenos sociais.

Por que inventar uma “ciência” marxista, quando havia tanta coisa ao alcance da mão, como a “teoria da história”, o “materialismo histórico”, o “materialismo dialético” e o resto do marxismo? A resposta é que Althusser, como tantos outros nos anos 1960, tentava salvar o marxismo das duas maiores ameaças a sua credibilidade: o lamentável episódio do stalinismo e o fracasso das previsões revolucionárias de Marx. A contribuição especial de Althusser foi remover completamente o marxismo do mundo da história, política e

experiência, para torná-lo, portanto, invulnerável a qualquer crítica de fundamento empírico.

Na linguagem de Althusser, o marxismo era uma teoria de prática estrutural: econômica, ideológica, política, teórica. Não tinha nada a ver com a volição ou a atividade humana, e por isso não era afetado pela fragilidade ou inadequação humanas. Essas “práticas” determinavam a história. Sua importância relativa e seu inter-relacionamento variavam conforme as circunstâncias; a “estrutura dominante” era por vezes a “prática econômica”, por vezes “prática política” e assim por diante. De particular importância era a noção de “prática teórica”. A expressão, um oxímoro, passou a ser entoada como se fosse um mantra pela Europa inteira naquele período, e tinha o charme especial de enquadrar intelectuais e atividade intelectual no mesmo plano que as organizações econômicas e estratégias políticas que haviam ocupado gerações anteriores de marxistas.

Esta teoria do tudo sem objeto possui uma virtude adicional. Ao enfatizar a importância da teoria ela desviava a atenção dos embaraçosos defeitos da prática recente. No caso, o crime de Stalin não era ter assassinado milhões de seres humanos, era ter deturpado o entendimento do marxismo. O stalinismo, em resumo, não passou de mais um erro teórico, embora especialmente monumental, cujo maior pecado consistia em se recusar a reconhecer os próprios equívocos. Isso era importante para Althusser, membro do Partido Comunista Francês, ao procurar um modo de admitir a história embaraçosa da organização sem minar o que restasse de sua proclamada onisciência revolucionária. A própria liderança do partido reagiu a esta formulação ao tratar Stalin tardiamente como um episódio infeliz, porém secundário, na trajetória no mais imaculada do comunismo. Seus crimes não passaram de mero desvio resultante do culto à personalidade. Mas Althusser foi além, mostrando que “Stalin” e suas obras constituíam apenas um

erro analítico coletivo. Assim realizava a dupla tarefa de manter as pessoas fora da questão e reiterar a centralidade dos conceitos.

Hoje é difícil recapturar o espírito dos anos 1960, nos quais esta peleja dialética absurda parecia atraente. Mas Althusser indubitavelmente preencheu uma lacuna crucial. Ele deu aos jovens maoístas um discurso impressionante e ambicioso para os comunistas “anti-humanistas”, que desprezavam a “via italiana” para o socialismo. Na época isso era uma questão de alguma importância: as obras iniciais de Marx, notadamente os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, haviam entrado para o cânone apenas recentemente, tendo permanecido por vários anos desconhecidas, sem tradução. Colocadas ao lado de outros escritos da juventude, sugerem um Marx bem diferente da imagem passada por Engels por intermédio dos divulgadores dos nascentes movimentos socialistas europeus; um homem mais interessado na filosofia do Romantismo do que na economia clássica, e cujo projeto idealista não era uma simples revolução social, mas a transformação moral da humanidade. O interesse por este Marx “humanista” fora despertado tanto pela redescoberta recente de Hegel pelos franceses quanto pela nova geração de intelectuais radicais que tentavam situar Marx em linhagem distinta da imposta à esquerda europeia pelo positivismo doutrinário do leninismo.

Aproveitando a oportunidade oferecida pela voga ascendente do “estruturalismo” (inicialmente confinado à linguística e à antropologia, nos anos 1960 migrou para a sociologia e a filosofia), Althusser esforçou-se muito para excomungar o Marx humanista e compreensivelmente mais atrativo, por ser “não científico”. Em sua visão, enfatizar a condição moral e as responsabilidades de homens individuais equivalia a depreciar a avaliação das forças maiores e impessoais em ação na história, e com isso iludir os trabalhadores, ou qualquer pessoa, fazendo com que

acreditassem que podiam agir por conta própria, em vez de aceitar a autoridade dos que pensavam e falavam por eles. Em suas palavras, “só o anti-humanismo teórico justifica o humanismo prático geral”.

Para dar mais corpo ao seu relato estruturalista, Althusser inventou algo que ele e seus seguidores chamaram de “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Em seu auge, estes se limitavam ao mundo público e político. Em suas memórias, porém, sua atenção se voltou a assuntos de cunho mais pessoal.** Althusser nos informa que “é fato irrefutável que a Família é o mais poderoso Aparelho Ideológico do Estado” (maiúsculas obrigatórias), e ao refletir sobre sua experiência num hospital psiquiátrico ele se pergunta: “o que se pode fazer agora para libertar os mentalmente enfermos do Inferno criado para eles pelas operações em conjunto de todos os Aparelhos Ideológicos do Estado”. No dogma althusseriano a presença desses ogros repressivos e amplamente espalhados era considerada parcialmente responsável pela inconveniente estabilidade e durabilidade da democracia liberal. Chama especialmente a atenção a proclamação de que a universidade era, dentre todos, o aparelho dominante de nossa época. A “prática teórica” na arena acadêmica era portanto o campo da batalha ideológica; a filosofia era absolutamente vital enquanto “luta de classes em teoria”. Estudiosos em seus seminários situavam-se na linha de frente, e não precisavam mais sentir culpa.

Althusser emprestou um termo do filósofo Gaston Bachelard e proclamou que uma “ruptura epistemológica” ocorrera nos escritos de Marx em meados dos anos 1840. Tudo que ele escrevera antes da ruptura era bobagem humanista neo-hegeliana e podia ser ignorado. A partir daí os estudantes e conferencistas de esquerda estavam livres para dispensar partes de Marx (inicial) que aparentemente tratavam de alienação, reconciliação, intervenção humana e julgamento moral.

Para as pessoas dos anos 1960 isso foi duro de engolir. Na Itália e no mundo de fala inglesa a maioria dos jovens esquerdistas sentia atração maior por um Marx mais gentil e cordial. Na França, porém, onde os sórdidos compromissos políticos dos socialistas e comunistas durante a batalha pela descolonização deixaram um gosto amargo em alguns de seus jovens seguidores, aquele Marx imóvel e estruturalista soava analiticamente puro e politicamente intransigente.

No final dos anos 1970, contudo, a estrela de Althusser minguava. Ele se ausentara durante os eventos de maio de 1968, e mostrou pouco interesse pelos desdobramentos políticos daquele ano. Seu único comentário direto sobre a “revolução fracassada” de 1968 foi característico e revelador: “Quando a revolta termina em derrota sem que os trabalhadores sejam massacrados, não é necessariamente uma coisa boa para a classe operária não ter mártires para chorar ou comemorar.” Até seus seguidores mais radicais admitiram que ele não tinha nada de novo a oferecer, e que sua posição rígida de defesa do marxismo, comunismo e “revolução” fazia com que parecesse irrelevante numa década que assistiu, na França, à publicação de *Arquipélago Gulag*, à tragédia no Camboja, ao eclipse de Mao e à perda constante da fé radical naquela geração de intelectuais franceses. Se as coisas tivessem parado por aí, Althusser poderia esperar uma velhice obscura e pacífica, como relíquia curiosa de uma era bizarra já esquecida.

Mas ele matou a esposa Hélène no apartamento em que residiam na École Normale, em 16 de novembro de 1980. Ou, como diz a capa de sua biografia traduzida pela editora New Press, envergonhadamente, “enquanto massageava o pescoço da esposa [ele] percebeu que a estrangulava”. (Para ser justo, foi assim que o próprio Althusser explicou o incidente; mas é curioso encontrar a alegação reproduzida no livro, sem citar a origem.) Althusser foi examinado por médicos que o consideraram mentalmente inapto para

juízo, e o internaram num hospital psiquiátrico. Três anos depois ele foi libertado e passou os últimos anos num apartamento medonho no norte de Paris, emergindo ocasionalmente para assustar os passantes e dizendo: “Je suis le grand Althusser!” (Eu sou o grande Althusser). Durante esses anos ele redigiu duas versões de sua autobiografia. Elas foram encontradas após sua morte, em 1990, e publicadas em francês num único volume em 1992.

Essas “memórias” são curiosas. Althusser teria pretendido que as lêssemos como confissões à la Rousseau, mas é difícil fazer isso, e a comparação é constrangedoramente desfavorável a seu autor. Elas constituem claramente uma tentativa da parte de Althusser em extrair sentido de sua loucura, e neste aspecto elas são realmente reveladoras; por sua própria iniciativa ele as escreveu “para me livrar do assassinato, e acima de tudo dos efeitos dúbios de ter sido considerado incapaz de ser julgado” (é irônico que seu impacto póstumo em qualquer leitor sem preconceitos seguramente confirme o diagnóstico forense inicial). Como gênero, porém, elas beiram o realismo mágico. O livro, especialmente o esboço inicial incongruentemente intitulado *Os Fatos*, está cheio de fantasias e esquemas imaginados, tanto que às vezes se torna difícil desenredar o Althusser fictício da criatura mundana cuja triste história emerge daquelas páginas.

Ele logo conta essa história. Althusser nasceu em 1918, filho mais velho de pais franceses de classe média residentes na Argélia. Seu pai era banqueiro, e a profissão o levou de volta a Marselha na adolescência de Louis. O jovem Althusser teve uma trajetória inicial totalmente comum. Promissor em termos acadêmicos, foi enviado ao *lycée* de Lyon para se preparar para o exame de admissão à *École Normale*. Passou no exame, mas teve de adiar sua educação superior ao ser convocado para servir o Exército em 1939. A exemplo do ocorrido com muitos soldados franceses, a guerra dele foi fútil; sua companhia foi cercada

pelos alemães em 1940, e ele passou os cinco anos seguintes num campo de prisioneiros de guerra. A única coisa interessante que parece ter acontecido com ele lá foi ter aprendido, um pouco tarde até, os prazeres da masturbação (ele só faria amor pela primeira vez aos 29 anos).

Finalmente admitido na École, ao retornar para a França, Althusser saiu-se bem lá, tirando segundo lugar no exame nacional de filosofia. Tendo passado a adolescência e a juventude como católico praticante, descobriu a política esquerdista na École e entrou para o Partido Comunista em 1948, quando outros jovens intelectuais, nauseados e chocados com a cultura e as táticas stalinistas, começavam a abandoná-lo. Pouco depois de se diplomar, Althusser conseguiu um emprego de professor na École e se acomodou na vida calma e segura de filósofo acadêmico. Ele permaneceria no posto até ser aposentado compulsoriamente, após o escândalo que encerrou sua carreira.

Durante a época de estudante, Althusser conheceu sua futura esposa, Hélène Légotien (ela havia abandonado o sobrenome familiar, Rytmann, durante a guerra), uma mulher nove anos mais velha que havia desempenhado um importante papel na Resistência Comunista. Como ele reconhece em suas memórias, era um relacionamento conturbado. Seus vínculos de mútua destrutividade os mantinham juntos. Em 1980 ele escreveu, “nós dois estamos aprisionados em nosso inferno particular”. Hélène parece ter sido uma mulher infeliz, insegura, atormentada e amarga — por boas razões. O Partido Comunista a abandonou depois da guerra, acusando-a falsamente de um ato obscuro qualquer de traição na Resistência. Incomodada por sua origem judaica imigrante, desesperada pelo amor e a atenção do marido, ela suportava suas alterações de humor, as amigas do sexo feminino e os colegas, que em sua maioria a olhavam com condescendência, do alto da

imensa estatura intelectual que ostentavam. Ela não era, claramente, uma pessoa confortável consigo ou com os outros; e a personalidade bizarra de Althusser só pode ter piorado as coisas.

O que emerge com clareza de seu próprio relato é que Althusser sempre foi uma pessoa profundamente perturbada. Suas memórias são contaminadas e deformadas pela autopiedade mórbida, pela insegurança e pela repetida invocação de clichês lacanianos para explicar seus problemas. Na verdade, o principal tema do livro é sua própria inadequação psicológica e social, um defeito pelo qual ele naturalmente responsabiliza os pais, em partes iguais. A insistência da mãe em lhe dar o nome do tio morto seria responsável pela impressão de “não existir” que o acompanhou pela vida inteira; Louis é homônimo da palavra “lui”, que significa “ele”, e o nome do jovem Althusser o tornava impessoal e anônimo. (Ele aparentemente não deu importância aos milhões de compatriotas que viviam felizes com o nome Louis.) Segundo Althusser, sua mãe o “castrou” com excesso de carinho e atenção; daí sua tardia descoberta das mulheres e a incapacidade de criar relacionamentos satisfatórios com homens. E por aí vai, página após página. Não admira que Louis, quando mata a mulher após quarenta anos de surtos maníaco-depressivos, hospitalização, tratamento e análise, alegue estar se vingando na mulher mais velha, que não apenas o levou para o comunismo como também substituiu tanto sua mãe quanto seu pai, como ele admite.

Temos uma tragédia humana aqui, mas ela é apresentada num viés narcisista de tirar o fôlego. Althusser não escreveu suas memórias para entender por que matou a esposa, mas para mostrar a si e aos outros que era são. Ele havia sido, em suas palavras, “privado do status de filósofo” ao ser declarado inimputável, e esta perda final de identidade, o medo de que mais uma vez ele “não existiria”, parece ter sido a compulsão que impulsionou sua atividade durante a

vida inteira. Ao elaborar uma doutrina na qual a volição e a ação humana não contavam nada, na qual a especulação teórica era a prática suprema, Althusser podia compensar uma vida de inação melancólica, introspectiva, ao afirmar e legitimar sua existência na arena do texto. Como diz, “Eu [...] saí vitorioso, no reino do puro pensamento”.

Isso, ao menos, podemos aprender nas memórias, que lançam uma luz interessante nos seus de outro modo inexplicáveis primeiros escritos, filosóficos, confusos e autorreferentes. Althusser estava reconstruindo Marx para dar a sua própria vida uma forma que ele conseguisse viver, e que poderia suportar uma comparação respeitável com a do pai (banqueiro bem-sucedido) e a da esposa (combatente da Resistência). Portanto, aprendemos neste livro que Althusser estava consciente, em todas as esferas de sua vida, de “ter praticado uma imensa ilusão”, embora pelo jeito jamais lhe tenha ocorrido que esta constatação pressagiava um decréscimo de credibilidade em seu legado intelectual. Infelizmente para seu autor, porém, o livro revela muito mais. Somos apresentados não somente a um homem à beira da insanidade, obcecado por suas imagens sexuais (um aspargo é “duro como um pênis masculino” e assim por diante), delírios de grandeza e sua própria história psicanalítica, mas também a um sujeito notavelmente ignorante.

Ele aparentemente nada sabe a respeito da história recente (entre seus erros clamorosos está a acusação de que o “fascista polonês” Pilsudski iniciou a Segunda Guerra Mundial). Pelo jeito, só bem tarde na vida descobriu Maquiavel e outros clássicos da filosofia ocidental, e ele mesmo admite uma familiaridade superficial e parcial com os textos de Marx (algo que se pode inferir por sua obra publicada). Falta-lhe tanta sofisticação que suas análises políticas chegam a ser primárias. Ele parece nada ter aprendido e nada ter esquecido em seus últimos vinte anos de vida. Por isso fala tanto em “hegemonia da burguesia,

capitalismo imperialista”; e despreza os dissidentes do bloco soviético (“afastados de seu próprio povo”) e escritores como André Glucksmann, por “ter feito circular histórias horríveis e inacreditáveis sobre o Gulag”. Essas palavras foram escritas em 1985!

Termina-se este livro deprimentemente com uma sensação avassaladora de espanto. Como pôde tanta gente inteligente e instruída ser tapeada por este homem? Mesmo aceitando que suas fantasias maníacas tenham ido ao encontro de necessidades abrangentes dos anos 1960, como explicar o fascínio contínuo que ainda exerce hoje em determinados círculos? Na França ele está em larga medida esquecido, embora um pequeno texto de Didier Eribon na capa do livro descreva sua autobiografia como “magnífica”, e explique que “a loucura [é] o preço inevitável da filosofia”. Trata-se de uma conclusão cuja lógica dedutiva e acuidade histórica pertencem verdadeiramente à tradição althusseriana; mas Eribon é um jornalista francês que fez carreira bancando a hiena servil dos leões predadores da vida intelectual parisiense, e não é representativo.

Nos Estados Unidos, contudo, ainda existem centros universitários de pesquisa que dedicam tempo e dinheiro ao estudo do pensamento de Althusser, e organizam conferências caras nas quais professores pontificam uns para os outros sobre o “althusserianismo” em tudo, da linguística à hermenêutica. Enquanto isso, respeitáveis editoras de língua inglesa continuam a lançar livros com títulos como *The Althusserian Legacy* (O legado althusseriano), *Althusser and the Detour of Theory* (Althusser e o desvio da teoria), *Reading Althusser* (Lendo Althusser), *Althusser and the Renewal of Marxist Social Theory* (Althusser e a renovação da teoria social marxista) e (inevitavelmente) *Althusser and Feminism* (Althusser e o feminismo): em sua maioria, incursões ilegíveis nas Altas Baboseiras.

Althusser não era um charlatão. Ele acreditava que havia descoberto algo importante — ou estava a ponto de descobrir — quando a doença o abateu. Não foi ser louco que o tornou um filósofo medíocre; na verdade, o reconhecimento de sua mediocridade intelectual pode ter contribuído para suas depressões, e portanto para a perda da sanidade. Se há algo de humilhante no episódio althusseriano da história intelectual, então a humilhação não atinge somente a ele. Althusser foi o guru, com direito a textos, culto e seguidores; ele mostrou compreensão ocasional do *páthos* de seus seguidores, notando que eles imitavam “seus menores gestos e inflexões”.

A vida e a obra de Althusser, com seus remédios, analistas, autopiedade, ilusão e temperamentos, carregam uma característica curiosamente hermética. Ele acabou parecendo um escolástico medieval menor, debatendo-se desesperadamente em categorias que ele mesmo imaginou. No entanto, mesmo o mais obscuro especulador teológico normalmente coloca como meta algo importante. Das elucubrações de Althusser, porém, não saiu nada. Elas não estavam sujeitas a comprovação, e não possuíam aplicação inteligível no mundo, exceto como apologética política abstrusa. O que isso diz a respeito da moderna vida acadêmica, na qual uma figura dessas consegue aprisionar professores e estudantes por tanto tempo em sua jaula de ficções insanas, e mantê-los presos até hoje?

Esta resenha das memórias de Louis Althusser foi publicada inicialmente na New Republic de março de 1994. Como nota de rodapé do curioso culto a Althusser no mundo acadêmico britânico e norte-americano, os leitores talvez estejam interessados em saber que cursos dedicados a seu pensamento continuam sendo oferecidos em muitas universidades — na minha inclusive.

** Louis Althusser, *L'Avenir Dure longtemps* (Paris: Stock, 1993).

CAPÍTULO VII

Eric Hobsbawm e o romance do comunismo

Eric Hobsbawm é o historiador mais conhecido do mundo. *A Era dos Extremos* foi traduzido para dezenas de idiomas, do chinês ao tcheco. Suas memórias viraram best-seller em Nova Déli; em partes da América do Sul — especialmente no Brasil — ele é um herói cultural popular. Sua fama é merecida. Ele controla vastos continentes de informação com tranqüila segurança — seu supervisor na Universidade de Cambridge, depois de me contar que Eric Hobsbawm foi o estudante mais inteligente que já teve, acrescentou: “Claro, não se podia ensinar nada a ele — seria impossível. Eric já sabia tudo.”

Hobsbawm não sabe mais do que outros historiadores, apenas. Ele também escreve melhor: não se vê a “teorização” intrincada nem o narcisismo retórico grandiloquente de alguns de seus colegas britânicos mais novos (e nem as equipes atarefadas de pesquisadores graduados — ele mesmo lê os livros). Seu estilo é claro e conciso. Como E. P. Thompson, Raymond Williams e Christopher Hill, seus antigos companheiros no Grupo Britânico de Historiadores Comunistas, Hobsbawm é um mestre da prosa inglesa. Escreve inteligivelmente sobre história para leitores instruídos.

As páginas iniciais de sua autobiografia são, quem sabe, as melhores que Hobsbawm já redigiu.*** Sem dúvida são as mais intensamente pessoais. Seus pais judeus — ele é do East End londrino, a mãe da Áustria dos Habsburgos — conheceram-se e casaram na Zurique neutra da Primeira

Guerra Mundial. Eric, mais velho de dois filhos, nasceu em Alexandria em 1917 — embora suas lembranças comecem em Viena, onde a família se instalou após a guerra. Eles se empenhavam, com restrito sucesso, em ganhar a vida na Áustria empobrecida e dividida pós-Habsburgo. Quando Eric tinha 11 anos, seu pai, “retornando de outra de suas desesperadas visitas à cidade em busca de uma oportunidade para ganhar ou emprestar dinheiro”, caiu na frente de casa e morreu numa noite gelada de fevereiro, em 1929. No ano seguinte diagnosticaram uma doença pulmonar em sua mãe; após meses de tratamento infrutífero em hospitais e sanatórios ela faleceu, em julho de 1931. Seu filho tinha apenas 14 anos.

Eric foi enviado a Berlim para morar com uma tia. Seu relato dos estertores da democracia alemã é fascinante — “Estávamos no *Titanic*, e todos sabiam que ele estava batendo no iceberg”. Órfão judeu arrastado pela política desesperada da República de Weimar, o jovem Hobsbawm entrou para o Partido Comunista Alemão (KPD) na época do *Gymnasium* (curso médio). Ele viveu de perto a estratégia divisionista suicida imposta por Stalin ao KPD, que recebeu ordens de atacar os social-democratas e não os nazistas; ele tomou parte das ilusórias e corajosas passeatas dos comunistas desesperados de Berlim. Em janeiro de 1933, soube da ascensão de Hitler a chanceler pelo jornal pendurado na banca, quando escoltava a irmã da escola para casa. Como na narrativa de sua infância em Viena, os fluentes relatos de Berlim mesclam lembranças pessoais comoventes com reflexões de historiador sobre a vida na Europa Central entreguerras. “É difícil para quem não vivenciou a ‘Era da Catástrofe’ do século XX na Europa Central entender o que significava viver num mundo que simplesmente não esperávamos que fosse durar, em uma coisa que nem mesmo poderia ser descrita como mundo, e sim apenas uma parada provisória entre o passado morto e

o futuro por nascer.” As primeiras cem páginas já valem o preço do livro.

Os irmãos Hobsbawm mudaram para Londres (eles tinham passaportes britânicos e parentes em Londres). Em dois anos os dons precoces de Eric garantiram que ele dominasse a transição para a educação em língua inglesa e uma bolsa para estudar história no King’s College, em Cambridge. Ali se iniciou uma ascensão ininterrupta à elite britânica, que começou pelo desempenho memorável nos exames de graduação e sua eleição para os Apóstolos, a seleta “sociedade secreta” de Cambridge (entre os membros anteriores a ele destacavam-se Wittgenstein, Moore, Whitehead, Russell, Keynes, E. M. Forster e os “espiões de Cambridge”, Guy Burgess e Anthony Blunt). Noel Annan, seu contemporâneo no King’s, descreve o universitário Hobsbawm como “surpreendentemente maduro, armado dos pés à cabeça com a interpretação do Partido sobre a política do momento, tão erudito quanto fluente, e preparado para dar opinião sobre qualquer tópico obscuro escolhido por seus colegas como tema de trabalho escrito”.¹

Depois da guerra a postura política de Hobsbawm desacelerou seu progresso formal em sua ascendente carreira na academia inglesa; não fosse pela participação no Partido Comunista ele provavelmente teria obtido cátedras importantes com pouca idade. Não obstante, a cada novo livro — de *Rebeldes Primitivos* até *A Era do Capital*, e *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo* até *A Invenção das Tradições* — sua credibilidade nacional e internacional crescia sem parar. Hobsbawm aposentou-se coroando sua carreira com homenagens de todos os tipos: realizou conferências pelo mundo afora, recebeu inúmeros títulos acadêmicos honoríficos e tornou-se *Companion of Honor* (Companheiro de honra) da rainha da Inglaterra.

As viagens no decorrer dos anos colocaram Hobsbawm em circunstâncias intrigantes: ele andou no caminhão de cinejornal do Partido Socialista durante as comemorações da Queda da Bastilha em Paris, em 1936, no auge da Frente Popular (há uma foto dele ali, misteriosamente reconhecível após a passagem de quase sete décadas); cruzou a fronteira para a Catalunha rapidamente, durante o estágio inicial da Guerra Civil Espanhola. Em Havana, certa vez, ele serviu de tradutor *ad libitum* para Che Guevara. Em sua autobiografia ele conta com entusiasmo espontâneo suas viagens e amizades na América Latina, Espanha, França e — especialmente — Itália. Ao contrário de muitos outros historiadores britânicos — e historiadores da Grã-Bretanha, que foi sua primeira opção —, ele não só era poliglota como instintivamente cosmopolita em suas referências. As memórias são agradavelmente reticentes sobre a família imediata e amores; em vez disso abundam homens e mulheres que formam seu mundo público. Elas registram uma longa e proveitosa vida do século XX.

Mas falta alguma coisa. Eric Hobsbawm não é apenas comunista — houve muitos, inclusive na Grã-Bretanha. Ele *continuou* sendo comunista por sessenta anos. Só deixou que sua inscrição no minúsculo Partido Comunista britânico caducasse depois de a causa defendida por ele ter sido definitivamente enterrada pela história. E, ao contrário de quase todos os outros intelectuais afetados pelo encanto do comunismo, Hobsbawm não manifesta arrependimento algum. Na verdade, embora admita a derrota de tudo que o comunismo defendia, ele insiste enfaticamente, em meados de sua nona década, que “o sonho da revolução de Outubro ainda existe em algum lugar dentro de mim”.

Previsivelmente, sua veemente recusa em “renegar” uma vida inteira de comprometimento com o comunismo provocou reações do público. Por que, perguntaram a Hobsbawm em inúmeras entrevistas, você não deixou o partido em 1956, como a maioria de seus amigos, quando

os tanques soviéticos esmagaram a revolta húngara? Por que ainda parece acreditar — como Hobsbawm insinuou em mais de uma ocasião, em anos recentes — que o preço em vidas humanas e sofrimento durante o governo de Stalin teria valido a pena se o desfecho tivesse sido melhor?

Hobsbawm responde zeloso, embora um pouco aborrecido, a todos os questionamentos, por vezes revelando certa impaciência desdenhosa com essa obsessão por seu passado comunista; afinal de contas, fez um monte de outras coisas. Mas ele provoca a questão. Em seu próprio relato, o comunismo absorveu a maior parte de sua vida. Muitas das pessoas sobre quem ele escreve com entusiasmo em sua autobiografia eram comunistas. Por muitas décadas escreveu para publicações comunistas e compareceu a eventos do partido. Quando outros deixaram o partido, ele ficou. Dedicou um bom tempo a descrever seu envolvimento; mas nunca o explica realmente.

O envolvimento de Hobsbawm com o comunismo pouco tem a ver com o marxismo. Para ele, ser um “historiador marxista” significa apenas ter o que ele chama de abordagem “histórica” ou interpretativa. Quando Hobsbawm era jovem, o movimento que favorecia explicações abrangentes em vez de uma narrativa política, para enfatizar as causas econômicas e consequências sociais, era radical e iconoclasta — o grupo *Annales*, de Marc Bloch, lutava por mudanças similares na profissão de historiador na França. Na paisagem historiográfica atual essas preocupações são automáticas, até conservadoras. Além disso — ao contrário dos epígonos de Gramsci na *New Left Review* —, Hobsbawm exibiu uma despreocupação muito inglesa com teorização e debates ao estilo intra-marxista continental, para os quais dá pouca atenção em seus escritos.

Na versão de Hobsbawm até o comunismo é difícil de discernir. Há poucos comentários sobre como era ser comunista. Os comunistas, na Grã-Bretanha e em outros

países, passavam a maior parte do tempo em atividades de propaganda política — vendendo publicações do partido, angariando votos para os candidatos do partido nas eleições, divulgando a “linha geral” nas reuniões das células e debates públicos, organizando reuniões, planejando manifestações, fomentando (ou impedindo) greves, manipulando organizações de fachada e assim por diante: trabalho rotineiro, mundano, frequentemente maçante, feito por fé e senso de dever. Praticamente todas as memórias de comunistas e ex-comunistas das quais me lembro devotam espaço considerável a esses temas — na verdade, frequentemente é a parte mais interessante dos livros, pois essas rotinas exigem muito tempo, e porque, no final das contas, constituíam a própria vida do partido.²

Mas, como Eric Hobsbawm deixa claro, ele não tinha a menor vocação para atividades partidárias locais — exceto na época de estudante, quando enfrentou os camisas-marrons da AS e assumiu a perigosíssima tarefa de angariar votos para o execrado KPD nas eleições de março de 1933. Nos anos seguintes, porém, ele se dedicou integralmente ao trabalho em “grupos acadêmicos ou intelectuais”. Depois de 1956, “convencido de que o Partido, por não ter se reformado, não tem futuro político a longo prazo no país”, Hobsbawm abandonou o ativismo comunista (embora não tenha saído do partido). Por isso nada aprendemos sobre comunismo como modo de vida, ou mesmo como política, em suas memórias.

Este afastamento do partido enquanto microssociedade é inteiramente compreensível, todavia. Seria inútil especular sobre o vínculo entre os traumas da juventude de Hobsbawm e as afinidades do adulto, embora ele mesmo confesse que “não tenho dúvida alguma de que eu também guarde cicatrizes emocionais daqueles anos sombrios em algum lugar dentro de mim”. Mas está claro que ele sempre manteve o mundo a certa distância, protegendo-se das

tragédias, como explica, “por meu intelectualismo e falta de interesse pelo mundo das pessoas”. Isso não impediu Eric Hobsbawm de ser ótima companhia e de apreciar a companhia dos outros. Mas pode explicar uma certa deficiência em empatia: ele não se comovia muito com o entusiasmo nem com os crimes de seus antigos camaradas. Outros deixaram o partido em desespero, pois representava muito para eles; Hobsbawm conseguiu permanecer porque, ao menos em sua vida cotidiana, ele significava muito pouco.

Sob um ponto de vista diferente, porém, Eric Hobsbawm encaixava-se muito melhor no modelo comunista do que muitos de seus contemporâneos profundamente engajados. Houve muitas microssociedades envolventes na história da moderna esquerda europeia. Somente na Grã-Bretanha houve o Partido Socialista da Grã-Bretanha, o Partido Trabalhista Independente, os fabianos e diversas federações social-democratas e anarquistas, isso sem falar nos trotskistas e outros cismas modernos.³ Mas o que distinguia o Partido Comunista, na Inglaterra como em outros lugares, era o princípio de autoridade, a aceitação da hierarquia e a devoção à ordem.

Eric Hobsbawm é decididamente um homem a favor da ordem, um “comunista tóri” [conservador comunista], como ele mesmo diz. Intelectuais comunistas nunca foram “dissidentes culturais”; e o desprezo de Hobsbawm pelo “esquerdismo” indulgente e pós-qualquer coisa tem um longo pedigree leninista. Mas, no caso dele, outra tradição também atua. Quando Hobsbawm despreza o thatcherismo, tachando-o pejorativamente de “anarquismo da pequena classe média”, ele combina habilmente dois anátemas: a velha implicância marxista com a indulgência desordeira e desregrada; e o ainda mais velho desprezo da elite administrativa inglesa pela classe dos funcionários subalternos e vendedores, socialmente inseguros, com

pouca instrução, mas economicamente ambiciosos, conhecidos antes como sr. Pooter, e agora como Homem de Essex.⁴ Hobsbawm, em resumo, é um mandarim — um mandarim comunista — com toda a confiança e os preconceitos de sua casta.

Isso não chega a surpreender: como Hobsbawm escreve sobre sua ascensão aos Apóstolos, em 1939, “até os revolucionários gostam de participar de uma tradição compatível”. A classe dos mandarins britânicos, nas universidades e no serviço público, sentia uma certa atração pela União Soviética (embora de longe): o que viam lá era progresso planejado de cima para baixo, feito por quem sabia mais — um conceito familiar. Os fabianos, especialmente (Shaw, Wells, os Webb), entenderam o comunismo sob este ângulo, e neste caso não estiveram sozinhos. Isso, creio, explica por que os estudiosos de Hobsbawm na Grã-Bretanha se mostram confusos quando os críticos se detêm em seu comunismo: não só por ser de mau gosto invocar a opinião pessoal de um homem; ou porque o comunismo soviético aconteceu a um outro povo distante (e há muito tempo), sem ter ecoado na experiência local ou na história; e sim porque a engenharia de almas humanas é tentadora às elites de todas as estirpes.

Mas Eric Hobsbawm não é apenas um membro sênior e muito orgulhoso da “instituição cultural oficial britânica” (palavras dele); se fosse, ele certamente teria se desvinculado há muito tempo do compromisso com um cadáver institucional. Ele é também um romântico. Romantizou bandidos rurais, transferindo de modo brilhante, embora implausível, a autoridade moral do proletariado industrial para os rebeldes rurais. Ele romantiza o Partido Comunista Italiano de Palmiro Togliatti — que, à luz das revelações recentes, não combina com a insistência de Hobsbawm a respeito de “não se iludir nem com as pessoas e coisas que consideramos mais valiosas na vida”.⁵

Eric Hobsbawm ainda romantiza a União Soviética — “Sejam quais forem suas fraquezas, sua própria existência provou que o socialismo era mais do que um sonho”, uma alegação que só pode fazer sentido hoje em dia se sua intenção for uma amarga ironia, o que duvido. E ele chega a romantizar a tão proclamada “rigidez” dos comunistas, sua suposta visão límpida da realidade política. Para dizer o mínimo, isso entra em choque com a sequência de erros estratégicos desastrosos cometidos por Lenin, Stalin e seus sucessores, um a um. Por vezes a nostalgia deplorável de Hobsbawm soa curiosamente como a de Rubashev em *O Zero e o Infinito*, de Koestler: “por uma vez a História tomou a iniciativa, o que pelo menos prometia um modo de vida mais digno para a humanidade; agora, isso acabou.”

EM *TEMPOS INTERESSANTES* HOBBSAWM revela uma fraqueza evidente pela República Democrática Alemã, insinuando em mais de uma oportunidade haver certa falta de fibra moral nos intelectuais que a abandonaram pelas sereias do Ocidente (“Quem não aguentava o calor saiu da cozinha”). Ele tende, suspeito, a confundir o autoritarismo esfarrapado da RDA com o charme inesquecível de Berlim durante a República de Weimar. Isso, por sua vez, conduz ao âmago romântico de seu envolvimento com o comunismo durante a vida inteira: uma fidelidade duradoura tanto a um momento histórico singular — Berlim nos últimos meses da República de Weimar — e ao jovem atento e receptivo que a conheceu. Ele disse algo assim, em entrevista recente: “Eu não quero romper com a tradição que era a minha vida, e com o que eu pensava quando nela me iniciei.”⁶

Em suas memórias, ele é explícito: “Cheguei a Berlim no final do verão de 1931, quando a economia mundial entrava em colapso [...] [Foi] o momento histórico que decidiu a forma do século XX e da minha vida.” Não é coincidência que a descrição de Eric Hobsbawm desses meses seja a

prosa mais intensa e excitante — inclusive no sentido sexual — que ele já escreveu. Ele certamente não foi o único observador sensível a perceber imediatamente o que havia em jogo. Ao escrever para casa, de Colônia, onde estudava, Raymond Aron, aos 26 anos, descreveu o “abismo” em que a Alemanha afundava. Ele também compreendeu, intuitivamente, que o *Titanic* batera no iceberg; que o futuro da Europa dependia agora das lições políticas que fossem extraídas daquele momento crucial. O que Aron viu na Alemanha entre 1931 e 1933 seria a referência central, moral e política para o resto de sua vida e obra.⁷

Não se pode deixar de admirar a firme decisão de Hobsbawm de manter a fé em sua personalidade de adolescente, navegando sozinho no coração escuro do século XX. Mas ele paga um alto preço por sua lealdade, muito mais alto do que ele se dá conta. “Há certos clubes”, disse, “dos quais eu não gostaria de ser sócio”.⁸ Ele se refere, no caso, aos ex-comunistas. Mas os ex-comunistas — Jorge Semprún, Wolfgang Leonhard, Margarete Buber-Neumann, Claude Roy, Albert Camus, Ignazio Silone, Manès Sperber e Arthur Koestler — escreveram alguns dos melhores relatos de nossos tempos terríveis.⁹ Como Soljenitsin, Sakharov e Havel (a quem Hobsbawm sintomaticamente nunca menciona), eles constituem a República das Letras do século XX. Ao se excluir desta companhia, Eric Hobsbawm, logo ele, provincializou-se.

O estrago mais óbvio está em seu texto. Sempre que Hobsbawm entra numa zona politicamente sensível, ele se retrai para uma linguagem cifrada, truncada, reminescente dos discursos do partido. “A possibilidade de ditadura”, escreve em *A Era dos Extremos*, “está implícita em todos os regimes baseados num partido único irremovível”. A “possibilidade”? “Implícita”? Como Rosa Luxemburgo poderia ter-lhe explicado, um partido único irremovível é uma ditadura. Ao descrever as exigências do Comintern em

1932, para os comunistas alemães combaterem os socialistas e ignorarem os nazistas, Hobsbawm, em suas memórias, escreve que “hoje é amplamente aceito que aquela política [...] foi de uma idiotia suicida”. *Hoje?* Todos a consideraram criminosamente estúpida na época, e desde então — todos, claro, menos os comunistas.

Hobsbawm é suficientemente surdo nesses temas para ainda poder citar, em tom de aprovação, os sentimentos nauseantes do poema de Bertolt Brecht, “Aos que Nascerão depois de Nós”:

*Nós, que quisemos preparar o terreno para a gentileza,
Não pudemos ser gentis.*

Depois disso diminui-se a surpresa ao ler a curiosa descrição de Hobsbawm para o famoso “discurso secreto” de Krushev em 1956: “a brutal e implacável denúncia dos erros de Stalin.” Vale notar que é a denúncia contra Stalin que atrai os epítetos (“brutal”, “implacável”), e não seus “erros”. Em seu entusiasmo pelo omelete comunista, Hobsbawm obviamente pouco sono perdeu pelos milhões de ovos quebrados nos túmulos sem identificação, de Wroclaw a Vladivostok. Como ele mesmo diz, a História não chora pelo leite derramado.

No máximo, ele mostra lamentar as injustiças cometidas pelos comunistas contra outros comunistas: recordando que o julgamento de Traicho Kostov em Sófia, em 1949, “me deixou infeliz”, ele o descreve como o primeiro dos “julgamentos forjados que desfiguraram os últimos anos de Stalin”. Mas não foi o primeiro. Na própria Bulgária houvera um julgamento forjado anterior, do líder rural Nikola Petkov, condenado e executado em setembro de 1947 pelo partido de Kostov. Contudo, Petkov não é mencionado. Seu assassinato pelo governo não deixa Stalin em situação ruim.

Como Hobsbawm parcialmente admite, ele teria sido mais sábio se restringisse sua atenção ao século XIX, “tendo

em vista”, como ele diz, “a rígida visão oficial do Partido e da União Soviética sobre o século XX”.¹⁰ Ele dá a impressão de escrever à sombra de um censor invisível. Quando descreve a duração, até os anos 1920, dos vínculos herdados da era Habsburgo entre a Áustria independente e a Tchecoslováquia, ele conclui: “As fronteiras ainda não eram impenetráveis, como se tornaram depois que a guerra destruiu a ponte do bonde de Pressburg sobre o Danúbio.” Leitores mais jovens podem inferir razoavelmente que uma linha de bonde interrompida fosse o único obstáculo para tchecos e eslovacos que desejavam visitar a Áustria do pós-guerra, após 1948; Hobsbawm evita mencionar qualquer outro impedimento.

Esses não são atos falhos atávicos da pena, cochilos homéricos ocasionais. Os críticos britânicos que deles desviam polidamente, na ponta dos pés, em consideração pelos feitos do autor, estão apenas paparicando um velho amigo. Hobsbawm merece mais. François Furet disse certa vez que deixar o Partido Comunista Francês em protesto pela invasão soviética da Hungria “foi a coisa mais inteligente que já fiz”. Eric Hobsbawm preferiu ficar, e esta escolha anuviou seus instintos históricos. Ele admite seus erros com presteza — subestimar os anos 1960, deixar de antecipar o declínio precipitado do eurocomunismo em meados dos anos 1970, e mesmo ter grandes esperanças para a União Soviética que, “como agora sei, estava fadada ao fracasso”.

Mas ele não parece entender por que os cometeu — mesmo a concessão de que a União Soviética estava “fadada” ao fracasso não passa de uma inversão da presunção anterior de que estava “fadada” ao sucesso. De qualquer modo a responsabilidade cabe à História, e não aos homens, e os velhos comunistas podem dormir em paz. Este determinismo retroativo não passa de História à Whig temperado com dialética; e a dialética, como um veterano

comunista explicou ao jovem Jorge Semprún em Buchenwald, “é a arte e a técnica de cair sempre de pé”.¹¹ Hobsbawm caiu de pé, mas no lugar em que se encontra a maior parte do resto do mundo está de cabeça para baixo. Mesmo o significado de 1989 é obscuro para ele. Sobre as consequências da vitória do “mundo livre” (cita, assustado) sobre a União Soviética ele meramente alerta: “O mundo talvez ainda venha a lamentar que, perante a alternativa de Rosa Luxemburgo entre socialismo e barbárie, tenha decidido contra o socialismo.”

No entanto, a Rosa Vermelha escreveu isso quase cem anos antes. O socialismo com que Eric Hobsbawm sonhava deixou de ser uma opção, e os desvios ditatoriais bárbaros aos quais ele devotou a vida são em grande parte responsáveis por isso. O comunismo corrompeu e espoliou a herança radical. Se hoje enfrentamos um mundo no qual não existe uma grande narrativa de progresso social, e nenhum projeto politicamente plausível de justiça social, isso em larga medida se dá porque Lenin e seus herdeiros envenenaram o poço.

Hobsbawm encerra as memórias com uma coda instigante: “Não vamos nos desarmar, mesmo em tempos insatisfatórios. A injustiça social ainda necessita ser denunciada e combatida. O mundo não vai melhorar sozinho.” Ele tem razão em todos os aspectos. Mas, para fazer algum bem no novo século, precisamos começar contando a verdade sobre o anterior. Hobsbawm se recusa a olhar o mal de frente e a chamá-lo pelo nome; ele nunca confronta a moral nem a herança política de Stalin e suas obras. Se ele seriamente deseja passar o bastão radical para as gerações futuras, este não é o modo de agir.

A esquerda por muito tempo evitou confrontar o demônio comunista preso no armário da família. O antianticomunismo — o desejo de evitar o auxílio e o apoio aos combatentes da Guerra Fria antes de a 1989, e desde

então aos triunfalistas do Fim da História — atrofiou por décadas o pensamento político nos movimentos trabalhistas e social-democratas; em certos círculos, ainda faz isso. Mas, como Arthur Koestler ressaltou no Carnegie Hall em março de 1948: “Não se pode evitar que as pessoas estejam certas pelas razões erradas [...] Este medo de se encontrar em más companhias não é uma expressão da pureza política; é uma expressão da falta de autoconfiança.”¹²

Se a esquerda quiser recuperar a autoconfiança e se erguer, devemos parar de contar histórias reconfortantes sobre o passado. *Com todo o respeito* por Hobsbawm, que nega isso, imperturbável, havia uma “afinidade fundamental” entre os extremistas de esquerda e de direita no século XX, evidente para qualquer um que o tenha vivido. Milhões de progressistas ocidentais venderam a alma a um déspota oriental — “A surpresa burlesca”, escreveu Raymond Aron em 1950, “é que a esquerda europeia confundiu o construtor da pirâmide com seu deus”.¹³ Os valores e instituições importantes para a esquerda — da igualdade perante a lei ao fornecimento de serviços públicos como questão de direito — e que hoje estão ameaçados — nada devem ao comunismo. Setenta anos de “socialismo real” em nada contribuíram para o bem conjunto da humanidade. Em nada.

Talvez Hobsbawm entenda isso. Talvez, como ele afirma a respeito de James Klugmann, historiador oficial do Partido Comunista Britânico, “ele sabia o que era certo, mas evitou dizer isso em público”. Neste caso, não chega a ser um epitáfio muito edificante. Evgenia Ginzburg, que sabia muita coisa a respeito do século XX, barrava os gritos que brotavam das celas de tortura da prisão de Butyrki, em Moscou, recitando sem parar, para si, o poema de Michelangelo:

Doce é dormir, mais doce ser uma pedra.

*Nesta época de terror e de vergonha,
Triplamente bendito é quem não vê nem sente.
Deixem-me aqui, e não perturbem meu descanso.*¹⁴

Eric Hobsbawm é o maior historiador nato de nosso tempo; mas, descansado e imperturbado, de certa forma ele dormiu durante o terror e a vergonha de sua época.

Esta resenha da autobiografia de Eric Hobsbawm foi inicialmente publicada no New York Review of Books, em novembro de 2003.

NOTAS

- ¹ Noel Annan, *Our Age: English Intellectuals between World Wars — A Group Portrait* (Nova York: Random House, 1991), p. 189.
- ² Ver, por exemplo, Raphael Samuel, “The lost world of british communism (Part I), *New Left Review*, nº 154 (novembro-dezembro de 1985): p. 3-53, onde ele esboça um retrato maravilhoso de “uma organização cercada [...] [mantendo] o simulacro de uma sociedade completa, isolada de influências externas, beligerante em relação aos de fora, protetora de quem estava dentro”; “uma igreja visível”, como Samuel diz, traçando “uma linha ininterrupta de descendentes desde os pioneiros fundadores, reivindicando precedência bíblica para nossas políticas, adotando rótulos patrícios para nossos anátemas”.
- ³ Para uma visão da vida num partido centenário, sustentado pelo casamento feliz entre pureza doutrinária e irrelevância política, ver Robert Barltrop, *The Monument: The Story of the Socialist Party of Great Britain* (Londres: Pluto, 1975).
- ⁴ Ver George e Weedon Grossmith, *Diary of a Nobody* (Londres, 1892).
- ⁵ Em abril de 1963, pouco antes de sua morte, Togliatti escreveu a Antonin Novotny, secretário-geral do Partido Comunista da Tchecoslováquia, implorando-lhe que adiasse a “reabilitação” pública iminente das vítimas do julgamento de Rudolph Slánský em 1952. Este anúncio, escreveu (reconhecendo implicitamente a cumplicidade do PCI na defesa dos julgamentos forjados dos anos 1950), “liberaria uma campanha furiosa contra nós, trazendo à baila os temas mais estúpidos e provocativos do anticomunismo [*i temi più stupidi e provocatori dell’anticomunismo*], o que nos prejudicaria nas próximas eleições”. Ver Karel Bartosek, *Les Aveux des Archives: Prague-Paris-Prague, 1948-1968* (Paris: Seuil, 1996), p.372, Apêndice 28; e, de modo mais geral, Elena Aga-Rossi e Victor Zaslavsky,

Togliatti e Stalin: Il PCI e la politica estera italiana negli archivi di Mosca (Bolonha: Il Mulino, 1977), especialmente p.236 e segs.

- 6 Sarah Lyall, "A communist life with no apology", *New York Times*, 23 de agosto de 2003.
 - 7 Ver meu ensaio "The Peripheral Insider: Raymond Aron and the Wages of Reason", em *The Burden of Responsibility: Blum, Camus, Aron and the French Twentieth Century* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), p.137-83.
 - 8 Ver Neal Ascherson, "The Age of Hobsbawm", *The Independent on Sunday*, 2 de outubro de 1994.
 - 9 Por exemplo, Jorge Semprún, *Autobiografia de Federico Sánchez*, publicado originalmente em Barcelona em 1977; Wolfgang Leonhard: *Child of the Revolution* (Nova York: Pathfinder Press, 1979), publicado originalmente em Colônia, em 1955, como *Die Revolution entlässt ihre Kinder*; Claude Roy, *Nous* (Paris: Gallimard, 1972); Margarete Buber-Neumann, *Von Potsdam nach Moskau: Stationen eines Irrweges* (Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1957).
 - 10 Notar a separação implícita entre "Soviético" e "Partido", como se os comunistas locais fossem completamente distintos dos de Moscou (e portanto isentos de responsabilidade pelos crimes dos últimos). Eric Hobsbawm sabe melhor do que ninguém que isso é tapeação. O objetivo de Lenin ao romper com a antiga Internacional Socialista foi centralizar as organizações revolucionárias em uma unidade conforme o modelo bolchevique, recebendo instruções de Moscou. Era este o propósito das famosas "Vinte e Uma Condições" para a entrada no Comintern, com a qual Lenin provocou o racha nos partidos socialistas europeus em 1919-22 — sem mencionar a Vigésima Segunda Condição, não escrita, que, segundo o líder socialista francês Paul Faure, autorizava os bolcheviques a ignorar as outras 21, se lhes fosse conveniente.
 - 11 "Mais, c'est quoi, la dialectique?" "C'est l'art et la manière de toujours retomber sus ser pattes, mon vieux!" Jorge Semprún, *Um Belo Domingo*.
 - 12 Arthur Koestler, "The Seven Deadly Fallacies", em *The Trail of the Dinosaur and Other Essays* (Nova York: Macmillan, 1955), p.81.
 - 13 Raymond Aron, *Polémiques* (Paris: Gallimard, 1995), p.81.
 - 14 Evgenia Ginzburg, *Journey into the Whirlwind* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1967), p.162.
- *** *Tempos Interessantes* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002).

CAPÍTULO VIII

Adeus a tudo isso? Leszek Kołakowski e o legado marxista

Leszek Kołakowski é um filósofo da Polônia. Mas não parece correto — ou suficiente — defini-lo assim. Como Czesław Miłosz e outros antes dele, Kołakowski forjou sua carreira intelectual e política em oposição a certas características profundamente enraizadas na cultura polonesa tradicional: clericalismo, chauvinismo, antissemitismo. Forçado a deixar sua terra natal em 1968, Kołakowski não podia voltar para casa nem ser publicado em seu país: entre 1968 e 1981 seu nome constou na lista de autores proibidos na Polônia, e grande parte da obra pela qual é conhecido hoje foi escrita e publicada no estrangeiro.

No exílio, Kołakowski viveu principalmente na Inglaterra, onde é *fellow* do All Souls College de Oxford desde 1970. Mas, como explicou a um entrevistador no ano passado, a Inglaterra é uma ilha; All Souls (uma faculdade sem estudantes), uma ilha em Oxford; e o dr. Leszek Kołakowski é uma ilha dentro de All Souls, uma “ilha quádrupla”.¹ Realmente, um dia houve lugar na vida cultural britânica para imigrantes da Rússia e da Europa Central — basta pensar em Ludwig Wittgenstein, Arthur Koestler ou Isaiah Berlin. Mas um filósofo católico ex-marxista da Polônia é mais exótico, e, apesar de seu renome internacional, Leszek Kołakowski é desconhecido — e curiosamente desvalorizado — em sua terra adotiva.

Em outros lugares, porém, ele é famoso. Como muitos acadêmicos da Europa Central de sua geração, Kołakowski é

poliglota — fluente em russo, francês e alemão, além de polonês e do inglês, que adotou —, tendo recebido inúmeros títulos e prêmios na Itália, Alemanha e França, principalmente. Nos Estados Unidos, onde Kołakowski lecionou por muitos anos no Comitê de Pensamento Social da Universidade de Chicago, sua contribuição tem sido generosamente reconhecida, culminando com a concessão em 2003 do primeiro prêmio Kluge da Biblioteca do Congresso — concedido pelos resultados nos campos do saber (humanidades acima de tudo) para os quais não há Prêmio Nobel. Mas Kołakowski, que mais de uma vez declarou sentir-se em casa acima de tudo em Paris, não é mais norte-americano do que inglês. Talvez seja mais adequado pensar nele como o último cidadão ilustre da República das Letras do século XX.

Na maioria de seus países adotivos, Leszek Kołakowski é mais conhecido (em alguns lugares, só é conhecido) por *Main Currents of Marxism* (As principais correntes do marxismo), sua notável história do marxismo em três volumes: publicado em polonês (em Paris) em 1976, na Inglaterra pela Oxford University Press dois anos depois, e agora reeditado num único volume pela Norton aqui nos EUA.² Sem dúvida é assim que deve ser; *Main Currents* é um monumento da academia humanista moderna. Mas há uma certa ironia em sua proeminência entre os textos de Kołakowski, pois o autor não é exatamente um “marxologista”. Ele é filósofo, historiador da filosofia e pensador católico. Passou anos estudando as seitas e heresias cristãs do início da era moderna, e durante a maior parte do último quarto de século dedicou-se à história da religião e da filosofia europeias e ao que pode ser descrito como especulações filosófico-teológicas.³

O período “marxista” de Kołakowski, de sua notoriedade inicial na Polônia do pós-guerra como o mais sofisticado filósofo marxista de sua geração até a saída do país, em

1968, foi na verdade muito breve. E na maior parte do tempo ele já era dissidente: já em 1954, aos 27 anos, era acusado de “afastar-se da ideologia marxista-leninista”. Em 1966, proferiu uma famosa conferência crítica na Universidade de Varsóvia, no décimo aniversário do “Outubro Polonês”, e foi oficialmente censurado por Władysław Gomułka como “ideólogo principal do chamado movimento revisionista”. Depois Kołakowski foi devidamente expulso de sua cátedra na universidade, por “formar a visão dos jovens de um modo contrário à tendência oficial do país”. Na época em que ele chegou ao Ocidente não era mais marxista (para confusão de alguns de seus admiradores, como veremos); poucos anos depois, tendo escrito o livro mais importante sobre o marxismo dos últimos cinquenta anos, Kołakowski tinha o que outro acadêmico polonês chamou educadamente de “interesse decrescente pelo assunto”.⁴

Essa trajetória ajuda a explicar as características distintas de *Main Currents of Marxism*. O primeiro volume, “The Founders” (Os fundadores), apresenta um arranjo convencional de história das ideias: das origens cristãs da dialética ao projeto de salvação total por meio da filosofia romântica alemã e seu impacto no jovem Karl Marx, até os escritos maduros de Marx e seu colega Friedrich Engels. O segundo volume recebe o título revelador (e não irônico, creio) de “*The Golden Age*” (A era dourada). Ele contempla o período da Segunda Internacional, fundada em 1889, até a Revolução Russa de 1917. Ali, também, Kołakowski se preocupa acima de tudo com ideias e debates conduzidos em nível sofisticado por uma notável geração de pensadores europeus radicais.

Os principais marxistas da época — Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Eduard Bernstein, Jean Jaurès e V. I. Lenin — recebem seu quinhão, cada um em capítulo que resume com incansável eficiência e clareza os principais

argumentos e seu papel no conjunto. De maior interesse, porém, pois normalmente não figuram com tanta proeminência em relatos genéricos, são os capítulos sobre o filósofo italiano Antonio Labriola, os poloneses Kudwik Krywicki, Kazimierz Kelles-Krauz e Stanisław Brzozowski, bem como Max Adler, Otto Bauer e Rudolf Hilferding: os “austro-marxistas”. A relativa abundância de poloneses no panorama do marxismo de Kołakowski em parte se deve indubitavelmente a uma perspectiva local e à compensação pela negligência no passado. Mas, assim como os austro-marxistas (segundo um dos mais longos capítulos do livro), eles representam um lembrete oportuno da riqueza intelectual da Europa Central *fin de siècle*, esquecida e depois omitida de uma narrativa por muito tempo dominada pelos alemães e russos.⁵

O terceiro volume de *Main Currents* — a parte que lida com o que muitos leitores consideram “o marxismo”, ou seja, a história do comunismo soviético e o pensamento marxista ocidental desde 1917 — é chamada sem rodeios de “The Breakdown” (O colapso). Quase metade da seção é dedicada ao marxismo soviético, de Stalin a Trótski; o restante trata de teóricos variados de outros países, do século XX. Alguns deles, notadamente Antonio Gramsci e György Lukács, continuam sendo autores de interesse aos estudiosos do pensamento do século XX. Outros, como Ernst Bloch e Karl Korsch (alemão contemporâneo de Lukács), têm um texto mais datado. Outros ainda, notadamente Lucien Goldman e Herbert Marcuse, parecem menos interessantes hoje do que em meados dos anos 1970, quando Kołakowski os descartou em poucas páginas.

O livro termina com um ensaio sobre “*Developments in Marxism Since Stalin’s Death*” (Desenvolvimento no marxismo desde a morte de Stalin), no qual Kołakowski aborda rapidamente seu próprio passado “revisionista” antes de registrar num tom infatigável de desprezo as

modas passageiras da época, desde as tolices pernósticas em *Crítica da Razão Dialética*, de Sartre, com seus “neologismos supérfluos”, a Mao Tse-tung, seu “marxismo camponês” e seus irresponsáveis admiradores ocidentais. Leitores desta seção são alertados previamente no prefácio original do terceiro volume da obra: “embora reconhecendo que o material abordado neste capítulo poderia ser expandido num volume adicional”, o autor conclui: “não estou convencido de que o sujeito seja intrinsecamente merecedor de um tratamento com tamanha extensão”. Vale registrar que, enquanto as duas primeiras partes de *Main Currents* foram lançadas na França em 1987, o volume final da obra-prima de Kołakowski ainda não foi publicado lá.

É praticamente impossível reproduzir numa curta resenha a assustadora amplitude da história da doutrina marxista por Kołakowski. Seguramente ela jamais será superada: quem irá novamente saber — ou se importar — o suficiente para repisar este terreno em tamanho detalhe, e com tamanha sofisticação analítica? *Main Currents of Marxism* não é uma história do socialismo; seu autor presta atenção apenas passageira aos contextos políticos ou organizações sociais. É uma assumida narrativa de ideias, uma espécie de *Bildungsroman* da ascensão e queda de uma outrora poderosa família de teorias e teóricos, relatada por um dos últimos filhos sobreviventes em sua cética e desiludida velhice.

A tese de Kołakowski, exposta em 1.200 páginas de texto, é direta, desprovida de ambiguidades. O marxismo, em sua visão, deve ser levado a sério: não por suas proposições referentes à luta de classe (que às vezes é verdadeira, mas nunca nova); nem pela promessa do inevitável colapso do capitalismo e de uma transição ao socialismo liderada pelos operários (que fracassou inteiramente enquanto previsão); e sim porque o marxismo criou uma mistura única — e verdadeiramente original — da ilusão romântica prometeica com o determinismo histórico inflexível.

A atração do marxismo assim entendido é óbvia. Oferecia uma explicação para a maneira como o mundo funciona — uma análise econômica do capitalismo e das relações entre as classes sociais. Propunha o modo como o mundo deveria funcionar — uma ética das relações humanas conforme sugerido nas juvenis especulações idealistas de Marx (e na interpretação dele por György Lukács, com a qual Kołakowski, apesar de todo o desprezo pela carreira comprometida de Lukács, concorda em larga medida.)⁶ E proclama argumentos incontrovertidos para crer que as coisas *funcionarão* desta maneira no futuro, com base num conjunto de afirmações sobre a necessidade histórica retirada dos escritos do próprio Marx (e de Engels) por seus discípulos russos. Esta combinação de descrição econômica, prescrição moral e previsão política provou ser intensamente sedutora — e aproveitável. Como Kołakowski observou, ainda vale a pena ler Marx — no mínimo para nos ajudar a entender a imensa versatilidade de suas teorias quando invocadas por terceiros para justificar os sistemas políticos aos quais deu origem.⁷

Sobre o elo entre marxismo e comunismo — que três gerações de marxistas ocidentais tentaram bravamente minimizar, “salvando” Marx da “distorção” nas mãos de Stalin (e Lenin) — Kołakowski é explícito. Com certeza Karl Marx era um escritor alemão que viveu na Londres vitoriana.⁸ Ele dificilmente poderia ser responsabilizado em qualquer sentido inteligível pela história da Rússia ou da China no século XX, e portanto há algo tão redundante quanto fútil nos esforços de várias décadas por parte dos puristas marxistas para estabelecer as verdadeiras intenções dos fundadores da doutrina, determinando o que Marx e Engels teriam pensado a respeito dos pecados futuros cometidos em seu nome — embora esta reiterada ênfase em retornar à verdade dos textos sagrados ilustre a

dimensão sectária do marxismo, à qual Kołakowski presta especial atenção.

De todo modo, o marxismo enquanto doutrina não pode ser separado da história dos movimentos políticos e sistemas que inspirou. Há um determinismo central no pensamento de Marx e Engels: sua alegação de que “em última análise” as coisas são como devem ser, por razões sobre as quais os homens não têm controle final. Esta insistência nasceu do desejo de Marx em virar o velho Hegel “de ponta-cabeça”, e inserir causas materiais incontrovertidas (a luta de classes, as leis do desenvolvimento capitalista) no âmago da explicação histórica. E seria com este conveniente apoio epistemológico que Plekhanov, Lenin e seus herdeiros ergueriam o edifício inteiro da “necessidade” histórica e o sistema de coação que o acompanhava.

Ademais, a outra intuição do jovem Marx — que o proletariado tinha uma visão privilegiada dos propósitos finais da história, graças a seu papel especial como classe explorada, cuja libertação assinalaria a libertação de toda a humanidade — está intimamente ligada ao resultado final do comunismo, graças à subordinação dos interesses do proletariado ao partido ditatorial que alegava encarná-lo. A força das cadeias lógicas que ligavam a análise marxista à tirania comunista pode ser julgada a partir dos muitos observadores e críticos — de Mikhail Bakunin a Rosa Luxemburgo — que anteciparam o desfecho totalitário do comunismo e o denunciaram muito antes que Lenin chegasse perto da Estação Finlândia. Claro, o marxismo poderia ter seguido em outras direções: também poderia não ter ido para lugar nenhum. Mas “a versão leninista do marxismo, embora não fosse a única possível, era bem plausível”.⁹

Sem dúvida, nem Marx nem os teóricos posteriores pretendiam ou anteciparam que a doutrina que pregava a

derrubada do capitalismo pelo proletariado industrial tomaria o poder numa sociedade atrasada e majoritariamente rural. Mas, para Kołakowski, este paradoxo meramente reforça o poder do marxismo enquanto sistema de crenças: se Lenin e seus seguidores não tivessem insistido (e justificado retroativamente em teoria) a necessidade inelutável de seu próprio sucesso, suas iniciativas voluntaristas jamais teriam vingado. Eles tampouco teriam se tornado um protótipo tão convincente para milhões de admiradores externos. Transformar um golpe oportunista, facilitado pelo transporte dado pelo governo alemão para Lenin ir à Rússia num trem blindado, numa revolução “inevitável” exigiu não apenas gênio tático, mas também um exercício amplo de fé ideológica. Kołakowski tem razão, certamente: o marxismo político é acima de tudo uma religião secular.

MAIN CURRENTS OF MARXISM NÃO É o único relato sobre o marxismo em primeira mão, embora seja de longe o mais ambicioso.¹⁰ O que o distingue é a perspectiva polonesa de Kołakowski. Isso provavelmente explica a ênfase de sua obra no marxismo enquanto escatologia — “uma variação moderna das expectativas apocalípticas que têm sido contínuas na história europeia”. E ela permite uma leitura da história do século XX que seja inflexivelmente moralista, até religiosa: “O Demônio faz parte de nossa experiência. Nossa geração já viu o bastante dele para que a mensagem seja levada extremamente a sério. O mal, sustento, não é contingente, não é a ausência, deformação ou subversão da virtude (ou o que quer que se considere seu oposto), mas um fato inegável e persistente.”¹¹ Nenhum comentarista ocidental de Marx, por mais crítico que fosse, escreveu assim.

Mas Kołakowski escreve como alguém que viveu não apenas dentro do marxismo, mas sob o comunismo. Ele testemunhou a transformação do marxismo de teorema

intelectual a modo de vida político. Assim, visto e vivido por dentro, o marxismo se torna difícil de distinguir do comunismo — que, afinal de contas, não só foi seu resultado prático mais importante, como também o único. E o emprego diário de categorias marxistas para o propósito vulgar de suprimir a liberdade — que era seu principal valor de uso para os comunistas no poder — depõe com o tempo contra os encantos da própria teoria.

A aplicação cínica da dialética para perturbar mentes e alquebrar corpos normalmente é esquecida pelos estudiosos ocidentais do marxismo, absorvidos na contemplação de ideais passados ou prospectos futuros, sem se importarem com notícias inconvenientes do presente soviético, particularmente quando relatados por vítimas ou testemunhas.¹² Seus encontros com essas pessoas indubitavelmente explica o desprezo cáustico de Kołakowski por grande parte do “marxismo” ocidental e seus acólitos progressistas: “Uma das causas da popularidade do marxismo entre as pessoas instruídas é o fato de que, em sua forma simples, ele era muito fácil; até [*sic*] Sartre percebeu que os marxistas são preguiçosos [...] [O marxismo era] um instrumento que tornava possível dominar toda a história e a economia sem ter de estudar de verdade as duas disciplinas.”¹³

Foi um desses encontros que deu origem ao irônico título do ensaio na nova reunião dos escritos de Kołakowski.**** Em 1973, em *The Socialist Register* (O registro socialista), o historiador inglês E. P. Thompson publicou uma “Carta Aberta a Leszek Kołakowski”, na qual acusa o ex-marxista de ter decepcionado seus admiradores ocidentais ao renegar o comunismo revisionista de sua juventude. A “Carta Aberta” mostrava o pior do pedantismo chauvinista inglês: verborrágica (a carta ocupa cem páginas impressas), condescendente e santarrona. Num tom pomposo demagógico, com mais de um olho em sua honorável

plateia progressista, Thompson aponta o dedo retórico ao eLivros Kołakowski, repreendendo-o por apostasia: “Éramos nós dois vozes do revisionismo comunista de 1956 [...] ambos passamos de uma crítica frontal do stalinismo para uma postura de revisionismo marxista [...] houve época em que você, e as causas que defendia, estavam presentes nos nossos pensamentos mais profundos.” Como ousa Kołakowski nos trair, Thompson sugeria na segurança de sua confortável posição na Inglaterra média, permitindo que suas experiências inconvenientes na Polônia comunista obstruam a visão de nosso ideal marxista compartilhado?

A resposta de Kołakowski, *My Correct Views on Everything*, talvez seja a demolição intelectual mais benfeita da história dos debates políticos: ninguém, após sua leitura, levará E. P. Thompson a sério novamente, jamais. O ensaio explica (e, sintomaticamente, ilustra) o enorme abismo moral que se abriu entre os intelectuais “Orientais” e “Ocidentais” por causa da história e experiência do comunismo, algo que permanece conosco até hoje. Kołakowski disseca implacavelmente os esforços extremos e interesseiros para salvar o socialismo das deficiências do marxismo, e para salvar o marxismo dos fracassos do comunismo, além de salvar o comunismo de seus próprios crimes: tudo em nome de um ideal ostensivamente fincado numa realidade “materialista” — mas cuja credibilidade dependia de se manter incólume às marcas da experiência no mundo real ou falhas humanas. “Você diz”, Kołakowski escreve a Thompson, “que pensar em termos de um ‘sistema’ apresenta excelentes resultados. Tenho certeza que sim, e não apenas excelentes, mas milagrosos; isso simplesmente resolve todos os problemas da humanidade numa penada”.

Resolver os problemas da humanidade numa penada; buscar uma teoria abrangente capaz de simultaneamente explicar o presente e garantir o futuro; recorrer à muleta dos “sistemas” intelectuais ou históricos para navegar na

irritante complexidade e nas contradições da experiência real; salvar a semente “pura” de uma ideia ou ideal de seu fruto podre: tais atalhos apresentam um encanto intemporal e certamente não constituem monopólio dos marxistas (e nem mesmo da esquerda). Mas é compreensivelmente tentador descartar ao menos a variante marxista dessa insensatez humana: entre a visão desiludida de ex-comunistas como Kołakowski e o provincianismo farisaico de marxistas “ocidentais” como Thompson, para não mencionar o próprio veredito da história, parece que o assunto se autodestruiu.

Pode ser. Mas antes de consignar a curiosa história da ascensão e queda do marxismo para um passado cada vez mais distante e menos relevante, faríamos bem em recordar a força notável do marxismo na imaginação do século XX. Karl Marx pode ter sido um profeta fracassado, e seus discípulos mais bem-sucedidos uma camarilha de tiranos, mas o pensamento marxista e o projeto socialista exerceram uma atração sem paralelos em algumas das melhores mentes do século passado. Mesmo nos países que se tornariam vítimas de governos comunistas, a história intelectual e cultural da época é inseparável da atração magnética das ideias marxistas e sua promessa revolucionária. Num momento ou noutro muitos dos pensadores mais interessantes do século XX teriam endossado sem hesitar o encômio de Maurice Merleau-Ponty: “Marxismo não é uma filosofia da história, é a filosofia da história, e renunciar a ele é cavar o túmulo da Razão na história. Depois disso só pode haver sonhos ou aventuras.”¹⁴

O marxismo está portanto indissociavelmente entrelaçado com a história intelectual do mundo moderno. Ignorar ou descartar o marxismo significa interpretar mal o passado recente. Ex-comunistas e ex-marxistas — François Furet, Sidney Hook, Arthur Koestler, Leszek Kołakowski,

Wolfgang Leonhard, Jorge Semprún, Victor Serge, Ignazio Silone, Boris Souvarine, Manès Sperber, Alexander Wal e dúzias de outros — escreveram alguns dos melhores relatos sobre a vida intelectual e política do século XX. Até um anticomunista da vida inteira como Raymond Aron não se envergonhava de admitir seu seguido interesse pela “religião secular” do marxismo (ao ponto de reconhecer que sua obsessão em combatê-lo equivalia a uma espécie de anticlericalismo emprestado). E é sintomático que um liberal como Aron sinta um orgulho especial por conhecer Marx e o marxismo muito melhor que muitos dos autodenominados “marxistas” seus contemporâneos.¹⁵

Como sugere o exemplo do Aron firme e independente, a atração do marxismo vai muito além da história familiar, da antiga Roma à Washington contemporânea, dos escribas e áulicos atraídos pelos déspotas. Há três razões pelas quais o marxismo durou tanto tempo e exerceu tanto magnetismo sobre os melhores e mais inteligentes. Para começar, o marxismo é uma ideia muito ampla. Sua absoluta audácia epistemológica — o compromisso prometeico de compreender e explicar *tudo* — apela àqueles que lidam com ideias, assim como atraiu o próprio Marx, pelo mesmo motivo. Além disso, quando se substitui o proletariado por um partido que promete pensar em seu nome, cria-se um intelectual orgânico coletivo (no sentido cunhado por Gramsci), que aspira não apenas falar em nome da classe revolucionária, como também substituir a antiga classe dominante. Em tal universo, as ideias não são meramente instrumentais: elas exercem uma espécie de controle institucional. São empregadas com o propósito de realinhar a realidade às linhas aprovadas. As ideias, nas palavras de Kołakowski, são o “sistema respiratório” do comunismo (que, incidentalmente, é o que o distingue de tiranias no mais similares, de origem fascista, que não apresentam necessidade comparável de ficções dogmáticas que soam

inteligentes). Em tais circunstâncias, os intelectuais — comunistas — não estão mais confinados a falar a verdade ao poder. Eles *têm* poder — ou, pelo menos, nas palavras de um húngaro que relata o processo, estão na rota do poder. Trata-se de uma noção embriagadora.¹⁶

A segunda fonte de atração do marxismo é que Marx e sua descendência comunista não foram uma aberração histórica, um erro genético de Clio. O projeto marxista, assim como o antigo sonho socialista que deslocou e absorveu, era uma vertente da grande narrativa progressista de nosso tempo: compartilha com o liberalismo clássico, seu gêmeo histórico antitético, uma narrativa otimista, um relato racionalista da sociedade moderna e suas possibilidades. O traço distintivo do marxismo — a afirmação de que a boa sociedade do porvir não teria classes, sendo um produto pós-capitalista do progresso econômico e revolta social — já era difícil de acreditar em 1920. Mas os movimentos sociais derivados do impulso analítico inicial do marxismo continuaram por várias décadas a falar e agir como se ainda acreditassem no projeto transformador.

Um exemplo: O Partido Social-Democrata Alemão abandonou efetivamente a “revolução” bem antes da Primeira Guerra Mundial; mas apenas em 1959 o Congresso de Bad Godesberg levantou oficialmente a hipoteca à teoria marxista que permeava sua linguagem e seus objetivos. No período, e por um bom tempo depois, os social-democratas alemães — como os trabalhistas ingleses, socialistas italianos e muitos outros — continuaram a falar e escrever sobre luta de classes, combate ao capitalismo e assim por diante: como se, apesar de sua prática cotidiana reformista e comportada, ainda vivessem a grande narrativa romântica do marxismo. Em época tão recente quanto maio de 1981, na sequência da eleição de François Mitterrand para a presidência, políticos socialistas franceses eminentes — que

não se descreveriam como “marxistas”, e muito menos “comunistas” — falavam animadamente na *grand soir* revolucionária e na iminente transição para o socialismo, como se tivessem voltado a 1936, ou mesmo a 1848.

O marxismo, em resumo, era a estrutura “profunda” de grande parte da política progressista. A linguagem marxista, ou a linguagem que parasitou categorias marxistas, deu forma e coerência implícita a muitas formas de protesto político moderno: da social-democracia ao feminismo radical. Neste sentido Merleau-Ponty estava certo: a perda do marxismo como forma de relacionamento crítico com o presente realmente deixou um espaço vazio. Com o marxismo sumiram não só os regimes comunistas disfuncionais e seus iludidos apologistas estrangeiros, como também o esquema todo de pressupostos, categorias e explicações criados nos últimos 150 anos, que passamos a classificar de “a esquerda”. Qualquer um que tenha observado a confusão da esquerda política na América do Norte e na Europa nos últimos vinte anos e perguntado “Mas o que ela defende? O que ela quer?” entenderá este ponto.

Mas existe uma terceira razão pela qual o marxismo exercia atração, e aqueles que nos anos recentes apressaram-se em chutar seu cadáver e proclamar o “fim da história” e a vitória final da paz, da democracia e do livre mercado deveriam ter a sabedoria de refletir a respeito. Se gerações de homens e mulheres inteligentes e de boa-fé estiveram dispostas a tentar a sorte com o projeto comunista, isso não ocorreu apenas por terem sido atraídos a um estupor ideológico pelo sedutor canto da revolução e redenção. Foi porque eles sentiram uma atração irresistível pela mensagem ética subjacente: ao poder de uma ideia e de um movimento inflexivelmente dedicado a representar e defender os interesses dos miseráveis da terra. Do início ao fim, sua maior força foi o que um dos biógrafos de Marx chamou de “a seriedade moral da convicção de Marx de que

o destino do nosso mundo como um todo estava ligado à condição de seus membros mais pobres e despossuídos”.¹⁷

O marxismo, como reconhece abertamente o historiador polonês Andrzej Walicki — um de seus críticos mais ácidos —, foi a mais influente “reação às múltiplas deficiências das sociedades capitalistas e da tradição liberal”. Se o marxismo perdeu em popularidade no último terço do século XX, isso se deu em larga medida porque os piores defeitos do capitalismo pareciam ter sido finalmente superados. A tradição liberal — graças ao inesperado sucesso em se adaptar ao desafio da depressão e da guerra, e presenteando as democracias ocidentais com as instituições estabilizadoras do New Deal e do Estado previdenciário — triunfara palpavelmente sobre seus críticos antidemocratas, tanto de esquerda quanto de direita. Uma doutrina política que estivera perfeitamente posicionada para explicar e explorar as crises e injustiças de outra época agora parecia fora de contexto.

Hoje em dia, porém, as coisas estão mudando novamente. O que os contemporâneos de Marx chamavam no século XIX de “Questão Social” — como encarar e superar as imensas disparidades entre riqueza e pobreza, as vergonhosas desigualdades em educação, saúde e oportunidade — pode ter sido respondida no Ocidente (embora a distância entre pobres e ricos, que parecia estar diminuindo gradativamente, há alguns anos venha se abrindo novamente, na Grã-Bretanha e acima de tudo nos Estados Unidos). Mas a Questão Social retornou à agenda *internacional*, com mais força ainda. O que aparenta ser aos beneficiários prósperos um crescimento econômico mundial e uma abertura de mercados nacionais e internacionais ao investimento e ao comércio é cada vez mais percebido e ressentido por milhões de outros como a redistribuição da riqueza global em benefício de um punhado de corporações e detentores de capital.

Nos anos recentes, críticos respeitáveis andaram tirando a poeira da linguagem radical do século XIX para aplicá-la com sucesso perturbador às relações sociais do século XXI. Ninguém precisa ser marxista para reconhecer que o que Marx e outros chamavam de “exército industrial de reserva” está ressurgindo, mas não na periferia das cidades industriais europeias, e sim pelo mundo inteiro. Ao manter o custo da mão de obra baixo — graças à ameaça de terceirização, mudança de local da fábrica ou desinvestimento —,¹⁸ este reservatório global de trabalhadores baratos ajuda a gerar lucro e promover o crescimento: exatamente como ocorreu na Europa industrial do século XIX, pelo menos até os sindicatos organizados e os partidos trabalhistas de massa ficarem poderosos o suficiente para conseguirem aumentos de salário, taxaço distributiva e uma mudança decisiva no equilíbrio do poder no século XX — e com isso confundir as previsões revolucionárias de seus próprios líderes.

Em resumo, o mundo parece estar entrando num novo ciclo com o qual nossos antepassados do século XIX sentiam familiaridade, mas do qual nós no Ocidente não tivemos experiência recente. Nos próximos anos, conforme as disparidades visíveis de riqueza e conflitos sobre os termos do comércio, a localização do emprego e o controle de recursos naturais escassos se tornarem todos mais agudos, existe a tendência de escutarmos mais, e não menos, sobre desigualdade, injustiça, parcialidade e exploração — em casa, mas especialmente no estrangeiro. Assim, conforme perdemos de vista o comunismo (mesmo no Leste Europeu precisa-se ter mais de 35 anos de idade para ter lembranças adultas de um regime comunista), o apelo moral de uma versão reformada do marxismo deve crescer.

Se soar esquisito, basta lembrar do seguinte: a atração que uma ou outra versão do marxismo exerce sobre intelectuais e políticos radicais na América Latina ou no

O Oriente Médio nunca realmente cessou. Enquanto relato plausível da experiência local, o marxismo mantém grande parte de seu apelo, assim como ocorre com os movimentos antiglobalização contemporâneos, em todos os lugares. Esses últimos veem nas tensões e fracassos da economia capitalista internacional atual exatamente as mesmas injustiças e oportunidades que levaram os observadores da primeira “globalização” econômica dos anos 1890 a aplicar a crítica marxista do capitalismo às novas teorias sobre o “imperialismo”.

E como ninguém parece ter algo muito convincente para oferecer em termos de estratégia para corrigir as iniquidades do capitalismo moderno, o campo mais uma vez é deixado aos que surgem com a história mais organizada para contar e a receita mais enfurecida a oferecer. Vale lembrar as observações proféticas de Heine sobre Marx e seus amigos, na metade do século XIX, no auge dos anos vitorianos de prosperidade e crescimento: “Esses doutores revolucionários e seus discípulos decididos e desapiedados são os únicos homens na Alemanha que têm vida; e a eles o futuro pertence, temo.”¹⁹

Não sei se o futuro da política radical pertence a uma nova geração de marxistas, indiferentes (e talvez ignorantes) aos crimes e fracassos de seus predecessores comunistas. Espero que não, mas não apostaria nisso. Jacques Attali, antigo conselheiro político do presidente Mitterrand, no ano passado publicou um livro volumoso, escrito apressadamente, sobre Karl Marx. Na obra ele argumenta que a queda da União Soviética livrou Marx de seus herdeiros e nos liberou para ver nele um profeta arguto do capitalismo, capaz de antecipar dilemas contemporâneos, notadamente as desigualdades globais geradas pela competição irrefreada. O livro de Attali vendeu bem. Sua tese tem sido amplamente discutida: na França, e também na Grã-Bretanha (onde em 2005 uma pesquisa

radiofônica da BBC com os ouvintes apontou Karl Marx como “o maior filósofo de todos os tempos”.²⁰⁾

Claro, pode-se responder a Attali como Kołakowski respondeu à alegação análoga de Thompson de que as boas ideias do comunismo podiam ser salvas de sua embaraçosa atualidade: “Por muitos anos eu não esperei nada das tentativas de emendar, renovar, limpar ou corrigir as ideias comunistas. De todo modo, ideias pobres. Sei disso, Edward. Este crânio jamais sorrirá novamente.” Mas Jacques Attali, ao contrário de Edward Thompson e do recém-redescoberto Antonio Negri, é um homem de apurada antena política, finamente ajustada às mudanças no humor da hora. Se ele acha que o crânio pode sorrir novamente, que as explicações moribundas e sistematizantes da esquerda estão mesmo destinadas a voltar — no mínimo como contraponto para o irritante excesso de confiança dos defensores contemporâneos do livre mercado na direita —, então ele provavelmente não está de todo equivocado. E certamente não está sozinho.

Portanto, nos primeiros anos deste novo século nos deparamos com duas fantasias opostas, mas curiosamente similares. A primeira fantasia, muito familiar aos norte-americanos e disponível também em todos os países desenvolvidos, é a insistência presunçosa, raivosa, dos comentaristas, políticos e especialistas de que o consenso político de hoje — na falta de qualquer alternativa clara — é a condição para todas as democracias modernas bem administradas, e que durará indefinidamente; quem se opõe está mal informado ou de má vontade, e de todo modo condenado à irrelevância. A segunda fantasia é a crença de que o marxismo tenha algum futuro intelectual ou político: não apenas apesar do colapso do comunismo, mas por causa dele. Até agora encontrada apenas na “periferia” internacional e nas margens do mundo acadêmico, esta fé renovada no marxismo — pelo menos enquanto instrumento

analítico, se não de prognóstico político — é novamente, em larga medida por falta de competição, a moeda comum dos movimentos internacionais de protesto.

A similaridade, claro, consiste numa incapacidade comum em aprender com o passado — e uma interdependência simbólica, uma vez que é a miopia da primeira que empresta credibilidade espúria aos argumentos da segunda. Quem saúda o triunfo do mercado e o encolhimento do Estado, quem nos quer fazer celebrar o alcance desregulado para a iniciativa econômica no mundo “plano” de hoje esqueceu o que ocorreu na última vez em que passamos por este caminho. Eles terão um choque duro (embora, se o passado for um guia confiável, provavelmente às custas alheias). Quanto aos que sonham com uma reprise do disco do marxismo, remasterizado digitalmente e livre dos irritantes arranhões comunistas, esses deveriam se perguntar, melhor antes do que tarde, o que há nos “sistemas” de pensamento abrangentes que conduzem inexoravelmente aos “sistemas” de poder abrangentes. Sobre isso, como vimos, Leszek Kołakowski pode ser lido com muito proveito. Mas a história registra que não há nada mais poderoso do que uma fantasia cujo momento chegou.

Este ensaio, publicado na ocasião da elogiada iniciativa da Norton de reeditar num único volume Main Currents of Marxism, saiu inicialmente no New York Review of Books em setembro de 2006. Minha breve alusão a E. P. Thompson provocou uma resposta alentada do sr. Edward Countryman. Sua carta e minha resposta foram publicadas no New York Review of Books, vol. 54, nº ii, fevereiro de 2007.

NOTAS

¹ “On Exile, Philosophy & Tottering on the Edge of an Unknown Abyss”, diálogo entre Leszek Kołakowski e Danny Postel, *Dedalus* (versão de 2005), p.82.

- ² *Glowne Nurty Marksizmu* (Paris: Instytut Literacki, 1976); *Main Currents of Marxism* (Oxford: Clarendon Press/Oxford University Press, 1978. Nova York: Norton, 2006).
- ³ Ver, por exemplo, *Chrétien sans Église: La Conscience Religieuse et le Lien Confessionnel au XVII, e siècle* (Paris: Gallimard, 1969); *God Owes Us Nothing: A brief remark on Pascal's Religion and on the Spirit of Jansenism* (Chicago: University of Chicago Press, 1995); e os ensaios reunidos em *My Correct Views on Everything*, especialmente "The Devil in History" e "Concern with God in an Apparently Godless Era".
- ⁴ Andrzej Walicki, *Marxism and the Leap to the Kingdom of Freedom: The Rise and Fall of the Communist Utopia* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1995), p.vii. Sobre sua própria trajetória da ortodoxia confiante até a oposição cética, Kołakowski tem a dizer só o seguinte: "Certo, eu era quase onisciente (embora não totalmente) quando tinha 20 anos, mas, como se sabe, as pessoas se tornam mais burras conforme envelhecem. Eu era muito menos onisciente aos 28, e sou hoje menos ainda." Ver "My Correct Views on Everything: A Rejoinder to E. P. Thompson", originalmente publicado em *The Socialist Register*, 1974; reimpresso em *My Correct Views on Everything*, p.19.
- ⁵ Kelles-Krauz, pelo menos, foi salvo da omissão por Timothy Snyder, cujo livro *Nationalism, Marxism and Modern Central Europe: A biography of Kazimierz Kelles-Krauz, 1872-1905* foi publicado pela Harvard University Press em 1997.
- ⁶ Em outros lugares Kołakowski escreve sobre Lukács — que foi por curto período comissário cultural na República Soviética Húngara em 1919 e que depois, por ordem de Stalin, abjurou todas as coisas interessantes que havia escrito — que ele era um grande talento, mas "colocou o intelecto a serviço de um tirano". Como resultado, "seus livros não inspiram pensamentos interessantes e são considerados coisa do passado até na Hungria, sua terra natal". Ver "Communism as a Cultural Formation", *Survey*, 29, nº 2 (verão de 1985); reeditado em *My Correct Views on Everything* como "Communism as a Cultural Force", p.81.
- ⁷ Ver "What Is Left of Socialism", publicado inicialmente como "Po co nam pojecie sprawiedliwosci społecznej?" na *Gazeta Wyborcza*, 6-8 de maio de 1995; reeditado em *My Correct Views on Everything*.
- ⁸ Em *Main Currents*, Marx é situado com firmeza no universo filosófico germânico que dominava seu panorama mental. Marx como teórico social recebe pouca atenção. Quanto às contribuições de Marx para a economia — seja pela teoria do valor-trabalho ou pela previsão da queda na taxa de lucro no capitalismo avançado —, elas recebem uma certa atenção. Considerando que o próprio Marx se mostrava insatisfeito com os desfechos de suas investigações econômicas (uma das razões pelas quais *Das Kapital* permaneceu inacabado), isso talvez possa ser considerado uma misericórdia: os poderes de previsão da economia marxiana foram há muito relativizados até pela esquerda, pelo menos desde *Capitalism, Socialism and Democracy*, de Joseph A. Schumpeter (Nova York, Londres: Harper and Brothers, 1942). Vinte anos depois, Paul Samuelson admitiu, condescendente, que Karl Marx

foi, na melhor das hipóteses, “um pós-ricardiano menor”.

Mesmo para alguns de seus discípulos, a economia marxista foi contestada pela história poucos anos após sua aparição inicial. Em *Evolutionary Socialism* (publicado em 1899), Eduard Bernstein, amigo de Engels, desmantelou decisivamente a previsão de que as contradições da competição capitalista conduziram à piora das condições dos trabalhadores e a uma crise que só poderia ser resolvida pela revolução. A melhor discussão do assunto em língua inglesa ainda é a de Carl E. Schorske, *German Social Democracy, 1905-1917: The Development of the Great Schism* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1955).

- ⁹ Kołakowski, “The Devil in History”, *Encounter*, janeiro de 1981, reeditado em *My Correct Views on Everything*, p.125.
- ¹⁰ O melhor estudo sobre o marxismo em um volume, brilhantemente conciso, capaz de abranger política e história social, bem como homens e ideias, segue sendo o de George Lichtheim, *Marxism: An Historical and Critical Study*, originalmente publicado em Londres em 1961. Sobre o próprio Marx há duas biografias muito diferentes, dos anos 1970, por David McLellan, *Karl Marx: His Life and Thought* (Nova York: Harper and Row, 1974), e Jerrold Seigel, *Marx's Fate: The Shape of a Life* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004), que continuam sendo os melhores relatos modernos, mas que devem ser suplementados pelo notável ensaio de Isaiah Berlin, *Karl Marx: His Life and Environment*, lançado em 1939.
- ¹¹ “The Devil in History”, em *My Correct Views*, p.133. Um pouco adiante, na mesma entrevista, Kołakowski enfatiza novamente a estrutura escatológica do messianismo político: descida ao inferno, rompimento absoluto com os pecados passados, chegada da Nova Era. Mas, na ausência de Deus, tais empreendimentos estão condenados à incoerência; a fé que pretende ser conhecimento não funciona. Ver p.136-7.
- ¹² A inconfiabilidade de tais testemunhas foi um tema duradouro para os apologistas ocidentais progressistas do stalinismo. Quase na mesma linha, soviétólogos norte-americanos costumavam desprezar provas e testemunhos dos eLivross ou emigrados do bloco soviético — a experiência pessoal extrema pode distorcer a perspectiva de uma pessoa e inibir análises objetivas, acreditava-se amplamente.
- ¹³ O desdém de Kołakowski pelos progressistas ocidentais *bien-pensants* era em larga medida compartilhado por colegas poloneses e outros europeus “orientais”. Em 1976 o poeta Antoni Słonimski lembrou o apelo de Jean-Paul Sartre aos escritores do bloco soviético, vinte anos antes, para que não abandonassem o realismo socialista a fim de não enfraquecer o “campo socialista” no confronto com os norte-americanos: “Liberdade para ele, todas as limitações para nós!” Ver “L’Ordre à Varsovie”, *Kultura*, 3 (1976), p.26-27, citado por Marci Shore, em *Caviar and Ashes: A Warsaw Generation’s Life and Death in Marxism, 1918-1968* (New Haven, CT: Yale University Press, 2006), p.362.

- ¹⁴ Ver Maurice Merleau-Ponty, *Humanisme et terreur: essai sur le problème communiste* (Paris: Gallimard, 1947). A citação é da edição norte-americana de 1969, *Humanism and Terror* (Boston: Beacon), p.153. Para um relato exemplar da geração pioneira de intelectuais poloneses (um surpreendente grupo de artistas e escritores nascidos por volta de 1900, o último a ser educado nos antigos impérios políglotas e o primeiro a atingir a idade adulta na Polônia independente), ver a obra recém-publicada de Marci Shore, *Caviar and Ashes*, uma elegia acadêmica a um mundo perdido.
- ¹⁵ Raymond Aron, “Un philosophe libéral dans l’histoire” (1973), em *Essais sur la Condition Juive Contemporaine* (Paris: Éditions de la Fallois, 1989), p.222. Ver também Aron, *D’une Sainte Famille à l’autre: Essais sur les marxismes imaginaires* (Paris, Gallimard, 1969), p.11: “Como meus amigos da juventude, eu nunca separei a filosofia da política, nem o pensamento do envolvimento; mas dediquei muito mais tempo do que eles ao estudo da economia e dos mecanismos sociais. Neste sentido eu acredito que fui mais fiel a Marx do que eles.” Um quarto de século depois de sua morte as aulas de Aron sobre Marx no Collège de France foram reconstituídas e publicadas por seus ex-alunos e colegas sob o revelador título de *Le Marxisme de Marx* (Paris: Éditions de Fallois, 2002).
- ¹⁶ György Konrád e Ivan Szelényi, *The Intellectuals on the Road to Class Power* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979). Waclaw Machajski, anarquista polonês do início do século XX, antecipou exatamente este aspecto do marxismo em sua crítica dos privilégios implícitos com que a social-democracia marxista contemplaria a intelligentsia. Ver Marshal Shatz, *Jan Waclaw Machajski: A Radical Critic of the Russian Intelligentsia and Socialism* (Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1989). Kołakowski discute Machajski brevemente em *Main Currents* (p.493, 917) e em “The Myth of Human Self-Identity”, em *The Socialist Idea: A Reappraisal*, editado por Leszek Kołakowski e Stuart Hampshire (Nova York: Basic Books, 1974), reeditado em *My Correct Views on Everything*.
- ¹⁷ Seigel, *Marx’s Fate*, p.x.
- ¹⁸ Patrocinadores inteligentes da globalização, como Jagdish Bhagwati, insistem que o livre comércio e a competição internacional não reduziram diretamente os salários reais dos trabalhadores nos países desenvolvidos. Mas é a ameaça de terceirização, desemprego ou relocação de fábricas que restringe a pressão por maiores salários, não o fato da competição por si — e isso se aplica com efeitos iguais às economias sindicalizadas renanas, como a Alemanha, e a sociedades mais competitivas, como os EUA. Mas até Bhagwati admite que houve um achatamento sistemático dos salários reais nos países desenvolvidos, embora em seu relato otimista a globalização tenha ao menos auxiliado a desacelerar o processo. Ver Jagdish Bhagwati, *In Defense of Globalization* (Nova York: Oxford University Press, 2004), p. 123-124. Ver também os comentários de Paul Donovan, economista do UBS, citado no *Financial Times* de 5 de junho de 2006, p.1: “O mercado de trabalho norte-americano pode estar se contraindo, mas ainda existe uma ampla base de

trabalhadores do mundo inteiro, e isso talvez esteja limitando o que os trabalhadores do mercado doméstico podem exigir.”

¹⁹ Citado na obra de S. S. Prawer, *Karl Marx and World Literature* (Oxford: Oxford University Press/Clarendon Press, 1976), p.151.

²⁰ Marx recebeu 26% dos votos, mais do que Sócrates, Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino e Kant juntos. David Hume chegou em segundo, com 13%. Sobre Attali ver Jacques Attali, *Karl Marx ou O Espírito do Mundo* (Rio de Janeiro: Record, 2007).

**** *My Correct Views on Everything* (South Bend, IN: St. Augustine's, 2006).

CAPÍTULO IX

Um “papa de ideias”? João Paulo II e o mundo moderno

O bem-produzido material de propaganda para *Sua Santidade*, um livro publicado simultaneamente em oito países, e também em forma resumida no *Reader's Digest*, contém uma lista de 19 “Questões Possíveis” para os autores.***** Destinadas a futuras entrevistas coletivas e entrevistas, as questões não são muito aprofundadas, e não parece que os autores, ambos jornalistas investigativos, têm seus colegas em alta consideração. Não obstante, essas perguntas “leves” são à sua moda reveladoras: mais da metade são convites aos autores para que divulguem suas descobertas, e mostram que Bernstein e Politi (que escreve para o diário italiano *La Repubblica*) pretendem que o subtítulo da obra seja levado a sério. Eles realmente acreditam que lançaram uma luz sobre a história oculta de nosso tempo.

O livro foi escrito num estilo adequado a esta pretensão, retoricamente exuberante e inundado de insinuações de conversas secretas, informantes confidenciais e fontes anônimas. Em suas descrições coloquiais de pessoas, lugares e eventos, os autores perdem poucas oportunidades de repetir um clichê. Comenta-se que um advogado judeu na terra natal do papa gozava da “mais alta estima, tanto pelos membros de sua comunidade religiosa quanto pela maioria dos gentios importantes de Wadowice”. Como substituição de um relato sobre a dívida de Karol Wojtyła à literatura polonesa, descobrimos que “Adam Mickiewicz, o poeta romântico, em particular, colocou as cordas de Karol a

ressoar”. Nas audiências com o novo papa vemos que “as freiras enlouqueciam”. *Sua Santidade* é simultaneamente indispensável e maçante, com bocados de informações importantes à deriva numa torrente de prosa esbaforida, “vívida”.¹

O que os autores descobriram que antes estava oculto? Segundo a alegação deles mesmos, duas coisas. Primeiro, uma aliança até então ignorada durante os anos 1980 entre o papa João Paulo II e o governo Reagan, cuja meta era derrotar o comunismo na Europa e impedir sua implantação na América Central. Segundo, que o papel do papa no planejamento da queda do comunismo na Europa foi muito mais importante do que se suspeitava. Eles também afirmam que revelaram pela primeira vez a natureza e extensão do apoio (secreto) dos EUA ao Solidariedade após a imposição da lei marcial na Polônia em dezembro de 1981, e ter mostrado que foi a influência papal que moldou a política norte-americana em outros temas — notadamente a oposição dos governos Reagan e Bush às instituições internacionais que apoiam e praticam o planejamento familiar.

Uma vez que os autores são evasivos quanto às fontes — “secreta”, “confidencial” e “particular” aparecem frequentemente nas notas do final do livro, que pouco esclarecem — e dependem intensivamente de entrevistas (mais de trezentas, pela conta deles), é impossível checar ou corroborar grande parte das informações.² Mas seria razoável acreditar neles quando nos contam que William Casey (diretor da CIA) e Vernon Walters (“embaixador presidencial plenipotenciário”) encontravam-se periodicamente com o papa, transmitindo-lhe informações obtidas por satélites dos EUA sobre a movimentação secreta de tropas soviéticas e assuntos do gênero. Parece plausível inferir que o governo dos EUA tenha passado a ver o papa polonês como um aliado natural e poderoso, tratando-o de

acordo com isso, e passado a ser favorecido, por sua vez, por um papa cujos objetivos combinavam muito bem com os governos norte-americanos da época — como disseram, “A igreja de Wojtyła tornou-se o principal aliado ideológico do governo na luta contra os sandinistas”. Da mesma forma, os autores provavelmente têm razão quando dizem que as minutas do Politburo soviético no início dos anos 1980 revelam muito nervosismo a respeito da Polônia e de seu amigo no Vaticano. Como os comunistas poloneses bem o sabem, uma mudança na posição da Igreja Católica, da conciliação para a resistência, poderia causar um impacto desestabilizador na região e em seus governos.

Pode-se dizer de Bernstein e Politi, se lhes dermos crédito máximo, que eles demonstraram convincentemente a existência de apoios e interesses mútuos entre o Vaticano e os EUA, bem como os temores despertados nos círculos soviéticos por iniciativas papais reais ou supostas.³ Mas não se pode dizer que eles descobriram coisas previamente desconhecidas. Daí a alegação dos autores de haver exposto uma “operação sigilosa da CIA, secretamente autorizada por Carter, para contrabandear livros e literatura anticomunista na Europa Oriental”. Eu me interessou por saber, embora não me surpreenda, que essas operações clandestinas recebiam financiamento da CIA; mas a entrada clandestina de livros nos países comunistas durante a década anterior a sua libertação é notícia velha, e não somente para nós que tivemos um papel relevante na trama. O mesmo vale para o apoio norte-americano ao Solidariedade durante os anos de clandestinidade. A única coisa que o livro acrescenta ao nosso conhecimento deste apoio é a estimativa, baseada em fontes confidenciais, dos valores envolvidos (US\$50 milhões), e a suposição de que esta ajuda fazia parte de um acordo secreto com o Vaticano. Em nenhum dos casos esta informação chocaria

observadores contemporâneos, estudiosos ou outros jornalistas.

Portanto, é absurdo descrever como “essencialmente exata” a descrição pueril e interesseira de Richard Allen do relacionamento Reagan-Vaticano como “uma das maiores alianças secretas de todos os tempos”. É puro exagero sugerir que o Vaticano e Varsóvia se uniram a Washington e Moscou como as “coordenadas essenciais” da Guerra Fria. Estas e outras alegações hiperbólicas refletem a perspectiva deslumbrada dos autores, assim como sua atitude algo caridosa em relação às fontes, cujas informações são raramente questionadas e cujos motivos não sofrem investigação. Em qualquer história dos últimos anos da Guerra Fria, ou do colapso e queda da União Soviética, o papa obviamente aparece com destaque, associado ao papel desempenhado pelo Solidariedade e a oposição polonesa na derrocada da credibilidade comunista. Em veia similar a história da disputa pela alma da América Latina inclui inevitavelmente uma reflexão sobre os motivos e interesses do Vaticano numa época em que esses interesses combinavam com políticas abertas e secretas dos governos conservadores dos EUA. Mas esta não é a história inteira, e o defeito incapacitante do livro é que ele aborda uma parte como se fosse tudo, e acredita haver descoberto a narrativa oculta de nosso tempo, quando na prática confirma e reforça apenas um capítulo interessante.

É tentador supor que este livro teria sido melhor se tivesse menos Berstein e mais Politi, pois Marco Politi especializou-se no Vaticano; é a história deste papa e as esperanças e desilusões em torno dele que oferecem uma visão bem mais interessante para a história de nossa época do que qualquer número de tentativas vigorosas de revelar alianças secretas e complôs misteriosos. As expectativas surgidas com a eleição de Karol Wojtyła desconhecem precedentes em tempos modernos. Na Igreja Católica ele era considerado por alguns um radical em potencial —

aberto, imaginativo, jovem (apenas 58 anos quando foi eleito em 1978), mas já veterano do Vaticano II. Enérgico, carismático e aparentemente moderno, aquele era o homem para completar a obra dos papas João XXIII e Paulo VI, capaz de liderar a Igreja numa nova era, mais um pastor do que um burocrata da Cúria.

Muitos “teólogos da libertação” apoiaram sua eleição; cardeais e bispos progressistas da América do Sul fizeram campanha para ele. Seus partidários conservadores se fiaram em sua reputação de firmeza teológica inabalável e no absolutismo moral e político derivado de sua experiência como padre e prelado sob o comunismo. Aquele homem não faria acordos com os inimigos da Igreja. Outros ainda o viam como um papa “intelectual”, à vontade na companhia de acadêmicos, bem versado ao menos em certos aspectos do pensamento moderno, notadamente a filosofia de Husserl. Todos supunham que, no mínimo, haveria um papa centrista, moderno o suficiente para lidar com os novos dilemas da Igreja, tradicional o suficiente para impedir inovações excessivas.

Em certo sentido estavam todos enganados. Karol Wojtyła não era um homem cujas opiniões fortes se cancelavam mutuamente, ou tendiam ao equilíbrio. Ele é, em vez disso, um homem de muitos extremos. Mesmo sendo o primeiro papa não italiano em meio milênio, não era nenhum marginal — permanentemente reeleito para o Sínodo dos Bispos e participante do Vaticano II aos 42 anos, era o favorito de Paulo VI e quase certamente a escolha pessoal desse papa para sucedê-lo. Como o cardeal Joseph Ratzinger, o poderoso chefe da Congregação para a Doutrina da Fé,***** Wojtyła refreou seu entusiasmo reformista inicial pelo choque radical das reformas de João XXIII e na época de sua eleição já era um instintivo conservador administrativo e doutrinário. Mas seu estilo dava uma falsa ideia de sua mensagem.

Desde o início aquele foi um papa devotado à *Reconquista*, ao rompimento com a aquiescência romana de seus predecessores frente à modernidade, ao secularismo e a concessões. Sua campanha internacional de aparições — com direito a espetáculos cuidadosamente produzidos em estádios abertos enormes com crucifixos gigantescos, parafernália de som e luz e ritmo teatral — não foi realizada à toa. Aquele era um Grande Papa, a levar sua fé e sua pessoa ao mundo; não ao antigo mundo católico ocidental da Itália, França e Espanha, que diminuía, mas sim para Brasil, México, EUA e Filipinas. Havia algo de notavelmente imodesto nas ambições daquele novo papa, que visitou 36 países nos primeiros seis anos de sua incumbência e proclamava abertamente sua meta, como os autores deste livro acertadamente colocam, de tirar “a Igreja de seu complexo de inferioridade no trato com o mundo”. Usando intuitivamente uma característica central do catolicismo de apelo popular, João Paulo II beatificou e santificou mais do que qualquer outro papa moderno antes dele, praticamente refazendo a história de sua Igreja pela veia da hagiografia e do martírio.

O apelo inicial daquele estilo papal enérgico, messiânico, não se confinou ao mundo não europeu. Na Europa Central também o primeiro pontífice polonês mostrou-se muito disposto a atender às expectativas de seus admiradores. Ao romper com a “Ostpolitik” dos antecessores, ele visitou a Polônia no ano seguinte a sua elevação ao papado, atraindo multidões de fiéis e admiradores, unindo definitivamente a força da Igreja com outras forças que lutavam pela mudança no que logo depois confluiria no movimento do Solidarnosc. Ele também desestimulou católicos de todas as partes da Europa Central e Oriental a negociar, conceder ou debater com o marxismo, oferecendo com isso sua Igreja como santuário silencioso e também como polo de autoridade moral e social, uma aliada crucial, mesmo que temporária, da oposição política nos países comunistas.

A mesma autoconfiança carismática que foi utilizada para atrair multidões nas Filipinas e na América Central tornou-se uma arma política na Europa comunista, neutralizando os esforços de líderes comunistas “reformistas” para negociar compromissos cívicos com a liderança espiritual local, que recentemente ganhara ânimo. Na década seguinte à sua primeira visita à Polônia, não resta dúvida de que João Paulo II desempenhou um papel fundamental para a redução e derrota do domínio soviético na Europa Central e Oriental. Só após o arrefecimento da onda inicial de entusiasmo na Ásia e nas Américas, e da derrota do comunismo na Europa, as contradições do novo papado começaram a emergir.

Essas contradições talvez possam ser vistas com mais clareza em sua ilusória reputação de “papa de ideias”. Desde o tempo em que era arcebispo de Cracóvia (cargo para o qual foi escolhido em 1958), Wojtyła demonstrou gosto pela companhia de intelectuais, convidando teólogos e outros acadêmicos para discussões frequentes, exibindo uma capacidade desarmadora de ouvir pontos de vista muito diferentes dos seus. Durante seu papado ele promoveu uma série regular de “conversas” em sua residência de verão em Castelgandolfo na qual sociólogos, filósofos e historiadores eram convidados para debater problemas do mundo moderno na presença do papa. Os participantes costumavam ser predominantemente poloneses ou alemães, além de haver uma parcela considerável de norte-americanos. A lista de convidados incluía nomes bem conhecidos dos acadêmicos contemporâneos: Leszek Kołakowski, Edward Shils, Hans-Georg Gadamer, Ernest Gellner, Ralf Dahrendorf, Charles Taylor, Bernard Lewis, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Ricoeur, entre outros. Os tópicos para discussão incluíam “Europa e a Sociedade Civil”, “Sobre a Crise”, “Europa e Seus Frutos”, “O Homem nas Ciências Modernas”, “Sociedade Liberal” e assim por diante.⁴

A julgar pela mais recente dessas conversas — sobre “O Iluminismo Hoje”, ocorrida em Castelgandolfo em agosto —, o intercâmbio intelectual com o papa não é o principal objetivo do encontro. O pontífice escuta durante três dias uma série de exposições de qualidade variável. Ele não toma parte diretamente na discussão que se segue, mas “resume” os trabalhos depois que são encerrados. Seu sumário não é tanto uma contribuição ao tema quanto uma ocasião para harmonizar o tema mais amplo do encontro com seus próprios entendimentos. Difícil imaginar que pudesse ser diferente. Trata-se de um homem cuja disputa central com o mundo moderno, como foi exposto em muitos textos seus, é que esse se dedicou durante trezentos anos a uma guerra contra Deus e os valores cristãos, um conflito no qual o papa agora busca engajar totalmente sua pessoa e sua Igreja. Os dilemas e paradoxos do liberalismo, Iluminismo, ciência e especulação filosófica secular interessam à maioria dos presentes nos encontros por si. Para o papa, porém, embora a discussão desses assuntos possa informar, desiludir ou, em certas ocasiões, diverti-lo, eles servem acima de tudo para confirmar o que ele já sabe e no que acredita.⁵

Como tomista assumido, o papa deriva seu entendimento das verdades morais básicas de sua fé.⁶ Os esforços da Razão precisam ser ouvidos e compreendidos, mas têm seu lugar e devem ser mantidos lá. Bernstein e Politi erram ao supor que, ao invocar palavras como “alienação” para descrever a condição dos trabalhadores, Wojtyła esteja, como dizem, “usando linguagem marxista”. O vocabulário papal de interrogação e condenação moral tem suas próprias fontes, e, se as teorias sociais modernas adaptaram ou adotaram linguagem similar, isso não indica que possuam o mesmo significado, e muito menos que esteja ocorrendo um diálogo. Se quisermos entender este papa e suas práticas precisamos primeiro levá-lo a sério em

seus próprios termos. Suas noções de verdade absoluta, da inaceitabilidade do “relativismo” — seja de valores ou explicações para o comportamento, de bem e mal, certo e errado —, se apoiam na rocha do fundamentalismo católico, e foi sobre esta rocha que as ondas do ecumenismo, “teologia da libertação” e modernização da liturgia, governo e prática da Igreja bateram, levando alguns ao desapontamento raivosos.

Karol Wojtyła é polonês. Sua visão cristã não apenas se enraiza no estilo peculiarmente messiânico do catolicismo polonês, como a própria Polônia faz para ele parte daquela história cristã;⁷ Ele vê (ou via) na Polônia não só a combativa fronteira oriental da verdadeira fé, como também uma terra e um povo eleitos para servir de exemplo e espada da Igreja na luta contra o materialismo ocidental — os autores do livro citam um colega de Wojtyła do tempo da guerra que se lembra de ele ter dito que os sofrimentos da Polônia, como os de Israel nos tempos bíblicos, eram o preço pelo fracasso em atingir seu próprio ideal, o testemunho de Cristo. Somada ao longo período em que serviu em Cracóvia, isolado das correntes teológicas e políticas ocidentais, essa visão explica, provavelmente, a tendência de Wojtyła a adotar uma postura cristão-polonesa paroquial, por vezes perturbadora — basta lembrar de seu apoio entusiástico ao projetado convento das carmelitas em Auschwitz, mais tarde retirado devido ao protesto internacional. Sua descrição impensada da Polônia sob a lei marcial como um “imenso campo de concentração” reflete uma limitação similar.⁸

A origem polonesa e sua trágica juventude também ajudam a explicar a nítida inclinação para a Mariolatria — que por sua vez nos dá uma pista indireta para sua visão obstinada em relação ao matrimônio e ao aborto. Karol Wojtyła perdeu a mãe aos 8 anos (e perderia o único irmão mais velho, Edmund, três anos depois; seu último parente

próximo, o pai, morreu durante a guerra, quando Wojtyła tinha 19 anos). Após a morte da mãe ele foi levado pelo pai ao santuário mariano de Kalwaria Zebrzydowska, e realizou frequentes romarias ao local nos anos seguintes — Zebrzydowska, como Czestochowa, é um importante centro do culto à Virgem Maria na Polônia moderna. Aos 15 anos já era presidente da Congregação Mariana em Wadowice, sua cidade natal. Ele sempre deu muito valor às aparições da Virgem e visitou santuários do mundo inteiro — em Guadalupe (a Madona Negra), Brasil (Nossa Senhora Aparecida), Filipinas (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), Lourdes e outros lugares. Ele levou para o Vaticano estátuas, ícones e retratos de Maria do mundo inteiro. Que Mehmet Ali Agca tenha atirado contra o papa (sem no entanto matá-lo) em Roma, no dia 13 de maio de 1981, apenas confirmou sua devoção — no dia 13 de maio a Virgem Maria teria sido vista em Fátima (Portugal), em 1917. A resposta do papa foi colocar a bala removida de seu corpo numa coroa de ouro destinada ao santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.⁹

A devoção aos símbolos marianos deixa muitos católicos ocidentais, e não somente leigos, decididamente constrangidos; a imposição de uma predileção polonesa sobre a Igreja universal gerou ressentimento. Seu misticismo, também claramente manifestado, é menos característico dos poloneses, e ocasionou menos debate. Apesar de seu porte, energia e carisma, ele não é um papa sofisticado. Wojtyła escolheu para sua tese São João da Cruz, o contemplador espanhol do século XVI, e compartilha muitas das propensões de seu eleito — gosto pela meditação profunda, despreocupação que beira o desprezo pelas coisas deste mundo e atração pela “noite escura da alma” —, nas quais alguns ouvem um louvável apelo aos católicos interessados nos mistérios da alma, e outros veem morbidez. Wojtyła no início queria ser monge (foi

desestimulado pelo padre de sua paróquia), e sua prolongada falta de interesse pela resistência política, fosse contra nazistas ou comunistas, reflete um distanciamento que ecoa hoje em seu profundo desinteresse pelos que se sentem agredidos por seus pronunciamentos moralistas.

A combinação de polônês com místico neste papa pode ajudar a explicar por que ele assumiu uma postura tão agressiva em relação ao “materialismo e individualismo do Ocidente”, e portanto contra grande parte do capitalismo contemporâneo. É certo que compete à Igreja Católica condenar os ídolos materialistas e o pecado da soberba. Mas Karol Wojtyła foi bem mais longe. No Vaticano, em suas “Reflexões da Quaresma”, em 1975, três anos antes de se tornar papa, ele anunciou explicitamente que, das duas ameaças à Igreja — consumismo e perseguição —, a primeira era de longe a mais séria e, por isso, a maior inimiga. Realmente, suas críticas ao marxismo, tanto como sistema de pensamento quanto como prática política, deriva de sua condenação mais abrangente da veneração do progresso material, lucro capitalista e autoindulgência secular. Como Václav Havel e outros oponentes do comunismo durante os anos 1970 e 1980, ele acredita que a modernidade e o Ocidente moderno sem fé têm sido a fonte da atual crise. Comunismo e seus males acompanhantes, inclusive a poluição ambiental, são meros sintomas secundários e de todo modo foram exportados para o Oriente pelas fontes ocidentais.

Devemos ressaltar que uma consequência deste modo de pensar é que o papa João Paulo II, como Havel, tem uma compreensão instintiva de alguns de nossos dilemas atuais — e ele é, afinal de contas, como os autores deste livro concluem, o único porta-voz internacional sobrevivente para *algum* tipo de sistema de valores universais. Há bastante consenso hoje em dia que falta não apenas uma amplamente reconhecida bússola moral, mas também uma visão do espaço público no qual ideias compartilhadas sobre

bem e mal possam ter algum efeito. Na falta de uma “comunidade de destino” comum, por assim dizer, somos com bastante frequência tentados a retornar às comunidades de origem, o pecado original tanto do nacionalismo quanto do “multiculturalismo”. Mas o papa, caracteristicamente, vai mais longe. Sua origem e trajetória não lhe permitiram a experiência concreta de viver numa democracia, e ele é dado a confundir “capitalismo desalmado” com “liberalismo egoísta”, de modos que sugerem que ele é insensível às complexidades e custos das sociedades abertas. Nos últimos anos ele tem cedido à tentação de acreditar no pior do que ouve sobre as sociedades pós-comunistas (na Polônia em particular). Daí a nota autoritária presente em seus pronunciamentos, nos quais seus ataques ao hedonismo egoísta se mesclaram com a antipatia também por muitas outras formas de liberdade.

Todos esses hábitos mentais confluíram numa cruzada papal por “valores familiares” em geral e contra o aborto em particular. Neste caso também o papa tinha condições para defender sua causa — não é preciso ser católico conservador para se preocupar com a condição da família hoje, ou reconhecer que o aborto ou a engenharia genética levantam problemáticas questões éticas. Mas a genuína preocupação papal por nossa condição moral nesses casos se enfraquece pelo modo insensível de invocar a autoridade absoluta em debates que são verdadeiramente polêmicos e dolorosos. Para este papa, o casamento não é só um sacramento, mas uma vocação. Preservativos deixam de ser um “mal menor” (uma opção com antecedentes respeitáveis na teologia cristã), para serem proibidos. O aborto é um “holocausto”. Os homens e especificamente as mulheres que se desviam do caminho correto são condenados sem discussão — o bispo de Łowicz, na Polônia, monsenhor Alojzy Orszulik, anunciou em setembro deste ano que qualquer pessoa de sua diocese “culpada do crime

de aborto” seria excomungada. Karol Wojtyła não deu as costas só à “modernidade” e compaixão, como também às recomendações de uma comissão do Vaticano de 1966 sobre a contracepção, que cautelosamente sugeriu não haver nada nas escrituras capaz de justificar a condenação absoluta do controle de natalidade.

A obsessão do papa pelo sexo — um tema sobre o qual escreveu muito, e com detalhes descritivos consideráveis — espelha curiosamente as preocupações dos norte-americanos cuja cultura ele tanto despreza. E, assim como a questão do aborto distorce largas faixas da vida pública dos EUA, a fixação de Wojtyła prejudicou tanto sua imagem como seu impacto em outros países, notadamente da América do Sul. Sua condenação reiterada do abuso da propriedade privada e a reafirmação do direito natural de todos compartilharem o uso e se beneficiarem dos recursos mundiais criou esperanças de que este papa seria um inimigo resoluto do que um conservador primeiro-ministro inglês chamou um dia de “a face inaceitável do capitalismo”. Esperou-se que ele, mesmo sem ser pessoalmente um proponente engajado da reforma social, se mostraria coerentemente solidário com as vítimas da repressão social e política. Ao discursar em Puebla, no México, em 1979, ele reiterou as posturas da Conferência de Medellín de 1969, notadamente um “amor preferencial pelos pobres”. Em discursos recentes em El Salvador e na França, ele tem colocado sempre mais ênfase na sua oposição a guerras e conflitos de todos os tipos, civis ou internacionais, e só neste ano, em San Salvador, ele visitou o túmulo de Óscar Arnulfo Romero, o arcebispo salvadorenho assassinado durante a missa, em 1980, por um esquadrão da morte direitista.

Contudo, o mesmo arcebispo Romero, um ano antes de sua morte, expressara em conversas privadas sua decepção com a falta de solidariedade papal pelas atividades da igreja em ditaduras latinas — “Ele recomendou muito equilíbrio e

prudência, especialmente em denúncias de situações específicas [...] Saí satisfeito com o encontro, mas preocupado por ver o quanto os relatos negativos sobre meu trabalho pastoral o influenciaram”.¹⁰ No final dos anos 1980 a crença havia aparentemente se disseminado entre o público e os padres da América Central e do Sul, ambos decepcionados, de que a simpatia papal pelas vítimas da repressão política era mais fácil de despertar nos países da Europa comunista. No Chile e na Argentina, durante suas visitas, em 1987, ele dedicou várias horas de seus discursos públicos a ataques a propostas de liberalização das leis sobre divórcio, mas se recusou a receber vítimas da repressão de Pinochet e as Mães da Praça de Maio na Argentina. Sua compaixão pelos não nascidos, ao que parece, poderia, conforme o caso, exceder sua simpatia pelos vivos — ou pelos mortos.¹¹

Isso faz um pouco mais de sentido quando recordamos que o papa não é apenas um pastor universal potencial. Ele também comanda uma instituição enorme e antiga, e tem três responsabilidades distintas. Primeiro, o dever de preservar e transmitir a doutrina da Igreja. Quando questões doutrinárias centrais não estavam em jogo, Wojtyła se mostrou inovador e ousado: visitou sinagogas, algo que nenhum papa havia feito, reconhecendo assim a legitimidade de outras fés; sob sua orientação, o Vaticano deixou de considerar os judeus responsáveis pela crucificação; e Wojtyła foi o primeiro líder católico a se desculpar pelo silêncio da Igreja durante o *Shoah*. Em questões fundamentais, porém, Karol Wojtyła mostra um gosto evidente pelo que poderia ser chamado em outro contexto de “Intenção do Fundador”: se Jesus não escolheu mulheres para serem seus apóstolos, João Paulo II tampouco deveria fazer isso. Disputas menores iam e vinham, mas os pontos fundamentais deviam ser mantidos e impostos, quer se referissem à perpétua virgindade de Maria, à presença

real de Cristo na Eucaristia ou à validade eterna dos pronunciamentos doutrinários promulgados pelos concílios e papas anteriores.

Segundo, o papa, enquanto líder da Igreja, tem responsabilidades administrativas que ele, a exemplo de muitos antecessores, considera serem basicamente questões de disciplina institucional. A este respeito, ao menos, há uma interessante comparação entre a Igreja Católica e o antigo Secretariado do Partido Comunista da União Soviética (embora há muitos séculos a Igreja Católica tenha perdido a capacidade ou o desejo de se dedicar à perseguição física dos hereges). João Paulo II ocupa posição central de uma instituição sempre exposta ao risco de se dividir em heresias sectárias. “Eurocomunismo”, “Socialismo com Face Humana”, “Vias Locais para o Socialismo” e similares encontram analogias precisas na moderna Igreja Católica.

Em ambos os casos os reformadores ocasionalmente nutriram a ilusão de que tinham um amigo no alto solidário com seus esforços de atualizar a ideologia e a governança — só para descobrir que os homens no topo estão mais preocupados com o poder do que com a popularidade, mais interessados em preservar a autoridade do que procurar ou disseminar a justiça. Sob João Paulo II o poder dos bispos locais foi reduzido e, como qualquer secretário do Partido Comunista local, eles tiveram de explicar e justificar ações passadas, fracassos presentes e esforços futuros. A amarga conclusão de Leonardo Boff, religioso brasileiro que deixou o serviço da Igreja depois de ter sido condenado por desvios, ecoa o sentimento de desilusão de inúmeros ex-comunistas: “O poder eclesiástico é cruel e implacável. Não esquece nada. Não perdoa nada. Exige tudo.”¹²

Terceiro, o papa é apenas o ocupante temporário do trono permanente de Pedro. Acima de tudo, responsabiliza-se por garantir a continuidade e a sobrevivência de sua Igreja.

Quaisquer que sejam os gestos em relação a outros — encontros com as comunidades de judeus e muçulmanos, reconhecimento do Estado de Israel, avanços ecumênicos em relação a outros cristãos —, o papa não se envolve com as preocupações alheias. A Igreja Católica, como instituição a ponto de entrar em seu terceiro milênio, joga por prêmios diferentes, e suas concessões ao mundo transitório são na melhor das hipóteses táticas. Seu objetivo estratégico principal é a autopreservação. Muitas das preocupações contemporâneas possuem apenas significado contingente para o papa. Por isso, em sua perspectiva, ele se mantém adequadamente surdo à dor e à raiva despertados pelos pronunciamentos de seu pontificado. Se ele estiver certo, e não é um homem dado a dúvidas neste ponto, então não é apenas bom seguir o caminho escolhido: não lhe resta outra opção.

Tornou-se lugar comum comparar Karol Wojtyła, no crepúsculo de seu reinado, com Pio IX, o cardeal liberal que ascendeu ao papado em 1846, ainda jovem, aos 54 anos. Desiludido com o liberalismo após a experiência das revoluções de 1848, ele se refugiou num conservadorismo profundo e promulgou a doutrina da Imaculada Conceição da Virgem Maria em 1854, e a doutrina da Infallibilidade Papal no Conselho do Vaticano em 1869-70. Em seu Sílabo de Erros de 1864, ele listou oitenta erros da modernidade, o último dos quais diz “que o Pontífice de Roma pode e deve se reconciliar com o progresso e concordar com ele, com o liberalismo e com a civilização moderna”. No final de seu papado, que durou mais de trinta anos, Pio IX tornou a Igreja Católica sinônimo de obscurantismo e reação.

Contudo, a oposição que a linha dura da Igreja despertou entre as autoridades seculares da Europa ajudou a salvá-la. Como escreveu um diplomata britânico contemporâneo: “O papa tornou sua Igreja ridícula ao proclamar a Imaculada Conceição, o Sílabo e sua própria Infallibilidade, mas esses dogmas interessavam apenas aos fiéis, e de modo algum

impediam aqueles que escolheram ignorá-los [...] a política anti-Igreja de Bismarck impeliu os bispos alemães a cerrar fileiras em torno do papa e sofrer martírios em prol da disciplina, obediência e exemplo, e a Igreja que era ridícula está se tornando interessante para a população religiosa e conservadora da Europa.”¹³

A tragédia de Wojtyła, claro, é que ele começou se beneficiando da popularidade nascida da resiliência frente à perseguição, e só mais tarde passou a expor a Igreja ao ridículo por sua intransigência moral. Mas há uma comparação inicial que atinge melhor o alvo. Em 1198, na idade ainda mais precoce de 38 anos, um italiano, Lotario de' Conti di Segni, tornou-se o papa Inocêncio III. Enérgico e autoritário, Inocêncio dedicou-se à centralização do poder na Igreja medieval. Ele se autoproclamou Vigário de Cristo (o título não era usado antes), pregou e organizou uma Quarta Cruzada fracassada contra os infiéis em 1204 e outra cruzada, tão brutal quanto profundamente eficaz, contra os heréticos albigenses do sudoeste da França. No Quarto Concílio de Latrão, em 1215, um ano antes de sua morte, ele definiu a moderna doutrina da Eucaristia e a subordinação dos bispos e congregações à autoridade papal.

Entre essas tarefas profissionais ele arranhou tempo para derrubar um imperador germânico medieval (Oto IV), empossar outro (Frederico II) e dar ao rei da França o apoio vital num conflito com o Império Germânico, que resultou no primeiro grande triunfo militar francês (Bouvines, em 1214) e na consagração definitiva da França como potência europeia. Com Inocêncio III o papado medieval atingiu o zênite de sua influência secular e autoridade teológica. Contudo, o mesmo homem, por conta da extensão de seu poder e ambição, foi também o derradeiro dos grandes papas medievais e contribuiu para pôr em movimento as

engrenagens — seculares e espirituais — que levariam à decadência da Igreja universal.

A Igreja de Karol Wojtyła não é mais universal nem no nome. Mas a lógica de sua origem, de suas ideias e circunstâncias o levaram a definir posições que nenhum papa desde Pio IX havia defendido com tanta agressividade, e que nenhum papa desde Inocêncio III fora capaz de assegurar. Como Inocêncio, ele tem sido um aliado poderoso, porém desconfortável, de uma série de parceiros seculares, e todos eles tiveram algum motivo para lamentar o envolvimento com ele. Seus sucessos já ficaram para trás. Os problemas que ele legou à Igreja estendem-se à frente.

A resenha de Sua Santidade, por Carl Bernstein e Marco Politi, foi originalmente publicada no New York Review of Books em outubro de 1996. Minha (única) referência à “Mariolatria” de Karol Wojtyła provocou certo desconforto entre alguns correspondentes poloneses.

NOTAS

- ¹ O livro mais parece uma reportagem de quinhentas páginas da revista *Time* — e poderia ser, pois foi na *Time* que Carl Bernstein mostrou, em 1992, o material até então secreto no qual o livro em questão se baseia.
- ² Especialmente quando os autores dão a impressão de se dedicarem à telepatia, como na página 487, quando somos informados a respeito do que o papa supostamente pensava ao se dirigir a uma plateia refratária em Kielce, na Polônia. Nada nas fontes daquele discurso indicam acesso privilegiado dos autores aos pensamentos do papa enquanto ocupava a tribuna.
- ³ Debate-se a hipótese de os serviços secretos soviéticos estarem por trás da tentativa malsucedida de matar o papa em 1981, mas os autores do livro não estão melhor informados do que os investigadores anteriores, e concluem de modo falho que a versão é possível, mas “não provada”.
- ⁴ Os textos distribuídos nesses encontros foram publicados na Alemanha, editados pelo professor Krzysztof Michalski, diretor do Instituto para as Ciências Humanas de Viena, que organiza os debates.
- ⁵ As coisas provavelmente eram um pouco diferentes nos primeiros tempos, antes da atual enfermidade do pontífice. Mas, de acordo com Czesław Miłosz,

testemunha sem hostilidade, os assuntos foram praticamente os mesmos numa “conversa” em Castelgandolfo a que compareceu, em 1987. Ver Czesław Miłosz, *A Year of the Hunter* (Nova York: Farrar, Straus e Giroux, 1994), p.21-7.

- 6 Sobre o tomismo do papa, suas inclinações teológicas e assuntos mais gerais, ver George Huntston Williams, *The Mind of John Paul II* (Nova York: Seabury Press, 1981), especialmente o capítulo 4, “Mystic, Underground Seminarian, and Thomist”.
- 7 Quase todos os poloneses são hoje católicos, pelo menos nominalmente. Mas vale lembrar que esta conveniente conjunção de identidade secular e religiosa, que serviu tão bem à Igreja em sua luta contra o comunismo, é em parte obra do diabo — ou pelo menos de seus servos. Foram Hitler e Stalin que deram à Polônia sua forma atual — até 1939 cerca de 30% dos cidadãos poloneses praticavam outras fés, e desses cerca de 1/3 eram judeus. Sua condição inocente e tranquila de polônês é um lado do papa que sempre incomodou alguns de seus compatriotas e admiradores, como Miłosz.
- 8 Pode ser que uma fissura tenha sido aberta entre os poloneses e seu papa, um vão do qual ele apenas recentemente tomou conhecimento. Até a derrocada do comunismo, o mero ato de celebração católica coletiva na Polônia representava não somente uma expressão de fé, mas também uma forma disseminada de resistência passiva às autoridades — daí a avaliação do próprio papa, compartilhada por muitos observadores externos na época do Solidariedade, de que o país era firme em seu catolicismo obediente. No decorrer dos anos, desde 1989, os cidadãos poloneses seguiram seu próprio caminho, cada vez mais indiferentes às exigências morais e críticas da hierarquia católica — em pesquisas de opinião recentes, mais da metade dos consultados respondeu favoravelmente à legalização do aborto. A imagem da Polônia que Wojtyła compartilhou com muitos de seus compatriotas em tempos passados, de uma terra imbuída com uma missão cristã coletiva, pode estar se desfazendo.
Os poloneses não estavam sozinhos neste complexo messiânico. Há traços comparáveis no pensamento nacionalista russo, principalmente na ênfase especial num caminho russo “alternativo”. Todavia, embora este traço no pensamento russo esteja similarmente imbuído de religiosidade simbólica, ele é distintamente não católico, claro.
- 9 A primeira providência do papa, em sua recente visita à França, foi homenagear São Luiz Grignon de Montfort, o missionário do século XVIII autor do *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*.
- 10 Do *Diário* do arcebispo Romero, citado por Tad Szulc, *Papa João Paulo II: Biografia* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995).
- 11 Os teólogos da libertação em particular logo se desiludiram com o novo papa, para quem a salvação só pode vir de uma fonte, e que, em suas próprias palavras, considerava melhor deixar as questões sociais para os sociólogos. Ver *Sua Santidade*.

¹² João Paulo II é um apoiador entusiasmado da Opus Dei, a sociedade secreta dos influentes católicos espanhóis leigos fundada antes da Segunda Guerra Mundial, voltada para uma combinação de influência secular moderna com religião conservadora tradicional. Ele provavelmente não discordaria da alegação feita pelo fundador da Opus Dei, monsenhor Escrivá y Balaguer, de que Deus pede a seus servos “intransigência sagrada, coerção sagrada e atrevimento sagrado”. Ver Joan Estruch, *Saints and Schemers: Opus Dei and its Paradoxes* (Nova York: Oxford University Press, 1995), p.262. O mais recente estudo sobre as práticas administrativas e institucionais do Vaticano é de Thomas J. Reese: *Inside the Vatican: The Politics and Organization of the Catholic Church* (Harvard University Press, Cambridge, MA, 1998).

¹³ Odo Russell a Lord Derby, 1º de abril de 1874, em *The Roman Question: Extracts from the despatches of Odo Russell from Rome, 1858-1870*, org. Noel Blakiston (Londres: Chapman & Hall, 1962), p.xxxvii. Poucas semanas antes, no dia 4 de março de 1871, Russell comentou com seu correspondente que “a igreja romana sempre tirou sua força das perseguições, mas é impotente contra o poder da liberdade e suas bênçãos”.

***** Carl Bernstein e Marco Politi, *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta de Nosso Tempo* (Rio de Janeiro: Objetiva, 1996).

***** Seu sucessor, como papa Bento XVI.

CAPÍTULO X

Edward Said: O cosmopolita desarraigado

Quando Edward Said morreu, em setembro de 2003, após batalhar por uma década contra a leucemia, era provavelmente o intelectual mais conhecido do mundo. *Orientalismo*, seu controvertido relato da apropriação do Oriente pela literatura e pelo pensamento europeu moderno, gerou uma subdisciplina acadêmica por conta própria: um quarto de século após sua publicação, a obra continua a provocar irritação, veneração e imitação. Mesmo que seu autor não tivesse feito mais nada, restringindo-se a lecionar na Columbia University, em Nova York — onde trabalhou de 1963 até sua morte —, ele ainda teria sido um dos acadêmicos mais influentes do final do século XX.

Mas ele não se limitou a isso. Desde 1967, com mais paixão e ímpeto a cada vez, com o passar dos anos Edward Said tornou-se também um comentarista eloquente e onipresente sobre a crise do Oriente Médio e defensor da causa dos palestinos. Seu engajamento moral e político não chegou a constituir um deslocamento da atenção intelectual de Said — sua crítica à incapacidade do Ocidente em entender a humilhação palestina constitui um paralelo próximo, afinal, a seus estudos sobre o conhecimento e ficção do século XIX presentes em *Orientalismo* e obras subsequentes (notadamente *Cultura e Imperialismo*, publicado em 1993). Mas isso transformou o professor de literatura comparada em Columbia num intelectual bem

público, adorado ou execrado com igual intensidade por milhões de leitores.

Foi um destino irônico para um homem que não se encaixava em quase nenhum dos modelos que admiradores e inimigos lhe atribuíam com tamanha confiança. Edward Said passou a vida inteira tangenciando as várias causas com as quais foi associado. O “porta-voz” involuntário da maioria dos árabes muçulmanos da Palestina era cristão anglicano, nascido em 1935, filho de um batista de Nazaré. O crítico intransigente da condescendência imperial foi educado em algumas das últimas escolas coloniais que treinavam a elite nativa nos impérios europeus; por muitos anos falou com mais facilidade inglês e francês do que árabe, sendo um exemplo destacado da educação ocidental com a qual jamais se identificaria totalmente.

Edward Said foi o herói idolatrado por uma geração de relativistas culturais nas universidades de Berkeley a Bombaim, para quem o “orientalismo” estava por trás de tudo, dos exercícios para desenvolvimento da carreira no obscurantismo “pós-colonial” (“escrevendo o outro”) a denúncias de “Cultura Ocidental” no currículo acadêmico. Mas o próprio Said não tinha tempo para essas bobagens. O antifundacionalismo radical, a noção de que tudo não passa de efeito linguístico, lhe parecia superficial e “fácil”: os direitos humanos, como observou em mais de uma ocasião, “não são entidades culturais ou gramaticais, e quando violados tornam-se tão reais quanto qualquer coisa que possamos encontrar”.¹

Quanto à versão popular de seu pensamento, pela qual Edward Said leria escritores (ocidentais) apenas como subprodutos do privilégio colonial, ele foi bem explícito: “Não acredito que os autores sejam automaticamente determinados por ideologia, classe ou história econômica.” Realmente, quando se tratava de questões de leitura ou escrita, Said era um humanista tradicional assumido,

“apesar do descarte desdenhoso do termo pelos sofisticados críticos pós-modernos”.² Se algo o deprimia nos jovens acadêmicos de literatura era sua excessiva familiaridade com a “teoria”, às custas da arte da leitura atenta do texto. Ademais, ele apreciava a discordância intelectual, vendo a tolerância do dissenso e mesmo da discórdia dentro da comunidade acadêmica como condição necessária para sua própria sobrevivência — minhas próprias dúvidas manifestas sobre a tese central de *Orientalismo* não impediu nossa amizade. Esta era uma postura que muitos de seus admiradores distantes, para quem a liberdade acadêmica é no máximo um valor contingente, sentiam dificuldade em compreender.

Este mesmo impulso humanista, sentido em profundidade, colocava Edward Said em conflito com outro tique ocasional dos intelectuais engajados, o endosso entusiástico da violência — normalmente a uma distância segura e sempre às custas alheias. O “Professor do Terror”, como os inimigos tentaram definir Said, era na verdade um crítico coerente da violência política em todas as suas formas. Ao contrário de Jean-Paul Sartre, um intelectual comparativamente influente da geração anterior, Said testemunhou em primeira mão demonstrações de força física — sua sala na universidade foi destruída e saqueada, ele e seus familiares receberam ameaças de morte. Enquanto Sartre não hesitava em defender o assassinato político como eficaz e purificador, Said jamais se identificou com o terrorismo, por mais que simpatizasse com os motivos e sentimentos que o impulsionavam. Os fracos, escreveu, devem usar meios que provoquem desconforto em seus opressores — algo que a matança indiscriminada de civis jamais alcançará.³

A razão para isso não é que Edward Said fosse pacífico ou pacifista, muito menos alguém a quem faltasse um engajamento profundo. Apesar de seu sucesso profissional,

da paixão pela música (era pianista talentoso, amigo e por vezes colaborador de Daniel Barenboim) e de seu dom para a amizade, ele era em vários aspectos um homem profundamente enraivecido — como os ensaios deste seu livro póstumo frequentemente indicam.***** Mas, apesar de sua identificação com a causa palestina e os esforços inesgotáveis para promovê-la e explicá-la, a Said faltava o tipo de filiação cega a um país ou a uma ideia que permite ao ativista ou ao ideólogo submeter todos os meios a um único fim.

Em vez disso ele tangenciava ligeiramente suas afinidades, como sugeri. Nesta era de pessoas deslocadas, ele não chegava nem a ser um eLivros típico, uma vez que a maioria dos homens e mulheres forçados a abandonar seus países em nosso tempo têm um lugar para o qual poderiam voltar (ou ir): uma terra natal recordada — muitas vezes com falsas lembranças — que ancora o indivíduo ou comunidade transportada no tempo, mesmo que não o faça no espaço. Os palestinos não têm nem isso. Nunca houve uma Palestina formalmente constituída, e portanto falta à identidade Palestina essa convencional referência anterior.

Em consequência, como Said reveladoramente observou, poucos meses antes de sua morte: “Ainda não fui capaz de entender o que significa amar um país.” Esta é, claro, a condição característica do cosmopolita sem raízes. Não ter um país para amar é inseguro e desconfortável: pode fazer com que caia sobre sua cabeça a hostilidade ansiosa das pessoas para quem a falta de raízes sugere uma corrosiva independência de espírito. Mas é uma condição libertadora: o mundo que se vê talvez não seja tão tranquilizador quanto o visto pelos patriotas e nacionalistas, mas enxerga-se mais longe. Como Said escreveu em 1993, “Não tenho paciência com a posição de que ‘nós’ devemos nos preocupar única ou principalmente com o que é ‘nosso’”.⁴

Esta é a voz autêntica de um crítico independente, falando a verdade ao poder... e fornecendo uma voz dissidente nos conflitos com autoridade: como Said escreveu no *Al-Ahram* em maio de 2001, “não cabe a nós decidir se os intelectuais israelenses fracassaram ou não em sua missão. O que nos interessa é o estado lamentável do discurso e da análise no mundo árabe”. Esta também é a voz do “intelectual nova-iorquino” independente, uma espécie que se aproxima rapidamente da extinção — graças em larga medida ao mesmo conflito no Oriente Médio no qual tantos optaram por escolher um lado e identificá-lo com “nós” e “nosso”.⁵ Edward Said, como o leitor de seus ensaios descobrirá, não era de modo algum um “porta-voz” convencional de um lado do conflito.

O diário *Die Suddeutsche Zeitung* de Munique pôs como título do obituário de Said a expressão “Der Unbequeme”, o Homem Desconfortável. Mas sua contribuição mais duradoura deve ser criar desconforto nos *outros*. Para os palestinos, Edward Said era uma Cassandra pouco apreciada e frequentemente irritante, criticando os líderes deles por sua incompetência — ou coisa pior. Said era um para-raios para seus críticos, atraindo medo e afrontas. Improvavelmente, aquele homem arguto e requintado era retratado como se fosse o demônio: a encarnação corpórea de todas as ameaças — reais ou imaginárias — a Israel e também aos judeus. Para a comunidade judaica norte-americana, atulhada de símbolos de vitimização, aquele senhor articulado e provocador servia para lembrar a Israel suas próprias vítimas. E por sua mera presença em Nova York, Edward Said era um reproche irônico, cosmopolita e *árabe* do paroquialismo de seus críticos.

Os ensaios de *From Oslo to Iraq* cobrem o período de dezembro de 2000 até março de 2003. Eles nos conduzem do final da década de Oslo, o início da Segunda Intifada e a derrocada final do “processo de paz”, através da

reocupação da Cisjordânia e de Gaza por Israel, os massacres de 11 de setembro de 2001, a retaliação norte-americana no Afeganistão e a longa preparação para o ataque dos EUA contra o Iraque — 28 meses inegavelmente turbulentos e mortíferos. Durante este período Edward Said escreveu abundantemente, com insistência, sobre o alarmante estado das coisas no Oriente Médio, redigindo pelo menos um artigo por mês, com frequência mais do que isso, apesar da piora de sua condição médica (à qual não há referência nesses escritos até agosto de 2002, quando ocorre uma alusão passageira, fortuita).

Todos os ensaios aqui reunidos, menos um, foram colaborações para um jornal em árabe, do Cairo, chamado *Al-Ahram*. Esses escritos são portanto uma oportunidade para os leitores ocidentais de Edward Said conhecerem o que ele diz ao público árabe. Eles mostram que Said, em seus anos derradeiros, abordava insistentemente três temas: a necessidade urgente de contar ao mundo (e acima de tudo aos norte-americanos) a verdade a respeito do tratamento dado aos palestinos por Israel; a urgência paralela de levar os palestinos e outros árabes a reconhecer e aceitar a realidade de Israel e se entenderem com os israelenses, especialmente a oposição israelense; e o dever de falar francamente sobre os fracassos da liderança árabe.

Deveras, Said acima de tudo preocupava-se em falar aos seus compatriotas árabes e a condená-los. Os regimes árabes, especialmente o da Organização para a Libertação da Palestina, recebiam as críticas mais fortes: pela cupidez, corrupção, má vontade e incredulidade. Isso pode parecer quase injusto — afinal de contas, os EUA detêm o poder efetivo; e Israel vinha e vem promovendo o massacre dos palestinos compatriotas de Edward Said — mas Said aparentemente considerava importante contar a verdade para e sobre *seu* próprio povo, em vez de indulgir na “flexibilidade servil em relação a nosso próprio lado, que

desfigurou a história dos intelectuais desde tempos imemoriais” (dezembro de 2000).

No decorrer dos ensaios, Said refaz a lista dos abusos israelenses (ver, por exemplo, “Palestinians Under Siege” [Palestinos cercados] em dezembro de 2000; “Slow Death: Punishment by Detail” [Morte lenta: Punição por detalhe]), em agosto de 2002; ou “A Monument to Hypocrisy” [Um monumento à hipocrisia], em fevereiro de 2003), uma recordação triste, deprimente, de como o governo de Ariel Sharon vem sugando o sangue dos palestinos confinados em suas comunidades: abusos contra civis, antes considerados crimes mesmo em época de guerra, tornaram-se um comportamento aceito por um governo ostensivamente em paz. Mas no relato de Edward Said esses abusos não são um subproduto acidental e lamentável do retorno ao poder de um general beligerante, irredentista, mas sim a previsível — e, no caso de Said, prevista — consequência do engajamento dos palestinos no falecido, e pouco lamentado, “processo de paz” propriamente dito.

Para aqueles entre nós que elogiaram a conduta em Oslo e observaram esperançosos seu desdobramento no decorrer dos anos 1990, a desencantada crítica de Said é deprimente. Em retrospecto, porém, fica difícil negar que ele estava certo, e nós, errados. Do modo imaginado pelos proponentes israelenses da paz e elogiado por muitos outros — inclusive palestinos —, o processo de Oslo deveria servir para criar confiança e respeito entre os dois lados. Questões litigiosas — governo de Jerusalém, direito de retorno aos refugiados palestinos, problema dos assentamentos judeus — seriam tratadas “mais tarde”, nas “negociações do status final”. Enquanto isso, a OLP ganharia experiência e credibilidade na administração de um território palestino autônomo, e os israelenses ficariam em paz. Um dia, dois Estados — um judeu, outro palestino

— viveriam próximos, em situação de estabilidade, com sua segurança garantida pela comunidade internacional.

Esta era a premissa por trás da Declaração de Princípios assinada no jardim da Casa Branca em setembro de 1993. Mas a questão toda tinha falhas profundas. Como Said nos lembra, não havia dois “lados” nas negociações: havia Israel, um Estado moderno estável com um aparato militar invejável (segundo algumas estimativas, o quarto mais forte do mundo, no momento), ocupando terra e pessoas capturadas trinta anos antes, numa guerra. E havia os palestinos, uma comunidade dispersa, desalojada, sem exército nem território próprios. Havia um ocupador e um ocupado. Na visão de Said, a única vantagem que os palestinos tinham era sua incômoda *realidade*. Estavam lá, não iam sumir, não deixariam que os israelenses esquecessem o que haviam feito a eles.

Sem ter nada de que pudessem abrir mão, os palestinos não tinham nada para negociar. “Tratar” com o ocupador, no final das contas, é se render — ou colaborar. Foi por isso que Said descreveu a Declaração de 1993 como “uma Versalhes palestina”,⁶ e renunciou antecipadamente ao Conselho Nacional Palestino. Se os israelenses precisavam de algo dos palestinos, Said raciocinou, então as coisas que os palestinos queriam — soberania total, retorno às fronteiras de 1967, “direito de retorno”, uma parcela de Jerusalém — deveriam estar à mesa desde o início, e não em algum estágio final indeterminado. E havia também a questão da “boa-fé” de Israel.

Quando a Declaração inicial foi assinada em 1993 havia no máximo 32.750 unidades habitacionais nos assentamentos na Cisjordânia e em Gaza. Em outubro de 2001 havia 53.121 — um aumento de 62%, e o crescimento continuava. De 1992 a 1996, sob os governos trabalhistas de Yitzhak Rabin e Shimon Peres, a população nos assentamentos da Cisjordânia aumentou em 48%, e em

Gaza, 61%. Para dizer o mínimo, a progressiva apropriação por Israel de terras e recursos palestinos dificilmente segue o espírito da Declaração de Oslo, cujo Artigo 31 (Cláusula 7) declara explicitamente que “Nenhum dos lados deve iniciar ou adotar qualquer medida que altere o status da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, até o desfecho das negociações do status permanente”.

Enquanto isso, mesmo com a autorização para a OLP administrar os distritos palestinos restantes, Israel construía uma rede de estradas “judaicas” que cruzavam a mesma região, e dava aos colonos e outros israelenses acesso exclusivo aos assentamentos distantes (e aquíferos escassos) protegidos por instalações militares permanentes.⁷ O exercício inteiro foi estimulado em parte por uma noção anacrônica israelense que confunde terra com segurança; em parte por uma escatologia irredentista pós-67 (invocando-se o Velho Testamento como uma espécie de contrato imobiliário com um Deus partidário); e em parte pelo duradouro entusiasmo sionista por ampliação territorial como fim em si. Do ponto de vista palestino o efeito foi tornar o “processo de Oslo” um doloroso exercício de estrangulamento lento, no qual Gaza em particular se tornou uma prisão virtual com guardas palestinos, enquanto o exército de Israel montava guarda do outro lado da cerca.

Então, em 2000, chegaram as tão adiadas “negociações do status permanente”: primeiro em Camp David e depois, por desespero, em Taba, no Sinai. Edward Said, claro, não suporta a visão convencional norte-americana de que o presidente Clinton e o primeiro-ministro Ehud Barak praticamente entregaram o ouro e que, mesmo assim, a ingrata OLP e seu líder Yasser Arafat recusaram a dádiva. Isso não é por Said gostar de Arafat, e sim porque a oferta original em Camp David foi — como Tanya Reinhart descreveu no diário israelense *Yediot Aharonot*, em 8 de julho de 2000 — uma “fraude” inegável. Os palestinos

receberiam 50% de sua própria terra, fracionada em cantões separados e frequentemente isolados; Israel anexaria 10% da terra; os restantes 40% seriam deixados “indefinidos” — e indefinidamente sob governo de Israel.

Cinco meses depois, em Taba, ofereceram aos palestinos um acordo territorial melhorado, certamente o melhor que podiam esperar de um governo israelense. Mas o Estado palestino resultante continuaria sendo totalmente dependente de Israel e vulnerável a seus caprichos; as dificuldades dos refugiados palestinos não foram tratadas amplamente; e na questão da disputa por Jerusalém os israelenses não mudaram a postura. Na verdade, as concessões de Israel de última hora ainda continham o que Said lindamente chama de “condições e qualificações e vínculos (como as propriedades eternamente prometidas e fisicamente inalcançáveis num romance de Jane Austen) [...]”.

Enquanto isso Barak continuava a expandir a população dos próprios assentamentos que seus negociadores reconheciam como maior impedimento para um acordo. Mesmo que os líderes da OLP quisessem levar os acordos de Taba à população, teriam dificuldade em fazê-lo — a Segunda Intifada que explodira após a visita meticulosamente programada de Sharon ao Monte do Templo fora um desastre para os palestinos, mas nascera de anos — os anos de Oslo — de frustração e humilhação. Por esses motivos, somados a seus próprios interesses, Arafat orientou os palestinos a não assinarem.

Taba, e especialmente Camp David, foram os frutos amargos de Oslo, e na visão de Edward Said o erro da OLP de se envolver no processo desde o início foi bem ilustrado por sua inevitável rejeição do desfecho, desacreditando retroativamente toda a estratégia de negociação. Em um artigo para o *Al-Ahram* em junho de 2002, Said criticou severamente os apparatchiks da OLP e seu líder, que por um tempo exerceram bem o poder de governantes “à

Vichy” da Palestina ocupada, sob o olhar benevolente de Israel. Eles eram e são “um exemplo de brutalidade, autocracia e corrupção inimaginável” (“Palestine Elections Now” [Eleições palestinas já], *Al-Ahram*, junho de 2002).

Então, o que se poderia fazer? A liderança palestina é corrupta e incompetente; se os governos israelenses não cumprem nem seus próprios compromissos formalmente assumidos, e menos ainda os desejos de seus interlocutores; se há tanto medo e ódio dos dois lados, como deveria ser implementada a solução de dois estados, uma vez que israelenses, palestinos e a comunidade internacional — inclusive os norte-americanos — finalmente a aceitaram, em princípio? Aqui, novamente, Edward Said seguiu na contramão de quase todo o mundo.

Em 1980, quando pressionou pela primeira vez, publicamente, por uma solução de dois estados, Said foi atacado e insultado por todos os lados, inclusive pelo próprio movimento Al Fatah, de Arafat. Então, em 1988, o Conselho Nacional Palestino finalmente aceitou que o melhor desfecho possível seria mesmo a divisão da Palestina em dois estados — um israelense, outro palestino —, reproduzindo a insistência de Said de que não havia alternativa à autodeterminação territorial recíproca, tanto para os judeus quanto para os árabes.⁸ Mas, conforme os anos iam passando, com metade dos territórios ocupados expropriados, com a comunidade palestina destrozada e o território palestino putativo reduzido a apenas uma paisagem decadente de enclaves isolados, olivais arrasados e casas em ruínas, onde adultos humilhados perdiam rapidamente a iniciativa para adolescentes alienados e furiosos, Said tirou a conclusão cada vez mais irresistível.

Israel não pretende deixar a Cisjordânia jamais, ou pelo menos não de um modo que permita à região uma condição coerente, governável. Que tipo de Estado a Cisjordânia e Gaza poderiam constituir? Quem, a não ser uma máfia

criminosa, *desejaria* assumir a tarefa de “governar” a área? A “Palestina” imaginada pela OLP era uma fantasia — e bem pouco atraente. Para o bem ou para o mal, só haveria um Estado real nas terras da histórica Palestina: Israel. Isso não era utopia; tratava-se meramente de pragmatismo desprovido de ilusão. A abordagem genuinamente realista se apoia em aceitar este fato e pensar seriamente em como tirar o máximo disso. “Muito mais importante do que ter um Estado é o tipo de Estado que é.”⁹ Em sua última década de vida, Edward Said defendeu com firmeza a criação de um Estado único e secular para israelenses e palestinos.

Que base Edward Said teria para sua fé numa solução de Estado único, uma alternativa secular, inclusiva e democrática para o presente impasse? Em primeiro lugar, a situação é ruim e vem piorando: dois povos, cada um sustentado por sua exclusiva narrativa de vitimização, competem indefinidamente por cima dos corpos de seus filhos mortos pelo mesmo pedaço exíguo de terra. Um deles é um Estado armado, o outro um povo sem Estado. No mais, porém, eles são desanimadoramente similares: o que é, afinal, a história nacional palestina, a não ser um espelho de repreensão ao sionismo, um relato de expulsão, diáspora, ressurreição e retorno? Não há maneira de dividir a “terra natal” disputada para mútua satisfação e benefício. Pouca vantagem poderia vir de *dois* Estados assim, mínimos, mutuamente ressentidos, cada um com uma população doméstica influente dedicada à destruição e anexação do vizinho.

Em segundo lugar, algo fundamental mudou na condição palestina. Por quatro décadas milhões de palestinos árabes — em Israel, nos territórios ocupados, nos campos de refugiados espalhados pelo mundo árabe, no exílio por todas as partes — eram praticamente invisíveis. Sua própria existência foi por muito tempo negada pelos políticos israelenses; as lembranças de sua expulsão foram

removidas dos registros oficiais e não são mencionadas nos livros de história; a marca de suas casas, de seus vilarejos e de sua terra foi arrancada do próprio solo. Este, Said ressaltou, é o motivo pelo qual ele segue contando a mesma história: “Não parece haver nada no mundo que a sustente; a não ser que se continue contando, ela vai cair e desaparecer simplesmente.” Contudo, “é muito difícil apoiar, por cinco décadas, uma causa que sofre contínuas derrotas”. Era como se os palestinos não tivessem existência, exceto quando alguém cometia um ato de atrocidade terrorista — a esta altura eles eram *apenas* isso, com uma origem incerta e uma violência inexplicável.¹⁰

Por isso o “direito de retorno” ocupa um lugar central em todas as exigências palestinas — não porque uma pessoa séria possa supor que Israel receberia “de volta” milhões de refugiados e seus descendentes, mas pela necessidade profundamente sentida de *reconhecimento*: uma admissão de que a expulsão inicial ocorreu, que um erro primordial foi cometido. Era isso que tanto incomodava Said a respeito de Oslo: parecia desculpar ou perdoar os israelenses pela ocupação e por todo o resto. Mas “Israel não pode ser desculpada e sair da mesa sem sequer *uma exigência retórica* [grifo meu] que precisa reparar o que fez” (“What Price Oslo?” [Qual o preço de Oslo?], *Al-Ahram*, março de 2002). É preciso prestar atenção.

Mas, claro, *agora* estão prestando atenção. A maioria da opinião pública mundial fora dos Estados Unidos vê a tragédia palestina hoje em larga medida como os próprios palestinos a veem. Eles são os nativos de Israel, uma comunidade original excluída da nacionalidade em sua própria terra: despojados e expelidos, ilegalmente desapropriados, confinados a “Bantustões”, privados de muitos direitos fundamentais e expostos diariamente à injustiça e à violência. Hoje os israelenses bem informados não têm mais como usar a alegação de que os árabes foram

embora em 1948 por sua livre e espontânea vontade, ou por ordem de déspotas estrangeiros, como faziam antigamente. Benny Morris, um dos mais importantes estudiosos israelenses do assunto, recentemente lembrou aos leitores do diário israelense *Haaretz* que os soldados israelenses não só expulsaram palestinos em 1948-49, numa precoce e incompleta tentativa de limpeza étnica: eles cometeram crimes de guerra no processo, inclusive o estupro e assassinato de mulheres e crianças.¹¹

Claro, Morris obviamente não vê nada de errado neste registro — ele o trata como um dano colateral que acompanha a construção de um Estado.¹² Mas ele nos leva ao terceiro fator para considerar que Said possa ter razão a respeito das chances de um único Estado. Assim como a causa dos palestinos começou a encontrar simpatia na opinião pública, e está assumindo a dianteira moral, a posição internacional de Israel afundou precipitadamente. Por muitos anos o problema insuperável dos palestinos era que eles foram expulsos, colonizados, ocupados e em geral maltratados não por *colonos* franceses ou africanos holandeses, e sim, nas palavras de Edward Said, pelos “cidadãos judeus de Israel, sobreviventes do Holocausto nazista, com uma trágica história de genocídio e perseguição.”

A vítima das vítimas está numa situação impossível — que não melhora nada, como Said apontou, pela propensão árabe em se livrar da sombra do holocausto ao minimizá-lo ou mesmo negá-lo.¹³ Mas, quando se fala em maltratar os outros, nem mesmo as vítimas têm alvará eterno. As acusações de que os poloneses frequentemente perseguiam judeus antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial não pode mais ser satisfatoriamente afastada invocando-se os 3 milhões de poloneses vítimas de Hitler. *Mutatis mutandis*, o mesmo se aplica a Israel, atualmente. Até a vitória militar de 1967, e até alguns anos depois, a imagem

internacional dominante de Israel era a apresentada pelos seus fundadores sionistas de esquerda, bem como pelos muitos admiradores na Europa e outras partes: um pequeno país corajoso rodeado por inimigos, onde o deserto floresceu e a população nativa foi apagada da foto.

Após a invasão do Líbano, e com mais intensidade depois da primeira intifada, no final dos anos 1980, a imagem pública de Israel vem escurecendo paulatinamente. Hoje temos um quadro medonho: um lugar onde jovens de 18 anos portando fuzis M-16 sorriem desdenhosos enquanto maltratam idosos indefesos (“medidas de segurança”); onde escavadeiras regularmente demolem prédios inteiros (“punição coletiva”); onde helicópteros disparam foguetes contra ruas residenciais (“assassinatos seletivos”); onde colonos subsidiados se divertem em piscinas construídas no meio de gramados, ignorando as crianças árabes que a poucos metros dali apodrecem e sofrem nas piores favelas do planeta; e onde generais da reserva e ministros do governo falam abertamente em engarrafar os palestinos “como baratas tontas numa garrafa” (Rafael Eytan) e em limpar a terra do câncer árabe.¹⁴

Israel depende profundamente dos Estados Unidos para obter dinheiro, armas e apoio diplomático. Um ou dois países compartilham inimigos comuns com Israel; um punhado de países compram seus armamentos; outros tantos são cúmplices de fato ao ignorar tratados internacionais e fabricar sigilosamente armas nucleares. Mas, fora de Washington, Israel não tem *amigos* — nas Nações Unidas não pode contar com o apoio nem dos aliados mais incondicionais dos Estados Unidos. Apesar da incompetência política e diplomática da OLP (bem documentada nos escritos de Said); apesar dos reveses inegáveis do mundo árabe em geral — “parado na beira da estrada por onde marcha a humanidade” —,¹⁵ apesar dos sofisticados esforços de Israel para divulgar seu lado da

história, o Estado judeu hoje é amplamente visto como uma — a — principal ameaça à paz mundial. Após 37 anos de ocupação militar, Israel nada ganhou em termos de segurança; perdeu tudo em termos de civilidade doméstica e respeito internacional; e abandonou sua posição de superioridade moral para sempre.

O recente reconhecimento das reivindicações palestinas e o crescente descrédito do projeto sionista (inclusive entre muitos israelenses profundamente incomodados) podem dar a impressão de que está mais difícil do que nunca imaginar judeus e árabes vivendo harmoniosamente num único país. E, assim como uma minoria de palestinos talvez guarde para sempre ressentimento de seus vizinhos judeus, existe o risco de que alguns israelenses jamais perdoem os palestinos pelo que os israelenses fizeram a eles. Mas, como Said compreendeu, o sentimento injustiçado de abandono dos palestinos e a insistência dos israelenses na retidão moral de seu caso eram empecilhos para uma solução de seu dilema comum. Nenhum lado poderia, nessas condições, “enxergar” o outro. Como Orwell observou em *Notes on Nationalism* (Notas sobre o nacionalismo), “Se alguém guarda em qualquer canto da mente crenças ou ódios nacionalistas, certos fatos, embora sejam em certo sentido verdadeiros, são inadmissíveis”.

Hoje, apesar de tudo, há uma noção melhor por parte de pessoas dos dois lados a respeito do posicionamento do outro. Isso, creio, deriva de uma consciência crescente de que judeus e árabes ocupam o mesmo espaço e continuarão a fazê-lo por um bom tempo. Seus destinos estão inapelavelmente emaranhados. Com ou sem cerca, o território hoje governado por Israel só pode ser “limpo” de seus residentes árabes (ou judeus) por um ato de força que a comunidade internacional não pode aceitar. Como Said nota, a “Palestina histórica” é hoje uma causa perdida — e isso também vale, pelas mesmas razões, para a “Israel histórica”. De um jeito ou de outro, uma entidade

institucional única, capaz de conciliar e respeitar as duas comunidades, terá de emergir, embora quando e de que forma ainda pareça obscuro.

O impedimento real para o novo pensamento sobre o Oriente Médio, na visão de Edward Said, não foi Arafat, Sharon ou mesmo os homens-bomba suicidas ou os *ultras* dos assentamentos. Foram os Estados Unidos. O único lugar onde a propaganda oficial israelense foi bem-sucedida além da conta, e onde a propaganda palestina fracassou completamente, foi na América do Norte. Os judeus norte-americanos (assim como os políticos árabes) vivem num “extraordinário autoisolamento de fantasia e mito” (“Crisis for American Jews” [Crise para os judeus norte-americanos], maio de 2002). Muitos israelenses têm consciência terrível do que a ocupação da Cisjordânia causou em sua própria sociedade (mesmo que se mostrem insensíveis a seus efeitos em outras): “Governar outra nação corrompe e distorce as qualidades de Israel, fratura o país, abala a sociedade” (Haim Guri).¹⁶ Mas a maioria dos norte-americanos, inclusive praticamente todos os políticos, não tem a menor ideia disso.

Por isso Edward Said insiste em seus ensaios na necessidade de que os palestinos levem seu caso ao público norte-americano, e não somente, como ele diz, implorem ao presidente norte-americano que lhes “dê” um país. A opinião pública norte-americana tem peso, e Said se desesperava com o antiamericanismo desinformado dos intelectuais e estudantes árabes. “Não é aceitável comparecer a manifestações no Cairo ou em Beirute e denunciar o imperialismo norte-americano (ou o colonialismo sionista, dá na mesma) sem disposição para compreender que essas sociedades complexas nem sempre estão verdadeiramente representadas nas políticas cruéis ou estúpidas de seus governos.” Mas, como norte-americano, ele se frustrava acima de tudo com a miopia

política de seu *próprio* país: só os Estados Unidos podem romper o impasse sangüinário no Oriente Médio, mas “o que os Estados Unidos se recusam a enxergar com clareza dificilmente podem esperar resolver”.¹⁷

Segue sendo incerto se os Estados Unidos acordarão para suas responsabilidades e oportunidades. Sem dúvida não o farão se não estimularmos um debate sobre Israel e os palestinos que muitas pessoas preferem evitar, mesmo ao custo de isolar os Estados Unidos — com Israel — do resto do mundo. Para ser eficaz, este debate precisa ocorrer nos Estados Unidos mesmo, e deve ser conduzido por norte-americanos. Por isso Edward Said era tão singularmente importante. Durante três décadas, praticamente sozinho, ele abriu caminho para um debate sobre Israel, a Palestina e os palestinos nos Estados Unidos. Ao fazer isso ele realizou um serviço público inestimável, correndo risco pessoal considerável. Sua morte abre um vácuo voraz na vida pública dos norte-americanos. Ele é insubstituível.

Este ensaio foi escrito para servir de introdução à coleção de ensaios de Edward Said, publicada postumamente pela Pantheon em 2004, From Oslo to Iraq and the Road Map. Este texto também saiu na revista Nation de julho do mesmo ano.

NOTAS

- ¹ Ver Edward Said, *Humanismo e Crítica Democrática*. (Nova York: Columbia University, Press, 2004), p.10, 136.
- ² Ver Edward Said, *Cultura e Imperialismo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1999); Edward Said, *Orientalism*, “Preface to the Twenty-Fifth Anniversary Edition” (New York: Vintage Books, 1994), p.xxiii. (Este último livro foi publicado no Brasil em 1990 pela Companhia das Letras como *Orientalismo*, mas a nota se refere a uma edição comemorativa específica) (N. da E.)
- ³ Em seu prefácio à edição francesa de 1961 para *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon, Sartre descreveu a violência das revoluções anticoloniais como “o homem se recria [...] matar um europeu a tiros é matar dois pássaros com uma pedra só, destruir o opressor e o homem que ele oprime ao mesmo

tempo: restam um homem morto e um homem livre; o sobrevivente, pela primeira vez, sente um solo *nacional* sob seus pés”. Jean-Paul Sartre, prefácio reproduzido na edição norte-americana de *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon (Nova York: Grove Press, 1968), p.21-2. Contrastar com Sid, cujos modelos para a resistência palestina são a Índia de Gandhi, o movimento pelos direitos civis de King e Nelson Mandela (ver “Tragedy Deepens”, dezembro de 2000, em *From Oslo to Iraq*).

- 4 Ver “Israel, Iraq and the United States”, *Al-Ahram*, 10 a 16 de outubro de 2002, em Said, *Cultura e Imperialismo*.
- 5 Vale ressaltar que a Columbia University, para seu eterno crédito, enfrentou considerável pressão interna e pública para censurar ou mesmo demitir Said por causa de suas intervenções públicas a favor dos palestinos.
- 6 Edward Said, *The Politics of Dispossession: The struggle for palestinian self-determination 1969-1994* (Nova York: Vintage Books, 1995), p.xxxiv.
- 7 Isso apresentou a paradoxal consequência de segregar judeus e árabes mesmo quando eles se tornaram mais economicamente interdependentes do que nunca. Os israelenses contavam com a mão de obra palestina barata; os palestinos dependiam de Israel para obter empregos e acesso aos mercados.
- 8 Ver, por exemplo, Edward Said, “Who Would Speak for Palestinians”, *New York Times*, 24 de maio de 1985.
- 9 Said, *The Politics of Dispossession*, p.xliii.
- 10 Said, *The Politics of Dispossession*, p.xviii, 118. Para a notável minúcia com que os arqueólogos e burocratas “limparam” Israel de todas as evidências de seu passado palestino, ver Meron Benvenisti, *Sacred Landscape: The buried history of the Holy Land since 1948* (Berkeley: University of California Press, 2000).
- 11 Benny Morris, entrevista para o *Haaretz*, 8 de janeiro de 2004.
- 12 “Não creio que as expulsões de 1948 tenham sido crimes de guerra. Não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos.” *Haaretz*, 8 de janeiro de 2004.
- 13 Ver Said, *The Politics of Dispossession*, p.xviii; e “Barenboim and the Wagner Taboo”, *Al-Ahram*, 16-22 de agosto de 2001.
- 14 Já em 1975 o titular do departamento de habitação do Ministério do Interior de Israel relatava ao primeiro-ministro Yitzhak Rabin que os *próprios* árabes de Israel eram “um câncer no corpo judeu que precisava ser controlado e contido”. Ver Ilan Pappé, *A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples* (Nova York: Cambridge University Press, 2004), p.227. Trinta anos depois só a metáfora mudou: “Algo similar a uma jaula precisa ser construído para eles [os palestinos]. Não nos resta escolha — há um animal selvagem lá que necessita ser aprisionado.” Benny Morris, *Haaretz*, 8 de janeiro de 2004.
- 15 Said, *The Politics of Dispossession*, p.371.
- 16 Citado em *Elvis in Jerusalem*, de Tom Segev (Nova York: Metropolitan Books, 2002), p.125.

¹⁷ Edward Said, "Suicidal Ignorance", *Al-Ahram*, 15-21 de novembro de 2001, em *From Oslo to Iraq*; e "Blind Imperial Arrogance", *Los Angeles Times*, 20 de julho de 2003.

***** *From Oslo to Iraq and the Road Map* (Nova York: Pantheon, 2004). O presente texto foi publicado inicialmente como introdução a esta coletânea de ensaios de Said.

Parte Três

PERDIDOS NA TRANSIÇÃO: LUGARES E LEMBRANÇAS

CAPÍTULO XI

A catástrofe: A queda da França, 1940

Os europeus de hoje vivem em paz uns com os outros. Chegam até a gostar uns dos outros. Nos “Eurobarômetros”, conjunto de pesquisas patrocinado pela União Europeia na última década, chama a atenção o quanto as desconfianças mútuas acabaram diluídas pela proximidade de contato. Há exceções, claro: a maioria dos pequenos países da Europa Central e Oriental conservam certas restrições em referência a seus vizinhos imediatos (graças em parte a quarenta anos de “fraternalismo” forçado); os italianos estimam outros europeus, mas desconfiam de seus próprios concidadãos (como fazem os gregos); a imprensa popular inglesa se mostra ressabiada em relação aos franceses, ou os despreza, um sentimento calorosamente recíproco. E depois há os Balcãs. No geral, porém, os europeus se dão bem — franceses e alemães mais do que a maioria.

Este último é um progresso muito recente. Em 1946, num discurso em Zurique, Winston Churchill observou que “o primeiro passo na recriação da família europeia deve ser a parceria entre a França e a Alemanha”. A situação não parecia muito auspiciosa. Entre 1800 e 1940 os franceses e alemães travaram cinco guerras em grande escala: em 1806, quando Napoleão esmagou os prussianos em Jena; em 1813-15, quando os prussianos se vingaram; em 1870-71, na vitória prussiana que levou à proclamação de um Império Alemão numa Versalhes ocupada; em 1914-18; e novamente em 1940. Em todos os casos a vitória militar foi

seguida por um acordo e uma ocupação considerada injusta e degradante pelos vencidos. A memória nacional nas duas margens do Reno estava saturada de ressentimento. Os prussianos viam os franceses pós-1806 como vencedores duros e desdenhosos; a brutalidade das tropas prussianas que ocuparam a França após 1815 e novamente em 1871 foi amplamente considerada uma vingança justa — a esposa de Otto von Bismarck, o chanceler alemão, ganhou fama ao sugerir, durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870-71, que os franceses deveriam ser “fuzilados e esfaqueados até a morte, inclusive os bebês” (seu marido discordou).

No decorrer da Primeira Guerra Mundial, quando as tropas alemãs novamente ocuparam um segmento do norte da França, correram boatos de atrocidades contra civis. Quando a guerra acabou com a derrota da Alemanha, os franceses pressionaram mais que os outros por compensações. A Alsácia-Lorena (anexada ao Império Alemão em 1871) foi devolvida aos franceses, que também obtiveram reparações consideravelmente maiores do que a indenização recebida pelos alemães nos anos 1870. Quando os alemães deixaram de pagar, o primeiro-ministro francês, Raymond Poincaré, mandou tropas ocuparem o Ruhr em 1923. Esta iniciativa pouco ajudou a França, rendendo ampla antipatia alemã e a volta da acusação jamais esquecida contra os soldados franceses, que teriam aterrorizado e maltratado civis desarmados.

Portanto, quando os exércitos de Hitler atacaram a França em 10 de maio de 1940, tanto a trajetória da guerra quanto as apreensões dos civis haviam sido moldadas por sete gerações de antagonismo mútuo. Em seu planejamento, o alto-comando francês pensava exclusivamente numa guerra contra a Alemanha. Quando a guerra estourou, milhões de civis franceses não fugiram apenas dos exércitos do Terceiro Reich, mas também das sempre lembradas e relatadas ofensivas do Kaiser em Verdun, do general Moltke em Sedan

em 1870 e do marechal Blücher em Waterloo. Os oficiais alemães e suas tropas recordavam-se do Ruhr, da Frente Ocidental e de Napoleão, preservados em relatos preventivos para crianças desobedientes e horas de conferências universitárias. A retomada das hostilidades entre Alemanha e França seria uma questão séria.

Tudo isso já era de se esperar. O que praticamente ninguém supôs foi o próprio desdobramento dos eventos de 1940. Os exércitos alemães precisaram de apenas sete semanas para invadir Luxemburgo, avançar pelas florestas das Ardenas até atingir a França, varrer os franceses que encontraram pela frente, encerrar os exércitos britânico, francês e belga em Dunquerque, impor um armistício ao novo governo francês do marechal Pétain, ocupar Paris e realizar um desfile da vitória para Adolf Hitler nos Champs-Élysées. Em seis semanas de combates, os franceses perderam 124 mil vidas, e houve mais 200 mil feridos. A certa altura da batalha, entre os dias 16 e 17 de maio, o general Erwin Rommel fez 10 mil prisioneiros franceses, perdendo um oficial e quarenta praças alemães. Nas palavras do historiador Nicole Jordan, “O colapso militar francês em 1940 foi uma das maiores catástrofes militares da história mundial”.¹

A vitória de Hitler levou Mussolini à guerra, ansioso pelos despojos antes de a poeira assentar. Ela determinou a atitude dos britânicos e norte-americanos em relação à França até a próxima geração. Precipitou a queda da Terceira República Francesa e a instalação de um governo autoritário colaboracionista em Vichy. Confirmou o delírio de Hitler como gênio estratégico, reforçou seu domínio sobre os generais e o deixou livre para se concentrar em derrotar a Inglaterra e, quando isso se mostrou impraticável, voltar a atenção para o sudeste da Europa e para a União Soviética. Acima de tudo, provocou uma busca de respostas profunda, um autoquestionamento dos franceses. Como pode ter

acontecido uma coisa dessas? Dez anos depois de Versalhes, por que o exército mais poderoso da Europa continental sucumbiu tão completamente a seu inimigo hereditário?

Este autoquestionamento rendeu pelo menos uma obra de brilhantismo insuperável, *Étrange Défaite* (Estranha derrota), de Marc Bloch. O mais ilustre dos historiadores franceses, oficial da reserva mais idoso do exército francês, voluntário em 1939, Bloch redigiu seu testemunho em 1940; apenas após a guerra ele foi publicado, quando o autor, membro ativo da Resistência, havia sido fuzilado pelos alemães. Todos os comentaristas subsequentes, inclusive Ernest May, o historiador mais recente da batalha, prestaram a devida homenagem ao ensaio de Bloch, descrevendo seus próprios esforços como meras notas de rodapé ou complementos a sua penetrante análise. Eles têm razão ao fazer isso, pois Bloch esboçou o que continua sendo a explicação convencional para o desastre francês.²

Em seu relato a França sofria devido a duas desvantagens impostas por ela mesma. Primeiro, sua liderança militar era incompetente. Antecipando a guerra contra a Alemanha, os franceses haviam construído da fronteira suíça ao norte até Luxemburgo uma linha defensiva batizada com o nome do ministro que supervisionou sua construção, André Maginot. A longa fronteira entre a França e a Bélgica restou desprotegida. Mas a estratégia dos franceses, que procuravam evitar a guerra em solo francês, presumia que os combates teriam lugar na Bélgica ou mais a leste, e por isso as forças aparentemente se focavam em assumir a ofensiva, apesar dos fortes de Maginot. A política externa francesa, por sua vez, refletia o desejo de projetar um conflito com a Alemanha fora das fronteiras: entre as guerras a França buscou alianças principalmente no leste e no sul da Europa. Contudo, uma vez que o alto-comando francês estava determinado a evitar a guerra a qualquer

custo, a França não podia oferecer nada de substancial a seus aliados — uma fraqueza revelada em Munique em 1938 e novamente em 1939, quando os franceses, assim como os ingleses, deixaram Hitler destruir a Polônia sem sofrer ameaças em sua fronteira ocidental.

Os generais franceses não estavam confusos apenas estrategicamente: eram ainda tática e administrativamente incompetentes. Como Bloch e diversos historiadores subsequentes demonstraram, o estado-maior francês provou ser cronicamente incapaz de assumir responsabilidades, reagir à mudança das circunstâncias, organizar os transportes, manter as comunicações, armazenar combustíveis ou mesmo registrar a localização de seus paíóis. Os comandantes franceses deixaram os soldados convocados aquartelados sem fazer nada de setembro de 1939 até maio de 1940 (quando poderiam ter sido melhor empregados nas fábricas de armamentos) e depois esperaram que travassem uma batalha confusa, de movimentação rápida, contra um inimigo incomparavelmente melhor liderado.

Quando os alemães atacaram, o comando francês não sabia o que estava acontecendo com eles, e mesmo que soubessem não teriam como revidar. O contraste com seus oponentes é esclarecedor. Ambos os lados possuíam tanques, mas os generais alemães, como Rommel e Heinz Guderian, sabiam explorá-los. Os oficiais alemães tinham permissão de tomar iniciativas quando surgiam oportunidades, e as aproveitavam. Os franceses haviam sido treinados para cumprir ordens e seguir planos detalhados, mas quando as circunstâncias mudavam eles não podiam receber novas ordens, pois não havia comunicação por rádio entre o general Maurice Gamelin, comandante geral, e seus oficiais do front.

Uma outra desvantagem francesa era política. O país estava dividido entre esquerda e direita, uma cicatriz pública que ocultava um ferimento profundo, a lembrança

da Primeira Guerra Mundial e o desejo de evitar sua repetição, pois, durante boa parte da década de 1930, foi impossível formar um governo estável. A Frente Popular francesa de 1936, a única com programa claro e maioria parlamentar operacional, era hostilizada pela direita por seus projetos reformistas e por ter um primeiro-ministro judeu socialista, Léon Blum, e pela esquerda, por sua incapacidade de promover a transformação revolucionária. A direita e a esquerda estavam ocupadas demais com disputas ideológicas internas para prestar atenção de verdade à crise iminente, e mesmo que os franceses fabricassem tanques e aeronaves melhores do que se calcula ainda assim não havia um número suficiente deles.

Os poucos líderes políticos (Blum entre eles) que advogavam tardiamente uma frente comum contra a ameaça nazista eram acusados de tentar arrastar a França a uma guerra por Danzig, pela Grã-Bretanha e pelos judeus. A imprensa, como os partidos políticos, era venal e corrupta, frequentemente financiada por interesses e governos estrangeiros. Em tais circunstâncias a derrota da França pode não ter sido antecipada, mas foi facilmente explicada em retrospecto. Uma política podre, sectária, caiu sem protestar quando sua casta militar incompetente fracassou perante a magnífica máquina de guerra alemã. Para milhões de franceses, como Mathieu em *Com a Morte na Alma*, de Sartre, a guerra acabou antes de mal começar.³

EM SEU NOVO E IMPRESSIONANTE LIVRO, Ernest May discorda deste relato.* Em seu ponto de vista, a derrota dos franceses em 1940 não foi só um choque; nem precisava ter ocorrido. O contrário poderia muito bem ter ocorrido, e isso quase aconteceu. A situação política não era tão desanimadora quanto os comentaristas posteriores afirmaram, e de todo modo desempenhou um papel menor no decorrer dos eventos. O estado-maior francês era incompetente (aqui

May apresenta novas evidências que corroboram a visão convencional), mas perdeu a batalha por conta de um punhado de erros que poderiam ter sido evitados. Se as coisas tivessem ocorrido de modo diferente, a história teria seguido por outro caminho, e hoje não estaríamos revirando o passado francês em busca das raízes profundas do fiasco do país. De acordo com May, não é a derrota francesa e sim a vitória alemã que exige explicação. O que aconteceu em maio de 1940, em suas palavras, “é indicador da condição das unidades militares francesas específicas, e não da alma nacional francesa”.

É difícil fazer justiça a este livro numa resenha curta. May pesquisou arquivos alemães, franceses, britânicos e norte-americanos; examinou a imensa literatura secundária, e apresenta argumentos fortes. Seu argumento, na essência, é o seguinte: Hitler estava convencido de que derrotaria os franceses, mas seus generais, não. Como muitos comentaristas da época, eles avaliavam o poderio militar francês pelas aparências e preferiam evitar um confronto enquanto fosse possível. No final das contas, Hitler estava certo; mas, se estivesse errado, seu poder na Alemanha (que May considera frágil) poderia ter sido contestado. E ele só acertou graças a um golpe de sorte.

Hitler originalmente queria atacar a França no final do outono de 1939, logo após o êxito da Blitzkrieg na Polônia. O tempo não ajudou, e a ofensiva foi adiada. Todavia, se tivesse ocorrido conforme planejado, não ocorreria no sudoeste, pelas Ardenas, mas no oeste, atravessando o centro da Bélgica para penetrar nas planícies do norte da França. Isso é significativo, pois a estratégia de Gamelin para uma guerra contra a Alemanha também envolvia avançar na direção da Bélgica e combater os alemães ao norte e leste da França, o mais longe possível; com as fronteiras da França com a Alemanha e o leste da Bélgica protegidas, as divisões de vanguarda do exército assumiriam a ofensiva. Em tal cenário as tropas de elite dos

dois exércitos se enfrentariam em Flandres, e os franceses, apoiados pelos ingleses e belgas, e talvez holandeses, teriam uma razoável chance de sucesso.

O alto-comando alemão antecipou o rumo do pensamento francês, e este conhecimento gerou o ceticismo quanto aos planos de Hitler, ao qual se opuseram ao máximo. Contudo, em janeiro de 1940 as informações a respeito da invasão alemã caíram nas mãos dos belgas. Isso confirmou a Gamelin sua já inabalável convicção de que a rota belga (a chamada variante Dyle-Breda, por causa do rio belga e da cidade holandesa que constituíam os objetivos iniciais) seria utilizada. Mas, em vista da quebra de sigilo, os alemães resolveram fazer um reajuste crítico em seu esquema e atacar através das Ardenas, enviando tropas mais fracas para o centro da Bélgica para despistar.

A olhos inexperientes a região serrana das Ardenas em torno de Sedan, de florestas densas, por onde os alemães avançaram em maio de 1940, parece impenetrável — um local nada propício para a ofensiva de um exército moderno. Mesmo hoje em dia, com estradas e pontes, as matas e o rio Meuse formam uma barreira significativa. O estado-maior francês, de Pétain a Gamelin, presumivelmente nada tinha de inexperiente, mas há muito tempo chegara à mesma conclusão. Quando cinco divisões Panzer invadiram a floresta e tomaram as pontes, enfrentaram uma das unidades mais fracas da ordem de batalha francesa, o IX Exército do general André Corap, formado por reservistas idosos e recrutas mal treinados.

Ninguém parece ter notado as longas colunas de tropas alemãs que se aproximavam de Sedan, vindas do norte. Nenhuma reserva estratégica foi deslocada quando o front de Meuse entrou em colapso e o exército de Corap se desintegrou — ela não existia (fora enviada à Bélgica com o restante das forças francesas). O general Charles Huntziger, cujo II Exército defendia a fronteira a leste, que não sofria ameaças, e que era o encarregado geral do setor, recusou-

se a enviar reforços; ele não compreendeu a extensão do desastre, caindo no blefe de Goebbels a respeito de um ataque iminente nas proximidades da Suíça.

Quando o alto-comando francês compreendeu o que estava acontecendo era tarde demais. Guderian e Rommel abriram caminho pelo norte da França, seguindo para o canal da Mancha. Preso numa armadilha, o exército francês e a força expedicionária britânica empreenderam uma retirada desesperada para a costa, enquanto o rei da Bélgica, em 28 de maio, rendeu-se precipitadamente — uma traição aos aliados que lhe custaria o trono após a guerra. Gamelin e seus oficiais desistiram da luta após esforços pífios e mal coordenados de enfrentar os alemães, e a França ruiu.⁴

Pela visão de May, só depois que Hitler conseguiu a vantagem inicial nas Ardenas as fraquezas estruturais da França se manifestaram. Rígidos e pessimistas — vítimas da avaliação exagerada da capacidade militar e recursos alemães feita antes da guerra —, os generais franceses não tinham plano de contingência para uma invasão alemã. No máximo eles conseguiam pensar em preencher áreas desprotegidas, para manter um front contínuo. Os franceses não conseguiam imaginar uma guerra de manobras rápidas, assim como não entendiam que a linha Maginot poderia se mostrar irrelevante. Gamelin se comprometera tão profundamente com uma “guerra barata na periferia” que ele e seus mentores políticos nada tinham a oferecer quando a guerra chegou na própria França.⁵

Acima de tudo, o setor de inteligência francês era desesperadamente fraco. May é especialmente enfático nisso, e mostra como os generais franceses não sabiam o que os alemães planejavam, ou não conseguiam entender as informações disponíveis. Eles descartaram todas as evidências que poderiam levá-los a mudar o foco dos Países Baixos para as Ardenas, e ao contrário dos alemães eles não

tinham pessoal capacitado para análise, filtragem e compartilhamento de dados. De todo modo, a qualidade dos dados deixava muito a desejar: no início de outubro um relatório do setor de inteligência da força aérea francesa alertava: “Segundo informações de fontes confiáveis, o regime de Hitler se manterá no poder até a primavera de 1940, depois será substituído pelo comunismo.”

Neste contexto podemos avaliar melhor a confissão irretorquível de Gamelin a uma comissão de inquérito, após a guerra, quando o questionaram sobre seu posicionamento incompetente dos tanques franceses: “Pessoalmente, eu imaginava um grupo de quatro divisões de tanques em torno de Chalons. Como eu ia saber que seria dividido? Não tínhamos conhecimento prévio de onde e como os alemães atacariam.”⁶

O professor May elaborou um relato acessível e impecavelmente acadêmico de um momento decisivo do século. Há exemplos admiravelmente ilustrativos (por exemplo, a carta de Neville Chamberlain à irmã, do dia 12 de março de 1939, três dias antes de Hitler conquistar a Tchecoslováquia: “Como Chatham, ‘Sei que posso salvar este país e não creio que qualquer outro possa’”), e os detalhes caudalosos e elucidativos, principalmente a respeito da Alemanha.

O sentido principal de sua argumentação talvez não seja inédito: Donald Cameron Watt e outros descreveram o ambiente diplomático e doméstico do ataque de Hitler contra a França; o cenário francês de 1940 foi exaustivamente descrito por Jean-Louis Crémieux-Brilhac; e a história da batalha foi narrada mais de uma vez.⁷ May, porém, dá a seus antecessores crédito devido e completo, e sua interpretação seria em grande parte endossada por eles. A maioria concorda que Hitler foi um jogador bem-sucedido que precisou superar a cautela de seus auxiliares, assim como hoje se aceita que a França poderia ter

promovido e lutado uma guerra longa se tivesse generais melhores. Nada *precisava* ter sido como foi.

A ênfase do professor May sobre o fator sorte no desfecho da batalha da França o leva a algumas hipóteses bem ambiciosas que desafiam os fatos. Se os franceses tivessem antecipado a ofensiva das Ardenas, escreve na introdução, “é mais do que concebível que o desfecho não teria sido a derrota francesa e sim a derrota alemã, e possivelmente um desfile francês da vitória no Unter den Linden em Berlim”. Isso não é um aparte fortuito. Quatrocentas páginas adiante May arrisca uma alegação ainda mais ousada: “Fora as derrotas na batalha de maio de 1940, a França não corria mais risco de colapso moral que a Grã-Bretanha, e menos do que a Alemanha, pelo que me parece.” Se os exércitos tivessem sido rechaçados em 1940, a Alemanha nazista “poderia ter implodido”. Creio que algumas de suas alegações são exageradas e mal formuladas, mas a insistência no aspecto contingencial é salutar. Não basta apontar para Vichy ou mesmo para os conflitos internos franceses no entreguerras se a intenção for explicar as ações nitidamente fortuitas de maio de 1940. Se as coisas tivessem desfecho diferente, então muitas mudanças teriam ocorrido em outros aspectos.

Aqui, porém, começam os problemas. May escreve: “Se a guerra tivesse sido travada onde os franceses esperavam que fosse, ela transcorreria bem mais do jeito que eles esperavam.” Bem, sim. Como prova, ele cita o breve sucesso de um dos melhores generais franceses, Georges Blanchard. No dia 13 de maio, em Hannut, a sudeste de Bruxelas, algumas unidades blindadas sob o comando do general René Prioux enfrentaram e por um curto período superaram seus oponentes alemães. Isso leva May a especular sobre o que teria ocorrido se o I Exército de Blanchard estivesse no lugar certo na hora certa: os tanques franceses *eram capazes* de derrotar as unidades Panzer alemãs.

Mas eu posso incluir algumas questões hipotéticas por minha conta. As divisões blindadas de Blanchard reuniam os melhores soldados franceses, e na Bélgica eles não derrotaram os Panzer IV de Rommel, e sim os Panzer I e II, menores e mais fracos. Se eles tivessem combatido uma força alemã de primeira, apresentariam um desempenho bem pior. E mesmo que se saíssem bem, os outros fatores continuariam a vigorar. May indaga o que poderia ter acontecido se as forças de Blanchard avançassem, após o sucesso inicial. Mas elas não avançaram. Teriam agido assim caso tivessem derrotado o principal exército alemão? Isso não fazia parte do “plano” de Gamelin, e como o desafortunado marechal Bazaine em 1870, ele se agarrou a ele inflexivelmente. Se Prioux tivesse sido derrotado, os franceses continuariam sem uma reserva estratégica, com suprimentos limitados, uma ineficiente cadeia de comando etc. Uma derrota completa provavelmente teria ocorrido.

Portanto, é preciso uma longa cadeia de possibilidades unidirecionais para chegar a um ponto no qual a vitória francesa decisiva seria não apenas uma possibilidade, mas uma tendência. Seria necessário contemplar não só um ou dois desfechos fortuitos, mas a sequência complexa de decisões, personalidades e práticas que levaram a sorte a ficar do lado alemão, e não francês. Não tenho nada contra a abordagem Nariz de Cleópatra para eventos históricos cruciais: se Lenin não tivesse sido despachado através da Alemanha até a Estação Finlândia de Petrogrado em 1917, então a história do século XX teria realmente sido bem diferente. No entanto, embora a vitória alemã indubitavelmente tenha dependido da noção das fraquezas francesas por parte de Hitler, as falhas que ele percebeu (e que seus generais deixaram passar) só podem ser explicadas em seu contexto mais amplo. Este é o problema de grande parte das especulações desligadas dos fatos: pega o último evento de uma sequência e deduz que todos

os outros eventos também poderiam ter sido diferentes, ou então que eles não contam.

No entanto, para que todos os outros eventos tivessem sido diferentes de determinada maneira precisamos de um universo paralelo. E para que eles não contem precisamos distorcer o contexto histórico. O professor May demonstra uma sensibilidade intensa para as correntes antagônicas e pressões dos assuntos internos alemães que tornavam Hitler vulnerável; ele praticamente ignora a turbulência política na França. Isso reforça sua afirmação de que Hitler poderia ter sido derrubado por uma derrota, e que a França poderia ter vencido facilmente, mas não podemos considerar equilibrado tal tratamento. Sempre que os generais nazistas manifestam dúvidas ou discordâncias, May leva sua ansiedade ao pé da letra; quando os generais franceses mostram apreensões ou pessimismo comparáveis, ele interpreta isso como retórica instrumental destinada a ampliar o orçamento militar. Quando os generais ou políticos franceses são otimistas sobre a situação, contudo, ele aceita isso como verdadeiro. Enfatiza a força da tecnologia francesa e desdenha ou despreza relatos de cinismo ou divisão social.

Este tratamento assimétrico cria o cenário para uma narrativa na qual a vitória alemã se torna uma surpresa, e a derrota da França, uma sequência de acidentes. Mas ele deixa de lado boa parte da história relevante. Por que, afinal de contas, os generais franceses eram tão inábeis? Por que Gamelin, por exemplo, reimplantou a escala normal de folgas para o exército francês no dia 7 de maio de 1940 — uma iniciativa transcendentemente incompetente? Por que Huntziger recusou cobertura aérea para suas tropas em Sedan, deixando um alvo aberto para os ataques dos Stukas, que minaram o moral da tropa? Se bons generais poderiam ter defendido melhor o país, é a sua ausência que exige explicações.

Uma pista pode ser encontrada na foto de 1940 que mostra o conselho de ministros em Vichy. Lá está o general Huntziger, dois lugares adiante de Pétain, ostentando o mesmo olhar satisfeito de seu mestre.⁸ Três meses depois da pior derrota da história francesa os homens diretamente responsáveis por ela se abrigaram confortavelmente num regime que sua derrota ajudou a instalar. O general Maxime Weygand, que substituiu Gamelin no comando, nos últimos dias do fiasco, tornou-se o primeiro ministro da Defesa Nacional em Vichy. Sua principal preocupação nos momentos derradeiros da batalha não era o exército alemão e sim um possível levante comunista em Paris, na esteira do revés militar. Tais homens talvez não esperassem perder a guerra, mas se resignaram com a derrota muito rapidamente, pois não consideravam os alemães a maior ameaça.

Weygand, como Pétain, tinha idade suficiente para lembrar da Comuna de Paris de 1871, que assombrava sua geração de oficiais reacionários e monarquistas. A França que eles juraram defender não incluía, em sua opinião, a esquerda política, sucessores dos membros da Comuna cujo martírio era comemorado no leste de Paris a cada primavera. Mesmo Gamelin, um general apolítico pelos padrões franceses dominantes, não estava imune. Já em 16 de maio, quando a batalha ainda não havia sido completamente perdida, ele preparava suas justificativas. O exército, disse aos políticos, entrara em colapso por causa da infiltração comunista.⁹

May deixa passar isso porque não se preocupa com disputas domésticas, acreditando que no final dos anos 1930 os ódios corrosivos dos anos anteriores haviam sido superados, e que a França era estável e unida como a Grã-Bretanha, se não mais. Contudo, em outubro de 1937 o respeitável e célebre *Nouvelles Économiques et Financières* escarnecia do “Judeu Blum”, “nosso ex-primeiro ministro

cujo nome real é Karfunkelstein”. Em abril de 1938, após o Anschluss, Pierre Gaxotte (depois da Academia Francesa) ainda descrevia Blum como “uma marionete não francesa desconjuntada, com a lamentável cabeça de uma égua palestina [...] Entre a França e este homem maldito, devemos fazer uma escolha. Ele é a verdadeira encarnação de tudo que envenena nossa carne e nosso sangue. Ele é mau. Ele é a morte.”¹⁰

Em *Scum of the Earth* (A escória da terra), Arthur Koestler descreveu os ódios e as ameaças nacionalistas depravados que circulavam na França nos meses que antecederam a batalha da França. E de uma fonte do nível de Charles de Gaulle temos um testemunho contemporâneo da atmosfera sectária, paranoica, cheia de ódio do parlamento francês durante a instalação do governo de Paul Reynaud em 21 de março, dois meses antes da invasão alemã. Se Ernest May acredita que a França de maio de 1940 era uma nação resoluta, unida e em condições de enfrentar a ameaça alemã, ele está profundamente enganado.¹¹

Os comunistas não haviam perdoado Blum por não ter feito uma intervenção a favor dos legalistas espanhóis em 1936; por sua insistência em fazer concessões na legislação da Frente Popular daquele ano; e talvez, acima de tudo, pelo sucesso em preservar o Partido Socialista Francês após o cisma com os comunistas em dezembro de 1920. Em dezembro de 1940 eles se aproximaram das autoridades de Vichy com uma oferta informal de testemunhar contra Blum no julgamento que seria encenado em breve. (Felizmente para a posição futura do Partido Comunista Francês, a proposta foi ignorada.) Os sindicatos continuavam atolados no ressentimento pelas leis de Daladier de novembro de 1938, que revogavam as reformas trabalhistas de 1936. O antifascismo, que possivelmente já fora um motivo eficaz de união, havia sido minado e corroído pela obsessão de sucessivos governos de não alienar Mussolini, cujo apoio a

França continuava a buscar até a véspera da derrota. O exército estava cheio de conspiradores — May não menciona a Cagoule, a conspiração de oficiais obscuros desarmada pelo ministro do Interior, Marx Dormoy (por isso ele seria mais tarde assassinado pela milícia de Vichy). A legislação antiestrangeiros e anticomunista estava em vigor desde setembro de 1939, muito antes de Pétain assumir o governo.

Acima de tudo faltava aos franceses confiança. Por vinte anos eles ouviam dos políticos e generais comentários sobre a falta de crescimento da população, o trauma da Grande Guerra e a necessidade de evitar novo conflito. Quando chegou a hora, em 1940, de assegurar aos franceses que eles eram tão corajosos, bem equipados, fortes e confiantes quanto seus inimigos, esses mesmos políticos e generais soaram compreensivelmente ocos. O medo coletivo e a insegurança haviam sido injetados na nação, adicionando uma dimensão irracional à muito real falta de homens no país.

O próprio May cita o embaixador britânico em Paris, que alegou em setembro de 1938: “o que há de melhor na França está contra a guerra, *quase* a qualquer preço.” Quando a guerra irrompeu um ano depois, o brigadeiro Edward Spears, bilíngue e intensamente francófilo, enviou relatório para seu país dizendo que “muitos franceses [...] argumentam que [...] talvez tenham sido iludidos, e estejam lutando pela Inglaterra”.¹² Será que tudo se resolveu e todos se uniram nos seis meses seguintes? Claro que não.

Nada disso explica suficientemente o que aconteceu quando os Panzers cruzaram a floresta em Sedan. Mas, sem isso, não teríamos explicação alguma. É necessário abandonar os constrangimentos de ordem política e cultural para iniciar uma produtiva especulação antifactual? Creio que não. Nem vejo por que a história militar benfeita deva ignorar o cenário político e social para se manter fiel às

fortunas da guerra. No caso, existe uma obra clássica de história militar que abrange todos esses conceitos, e ela é extremamente pertinente ao tema do professor May.

No relato de Michel Howard da Guerra Franco-Prussiana, publicado em 1961, os eventos de 1870-71 anteciparam por semelhança os de maio de 1940.¹³ Nas duas ocasiões os franceses revelaram confusão estratégica, planejando uma ofensiva enquanto esperavam ser atacados; como observou Friedrich Engels em julho de 1870, quando a guerra começou, se os franceses não desencadearam a ofensiva, sua declaração de guerra não fazia sentido. Contudo, em 1879, como em 1939, os generais realizaram um avanço inútil sobre o estado vizinho de Sarre, retirando-se em seguida para aguardar as consequências. As falhas táticas e administrativas também foram admiravelmente similares: com setenta anos de diferença, os generais franceses por duas vezes fracassaram ao tentar ler as tabelas de horários dos trens, colocar pessoal e suprimentos nos lugares certos, concentrar tropas com eficiência, organizar retiradas ou estabelecer comunicações entre si — erros que seus predecessores haviam cometido na campanha italiana do imperador Napoleão III, em 1859. Tanto Michael Howard quanto Marc Bloch mencionam o “caos” da mobilização. Em 1870, como em 1940, os oficiais alemães se revelaram mais flexíveis, tomaram mais iniciativas e se adaptaram melhor às mudanças nas circunstâncias.

Em nenhuma das duas ocasiões, os franceses sofriam de uma significativa desvantagem tecnológica. Em 1870, por exemplo, eles dispunham dos novos fuzis *chassepot* carregáveis pela culatra, superiores a todos os fuzis disponíveis na Alemanha. Mas os soldados franceses não foram treinados para usar a nova arma (faz lembrar da descrição de Sartre do “terror respeitoso” com que os reservistas franceses de 1939 manuseavam armamentos que nunca tinham visto antes da convocação). Milhares de

armas foram esquecidas em depósitos obscuros e mal-localizados. Os franceses foram tão deficientes na coleta de inteligência em 1870 quanto em 1940, como resultado de sua constante confusão ante os movimentos dos alemães. Moltke, como seus sucessores no estado-maior de Hitler, acreditava em dar volta às posições defensivas francesas sempre que possível; junto com o hábito francês de exagerar o número dos inimigos, isso levou à rendição dos exércitos franceses imobilizados, antes mesmo de entrarem em combate.

O desfecho da Guerra Franco-Prussiana, quando imensos exércitos franceses foram cercados e capturados em Sedan e Metz, foi um choque tão grande para os franceses e o resto da Europa quanto a batalha de 1940: “A extensão da vitória cabal dos prussianos em 1870 assustou o mundo”, escreve Michael Howard. Enquanto isso os generais do século XIX estavam tão determinados quanto seus sucessores em evitar uma revolução social, mesmo às custas da rendição nacional. Alguns, porém, perceberam o tamanho da humilhação e tentaram, como o general Bourbaki, resgatar a honra tirando a própria vida (não se registraram demonstrações similares de vergonha entre os oficiais de 1940).

Howard corta com desprezo esses generais fracassados, escrevendo sobre sua “incompetência e paralisia”, mostrando seguidamente como eles poderiam ter agido de modo diferente. No entanto, por toda a narrativa, ele refreia a especulação a respeito do que poderia ter acontecido para mantê-la nos limites do plausível, tendo em vista o contexto mais amplo. Assim, sobre o impacto desmoralizante de uma mobilização mal-organizada nos soldados, ele escreve: “Eles poderiam, com uma liderança brilhante, conquistar vitórias; mas não tinham condições de se erguer após o choque da derrota.”

A conclusão geral de Howard (que pode ser integralmente quase aplicada ao colapso de 1940) é sintomaticamente

diferente da de May: “A incompetência do alto-comando francês explica muita coisa: mas as razões básicas para a catástrofe eram mais profundas, como os próprios franceses discerniram, em sua humilhação. O colapso de Sedan, como o dos prussianos em Jena 64 anos antes, não resultou simplesmente de um comando falho, mas sim de um sistema militar falho; e o sistema militar de um país não é uma seção independente do sistema social, e sim um aspecto dele em sua totalidade. Os franceses tinham razão em considerar seus desastres um julgamento.”

Apesar de Ernest May, devemos fazer o mesmo.

Este ensaio, uma resenha do novo estudo de Ernest May sobre a queda da França em 1940, foi originalmente publicado no New York Review of Books em fevereiro de 2001.

NOTAS

- ¹ Nicole Jordan, “Strategy and Scapegoatism on the French National Catastrophe, 1940”, em *The French Defeat of 1940: Reassessments*, org. Joel Blatt (Providence, RI: Berghahn Books, 1998), p.13.
- ² Marc Bloch, *Étrange Défaite: Témoignage écrit em 1940* (Paris: Société des Éditions Franc-tireurs, 1946).
- ³ Raymond Aron depois escreveu que “vivi durante os anos 1930 o desespero do declínio francês [...] na essência, a França não existia mais. Só existia no ódio dos franceses uns pelos outros”. Ver Tony Judt, *Past Imperfect: French Intellectuals, 1944-1956* (Berkeley: University of California Press, 1992), p.15.
- ⁴ O governo belga, que declarara sua neutralidade em 1936, sempre relutou em cooperar com os franceses e não permitiu que tropas francesas e britânicas entrassem em território belga até as 6h30 da manhã de 10 de maio, o dia em que os alemães atacaram.
- ⁵ Ver Nicole Jordan, “The Cut-Price War on the Peripheries: The French General Staff, the Rhineland and Czechoslovakia”, em *Paths to War: New Essays on the Origins of the Second World War*, org. Robert Boyce e Esmonde M. Robertson (Nova York: St. Martin’s, 1989), p.128-66; ver também Nicole Jordan, *The Popular Front and Central Europe: The Dilemmas of French Impotence, 1918-1940* (Cambridge, Nova York: Cambridge University Press, 1992).

- ⁶ *Les Événements Survenus en France de 1933 à 1945: Témoignages et documents recueillis par la Commission d'Enquête Parlementaire* (Paris: Imprimerie de l'Assemblée Nationale, s.d.), vol. 2, p.548. O testemunho de Gamelin foi dado em 23 de dezembro de 1947.
- ⁷ Donald Cameron Watt, *How War Came: The Immediate Origins of the Second World War, 1938-1939* (Nova York: Pantheon, 1989); Jean-Louis Crémieux-Brilhac, *Les Français de l'an 40* (Paris: Gallimard, 1990); Alistair Horne, *To Lose a Battle: France 1940*, (Boston: Little, Brown, 1969).
- ⁸ Ver *Collaboration and Resistance: Images of Life in Vichy France 1940-1944* (Nova York: Abrams, 2000), p.24; edição francesa publicada por La Documentation Française, Paris, 1988.
- ⁹ Hoje em dia as pessoas não falam muito da Comuna de Paris de 1871. Entretanto, por mais de cem anos, foi a principal referência histórica e simbólica da França e da esquerda europeia, além de assombração para conservadores do mundo inteiro. De Lenin a Weygand e nas ruas de 1968, sua lembrança e sua sombra eram constantemente invocadas, tanto como modelo quanto como alerta. Para os relatos mais recentes em inglês ver Robert Tombs, *The Paris Commune, 1871* (Londres, Nova York: Longman, 1999).
- ¹⁰ Ver Pierre Birnbaum, *Une Mythe politique: "La République juive"* (Paris: Fayard, 1988).
- ¹¹ Arthur Koestler, *Scum of the Earth* (Nova York: Macmillan, 1942); Charles de Gaulle, *Mémoires de Guerre*, vol. 1: *L'Appel* (Paris: Plon, 1955), p.25.
- ¹² Spears é citado por John C. Cairns em "Reflections on France, Britain and the Winter War Prodomo, 1939-1940, p.283. As lembranças de Spears lançam uma luz desfavorável sobre o ânimo da época: Eduard L. Spears, *Assignment to Catastrophe*: vol. 1, *Prelude to Dunkirk, July 1939-May 1940*; vol. 2, *The Fall of France, June 1940* (A.A. Wytn, 1954 e 1955).
- ¹³ Michael Howard, *The Franco-Prussian War: The german invasion of France* (Londres: Rupert Hart-Davis, 1961; Collier, 1969).
- * *Strange Victory: Hitler's Conquest of France* (Nova York: Hill & Wang, 2001).

CAPÍTULO XII

Em busca do tempo perdido: A França e seus passados

Quando se trafega pelas *autoroutes* francesas e se aprecia a engenharia magnífica e a paisagem impecável, é impossível deixar de notar os incomuns painéis de informação distribuídos à direita da pista a intervalos regulares. Conspícuos mas não invasivos, em cores aconchegantes, telúricas, eles se agrupam em pares. Primeiro vemos um painel com dois ou três símbolos — suficientemente simples e destinados a atrair o interesse do motorista em alta velocidade, mas não imediatamente compreensíveis: um cacho de uvas, talvez, ou a representação estilizada de um prédio ou montanha.

Então, mais ou menos um quilômetro adiante, dando aos ocupantes do carro apenas o tempo necessário para perguntar seu significado, o painel explica seu sentido num segundo painel, instalado de maneira semelhante, explicando que as pessoas estão passando pelos vinhedos da Borgonha, a catedral de Reims ou o monte Sainte-Victoire. E lá, à direita ou esquerda (no segundo painel uma seta útil indica para onde se deve olhar), um vinhedo, um pináculo gótico ou o morro favorito de Cézanne emerge como se fosse chamado.

Esses painéis não são necessariamente acompanhados ou seguidos por uma via de acesso. Seu propósito não é fazer a pessoa visitar a atração citada, e muito menos dar informações a seu respeito. Existem para aliviar o tédio de guiar em alta velocidade, para dizer ao viajante das rodovias modernas e avançadas por onde a pessoa está

passando, ignorante. E há uma óbvia ironia no fato de que é preciso viajar por estradas que o separam radicalmente da paisagem para ver a paisagem interpretada.

Além disso, os painéis são intencional e assumidamente didáticos. Eles informam a respeito do passado francês — ou atividades atuais (elaboração de vinho, por exemplo) que representam continuidade em relação ao passado — de modo a reforçar uma determinada visão do país. Ah, dizemos, é isso: o campo de batalha de Verdun; o anfiteatro de Nîmes; os milharais de Beauce. E, conforme refletimos sobre a variedade e a riqueza do país, sobre as raízes ancestrais e os modernos traumas da nação, compartilhamos com outros uma certa lembrança da França. Somos conduzidos a 100 quilômetros por hora através de um museu da França que é a própria França.

A França é única. Mas não está sozinha nisso. Vivemos uma era de comemorações. Por toda a Europa e nos Estados Unidos, memoriais, monumentos, placas comemorativas e locais de visita estão sendo erguidos para nos lembrar de nosso legado. Em si, não se trata de novidade: no local da batalha das Termópilas, na Grécia, o monumento a Leônidas (erigido em 1955) reproduz um texto antigo que exorta os visitantes a lembrar da heroica derrota dos espartanos no confronto com Xerxes em 480 a.C. Os ingleses há muito celebram e comemoram derrotas (de Hastings em 1066 a Dunquerque em 1940); Roma é um memorial vivo da civilização ocidental; e a breve história dos EUA é recontada, reencarnada, representada e monumentalizada através do país, da Williamsburg colonial ao monte Rushmore.

Em nossa época, porém, há algo de novo. Comemoramos mais eventos; discordamos sobre o que deve ser comemorado, e como; e embora até um período recente (na Europa ao menos) a justificativa para um museu, placa comemorativa ou monumento fosse lembrar as pessoas daquilo que elas já sabiam ou pensavam saber, hoje essas

coisas servem para uma finalidade diferente. Elas estão ali para contar às pessoas coisas que elas talvez não saibam, coisas que foram esquecidas, ou que jamais foram aprendidas. Vivemos com o medo crescente de esquecer o passado, de que ele de algum modo se desencaixe do bricabraque do presente. Comemoramos um mundo que perdemos, por vezes antes até de sua perda.

Ao erigir mementos ou réplicas de algo que devemos lembrar, nos arriscamos a esquecer mais: ao tornar símbolos ou ruínas representantes do conjunto, nos acomodamos a uma ilusão. Nas palavras de James Young, “Quando fixamos a forma monumental na memória, até certo ponto abrimos mão da obrigação de lembrar [...] Sob a ilusão de que nossos edifícios memoriais sempre estarão ali para nos lembrar, nos afastamos deles e só retornamos conforme nossa conveniência”. Ademais, monumentos — memoriais de guerra, por exemplo — com o tempo se misturam imperceptivelmente à paisagem: eles se tornam parte do passado, e não um lembrete do que aconteceu.¹

Nos Estados Unidos a discussão de tais assuntos geralmente ocorre sob a rubrica “guerras da memória”. Quem tem o direito de projetar uma exposição, determinar o significado de um campo de batalha, gravar um pedestal de estátua ou uma placa? São escaramuças táticas no grande conflito cultural sobre a identidade: nacional, regional, linguística, religiosa, social, étnica, sexual. Na Alemanha (ou Polônia) as discussões a respeito do modo de recordar ou comemorar o passado recente concentraram-se numa atenção dolorosa e compensatória ao extermínio dos judeus europeus — planejada na Alemanha, executada na Polônia. Em vez de registrar e dar forma ao orgulho e à nostalgia, a comemoração em tais circunstâncias desperta (e intenciona despertar) dor e até mesmo raiva. Antigamente uma ferramenta pública para evocar e encorajar sentimentos de unidade nacional ou comunitária,

a celebração pública do passado tornou-se uma ocasião privilegiada para a divisão cívica, como na disputa a respeito de construir em Berlim um memorial do Holocausto.

O lugar do historiador nisso tudo é crucial, mas obscuro. O contraste entre memória e história não deve ser exagerado: os historiadores fazem mais do que apenas lembrar em benefício do resto da comunidade, mas certamente fazemos isso também. Meras recordações, nas palavras de Milan Kundera, são no fundo uma forma de esquecer, e o historiador é responsável, no mínimo, por corrigir os desvios da memória.² Em Nice hoje, por exemplo, a principal rua comercial recebeu placas novas com os dizeres “Avenida Jean Médecin. Consou de Nissa 1928-1965”. É uma tentativa politicamente correta no contexto francês de lembrar aos passantes que os habitantes locais um dia falaram um patoá provençal italianado e invocar em nome da identidade específica da cidade a lembrança daquela língua. Mas Jean Médecin, prefeito de Nice entre 1928 e 1965, não tinha interesse particular em costumes ou dialetos locais, não usava a antiga forma niceense de seu nome ou cargo, e era francês falante do francês, como era de se esperar — e como a maioria de seus eleitores em sua época. Este exemplo vale por muitos nos quais um passado falso substitui o real por razões ligadas ao presente; aqui, pelo menos, o historiador pode ajudar a recolocar a lembrança em pé outra vez.

Os historiadores tratam da memória, portanto. E estamos há muito no ramo da correção e crítica da memória pública ou oficial, que atende a objetivos próprios. Além disso, ao escrever a história contemporânea ou quase contemporânea a memória é um recurso crucial: não só por acrescentar detalhes e perspectiva, mas porque as pessoas se lembram e esquecem, e os usos aos quais a memória é submetida são também os tijolos construtores da história.

Saul Friedländer fez das lembranças — suas e alheias — um uso exemplar em sua história da Alemanha nazista e dos judeus; Henry Rousso com eficiência transformou um relato do modo como os franceses sucessivamente lembraram e esqueceram os anos de Vichy em uma história da França no pós-guerra. A memória no caso se torna sujeito da história, enquanto a história assume, pelo menos em parte, um papel mais antigo, mnemônico.³

Portanto, quando o historiador francês Pierre Nora traça uma distinção clara entre “memória”, que “nasce dos grupos que agrega”, e “história”, que “pertence a todos e a ninguém, tendo portanto uma vocação universal”, ele transmite a impressão inicial de ter forçado um contraste extremo. Afinal, hoje não concordamos todos que essas linhas nítidas que separavam os modos objetivos e subjetivos de compreender o passado são desfocadas e arbitrarias, relíquias de uma abordagem mais antiga e inocente dos estudos históricos? Como pode o diretor do projeto moderno mais importante e influente para dissecar a memória histórica nacional escolher um começo que insiste numa distinção tão rígida?⁴

Para compreender a abordagem de Nora e o significado cultural da monumental obra coletiva *Les Lieux de Mémoire* (Lugares de memória), em três partes, sete volumes e 5 mil páginas, que ele editou no transcorrer dos anos 1984-92, devemos retornar à França e à sua experiência única.⁵ A França não é apenas o Estado nacional mais antigo da Europa, com uma história ininterrupta de um governo central, língua e administração pública que remonta no mínimo ao século XII; ela também é, de todos os países da Europa Ocidental, o único que pouco mudou, até recentemente. A paisagem da França, a comunidade rural e o modo de vida, as ocupações e rotinas da existência diária nas cidadezinhas provincianas e vilarejos foi menos afetada pela indústria, comunicações modernas ou mudanças

sociais e demográficas do que em lugares como Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Itália ou qualquer outro país ocidental comparável.

Similarmente, a estrutura política do país — seu modo de administração regional e nacional, as relações entre o centro e as localidades, a hierarquia da autoridade legal, fiscal, cultural e pedagógica partindo de Paris para atingir o menor dos vilarejos — sofreu pouquíssimas alterações no decorrer dos séculos. A forma política do Antigo Regime foi destruída com a Revolução Francesa, claro. Mas seu conteúdo e estilo autoritário foram fielmente reproduzidos pelos herdeiros republicanos e imperiais da monarquia Bourbon, de Robespierre e Napoleão Bonaparte a Charles de Gaulle e François Mitterrand.

As revoltas políticas em série do século XIX deixaram uma marca relativamente superficial na experiência diária da maioria dos franceses, depois que os distúrbios passaram. Até as divisões políticas pós-revolucionárias do país — direita/esquerda, monarquista/republicano, comunista/gaullista — acomodaram-se com o passar do tempo na topografia cultural nacional, nas camadas sedimentadas dos costumes políticos cujos cismas formaram parte da experiência francesa compartilhada. Nas palavras de Philippe Burrin, “A França mostrou a tendência de conceber seus conflitos em termos históricos, e conceber sua história em termos de conflito”.⁶

No decorrer dos anos 1970 e início dos 1980, este edifício inteiro — recordado e descrito afetuosamente como *la France profonde, la douce France, la bonne vieille France, la France éternelle* — pareceu aos franceses ter desabado sobre suas cabeças. A modernização agrícola dos anos 1950 e 1960, a migração dos filhos e filhas dos camponeses para a cidade empobreceram e reduziram a população do interior francês, apesar do aumento sensível da produtividade. As próprias cidades grandes e médias, por longo tempo

preservadas na desleixada mistura urbana de decadência e falta de investimentos, de repente se tornaram populosas e enérgicas. A economia nacional revitalizada provocou uma transformação no emprego, nos padrões de viagem e no lazer de uma nova classe de moradores urbanos. Estradas e ferrovias que acumularam mato e pó durante décadas foram reconstruídas, reformadas ou substituídas por uma rede de comunicações nacional praticamente nova.

Grande parte do processo começou praticamente sem ser notada, na era sombria do pós-guerra, e se acelerou através dos anos de grande prosperidade e otimismo da década de 1960. Mas seu efeito só foi realmente apreciado uma década depois — até então eram as mudanças e os ganhos, em vez das perdas, que atraíam comentários, quando tanto. E quando chegou a hora em que os franceses passaram a olhar para trás coletivamente, perplexos e ansiosos perante um passado que desaparecia rapidamente e que a maioria dos adultos ainda podia recordar de sua própria infância, a sensação de perda coincidiu com o súbito colapso de outra característica eterna da cultura francesa, a política cultural herdada de 1789. Graças ao historiador François Furet e seus colegas, a Revolução foi deslocada de seu pedestal e deixou de determinar, pela projeção através dos séculos, a visão da comunidade política francesa de seus membros. Num desdobramento do caso, o Partido Comunista deixou de ser uma estrela fixa no firmamento ideológico nos anos 1970, seu prestígio entrou em colapso com o voto; no universo paralelo da intelligentsia, também o marxismo perdeu seu encanto.

Um presidente socialista foi eleito pelo sufrágio popular em 1981 e em menos de dois anos abandonou todos os princípios do socialismo tradicional, notadamente a promessa de um *grand soir* da transformação revolucionária que marcava a esquerda desde 1792 e que em parte ajudara sua ascensão ao poder. A direita não estava mais atrelada à pessoa e à aura de Charles de Gaulle, falecido

em 1970, e a medida fundamental do conservadorismo político na França — a propensão de os eleitores conservadores serem católicos praticantes — foi solapada pelo colapso da prática religiosa pública, conforme as igrejas das cidadezinhas e aldeias perdiam seus fiéis na corrida para os centros metropolitanos. No início dos anos 1980 as bases ancestrais da vida pública francesa pareciam estar desmoronando.

Final e tardiamente, os franceses — pelo menos no relato de Pierre Nora — acordaram para o encolhimento do status internacional de seu país.⁷ A França deixara de contar no cenário mundial, e não era nem mesmo uma potência regional significativa, graças à ascensão firme da Alemanha Ocidental. Um número cada vez menor de pessoas no mundo falava francês, e entre o domínio econômico e cultural dos Estados Unidos e a adesão recente do Reino Unido à Comunidade Europeia surgia no horizonte a hegemonia universal do inglês. As colônias estavam praticamente acabadas, e um legado dos anos 1960 — o interesse renovado pelos idiomas e culturas locais ou regionais — parecia ameaçar a própria integridade e unidade da França. Ao mesmo tempo, outra herança dos anos 1960 — a exigência de lançar uma luz sobre os cantos escuros do passado nacional — despertava o interesse no regime de Vichy durante a guerra, que De Gaulle e seus contemporâneos tentaram tão assiduamente deixar para trás em seu esforço de reconciliação nacional.

No que parecia ser, aos olhos de assustados observadores locais, um processo único e articulado de algum modo, a França se modernizava, diminuía e fragmentava simultaneamente. Enquanto a França de 1956, digamos, era, em muitos aspectos importantes, fundamentalmente similar à de 1856 — até mesmo na notável continuidade dos padrões geográficos de aliança política e religiosa —, a França de 1980 pouco se

assemelhava ao país de apenas dez anos antes. Não parecia haver mais onde se apoiar — nada de mitos, glórias, camponeses. Como Pascal Ory exprimiu com ironia melancólica, no verbete “Gastronomia” em *Realms of Memory* (Reinos de memória), “Será a cozinha francesa a única coisa que sobrar, quando todo o resto for esquecido?”.⁸

O ambicioso projeto de Pierre Nora nasceu nesta época de dúvida e perda de confiança. Chega a haver nele uma certa urgência — todos os pontos de referência fixos estavam desaparecendo, a “estabilidade ancestral” desaparecia. O que antes fora a vida cotidiana estava a caminho de se tornar um objeto histórico. As estruturas centenárias da vida francesa, dos padrões agrícolas a procissões religiosas, das recordações locais transmitidas de uma geração para outra à história nacional capturada em prosa e pedra, tudo estava desaparecendo ou havia desaparecido. Ainda não eram história, mas não faziam mais parte de uma experiência nacional compartilhada.

Havia uma necessidade premente de capturar o momento, de retratar uma França que transitava incômoda do passado vivido para o histórico, de modo a fixar historicamente um conjunto de tradições nacionais que se movia para além do reino da memória vivida. *Lieux de mémoire*, como Nora diz em seu ensaio introdutório, “existem porque não há mais *milieux de mémoire*, o ambiente no qual a memória realmente faz parte da experiência cotidiana”. E o que são os *lieux de mémoire*? “[Eles] são vestígios fundamentais [...] os rituais de uma sociedade sem rituais; incursões fugazes do sagrado num mundo desencantado: vestígios de lealdades paroquiais numa sociedade que se esforça para apagar todos os paroquialismos.”⁹

Les Lieux de mémoire é uma empreitada esplêndida, e muito francesa. Entre 1984 e 1992 Pierre Nora reuniu quase

120 pesquisadores, em sua maioria franceses (todos, exceto alguns historiadores profissionais), e os incumbiu de capturar, em 128 verbetes, o que é (ou era) ser a França. O critério de inclusão mudou com o tempo. O primeiro volume a ser publicado lida com *La République*, e trata das formas simbólica, monumental, comemorativa e pedagógica da vida republicana na França moderna, sendo o Panteão de Paris um exemplo notável. O segundo volume — três vezes maior do que o predecessor — aborda *La Nation* e trata de tudo: geografia, historiografia, símbolos e encarnações da glória (Verdun, Louvre), importância das palavras (Academia Francesa), imagem do Estado (Versalhes, Estatísticas Nacionais etc.). O terceiro volume — *Les Frances* — é maior do que os dois primeiros juntos e contém quase tudo que se pode associar razoavelmente com a França e que não havia sido incluído nos dois primeiros volumes.

Em 1992, portanto, o projeto havia rompido as amarras e assumido ares enciclopédicos. O foco metodológico dos primeiros volumes se perdeu, também. No prefácio de Nora para a edição em língua inglesa o contraste com a introdução ao primeiro volume francês, publicado 12 anos antes, é revelador: “Um *lieu de mémoire* é qualquer entidade significativa, seja de natureza material ou não material, que por força da vontade humana ou obra do tempo tornou-se um elemento simbólico da herança memorial de uma dada comunidade (neste caso, a comunidade francesa).” É difícil pensar em algo — qualquer lugar, nome, evento ou ideia — que não se encaixe. Como um comentarista estrangeiro observou, “No final, o leitor estrangeiro perde o fio da meada. Existe alguma coisa que não seja um ‘*lieu de mémoire*’?”.¹⁰

PIERRE NORA SEMPRE INSISTIU que seu projeto pretendia ser uma espécie de história anticomemorativa, desconstruindo, por assim dizer, os mitos e memórias que registra. Mas ele

aceita contrariado, em seu ensaio que conclui o volume final, que a obra teve um destino estranho: a Comemoração a absorveu, e ela é agora uma espécie de *lieu de mémoire* acadêmica por sua própria conta. Existem três razões para isso. Primeiro, Nora é uma figura poderosa na vida intelectual francesa, e para sua obra monumental ele obteve a colaboração de alguns dos maiores pesquisadores franceses; seus ensaios são pequenas obras-primas, contribuições clássicas ao assunto. Previsivelmente, os volumes adquiriram parte do status — e as desvantagens — de uma obra de referência.¹¹

Em segundo lugar, o antigo “cânone” nacional da memória histórica — aquilo que contava como parte da herança, ou *patrimoine* francês — desmoronou. Este é o tema de Nora. Em suas palavras: “A dissolução da moldura unificadora do Estado-nação explodiu o sistema tradicional que era sua expressão simbólica concentrada. Não há superego comemorativo: o cânone desapareceu.” Da mesma forma, enquanto a herança nacional foi um dia cuidadosamente controlada por seu valor pedagógico e estético, hoje qualquer coisa e tudo serve como material para a memória e a comemoração.¹²

Este processo acelerou-se visivelmente em 1988 graças ao ministro da Cultura de Mitterrand, Jack Lang, cujas adições politicamente orientadas à lista de itens protegidos no *patrimoine culturel* da França (previamente limitada a marcos como a Pont du Gard ou os baluartes de Philip de Bold em Aigues-Mortes) incluíram um presépio provençal do século XIX e uma bancada de mármore no Café du Croissant, no qual o líder socialista Jean Jaurès bebeu a última xícara de café antes de seu assassinato, em julho de 1914. Em um requintado toque pós-moderno, a fachada decadente do Hôtel du Nord, no Quai de Jemappes de Paris, foi acrescentada ao *patrimoine* nacional numa nostálgica

homenagem ao filme popular de mesmo nome de Marcel Carné, embora o filme inteiro tenha sido rodado em estúdio.

Esta recuperação de “itens para comemoração” de variedade aleatória é um forte testemunho do colapso da continuidade do tempo e da memória numa cultura até então centralizada, e Nora certamente tinha razão ao invocá-la na explicação da origem de seu *Lieux de Mémoire*. Mas o que constituía novidade nos anos 1980 hoje é lugar-comum, um tropo padrão nos estudos da memória e da tradição em sociedades dinâmicas. Como resultado paradoxal, a própria recuperação e registro heroicos das memórias e comemorações, por Nora, não é tanto um ponto de partida para uma nova maneira de pensar o assunto quanto um objeto em si, reconhecidamente destinado à veneração: “vale uma viagem.”

A terceira razão para a curiosa trajetória desses volumes é que, apesar das muitas conclusões brilhantes dos ensaios de Nora, a obra como um todo não se mostra segura de si; o que começou como exercício melancólico de autoanálise encerra-se com uma nota curiosamente convencional, quase enaltecadora: “Nesses símbolos descobrimos verdadeiramente os ‘reinos da memória’ em sua maior glória.”¹³ Trata-se provavelmente de uma reflexão fidedigna da mudança de espírito na França nos anos transcorridos desde que Nora projetou sua obra — da sensação de perda à sensação de orgulho nostálgico —, mas parece estranho que uma obra sobre história se torne tão emocionalmente vinculada a seu objeto de estudo. Nora insistiu com firmeza que ele não queria que esses volumes fossem apenas “um passeio turístico nos jardins do passado”,¹⁴ mas é isso mesmo que correm o risco de se tornar.

Inevitavelmente, também, há partes do jardim que sofrem de inexplicável negligência, mesmo sob o olhar abrangente do editor. Não há verbete em nenhum dos

volumes de *Les Lieux de Mémoire* sobre Napoleão Bonaparte e seu sobrinho Luís Napoleão, ou mesmo sobre a tradição política do *bonapartisme*, por eles legada à nação. Isso é bizarro. Como Chateaubriand ressaltou em *Memórias do Além-túmulo*, sobre a anacrônica coroação de Carlos X em 1824: “Mais uma vez a figura do Imperador se projeta sobre o resto. Ela está por trás de todos os eventos e todas as ideias: as páginas desta época baixa se contraem com a visão de suas águias.”¹⁵ Chateaubriand não era um observador neutro, não estamos mais em 1824, mas seu comentário ainda vale: por bem ou por mal, a França está impregnada pela herança de Bonaparte. Dos Invalides ao Arco do Triunfo, do *Code civil* aos periódicos namoros com generais políticos, da paralisante desconfiança republicana de um poder executivo forte à organização das coleções de arquivos departamentais, o espírito de Napoleão continua entre nós.

Similarmente, qualquer visitante da Paris moderna é beneficiário (ou vítima) das ambições de Luís Napoleão e seu Segundo Império. O Louvre de hoje é o Louvre de Luís Napoleão, apesar de todos os esforços de Mitterrand. A rede de transporte parisiense nasceu das ambições imperiais, frustradas ou não. No caso de Luís Napoleão, a falta de interesse direto por ele e seu regime mostrada pela coleção de Nora também pode refletir uma falta de interesse maior pelas cidades, planejamento urbano e urbanismo em geral: um cuidado excessivo em registrar o caso de amor da França por seus camponeses e sua terra talvez explique isso.¹⁶

Nenhum estudo dos *Lieux de Mémoire* para a Europa como um todo poderia negligenciar Napoleão Bonaparte — suas batalhas, leis, depredações, seu impacto involuntário nas sensibilidades nacionais ressentidas nos Países Baixos, Itália e Alemanha. “Boney vai levar você, se não comer tudo/for dormir” era uma ameaça popular, dirigida a

crianças desobedientes em muitas áreas da Inglaterra e da Espanha, em tempos relativamente recentes, ao alcance da memória. E sua ausência da coleção de Nora é portanto um lembrete importante do quanto a obra foi centrada nos franceses, inclusive em seus silêncios.¹⁷ Mais de uma vez Nora enfatiza que a França não é apenas completamente única, ela é indescritivelmente especial. “A França”, aprendemos, tem “uma história mais opressiva que a de qualquer outro país europeu”.¹⁸ Realmente? Alemães e russos, pelo menos, talvez apresentem objeções; idem para os poloneses.

Só a França, somos estimulados a acreditar, possui história e memória em escala suficiente para justificar e preencher as expectativas de *Les Lieux de Mémoire*. Além disso, para Nora, “a França é [...] uma ‘nação da memória’ no mesmo sentido em que os judeus, por muito tempo desprovidos de um país e um Estado, sobreviveram através da história como um povo de memória”. E — só para reforçar o argumento — só em francês, ao que consta, alguém pode falar em *lieux de mémoire*. “Nem em inglês, nem em alemão ou espanhol encontramos uma equivalência satisfatória. Esta dificuldade de transposição para outras línguas não sugere um tipo de singularidade?”¹⁹ Segundo Marc Fumaroli, em “The Genius of the French Language” (O gênio da língua francesa), esta distinção linguística tem a ver com a tradição retórica francesa, herdada diretamente do latim. Os italianos supostamente a compartilham também; mas talvez falte a eles a história opressiva indispensável, certo? Como dizem os italianos (não há tradução francesa satisfatória): *magari*.

Seriam as características especificamente francesas de *Les Lieux de Mémoire* — o livro e as coisas em si — um impedimento insuperável para a tradução? Não: a versão para o inglês, cujo terceiro volume foi publicado em junho (os dois volumes anteriores saíram em 1996 e 1997), é um

marco editorial por seu próprio mérito. É bela e fartamente ilustrada como o original, e a tradução de Arthur Goldhammer é maravilhosa — sensível aos diferentes estilos dos diversos colaboradores, totalmente segura e erudita na utilização da grande variedade de termos técnicos e históricos. Os livros são uma delícia de ler, tanto em inglês quanto em francês.**

Até o título apresenta um salto imaginativo intercultural. *Lieu*, em francês, é normalmente traduzido como “place” ou “site”, em inglês. Portanto, para *lieux de mémoire* se poderia dizer “memory-sites” ou “places of memory” (como em “places in the heart” — um lugar no coração —, talvez). Mas Nora revela a clara intenção de fazer com que seus *lieux* indiquem conceitos, palavras e eventos, além de lugares reais, e a concretude do termo “place” em inglês não é aceitável. “Site” poderia servir, mas há tantos lugares reais estudados na obra de Nora que o termo poderia ganhar uma espacialidade equivocada. “Realms of memory” tem problemas opostos, claro — “realm” — reino — em inglês moderno conservou apenas os usos mais aristocráticos de sua contrapartida francesa, *royaume*, sendo muito abstrato, diluindo portanto parte da ênfase em solo e território que é tão importante para a memória francesa. Mas, no que diz respeito aos consensos interculturais, é elegante e sugestivo.

Inevitavelmente ocorrem algumas perdas. Nora sabiamente reduziu o número total de artigos de 128 para 44, embora tenha mantido a maioria dos textos longos. Ficaram de fora, lamentavelmente, alguns dos ensaios que melhor capturavam o espírito original da empreitada: Jean-Paul Poisson, por exemplo, sobre “o escritório do notário”, uma característica de todas as cidades pequenas da França, parte do ciclo de vida de quem quer que tivesse propriedades para herdar, legar ou contestar — o que significa uma larga parcela da população; ou o artigo de Jacques Revel sobre “a região”, um elemento constitutivo

crucial na geografia moral e mental de cada habitante da França. Mas esses, a exemplo de outras colaborações não incluídas na edição inglesa, apresentam maior interesse para o leitor francês — para quem elas são exatamente um reino da memória. Talvez por esta razão a maioria dos cortes tenha sido feita nos volumes intermediários sobre “a Nação”, cujas memórias e interesses mais profundos são menos acessíveis a estrangeiros.

O que o leitor inglês tem, como resultado, é algo bem mais próximo do espírito do volume III, *Les Frances* — cuja estrutura é usada para reagrupar os ensaios traduzidos. Alguns poucos ensaios sobre a terra e a topografia francesas foram mantidos, mas restaram poucas descrições de *rites de passage* sociais ou educacionais — como o recebimento do *bachot* no *lycée* ou ser aceito numa *grande école* — ou as colaborações esclarecedoras das origens do fascínio francês por sua própria herança. O interesse original de Nora em *Lieux de Mémoire* como o Sacré Coeur em Montmartre ou o feriado nacional de 14 de julho como objetos comemorativos para estudo foi portanto diluído, e o resultado é uma coleção de ensaios de alta qualidade sobre os temas históricos mais convencionais: divisões e tradições políticas e religiosas; instituições, datas, prédios e livros importantes.

Dentro desses limites, a nova tradução torna disponíveis aos leitores de língua inglesa alguns dos melhores ensaístas franceses da atualidade: Jacques Revel, sobre a corte real; Mona Ozouf, sobre “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”; Jean-Pierre Babelon, sobre o Louvre; Alain Corbin, sobre “Divisões do Tempo e do Espaço”; Marc Fumaroli, sobre “O Gênio da Língua Francesa”, entre outros.

Revel e Corbin, especialmente, abordam seus temas com extrema competência acadêmica: respectivamente, são o presidente da École des Hautes Études en Sciences Sociales (e por muito tempo editor da publicação *Annales*) e o ocupante da cátedra mais importante de história da França,

que sabem usar seu conhecimento e posição com elegância. Alain Corbin, que já escreveu sobre uma variedade de assuntos, desde o atraso econômico em Limousin até a história da prostituição, ilustra as divisões de tempo e espaço com uma notável superabundância de exemplos. Jacques Revel cita novamente a narrativa nacional subjetiva da vida cortesã no início da França moderna, mas a recheia com tantas alusões, sutilezas e significados que uma história tão conhecida parece contada e compreendida pela primeira vez.

Até mesmo os ensaios menos felizes — como o de Antoine Compagnon sobre *Em Busca do Tempo Perdido*, em que o autor é confrontado com o personagem precocemente autorreferente do reino da memória da obra-prima de Proust — ainda dão prazer na leitura, graças ao humor e à percepção privilegiada. O mais impressionante de tudo talvez seja o modo como os colaboradores todos conseguem lançar uma luz sobre a compacta gama de temas existente no âmago de qualquer tentativa de compreender o passado francês e a própria França.

O primeiro desses é a imensa antiguidade e continuidade ininterrupta da França e do Estado francês (oitocentos anos, na estimativa mais modesta), e a correspondente longevidade do hábito de exercer a autoridade e o controle a partir de um centro. Não se trata apenas de uma questão de poder político, a conhecida propensão dos governantes franceses de todos os matizes ideológicos de agregar a eles o máximo de soberania e domínio. No ensaio sobre Reims, Jacques le Goff ressalta que a catedral da cidade — local tradicional da coroação dos reis franceses — é uma obra-prima gótica “clássica”, antes de comentar que “na história francesa, ‘clássico’ refere-se normalmente à imposição de controles ideológicos e políticos”.²⁰

A urgência em classificar e regulamentar tudo, da atividade econômica ou da linguagem ao teatro ou à

comida, é o que vincula a esfera pública na França com as práticas culturais e pedagógicas. Não por acaso o *Guia Michelin* (verde) divide de maneira autoritativa todos os possíveis lugares de interesse em três: interessante, vale um desvio, vale uma viagem. Nem é um acidente que o *Guia Michelin* (vermelho) siga a mesma divisão tripartite para restaurantes — ambos herdaram a prática da retórica e filosofia “clássica” francesa, que também se estendeu à teoria dramática e à argumentação política. Como nota Pascal Ory, a “codificação” na França é um *lieu de mémoire* por si.

Bem como a religião. A cristandade — o cristianismo católico — estabeleceu-se na França há tanto tempo que Nora não hesita em tratá-la, juntamente com a monarquia e os camponeses, como essência do verdadeiro ser francês. Todos os ensaios sobre religião em *Realms of Memory* têm uma característica sólida, engajada: Claude Langlois chega a superar Nora, alegando que, “em termos de monumentos, a lição é clara: a França ou é católica, ou é secular. Não existe meio-termo”. André Vauchez, que redigiu um belo ensaio sobre catedrais, provavelmente concordaria com ele — está sinceramente comprometido com seu assunto, defendendo contra os filisteus da época a condição apropriadamente simbólica e transcendente da grande catedral. Mas, no contexto da coleção, Vauchez não encontrou grandes dificuldades — como Proust afirmou: “As catedrais não são apenas os mais finos ornamentos de nossa arte, como também os únicos que continuam ligados ao propósito para o qual foram construídos” — uma asserção hoje ainda mais válida do que em 1907, quando Proust a fez.²¹

Mas a França não é apenas católica ou secular — é, e tem sido, protestante e judaica também, assim como atualmente é também islâmica. Os judeus e protestantes foram bem contemplados nos ensaios de Pierre Birnbaum e

Philippe Joutard incluídos na obra, sendo os dois mais ponderados e menos convencionais do que as contribuições sobre os católicos, talvez por serem obrigados a trabalhar contra o veio historiográfico e nacional. Joutard mostra a importância da memória da vida protestante francesa, tão marcante que os protestantes em comunidades rurais têm uma memória coletiva dos eventos antigos mais forte do que a de seus vizinhos católicos, mesmo nos casos em que os católicos foram mais atuantes e diretamente afetados pelos eventos em questão. E seu ensaio sobre a longevidade da memória das vítimas é um recado implícito ao editor de que a ênfase excessiva no caráter católico normativo do espírito francês pode resultar em novas formas de negligência. Não há registro nessas páginas para o massacre dos protestantes no dia de São Bartolomeu, em 1572 — uma “data memorável” francesa inapelável.

Se o catolicismo ocupa o “centro” da memória francesa, e as minorias e heréticos a “periferia” cultural, o mesmo contraste maniqueísta se reproduziu numa rica variedade de instâncias sociais e geográficas. Desde tempos imemoriais a França é um país dividido: entre norte e sul, ao longo da linha que vai de Saint-Malo a Genebra, favorecida pela geografia econômica do século XIX como marco divisório entre a França moderna e a atrasada; entre falantes de francês e falantes de patoás regionais desprestigiados; entre corte e campo, direita e esquerda, jovem e velho (é significativo que a idade média dos membros da Assembleia Legislativa da Revolução Francesa de 1792 fosse de apenas 26 anos), e, acima de tudo, entre Paris e as províncias.

As “províncias” não são a mesma coisa que o campo — a *campagne* na França vem mantendo sua conotação positiva na França há séculos, enquanto que “provincial”, desde o surgimento da corte, tem sido um termo depreciativo direto. Na iconografia subliminar da França o campo é habitado por camponeses sólidos, presos à terra por geração após

geração. Mesmo hoje, Armand Frémont, autor do ensaio “A Terra”, em *Realms of Memory*, não resiste a uma reação tipicamente francesa a seu tema: “A terra foi domesticada sem violentar os ritmos naturais, sem as transformações da paisagem em larga escala, como se vê às vezes em outros países”; a paisagem francesa exhibe uma “harmonia incomparável” etc. O sentido da perda hoje, conforme a França rural desaparece de vista, é palpável.²²

Ninguém, no entanto, lastima “as províncias”. O típico “provinciano” veio de uma cidade pequena e convencionalmente era retratado como alguém que abriga a melancólica esperança de “se dar bem” em Paris — a não ser que tivesse ficado em casa com a apática ilusão de que a vida em seu mundinho restrito era de algum modo real e suficiente. De Molière a Barrès, esta é a premissa tragicômica padrão das letras francesas. Ela reflete, obviamente, um amplo preconceito compartilhado tanto por provincianos quanto pelos parisienses: que tudo de importante acontece em Paris (por isso 92% dos estudantes sob a monarquia “burguesa” de 1830 a 1848 foram recrutados nas províncias). A capital, portanto, era capaz de sacar do resto (provinciano) da nação praticamente toda a vida e energia. Grande parte da história francesa, da economia política da Versalhes de Luís XIV até o apelo ideológico atávico do idílio rural antipariense do marechal Pétain e as preferências residenciais dos professores franceses pode ser melhor e mais rapidamente compreendida quando esta polaridade fundamental é reconhecida.

A conotação pejorativa de “provincial” se contrasta nitidamente com a tradicional afeição francesa pelos camponeses e pela terra, e também pelo conceito da França, do jeito que é mapeado no próprio território. Aqui, claro, o “tradicional” deve ser entendido como algo bem recente — foi no século XIX, especificamente nos primeiros

anos da Terceira República, de 1880 a 1900, que o mapa da França foi projetado com tanto sucesso sobre a alma coletiva da nação. Importantes obras pedagógicas de história e geografia (a *Histoire de France*, de Ernest Lavisse, o *Tableau de la Géographie de France*, de Paul Vidal de La Blache, ambos discutidos em *Realms of Memory*) fornecem a gerações de professores franceses os instrumentos com os quais inculcar a sensibilidade cívica aos filhos da nação.²³

O *Tour de la France par Deux Enfants* (A volta da França por duas crianças) (publicado em 1877, leitura obrigatória para todos os estudantes nas décadas seguintes) e o *Tour de France* ciclístico (iniciado em 1903, ano do lançamento do *Tableau* de Vidal de La Blache) seguiram bem de perto a rota tradicionalmente percorrida pelos artesãos itinerantes (*compagnons*) em seu próprio *Tour de France* no passado. Graças a esta contiguidade de tempo e espaço — real e elaborado — os franceses de 1914 possuíam um sentimento único incomparável pela memória de seu país, por suas fronteiras, sua variedade e sua topografia, conforme prescrito pela cartografia oficial do passado e do presente nacionais. É a passagem deste “sentimento”, e da realidade que ele refletia, por mais tendenciosa que seja, que Nora registra e lamenta nessas páginas.

Os esforços pedagógicos do início da Terceira República — proclamada em 1870, depois que Napoleão III foi capturado pelos prussianos — foram compreensivelmente mais apreciados nas províncias desfavorecidas do que na capital do país. Em uma pesquisa de 1978 os cinco nomes de ruas mais populares da França eram République, Victor Hugo, Léon Gambetta, Jean Jaurès e Louis Pasteur: dois políticos da Terceira República, o famoso cientista “republicano”, o poeta francês cujo funeral em 1885 destacou-se como comemoração pública republicana, e a própria República. Mas esses nomes de ruas aparecem com mais frequência

nas comunidades provincianas do que em Paris, onde há uma tendência oposta marcante na direção de nomes não políticos ou vinculados ao *ancien régime*. O conformismo cívico da república do final do século XIX refletia e reassegurava o espírito da vida nas cidades pequenas.

Após 1918, quando chegou a época de comemorar as enormes perdas francesas na Primeira Guerra Mundial, o culto republicano aos mortos na guerra, chamado por Antoine Prost de religião civil da França entreguerras, foi visivelmente mais intenso nas províncias, e não só por ter sido maior o número de perdas nas aldeias e vilarejos. A Terceira República e tudo que ela defendia eram mais importantes nas cidades e vilarejos das regiões e departamentos franceses do que na Paris urbana e cosmopolita: a perda desta herança, portanto, é sentida lá com mais intensidade.²⁴

A experiência e a lembrança da guerra no nosso século é um indício importante da herança fragmentada da França, e talvez mereça mais atenção do que recebeu em *Realms of Memory*. Nas palavras de René Rémond: “De 1914 a 1962, por quase meio século, a guerra nunca esteve ausente da memória francesa, de sua consciência e identidade nacional.”²⁵ A Primeira Guerra Mundial pode ter sido moralmente amena, mas por um longo tempo deixou cicatrizes profundas demais para serem tocadas: além dos 5 milhões de homens mortos ou feridos, restaram centenas de milhares de viúvas de guerra e seus filhos, para não falar na paisagem devastada no nordeste da França. Por várias décadas a Primeira Guerra Mundial permaneceu no purgatório, digamos: lembrada, mas raramente celebrada. Só bem recentemente os campos de batalha da frente ocidental tornaram-se locais de comemoração mais confiante — quando se entra no departamento de Somme as placas oficiais na estrada dão as boas-vindas a quem chega na região, lembrando que sua trágica história (e seus

cemitérios) fazem parte da herança local e merecem uma visita: algo assim seria impensável há poucos anos.²⁶

Mas a Segunda Guerra Mundial, para não mencionar as “guerras sujas” na Indochina e Argélia, carregam mensagens e memórias mais confusas e ambivalentes. Se Vichy é hoje um *lieu de mémoire* para estudiosos e polemistas, para a maioria dos homens e mulheres franceses o lugar ainda não emergiu inteiramente do confinamento ao olvido em que foi atirado em 1945: “quatro anos a serem riscados de nossa história”, nas palavras de Daniel Mornet, promotor no julgamento do marechal Pétain. O passado do século XX, em resumo, não pode ser facilmente substituído por uma história mais antiga e longa, cuja passagem é registrada e celebrada na coleção de Nora.

Não se trata apenas da proximidade demasiada do passado recente. O problema é que a terra, os camponeses e até a Igreja (mas não a monarquia) sobreviveram até bem depois de 1918, e até de 1940, embora outros elementos não tenham sobrevivido. Na primeira metade da Terceira República, de 1871 até a Primeira Guerra Mundial, não houve dificuldade na absorção dos troféus do passado real antigo pela república atual e confiante. Mas não há nada de muito glorioso ou confiante na história francesa desde 1918, apesar dos heroicos esforços de De Gaulle; apenas sofrimento estoico, declínio, incerteza, derrota, vergonha e dúvida, seguidos quase que imediatamente, como vimos, por mudanças sem precedentes. Essas mudanças não podem desfazer as memórias recentes, mas parecem apagar — e nisso Nora certamente tem razão — a herança antiga, deixando apenas recordações perturbadoras e confusão no presente.

Esta não foi a primeira vez que a França teve oportunidade de olhar retrospectivamente para a sequência terrível de turbulência e dúvida — os homens que construíram a Terceira República após 1871 tiveram de

forjar um consenso cívico e uma comunidade nacional na esteira de três revoluções, duas monarquias, um império, uma república de vida curta, uma guerra civil, uma derrota militar de monta, tudo no curto período de uma vida. Eles foram bem-sucedidos por ter uma história a contar sobre a França, capaz de unir passado e futuro numa única narrativa, e contaram essa história com firme convicção a três gerações de futuros cidadãos.

Seus sucessores não conseguiram repetir o feito — basta lembrar o caso lamentável de François Mitterrand, presidente da França nos anos 1980 e metade dos anos 1990. Nenhum governante francês desde Luís XIV dedicou-se com tanto afincado a comemorar as glórias do país e tratá-las como suas; seu reino foi marcado por uma constante acumulação de monumentos, novos museus, memoriais, inaugurações solenes, sepultamentos e homenagens póstumas, isso sem falar nos esforços gargantuescos lapidares para assegurar seu próprio lugar na futura memória nacional, do Arco da Defesa no Oeste de Paris à TGB (Très Grande Bibliothèque — biblioteca muito grande) na margem sul do Sena. Mas o que havia tornado Mitterrand bem conhecido, até a véspera de sua morte, além da habilidade florentina de sobreviver no poder por tanto tempo? A incapacidade de lembrar e reconhecer completa e exatamente seu próprio papel como ator menor em Vichy — um sinistro reflexo individual exato do vazio existente na memória nacional.

Os franceses, a exemplo de seu ex-presidente, não sabem o que fazer de sua história recente. Nisso, repito, não são muito diferentes de seus vizinhos do Oriente, ou de outros lugares. Mas na França essas coisas pareciam tão simples, e o contraste é responsável por causar o nível audível de desconforto presente na grande obra de Nora. Além disso, creio, explica sua justaposição de história e memória que citei antes. Memória e história costumavam se mover em uníssono — interpretações históricas do passado francês,

por mais críticas que fossem, tratavam dos mesmos elementos que a memória pública. Isso, claro, ocorria porque a memória pública era por sua vez moldada pelos relatos oficiais da experiência nacional que extraía seu sentido de uma historiografia marcadamente consensual. E por oficial quero dizer acima de tudo pedagógica — os franceses aprendiam suas memórias — um tema ressaltado na coleção de Nora pelos ensaios sobre a história francesa como era contada nos livros escolares do século XIX.

Agora, no ponto de vista de Nora, história e memória perderam o contato, tanto com a nação quanto uma com a outra. Ele tem razão? Quando viajamos pelas *autoroutes* francesas e lemos as placas didáticas, o que está realmente acontecendo? Não faria muito sentido nos dizer que estamos vendo a catedral de Reims, nos aproximando do local da batalha de Verdun ou passando nas imediações do vilarejo de Domrémy, por exemplo, a não ser que já saibamos por que esses lugares apresentam tamanho interesse, uma vez que isso os painéis não informam. Sua compreensão depende do conhecimento que o passante já havia adquirido — na escola. Não precisamos ser informados a respeito do “significado” dos lugares, eles adquirem sentido a partir de uma narrativa conhecida, que confirmam com sua presença. E portanto a narrativa tem de vir primeiro; caso contrário, eles não fazem o menor sentido.

Lieux de mémoire — “reinos da memória” — não podem, em resumo, serem separados da história. Não há placa de informação na *autoroute* para dizer quando a pessoa passa por “Vichy” (em comparação com uma placa indicando a saída da cidade). Isso não se dá por “Vichy” ser divisivo (Joana d’Arc, nascida em Domrémy, é afinal de contas um símbolo altamente litigioso; no momento, o preferido da Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen), e sim porque os franceses não possuem uma narrativa à qual possam anexar “Vichy” e dar ao termo um significado consensual,

comunicável. Sem tal narrativa, sem uma história, “Vichy” não tem lugar na memória francesa.

No final, então, não importa realmente que a “velha” França tenha desaparecido para sempre, ou que, na frase de Armand Frémont, o Estado esteja “reimprimindo o poema da sociedade rural francesa” em “ecomuseus” e parques temáticos rurais, embora muito se tenha perdido. Isso não chega a ser novidade — sempre houve esquecimento e lembrança, invenção e abandono de tradições, pelo menos desde os anos românticos do início do século XIX.²⁷ O problema em viver numa era de comemoração não é que as formas da memória pública proposta sejam falsas ou kitsch, seletivas ou mesmo paródicas. Numa tentativa deliberada de simultaneamente recordar e superar os monarcas Valois, a Versalhes de Luís XIV era todas essas coisas e um pastiche antecipado de cada *lieu de mémoire* que a sucedeu até os dias atuais. É assim que a herança e a comemoração funcionam.

A novidade, pelo menos na era moderna, é a negligência da história. Cada memorial, cada museu, cada alusão comemorativa resumida alude a algo no passado que deveria despertar em nós os sentimentos adequados de respeito, arrependimento, tristeza ou orgulho funciona de maneira parasita sobre a presunção de conhecimento histórico: não a memória compartilhada, mas uma memória compartilhada da história como a aprendemos. A França, como outras nações modernas, vive do capital pedagógico investido em seus cidadãos em décadas anteriores. Como Jacques e Mona Ozouf concluem desolados em seu ensaio sobre o clássico educacional de Augustine Fouillée, *Le Tour de France par deux enfants*: “O *Tour de France* serve como testemunho do momento da história francesa no qual tudo era investido em escolas. Perdemos completamente a fé no reino da pedagogia, por isso o retrato precisamente elaborado de Mme. Fouillée nos parece tão desfocado.”²⁸

No momento, ao menos, os temas de Pierre Nora ainda são material para o estudo dos *lieux de mémoire*. Mas, a julgar pelo virtual desaparecimento de narrativa histórica do currículo dos sistemas escolares, inclusive do norte-americano, talvez chegue o tempo em que, para muitos cidadãos, grande parte de seu passado comum será constituída por algo mais semelhante a *lieux d'oubli*, reinos do esquecimento — ou melhor, reinos da ignorância, uma vez que haverá muito pouco para esquecer. Ensinar as crianças, como fazemos hoje, a assumir uma postura crítica perante as versões do passado transmitidas serve para quase nada, uma vez que não *há* mais uma versão transmitida.²⁹ Pierre Nora está certo, afinal — a história pertence a todos e a ninguém, daí sua alegada autoridade universal. Como qualquer alegação, ela será sempre contestada. Mas, sem ela, temos problemas.

A seleção de ensaios de Les Lieux de Mémoire, traduzidos por Arthur Goldhammer e publicados em 1988 pela Columbia University Press, foi resenhada por mim no New York Review of Books em dezembro daquele ano. Desde então a University of Chicago Press publicou uma seleção diferente de ensaios da mesma obra francesa, com o título Rethinking France (Repensando a França), tornando disponíveis em inglês alguns ensaios que não haviam sido incluídos na coleção da Columbia. Contudo, as traduções de Goldhammer são nitidamente superiores.

NOTAS

¹ James E. Young, *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning* (New Haven, CT: Yale University Press, 1993), p. 5. Ver também Daniel Sherman, "Art, Commerce and the Production of Memory in France after World War I", em John R. Gillis, *Commemorations: The Politics of National Identity* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994), p.186-215.

- ² Milan Kundera, *Testaments Betrayed: An Essay in Nine Parts* (Nova York: HarperCollins, 1995), p.128.
- ³ Saul Friedländer, *Nazi German and the Jews*, vol.I, *The Years of Persecution, 1933-1939* (Nova York: HarperCollins, 1997); Henry Rousso, *The Vichy Syndrome: History and Memory in France Since 1944* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991).
- ⁴ Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire* (Paris: Gallimard, 1984-1992), vol.1, p.3.
- ⁵ *Les Lieux de Mémoire. Vol.1, La République; Vol.2, La Nation; Vol.3, Les Frances*, todos sob direção de Pierre Nora. Além da tradução resenhada aqui, quatro volumes dos temas Estado, espaço, culturas e tradições, e historiografia, serão publicados pela University of Chicago Press.
- ⁶ Philippe Burrin, “Vichy”, em *Realms of Memory*, vol.1, p.182.
- ⁷ “Na França [...] a intensidade do fenômeno [da comemoração — TJ] deve menos aos acidentes cronológicos do que à riqueza do repertório histórico francês, à natureza radical do rompimento revolucionário e à reflexão memorial à qual o país foi condenado pelo sentimento de que deixou de ser um lugar onde a história em grande escala é feita. Pierre Nora, “The Era of Commemoration”, em *Realms of Memory*, vol.3, p.610.
- ⁸ Pascal Ory, “Gastronomy”, em *Realms of Memory*.
- ⁹ Nora, “Between Memory and History”, em *Realms of Memory*, vol.3, p.6-7.
- ¹⁰ “En fin de parcours, le lecteur étranger perd le fil. Qu’est-ce qui n’est pas lieu de mémoire?” Pim den Boer, “Lieux de mémoire et l’identité de l’Europe”, em *Lieux de Mémoire et Identités Nationales*, org. Pim den Boer e Willem Frijhoff (Amsterdã: Amsterdam University Press, 1993). Ver também Pierre Nora, “Preface to the English-language edition”, em *Realms of Memory*, vol.1, p.xvii.
- ¹¹ Nora, além de professor respeitado, é diretor editorial da Gallimard, principal editora francesa, responsável por *Le Débat*, a mais importante publicação intelectual. Ele se valeu do trabalho de alguns de seus colaboradores mais próximos para este empreendimento.
- ¹² Nora, “The Era of Commemoration”, em *Realms of Memory*, p.614.
- ¹³ Nora, “Introduction” ao volume 3 de *Realms of Memory*, p.xii.
- ¹⁴ Pierre Nora, “La notion de ‘lieu de mémoire’, este-elle exportable?”, em *Lieux de Mémoire e Identités Nationales*, p.9.
- ¹⁵ Chateaubriand é citado por Jacques Le Goff em “Reims, City of Coronation” em *Realms of Memory*, vol.3, p.245.
- ¹⁶ Por um belo exemplo do que se pode fazer ao estudar cidades e metrópoles como lugares de memória (ou esquecimento) ver Sophie de Schaepdrijver, “Bruxelles, ‘lieu sans identité’ ou le sort d’une capital incertaine, voué à l’imitation,” em *Lieux de Mémoire e Identités Nationales*, p.90: “Le sort de Bruxelles est, je crois, examplaire de ce qui se passe lorsqu’une ville devient lieu d’oubli, lieu d’une course à la modernité qui n’est freinée par nul instinct de conservation (car au nom de qui conserverait-on?).” (A sorte de Bruxelas é,

creio, um belo exemplo do que acontece quando uma cidade se torna local de esquecimento, de um ímpeto modernizador que não é detido por nenhum instinto de conservação — pois em nome de que se conservaria?)

- 17 Embora alguns colaboradores, notadamente Pascal Ory, façam um esforço deliberado para adotar uma perspectiva comparativa. Como ele escreve, “Não faz sentido acumular supostas referências gastronômicas fora de contexto, tiradas de fontes gaulesas ou romano-gaulesas, a não ser que se possa mostrar, por métodos similares, que outros povos são diferentes em algo”. Ory, “Gastronomy”, em *Realms of Memory*, p.450.
- 18 Nora, “Generation”, em *Realms of Memory*, vol.1, p.528.
- 19 Nora, “Introduction” ao volume 3 de *Realms of Memory*, p.xii; ver também “La notion de ‘lieu de mémoire’, est-elle exportable?” em *Lieux de Mémoire et Identités Nationales*, p.4: “Ni l’anglais, ni l’allemand ni l’espagnol ne peuvent lui donner d’équivalent satisfaisant. Cette difficulté à passer dans d’autres langues n’indique-t-elle pas déjà une manière de spécificité?”
- 20 Jacques le Goff, “Reims, City of Coronation”, em *Realms of Memory*, p.211.
- 21 Claude Langlois, “Catholics and Seculars”, em *Realms of Memory*, vol.1, p.116; Proust é citado por André Vauchez em “The Cathedral”, *Realms of Memory*, vol.2, p.63.
- 22 Armand Frémont, “The Land”, em *Realms of Memory*, vol.2, p.25, 34. Em 1976, Georges Duby e Armand Wallon editaram uma história da França rural acadêmica sem concessões, em quatro volumes, por vários autores, desde a época antiga até o presente (*La Fin de la France Paysanne* foi o título melancólico do último volume). Tornou-se um best-seller nacional.
- 23 “Dans ce livre, tu apprendras l’histoire de la France. Tu dois aimer la France, parce que la nature l’a faite belle, et parce que son histoire l’a faite grande.” (Neste livro você aprenderá a história da França. Você deve amar a França porque a natureza a fez bela, e porque a história a fez grande.) Do frontispício da edição de 1912 da *Histoire de France (cours moyen)* de Ernest Lavisse, reproduzido em *Realms of Memory*, vol.2, p.168.
- 24 Antoine Prost, “Monuments to the Dead”, em *Realms of Memory*, vol.2, p.328.
- 25 Ver René Rémond, “Mémoire des guerres”, em *Lieux de Mémoire et Identités Nationales*, p.266.
- 26 Na cidadezinha de Péronne, no centro dos campos de batalha de Somme, há hoje um “Historial” dedicado à história e memória da Primeira Guerra Mundial. Ao contrário dos museus do gênero, suas instalações não são meramente comemorativas, mas deliberada e constrangidamente históricas; elas oferecem interpretações de historiadores, por vezes controversas, e a partir das perspectivas alemãs e britânicas, além da francesa, de aspectos da experiência de guerra que não foram mostrados ou enfatizados nas evocações tradicionais da grandeza e da miséria da guerra.
- 27 Ver Armand Frémont, “The Land”, em *Realms of Memory*, p.28. Nos anos 1930 já havia uma sensação inquietante de que a França camponesa rumava

para o passado — o censo de 1929 havia revelado que, pela primeira vez, menos da metade da população nacional vivia em comunidades definidas como “rurais”. Várias exposições e feiras mostravam “modelos operacionais” de fazendas, ocupações artesanais e pequenas comunidades, e um grande esforço antecipatório foi dedicado a recordar e reproduzir um passado rural idealizado. Ver Shanny Peer, *France in Display: Peasants, Provincials, and Folklore in the 1937 Paris World's Fair* (Albany, NY: State University of New York Press, 1998), e James D. Herbert, *Paris 1937: Worlds in exhibition* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998).

²⁸ Jacques e Mona Ozouf, “Le Tour de France par Deux Enfants: *The Little Red Book of the Republic*”, em *Realms of Memory*, vol.2, p.148.

²⁹ Nas palavras de Patrick Hutton: “Nenhuma cultura pode se sustentar com autópsias das formas institucionais e modos de discurso de seu passado descartado.” Ver Patrick H. Hutton, *History as an Art of Memory* (Hanover, NH: University Press of New England, 1993), p.xxiv.

** A tradução resenhada, *Realms of Memory: The Construction of the French Past* é um resumo em três volumes publicado pela Columbia University Press em 1998.

O anão de jardim: Tony Blair e a “herança” britânica

Na primavera de 2001, durante um debate radiofônico da BBC sobre as iminentes eleições inglesas, um jovem jornalista expressou sua frustração. “Não concordam que não existe uma opção verdadeira?”, perguntou aos colegas que discutiam a questão. “Tony Blair acredita na privatização, assim como a sra. Thatcher.” “De jeito nenhum”, retrucou Charles Moore, editor do (conservador) *Daily Telegraph*. “Margaret Thatcher acreditava na privatização. Tony Blair gosta de gente rica, apenas.” E realmente é assim, e, embora o chiste de Moore não aborde diretamente a questão, ele aponta, talvez inadvertidamente, para algo grave na Inglaterra atual.

Duas semanas após este diálogo, Blair e seu Novo Partido Trabalhista venceram a eleição geral inglesa sem muito brilho, superando o malfadado William Hague e seus moribundos Conservadores por esmagadora maioria. Ele jamais poderá admitir, mas sua famosa vitória, bem como muitas outras coisas na luminosa carreira política de Blair, só foi possível graças a uma tripla herança da sra. (hoje lady) Thatcher. Primeiro, ela “normalizou” o desmanche radical da presença do setor público na indústria e nos serviços e sua substituição por uma Grã-Bretanha “privatizada” à qual Blair entoava elogios entusiasmados. Segundo, no processo ela arrasou o antigo Partido Trabalhista e facilitou a tarefa dos que buscavam reformá-lo: Blair só precisou colher a recompensa do trabalho deles. Terceiro, sua aspereza e intolerância a discordâncias e

dissidências rachou seu próprio partido e inviabilizou sua vitória eleitoral. Os britânicos nunca se importaram muito com ela ou sua política, mas admitiam de má vontade admirá-la por seu estilo, tolerando-lhe excessos e excentricidades. Seus sucessores, John Major e William Hague, não tiveram a mesma liberdade de ação.

Mesmo assim, o desempenho do Novo Trabalhismo deixou a desejar. Pela primeira vez na história britânica moderna, as abstenções (41% do eleitorado) superaram amplamente os que votaram no partido vencedor (25%). Havia boas razões para votar nos trabalhistas: o governo de Blair introduziu o salário mínimo, enfrentou um nível desgraçadamente alto de pobreza infantil na Grã-Bretanha, assumiu uma postura firme e honrada em relação ao Kosovo e defendeu o cancelamento ou a redução das dívidas do terceiro mundo. Havia também argumentos aceitáveis para o voto contrário: o escândalo da Cúpula do Milênio, fisiologismo político, relacionamento próximo com doadores do partido, condução desastrosa da crise da febre aftosa e a situação constrangedora da educação pública, do sistema nacional de saúde e das ferrovias.

Muita gente simplesmente não foi votar. Aventaram diversas explicações possíveis para isso. Caracteristicamente, os adeptos de Blair selecionaram as mais aceitáveis: segundo a baronesa Jay, líder trabalhista na Câmara dos Lordes, as pessoas evitaram as cabines de votação por estarem “contentes” com a prosperidade (um eco imprudente da alegação do primeiro-ministro conservador Harold Macmillan em 1959 de que o povo britânico “nunca estivera tão bem”). Mesmo que fosse verdade, isso acrescenta pouco brilho às conquistas de Blair. Ele herdou uma economia estável e um ambiente econômico internacional benevolente; o melhor que se pode dizer a respeito de seu primeiro governo é que ele não desperdiçou suas vantagens. Entretanto, 24 horas após a vitória, alguns membros trabalhistas do parlamento

propunham uma solução para a apatia eleitoral: o voto, sugeriram, deveria ser obrigatório.

A insinuação de coerção moralista — o governo sabe o que é melhor para todos — é uma das coisas que as pessoas consideram de mau gosto no triunfalismo dos adeptos de Blair. Mas este não é o problema real. O que parece incomodar mais está na artificialidade de Tony Blair e de sua política. Ele não acredita em privatização (mas também não é contra ela...), ele apenas gosta de gente rica. Fala em devolução, mas como primeiro-ministro ele vive notoriamente obcecado pelo controle. É um populista que evita o contato direto com os eleitores (basta ver sua palpável contrariedade e irritação quando confrontado com questões imprevistas ou desaprovação durante as aparições cuidadosamente orquestradas). Em um discurso pré-eleitoral ele exortou os trabalhistas a “não trabalhar em nosso próprio proveito”, mas sim “fazermos o que for possível pelo país” (até seus amigos consideram isso excessivo). Ele transmite um ar de profunda crença, mas ninguém sabe bem no quê.¹ Ele não é sincero, mas Sincero.

Não há nada de programado na falta de autenticidade de Tony Blair. Ele a atingiu honestamente, pode-se dizer. O antigo trabalhismo defendia a classe trabalhadora, os sindicatos, o papel predominante do Estado e um socialismo nostálgico de uma Inglaterra menor, de William Morris e os Webb. Seu líder, Michael Foot, o conduziu à catástrofe eleitoral de 1983 com um programa político tão insensato e anacrônico que um porta-voz do próprio trabalhismo cunhou o apelido famoso de “o maior bilhete suicida da história”. Blair sempre considerou que sua tarefa primordial era deixar tudo isso bem para trás. *Seu* trabalhismo era assumidamente “novo”. Há frequente menção a gênero, mas nenhuma a classe.² Blair experimentou vários rótulos de identificação sugestivos — “Terceira Via”, “Grã-Bretanha Cool” — cuja mensagem em comum é juventude e

novidade. Não deixa claro o que significa realmente — fala-se muito na necessidade de ser “pós-tribal” e inclusivo. De todo modo, o que conta são as aparências.

Em Londres isso parece funcionar. É um truísmo internacional do momento que Londres está novamente “agitando”. Tornou-se próspera, progressiva, cosmopolita: uma meca financeira e cultural de nível internacional etc. Entre os jovens europeus lá é o lugar para ir. E algo estranho ocorreu com os londrinos propriamente ditos — eles parecem acreditar mesmo em tudo que ouvem falar a respeito da cidade, o que pode explicar o sucesso dos trabalhistas. Os cockneys céticos e zombeteiros foram trocados por uma cidade cheia de chefes de torcida cívicas. Ninguém sério nega que a capital inglesa é cara e populosa demais, que seu sistema de transporte é inadequado, que as classes trabalhadoras não conseguem pagar a moradia e que o sistema de esgotos vitoriano foi perigosamente dilapidado. Mas os londrinos de hoje alimentam contentes uma forma de dissonância cognitiva: Sim, é tudo verdade, admitem — mesmo assim, Londres está “de volta”.

Há uma pátina superficial de prosperidade na Londres contemporânea, uma energia reluzente, high-tech, que faz outras capitais europeias se sentirem um pouco balzaquianas e deselegantes, assim como Tony Blair parece fresco e voltado para o futuro quando comparado a alguns de seus equivalentes continentais. Mas o brilho tem dois centímetros de profundidade. O contraste entre a afluência particular e a miséria pública é na verdade maior do que em qualquer outra época que eu lembre. Quanto à afirmação frequentemente repetida de que Londres (e por extensão a Grã-Bretanha) se tornou novamente grande por causa do crescimento da iniciativa privada e da redução da debilitante dependência do Estado, isso não passa de hipocrisia. Os londrinos de hoje, como todos na Grã-Bretanha, podem estar empregados no setor privado, mas continuam tão dependentes do Estado quanto antes.

Numa economia caracterizada por salários relativamente baixos para todos, com exceção de uma minoria, com custos fixos altos para todos, as pessoas dependem do governo para educação, saúde, transporte, recursos e lazer. Mesmo seu emprego no “setor privado” em si é frequentemente garantido pelo apoio estatal, na forma de renúncia fiscal e subsídio direto. E, numa era de insegurança no emprego, um grande número de pessoas tem, num momento ou noutro, necessidade de recorrer à assistência aos desempregados. Esta é a verdade escondida dos londrinos: em parte pela retórica de Blair, em parte pelo ultravisível mas pouco representativo mundo das instituições financeiras do centro. Contudo, tudo fica bem mais claro quando se conhece a região ao norte da capital.

Das dez regiões administrativas da Inglaterra apenas três (Londres, Southeast e East Anglia) atingem ou superam a renda per capita média nacional. Todo o resto é mais pobre, bem mais pobre. O nordeste da Inglaterra, em 2000, tinha um produto interno bruto per capita de apenas 60% do de Londres. Depois de Grécia, Portugal, Espanha rural, sul da Itália e dos antigos países comunistas, a Grã-Bretanha é o maior beneficiado atual dos fundos estruturais da União Europeia — um modo de dizer que partes da Grã-Bretanha estão entre as regiões mais destituídas da UE.

Os números saudáveis no emprego na Grã-Bretanha estão distorcidos pelo tamanho desproporcional de sua capital: o desemprego no norte da Inglaterra continua muito próximo dos piores níveis da Europa continental. Para os jovens ele é camuflado pelo trabalho fictício patrocinado pelo Estado e por esquemas de treinamento pelos quais Blair pode receber o crédito. Entretanto, muitos homens acima dos 40 anos, particularmente nas antigas cidades têxteis, mineiras e siderúrgicas de South Yorkshire e Lancashire, jamais encontrarão outro emprego fixo. A Grã-Bretanha de Tony Blair não lhes oferece nada que valha seu voto. Na área solidamente trabalhista de Barnsley Central,

no coração do território mineiro de carvão de South Yorkshire, só duas de cada cinco pessoas se deram o trabalho de depositar seu voto na urna em 2001.

Mesmo que Tony Blair e seus novos trabalhistas soem falsos até para seus eleitores tradicionais, eles mesmo assim refletem algo de verdadeiro a respeito do país como um todo. Barnsley foi um dia uma importante cidade mineira. Trinta anos atrás a cidade respirava carvão — literalmente. Hoje, no mercado coberto de Barnsley, os negócios mais dinâmicos são conduzidos por uma banca que não vende nada além da nostalgia local (para residentes de Barnsley — não aparecem turistas): fotos e gravuras antigas, livros com títulos como *Memories of Old Doncaster* (Memórias da Antiga Doncaster) *The Golden Years of Barnsley* (Os anos dourados de Barnsley) e similares. Eles são praticamente as derradeiras lembranças de um mundo que só recentemente foi perdido, e já está quase esquecido.³

Por fora, o centro de Barnsley foi eviscerado. Como quase todas as cidades que vi em recente visita à região, Barnsley teve seu centro removido e substituído por calçadões espalhafatosos rodeados de prédios de estacionamento de concreto. Nas manhãs dos dias úteis de julho as ruas se enchem de famílias que olham vitrines sem poder comprar, e de jovens que perambulam em turma. Ninguém parece estar indo a lugar algum. Placas do “Olde-worlde”, o velho mundo, conduzem o visitante aos locais da herança do século XIX de Barnsley. A estação de trem não existe mais. Em seu lugar encontra-se uma “Central de Viagens” sem graça. Trens decrépitos a diesel passam pela “Central” com o logotipo da Arriva, a companhia que conquistou a concessão da ferrovia local graças à promessa não cumprida de investimentos privados nos serviços de transporte regionais.

Em 17 de junho de 2001, a poucos quilômetros de Barnsley, a “batalha de Orgreave” foi reencenada para a televisão. O confronto de junho de 1984 entre os mineiros grevistas e a polícia foi o mais violento dos muitos enfrentamentos que marcaram a disputa entre Margaret Thatcher e Arthur Scargill e a União Nacional dos Mineiros naquele ano. Desde então muitos mineiros estão desempregados — alguns tomaram parte (remuneradamente) na encenação. Parece notável, e algo estranho, que um confronto tão desesperado e político já esteja recebendo um tratamento de “herança”. Foram necessários trezentos anos para que os ingleses resolvessem reencenar a batalha de Naseby, da Guerra Civil, a poucas horas ao sul; Orgreave foi refeita para a televisão apenas 17 anos depois.

Barnsley aparece com destaque em *O Caminho para o Píer de Wigan*, de George Orwell, no qual ele escreveu páginas inesquecíveis sobre a tragédia do desemprego na classe operária britânica. Em Wigan propriamente dita hoje há até um píer (Orwell notou sua ausência num comentário famoso), e também uma placa na rodovia encorajando a visita ao local.⁴ Ao lado do canal Leeds-Liverpool, recuperado, encontra-se o museu *The Way We Were* e o *The Orwell at Wigan Pier*, um pub genérico dos anos 1980 que vende hambúrgueres e batata frita. Os “terríveis cortiços da zona norte” se foram — não só da paisagem de Wigan como também, pelo jeito, da memória local: *Memories of Wigan 1930-1970* (Memórias de Wigan, 1930-1970), à venda no museu, exibe fotos muito boas de lojas e vendedoras, mas os poços das minas e os trabalhadores cujas condições levaram Orwell a visitar a região e deram a Wigan sua duvidosa fama não recebem menção alguma.

A capacidade inglesa de simultaneamente invocar e negar o passado — sentir uma nostalgia genuína por uma herança falsa — é, creio, algo único. Representa, hoje, um

expurgo com amplitude nacional da memória.⁵ E a notável diligência com que a indústria, a pobreza e os conflitos de classe têm sido oficialmente esquecidos e enterrados, de modo que as profundas diferenças sociais sejam negadas ou homogeneizadas, e mesmo o passado mais recente contestado e disponível apenas em reproduções plásticas nostálgicas, é o que torna Tony Blair plausível. Ele é o anão do Jardim do Esquecimento inglês. Muitos eleitores britânicos, quando respondem a pesquisas sobre seu primeiro-ministro, dizem que o consideram insincero e falso; para alguns, chega a ser desonesto — fala qualquer coisa que o interlocutor queira escutar. Mas o aceitam assim mesmo — de todo modo, não acham nada melhor na praça. Até fora de Londres existe algo em Blair que soa verdadeiro — ele é o líder inautêntico de uma terra inautêntica.

Se isso soa duro, basta olhar para o próprio Blair. Sem posar, apanhado de surpresa pela câmera, ele exhibe um olhar nervoso, atormentado. Afinal de contas, ele é um político inteligente e dotado, certamente deve ter algum senso de sua fragilidade, e da fragilidade da condição de seu país. Seja qual for a retórica sobre as perspectivas que aguardam esta nova Grã-Bretanha, Blair sabe que seu sucesso político fortuito apenas adiou o ajuste de contas. Surfando na onda da sra. Thatcher, o Novo Trabalhismo conseguiu deslocar o passado com sucesso; e a próspera indústria da herança britânica substituiu adequadamente “o passado”. O debate sobre o futuro, porém, mal começou; e, de um modo curiosamente inglês, está sendo conduzido pela crise nas ferrovias.

HÁ CERCA DE CENTO e vinte museus ferroviários e ferrovias a vapor na Grã-Bretanha, 91 deles apenas na Inglaterra. A maioria dos trens não vai a lugar algum, mesmo os que conseguem entrelaçar realidade e fantasia com descontração charmosa (no verão pode-se viajar com a

locomotiva Thomas the Tank pela linha Keighley-Haworth para visitar o presbitério de Brontë no West Riding de Yorkshire). Eles são visitados por centenas de milhares de pessoas, anualmente. Representam a face idílica dos trens britânicos, um outro mundo: perdido, mas autêntico.

Enquanto isso o sistema ferroviário real existente na Grã-Bretanha não passa de um pesadelo à luz do dia, como o *Le Monde* tripudiou recentemente. A Grã-Bretanha, e especialmente a Inglaterra, é um país pequeno, populoso. Os trens são essenciais e amplamente utilizados. Mas, exceto pelos investidores iniciais, e nem sempre por causa deles, as ferrovias raramente foram fonte de lucros; com a chegada do transporte rodoviário — comercial e particular — a maioria das antigas companhias ferroviárias entrou no vermelho, e em 1948 foi nacionalizada, agrupada na British Railways (depois British Rail). Algo similar ocorreu no restante da Europa.

Embora as ferrovias estatizadas na Europa continental desde então tenham sido alvo da atenção solícita dos governos e objeto de altos investimentos públicos a longo prazo, na Grã-Bretanha a nacionalização foi tratada (tanto pela esquerda quanto pela direita) como fim da história, e não um começo. Muito antes da sra. Thatcher, os governos e funcionários públicos consideravam os trens um item incômodo do orçamento, que deveria ser racionalizado e reduzido sempre que surgisse oportunidade. Como resultado, em seu derradeiro ano de existência, 1996, a British Rail proclamava orgulhosamente que recebia o menor subsídio ferroviário da Europa. Naquele ano os franceses planejavam um investimento ferroviário da ordem de £21 per capita; os italianos, £33; os britânicos, apenas £9.

Mesmo assim o governo conservador da época resolveu privatizar a British Rail. A perspectiva de dinheiro rápido resultante da venda de bens públicos para a iniciativa privada os estimulava; mas seu principal motivo era a

necessidade de seu primeiro-ministro, John Major, privatizar *alguma coisa* — a sra. Thatcher havia vendido praticamente tudo, e a privatização era o único programa do Partido Conservador. A rede integrada foi vendida em partes: linhas de trem para companhias de transporte ferroviário, equipamentos para outras empresas, trilhos e estações para uma nova companhia chamada Railtrack.

O resultado foi uma crônica de desastres anunciados. Em teoria, as companhias de transporte ferroviário competiriam nas linhas estabelecidas, aumentando a eficiência e reduzindo preços. Mas trens não são ônibus.⁶ Uma linha de trem, como uma tabela de horários, é um monopólio natural. As empresas ferroviárias privadas, na prática, recebiam acesso total a um mercado cativo. Enquanto isso a lógica do mercado era aplicada na manutenção, com os mesmos equívocos. A Railtrack perdeu todas as tarefas de manutenção e reparo (assim, milhares de engenheiros experientes perderam o emprego).⁷ Esses serviços foram terceirizados para outras companhias, que por sua vez subcontrataram mão de obra temporária sem especialização para reparos e inspeção dos trilhos.

Todos tinham interesse em cortar custos e adiar serviços não lucrativos que exigiam mão de obra intensiva. A Railtrack gastou dinheiro reformando estações — algo que todos podiam ver — e negligenciou a manutenção dos trilhos. A companhia era contratualmente obrigada a indenizar as companhias de transporte ferroviário se as obras nos trilhos atrasassem os trens; por isso, desestimulava inspetores de criar caso ou de recomendar a realização de reparos “não essenciais”. As companhias de transporte ferroviário, por sua vez, refizeram as grades para evitar penalização por descumprimento dos horários. Em poucos anos ficou óbvio que o livre mercado, longe de reduzir a ineficiência, tornara as estradas de ferro piores do que nunca.

E mais perigosas. Em outubro de 2000 um trilho gasto fez com que um trem expresso descarrilasse perto de Hatfield, no norte de Londres. Quatro passageiros morreram. O inquérito realizado trouxe à luz a negligência criminosa e o gerenciamento inadequado, bem como a confissão da Railtrack de que grande parte da rede nacional encontrava-se perigosamente próxima do colapso.⁸ As ações da Railtrack, como seria de esperar, caíram de quase £18 para £3,50. Portanto não há capital privado para consertar os estragos, e muito menos para investir em melhorias. Como consequência, o governo foi mais uma vez forçado a prometer pesados investimentos nas ferrovias, apesar de ter em teoria se desvencilhado desta responsabilidade havia apenas cinco anos.⁹ Enquanto isso, com muitos trens circulando com velocidade reduzida para evitar novos acidentes, a viagem de trem pela Grã-Bretanha está passando por um purgatório interminável, sem que se possa distinguir uma luz no fim do túnel.

Na oposição, os trabalhistas atacaram a privatização. Acertadamente, consideravam que a lei de Major de 1993, o Railway Act, era um absurdo impraticável, uma forma de dilapidar o patrimônio pela qual o governo retalhou um serviço público em lotes vendáveis, comercializou os lotes para obter dinheiro rápido e recusou-se a contemplar os custos humanos e econômicos de sua iniciativa. Uma vez no governo, porém, Blair se manteve curiosamente calado. Na verdade, encorajado pelo Tesouro (e por alguns dos mesmos servidores públicos do alto escalão que supervisionaram a privatização das ferrovias), ele pressionou com sucesso pela aplicação de um modelo similar ao da bem-sucedida venda do metrô de Londres.

As ferrovias privatizadas da Inglaterra não passam de uma piada de mau gosto. Os usuários dos trens pagam as tarifas mais altas da Europa pelos piores (e, pelo que se viu, mais perigosos) trens do Ocidente — e agora, como

contribuintes, estão pagando um subsídio anual tão grande quanto o que era pago quando o sistema pertencia ao Estado. Isso poderia ser tolerado se não fosse pela ampla consciência britânica do desenvolvimento de outros países. Pode-se hoje viajar de trem de Paris a Marselha, com mais conforto, em pouco mais de três horas. A mesma distância, na Grã-Bretanha (de Londres, digamos, a Pitlochry, na Escócia) exige o dobro do tempo, pelo menos, e custa o dobro. Houve apenas quatro descarrilamentos no insuperável TGV desde sua entrada em serviço, em 1981; houve 33 mortes nas ferrovias britânicas somente em 1999.

As estradas de ferro são um serviço público. Por isso os franceses investem pesadamente no setor (assim como alemães, italianos e espanhóis). Tratam o imenso subsídio dado ao sistema ferroviário como um investimento na economia local e nacional, bem como em ambiente, saúde, turismo e mobilidade social. Para alguns observadores ingleses e também uns poucos críticos franceses, esses subsídios representam perdas enormes inaceitáveis — difíceis de quantificar, pois estão escondidas nas contas públicas. Mas eles causam um impacto significativo no orçamento nacional. A maioria dos franceses não vê o caso assim, porém: para eles as ferrovias não são um negócio, e sim um serviço que o Estado proporciona aos cidadãos, pago pela coletividade. Um determinado trem, rota ou estação pode não dar lucro, mas o prejuízo é compensado por benefícios indiretos que equilibram a conta. Tratar trens como empresa que pode ser melhor administrada por empresários cujos acionistas esperam retorno em dinheiro para seu investimento significa incompreensão de sua verdadeira natureza.

A julgar pelas evidências disponíveis do outro lado do canal, os franceses parecem ter os melhores argumentos, de longe. Os trens, ademais, são um bom indicador do envolvimento do Estado em outros serviços públicos. Os franceses e os alemães gastam metade do que os britânicos

em serviços de saúde — isso apesar do tamanho do National Health Service, o serviço de saúde britânico, um dos maiores empregadores mundiais. Sei por experiência própria e de minha família que os sistemas de saúde da Itália e da Bélgica são bem melhores que seu equivalente britânico.

A resposta dos políticos ingleses¹⁰ para essas comparações embaraçosas tem sido apontar um dedo acusador para os impostos altos, o controle estatal e os gastos públicos na Europa continental. É *isso* que vocês querem?, perguntam. Pagarão um alto preço econômico. Tony Blair, em particular, transformou em fetiche a abordagem “contida” dos trabalhistas em relação aos gastos públicos. Seu governo na verdade gasta quase a mesma coisa em serviços públicos sociais, em termos de porcentagem do produto interno bruto, que o governo conservador tão criticado da sra. Thatcher em 1984 — um pouco menos em educação, um pouco mais em saúde. Ademais, ele e seus correligionários seguidamente acusam o setor público de ser ultrapassado e sem charme — quando comparado aos riscos e benefícios da iniciativa privada (daí sua admiração por empresários bem-sucedidos, já amplamente conhecida). Esta é uma das razões pelas quais os trabalhistas encontram hoje tanta dificuldade para recrutar professores, enfermeiras, médicos e policiais.¹¹

O ambiente está mudando, no entanto. Durante quatro anos Tony Blair sustentou a promessa da Terceira Via, um compromisso cuidadosamente equilibrado entre a iniciativa privada na tradição anglo-americana e a preocupação social ao estilo continental. Hoje pouco ouvimos falar na Terceira Via: seu profeta, o professor Anthony Giddens, tão onipresente no primeiro governo Blair, tem sido notado por seu silêncio. Desde o trauma nacional da crise ferroviária, o novo trabalhismo passou a se dedicar entusiasticamente a “promover” níveis europeus de serviços públicos... mas,

aparentemente, com níveis norte-americanos de imposto de renda. Isso não vai acontecer. Pode-se fazer qualquer coisa com o passado, mas o futuro, como a realidade econômica, é obstinado. Os britânicos caminham inexoravelmente rumo a uma escolha difícil.

Essa escolha costuma ser apresentada convencionalmente como a favor ou contra a adoção do euro, e de certo modo corresponde a isso. Mas a questão real não é o euro, mas a Europa — ou, mais precisamente, o modelo social europeu. Os ingleses (ao contrário dos escoceses) ainda não se sentem muito europeus — por isso o líder conservador William Hague alertava que “a libra” corria perigo, pensando em capitalizar o sentimento nacional em sua campanha, na eleição de 2001. Provavelmente não se sentirão europeus nunca. E um partido capaz de demonstrar que a Grã-Bretanha estaria melhor fora da Europa e de sua moeda pode muito bem aproveitar este sentimento num referendo sobre o tema. Mas o eleitorado tem algo bem diferente em mente.

Os novos trabalhistas alegam com razão que a Grã-Bretanha é uma sociedade pós-política (na verdade, pós-ideológica). Disso eles deduzem que as pessoas não se interessam por disputas doutrinárias a respeito do Estado e do mercado. Elas só querem algo que funcione — e aqui a ênfase cuidadosamente pragmática de Blair na mistura de setor público e lucro privado (por isso ele se contém mesmo quando confrontado com a confusão nas ferrovias privatizadas, um desastre que ele poderia legitimamente pôr na conta da incompetência conservadora, ou coisa pior). Minha impressão é que a Inglaterra em particular está se tornando uma sociedade pós-política.

Com isso quero dizer que Thatcher e Blair conseguiram extirpar com sucesso as antigas dicotomias entre esquerda e direita, Estado e mercado, de modo que muitos não se lembram mais por que devem se sentir inibidos em aprovar um retorno ao Estado. Por que, perguntam, não podemos

ter um sistema de transporte/ensino/saúde que funcione tão bem quanto o sueco, o francês ou o alemão? O que isso tem a ver com o mercado, a eficiência ou a liberdade? Os franceses são menos livres porque os trens lá funcionam? Os alemães são menos eficientes porque eles conseguem marcar uma consulta quando precisam?

Gordon Brown, chanceler do Tesouro (ministro das Finanças), construiu sua carreira política alegando que fez do trabalhismo o partido da responsabilidade econômica. Mas uma grande minoria dos eleitores britânicos não havia sequer nascido na última vez em que a Grã-Bretanha teve um governo trabalhista economicamente “irresponsável”. Para eles isso é história, e os eleitores não estão interessados na história. Se a “irresponsabilidade” econômica reduzir as longas filas de espera nos hospitais pavorosos, levar os trens a rodar com segurança a preços acessíveis, ou contratar um professor de matemática para a escola do seu filho, o que há de errado nisso?, indagam.

Esta é a real questão “europeia” para a Grã-Bretanha, e os políticos não conseguirão evitá-la indefinidamente. A imprensa alemã e francesa recentemente dedicou muita atenção aos problemas britânicos — uma revista alemã descreveu a Grã-Bretanha como “terceiro mundo”, em artigo de grande repercussão. Não é justo, mas é mais preciso do que os britânicos são capazes de admitir. E, *apesar* da opinião continental contrária muito difundida, os ingleses não são como os norte-americanos. Eles esperam um certo nível de serviço do Estado e se dispõem a pagar por ele. Por isso o Partido Liberal Democrata conseguiu ampliar sua votação nas eleições de 2001 defendendo o aumento de impostos para pagar serviços melhores.¹² Mais cedo ou mais tarde os políticos britânicos terão de fornecer serviços públicos satisfatórios a uma comunidade que deles depende — ou explicar por que não podem ou não querem fazer isso.

Blair talvez tenha sido capaz de postergar pensamentos tão incômodos porque, apesar do que todos dizem, os ingleses mudaram menos do que pensam. Os serviços públicos são frequentemente escassos e inadequados; o primeiro-ministro que elegeram é objeto de ampla desconfiança e ceticismo; sua malha ferroviária caiu nas mãos de um esquema absurdo, cinicamente implantado; os médicos hospitalares desfiam críticas devastadoras sobre o sistema de saúde falido, carente de profissionais; os próprios ingleses admitem que as pessoas vivem melhor na maioria dos outros países.¹³

Em praticamente qualquer outro país, tal nível de insatisfação pública resultaria politicamente letal. Na Inglaterra até agora não produziu nada pior que a apatia eleitoral.¹⁴ Há poucos meses, ouvindo passageiros exaustos num trem imundo se deleitarem mutuamente por quase duas horas com relatos de sofrimentos e frustrações nas mãos dos médicos, funcionários públicos e políticos, concluí que os ingleses não são apenas um pouco diferentes. Eles são incomuns. Talvez a baronesa Jay tivesse razão, no final das contas. Os ingleses estão contentes com seu quinhão arruinado. São o único povo capaz de sentir *schadenfreude* por seus próprios infortúnios.

Este ensaio, escrito em 2001, na sequência imediata da segunda vitória de Tony Blair nas eleições gerais, foi originalmente publicado no New York Review of Books, em julho de 2001. Desde então a trajetória de Blair, culminando com sua responsabilidade parcial pela invasão do Iraque em 2003 e a constrangedora e prolongada cérémonie des adieux, não forneceu elementos que justificassem uma revisão de minha opinião desfavorável sobre o homem e seu “legado”.

NOTAS

- ¹ Ele aparentemente é um cristão praticante, mas no campo das crenças isso faz pouca diferença na Grã-Bretanha contemporânea.
- ² Exceto quando pode ser explorado com objetivos demagógicos. Quando o Magdalen College de Oxford não ofereceu uma vaga a uma jovem formada na escola pública, e que foi admitida depois em Harvard, o governo e a imprensa sensacionalista disputaram para ver quem superava o outro em acusações de “elitismo” em Oxbridge. As duas principais universidades da Grã-Bretanha cederam, convenientemente, e prometeram melhorar no futuro.
- ³ Muitas cidades britânicas são “irmãs” de similares continentais — uma desculpa para políticos locais e administradores públicos tirarem férias grátis às custas do tesouro municipal. O único eco remanescente do passado proletário legítimo de Barnsley é uma placa enferrujada na entrada principal da cidade: “Barnsley: cidade irmã de Gorlavka, na Ucrânia.”
- ⁴ “Ora! O píer de Wigan foi demolido e nem mesmo o local onde se situava é hoje definido.” George Orwell, *O Caminho para o Píer de Wigan* (Londres: Penguin, 1989, publicado originalmente em 1937), p.68. Algo similar pode ser dito a respeito da Inglaterra atual...
- ⁵ Não só o norte recebeu tratamento de herança. No distrito cerâmico de West Midland, hoje em dia, pode-se aprender muito sobre o modo como Josiah Wedgwood fabricava sua louça; mas seria inútil procurar indícios do modo como os trabalhadores das fábricas viviam, ou por que chamavam a região de País Negro (Orwell conta que até a neve enegrecia com a fumaça expelida por uma centena de chaminés).
- ⁶ Não que o “mercado” funcione para ônibus, de todo modo. Em Londres e em outras metrópoles, ônibus privatizados competem uns com os outros nas principais avenidas, atrás de bons negócios fáceis. Mas ninguém quer assumir as linhas deficitárias do interior, muitas das quais foram suprimidas. Isso prenuncia o futuro do serviço postal britânico também, outro setor estatal a ponto de abrir as portas para as forças da competição, eficiência e lucro.
- ⁷ Um dos modos escolhidos pelas companhias ferroviárias privatizadas para ganhar dinheiro foi cortar custos de pessoal. Em 1997 restavam apenas 92 mil homens e mulheres empregados na rede ferroviária, contra 159 mil em 1992. Previsivelmente, um número desproporcional de demissões recaiu sobre engenheiros e pessoal da manutenção.
- ⁸ Para um relato incisivo do desastre de Hatfield e suas implicações, ver Ian Jack, *The Crash that Stopped Britain* (Londres: Granta, 2001). Neste livro excelente Jack mostra como os governos trabalhista e conservador, bem como as empresas privadas envolvidas falharam em cumprir suas obrigações, embora praticamente todos os responsáveis tenham escapado sem serem responsabilizados. Alguns assumiram funções em escalões superiores, mais bem remuneradas.

- ⁹ Em junho de 2000 o ministro dos Transportes de Blair anunciou com estardalhaço um programa de dez anos de investimento nos transportes no valor de £60 bilhões. A promessa continha algo típico de Blair em seu bojo: as letras miúdas explicavam que £34 bilhões deveriam vir de investimentos privados, e £10 bilhões representavam compromissos anteriores atualizados. Isso deixa apenas £16 bilhões para um período de dez anos — não chega a ser um avanço nos baixos níveis de investimento público que originaram a crise.
- ¹⁰ Políticos escoceses são diferentes. De Edimburgo o continente parece muito próximo, e a maioria dos escoceses não sente vontade de ver seu setor público reduzido.
- ¹¹ O setor público sofreu de outras maneiras, também. A BBC, num esforço desconsiderado para competir com o mínimo denominador comum da televisão comercial e por satélite, abandonou seu compromisso de instruir e informar (outro legado elitista vigorosamente condenado por seus mestres políticos). Hoje veicula uma mistura tipicamente inglesa de jardinagem, culinária, programas de perguntas e respostas, cuidados domésticos e comédias populares, intercalados com recordações nostálgicas de seus melhores dias. No pior, faz a gente lembrar de emissoras como a RAI-Uno italiana, sem as belezas.
- ¹² Os Liberal-Democratas aumentaram sua bancada para 52 cadeiras, com quase 19% dos votos, sua melhor performance desde a década de 1920. Como sempre, seu maior apoio veio dos profissionais liberais e dos eleitores de classe média do “cinturão celta”: Escócia, fronteira com o País de Gales e sudoeste da Inglaterra. Mas eles começaram a conquistar votos também na “Inglaterra média”, às custas tanto dos conservadores quanto dos trabalhistas. Seus líderes recentes (Paddy Ashdown e agora o jovem Charles Kennedy) são mais carismáticos que qualquer um dos grandes partidos, e sua disposição inédita de realmente *prometer* aumentos de impostos como preço a pagar pelo setor público melhorado foi considerada sinal de honestidade e credibilidade. Eles podem ser os grandes beneficiários do tão apregoado rompimento dos antigos hábitos eleitorais baseados em classe. Mas seu problema é que muita gente não vota neles por não acreditar que os Lib-Dems possam chegar a conquistar cadeiras em número suficiente para formar um governo: uma profecia que se autorrealiza. No sistema inglês de voto distrital, único turno, vitória do mais votado por distrito e tudo ao vencedor, os dois maiores partidos sempre se sairão melhor, conspirando silenciosamente para garantir que os terceiros colocados fiquem sempre de fora.
- ¹³ Durante o ano passado no próspero sul da Inglaterra perdi a conta do número de vezes que os jovens, em particular, ao saberem que eu era de Nova York, perguntavam: “E por que você quis *voltar* para cá?”
- ¹⁴ Não há indícios de uma revolta populista em qualquer dos dois extremos. Em Oldham — uma antiga cidade industrial em Lancashire onde confrontos raciais ocorreram pouco antes das eleições — é verdade que o Partido Nacional Britânico conquistou duas cadeiras locais, com cerca de 14% dos votos. Os

fascistas sempre conseguiram angariar alguns votos em áreas de ampla presença étnica. Oldham tem muitos asiáticos que foram levados para trabalhar na hoje defunta indústria têxtil. Em 1997 o mesmo partido conseguiu 7% dos votos num distrito do leste londrino com grande população bengalesa (que substituiu os judeus que antes residiam lá). Mas o voto neofascista na Grã-Bretanha é insignificante se comparado com o de Marselha ou Antuérpia. Nem mesmo a desesperada promessa conservadora de trancar todos os moradores de rua em centros de detenção obteve apoio popular adicional para eles.

O Estado desestatizado: A importância da Bélgica

A imprensa maltrata a Bélgica. País pequeno — do tamanho do País de Gales — com uma população de apenas 10 milhões, raramente atrai a atenção no estrangeiro; quando isso acontece, o sentimento que desperta é habitualmente de desprezo, por vezes aversão. Charles Baudelaire, que lá residiu por um curto período, nos anos 1860, dedicou considerável rabugice ao país. Suas ruminções sobre a Bélgica e seu povo ocupam 152 páginas de suas *Oeuvres Complètes*. A Bélgica, concluiu, é o que a França teria se tornado se fosse deixada nas mãos da burguesia.¹ Karl Marx, escrevendo em tom diferente, desprezou a Bélgica por ser o paraíso para capitalistas. Muitos outros eLivros e emigrantes passaram por ali; poucos tiveram boas coisas a dizer.

Não sou eLivros nem emigrante, mas também tive a oportunidade de passar um extenso período na Bélgica. Ao contrário da maioria dos visitantes temporários, porém, não fiquei em Bruxelas e sim num vilarejo flamengo não muito distante de Bruges; em contraste com grande parte dos estrangeiros transitórios atualmente residentes, eu podia alegar ao menos um vínculo tênue com o lugar, pois meu pai nasceu ali, em Antuérpia. A vida cotidiana da Flandres rural é calma, para dizer o mínimo; é apenas com tempo que a pessoa se dá conta da alma inquieta e atormentada daquele pequeno recanto da União Europeia. A Bélgica tem muitas coisas que a valorizam, além das desabonadoras

virtudes exageradamente proclamadas da cerveja e dos waffles; mas sua qualidade mais saliente hoje é a demonstração que este pequeno país pode dar a respeito dos perigos que ameaçam os Estados do mundo inteiro.

Não é preciso passar muito tempo por lá para lembrar que durante a década passada a Bélgica foi uma cornucópia de escândalos. O mais recente, envenenamento em massa, pela cadeia alimentar local, por contaminação com dioxina (uma substância altamente tóxica) das rações de galinhas e porcos, o que esvaziou os supermercados dos vilarejos em junho passado — embora os visitantes de língua inglesa recebessem garantias firmes de que os riscos à saúde eram insignificantes se comparados com os associados à carne britânica ou ao milho norte-americano geneticamente modificado. Mas antes da dioxina a Bélgica já havia enfrentado outros escândalos: lavagem de dinheiro, subornos e propinas nos altos escalões, assassinatos políticos, sequestros, pedofilia, assassinato de crianças, incompetência política e corrupção administrativa em larga escala.

Tudo isso aconteceu numa minúscula e próspera região do noroeste da Europa cuja capital nacional serve também de sede para a “Europa” (cujas burocracias ficam em grande parte segregadas da Bélgica por um gueto de concreto e vidro pavoroso). Metade da população do país — que fala flamengo — o dividiu e federalizou ao ponto de quase extinção, enquanto a outra metade, os valões de fala francesa, não possuem identidade própria; não surpreende que tenham surgido sugestões de que a Bélgica podia muito bem sumir. Faria diferença? Quem se importaria?²

A necessidade de a Bélgica existir é uma questão muito debatida, mas sua existência é mais do que um acidente histórico. O país surgiu em 1831, com o apoio das grandes potências da época — França, Prússia e Grã-Bretanha, entre outras — que não queriam vê-lo sob domínio de qualquer

um dos outros. O território que ocupa foi (e continuará sendo) o campo de batalha da história europeia. A Gallia Belgica de César estendia-se transversalmente na linha que separava os territórios galo-romanos dos francos. Quando o império de Carlos Magno desmoronou no século IX, o “Reino do Meio”, estrategicamente situado entre os territórios que depois se tornariam a França e a Alemanha, emergiu como objetivo territorial cobiçado durante todo o milênio seguinte. Os reis valões, Bourbons, Habsburgos (espanhóis e austríacos), Napoleão, holandeses, alemães prussianos e, mais recentemente, Hitler, todos invadiram a Bélgica e reclamaram partes do país para si, ocupando e governando o lugar por séculos, em alguns casos. Provavelmente há mais campos de batalha e outros marcos de guerras antigas e modernas na Bélgica do que em qualquer porção igual de território em qualquer lugar do mundo.

Os belgas, portanto, podem ser perdoados por um certo grau de incerteza quanto a sua identidade nacional. O Estado nascido na conferência de Londres, em janeiro de 1831, foi retirado do domínio holandês, ganhou um novo rei, inventado na Alemanha, uma constituição inspirada na francesa de 1791, e um novo nome. Embora o termo “Bélgica” tenha raízes antigas (o cronista Jean de Guise, no século XII, o atribuía a um monarca lendário, “Belgus”, de origem troiana), a maioria dos habitantes da região identifica-se apenas com sua comunidade local. Na verdade, a lealdade urbana ou comunal estava no centro daquilo que distingue o lugar de qualquer outro. Desde o século XIII as cidades flamengas se uniam para lutar contra as exigências fiscais e territoriais de nobres, reis e imperadores. Até hoje a Bélgica é o único país da Europa no qual a identificação da localidade imediata atropela a filiação regional ou nacional na imaginação popular.

O novo Estado belga se baseava em eleições muito restritas que confinavam o poder e a influência à burguesia comercial e industrial de fala francesa; na prática, o país

não se mantinha graças a um sentimento comum pela pátria, e sim por grupos sociais hierarquicamente organizados — “pilares” (*piliers* em francês, *zuilen* em holandês) — que substituíam o Estado-nação. Católicos e anticlericais em particular formavam comunidades distintas e antagônicas, representadas por partidos políticos católicos e liberais. Esses partidos, por sua vez, não serviam só para ganhar eleições e controlar o Estado, como também para mobilizar e canalizar energias e recursos de seu “pilar”. Em cada caso o eleitorado funcionava também como comunidade fechada, de maneira social, econômica e cultural.

Com o surgimento de um partido socialista nos anos 1880 que pretendia controlar a crescente classe trabalhadora, a “pillarização” da Bélgica em “famílias” liberais, católicas e socialistas se completou. Do final do século XIX até o presente, a vida pública e privada belga se organiza em torno destas três famílias distintas — com o antagonismo entre socialistas e católicos deslocando paulatinamente o anterior, entre católicos e liberais. Grande parte da vida cotidiana se organizou dentro de “nações dentro da nação”, hermeticamente separadas e abrangentes, e isso incluía creches, educação básica, grupos de jovens, cafés, sindicatos, acampamentos de férias, grupos de mulheres, cooperativas de consumo, seguros, sociedades de investimento, bancos e jornais.

Na época das eleições, especialmente após a expansão do sufrágio (estendido a todos os homens em 1919, e às mulheres em 1948), os governos só se formavam com coalizões criadas a duras penas entre os partidos que representavam esses pilares. Tais alianças eram tipicamente instáveis (houve 18 governos entre as duas guerras mundiais, e 37 desde 1945). Neste arranjo, as nomeações de políticos, juízes, funcionários públicos e até militares são feitas conforme critérios de “proporcionalidade”, ou seja, as vagas são destinadas a clientes e amigos dentro dos pilares,

conforme um complexo e corrupto sistema de conchavos e acordos.

Parte da história, claro, é conhecida em outros países. As “guerras culturais” da Alemanha Imperial e a instabilidade parlamentar da Quarta República francesa são exemplos, bem como o sistema *proporz* de nomeações públicas na Áustria atual, e a venalidade clientelista da Itália no pós-guerra (dois países também nascidos em circunstâncias constrangedoras e discutíveis). Mas a Bélgica possui duas características próprias. Primeiro, o abrangente sistema de troca de favores, que começa nas câmaras dos vilarejos e atinge o alto escalão do Estado, reduziu os partidos políticos a veículos para a distribuição de favores pessoais. Num país pequeno onde todo mundo conhece alguém em posição de fornecer alguma ajuda, a noção de um Estado autônomo, impessoal e neutro praticamente inexiste. Como o atual primeiro-ministro da Bélgica atualmente, Guy Verhofstadt, disse em meados dos anos 1980, a Bélgica é pouco mais do que uma cleptocracia partidária.

Segundo: acima, abaixo e na transversal das organizações sociais e divisões políticas da sociedade belga corre a tediosa linha de impedimento da linguagem. Na metade setentrional do país (Flandres, Antuérpia, Limburg e grande parte de Brabant, a região em torno de Bruxelas), fala-se holandês; na parte sul (“Valônia”, que se estende de Hainault no oeste a Luxemburgo no leste), francês. Residindo no vilarejo de Zedelgem, perto dos famosos pontos turísticos de Bruges e Ghent, a apenas vinte minutos da divisa com Hainault, de fala francesa, conheci muitos falantes do holandês que não sabiam (ou se recusavam) a falar francês; uma parcela muito maior da população de fala francesa do país ignora o holandês. Bruxelas, oficialmente “bilíngue”, é na prática um enclave de fala francesa no setor holandês. Hoje essas divisões são imutáveis, e correspondem de perto a uma linha ancestral dividindo

comunidades respectivamente submetidas ao domínio francês ou holandês.³

Suas origens, porém, são relativamente recentes. O francês, idioma da corte da monarquia dos Habsburgo, tornou-se a língua da elite administrativa e cultural de Flandres e Valônia durante o governo austríaco no século XVIII. Este processo foi reforçado pelos ocupantes franceses revolucionários e seus sucessores napoleônicos. Enquanto isso os camponeses de Flandres continuavam a falar (embora lessem e escrevessem com menos frequência) uma série de dialetos flamengos locais. Apesar de uma base linguística compartilhada, flamengos e holandeses viviam separados pela religião: a desconfiança dos católicos flamengos a respeito das ambições dos protestantes da monarquia holandesa contribuíram para seu apoio inicial a um Estado belga independente. A dominação pelos falantes de francês foi reforçada pela industrialização no início do século XIX; camponeses flamengos empobrecidos migraram para a Valônia, centro da riqueza belga em carvão, ferro e têxteis. Não é por acaso que hoje muitos valões de fala francesa têm nomes flamengos.

O Estado belga é francófono, mas o francês não foi imposto — a constituição de 1831 (Artigo 23) declara, na verdade, que os cidadãos belgas podem usar o idioma de sua preferência. O francês seria exigido apenas para assuntos legais e governamentais. Mas quando o movimento pelos direitos da língua flamenga e pela identidade flamenga ganharam força em meados do século XIX (a partir da Declaração dos Princípios Básicos do movimento flamengo em 1847), encontrou-se pouca dificuldade para demonstrar que na prática os falantes de holandês ou dos dialetos flamengos regionais estavam em aguda desvantagem no novo país. Não podiam ser julgados em seu próprio idioma. A educação secundária e superior era praticamente um monopólio; e a defesa dos interesses

dos falantes de francês era feita às custas dos cidadãos flamengos. Quando as importações de grãos norte-americanos começaram a competir e destruir o mercado nacional dos fazendeiros flamengos, o governo de Bruxelas se recusou a implantar a proteção tarifária por medo de represálias contra as exportações industriais (dos valões).

A combinação de direitos linguísticos e interesses regionais estava portanto presente desde o início, no ressentimento flamengo pela “dominação” francesa. Quando a reforma eleitoral de 1893 deu voto a um grupo crescente de cidadãos de fala holandesa do norte, em sua maioria solidamente organizados no âmbito do “ pilar ” social e político católico, o Estado foi obrigado a negociar suas exigências. Em 1913 o holandês já havia sido oficialmente aprovado para uso em escolas, tribunais e no governo local flamengo. Em 1932 um passo crucial foi dado, quando o holandês deixou de ser apenas permitido e tornou-se obrigatório nas escolas flamengas. A união de língua com religião — a criação de dois territórios administrativamente distintos com idioma próprio, unidos apenas pela sobreposição em Bruxelas — tornou-se inevitável.

Este processo, implícito na legislação sobre idiomas entre as duas guerras mundiais, foi adiado pela Segunda Guerra Mundial. Como na Primeira Guerra, ativistas flamengos radicais tentaram se aproveitar da ocupação alemã da Bélgica para promover o avanço da causa separatista. Nas duas ocasiões a derrota alemã os fez recuar. Após a Segunda Guerra Mundial, em particular, a lembrança da colaboração do ultraseparatista Vlaams Nationaal Verbond (VNV) desacreditou a causa flamenga por uma geração. Ao mesmo tempo a punição pós-guerra (desproporcionalmente flamenga) dos colaboradores provocou ressentimentos, assim como a abdicação do rei Leopoldo III em 1950. O comportamento ambivalente do rei durante a guerra o desonrou perante muitos belgas, mas um referendo em março de 1950 resultou numa votação nacional de 58% a

favor de sua manutenção (entre os votantes de fala holandesa, 72% votaram a favor do rei). Contudo, manifestações na Valônia e em Bruxelas, onde a maioria desejava a saída de Leopoldo, o forçaram a renunciar em favor de seu filho Balduino, deixando muitos flamengos ressentidos por verem o resultado das urnas, e sua preferência, desconsiderados.⁴

No entanto, o que finalmente condenou a unidade da Bélgica foi a virada na situação econômica. Onde a Valônia de fala francesa dominava houve um declínio acentuado. Durante os anos 1950, 200 mil empregos foram perdidos, pois as minas da região de Sambre-Meuse fecharam. Mineração de carvão, fabricação de aço, indústrias de ardósia e metalurgia, produção de têxteis — a base tradicional do poder industrial belga — praticamente desapareceram; a produção belga atual de carvão é inferior a 2 milhões de toneladas anuais, comparada a 21 milhões em 1961. Só o resíduo do que já foi o mais rendoso complexo industrial do continente permanece nas fábricas decrépitas dos vales de Meuse acima de Liège e nas instalações mineiras desertas e silenciosas em torno de Mons.

O país que construiu a primeira ferrovia da Europa continental (de Bruxelas e Malins) e que ainda possui a malha ferroviária mais densa do mundo desenvolvido agora tem pouco a exhibir além da taxa de desemprego na Valônia, uma das mais altas da Europa Ocidental. Em Charleroi e nos vilarejos industriais esquecidos do oeste, homens de meia-idade se reúnem sem ânimo em decadentes cafés escuros. Eles e suas famílias devem a subsistência ao sistema de previdência belga, generoso e bem defendido, mas estão condenados a uma vida desqualificada de aposentados involuntários, e sabem disso.

Flandres, neste meio-tempo, desabrochou. Sem impedimentos de uma indústria falida ou trabalhadores sem

qualificação, cidades como Antuérpia e Ghent floresceram com o crescimento do comércio e serviços tecnológicos, auxiliados por sua localização no centro da Europa, uma “banana dourada” que se estende de Milão ao mar do Norte. Em 1947, 20% da força de trabalho flamenga continuavam na agricultura; hoje restam menos de 3% de belgas de fala holandesa que tiram o sustento da terra. Há mais falantes de holandês do que de francês no campo (numa proporção de três para dois), e eles produzem mais e ganham mais por pessoa. Este processo pelo qual o norte belga superou o sul como região privilegiada e dominante vem ganhando velocidade desde o final dos anos 1950 — acompanhado por um aumento nas reivindicações dos flamengos por ganhos políticos compatíveis com seu novo domínio econômico.

As exigências foram atendidas. Em sete revisões da constituição em apenas trinta anos, o Estado único belga foi retalhado e reconstruído como um sistema federativo. O resultado é extremamente complexo. Há três “Regions”: Flandres, Valônia e “Bruxelas-Capital”, cada uma com seu parlamento eleito (além do parlamento nacional). Há três “Comunidades”: os falantes de holandês, os falantes de francês e os falantes de alemão (representados por aproximadamente 65 mil falantes de alemão que residem na Valônia Oriental, perto da fronteira alemã). Eles também têm seu próprio parlamento. As regiões e comunidades linguísticas não correspondem exatamente — há falante de alemão na Valônia, e cidades (ou partes de cidades) de fala francesa dentro de Flandres. Privilégios especiais, concessões e proteções foram estabelecidos para todos eles, gerando fontes de ressentimentos em todos os lados. Duas das regiões, Flandres e Valônia, são na prática monoglotas, com a exceção citada. Em Bruxelas, oficialmente bilíngue, 85% da população fala francês.

Adicionalmente, existem dez províncias (cinco em Flandres e Valônia), e elas também têm entidades

administrativas e governamentais. Mas a autoridade real encontra-se ou na região (em questões de urbanismo, ambiente, economia, obras públicas, transporte e comércio exterior) ou na comunidade linguística (educação, língua, cultura e alguns serviços sociais). O Estado nacional assume a responsabilidade pela defesa, relações exteriores, imposto de renda e a (imensa) dívida pública; também administra as cortes criminais. Mas os flamengos estão exigindo que o controle sobre impostos, seguridade social e justiça passe para as regiões. Se isso for concedido, o Estado unitário deixará de existir efetivamente.

A política desta revolução constitucional é complicada e ocasionalmente repulsiva. Pelo lado flamengo surgiram partidos nacionalistas radicais e separatistas. O Vlaams Blok (hoje Vlaams Belang), herdeiro espiritual do VNV, é atualmente o partido dominante em Antuérpia e em alguns subúrbios de fala holandesa ao norte de Bruxelas. Os partidos tradicionais de fala holandesa foram conseqüentemente forçados (ou tentados) a assumir posições mais sectárias. Similarmente, na Valônia e em Bruxelas, os políticos dos principais partidos de fala francesa adotaram uma linha mais dura em defesa da “comunidade” para contentar os valões ressentidos com o domínio flamengo da agenda política.

Como resultado, os principais partidos se dividiram de acordo com as linhas linguísticas e comunitárias: os Democratas Cristãos (desde 1968), os Liberais (desde 1972) e os Socialistas (desde 1978), todos existem em duplicata, com um partido flamengo e outro francófono de cada tipo; os Democratas Cristãos dominam a política flamenga, os Socialistas seguem poderosos na Valônia, e os Liberais são proeminentes em Bruxelas. O resultado é um aprofundamento do racha entre as comunidades, pois políticos e eleitores hoje se voltam apenas para seu “grupo”.⁵

Um dos momentos cruciais da “guerra linguística” ocorreu nos anos 1960, quando os estudantes falantes de holandês da Universidade de Leuven (Louvain) se opuseram à presença de professores e turmas francófonos numa universidade situada no Vlaams-Brabant de fala holandesa. Marchando sob o grito *Walen buiten!* (“Fora valões”), eles conseguiram dividir a universidade; os membros francófonos seguiram para o sul, para Brabant-Wallon, de fala francesa, e fundaram a universidade de Louvain-la-Neuve. Com o passar do tempo até a biblioteca universitária foi dividida, e seu acervo redistribuído, para mútua desvantagem.

Esses eventos, ocorridos entre 1966 e 1968, derrubaram um governo e ainda são lembrados entre os falantes de francês — assim como muitos flamengos continuam a se reunir anualmente no dia 29 de agosto, em Diksmuide, em Flandres Ocidental, para lembrar os soldados flamengos mortos na Primeira Guerra Mundial sob o comando de oficiais franceses cujas ordens não conseguiam compreender. O memorial erigido ali em 1920 exibe a inscrição “Alles voor Vlaanderen — Vlaanderen voor Kristus” (“Tudo por Flandres — Flandres por Cristo”). Na data nacional belga — 21 de julho, para comemorar a ascensão de Leopoldo de Saxe-Coburgo ao trono em 1831, como Leopoldo I da Bélgica —, as bandeiras ainda são estendidas na Valônia, mas raramente aparecem nos vilarejos arrumadinhos de Flandres. Reciprocamente, as autoridades flamengas decretaram em 1973 que sua data seria 11 de julho, em comemoração à vitória das cidades flamengas sobre o rei francês Filipe, o Belo, na batalha das Esporas de Ouro (Kortrijk), em 1302.

O desfecho de tudo isso é absurdamente incômodo. A correção linguística (e a constituição) exige hoje, por exemplo, que todos os governos nacionais, seja qual for sua orientação política, seja “equilibrado” entre ministros falantes de francês e holandês, sendo o primeiro-ministro o

único obrigatoriamente bilíngue (e que é tipicamente flamengo, portanto). A igualdade linguística na Cour d'Arbitrage (Corte Constitucional) é similarmemente compulsória, sendo a presidência anualmente alternada para contemplar a diferença linguística. Em Bruxelas os quatro membros da executiva da capital nacional se reúnem (falando a língua de sua escolha) para decidir questões de interesse comum; mas para os assuntos “comunitários” dos flamengos ou francófonos eles se reúnem dois a dois, isoladamente. Sempre que as verbas de Bruxelas são destinadas a ações “comunitárias” — escolas, por exemplo — elas devem ser usadas na proporção exata de 80:20, de acordo com a taxa oficial respectiva dos grupos linguísticos. Até os quadros informativos automáticos dos trens interregionais passam de francês a holandês (ou ambos, no caso de Bruxelas) quando cruzam as fronteiras regionais.

Como consequência, a Bélgica deixou de ser um, ou mesmo dois Estados, e sim uma colcha de retalhos desigual de autoridades duplicadas ou sobrepostas. Formar um governo é difícil: exige acordos multipartidários dentro e fora das regiões, “simetria” entre coalizões partidárias locais, provinciais, comunitárias, regionais e nacionais, maioria operacional nos dois grupos linguísticos majoritários e paridade linguística em todos os níveis políticos e administrativos. Quando um governo é formado, restam-lhe poucas iniciativas: até a política externa — em tese, responsabilidade do governo nacional — está, na prática, na mão das regiões, uma vez que para a Bélgica ela significa principalmente acordos comerciais, que são prerrogativa regional.

EXATAMENTE O QUE RESTA da Bélgica nisso tudo é incerto. Quem entra no país por rodovia pode ser perdoado por deixar de ver a placa que indica, constrangedoramente pequena, a “België” ou “Belgique”. Mas ninguém consegue ignorar a

placa colorida que informa a província (Liège, digamos, ou West-Vlaanderen) onde se entra, e muito menos os avisos (em holandês ou francês, jamais nos dois idiomas) indicando que você está em Flandres ou na Valônia. É como se os arranjos convencionais tivessem sido invertidos: as fronteiras internacionais do país são mera formalidade, e as internas, muito reais e importantes.

O preço que tem sido pago para apaziguar os separatistas e federalistas regionais e linguísticos é alto. Em primeiro lugar, há o custo econômico; não por acaso a Bélgica tem a taxa mais alta de dívida pública em relação ao produto nacional bruto da Europa Ocidental. Sai caro duplicar cada serviço, cada empréstimo, cada bolsa, cada placa. O hábito de usar dinheiro público (inclusive dotações da UE, uma rica fonte de favores provinciais e locais) em bases proporcionais para beneficiar a clientela dos diversos pilares tem sido adaptado para a política da comunidade linguística: ministros, secretários de Estado, suas equipes, orçamentos e amigos são universais, mas só na Bélgica eles existem ligados a um *doppelgänger* linguístico. O governo mais recente, inchado pela representação cuidadosamente equilibrada de cada interesse político e regional imaginável, não constitui exceção, ilustrando, como disse um comentarista político, “a surrealista inflação de ministérios e subdivisão de responsabilidades.”⁶

Mas o custo da peculiar política belga vai além da carga sobre o franco belga (um aceno vestigial da nacionalidade, condenado pela adoção do euro). O desapego belga pelo planejamento urbano — uma grave negligência que levou Bruxelas a se tornar uma metáfora para tudo que pode dar errado numa cidade moderna — não é novidade. Baudelaire, em 1865, já comentava sobre a *tristesse d’une ville sans fleuve*, pois os habitantes de Bruxelas haviam enterrado o rio local sob pedras e asfalto. Mas a desastrosa “renovação urbana” dos anos 1960 e o monumentalismo

sem alma do distrito “europeu” da atual Bruxelas servem de testemunho para uma combinação de incorporação imobiliária irrefreada com autoridade central delinquente que é caracteristicamente federalista por natureza — não há ninguém no comando, nem mesmo na capital.

O Caso da Dioxina, no verão de 1999 (“Chickengate”, para regozijo dos editorialistas do *Le Monde*), ilustra o mesmo problema. O aspecto perturbador do escândalo não foi apenas que um ou mais fornecedores de ração animal tenham ignorado as costumeiras precauções sanitárias e permitido a contaminação da cadeia alimentar com uma substância letal. Foi também o governo saber do fato havia semanas, sem contar à União Europeia ou a seus cidadãos; quando a notícia veio à luz, o governo de Bruxelas não fazia a menor ideia de como prevenir e impedir ocorrência similar no futuro. A principal preocupação do governo belga foi apaziguar e indenizar os fazendeiros furiosos pelos animais que tiveram de abater e pelas vendas perdidas; muitos fazendeiros flamengos pertencem ao Boerebond, uma poderosa organização do agronegócio flamengo, parte do “pilar” católico da política flamenga, e portanto uma base importante do primeiro-ministro Democrada-Cristão, Jean-Luc Dehane.

Na falta de supervisão governamental, a assustadora incidência de corrupção e suborno nos altos escalões não chega a ser surpresa (Baudelaire, novamente: “La Belgique est sans vie, mais non sans corruption” [A Bélgica não tem vida, mas tem corrupção]). A Bélgica ganhou a triste fama de parque de diversões para sofisticados criminosos de colarinho-branco, dentro e fora do governo. No final dos anos 1980, o governo belga firmou contrato para adquirir 46 helicópteros militares da firma italiana Agusta, e dar à companhia francesa Dassault a tarefa de reaparelhar seus jatos F-16; barraram-se os concorrentes para esses contratos. Mais tarde descobriu-se que o Parti Socialiste (no governo na época) recebera propinas nos dois casos. Um

político socialista que sabia demais, André Cools, foi assassinado num estacionamento de Liège, em 1991. Outro político, Etienne Mange, foi preso em 1995; um terceiro, Willy Claes, ex-primeiro-ministro da Bélgica, e por algum tempo (1994-95) secretário-geral da Otan e primeiro-ministro quando os negócios foram fechados, acabou condenado em setembro de 1998 por receber suborno. Um general da reserva profundamente envolvido no caso, Jacques Lefebvre, morreu em circunstâncias misteriosas em março de 1995.

O caso Dassault/Agusta foi especialmente significativo, não somente pelas ligações entre governo, políticos, empresários e propina, mas também pelo aparente envolvimento do crime organizado — algo evidente no número de assassinatos e sequestros durante os anos 1980 e início dos 1990. Eles foram seguidos por uma série de crimes muito comentados envolvendo crianças, que culminaram com o pavoroso caso de Marc Dutroux. Preso atualmente por homicídio, Dutroux ocupava posição central numa rede internacional de pedofilia, comandando o que antigamente se chamava de “tráfico de escravos brancos”, capturando meninos e meninas para o prazer dos poderosos clientes na Bélgica e em outros países. Ele e seus cúmplices, instalados nas cidades industriais decadentes do sul da Valônia, foram responsáveis, entre 1993 e 1996, pelo sequestro, estupro e assassinato de seis meninas, duas delas mortas por inanição num porão sob a casa de Dutroux. O que provocou a ira popular não foram somente os crimes, mas a assustadora incompetência da polícia encarregada de encontrar os criminosos — e a forte impressão de que alguns dos responsáveis por localizar e prender os bandidos faziam parte de um grupo (homossexual) que continuou a se beneficiar da proteção dos altos escalões.

As forças policiais belgas são caracteristicamente múltiplas e divididas. Há dúzias de polícias “comunitárias”,

responsáveis apenas por sua vizinhança imediata. Existe uma polícia judiciária — nacional em teoria, na prática dividida e subordinada aos *arrondissements* locais. Finalmente há a Gendarmerie, a única força policial verdadeiramente nacional, que no entanto conta apenas com 18 mil homens.⁷ As diferentes forças policiais não cooperam — nem chegam a compartilhar informações. E, no caso Dutroux, competiram entre si — cada uma tentava estar à frente da outra na caça dos sequestradores das crianças.

Como resultado, elas prejudicaram os inquéritos umas das outras. Para piorar, mostraram-se ineptas. Quando Dutroux, condenado por estupro, mas em liberdade condicional, foi interrogado pela polícia, sua casa (onde as crianças estavam presas, ainda vivas) não foi revistada. Mais tarde, em abril de 1998, quando já estava preso, Dutroux conseguiu fugir dos gendarmes que o escoltavam. Sua recaptura no mesmo dia não apaziguou muitos belgas, convencidos de que Dutroux, ainda aguardando julgamento, estava sendo protegido por amigos da alta cúpula. A investigação de seus crimes foi recentemente prejudicada pelo suicídio misterioso em julho de 1999 de Hubert Massa, promotor público de Liège responsável pela preparação do caso (ele também chefiou a investigação do assassinato do caso Cools).⁸

O horror do caso Dutroux provocou muita raiva e frustração no público belga; em outubro de 1996, 300 mil pessoas marcharam por Bruxelas para protestar contra o crime, a corrupção, a incompetência, a resposta débil e ineficaz das autoridades e a demissão de um juiz zeloso considerado “solidário” demais com as vítimas. Desde então inquéritos parlamentares e reformas administrativas se sucederam, obviamente sem resultados. Mas o escândalo embaraçoso da dioxina no verão passado pode ter consequências mais duradouras. Nas eleições de 13 de

junho os belgas finalmente tiraram os democratas cristãos de Dehaene do governo, pela primeira vez em quarenta anos. Os socialistas perderam votos em todos os lugares, e os liberais (vagamente comparáveis aos democratas livres alemães em sua política de apoio ao empresariado) chegaram ao poder com Guy Verhofstadt — jovem (46 anos) para os padrões locais, e o primeiro líder liberal a se tornar primeiro-ministro desde 1884.

Ademais, os Verdes (conhecidos na Valônia como Ecolo e em Flandres como Agalev) passaram a participar do governo pela primeira vez, ao lado do Volksunie, um partido populista flamengo fundado em 1954, mas desde então moderado em suas propostas. Esta explosão de partidos pequenos, não “pilares”, encerrando o domínio absoluto do governo pelos três grupos estabelecidos, pode ser uma reação passageira aos escândalos, um voto de protesto e nada mais. As mesmas eleições marcaram o aumento do voto no Vlaams Blok de Flandres e Bruxelas; nos distritos de Antuérpia, onde lideraram a votação, sua retórica e até os cartazes ecoavam as posturas de Jörg Haider na Áustria, Christoph Blocher na Suíça e Jean-Marie Le Pen na França. Como eles, o Vlaams Blok usa a retórica nacionalista como cortina de fumaça para a demagogia racista contra os imigrantes, e seu apoio crescente não corresponde necessariamente a um interesse real pelo programa separatista. Contudo, além dos protestos e da frustração, uma outra coisa está acontecendo.

A Bélgica hoje se mantém unida pelo rei, pela moeda, pela dívida externa e pouco mais — além de uma incômoda sensação coletiva de que as coisas não podem continuar como estão. Claro, o desejo de uma faxina política ao estilo italiano é bem compatível com as pressões por federalização ainda maior — como os políticos flamengos radicais não deixam de apontar, os escândalos, tanto de Agusta quanto de Dutroux, se originaram na Valônia. Mas este argumento não tem mais o peso de antes — e corre o

risco de ser tachado de oportunismo cínico. A geração dos anos 1960, hoje no poder, continua a jogar as cartas federalistas e comunitárias; mas pesquisas recentes sugerem que as pessoas, até mesmo em Flandres, não colocam mais as questões regionais e linguísticas em primeiro lugar.

Isso vale especialmente para os novos belgas: filhos de imigrantes da Itália, Iugoslávia, Turquia, Marrocos ou Argélia têm preocupações mais urgentes. Até mesmo os que se identificam fortemente com Flandres (ou Valônia) não sentem necessidade de abolir a Bélgica, e muito menos vincular seu destino a outro país, ou ao da “Europa”. A política da linguagem, portanto, pode ter seus dias contados na Bélgica — embora exista o risco de que os políticos que fizeram suas carreiras em cima dela demorem a perceber a mudança.

Por motivos similares, os antigos “pilares” entraram em declínio. Os jovens belgas veem o mundo de modo muito diferente. Eles não se incomodam muito com apelos de interesse setorial — a mesma prosperidade que criou o “milagre flamengo” desarmou a política dos ressentimentos linguísticos. E mais, os belgas não mais se alinham num único partido ou comunidade em todas as facetas de sua vida. Prática religiosa em declínio, acesso à educação superior e a troca do campo pela cidade enfraqueceram os partidos tanto socialista como católico. Em seu lugar ocorreu a ascensão do voto focado em tema único, “à la carte”. Trata-se de um desenvolvimento desejável — sem os “pilares”, os políticos e a vida pública belga podem se tornar mais transparentes, menos paroquiais e vulneráveis à corrupção. Em resumo, deixam de ser especificamente belgas. Mas o que manterá o país unido, então?

Uma resposta é a prosperidade. A diferença óbvia entre a Bélgica e outras partes menos afortunadas da Europa, onde os políticos exploram as sensibilidades comunitárias e a corrupção floresce, é que a Bélgica é rica. Bruxelas talvez

seja uma cidade sem graça, desagradável, e o desemprego pode ser alto na Valônia, mas a vida para a maioria das pessoas na Bélgica é tranquila e materialmente abundante. O país vive em paz — se não consigo, pelo menos com outros países. Se a Bélgica desaparecesse, muitos belgas nem notariam. Alguns observadores consideram o país exemplo de um modelo pós-nacional para o século XXI: uma sociedade praticamente sem Estado, com uma capital autônoma, bilíngue, cuja força de trabalho multinacional atende a um grande elenco de companhias e instituições transnacionais.

Até o sistema de transporte descentralizado sofre de curioso complexo de inferioridade. Bruxelas, importante interseção da rede de transporte transeuropeia, possui três estações de trem; mas nenhuma delas é um terminal — os trens com destino a Bruxelas passam e param nas três estações. A “Estação Central” é, sintomaticamente, a menor delas — obscura, mal-equipada, enterrada sob uma montanha de concreto. O que ocorre nas estações espelha a própria cidade: Bruxelas conseguiu se anular com sucesso. O que havia de “local” ali foi desmantelado sem parar. O resultado é um anonimato involuntário, uma espécie de ocultamento cultural medíocre com que Sarajevo e Jerusalém só podem sonhar.

Mas os escândalos e sua sombra não passarão, com políticos assassinados, promotores mortos, crianças mortas, criminosos fugitivos, polícias incompetentes e corruptas, bem como uma sensação difusa de abandono e negligência. No último verão muitos tiveram a impressão de que o Estado belga não conseguia mais desempenhar sua missão primária: a proteção do cidadão individual. Arrastada por forças políticas e econômicas fora de seu controle, apanhada entre a descentralização federativa e agências governamentais incompetentes e descoordenadas, desprovidas de recursos e respeito, a Bélgica é o primeiro país desenvolvido à mercê da globalização em todas as

suas formas. Começa a ficar claro para muitos belgas que o desmanche e a desqualificação do Estado unitário para subornar críticos internos pode ser uma barganha fáustica.

Conforme entramos no século XXI, e uma era de incerteza na qual o emprego, a segurança e a base cívica e cultural das nações estarão todos expostos a pressões desimpedidas e sem precedentes, fora do controle local, a vantagem certamente estará com os países cujos governos possam oferecer algumas garantias de proteção e um senso de coesão e objetivos comuns compatíveis com a preservação das liberdades civis e políticas. Portanto, a Bélgica é importante, e não somente para os belgas. Longe de ser um modelo, talvez seja um alerta: todos nós sabemos, no final do século XX, que pode haver Estado de mais. Mas quem sabe a Bélgica seja um importante lembrete de que também pode haver Estado de menos?

Este ensaio sobre o Estado na Bélgica foi inicialmente publicado no New York Review of Books, em dezembro de 1999. Provocou uma série de debates a respeito da história da Bélgica, língua flamenga e outros temas: ver em especial o New York Review of Books, vol. 48, nº viii, maio de 2001.

NOTAS

- ¹ Ver Charles Baudelaire, *Oeuvres Complètes* (Paris, Gallimard, Bibliothèque de la Pleiade, 1961), p.1317-469.
- ² Não está claro para onde a Bélgica caminha. Em nossa época nem os holandeses nem os franceses manifestaram qualquer interesse em anexá-la; de todo modo, poucos flamengos ou valões sentem profunda afinidade com seus equivalentes de fala holandesa ou francesa, do outro lado da fronteira. Para os valões em particular o problema da identidade é recorrente em sua literatura; sobre isso e muito mais a respeito do dilema de ser belga, ver o ótimo livro de Luc Sante, *The Factory of Facts* (Nova York: Pantheon, 1998).
- ³ Ver Astrid von Busekist, *La Belgique: Politique des langues et construction de l'Etat* (Bruxelas: Duculot, 1998).

- ⁴ Sobre a desforra e suas consequências ver *La Répression des Collaborations 1942-1952: Un passé toujours présent*, de Luc Huyse e Steven Dhondt (Bruxelas: Crisp, 1991). Este ano Herman Suykerbuyk, membro proeminente do Partido Democrata-Cristão (flamengo) defendeu uma lei para indenizar as vítimas da “repressão” — ou seja, os nacionalistas flamengos condenados após a guerra pela colaboração com os nazistas.
- ⁵ Os principais jornais, *Le Soir* e *De Standaard*, praticamente não têm leitores fora de suas respectivas comunidades de fala francesa e holandesa. Como resultado, nenhum dos dois se esforça muito para dar notícias a respeito da outra metade do país (e quando a imprensa flamenga recentemente noticiou rumores a respeito de um filho ilegítimo do rei Alberto e uma amante estrangeira, comentaristas francófonos trataram o caso como uma tentativa politicamente motivada de desmoralizar o único símbolo que restava da unidade belga). Quando alguém fala holandês nos canais valões de televisão (e vice-versa), há sempre legendas. É apenas parcialmente jocosa a afirmação de que a língua comum belga atualmente é o inglês.
- ⁶ Jean-Pierre Stroobants, em *Le Soir*, 13 de julho de 1999.
- ⁷ A Gendarmerie foi responsável pela tragédia no estádio Heysel de Bruxelas em 29 de maio de 1985, quando quarenta torcedores de futebol morreram no conflito que a polícia não previu e não foi capaz de controlar.
- ⁸ Sobre o caso Dutroux, ver Yves Cartuyvels et al., *L’Affaire Dutroux: La Belgique malade de son système* (Bruxelas: Editions Complexe, 1997), e Dirk Schumer (Berlim: Siedler, 1997). Dutroux não foi o primeiro criminoso notório a escapar com facilidade das prisões belgas: em 1979 Zelko Raznatovic, condenado por assalto à mão armada, fugiu da prisão de Verviers e jamais foi recapturado. Ele é mais conhecido como Arkan, líder dos paramilitares terroristas sérvios na Bósnia e companheiro de Slobodan Milošević.

A Romênia entre a História e a Europa

A edição de fevereiro de 2000 da revista masculina *Plai cu Boi* de Bucareste apresenta uma certa princesa Brianna Caradja. Variando de adereços de couro a quase nada, ela aparece nas páginas centrais numa série de poses meio desfocadas, flagelando servos (masculinos) subservientes e semidespidos. Os rapazes submissos, envoltos em fumaça, cortam lenha, puxam trenós e arrastam um trator a vapor enferrujado, acorrentados a seus equipamentos, enquanto a princesa Brianna (verdadeira, ao que parece) exhibe-se lasciva no meio de peles, chicote na mão, observando com o mesmo desprezo os homens e a câmera, num cenário rural que lembra *A Última Noite de Boris Grushenko*, de Woody Allen.

Um gosto adquirido, quem sabe. Entretanto, Mircea Dinescu, editor de *Plai cu Boi*, é um escritor e crítico conhecido, mas não é nenhum Hugh Hefner. Sua página dupla central apresenta uma conotação deliberada, sarcástica: zomba da obsessão nacionalista da Romênia com camponeses, terra e exploração estrangeira. A princesa Brianna é uma evocação cafona e delirante da indulgência e arrogância aristocrática, *Venus im Pelz* (Vênus em peles) para um país que sofreu humilhações históricas em série. A irônica justaposição de prazer, crueldade e um trator enferrujado adiciona um floreio local único. Não se encontraria algo assim numa banca de jornais de outro país

europeu. Nem em Praga, muito menos em Viena. Nem mesmo em Varsóvia seria possível. A Romênia é diferente.¹

Em dezembro de 2000 a Romênia foi às urnas. Num pesadelo de desagregação pós-comunista, precisavam escolher entre Ion Iliescu, um antigo apparatchik comunista, e Corneliu Vadim Tudor, nacionalista fanático. Todos os outros candidatos haviam sido eliminados no primeiro turno das eleições. Os partidos de centro, que governavam desde 1996 graças a uma coalizão precária, naufragaram numa onda de incompetência, corrupção e recriminação (seu líder, Emil Constantinescu, ex-reitor da universidade, nem se deu o trabalho de lançar a candidatura a um segundo mandato). Os romenos elegeram Iliescu com uma vantagem de dois votos para um; ou seja, um em três eleitores preferiram Tudor. O programa dele juntava nostalgia irredentista com ataques à minoria húngara — cerca de 2 milhões de pessoas numa população de 22 milhões — e abraçava abertamente o antissemitismo. As revistas que o apoiavam publicavam charges com caricaturas preconceituosas e escatológicas de húngaros, judeus e ciganos. Teriam sido proibidas em várias democracias ocidentais.²

Tanto Tudor quanto Iliescu tinham raízes profundas na política romena pré-1989. Tudor era o mais conhecido adulator literário de Nicolae Ceaușescu, compondo odes à glória do líder antes de realizar a fácil passagem do comunismo nacional para o ultranacionalismo. Fundou o Grande Partido Romeno em 1991, com remessas de imigrantes romenos. Ion Iliescu é um dos comunistas do alto escalão que se voltaram contra Ceaușescu e manipularam uma revolução tida como encenada em benefício próprio. Presidente da Romênia entre 1990 e 1996, antes de vencer novamente em 2000, ele é popular no campo — especialmente na região da Moldávia, onde seu retrato pode ser visto em todos os lugares. Até liberais urbanos votaram nele, tapando o nariz (pois a alternativa era Tudor). Existem

homens assim em todos os países do Leste Europeu, mas só na Romênia eles se deram tão bem. Por quê?

Por qualquer critério a Romênia está quase no fundo do poço europeu (acima apenas de Moldova, Belarus e Ucrânia). Em 1998, a economia romena, definida pelo produto interno bruto per capita, ocupava a posição de número 87 no cenário mundial, abaixo da Namíbia e acima do Paraguai (a Hungria está na posição 58). A expectativa de vida na Romênia é menor do que em qualquer lugar da Europa Central e Oriental: para os homens, apenas 66 anos, menor do que em 1989, e dez anos abaixo da média da UE. Calcula-se que dois em cada cinco romenos vivam com menos de US\$30 por mês (em comparação, no Peru o salário mínimo mensal é de US\$40). Por todos os indicadores convencionais, a Romênia hoje pode ser comparada a regiões da antiga União Soviética (com exceção dos países bálticos, que estão muito à frente), e foi ultrapassada até pela Bulgária. De acordo com uma pesquisa feita pela revista *The Economist* no ano 2000, a “qualidade de vida” na Romênia está classificada entre a Líbia e o Líbano. A União Europeia reconheceu isso tacitamente: o Comitê de Relações Exteriores do Parlamento Europeu classifica a Romênia como o último dos países candidatos à UE, em queda rápida.³

Nem sempre foi assim. A Romênia não somente possuía uma indústria petrolífera florescente, como também uma agricultura rica e diversificada. Era um país com aspirações cosmopolitas. Até hoje os visitantes de Bucareste podem vislumbrar um passado melhor. Entre os anos 1870 e a Primeira Guerra Mundial a cidade mais que dobrou de tamanho. Alguns bulevares construídos então, e no intervalo entre as guerras, notadamente a Calea Victoria, no centro, na época chegaram a ser comparados com os originais franceses nos quais se inspiraram. A alegação muito difundida de Bucareste, de ser a “Paris do Leste”, não

é totalmente espúria. A capital da Romênia teve iluminação a óleo nas ruas antes de Viena, e a primeira iluminação elétrica em 1882, bem antes de muitas cidades da Europa Ocidental. Na capital, e em algumas cidades do interior — Iai, Timisoara —, o charme decadente das antigas residências e dos parques públicos sobreviveu à depredação comunista, embora por pouco.⁴

Pode-se falar de modo comparável sobre Praga ou Budapeste. Mas a República Tcheca e a Hungria, assim como a Polônia, a Eslovênia e os países bálticos, estão se recuperando de forma inesperada de um século de guerra, ocupação e ditadura. Por que a Romênia é diferente? A primeira impressão é de que não é diferente, e sim igual — apenas muito pior. Todas as sociedades pós-comunistas apresentam divisões e ressentimentos profundos; mas só na Romênia isso levou à violência pesada. Primeiro, no levante contra Ceaușescu, em que centenas de pessoas morreram; depois, nos conflitos étnicos de rua em Târgu-Mures, em março de 1990, quando oito pessoas foram mortas e cerca de trezentas feridas, em ataques orquestrados contra a minoria húngara local. Mais tarde, em Bucareste, em junho de 1990, mineiros das minas do vale de Jiu foram levados de ônibus pelo presidente Ion Iliescu (o mesmo) para espancar estudantes que protestavam: houve 21 mortos e 650 feridos.

Em todas as sociedades pós-comunistas alguns dos antigos membros da *nomenklatura* conseguiram tramar sua volta a posições influentes. Na Romênia fizeram uma transição bem mais fluente do que em outros lugares. Como ex-secretário do Comitê Central, Iliescu supervisionou a remoção dos Ceaușescus (cujos julgamentos e execuções no dia de Natal de 1989 só foram exibidos na televisão três meses depois); formou a “Frente de Salvação Nacional”, que assumiu o poder sob seu comando; reciclou-se como “bom” comunista (em contraste com o “mau” Ceaușescu); e

estimulou a desatenção coletiva para a história recente. Em comparação com a Polônia, Hungria ou Rússia, ocorreram raras investigações do passado comunista: durante muitos anos os esforços para criar uma “comissão Gauck” romena (inspirada no exame alemão dos arquivos da Stasi) para investigar as atividades da Securitate esbarrou em interferências e oposição dos altos escalões governamentais.

Transformar uma economia disfuncional tutelada pelo Estado em algo semelhante a interações humanas normais se mostrou complicado em todas as partes. Na Romênia foi pior ainda. Enquanto outros governantes do final da era comunista tentaram subornar os cidadãos com bens de consumo obtidos graças a empréstimos externos, sob Ceaușescu a “terapia de choque” defendida após 1989 na Polônia e em outros lugares já vinha sendo aplicada havia uma década, com objetivos perversos. Os romenos eram tão pobres que não tinham cintos para apertar; eles dificilmente poderiam ser tentados com a recompensa de progresso a longo prazo. Em vez disso, como a Albânia e a Rússia, a Romênia pós-comunista caiu na armadilha do mercado da satisfação instantânea, na forma dos esquemas de pirâmides que prometiam imensos ganhos de curto prazo sem riscos. No auge, uma dessas operações, a “Caritas”, que durou de abril de 1992 a agosto de 1994, chegou a cerca de 4 milhões de participantes — quase 1/5 da população. Como a privatização “legítima”, essas pirâmides serviam principalmente para canalizar dinheiro particular para as máfias baseadas nas antigas redes do partido e dos serviços de segurança.

O comunismo foi um desastre ecológico em todos os lugares, mas na Romênia sua desordem mostrou-se mais difícil de superar. Nas cidades industriais da Transilvânia — lugares como Hunedoara ou Baia Mare, onde um vazamento recente da mina de ouro Aural no rio Tisza envenenou parte do ecossistema do médio Danúbio — pode-se sentir a

poluição no ar que se respira, notei numa recente visita ao local. A catástrofe ambiental é provavelmente comparável à ocorrida em partes da Alemanha Oriental ou do norte da Boêmia. Contudo, na Romênia a *extensão* foi maior: áreas inteiras do país estão infestadas de enormes siderúrgicas enferrujadas, refinarias de petróleo abandonadas e fábricas de cimento decadentes. A privatização das empresas estatais economicamente deficitárias foi muito mais difícil na Romênia, em parte porque os antigos dirigentes comunistas conseguiram vender as melhores empresas para eles mesmos, e também porque o custo de limpar a água poluída e o solo contaminado é proibitivo, afugentando as poucas companhias estrangeiras que demonstraram interesse inicial.

O final do comunismo trouxe consigo, em praticamente todos os países, um início de memória. Na maioria dos lugares isso começou pela glorificação compensatória da era pré-comunista, com o passar do tempo dando vez a uma discussão cautelosa de temas políticos sensíveis do passado nacional, temas sobre os quais os comunistas se conservavam tão tipicamente silenciosos quanto os nacionalistas. Um dos mais dolorosos era a experiência da Segunda Guerra Mundial e a colaboração com os alemães — notadamente em seu projeto de extermínio dos judeus. O debate aberto sobre esses temas foi profundo na Polônia. Na Romênia mal começou.

A Romênia se manteve formalmente neutra nos estágios iniciais da Segunda Guerra Mundial; todavia, sob a ditadura militar do marechal Ion Antonescu, o país se alinhou com Hitler em novembro de 1940, aderindo com entusiasmo à invasão nazista da União Soviética, contribuindo com mais tropas e baixas que qualquer dos outros aliados europeus da Alemanha. Em maio de 1946, com a Romênia sob firme tutela soviética, Antonescu foi julgado e executado como criminoso de guerra. Ele foi recentemente ressuscitado em alguns círculos da Romênia pós-comunista como herói

nacional: erigiram estátuas e inauguraram placas comemorativas em sua homenagem. Muita gente sente desconforto em relação a isso, mas poucos prestam a devida atenção ao que seria em praticamente qualquer outro lugar o feito mais constrangedor que deu fama a Antonescu: sua contribuição para a Solução Final da questão judaica.⁵

A posição romena convencional sempre fora que Antonescu, apesar de seus múltiplos pecados, salvara os judeus romenos. E isso é verdade no que diz respeito aos 441 mil judeus listados no censo de 1942, pois a esmagadora maioria sobreviveu, graças à tardia percepção de Antonescu de que Hitler perderia a guerra; conseqüentemente ele suspendeu os planos de enviá-los aos campos de extermínio. Mas a lista não inclui centenas de milhares de judeus residentes na Bessarábia e na Bukovina, nem em territórios romenos cedidos a Stalin na humilhação de 1940, e reocupados triunfalmente pelas tropas romenas (e alemãs) após 22 de junho de 1941. No caso os romenos colaboraram com os alemães e os superaram em deportar, torturar e matar todos os judeus sob seu controle. Foram soldados romenos que enterraram vivos 19 mil judeus em Odessa, em outubro de 1941; que fuzilaram mais 16 mil em valas comuns nas imediações de Dalnick; e que maltrataram os judeus transportados através do rio Dniéster com tanto sadismo que até os alemães reclamaram.⁶

No final da guerra o Estado romeno havia assassinado ou deportado mais da metade da população judia sob sua jurisdição. Era uma política deliberada. Em março de 1943, Antonescu declarou: “A operação vai continuar. Por mais difícil que seja nas presentes circunstâncias, precisamos atingir a completa romenização. Precisamos completar isso até o final da guerra.” E foi Antonescu quem permitiu o pogrom em Iasi (a capital da Moldávia, no nordeste do país)

em 29 e 30 de junho de 1941, quando pelo menos 7 mil judeus foram assassinados. Foi Antonescu quem ordenou, em julho de 1941, que cinquenta “judeus comunistas” fossem exterminados para cada soldado romeno morto pela resistência. E foi a Romênia, não ocupada, que acompanhou os nazistas passo a passo na Solução Final, das definições legais até a extorsão e deportação para o extermínio em massa.⁷

Se a Romênia mal começou a analisar seu papel no Holocausto, isso não acontece apenas por estar o país alguns anos atrás do resto da Europa no que diz respeito a confrontar o passado. Acontece também por ser realmente um pouco diferente. O projeto de liquidar os judeus estava intimamente vinculado ao antigo conceito de “romenizar” o país, de uma forma que não ocorria no antissemitismo existente no resto da região. Para muitos romenos os judeus eram a chave para todos os problemas prementes de identidade do país, pelos quais a história e a geografia seriam igualmente responsáveis.

Os camponeses que falavam romeno viviam nos territórios da Romênia atual e adjacências havia muitos séculos. Mas o Estado romeno é comparativamente recente. Os romenos foram, por vários séculos, governados alternadamente pelos três grandes impérios da Europa Oriental: o russo, o austro-húngaro e o otomano. Os turcos exerceram o domínio sobre a Valáquia (onde se situa Bucareste) e sobre a Moldávia, no nordeste. Os húngaros e depois os Habsburgo governaram a Transilvânia a noroeste, e conquistaram a vizinha Bukovina (até então parte da Moldávia), dominada pelos turcos em 1775.

Os russos, por sua vez, pressionaram os governantes otomanos em declínio para que entregassem o controle efetivo daquela região estratégica. Em 1812, com o Tratado de Bucareste, o czar Alexandre I forçou o sultão Mahmud II a ceder a Bessarábia, então parte da Moldávia Oriental. A

“Romênia”, nesta altura, sequer existia como expressão geográfica. Mas em 1859, tirando proveito da contínua decadência turca e da recente derrota da Rússia na Guerra da Crimeia, a Moldávia e a Valáquia se uniram para formar os Principados Unidos (rebatizados de Romênia em 1861), embora só em 1878, após a derrota dos turcos pelos russos, o país tenha declarado independência plena, e apenas em 1881 as Grandes Potências reconhecessem sua existência.

Depois disso, até o Tratado de Versalhes, o antigo reino romeno, ou *Regat*, restringia-se à Moldávia e à Valáquia. Mas, na esteira da derrota dos três impérios do Leste Europeu na Primeira Guerra Mundial, a Romênia obteve, em 1920, a Bessarábia, a Bukovina e a Transilvânia, bem como parte do norte da Bulgária. Como resultado, o país cresceu de 138 mil quilômetros quadrados para 295 mil quilômetros quadrados, dobrando a população. O sonho da Grande Romênia — “do Dniéster até o Tisza” (isto é, da Rússia até a Hungria) nas palavras do poeta nacional Mihai Eminescu — fora alcançado.

A Romênia tornou-se um dos maiores países da região. Mas os tratados de Versalhes, ao conceder aos nacionalistas seu sonho, também legou a eles vizinhos irredentistas vingativos por todos os lados, e uma grande população minoritária (que da noite para o dia cresceu de 8% para 27%) de húngaros, alemães, ucranianos, russos, sérvios, gregos, búlgaros, ciganos e judeus — alguns dos quais separados de sua terra natal por alterações nas fronteiras, e outros que não tinham para onde ir. Como a recém-formada Iugoslávia, a Romênia era pelo menos tão etnicamente diversificada quanto qualquer dos impérios precedentes. Mas os líderes nacionalistas romenos insistiam em definir o Estado-nação como etnicamente homogêneo. Residentes não romenos — duas em cada sete pessoas — eram “estrangeiros”.

O resultado foi uma obsessão caracteristicamente romena pela identidade.⁸ Como boa parte das minorias vivia em cidades e seguia carreira no comércio ou nas profissões liberais, os nacionalistas associavam a romenidade com o campo. Como havia um vínculo estreito entre linguagem, etnia e religião em cada uma das minorias (judeus que falavam iídiche, húngaros católicos e luteranos, alemães luteranos etc.), os nacionalistas insistiam que os verdadeiros romenos eram cristãos (ortodoxos). E como a maior aquisição da Grande Romênia, a Transilvânia, era ocupada havia muito por húngaros e romenos, os nacionalistas (e não só eles) davam extrema importância às origens “dácias” remotas.⁹

Hoje a “questão judaica” foi em larga medida resolvida — havia cerca de 760 mil judeus na Grande Romênia em 1930; hoje restam apenas alguns milhares.¹⁰ A minoria alemã foi vendida para a Alemanha Ocidental por Ceaușescu por valores entre 4 mil e 10 mil marcos alemães por pessoa, dependendo da idade e qualificação; entre 1967 e 1989, 200 mil pessoas etnicamente alemãs deixaram a Romênia por este esquema. Só os 2 milhões de húngaros (a maior minoria oficial da Europa) e um número desconhecido de ciganos permanece.¹¹ Mas o amargo legado da “Grande Romênia” entre as duas guerras persiste.

Num recente artigo para o *Le Monde*, sintomaticamente intitulado “Europe: la plus-value roumaine” (Europa: a mais-valia romena), o atual primeiro-ministro Adrian Năstase exalta os romenos famosos que contribuíram para a cultura europeia e especialmente a francesa no decorrer dos anos: Eugène Ionescu, Tristan Tzara, E. M. Cioran, Mircea Eliade...¹² Mas Cioran, e principalmente Eliade, eram intelectuais proeminentes, representantes da extrema-direita nos anos 1930, ardentes defensores da Guarda de Ferro de Corneliu Zelea Codreanu. Eliade, pelo menos em

suas memórias falazes seletivas, nunca sequer insinuou arrependimento. Esse dificilmente seria um momento propício para invocá-lo como parte das reivindicações romenas de respeito internacional.

Năstase não estava defendendo Eliade. Tentava apenas, desajeitadamente, lembrar aos leitores ocidentais o quanto a Romênia é europeia. Mas é revelador que ele não sinta nenhuma hesitação em convocar Eliade para sua causa. Eliade, como o diarista judeu Mihail Sebastian, era um dos admiradores e seguidores de Nae Ionescu, o mais influente dos pensadores do entreguerras atraído pelo misticismo revivalista dos fascistas romenos.¹³ Foi Ionescu, em março de 1935, quem encapsulou com precisão a paranoia cultural romena contemporânea: “Uma nação é definida pela equação amigo-inimigo.” Outro apoiador foi Constantin Noica, um pensador recluso que continuou na Romênia durante boa parte da era Ceaușescu e tem admiradores entre os mais conhecidos acadêmicos e escritores da Romênia contemporânea. Noica também suprimiu sua participação na Guarda de Ferro durante os anos 1930.¹⁴

O legado de dissimulação deixou muitos romenos instruídos bastante confusos quando à legitimidade de sua herança cultural: se Eliade é um ícone cultural europeu, o que pode haver de tão errado em sua visão sobre uma ameaça não cristã a uma comunidade nacional harmônica? Em março de 2001 falei a respeito da “Europa” em Iasi, para uma plateia intelectual de estudantes, professores e escritores. Um senhor idoso, que perguntou se poderia formular sua questão em italiano (a discussão transcorria em inglês e francês), queria saber se eu concordava que o único futuro para a Europa estava em restringi-la a “pessoas que acreditavam em Jesus Cristo”. Não se ouve uma pergunta assim na maior parte da Europa, atualmente.

A experiência do comunismo não mudou o problema romeno, mas o agravou. Assim como os políticos e

intelectuais romenos se ressentiam da posição ocupada por seu país no contexto geral — achando que os húngaros, os russos ou os judeus eram inimigos jurados e dispostos a destruir o país —, o Partido Comunista Romeno era inseguro e paranoico, mesmo para os padrões dos partidos comunistas espalhados pela Europa Oriental.

Neste caso os próprios comunistas eram majoritariamente húngaros, russos e/ou judeus.¹⁵ Só depois de 1944 o partido teve um líder etnicamente romeno, Gheorghe Gheorghiu-Dej — pois uma das estratégias compensatórias dos comunistas romenos, uma vez instalados no poder, era se esconderem sob o manto do nacionalismo. Dej deu início ao processo no final dos anos 1950, distanciando-se dos soviéticos em nome dos interesses romenos; Ceaușescu, que o sucedeu em 1965, apenas foi mais longe ainda.¹⁶

Isso levou a um desfecho pelo qual o Ocidente deve assumir alguma responsabilidade. O comunismo na Romênia, mais sob Dej do que com Ceaușescu, era maldoso e repressivo — as prisões em Pitesti e Sighet, as colônias penais no delta do Danúbio e os trabalhos forçados em Danúbio-Canal do Mar Negro, eram piores do que qualquer presídio da Polônia ou mesmo da Tchecoslováquia, por exemplo.¹⁷ Mas, em vez de condenar os ditadores romenos, os governos ocidentais os estimularam de várias formas, vendo nos autocratas antirrusos de Bucareste o germe de um novo Tito.

Richard Nixon tornou-se o primeiro presidente norte-americano a visitar um país comunista, ao chegar a Bucareste em agosto de 1969. Encantado com Nicolae Ceaușescu durante uma visita à Romênia em 1978, o senador George McGovern o elogiou como “um dos mais dedicados defensores mundiais do controle de armamentos”; o governo britânico convidou Ceaușescu para uma visita oficial no mesmo ano; e até em setembro de

1983, quando a pavorosa verdade sobre o regime de Ceaușescu já era amplamente conhecida, o vice-presidente George Bush o descreveu como “um dos bons comunistas da Europa”.¹⁸

O Comunismo Nacional (“Ele pode ser comunista, mas é nosso comunista”) valeu a pena para Ceaușescu, e não só por ele ter trocado gentilezas com Richard Nixon e com a rainha da Inglaterra. A Romênia foi o primeiro país do pacto de Varsóvia a entrar no Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, o GATT (em 1971), no Banco Mundial e no FMI (1972), a obter tarifas preferenciais de comércio na Comunidade Europeia (1973) e a receber dos Estados Unidos status de nação mais favorecida (1975). A aprovação ocidental minou a oposição interna, tal que fosse. Nenhum presidente nos Estados Unidos exigiu de Ceaușescu que “deixasse a Romênia ser romena”.

Mesmo que um movimento romeno nos moldes do Solidariedade tivesse surgido, dificilmente receberia apoio ocidental. Já que o líder romeno vivia criticando os russos e mandou suas ginastas para a Olimpíada de Los Angeles, os norte-americanos e outros calaram-se a respeito de seus crimes internos (pelo menos até a ascensão de Mikhail Gorbatchev, depois do qual um ditador independente deixou de ser útil ao Ocidente). Na verdade, quando Ceaușescu decidiu, no início dos anos 1980, pagar a imensa dívida externa romena sufocando o consumo doméstico, o FMI não se cansou de elogiá-lo.

Os romenos, contudo, pagaram um preço terrível pela liberdade de manobra de Ceaușescu. Para aumentar a população — uma tradicional obsessão romena —, em 1966 ele proibiu o aborto para mulheres com menos de 40 anos e menos de quatro filhos (em 1986 o limite de idade subiu para 45 anos). Em 1984 a idade mínima para o casamento foi reduzida a 15 anos, para as mulheres. Exames médicos mensais compulsórios para todas as mulheres em idade de

gerar filhos foram introduzidos para evitar o aborto, que era permitido, de todo modo, apenas na presença de um representante do partido.¹⁹ Os médicos dos distritos com taxa de natalidade reduzida recebiam cortes nos salários.

A população não cresceu, mas a taxa de mortalidade em consequência de abortos superou em muito a de qualquer outro país europeu: como única forma disponível de controle de natalidade, os abortos ilegais eram realizados em massa, com frequência nas condições mais perigosas e inadequadas. Em 23 anos a lei de 1966 resultou na morte de 10 mil mulheres, no mínimo. A taxa real de mortalidade infantil era tão alta que, após 1985, os nascimentos não eram oficialmente registrados até a criança completar quatro semanas — a apoteose do controle comunista da informação. Quando Ceaușescu foi derrubado, a taxa de mortalidade de recém-nascidos era de 25 por mil nascimentos, e havia mais de 100 mil crianças institucionalizadas — um número que se mantém até hoje. No final do século XX, no departamento de Constanta, no leste, as crianças abandonadas, desnutridas e doentes absorvem 25% do orçamento.²⁰

O detonador desta tragédia nacional foi uma economia deliberadamente voltada para a privação. Para pagar credores ocidentais, Ceaușescu obrigou seus cidadãos a exportar todas as commodities disponíveis produzidas internamente. Os romenos foram obrigados a usar lâmpadas de 40 kilowatts em casa, para que a energia fosse exportada para a Itália e a Alemanha. Carne, açúcar, farinha, ovos e muitos outros itens eram racionados. Cotas fixas foram criadas para o trabalho público obrigatório nos domingos e feriados (a *corvée*, como era conhecida no *ancien régime* da França). O uso de gasolina foi reduzido ao mínimo, e um programa de criação de cavalos para substituir veículos motorizados começou em 1986.

Quem viaja pela Moldávia ou Transilvânia rural hoje em dia, 15 anos depois, vê as consequências: carroças puxadas por cavalos são o principal meio de transporte, e a colheita é feita com foice e ceifadeira. Todos os sistemas socialistas dependiam de um controle centralizado da escassez produzida sistemicamente. Na Romênia, uma economia baseada no investimento excessivo em indesejada estrutura industrial mudou da noite pro dia para outra, baseada na subsistência agrícola pré-industrial. A viagem de volta será longa.

A política econômica de Nicolae Ceaușescu exibiu uma certa lógica perversa — a Romênia, afinal de contas, pagava seus credores internacionais — e não faltavam precedentes atenuados nos tempos pré-comunistas. Mas os projetos de urbanização foram simplesmente criminosos. A proposta “sistematização” de metade dos 13 mil vilarejos romenos (escolhidos desproporcionalmente nas comunidades minoritárias) em 558 agrovilas teria destruído o que restava do tecido social do país. A destruição que foi realizada em uma parte de Bucareste do tamanho de Veneza arruinou a aparência da cidade. Quarenta mil prédios foram demolidos para abrir espaço para a “Casa do Povo”, e o bulevar Vitória do Socialismo, com 5 quilômetros de extensão e 150 metros de largura. O primeiro, projetado para ser o palácio pessoal de Ceaușescu por uma arquiteta de 25 anos, Anca Petrescu, está além do kitsch. Na frente de um espaço disforme, em semicírculo, capaz de abrigar meio milhão de pessoas, é um edifício tão grande (a área de recepção é do tamanho de um campo de futebol), tão feio, pesado, cruel e de mau gosto que seu único valor seria possivelmente metafórico.

Nisso pelo menos apresenta algum interesse, como grotesca contribuição romena ao urbanismo totalitário — um gênero no qual Stalin, Hitler, Mussolini, Trujillo, Kim Il Sung e finalmente Ceaușescu se destacaram.²¹ O estilo não é nem local nem estrangeiro — de todo modo, é tudo

fachada. Atrás dos frontispícios brancos do bulevar da Vitória do Socialismo, há o costumeiro cinza sujo do concreto pré-moldado, e a poucas centenas de metros há os lamentáveis conjuntos habitacionais e ruas esburacadas. Mas as fachadas são agressiva, humilhante e impiedosamente uniformes, um lembrete de que o totalitarismo é sempre sobre a mesmice; talvez por isso tenha um apelo especial a um ditador monomaniaco numa terra onde a mesmice e a “harmonia” — e o contraste com a “diferença” estrangeira — constituíam uma preocupação política de longa data.

E onde, portanto, a Romênia se encaixa no esquema europeu? Não pertence à Europa Central no sentido geográfico (Bucareste está mais perto de Istambul do que de qualquer capital da Europa Central). Tampouco faz parte da “Europa Central” de Milan Kundera: antigos territórios dos Habsburgo (Hungria, Tchecoslováquia, Galícia) — um “Ocidente sequestrado” — engolfados pelo império soviético. O viajante pela Transilvânia atual pode dizer que está na Europa Central — arquitetura doméstica e religiosa, presença de minorias linguísticas, até uma certa (ou incerta) prosperidade evocam a região a que um dia pertenceu. Mas ao sul e ao leste dos montes Cárpatos a história é outra. Exceto em antigas cidades imperiais, como Timisoara, nos limites ocidentais do país, até mesmo o conceito de “Europa Central” possui pouco apelo para os romenos.²²

Quando os romenos instruídos do Antigo Reino se voltavam para o Ocidente, era para a França. Como Rosa Waldeck observou em 1942, “O horizonte romeno sempre se esgotou com a França; não sobrava espaço para mais ninguém, nem mesmo a Inglaterra.”²³ A língua romena é latina; a administração, inspirada no modelo napoleônico; até os fascistas romenos seguiram a receita francesa, enfatizando o camponês imaculado, a harmonia étnica e um

cristianismo instrumentalizado que lembra Charles Maurras e a Action Française.

A identificação com Paris era genuína — o horror de Mihail Sebastian com a notícia da derrota da França em 1940 foi amplamente compartilhado. Mas serviu também como palpável supercompensação pela situação da Romênia no círculo maior da Europa, o que o estudioso romeno Sorin Antohi chama de “bovarismo geocultural” — um pendor para pular carniça para um lugar melhor. O mais profundo medo romeno parece ser a tendência que o país tem de cair no abismo facilmente e acabar em outro continente, se é que já não fez isso. E.M. Cioran, em 1972, repassando a triste história romena, capturou este espírito: “O que mais me deprime é um mapa do império otomano. Olhando para ele, compreendo nosso passado e tudo mais.”

Uma carta aberta a Ceaușescu, escrita por comunistas dissidentes da cúpula do partido em março de 1989, revela ansiedades comparáveis: “A Romênia é e continua sendo um país europeu [...] O senhor começou a mudar a geografia das áreas rurais, mas não pode transformar a Romênia em África.” No mesmo ano Eugène Ionescu, o autor teatral, descreveu sua terra natal como “a ponto de abandonar a Europa para sempre, o que significa abandonar a história”.²⁴

O império otomano se foi — talvez não tenha sido tão ruim assim, e de todo modo deixou uma marca direta menor na Romênia do que em outras áreas dos Bálcãs. Mas o futuro do país permanece nebuloso. Uma das únicas iniciativas internacionais que a Romênia poderia fazer seria tentar recuperar a Bessarábia (desde 1991 um Estado independente da Moldávia), e hoje apenas C.V. Tudor está exigindo isso.²⁵ No mais, as pessoas politicamente ativas de Bucareste apostaram tudo na União Europeia. A Romênia candidatou-se pela primeira vez em 1995, sendo rejeitada dois anos depois (uma humilhação que, junto com o balde

de água fria da Otan, provavelmente selou o destino do governo de centro-direita). Em dezembro de 1999 a UE finalmente convidou a Romênia (ao lado da Bulgária, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Malta e Turquia) para iniciar as negociações de adesão.

Ao lado da Bulgária, a Romênia finalmente entrou para a União Europeia em 1º de janeiro de 2007. Mas será um osso duro de roer para Bruxelas. As dificuldades enfrentadas pela República Federal da Alemanha para absorver a antiga RDA serão pequenas em comparação ao custo para a UE integrar e modernizar um país com 22 milhões de habitantes em condições iniciais muito piores. A participação da Romênia na UE provocará dores de cabeça. Investidores ocidentais sem dúvida continuarão a olhar para Budapeste, Varsóvia ou Praga. Mas quem colocará seu dinheiro em Bucareste? Hoje em dia o único país com comércio significativo com a Romênia é a Itália; os alemães têm bem menos transações, e a França — que ironia! — vem bem atrás.

A Romênia atual, não obstante os esforços do sr. Năstase, pouco acrescenta à Europa. Ao contrário de Budapeste ou Praga, Bucareste não faz parte de uma Europa Central integrada que foi desmembrada pela história; ao contrário de Varsóvia ou Liubliana, não é um posto avançado da Europa católica. A Romênia é periférica, e o resto da Europa deve ganhar pouco com sua presença na União. Deixá-la de fora seria constrangedor, mas não uma ameaça. Exatamente por esta razão, porém, a Romênia é a verdadeira prova para a UE.

Até agora a participação na CEE/CE/UE foi estendida a países já considerados plenamente europeus. No caso da Finlândia ou da Áustria, a entrada na União apenas confirmou sua posição natural. O mesmo valerá para a Hungria e a Eslovênia, com o tempo. Mas se a União Europeia quiser ir mais longe, ajudando a *tornar* “europeus” países que não o são — e isso está implícito em sua postura

internacional e seus critérios de participação —, ela terá de lidar com os casos mais complicados.

A Romênia talvez seja o mais difícil: um lugar que só poderá superar seu passado tornando-se “europeu”, o que significa obviamente entrar para a União Europeia o mais cedo possível. Mas nunca houve qualquer perspectiva de a Romênia atender aos critérios de participação antes de sua entrada. Portanto, Bruxelas está sendo obrigada a deixar de lado sua insistência para que os países candidatos aceitem normas “europeias” antes de serem convidados para o clube. No caso da Romênia, não há alternativa. A entrada da Romênia custará à Europa Ocidental muito dinheiro e exporá a União aos males da extrema Europa Oriental. Em resumo, deverá ser um ato de evidente altruísmo coletivo, ou pelo menos de interesse altamente erudito.

Contudo, sem esta disposição de estender os benefícios aos que realmente deles necessitam, a União seria uma farsa — para si e para os que nela confiam. A mera perspectiva de participação, porém, levou a melhorias para a situação da minoria húngara na Transilvânia e reforçou a posição dos reformistas — sem pressão de Bruxelas, o governo de Bucareste jamais teria superado as objeções da Igreja Ortodoxa, por exemplo, e reformado as leis vergonhosas contra o homossexualismo. Como no passado, a pressão internacional promoveu o bom comportamento romeno.²⁶ Como no passado, o desapontamento internacional quase certamente custaria algo em casa.

Em 1934, R.W. Seton-Watson, o historiador inglês do sudeste da Europa, escreveu: “Duas gerações de paz e governo decente podem fazer da Romênia um paraíso na terra.”²⁷ Talvez seja pedir muito, no momento (embora isso mostre o quanto o país decaiu). Mas a Romênia precisa de uma oportunidade. O medo de “naufragar na periferia da história numa democracia balcanizada” (nas palavras de Eliade), contudo, é real, por mais perversos que tenham

sido os rumos seguidos por este medo no passado. “Alguns países”, segundo E.M. Cioran, recordando o século XX romeno, “foram abençoados com uma espécie de graça: tudo funciona para eles, até seus infortúnios e suas catástrofes. Há outros para os quais nada dá certo, e cujos triunfos não passam de fracassos. Quando tentam se afirmar e dar um passo à frente, um episódio externo intervém para quebrar seu ritmo e recuá-los a seu ponto de partida”.²⁸

Este ensaio sobre a condição e as perspectivas para a Romênia foi publicado inicialmente no New York Review of Books em novembro de 2001. Desde então foi republicado na Romênia, onde provocou certo desconforto — inclusive pelo título algo provocativo da versão do NYR: “Romênia: no fundo do poço.” Entre a considerável correspondência privada gerada por este ensaio há pelo menos uma carta elogiosa... da princesa Brianna Caradja (a aristocrata desnuda descrita no parágrafo de abertura).

NOTAS

- ¹ Sou profundamente grato ao professor Mircea Mihăieş por chamar a minha atenção para a *Plai cu Boi*.
- ² Para uma excelente discussão sobre a política de Tudor e uma seleção de charges da *Politica* e da *România Mare*, ver “Le Parti de la Grande Roumanie, doctrine et rapport au passé: le nationalisme dans la transition post-communiste”, de Iris Urban, *Cahiers d'études*, nº 1 (Bucareste: Institut Roumain d'Histoire Récente, 2001). Ver também, de Alina Mungiu-Pippidi, “The Return of Populism — The 2000 Romanian Elections”, *Government and Opposition* 36, nº 2 (primavera 2001) p.230-52.
- ³ Ver dados em *The Economist: World in Figures*. Londres: edição de 2001.
- ⁴ Para um relato ilustrativo da vida na Bukovina do entreguerras, após sua união com a Moldávia em 1920, ver, de Gregor von Rezzori, *The Snow of Yesteryear* (Nova York: Vintage, 1989).

- ⁵ A infame prisão de Sighet, na região de Maramures, fronteira setentrional com a Ucrânia, foi transformada em memorial e museu. Há cobertura completa dos sofrimentos dos muitos presos políticos da Romênia comunista, e poucas referências ao papel ainda mais notório de Sighet como local de baldeação para os judeus da Transilvânia a caminho de Auschwitz. Não foi obra dos romenos — a região fora devolvida à Hungria por Hitler em agosto de 1940 —, mas o silêncio é eloquente.
- ⁶ “O comportamento de certos representantes do exército romeno, detalhados no relatório, diminuirá o respeito pelas forças armadas romenas e alemãs aos olhos do público [*sic*], aqui e no mundo inteiro.” Chefe do Estado-maior, XI Exército Alemão, 14 de julho de 1941, citado por Matarias Carp, *Holocaust in Romania: Facts and Documents on the Annihilation of Romania's Jews* (Bucareste: Atelierele Grafice, 1946; reimpresso por Simon Publications, 2000), p.23, nota 8. Há um comovente relato da deportação de judeus da Bukovina e Bessarábia, do pogrom em Iasi e do comportamento dos soldados romenos em *Kaputt*, de Curzio Malaparte (Evanston, IL: Northwestern University Press, 1999; publicado inicialmente em 1946).
- ⁷ Ver, de Carp, *Holocaust in Romania*, p.42, nota 34, e p.108-9. Radu Ioanid aceita a cifra de 13.266 vítimas do pogrom de Iasi, baseando-se em estimativas da época. Ver o cuidadoso e informativo *Holocaust in Romania: The Destruction of Jews and Gypsies Under the Antonescu Regime, 1940-1944* (Chicago: Ivan R. Dee, 2000), p.86.
- ⁸ Ver, de Irina Livezeanu, *Cultural Politics in Greater Romania: Regionalism, Nation Building and Ethnic Struggle, 1918-1930* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1995), um livro importante.
- ⁹ A referência é à província romana da Dácia. Os antiquários romenos alegam que as tribos dácias sobreviveram à ocupação romana e mantiveram aldeias permanentes na Transilvânia; os húngaros insistem que os magiares chegaram do Oriente no século X e encontraram a região praticamente deserta. Os romenos teriam chegado depois. A bem da verdade, os dois lados provavelmente estão errados. De todo modo, a montadora Dacia em 2000 ainda fabricava um carro romeno, o Dacia 1300 — conhecido pelos franceses de meia-idade como Renault 12 (lançado em 1969). Os húngaros não têm nada tão antigo para competir.
- ¹⁰ Qualquer que fosse o “problema” judaico, ele pouco tinha a ver com o poder econômico judeu, real ou imaginado. O acréscimo da Bessarábia e da Bukovina em 1920 somou centenas de milhares de judeus à população da Romênia. Em sua maioria, eles eram pobres. O escritor Paul Goma, nascido na Bessarábia, descreveu assim a resposta do pai ao chamado fascista de “Abaixo os judeus!”: “Mas a que ponto mais baixo poderiam chegar nossos pobres judeus do que comerciantes no vilarejo?” Ver, de Paul Goma, *My Childhood at the Gate of the Unrest* (Londres: Readers International, 1990), p.64. Mesmo assim, segundo Corneliu Zelea Codreanu, fundador da Liga do Arcanjo Miguel (mais tarde Guarda de Ferro) em 1927, “A missão histórica de nossa geração é a solução do problema judeu”. Codreanu foi citado por Leon Volovici em *Nationalist Ideology and Anti-Semitism: The Case of Romanian*

Intellectuals in the 1930s (Nova York: Pergamon, 1991), p.63. Codreanu era homicida e meio louco. Mas suas opiniões eram amplamente aceitas.

- 11 Em 2001 o governo húngaro aprovou uma lei de status concedendo certos direitos e privilégios nacionais aos húngaros que residiam fora dos limites do país. Isso provocou a compreensível ira dos romenos, que viam nisso uma ambição irredentista renovada da parte de Budapeste; do ponto de vista dos húngaros da Transilvânia, porém, a nova lei simplesmente oferecia a eles algumas garantias de proteção e o direito de manter sua identidade própria. Para uma profunda análise dos debates sobre identidade e sua instrumentalização política após o comunismo, ver, de Vladimir Tismaneanu, *Fantasies of Salvation: Democracy, Nationalism, and Myth in Post-Communist Europe* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1998), notadamente o capítulo 3, “Vindictive and Messianic Mythologies”, p.65-88.
- 12 Adrian Năstase, “Europe: la plus-value roumaine”, *Le Monde*, 23 de julho de 2001.
- 13 Sobre Sebastian, Eliade e as obsessões antisemitas dos literatos de Bucareste no entreguerras, ver, de Peter Gay, a resenha da obra de Sebastian, *Journal, 1935-1944: The Fascist Years* (Chicago: Ivan R. Dee, 2000), no *New York Review of Books*, 4 de outubro de 2001. Para um exemplo representativo da visão de Eliade sobre os judeus, ver a entrada de 20 de setembro de 1939 do diário de Sebastian, na qual ele relata uma conversa com Eliade, que se mostra obcecado como sempre com o risco de “uma Romênia novamente invadida pelos judeus” (p.238). O diário de Sebastian deve ser lido paralelamente com o de outro judeu de Bucareste, Emil Dorian: *The Quality of Witness: A Romanian Diary 1937-1944* (Filadélfia: Jewish Publication Society of America, 1982).
- 14 Sobre Noica, ver Katherine Verdery, *National Ideology Under Socialism: Identity and Cultural Politics in Ceaușescu’s Romania* (Berkeley: University of California Press, 1991), capítulo 7. “The ‘School’ of Constantin Noica”. Ionescu é citado por Sebastian, *Journal*, p.9.
- 15 Entre os líderes importantes do partido romeno, inicialmente exilada em Moscou e depois de volta a Bucareste, até ser expurgada em 1952, estava Ana Pauker, filha de um *shochet* (açougueiro ritual) moldavo. Ver, de Robert Levy, *Ana Pauker: The Rise and Fall of a Jewish Communist* (Berkeley: University of California Press, 2000).
- 16 Ver a análise abrangente de Vladimir Tismaneanu, “The Tragicomedy of Romanian Communism” *Eastern European Politics and Societies* 3, nº 2 (primavera de 1989), p.329-76. Krushev, que tinha pouco tempo para os romenos, tentou confiná-los a um papel agrícola na distribuição internacional do trabalho comunista; Dej e Ceaușescu preferiram tentar a independência nacional por meio de um esforço de industrialização nos moldes stalinistas.
- 17 Sobre o sadismo peculiar da Romênia comunista, ver, de Matei Cazacu, “L’Expérience de Pitesti”, *Nouvelle Alternative* 10 (junho de 1988); e, de Lena Constante, *The Silent Escape: Three Thousand Days in Romanian Prisons*

(Berkeley: University of California Press, 1995; publicado inicialmente em francês por Éditions La Découverte, Paris, 1990).

- 18 Para a versão norte-americana, ver, de Joseph F. Harrington e Bruce J. Courtney, *Tweaking the Nose of the Russians: Fifty Years of American-Romanian Relations* (Nova York: East European Monographs/Columbia University Press, 1991). Até a *Economist*, em agosto de 1966, chamou Ceaușescu de “o De Gaulle da Europa Oriental”. Quanto ao próprio De Gaulle, numa visita a Bucareste em maio de 1968 ele observou que o comunismo de Ceaușescu, embora não fosse adequado ao Ocidente, era o que provavelmente melhor se adequava à Romênia: “Chez vous un tel régime est utile, car il fait marcher les gens et fait avancer les choses.” (“Para vocês um regime assim é útil, pois leva as pessoas a se mexerem e fazerem as coisas.”) O presidente François Mitterrand, para seu crédito, cancelou uma visita à Romênia em 1982, quando seu serviço secreto o informou dos planos romenos para assassinar Paul Goma e Virgil Tanase, romenos e Livross em Paris.
- 19 “O feto é propriedade socialista de toda a sociedade” (Nicolae Ceaușescu). Ver, de Katherine Verdery, *What Was Socialism and What Comes Next?* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996); Ceaușescu é citado na p. 65.
- 20 A taxa de aborto na Romênia em 2001 era de 1.107 abortos por mil nascimentos. Na UE a taxa é de 193 por mil, e nos EUA, 387 por mil.
- 21 E Le Corbusier.
- 22 Pela perspectiva da Transilvânia, Bucareste é uma cidade “balcânica”, até “bizantina”. Sou profundamente grato ao professor Mircea Mihăieș, a Adriana Babeti e ao grupo “Terceira Europa” da Universidade de Timisoara pela oportunidade de uma discussão profunda sobre esses temas, em outubro de 1998. Nossa conversa foi transcrita e publicada no ano passado, com uma generosa introdução do professor Vladimir Tismaneanu, como *Europa Iluziilor* (Iasi: Editura Polirom, 2000), principalmente p.15-131.
- 23 De R. G. Waldeck, *Athene Palace* (Nova York: Robert McBride, 1942; reimpresso pelo Centro de Estudos Romenos, Iasi, 1998). A citação é da edição reimpressa, p.10.
- 24 Sobre Cioran, ver E. M. Cioran, *Oeuvres* (Obras) (Paris: Gallimard, 1995), p.1779: “Ce qui m’a plus déprimé, c’est une carte de l’Empire ottoman. C’est en regardant que j’ai compris notre passé et le reste.” A carta a Ceaușescu é citada por Kathleen Verdery em *National Ideology Under Socialism*, p.133. Para a sombria profecia de Ionescu, ver Radu Boruzescu, “Mémoire du Mal — Bucarest: Fragments”, *Martor: Revue d’Anthropologie du Musée du Paysan Roumain* 5 (2000), p.182-207.
- 25 Notar, porém, que em 1991 Adrian Năstase (na época ministro do Exterior) se comprometeu com uma eventual reunificação “de acordo com o modelo alemão”. Da mesma forma o presidente Ion Iliescu, em dezembro de 1990, denunciou os “males causados ao povo romeno” (em 1940), e prometeu que “a história encontrará um meio de colocar as coisas completamente de volta nos eixos”. Ver, de Charles King, *The Moldovans: Romania, Russia and the*

Politics of Culture (Stanford: Stanford University Press/Hoover Institution Press, 2000), p.149-150. A população de fala romena da desamparada Moldova não poderia querer coisa melhor. Mas a Romênia, no momento, não pode anexar um país com grandes minorias russas e ucranianas, uma renda mensal média de US\$25 (quando é paga) e cujo produto de comércio internacional mais conhecido são as mulheres.

²⁶ Repelir as leis antijudaicas foi o preço para o reconhecimento internacional do novo Estado romeno independente, em 1881. As potências de Versalhes, em 1920, fizeram dos direitos de cidadania para judeus e outros não romenos a condição para o acordo de Trianon. Nos dois casos o Estado romeno evitou endossar o espírito do tratado, mas fez concessões e avanços que não teriam ocorrido sem pressão estrangeira.

²⁷ R. W. Seton-Watson, *A History of the Romanians* (Cambridge: Cambridge University Press, 1934), p.554; citado também em King, *The Moldovans*, p.36.

²⁸ E. M. Cioran, "*Petite théorie du destin*" (de *La Tentation d'Exister*), *Oeuvres*, p.850. O original em francês diz: "Il y a des pays qui jouissent d'une espèce de bénédiction, de grâce: tout leur réussit, même leurs malheurs, même leurs catastrophes; il y a des autres que ne peuvent aboutir, et dont les triomphes équivalent à des échecs. Quand ils veulent s'affirmer, et qu'ils font un bond en avant, une fatalité extérieure pour briser leur ressort et pour les ramener à leur point de départ."

Vitória amarga: A Guerra dos Seis Dias de Israel

Trinta anos atrás, no verão, Israel enfrentou e destruiu numa das guerras mais curtas da história moderna os exércitos conjuntos do Egito, da Síria e da Jordânia, estabelecendo-se como superpotência regional, redesenhando definitivamente a política do Oriente Médio e muito mais. Uma vez que ainda estamos vivendo suas consequências, de alguma maneira a Guerra dos Seis Dias em si mesma soa familiar. Sua atualidade foi reforçada até bem recentemente pela presença na liderança do governo israelense de um dos generais que desempenharam um papel importante na vitória de 1967, e pela importância da Cisjordânia e da faixa de Gaza (ocupada no decorrer da campanha) na política internacional contemporânea. As implicações detalhadas da vitória-relâmpago de Israel estão gravadas no noticiário cotidiano.

Na verdade, porém, faz muito tempo que 1967 passou. Hitler estava morto havia apenas 22 anos, e o próprio Estado de Israel ainda não celebrara seu vigésimo aniversário. A maioria dos atuais cidadãos israelenses ainda não havia nascido, ou não eram israelenses. Dezenove anos após seu nascimento, o país ainda se caracterizava pelas origens no trabalhismo sionista da virada do século. Os únicos líderes que Israel conhecia eram homens e mulheres da Segunda Aliyah, imigrantes russos e poloneses dos primeiros anos do século XX; e o país ainda vivia profundamente dominado pela geração dos fundadores e suas sensibilidades. Um viajante no tempo que retornasse a

Israel em 1967 precisaria viajar não apenas no tempo, mas também no espaço: em muitos aspectos cruciais o país ainda operava, pode-se dizer, no tempo de Białystok.

As implicações disso penetravam em todas as dimensões da vida israelense. Os *kibutzim*, curiosa prole comunitária do improvável casamento de Marx com Kropotkin, dominaram o panorama cultural tanto quanto o físico. Mesmo que fosse claro a alguns observadores que o futuro do país estava na tecnologia e na indústria, ou seja, nas cidades, a autodescrição que Israel projetava amplamente era um quadro realista socialista de pioneiros agrários vivendo em comunas igualitárias semiautárquicas. A maioria dos líderes do país, a começar pelo próprio David Ben-Gurion, era de membros de kibutz. Os *kibutzim* participavam de movimentos nacionais ligados a partidos políticos, e todos eles refletiam, a ponto da caricatura, sua herança fissípara europeia: divididos e novamente divididos conforme sutis linhas doutrinárias, ao longo dos anos.

A discussão política em Israel naqueles anos portanto ecoava e recapitulava o vocabulário e as obsessões da Segunda Internacional, por volta de 1922. O Trabalhismo Sionista se subdividia por questões dogmáticas e políticas (em particular a questão do relacionamento do sionismo socialista com o comunismo), de modos que podem parecer obsessivos e triviais, vistos de fora, mas que os protagonistas tratavam com respeitosa atenção. Os trabalhistas de diversos matizes podiam indulgir em escaramuças internas pois detinham o monopólio do poder no país. Havia alguns partidos religiosos, e acima de tudo havia “revisionistas”, herdeiros de Vladimir Jabotinsky e seus seguidores nacionalistas, encarnados pelo Partido Herut de Menachen Begin (precursor do atual Likud). Mas estes últimos viviam em permanente minoria; e de todo modo é sintomático que Begin e seu grupo ainda fossem chamados pejorativamente de “revisionistas”, como se os

cismas doutrinários do século XX ainda determinassem os matizes e contornos da política israelense.

Havia outros aspectos da vida israelense e da educação sionista que refletiam as raízes europeias dos fundadores. No kibutz em que passei bastante tempo em meados dos anos 1960, uma relativamente representativa comunidade agrícola na Galileia Superior, filiada a um dos partidos de esquerda dissidentes do Partido Trabalhista principal (Mapai), as preocupações dos sionistas estavam ainda muito vivas. Os dilemas clássicos da aplicação do socialismo eram interminavelmente discutidos. Uma comunidade igualitária deveria impor a uniformidade? Seria suficiente distribuir os recursos de maneira igualitária a todos os participantes, permitindo que eles dispusessem deles conforme sua preferência, ou a própria preferência era, em última análise, divisível, e o gosto deveria ser imposto uniformemente pela coletividade? Até onde o uso do dinheiro poderia ir, na comunidade? Que recursos e atividades são comunitários em sua essência, e quais são privados?

O tom dominante no kibutz e no país era provinciano e puritano. Certa vez fui duramente admoestado por um dos idosos do kibutz por entoar canções populares “impróprias”, ou seja, os últimos sucessos dos Beatles; a educação sionista esforçava-se enormemente para incentivar a camaradagem na comunidade, e afeição entre os jovens, enquanto eliminava qualquer impressão de heroísmo. O ethos dominante, com sua fé no valor redentor da Terra e do Trabalho, trajes de escoteiro e danças comunais, as caminhadas pelo deserto e as subidas compulsórias de Masada (pelo caminho difícil, claro), as conferências sobre geografia e botânica bíblicas e as discussões semanais sérias sobre “questões” socialistas representavam nada menos do que a transposição para o Oriente Médio das preocupações e costumes do Partido Trabalhista Independente dos anos 1890 na Grã-Bretanha, ou dos

clubes de caminhada *Wandervogel* no final da Alemanha de Wilhelm.

Sem surpresa, os árabes pouco apareciam neste mundo. Nas discussões dos escritos de Ber Borochov e outros ícones do Trabalhismo Sionista, prestava-se obviamente muita atenção ao problema da “exploração”. Mas, de acordo com o esquema marxista em que todos os debates se baseavam, a “exploração” restringia seu significado à teoria do valor do trabalho: um pessoa explorava outra quando a empregava, pagando o mínimo exigido para mantê-la trabalhando produtivamente, e embolsava a diferença como lucro. Da mesma forma, como era visto da perspectiva dos trabalhistas sionistas dos kibutz, empregar árabes (ou qualquer um) em troca de salário significava explorá-los. Este foi o tema de animadas discussões práticas, bem como de debates doutrinários entre membros do kibutz; historicamente, era parte daquilo que distinguia os *kibutzim* das cooperativas dos povoados, ou *moshavim*, que empregavam mão de obra externa. Mas, além dessas considerações abstrusas, de pouca relevância para a economia israelense real, as relações entre judeus e árabes não eram muito discutidas.

É fácil, olhando em retrospecto, ver nesta curiosa miopia a fonte de nossos problemas presentes. Os críticos do projeto sionista como um todo apressam-se em ressaltar que a recusa em se relacionar com os árabes do presente foi o pecado original dos pioneiros sionistas, que conscientemente deram as costas para a desconfortável constatação de que a paisagem virgem do Sião perdido já estava ocupada por um povo que teria de ser removido para o Estado judeu existir um dia. É verdade que alguns observadores argutos, notadamente Ahad Há'am, chamaram a atenção para este dilema e suas implicações, mas a maioria os ignorou. Na verdade a questão não era assim tão simples, a julgar por minhas lembranças dos últimos anos do antigo sionismo. Muitos israelenses naquela

época se orgulhavam de seu sucesso em conviver pacificamente com vizinhos árabes dentro das fronteiras nacionais. Longe de negar deliberadamente a presença árabe, gabavam-se do contato com os árabes, especialmente drusos e beduínos. Eles estimulavam os mais jovens a se familiarizarem com a sociedade árabe local, tanto quanto a flora e a fauna da região.

Mas este é exatamente o ponto, claro. Para os sionistas pré-1967, os árabes faziam parte do espaço físico no qual o Estado de Israel se instalou; mas eles não eram, seguramente, parte do modelo mental, a “Israel do pensamento”, através do qual muitos israelenses enxergavam a política e o ambiente. Tirar os judeus da Europa não tirou a Europa de dentro dos judeus. Apesar da presença de judeus iemenitas e do norte da África, tolerados com condescendência pela maioria asquenaze, Israel, em 1967, era um país europeu em tudo, menos no nome. O país nascera de um projeto europeu, foi geográfica e sociologicamente configurado pelas excentricidades da história europeia. Suas leis foram elaboradas conforme precedentes europeus, seus líderes e ideólogos eram temperados pelo socialismo e o nacionalismo europeu do final do século XIX.

Por mais que tenham conscientemente dado as costas para a Europa — e uma porção significativa da população adulta da época consistia em sobreviventes de campos de concentração com poucas lembranças agradáveis do velho continente —, os israelenses eram europeus de coração. Não falo apenas dos judeus de fala alemã de Monte Carmel, que reproduziram cada pequeno detalhe da Viena pós-Habsburgo em sua vida, sem nunca se darem o trabalho de aprender hebraico, ou aos judeus de fala inglesa que tomavam chá, comiam bolo e jogavam críquete no Kibutz Kfar Hanassi; estou falando do país inteiro.

O resultado foi uma tensão desconfortável para as sensibilidades israelenses. Parte do projeto sionista era o

compromisso total com o Sião, afinal de contas. Isso incluía uma rejeição absoluta ao Velho Mundo: seus pressupostos, seus confortos, suas seduções. No início, era uma escolha, depois, graças a Hitler, o sionismo tornou-se uma necessidade urgente. Os judeus europeus que chegaram à Palestina depois de 1945 estavam comprometidos com a adaptação à vida num pequeno Estado de sua própria lavra na Ásia. Mas o processo de adaptação não avançou muito até meados dos anos 1960, e os árabes (como o Oriente Médio em geral) não ocupavam o centro das preocupações israelenses, simplesmente. Não havia nada de particularmente antiárabe nisso. Pelo que me lembro, muitos israelenses exibiam os mesmos preconceitos contra judeus imigrantes do Norte da África ou do Oriente que sentiam pelos árabes. Ou talvez mais ainda.

A GUERRA DOS SEIS Dias mudaria tudo, e profundamente. No entanto, apesar de todas as suas duradouras consequências, não há nada de inusitado a respeito da origem do conflito. Como sua predecessora, a Guerra do Suez de 1956, a de 1967 pode ser mais bem compreendida pelo modo como os generais de Israel a viam na época: uma questão em aberto deixada pela Guerra da Independência. Nenhuma das partes do conflito anterior saíra satisfeita com o desfecho, e todos consideravam temporário o armistício de 1948. Embora Israel tivesse conseguido expandir suas fronteiras para além da partição original, ainda detinha o que os analistas militares da época consideravam fronteiras praticamente indefensáveis.

No início dos anos 1950 os egípcios encorajaram incursões de guerrilheiros pela fronteira sul de Israel, provocando retaliações periódicas — os militares israelenses haviam já em 1955 decidido provocar o Cairo para um conflito aberto. Em outubro de 1956, tirando proveito do medo anglo-francês das ambições estatizantes de Gamal

Abdel Nasser, Israel conspirou com Paris e Londres para montar um ataque contra o Egito. Embora inicialmente bem-sucedida, a campanha foi interrompida abruptamente por pressão de Moscou e Washington. As potências europeias foram humilhadas, e Israel, obrigado a recuar para a linha original de 1948.

Nessas circunstâncias, Israel estava menos segura do que nunca. Reconhecendo isso, os Estados Unidos passaram a garantir que o estreito de Tiran, do mar Vermelho até Eliat, porto de Israel no golfo de Aqaba, permaneceria aberto. Neste meio-tempo as forças das Nações Unidas permaneceriam aquarteladas ao longo da fronteira egípcio-israelense, e também em Sharm-el-Sheik, na entrada dos Estreitos, na ponta sudeste da península do Sinai. A partir disso a fronteira egípcia se acalmou, e a Síria — cujos líderes do Ba'ath ambicionavam destronar Nasser como líder do radicalismo árabe — emergiu no início dos anos 1960 como principal antagonista de Israel.

Além de dar abrigo a irregulares palestinos que faziam incursões em Israel pela fronteira nordeste ou pelo Jordão, Damasco possuía vários planos documentados para desviar as águas do rio Jordão. Em parte por este motivo, os estrategistas haviam concluído até 1967 que a Síria era a maior ameaça à segurança nacional, a curto prazo. Das colinas do Golã, acima do mar da Galileia, a Síria podia atingir *kibutzim* e vilarejos israelenses; além disso, era uma influência desestabilizadora nos países vizinhos, especialmente na Jordânia. Mesmo assim, o Egito de Nasser possuía as maiores forças armadas. Se Israel pensava seriamente em guerrear contra a Síria, teria inevitavelmente de neutralizar primeiro a ameaça vinda de seu inimigo histórico, ao sul.

Há sólidos motivos para acreditar hoje que a sequência de eventos que levou ao início da guerra em 5 de junho começou com pelo menos um mal-entendido parcial. No início da primavera de 1967 jatos israelenses atingiram

alvos na Síria. Em abril, generais israelenses (inclusive o chefe do estado-maior, Yitzhak Rabin) ameaçaram Damasco publicamente com ataques piores, se os confrontos de fronteira (cuja escala exageraram) não cessassem. O próprio Rabin parece ter sido favorável à deposição do regime sírio, mas o primeiro-ministro Levi Eshkol não sentia a menor vontade de provocar os russos. E não estava sozinho. O chefe do Estado-maior anterior, Moshe Dayan, ainda sem fazer parte do governo, é citado por Michael B. Oren em seu relato sobre a Guerra dos Seis Dias lamentando a explosão de Rabin: “Quem envia sinais de fumaça tem de entender que o outro lado pode pensar que realmente há um incêndio.”***

E foi isso mesmo que aconteceu na prática. A inteligência russa interpretou mal as intenções israelenses e alertou secretamente os sírios que os israelenses pretendiam atacar — uma interpretação algo plausível em função das ameaças de Rabin pelo rádio, amplamente comentadas pela imprensa estrangeira. Os sírios cumpriram o dever de informar o Cairo. Nasser não tinha planos imediatos de travar uma guerra contra Israel, por sentir um respeito fundamentado por sua força militar; mas sentiu-se constrangido a oferecer apoio público à Síria ou perder terreno no mundo árabe. Na prática, este apoio tomou a forma costumeira e conhecida das bombásticas declarações de apoio total a Damasco e promessas grandiosas de confrontar Israel num futuro inespecífico.

Até aí, lugares-comuns. O que levou a crise da retórica à guerra foi a exigência de Nasser, em 17 de maio, da retirada das forças da ONU de Gaza. O ditador egípcio quase certamente calculou o seguinte: ou as Nações Unidas aceitavam seu blefe e se retiravam, concedendo-lhe um sucesso público altamente visível a custo zero, ou se recusariam a atendê-lo, dando ao Egito a vitória moral, como parte prejudicada. Nasser sem dúvida não antecipou a reação do hesitante secretário-geral da ONU, U Thant, que

ordenou a imediata retirada de todas as tropas da ONU no dia seguinte, e não só de Gaza como de toda a península do Sinai.

Nasser teria preferido que as tropas da ONU não saíssem de Sharm-el-Sheikh. Não poderia lamentar a estranha decisão de U Thant, que na prática devolvia o Sinai ao controle egípcio, mas o colocava numa situação difícil. Estava obrigado a mover os exércitos egípcios até a fronteira com Israel e pelo Sharm-el-Sheikh, o que fez; mas, quando os soldados egípcios estavam novamente posicionados na frente da ilha de Tiran, Nasser não conseguiu resistir à tentação e, no dia 22 de maio, anunciou que o estreito estava fechado a todos os navios com destino a Israel, como ocorria no início dos anos 1950.

A partir daquele ponto, como Nasser provavelmente percebera, seria difícil evitar a guerra. Vistas de fora, as atitudes de Nasser pareciam evidentemente o prelúdio para uma declaração de guerra; de todo modo, o fechamento do estreito de Tiran seria, para Israel, motivo de confronto. Rodeada de inimigos, acessível apenas por mar e ar, Israel perdera novamente a ligação vital com o mar Vermelho e o mundo. Mas esta não era a maior preocupação de Israel. Como explicou na época o ministro do Exterior, Abba Eban, o que importava não era tanto o estreito em si, e sim a capacidade de dissuasão, que perderia toda a credibilidade se o país aceitasse o bloqueio de Nasser sem reagir.

Os diplomatas israelenses tentaram primeiro conseguir pressão internacional para obrigar o Egito a reabrir o estreito; ao mesmo tempo, pediram às Grandes Potências que expressassem publicamente seu apoio à reação de Israel. Os ingleses e franceses se recusaram de imediato, e De Gaulle restringiu-se a um alerta contra qualquer ataque preventivo de Israel e embargo de todas as remessas de armas francesas para Israel (naquele tempo a força aérea israelense dependia principalmente dos caças a jato franceses Mirage e Mystère).

Os norte-americanos foram um pouco mais receptivos. Lyndon Johnson tentou sem sucesso promover o apoio internacional para um comboio de navios comerciais que “romperia” o bloqueio do estreito, expondo o blefe egípcio. Ele garantiu a Eshkol e Eban a solidariedade norte-americana, e o apoio dos EUA em caso de ataque não provocado contra Israel. Mais ele não podia conceder, apesar da garantia de John Foster Dulles em 1957; na situação do momento, alegou, o Congresso não permitiria que um presidente norte-americano apoiasse abertamente uma agressão israelense, por mais justificada que fosse. Em sigilo, os especialistas militares garantiram a Johnson que os israelenses pouco tinham a temer: se pudessem “atirar primeiro”, venceriam em uma semana. Mas a Eshkol Johnson apenas anunciou que “Israel não ficará sozinha, a não ser que decida ir sozinha”.

Isso, claro, foi o que Israel fez. Os militares israelenses, com Dayan recentemente nomeado ministro da Defesa por pressão popular, ressentiu-se por ter de esperar duas longas semanas de “guerra falsa”, mas a estratégia diplomática de Eshkol seguramente rendeu dividendos. A União Soviética exerceu considerável pressão sobre o Egito, para que o país não começasse a guerra, obtendo sucesso — no final de maio, no último minuto, Nasser abandonou um plano de atacar primeiro Israel, e aparentemente concluiu que a crise que meio relutantemente deflagara fora superada. Israel, enquanto isso, dava a impressão de ter tentado todos os caminhos diplomáticos para evitar um conflito — mesmo que a maioria dos líderes israelenses e todos os generais estivessem no momento comprometidos com a guerra, a não ser que Nasser reabrisse o estreito, o que supunham corretamente (e em alguns casos torciam) que ele não faria.

Os especialistas militares que anteciparam a vitória israelense estavam bem informados, mas constituíam uma minoria. Muitos civis israelenses temiam o pior. Do presidente do Iraque, ‘Abd al-Rahman Muhammad ‘Aref,

(“Nosso objetivo é claro — vamos varrer Israel da face do mapa. Se Deus quiser, vamos nos encontrar em Tel Aviv e Haifa”) ao líder palestino Ahmed al-Shuqayri (“Vamos destruir Israel e seus habitantes. Quanto aos sobreviventes — se houver algum —, os navios estão prontos para deportá-los”), os líderes árabes pareciam unidos em sua determinação de demolir o Estado judeu. Suas ameaças pareciam bem críveis: juntando todos, as forças armadas de Egito, Síria, Iraque, Jordânia e aliados somavam novecentos aviões de combate, 5 mil tanques e meio milhão de homens. No máximo os israelenses dispunham de 1/4 disso em aviões, 1/5 em tanques e apenas 275 mil homens.

A HISTÓRIA DA GUERRA em si é bem conhecida. No Dia Um, 5 de junho, a aviação israelense atacou primeiro e arrasou grande parte da força aérea egípcia ainda no solo, destruindo 286 aviões de combate e matando cerca de um terço dos pilotos egípcios. Nos Dias Dois e Três, o exército de Israel despedaçou ou dispersou o grosso das forças armadas egípcias no Sinai, graças em boa parte ao completo domínio israelense dos ares. Enquanto isso, ignorando a exortação de Eshkol para se manter neutro na guerra, o rei Hussein da Jordânia — acreditando que sua sobrevivência dependia de aderir à guerra contra Israel — alinhou-se com a coalizão árabe (“a hora da decisão chegou”). Nas batalhas subsequentes, os israelenses, após duros combates, conquistaram Jerusalém e o território jordaniano a oeste do rio Jordão.

Ao final do Dia Quatro a guerra estava encerrada na prática. Nas Nações Unidas os Estados Unidos e as principais potências europeias (incluindo a União Soviética) pressionavam desde o início por um cessar-fogo, como supunham os israelenses: quando a guerra começou, Abba Eban calculou que as forças armadas de Israel teriam no máximo 72 horas, antes da intervenção das superpotências.

Mas os egípcios recusaram o cessar-fogo. Seu embaixador nas Nações Unidas, Muhammad El Kony, recebeu garantias do Cairo de que as coisas iam bem para os árabes, e que o tempo corria a seu favor; ele, por sua vez, tranquilizou alegremente o representante soviético, Nikolai Federenko, dizendo que os israelenses estavam blefando e que os aviões destruídos não passavam de imitações de madeira compensada.

Os israelenses tiveram sorte e sabiam disso: se os egípcios tivessem aceitado o cessar-fogo da ONU no dia 6, quando foi inicialmente proposto, em vez de dia 8, quando Nasser finalmente reconheceu a extensão da catástrofe, os egípcios teriam preservado pelo menos parte de seu exército, e Israel não teria ocupado a parte antiga de Jerusalém e a Cisjordânia. Uma vez decretado o cessar-fogo (ao qual Israel não poderia se opor, tendo lutado o que foi oficialmente uma “guerra defensiva preventiva”), Dayan, por sua iniciativa, tomou a decisão de atacar a Síria — o verdadeiro objetivo de Israel — antes que o cessar-fogo tivesse efeito. Isso provocou a fúria de Moscou e o risco de anular os benefícios das manobras diplomáticas de Eban, anteriores ao conflito, mas valeu a pena. Após algumas horas de luta renhida nas colinas de Golã, os israelenses venceram as defesas sírias e literalmente correram para Quneitra a fim de ocupar a parte mais alta antes de esgotado o prazo.

A escala da vitória israelense não tinha precedente e exigiu algum tempo até que as partes a avaliassem integralmente. Só as perdas egípcias chegavam a 15 mil homens e 85% do material bélico existente antes da guerra. Entre 200 e 300 mil árabes fugiram de Gaza e da Cisjordânia, rumo ao exílio, muitos dos quais já eram refugiados de 1948. Israel agora controlava uma área quatro vezes e meia o seu tamanho anterior, do Jordão ao canal de Suez, das terras altas libanesas ao mar Vermelho. A vantagem não era tão esmagadora como a brevidade da

guerra e seu desfecho podem sugerir — se não fosse pela superioridade aérea, os israelenses enfrentariam inimigos bem preparados, especialmente algumas unidades jordanianas e divisões egípcias; mas o que contava era o resultado. Um desfecho da guerra, certamente o mais importante na perspectiva israelense, foi o seguinte: nenhum líder árabe responsável viria a contemplar seriamente a destruição militar do Estado judeu.

Michel B. Oren, em sua nova história da guerra, relata o caso com detalhes fascinantes. Ele realizou uma pesquisa imensa em muitas fontes em hebraico, árabe, russo e inglês, e, embora sua narrativa se atenha à perspectiva israelense, isso produz apenas distorções ocasionais. Os pontos de vista egípcio e jordaniano são mencionados, e a responsabilidade de Israel pelos mal-entendidos e erros durante a guerra (notadamente o bombardeio do navio norte-americano *Liberty*) recebe destaque razoável. Uma virtude específica do livro de Oren é prestar atenção total à dimensão internacional do conflito, especialmente as preocupações e atitudes das superpotências. Isso permite a Oren colocar o que era em certo sentido uma guerra muito regional em seu contexto mais amplo: a guerra quase não ocorreu graças a esforços internacionais de prevenção, e certamente não se permitiria que fosse muito adiante, como os israelenses compreenderam perfeitamente.

Oren também acerta no perfil de algumas personalidades da época, especialmente israelenses, pelas quais demonstra melhor percepção. Os relatos do quase colapso nervoso de Rabin na véspera da batalha, da ambiguidade despreocupada de Dayan, do horror de Nasser com o tamanho da derrota, todos são relatados com competência. Alguns, como Yigal Allon, o belicoso líder do partido esquerdista Achdut Ha'Avodah e herói antigo da Guerra da Independência, deixam má impressão: ávido pelas batalhas, de olho nos territórios, avesso a devolver qualquer trecho em troca de paz. Outros, como o muito subestimado Levi

Eshkol, sobem um degrau em sua reputação. Foi Eshkol quem admoestou o general Ariel Sharon (quando Sharon se ofereceu para destruir o exército egípcio “por uma geração”), dizendo que “nada será resolvido por uma vitória militar. Os árabes continuam lá”. E foi Eshkol quem perguntou a seu assessor militar, Yigal Yadin, no dia seguinte à conquista-relâmpago da Cisjordânia: “Você já pensou em como vamos conviver com tantos árabes?” (A resposta de Yadin não foi registrada.)

Contudo, o livro de Oren, apesar de sua profundidade e texto vibrante, é de certo modo insatisfatório. Isso não se dá por sua fraqueza por frases de efeito infelizes: lemos que alguém tentava “paliar os sírios”, ou que “Hussein foi novamente apanhado entre rochas em choque”, e assim por diante. Nem se dá por Oren se mostrar mais inseguro conforme se distancia do Oriente Médio: a França em 1956 certamente não conspirou com Israel porque seu governo “compartilhava os ideais socialistas de Israel” (como então situar o entusiasmo conspiratório dos políticos conservadores ingleses?) e foi a queda de braço econômica do presidente Eisenhower, e não a ameaça vazia de “usar mísseis” do marechal Bulganin, que levou a Guerra do Suez a um final abrupto. Essas escorregões sugerem que Oren esteja fora de seu ambiente em termos das principais correntes da história internacional, mas isso não chega a comprometer seu projeto.

O problema reside no projeto em si. Oren anuncia no início que planeja recolocar a Guerra dos Seis Dias em seu contexto, apresentando suas origens e seu desfecho de tal modo que eles jamais serão olhados da mesma maneira novamente. E com respeito às origens ele realmente oferece um relato abrangente, embora um tanto diplomático. A história da guerra em si é muito bem contada, e como fonte de dados este livro deve ser considerado uma obra de referência padrão. Contudo, nem as origens nem a guerra sugerem, ao menos para este

leitor, novidades surpreendentes. Mais aprofundado do que relatos anteriores, sem dúvida. Melhor documentado, sem dúvida. Mas diferente? Não mesmo.

Quanto aos efeitos de longo prazo da semana mais agitada da história moderna do Oriente Médio, Oren mal toca no problema. Para ser justo, qualquer tentativa séria de avaliar as consequências da guerra exigiria outro livro. Mas as principais consequências da vitória israelense podem ser resumidas de modo sucinto. Espalhou-se a crença entre os analistas árabes, rapidamente transmitida para as “ruas”, de que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha ajudaram Israel — de que outro modo sua força aérea poderia ter alcançado um sucesso tão retumbante? Isso abriu caminho para um aumento significativo do sentimento antiamericano na região, uma mudança de atitude que se provou duradoura, e cujas consequências ainda vivemos.

O desfecho irônico foi que o apoio norte-americano oficial a Israel em junho de 1967 foi na verdade muito morno — Washington temia confrontar a opinião moderada árabe —, mas os dois países se aproximaram muito desde então. Israel agora era uma potência temida e um aliado em potencial numa região instável; embora em junho de 1967 os assessores de Johnson o alertassem para os perigos de comprometer abertamente os Estados Unidos com a causa sionista, os governos futuros não sofreriam desta ansiedade. Enfrentando a crescente hostilidade dos países árabes, aos Estados Unidos restaram poucas opções. A França, enquanto isso, livre dos constrangimentos de sua situação na Argélia, deu as costas ao Estado judeu (“*un peuple sûr de lui et dominateur*”, na famosa frase de De Gaulle) e tomou a decisão estratégica de reconstruir suas pontes para o mundo árabe.

A opinião pública internacional também começou a mudar. Antes da guerra, na Europa, assim como nos Estados Unidos, só a extrema direita e a extrema esquerda eram abertamente contra Israel. Os progressistas e

conservadores se mostravam igualmente simpáticos a Israel, a vítima ameaçada de extinção iminente. Em alguns círculos foi feita uma comparação com a guerra civil espanhola, ocorrida trinta anos antes, com Israel no papel de república legítima cercada por ditadores agressivos. Na Europa Ocidental e na América do Norte, África do Sul e Austrália, um esforço significativo foi iniciado em maio de 1967 para levar voluntários a Israel e substituir nos campos os homens chamados a combater.

Eu desempenhei um papel secundário nesses eventos, retornando, no meu caso, do Reino Unido para Israel no último voo comercial a pousar antes do início das hostilidades. Conseqüentemente, encontrei muitos desses voluntários, primeiro na Europa, depois em Israel. Havia muitos não judeus entre eles, pessoas que em sua maioria se consideravam politicamente “de esquerda”. Estando o julgamento de Eichmann e dos comandantes dos campos de concentração ainda bem frescos na memória, defender Israel tornou-se uma pequena causa internacional.

De acordo com Abba Eban, numa declaração dada após a vitória, “Nunca antes Israel foi mais honrada e reverenciada pelas nações do mundo”. Não sei se foi exatamente assim. Israel passou certamente a ser respeitada de uma maneira inédita. Mas a escala de seu triunfo na verdade precipitou uma dispersão do apoio. Alguns atribuem isso, razoavelmente, à preferência mundial pelo judeu no papel de vítima — e realmente houve um certo desconforto após junho entre simpatizantes internacionais de Israel pela evidente facilidade com que a causa triunfou, como se sua legitimidade fosse questionada retroativamente.

Mas havia muito mais em jogo. A velha esquerda europeia sempre pensara em Israel, com seus líderes trabalhistas de longa data, seu setor público desproporcionalmente grande e suas experiências comunitárias, como “um de nós”. Nas correntes políticas e ideológicas em rápido movimento do final dos anos 1960 e

início dos 1970, porém, Israel tornou-se uma espécie de anomalia. A nova esquerda, de Berlim a Berkeley, se interessava menos pela exploração dos trabalhadores e mais pelas vítimas do colonialismo e do racismo. A meta não era mais a emancipação do proletariado, e sim a libertação dos camponeses do terceiro mundo e do que ainda não chamavam de “pessoas de cor”. Os *kibutzim* conservariam uma certa aura romântica por alguns anos ainda, mas para os radicais ocidentais extremados eles não passavam de fazendas coletivas, e portanto meras variantes do desacreditado modelo soviético. Ao derrotar os exércitos árabes e ocupar terras árabes, Israel atraiu para si atenções destinadas a estimular a antipatia da nova esquerda, bem no momento em que grupos radiais isolados — católicos do Ulster, nacionalistas bascos, e Livross palestinos, alemães desiludidos com o parlamento e muitos outros — estavam descobrindo uma causa em comum.

Quanto à direita convencional, durante os anos 1950 e 1960 ela assumiu o apoio entusiástico a Israel, contra Nasser — a *bête noire* de qualquer governo ocidental, o “Hitler do Nilo” de Raymond Aron. Com a humilhação completa de Nasser, contudo, agravada pela ida da era colonial para o campo da memória, muitos conservadores europeus perderam o interesse em Israel, buscando em vez disso cortejar seus vizinhos produtores de petróleo: antes da crise de energia de 1973, e principalmente depois.

De diversas maneiras, portanto, o contexto internacional após 1967 se mostrou cada vez mais desfavorável para Israel, apesar da vitória dramática e por causa dela. Contudo, a mais importante de todas as mudanças, a transformação que marcaria todo o relacionamento de Israel com o resto do mundo, ocorreu no próprio país. Livre de ameaças sérias, ostensivamente autossuficiente, os israelenses se acomodaram. A atitude de Yael Dayan, registrada em seu diário, após o final da guerra, é típica: “A nova realidade do Oriente Médio apresenta Israel como o

elemento mais forte, e por isso passou a falar uma língua diferente, e a ouvir numa língua diferente.” A insegurança incômoda que caracterizou as primeiras duas décadas do país mudou para uma arrogância satisfeita.

De 1967 até o choque da Guerra do Yom Kippur em 1973, Israel viveu “embriagada pelo sucesso”. A aparente facilidade da vitória de junho levou tanto o público quanto os generais — estes imperdoavelmente — a acreditar que eram invencíveis. A imagem das Forças de Defesa de Israel foi às alturas. Mitos com base em autoelogio (portanto implicitamente contraditórios) foram consagrados: que a Guerra dos Seis Dias fora vencida com facilidade graças à superioridade técnica e cultural das forças israelenses; que as principais batalhas (por Jerusalém e pelo Golã) se caracterizaram por feitos heroicos dos soldados, numa situação adversa.

Livros como *Israel Journal* (Diário de Israel), de Yael Dayan, refletiam e alimentavam uma sensação amplamente disseminada de superioridade espiritual. Incorporada ao Comando Sul de Sharon durante a guerra, ela zombou do conteúdo das barracas dos oficiais egípcios capturados: livros policiais, meias de nylon, doces. “Sei o que as mesas de cabeceira de *nossos* oficiais contêm; um soldado egípcio teria encontrado canetas, papel de carta, livros e outros materiais de estudo — e talvez um livro de poemas.” Comparando os dois lados, Dayan conclui que os egípcios tinham vantagem material, mas “nós tínhamos a superioridade espiritual”.

Talvez. Ou talvez não. Pelo que me recordo dos alojamentos dos oficiais de baixa patente no Golã, no final do verão de 1967, havia mais pôsteres de garotas do que poemas. E, pelos contatos com os soldados na época, posso confirmar com segurança a espantadora e rápida transição da confiança contida para o ar de absoluta superioridade. Sharon não foi o único a abranger a região capturada com um gesto e declarar (neste caso, a Yael Dayan) que “tudo

isso é nosso". E a nova atitude foi reforçada pelo surgimento em relativamente pouco tempo de um novo tipo de israelense. A grande vitória de 1967 revitalizou o sionismo, graças à nova geração de imigrantes entusiasmados que chegavam principalmente dos Estados Unidos; mas esses novos sionistas não traziam na bagagem os antigos textos socialistas sobre emancipação, redenção e vida comunitária, mas uma Bíblia e um mapa. Para eles, a ocupação acidental da Judeia e da Samária por Israel não era um problema, era a solução. A seus olhos religiosos jingoístas a derrota dos inimigos históricos de Israel não significava o final da história, mas sim o começo.

Em vários casos seu nacionalismo agressivo se fazia acompanhar por um judaísmo messiânico renascido, uma combinação até então praticamente desconhecida em Israel. Na esteira da captura impetuosa de Jerusalém, o rabino chefe do exército, Shlomo Goren, propôs que as mesquitas no monte do Templo fossem dinamitadas. O general no comando do front jordaniano, Uzi Narkiss, o ignorou; mas nos anos seguintes a voz do sionismo intolerante e ultrarreligioso se tornaria mais insistente e difícil de ignorar.

A demografia israelense foi alterada de diversas outras maneiras, também. Logo após a Guerra dos Seis Dias, os judeus da Síria, Iraque, Egito e Líbia, bem como de outros lugares, foram vítimas de perseguições e discriminações, e a taxa de imigrantes judeus vindos dos países árabes cresceu intensamente. Até então essa imigração se restringia a judeus expulsos ou fugitivos dos novos estados independentes do Magreb; estes continuaram a chegar, diretamente dos países de origem ou via França, mas não constituíam mais uma pequena minoria na população geral. Os novos israelenses não só não compartilhavam o meio político e cultural dos imigrantes europeus iniciais. Eles tinham opiniões firmes e hostis aos árabes. Afinal de contas, as relações entre judeus e árabes nos lugares de onde

vinham baseavam-se frequentemente no desprezo mútuo e pouco mais. Quando os partidos trabalhistas tradicionais previsivelmente falharam em conquistar seu apoio (ou nem se deram o trabalho de tentar), eles se voltaram aos revisionistas radicais, cujos preconceitos chauvinistas compreendiam. A ascensão ao poder de Menachem Begin, Yitzhak Shamir e seus sucessores seria literalmente inimaginável antes de junho de 1967. Depois tornou-se possível e até inevitável.

Esta foi a ironia da vitória de 1967: foi a única guerra vencida por Israel que deu ao país uma chance real de modelar o Oriente Médio com vantagem para todos e de Israel acima de tudo — mas a própria escala da vitória de certa forma bloqueou a imaginação e a iniciativa de seus líderes. A “confiança exagerada” (na frase feliz de Oren) após junho de 1967 conduziu aos desastres iniciais da Guerra do Yom Kippur de 1973, quando, incapaz de imaginar um planejamento árabe tão bom quanto seu próprio serviço de inteligência sugeria, o comando militar israelense foi apanhado de surpresa. A mesma confiança fora de lugar levou políticos israelenses a deixar a política à deriva no decorrer dos anos 1970, numa época em que a iniciativa ainda continuava em boa parte na mão deles.

Quanto aos territórios ocupados, a questão de Eshkol a Yadin permanecia sem resposta. O hábito de encorajar assentamentos de fronteira em nome da segurança — um elemento formador do *Yishuv* original (a comunidade judaica na Palestina pré-1948) e origem de muitos *kibutzim* — fazia sentido nas condições militares dos anos 1930. Contudo, meio século depois não passava de um anacronismo absoluto. Foi neste contexto, porém, que os políticos de destaque aceitaram os assentamentos subsidiados na Cisjordânia de dezenas de milhares de extremistas políticos e religiosos. Alguns políticos — Allon, Sharon — sempre pretenderam a presença israelense

permanente nas terras conquistadas. Outros preferiam não se opor à tendência do momento.

Ninguém pensou muito em como remover os assentamentos quando chegasse a hora de trocar terra por paz, como desde o início ficou claro que ocorreria. No dia 19 de junho de 1967 o ministério israelense votou secretamente pela aceitação do princípio de devolução das terras ocupadas em troca da paz duradoura. Como Eshkol destacou, no início da guerra: “Mesmo que conquistemos Jerusalém oriental e a Cisjordânia, no final teremos de deixá-las.”

É fácil exagerar a nostalgia pela antiga Israel, anterior às vitórias de 1967 e às mudanças perturbadoras que ela trouxe em sua esteira. O país pode ter obtido “fronteiras de Auschwitz” (Eban), mas sua identidade dentro delas finalmente era clara. Todavia, se o Estado judeu pretendia um dia se sentir em casa no Oriente Médio — e ser a comunidade “normal” sonhada pelos sionistas fundadores —, então seu curioso pendor europeu, como de uma cápsula do espaço-tempo num continente estrangeiro, não podia durar. E não resta dúvida de que, para o bem ou para o mal, desde junho de 1967 Israel entrou inteiramente para o mundo do Oriente Médio. O país também possui religiosos dementes, devotos religiosos, demagogos nacionalistas e defensores da limpeza étnica. Além disso, tristemente, está menos seguro do que em qualquer momento dos últimos quarenta anos. A ideia de que os judeus em Israel poderiam tocar suas vidas cotidianas, ignorando o mundo árabe, como muitos fizeram antes de 1967, é hoje tragicamente impensável.

Exceto pela expulsão da presença árabe de cada centímetro de solo atualmente controlado por Israel, o dilema com que o país se defronta é hoje o mesmo de junho de 1967, quando o idoso David Ben-Gurion alertou seus compatriotas contra a permanência nos territórios conquistados. Uma vitória histórica pode causar quase

tantos danos quanto uma derrota histórica. Na palavras de Abba Eban, “O exercício de poder permanente sobre uma nação estrangeira só pode ser defendido por uma ideologia ou retórica de autoadoração e exclusividade que são incompatíveis com o legado ético do judaísmo profético e do sionismo clássico.” O risco que Israel corre hoje é que, para muito de seus defensores mais exaltados, o sionismo se tornou apenas uma “ideologia ou retórica de autoadoração e exclusividade”, e pouco mais. A brilhante vitória de Israel em 1967, já um clássico nos anais da guerra preventiva, rendeu frutos amargos tanto para os derrotados quanto para os vitoriosos.

Este ensaio — uma resenha de julho de 2002 para a nova história da Guerra dos Seis Dias, por Michael Oren, foi minha última colaboração para a New Republic. No ano seguinte meu nome desapareceu do expediente da publicação, após meu artigo sobre a solução de um Estado para Israel e Palestina. (“Israel: The Alternative”[Israel: A alternativa]), no New York Review of Books, vol. 50, nº xvi, outubro de 2003). Apesar do tom majoritariamente favorável de minha resenha, Michael Oren — talvez desacostumado à discordância ou crítica — escreveu uma resposta curiosamente injuriosa, ad hominem, que a New Republic publicou na edição de 30 de setembro de 2002.

*** Michael B. Oren, *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East* (Oxford: Oxford University Press, 2002).

O país que não queria crescer

Aos 58 anos, um país — como um homem — já deve ter adquirido uma certa maturidade. Após quase seis décadas de existência sabemos quem somos, para o bem e para o mal, sabemos o que fizemos e como aparecemos para os outros, com verrugas e todo o restante. Reconhecemos, por mais que o façamos relutantemente e em particular, nossos erros e fracassos. Embora ainda alimentemos ilusões ocasionais a respeito de nós mesmos e de nossas perspectivas, adquirimos sabedoria suficiente para admitir que elas são, em sua maior parte, apenas isso: ilusões. Em resumo, somos adultos.

Mas o Estado de Israel continua curiosa (e unicamente, entre as democracias ao estilo ocidental) imaturo. As transformações sociais do país — e suas muitas conquistas econômicas — não trouxeram a *sabedoria* política que normalmente acompanha a idade. Visto de fora, Israel ainda se comporta como um adolescente: consumido pela confiança inabalável em sua própria originalidade; certo de que ninguém a “entende” e que estão todos “contra” ela; cheio de amor-próprio ferido, rápido em se sentir ofendido e em ofender. Como muitos adolescentes, Israel se convenceu — e faz questão de reafirmar isso insistente e agressivamente — de que pode fazer o que bem entender; que suas ações não provocam consequências; e que é imortal. Como era de se esperar, o país que de certa maneira fracassou em amadurecer estava até recentemente nas mãos de uma geração de homens que já eram

proeminentes nos assuntos públicos quarenta anos atrás: um Rip van Winkle israelense que dormisse em 1967, digamos, ficaria muito surpreso se acordasse em 2006 e encontrasse Shimon Peres e o general Ariel Sharon ainda a pairar sobre as questões do país — embora apenas em espírito, no caso do último.

Mas esta, dirão os leitores israelenses, é apenas a visão preconceituosa de alguém de fora. O que parece do exterior um país indulgente consigo, teimoso — delinquente em suas obrigações internacionais, ressentido e indiferente à opinião mundial —, é simplesmente um pequeno Estado independente que faz o que sempre fez: cuida de seus interesses numa parte inóspita do globo. Por que Israel, tão combatido, deveria valorizar esses críticos estrangeiros, que dirá seguir seus conselhos? *Eles* — gentios, muçulmanos, esquerdistas — têm diferentes motivos para detestar Israel. *Eles* — europeus, árabes, fascistas — sempre escolheram Israel para desfiar suas críticas. Os motivos *deles* são intemporais. *Eles* não mudaram. Por que Israel deveria mudar?

Mas *eles* mudaram. E é para esta mudança — que passou despercebida em larga medida dentro de Israel — que pretendo chamar a atenção. Antes de 1967 o Estado de Israel podia ser minúsculo e hostilizado, mas não era tipicamente odiado: certamente não no Ocidente. O comunismo oficial do bloco soviético era antissionista, claro, e por este motivo apenas Israel já seria visto com simpatia pelos outros, inclusive a esquerda não comunista. A imagem romântica do kibutz e do *kibutznik* teve apelo internacional nas primeiras duas décadas de existência de Israel. Muitos admiradores de Israel (judeus e não judeus) pouco sabiam a respeito da catástrofe palestina de 1948. Eles preferiram ver no Estado judeu a encarnação do último sobrevivente do idílio do socialismo agrário do século XIX — ou então o protótipo da energia modernizadora, que “fez o deserto florescer”.

Eu me lembro bem de como, na primavera de 1967, o equilíbrio das opiniões dos estudantes na Universidade de Cambridge era majoritariamente pró-Israel, nas semanas que antecederam a Guerra dos Seis Dias — e como todos prestavam pouca atenção à condição dos palestinos, ou à aliança anterior de Israel com a França e a Grã-Bretanha, que levou à desastrosa aventura em Suez, em 1956. Na política e nos círculos que elaboravam as políticas, só especialistas em assuntos árabes conservadores e antiquados criticavam o Estado de Israel; até os neofascistas chegavam a aprovar o sionismo, com base no antissemitismo tradicional.

Por um tempo, após a guerra de 1967, esses sentimentos permaneceram inalterados. O entusiasmo pró-palestino dos grupos radicais e movimentos nacionalistas pós-anos 1960, refletido em campos de treinamento conjunto e projetos compartilhados de ataques terroristas, foi compensado pelo crescente reconhecimento internacional do Holocausto pela educação e pela mídia: o que Israel perdia pela contínua ocupação de terras árabes, ganhava com sua profunda identificação com a memória recuperada dos judeus mortos na Europa. Até mesmo a inauguração dos assentamentos ilegais e a desastrosa invasão do Líbano, embora reforçassem os argumentos dos críticos de Israel, não conseguiram alterar o equilíbrio internacional de opiniões. Até recentemente, como no início dos anos 1990, a maioria das pessoas tinha uma vaga noção da existência da Cisjordânia e do que ocorria lá. Mesmo quem defendia a causa palestina em fóruns internacionais admitia que praticamente ninguém ouvia. Israel podia continuar agindo como bem entendesse.

Hoje em dia tudo é diferente, porém. Podemos ver em retrospecto que a vitória de Israel em junho de 1967 e a ocupação contínua dos territórios conquistados na época tornaram-se a *nakbar* do Estado judeu: uma catástrofe política e moral. As ações de Israel na Cisjordânia e em

Gaza amplificaram e divulgaram as deficiências do país, colocando-as sob os holofotes de um mundo atento. Toques de recolher, barreiras, motoniveladoras, humilhação pública, destruição de lares, confisco de terras, tiroteios, “assassinatos seletivos”, o Muro: todas essas rotinas de ocupação e repressão eram familiares antes apenas a uma minoria bem informada de especialistas e ativistas. Hoje podem ser vistas em tempo real por qualquer um que tenha um terminal de computador ou antena parabólica — isso significa que o comportamento de Israel passa por escrutínio diário por centenas de milhões de pessoas no mundo inteiro. O resultado foi uma completa transformação da visão internacional de Israel. Até muito recentemente a imagem cuidadosamente polida de uma sociedade ultramoderna — construída por sobreviventes e pioneiros, habitada por democratas amantes da paz — ainda predominava na opinião internacional. Qual é o símbolo universal de Israel, reproduzido mundialmente em milhares de editoriais jornalísticos e charges políticas? A estrela de Davi aplicada num tanque de guerra.

Hoje somente uma minoria de estrangeiros vê os israelenses como vítimas. As verdadeiras vítimas, aceita-se agora, são os palestinos. Realmente, os palestinos substituíram os judeus como a minoria emblemática, perseguida: vulnerável, humilhada, despatriada. Em si esta distinção involuntária pouco faz pelo avanço da causa palestina (assim como pouco ajudou os judeus); mas redefiniu *Israel* para sempre. Tornou-se lugar-comum comparar Israel a um colonizador ocupante, na melhor das hipóteses, e, na pior, com a África do Sul e suas leis raciais e os bantustões. Nesta condição, Israel desperta escassa solidariedade, mesmo quando seus cidadãos sofrem: israelenses mortos — como o branco ocasionalmente assassinado na África do Sul na época do apartheid — são tipicamente vistos no exterior como danos colaterais da

política equivocada de seu próprio governo, e não como vítimas de terrorismo.

Essas comparações são letais para a credibilidade moral de Israel. Atingem aquilo que foi um dia seu mais forte argumento: a alegação de ser uma ilha vulnerável de democracia e decência num mar de autoritarismo e crueldade; um oásis de direitos e liberdade rodeado por um deserto de repressão. Mas democratas não isolam povos desamparados em bantustões, depois de conquistar suas terras; e homens livres não ignoram as leis internacionais e tomam as casas de outros homens. As contradições da apresentação que Israel faz de si — “somos muito fortes / somos vulneráveis”; “controlamos nosso destino / somos vítimas”; “somos um país normal / exigimos tratamento especial” — não são novas: fazem parte da identidade peculiar do país praticamente desde seu início. E a ênfase insistente de Israel no isolamento e na originalidade, sua alegada condição tanto de vítima quanto de herói, um dia fizeram parte do encanto no estilo Davi contra Golias.

Mas atualmente a narrativa nacional do país, de vitimização machista, parece ao resto do mundo simplesmente bizarra: prova de uma espécie de disfunção cognitiva coletiva que tomou conta da cultura política israelense. E a mania de perseguição longamente cultivada — “todo mundo quer pegar a gente” — não desperta mais comiseração. Em vez disso atrai comparações indesejáveis. Num recente encontro internacional ouvi um palestrante, em analogia com a famosa frase de Helmut Schmidt, que desprezou a União Soviética ao chamá-la de “Alto Volta com mísseis”, descrever Israel como “Sérvia com armas nucleares”.

Israel continuou a mesma, mas o mundo — como destaquei acima — mudou. Qualquer que seja a força da autodescrição de Israel na imaginação dos israelenses, ela não opera mais além das fronteiras do país. Nem mesmo o Holocausto pode ser usado para desculpar o

comportamento de Israel. Graças à passagem do tempo, a maioria dos países europeus ocidentais chegou a uma posição clara com relação a sua parte no *Shoah*, algo que não se podia afirmar havia um quarto de século. Do ponto de vista de Israel isso causou consequências paradoxais: até o fim da Guerra Fria os governos israelenses ainda conseguiam tirar proveito do sentimento de culpa dos alemães e outros europeus, explorando seu fracasso em compreender direito o que foi feito aos judeus em seu território. Hoje, quando a história da Segunda Guerra Mundial está se retirando da área pública para a sala de aula, e desta para os livros de história, um número cada vez maior de eleitores na Europa e em outros países (jovens eleitores, acima de tudo) simplesmente não consegue entender como os horrores da última guerra europeia podem ser invocados para autorizar um comportamento inaceitável em outra época e em outro lugar. Aos olhos atentos do mundo, o fato de a bisavó de um soldado israelense ter morrido em Treblinka não serve de desculpa para o tratamento abusivo de uma mulher palestina que tenta cruzar uma barreira militar. “Lembrem-se de Auschwitz” não é uma resposta aceitável.

Em resumo: Israel, aos olhos do mundo, é um país normal; mas comporta-se de modo anormal. *Controla* seu destino; mas as vítimas são outras. É forte (*muito forte*), mas seu comportamento torna os outros vulneráveis. E assim por diante, e na falta de outras justificativas para seu comportamento, Israel e seus defensores de hoje recaem com crescente tom agudo no mais antigo argumento de todos: Israel é um Estado *judeu*, e por isso as pessoas o criticam. Isto — a acusação de que críticas a Israel são implicitamente antisemitas — é considerado em Israel e nos Estados Unidos como o trunfo de Israel. Foi usado com insistência e agressividade em anos recentes, e isso se dá porque é a única cartada que resta.

O hábito de manchar críticas estrangeiras com a pecha do antissemitismo enraizou-se profundamente no instinto político israelense: Ariel Sharon o usou com exagero característico, mas foi apenas o último numa longa lista de líderes israelenses que exploraram esta alegação. David Ben-Gurion e Golda Meir não agiram de modo diferente. Mas os judeus fora de Israel pagam um preço alto por esta tática. Não só isso inibe suas próprias críticas a Israel, por temor de associação a más companhias, como estimula outros a considerar os judeus de todas as partes como colaboradores de fato dos desvios israelenses. Quando Israel transgredir uma lei internacional nos territórios ocupados, quando Israel humilha publicamente as populações dominadas cujas terras tomou — e depois reage a seus críticos com gritos de “antissemitismo” —, está na verdade dizendo que seus atos não são atos israelenses, mas atos *judeus*; a ocupação não é uma ocupação israelense, é uma ocupação *judaica*; se você não gosta disso é porque não gosta dos *judeus*.

Em diversas partes do mundo corre-se o risco de o feitiço voltar contra o feiticeiro: o comportamento temerário de Israel e sua insistente identificação de todas as críticas com o antissemitismo é hoje a principal fonte de sentimentos antijudaicos na Europa Ocidental e em grande parte da Ásia. Mas o corolário tradicional — se o sentimento antijudaico está vinculado à oposição a Israel, então as pessoas de pensamento correto deveriam correr para defender o país — não se aplica mais. Em vez disso, as ironias do sonho sionista completaram seu círculo: para dezenas de milhões de pessoas, atualmente, Israel é de fato o país de todos os judeus. E, portanto, com um argumento de certa forma razoável, muitos observadores acreditam que um modo de deter o antissemitismo em alta nos subúrbios de Paris ou nas ruas de Jacarta seria Israel devolver a terra tomada aos palestinos.

Os líderes até agora ignoraram esses desdobramentos porque, em larga medida, contaram com o apoio inquestionável dos Estados Unidos — o único país no mundo onde a alegação de que o antissionismo é igual ao antissemitismo ainda vale, não só na opinião de muitos judeus como também nos pronunciamentos públicos de políticos importantes e nos veículos de comunicação de massa. Mas esta confiança preguiçosa e entranhada na aprovação norte-americana incondicional — e o suporte moral, militar e financeiro que a acompanha — pode vir a ser a causa da ruína de Israel.

Porque algo está mudando nos Estados Unidos. Sem dúvida passaram-se poucos e curtos anos desde que os assessores do primeiro-ministro Sharon podiam celebrar alegremente o sucesso em ditar ao presidente George W. Bush os termos da declaração pública aprovando os assentamentos ilegais em Israel. Nenhum congressista norte-americano havia proposto reduzir ou eliminar os US\$3 bilhões pagos anualmente a Israel (20% do orçamento total de ajuda ao estrangeiro dos EUA), que ajudam a sustentar o orçamento de defesa de Israel e cobrir o custo da construção de assentamentos na Cisjordânia. Israel e Estados Unidos parecem estar cada vez mais atrelados um ao outro num abraço simbiótico cujas ações de cada parte, até agora, exacerbaram sua impopularidade comum no estrangeiro — e com isso eles parecem ainda mais próximos, aos olhos dos críticos.

Embora Israel não tenha escolha, a não ser se voltar para os Estados Unidos — não tem outros amigos, conta no máximo com a afeição condicional dos inimigos de seus inimigos (como a Índia) —, os Estados Unidos são uma grande potência; e grandes potências têm interesses que mais cedo ou mais tarde transcendem obsessões locais ou mesmo a situação de seus países clientes e satélites mais próximos. Não me parece de pouca importância que um ensaio recente, sobre *“The Israel Lobby”* (O lobby de Israel),

de John Mearsheimer e Stephen Walt, tenha despertado tanto debate e interesse público. Mearsheimer e Walt são veteranos acadêmicos proeminentes com impecáveis credenciais conservadoras. É verdade que — por seu próprio relato — eles não teriam conseguido publicar sua veemente acusação à influência do lobby de Israel na política externa norte-americana num jornal de circulação nacional (saiu no *London Review of Books*), mas o ponto é que dez anos antes eles não desejariam — e provavelmente não conseguiriam — publicar o texto em lugar nenhum. Embora o debate iniciado possa gerar mais calor que luz, possui grande importância: como disse o dr. Johnson a respeito de mulheres que pregam, não é benfeito, mas nos impressiona que tenham conseguido fazer.

O fato é que a desastrosa invasão do Iraque e suas consequências começam a produzir uma série de mudanças no debate sobre política externa aqui nos EUA. Está ficando claro a pensadores proeminentes de todo o espectro político — dos até então intervencionistas neoconservadores, como Francis Fukuyama, a realistas empedernidos como Mearsheimer — que nos anos recentes os Estados Unidos sofreram uma catastrófica perda de influência política internacional e uma degradação de sua imagem moral sem precedentes. As iniciativas estrangeiras do país resultaram em derrotas que beiram o irracional. Existe um longo caminho de recomposição adiante, acima de tudo nas relações de Washington com comunidades e regiões econômica e estrategicamente vitais, do Oriente Médio ao Sudeste Asiático. E a reconstrução da imagem e influência internacional do país não pode almejar sucesso enquanto sua política externa estiver ligada por um cordão umbilical às necessidades e ao interesse (se for isso mesmo) de um pequeno país do Oriente Médio de relevância mínima para as preocupações norte-americanas de longo prazo — um país que é, nas palavras de Mearsheimer/Walt em seu

ensaio, um fardo estratégico: “um passivo na guerra contra o terror e no esforço maior de lidar com Estados perigosos.”

Aquele ensaio é portanto um balão de ensaio — uma indicação da provável direção futura do debate doméstico nos EUA sobre os vínculos peculiares com Israel. Claro, sofreu uma bateria de críticas dos suspeitos de sempre — e, como eles anteciparam, os autores foram acusados de antissemitismo (ou de defender os interesses do antissemitismo: “antissemitismo objetivo”). Mas é impressionante, para mim, ver que pouca gente com quem tenho conversado leva a acusação a sério, de tão previsível ela se tornou. Isso é ruim para os judeus — uma vez que o antissemitismo genuíno também pode, com o tempo, deixar de ser levado a sério, graças ao abuso do termo pelo lobby de Israel. Mas o pior fica para Israel.

Esta nova disposição de tomar certa distância de Israel não se confina aos especialistas em política externa. Como professor, percebi surpreso, nos anos recentes, a mudança na atitude dos estudantes. Um exemplo entre muitos: na New York University, em 2005, eu estava dando uma aula sobre a Europa no século XX, tentando explicar a jovens norte-americanos a importância da Guerra Civil Espanhola na memória política dos europeus, e por que a Espanha de Franco ocupou um lugar tão especial na nossa imaginação moral: lembrança de lutas perdidas, símbolo de opressão numa era de liberalismo e liberdade, e uma terra envergonhada que as pessoas boicotavam por seus crimes e repressões. Não consigo pensar, disse aos estudantes, em nenhum país que ocupe um lugar tão pejorativo na consciência democrática pública de hoje. Engana-se, respondeu uma jovem: e quanto a Israel? Para minha imensa surpresa, a maioria da classe (inclusive muitos alunos do numeroso contingente judeu) balançou a cabeça em sinal de aprovação. As coisas estão realmente mudando.

Que Israel hoje seja comparável à Espanha do general Franco aos olhos de jovens norte-americanos deve ser um

choque e um chamado de alerta tardio para os israelenses. Nada dura para sempre, e parece provável que nos próximos anos nos debrucemos sobre os anos desde 1973 como uma época de trágica ilusão para os israelenses: os anos que o gafanhoto comeu, consumidos pela bizarra noção de que, fizesse ou exigisse qualquer coisa, Israel poderia contar indefinidamente com o apoio inquestionável dos Estados Unidos, e nunca correria o risco de uma reação negativa. A arrogância cega foi tragicamente resumida numa afirmação de Shimon Peres em 2003, na véspera da calamitosa guerra que seria vista em retrospecto, creio, como o fator que precipitou o início do afastamento dos Estados Unidos de seu aliado, Israel: “A campanha contra Saddam Hussein é indispensável.”

De certo ângulo, o futuro de Israel é sombrio. Não pela primeira vez o Estado judeu se vê na periferia vulnerável de um império alheio: excessivamente confiante em sua própria retitude; deliberadamente cego ao perigo de seus excessos indulgentes provocarem seu mentor imperial ao ponto de irritação e até mais; ignorante de seu próprio fracasso em estabelecer outras amizades. Claro, o moderno Estado de Israel possui armas poderosas — muito poderosas. O que pode fazer com elas, porém, além de angariar mais inimigos? Contudo, a Israel moderna tem também opções. Precisamente por ser um país objeto de desconfiança e ressentimento universal — e porque as pessoas esperam muito pouco de Israel atualmente —, uma mudança de estadista na política atual (desmantelamento dos principais assentamentos, abertura incondicional de negociações com os palestinos, pagando o blefe do Hamas ao oferecer a seus líderes algo sério em troca do reconhecimento de Israel e de um cessar-fogo) pode apresentar benefícios desproporcionais.

Mas um realinhamento radical da estratégia israelense permitiria uma difícil reavaliação de todos os clichês e ilusões sob os quais o país e sua elite política repousaram

durante a maior parte da vida. Levaria à admissão de que Israel não pode contar mais com tanta indulgência ou solidariedade internacional; que os Estados Unidos não estarão sempre a seu lado; que muros e armas não preservarão Israel para sempre, como não preservaram a República Democrática Alemã ou a África do Sul branca; que as colônias estão sempre destinadas ao fracasso, a não ser que se queira dizimar ou expulsar a população indígena. Outros países e seus líderes compreenderam isso e conduziram realinhamentos comparáveis: Charles de Gaulle se deu conta de que a ocupação da Argélia (muito anterior e muito mais avançada que as colônias israelenses na Cisjordânia) era um desastre moral e militar para seu país, e num ato de admirável coragem histórica ele agiu a partir desta noção e promoveu a retirada. Mas quando De Gaulle chegou a esta conclusão ele já era um estadista maduro, de quase 70 anos. Israel não pode se dar ao luxo de esperar tanto tempo. Aos 58 anos, chegou a hora de crescer.

Este ensaio foi encomendado pelos diretores do diário liberal israelense Haaretz, para a edição de comemoração dos 58 anos de fundação do país, sendo publicado em maio de 2006. Despertou a esperada enxurrada de respostas de correspondentes e blogueiros relutantes em apoiar qualquer crítica a Israel, a suas práticas e políticas. A maioria das respostas históricas vieram dos Estados Unidos; como ocorre frequentemente nesses casos, as reações em Israel — tanto críticas quanto de incentivo — foram mais moderadas.

Parte Quatro

O (MEIO) SÉCULO AMERICANO

Uma tragédia americana? O caso de Whittaker Chambers

No outono de 1993, Maria Schmidt, jovem historiadora húngara em Budapeste, telefonou para mim em Nova York. Ela queria fazer uma pergunta. “Fale-me sobre ‘Alger Hiss’.” Expliquei o mais resumidamente que pude. “Quer dizer que há pessoas nos Estados Unidos que ainda acreditam que ele estava dizendo a verdade?” Certamente, retruquei, inclusive algumas entre meus colegas professores. “Neste caso”, ela falou, “vou lhe mandar uma coisa que encontrei”. Schmidt é historiadora da Hungria contemporânea. Ela conseguiu acesso aos arquivos do Partido Comunista Húngaro da época da guerra e do pós-guerra, e ali, enquanto examinava comunicados e relatórios trocados entre agentes da polícia secreta e líderes do Partido Comunista, ela se deparou com o nome de “Alger Hiss” várias vezes. Presumindo que fosse um pseudônimo — o caso Hiss não aparece com destaque nas aulas de história na Europa — ela descobriu, surpresa, que realmente existira um homem com aquele nome (e que ainda estava vivo naquela época). As evidências de Schmidt desde então já foram corroboradas por material obtido de fontes governamentais nos Estados Unidos e na União Soviética. Para quem não acredita em fadas, o caso Hiss está encerrado agora.

O que resta é o caso ainda mais interessante de Whittaker Chambers. Os eventos que despertaram a atenção do público para Whittaker Chambers são conhecidos, e Sam Tanenhaus os recapitula em detalhes

pungentes numa fascinante biografia.* Mensageiro da rede comunista clandestina de 1932 a 1938, Chambers “desertou” do partido e contou sua história em 1939 a Adolf A. Berle Jr., assistente de secretário de Estado no governo Roosevelt, e assessor do presidente para assuntos de inteligência. Berle passou adiante as informações de Chambers, que incluíam os nomes das fontes do partido no governo norte-americano, entre eles Alger Hiss, um astro em ascensão no Departamento de Estado que servira na Administração do Ajuste Agrícola no início dos anos Roosevelt.

Por alguns anos nada mais foi feito, embora Chambers tivesse sido investigado e interrogado pelo FBI em 1941, e novamente após a guerra. Então, em julho de 1948, o Comitê da Câmara para Atividades Antiamericanas (HUAC) convocou Elizabeth Bentley como testemunha. Bentley, que sucedera Chambers como mensageiro comunista clandestino em Washington, D.C., deu declarações que, pela primeira vez, corroboravam as informações anteriores de Chambers, que foi chamado a depor no comitê. Seu testemunho implicou Alger Hiss e sete outros como membros de uma rede comunista que operava nos altos escalões dos governos do New Deal. Na época, Chambers não alegou ter conhecimento de atos de espionagem praticados pelo grupo, nem forneceu documentos que reforçassem seu testemunho. Pertencer ao Partido Comunista nos anos 1930 não era em si uma atividade criminosa.

Hiss também foi chamado a depor pelo comitê. Ele foi convincente e negou conhecer Chambers. Em sessões posteriores Hiss confessou que o conhecera, “com nome diferente”; a versão de Hiss para seus encontros nos anos 1930 continha uma série de detalhes contraditórios. Mesmo assim, a quantidade de encontros entre os dois sujeitos, em sessões abertas e fechadas do comitê, pouco ajudou no caso contra Hiss. Mas quando Chambers repetiu suas

acusações — de que Hiss havia sido comunista, e que talvez continuasse a sê-lo — num programa de rádio, sem o benefício da proteção legal vigente nas audiências da Câmara, Hiss (confiando que Chambers não tinha provas para apresentar no tribunal) o processou por calúnia e difamação, em 27 de setembro de 1948.

Obrigado então a apresentar algo além de suas recordações, mesmo que tenham sido confirmadas por ao menos outra testemunha ex-comunista, Chambers finalmente abandonou negativas anteriores e afirmou que Alger Hiss e outros realizaram atos de espionagem. Ele embasou sua alegação retirando do esconderijo documentos e microfimes que escondera na época de sua defecção, em 1938, como proteção contra uma vingança soviética. O material esteve oculto novamente dentro de uma abóbora oca por um curto período, na fazenda de Chambers (daí os notórios *pumpkin papers*, ou “dossiê abóbora”), antes de ser dramaticamente apresentado ao HUAC como evidência. O HUAC repassou o material, relutantemente, a um grande júri, e no dia 15 de dezembro de 1948 Alger Hiss foi indiciado por dois crimes de perjúrio: negar sob juramento que vira Chambers depois do dia 1º de janeiro de 1937, e alegar, também sob juramento, que nunca passara documentos governamentais para ele. Nos dois casos as provas contidas no novo material foram decisivas. Hiss não podia ser condenado por espionagem, por decurso de prazo, mas a acusação de perjúrio substituiu a outra acusação.

O primeiro julgamento de Hiss, que durou de 1º de junho a 8 de julho de 1949, terminou sem que os jurados chegassem a um veredito. O segundo julgamento começou no dia 17 de novembro de 1949 e durou até 21 de janeiro de 1950, quando Hiss foi considerado por unanimidade culpado de perjúrio e condenado a cinco anos de prisão. Ele cumpriu 44 meses. Pelo resto de sua longa vida (ele morreu em 1996), Hiss sustentou que não era culpado. Seu pedido

de novo julgamento foi recusado, mas para muita gente seus protestos de inocência soavam verdadeiros. O ônus, ao que pareceu em alguns momentos, ficou nas costas de Chambers e de seus simpatizantes, que deveriam mostrar por que Hiss continuava a negar as acusações, se eram verdadeiras, e apresentar mais provas do que apenas um punhado de documentos e um microfilme parcialmente danificado. Muitos sugeriram ter ocorrido erro judicial, escolha de um bode expiatório ou conspiração. Mas, como Tanenhaus mostra de modo convincente, as provas são hoje inatacáveis. O material apresentado já era suficientemente prejudicial, e ainda havia as lembranças de Chambers dos detalhes cruciais a respeito de Hiss e suas atividades, que ninguém conseguiu refutar de modo convincente.

A ideia de que a acusação toda fora forjada no calor da atmosfera carregada dos anos do pós-guerra foi anulada por pessoas como Sidney Hook, que se lembrava de ter ouvido Chambers mencionar o nome de Hiss em conversas particulares, já em 1938. Em *Perjury: The Hiss-Chambers Case* (Perjúrio: o caso Hiss-Chambers), de 1978, Allen Weinstein concluiu, pelas provas então disponíveis, que “Alger Hiss [era] culpado da acusação”. Desde então, o governo liberou o “tráfego Venona” — telegramas a Moscou de agentes soviéticos nos Estados Unidos — e eles mostraram que não só realmente havia redes de espionagem no governo norte-americano, como também que elas incluíam estrelas do New Deal como Harry Dexter White e Alger Hiss; e também que Hiss pode ter sido um agente ativo até os anos 1940. Sabe-se agora que até Laurence Duggan, funcionário do Departamento de Estado que cometeu suicídio (ou foi assassinado) em 20 de dezembro de 1948, após boatos de vínculos com comunistas, e cuja morte levou Reinhold Niebuhr e Arthur Schlesinger Jr. a pedir o fim das investigações do HUAC, estava entre os agentes que foram identificados nas mensagens soviéticas interceptadas.

Para completar, dos arquivos soviéticos recentemente abertos confirmamos que Chambers dizia a verdade a respeito das fontes comunistas no governo dos Estados Unidos e do material que forneciam. Em particular, as provas russas corroboraram a afirmação de Chambers de que o comando de seu grupo inteiro cabia a um húngaro chamado Josef Peters. Isso nos leva de volta a Maria Schmidt. O que ela encontrou foi um relatório detalhado de 1954, quando agentes da inteligência húngara interrogaram Noel Field, antigo agente soviético nos Estados Unidos, que fugira da Europa Ocidental para Praga em 1949 a fim de evitar a extradição para os Estados Unidos, e passara cinco anos na prisão (sem julgamento) na Hungria, preso nas entranhas dos grandes expurgos stalinistas de sua era.

Field deixa claro, sem ambiguidades, que Hiss, como o próprio Field, era um agente comunista. Field não tinha motivos para mentir, uma vez que suas palavras não se destinavam ao consumo público. De todo modo, ele contava sua história a homens que a conheciam melhor do que ele mesmo, e que a poderiam checar (e a checaram) em Budapeste e Moscou. Depois de ser solto, Field escreveu a Hiss de Budapeste, em 1957, oferecendo-se para inocentá-lo. Hiss recusou, educadamente. Os simpatizantes de Hiss deram grande importância à tal carta, mas hoje sabemos que tudo não passou de um pequeno exercício de desinformação, com várias versões preliminares guardadas nos arquivos do partido húngaro até Schmidt as encontrar. Finalmente, Schmidt viu uma nota autobiográfica manuscrita para os serviços secretos húngaros, assinada pelo mesmo Josef Peters identificado por Chambers, confirmando tudo que este havia dito.

Vamos a Whittaker Chambers propriamente dito. Na morte, como em vida, foi perseguido por comparações desfavoráveis com o homem que derrubou. Em *The Great Fear* (O grande medo), relato de David Cauter dos anos McCarthy, Chambers é descrito como “corcunda, de andar

incerto [...] irrequieto, hesitante, atarracado”, enquanto Hiss é “um cavalheiro gentil, inquisitivo, quase enciclopédico”. Os obituários de Hiss em novembro de 1996 repetiram servilmente a ênfase no aspecto físico vulgar de Chambers: “atarracado, amarrotado”, segundo a versão do *New York Times*, e “obeso e desleixado” na matéria do *Washington Post*. Como Arthur Koestler observou certa vez, os papéis neste drama foram aparentemente trocados. Eleanor Roosevelt notou e aprovou que na época do primeiro julgamento por perjúrio “a gente tem a sensação [...] de que o sr. Chambers está sendo julgado, e não o sr. Hiss”.

Chambers tinha poucos amigos, devido a seu temperamento solitário e ao passado comunista renegado. Era também famoso pela falta de atenção com sua aparência, dos dentes aos sapatos. Hiss, em contraste, era alto e formoso; ficava bem de terno, e contava com referências de todo mundo, do fantasma de Oliver Wendell Holmes (para quem trabalhara) a John Foster Dulles. Assim como Maurice Barrès concluía que Alfred Dreyfus era capaz de traição por ser judeu, os admiradores de Hiss inferiram que ele *não* podia ser capaz de traição, com uma condição social como aquela.

Todavia, como Tanenhaus nos alerta, os dois homens eram assustadoramente semelhantes em certos aspectos. Ambos vinham de famílias inseguras de baixa classe média da virada do século, estando o clã Hiss na melhor das hipóteses um nível acima na instável pirâmide social. Jay, pai de Chambers, era artista gráfico autônomo em Nova York; o pai de Hiss trabalhava numa firma importadora em Baltimore. Os dois homens nasceram num intervalo de três anos (Chambers em 1901, Hiss em 1904), e sofreram tragédias familiares paralelas. Richard, irmão de Chambers, quatro anos mais novo que ele, suicidou-se em 1926, aos 22 anos, e seu pai morreu três anos depois, em 1929, de doença no fígado. O pai de Hiss cortou a garganta em 1907, quando Alger tinha apenas 2 anos e meio. Bosley, seu irmão

quatro anos mais velho, era alcoólatra e morreu de falência dos rins em 1926. A irmã mais velha de Hiss se matou três anos depois.

Apesar da pátina do curso de direito em Harvard e do currículo notável, Hiss tinha mais em comum com Chambers do que os contemporâneos deles percebiam. E o próprio Chambers acreditava nisso. Descreveu Hiss em 1948 como “o melhor amigo que já tive no Partido Comunista”, e com o tempo passou a encarar o conflito entre eles como material para uma tragédia maior. Em *Witness* (Testemunho), a extraordinária narrativa de sua vida e época, Chambers não deixa por menos: “No fundo, o Grande Caso era um conflito crítico de fé; por isso era um grande caso. Numa escala pessoal o bastante para ser sentida por todos, mas grande o suficiente para ser simbólica, as duas fé irreconciliáveis de nosso tempo — comunismo e liberdade — se materializaram nas pessoas de dois homens conscientes e resolutos. Na verdade, teria sido difícil, num mundo ainda precariamente consciente do que é este conflito, encontrar outros dois homens que o soubessem com tanta clareza.”

Isso, como Philip Rahv ressaltou na época, é pateticamente forçado. E faz ao autor uma curiosa injustiça: ele era muito mais interessante. No início dos anos 1920, depois de passar por uma série de empregos de curta duração nos cafundós de Nova Orleans e Washington, Chambers se matriculou na Columbia University e lá passou tempo suficiente para que Mark Van Doren chegasse a considerá-lo o melhor estudante da época — numa turma que incluía Meyer Shapiro e Lionel Trilling. Um de seus contemporâneos, Jacques Barzun, mais tarde diria que “estávamos convencidos de que ele saltaria para a fama”, e Trilling escreveu em 1975 que Chambers, embora fosse chegado a “solenidades grandiosas”, e “fraseado portentoso”, tinha uma mente “não desprovida de força” (um enorme elogio, em se tratando de Trilling). Os primeiros escritos de Chambers — poemas e contos — são

competentes e em alguns momentos comoventes. *Can You Hear Their Voices?* (Podem ouvir suas vozes?), uma peça baseada na seca do Arkansas de 1931, foi bem-recebida, e não somente pelos críticos de teatro da *International Literature* (Literatura internacional), publicada em Moscou, que acharam que a peça dava “uma exposição revolucionária ao problema da crise agrícola, e corretamente levanta a questão do papel de liderança do Partido Comunista no movimento revolucionário dos fazendeiros”. Chambers abandonou suas ambições literárias para dedicar 13 anos de sua vida ao movimento comunista.

Ele se filiou ao partido em 1925, passou para a clandestinidade em 1932 e trabalhou assiduamente pela causa por mais seis anos. Para ele, como para tantos outros, o partido oferecia um substituto para família, comunidade e fé. Mas Chambers chegou ao comunismo após esforços malsucedidos para encontrar Deus, uma das muitas questões que o tornaram um estranho dentro do partido. Nos Estados Unidos, assim como na Europa, os primeiros quadros comunistas foram recrutados desproporcionalmente entre imigrantes radicais, muitos dos quais judeus, para quem a religião convencional não era uma opção antes ou após o envolvimento com o leninismo. Quando eles abandonaram o movimento comunista tendiam a aderir ao trotskismo, ao neomarxismo acadêmico ou mesmo ao anticomunismo liberal, bem como à militância em organizações trabalhistas não comunistas.

Para Chambers, essas vias de retirada estavam fechadas. Era tudo ou nada. A mentalidade intransigente lhe foi útil quando chegou a hora de entender, antes da maioria dos comentaristas, que o stalinismo não era uma mera perversão da utopia leninista, mas sua verdadeira essência. Contudo, isso deixou Chambers mais isolado do que nunca, com poucos simpatizantes e menos amigos ainda. Até depois do caso Hiss — durante o qual ele tentou se matar com veneno de rato, e assim colocar um ponto final em seu

calvário deliberado — ele continuou sendo um solitário, admirado por pessoas cujas obsessões reacionárias e nativistas ele não compartilhava, e desprezado por praticamente todos os outros.

Desde 1939, ele trabalhava na *Time*, primeiro como resenhista de livros, por um curto período como editor internacional, e depois como editor-chefe da revista. Alguns de seus escritos políticos da época envelheceram bem, notadamente uma pequena fábula de maio de 1945, intitulada “The Ghosts on the Roof” (Os fantasmas no telhado), na qual Chambers imagina os Romanovs lançando olhares de aprovação a Stalin, que realizara suas ambições seculares. Contudo, até Henry Luce se sentia desconfortável com a publicidade dos depoimentos de Chambers perante o HUAC, e em 1948 Chambers perdeu o emprego na *Time*. Ele nunca mais conseguiria emprego fixo como escritor ou jornalista. Durante os anos 1950, sua filha teve a admissão recusada em Swarthmore (apesar do envolvimento de Chambers com os quacres). Ele morreu em julho de 1961, na solidão em que sempre viveu.

É compreensível que Chambers tenha sido tão odiado por tanta gente nos anos 1950, e não só por causa de sua apostasia. O caso Hiss deu o ímpeto decisivo a Joseph McCarthy e seus seguidores; o famoso discurso em Wheeling, em West Virginia (“Duzentos e cinco comunistas conhecidos no Departamento de Estado”), foi pronunciado no dia 9 de fevereiro de 1950, duas semanas apenas depois da prisão de Hiss. E o próprio Chambers nem sempre estava acima de ocasionais acusações sem fundamento. Na discussão sobre “quem perdeu a China” ele alegou certa vez, sem dispor de informações em primeira mão, que a presença dos agentes comunistas em Washington havia “mudado decisivamente a história da Ásia”. (Como notou Irving Howe na época, “Mao, ora essa, recrutava seus exércitos no vale do Yenan, e não nos bares de Washington”.)

Mas Tanenhaus, extraordinariamente equilibrado em sua discussão da era McCarthy, mostra de modo convincente que o próprio Chambers não se dedicava à caça às bruxas. Inicialmente, ele não queria comparecer ao HUAC, e quando depôs, a exemplo de Walter Krivitsky antes dele, ficou chocado com a ignorância e a falta de sofisticação política de seus interrogadores. Estava suficientemente envolvido com a causa do anticomunismo para perceber rapidamente que McCarthy era seu pior inimigo, e conservava o suficiente do marxismo (ou pelo menos o que Tanenhaus chamou de “historicismo sombrio”) para ver que os jovens inteligentes da *National Review* deturpavam os fatos em seus apelos para desfazer o New Deal, e falhavam por não conseguirem distinguir Josef Stalin de Nikita Krushev.

Chambers se destaca entre seus contemporâneos em outro aspecto, também. Sua sensibilidade moral e literária não foi maculada pela orientação política. Escrevendo em 1957, ele atacou Ayn Rand por sua arrogância e “dogmatismo ditatorial”: “de quase todas as páginas de *Quem É John Galt?* pode-se ouvir uma voz, da dolorosa necessidade, a ordenar: ‘Vão para a câmara de gás!’” Dois anos depois ele escreveu a William F. Buckley Jr. que “o espetáculo de um artista como Paul Robeson, cujo passaporte foi recusado por seu próprio governo, nos desacredita perante outras nações”.

Mesmo assim, até mesmo quem foi forçado a admitir que Chambers provavelmente contava a verdade sobre Hiss considerava seu comportamento indesculpável. Para essas pessoas, Hiss era inocente, mesmo que fosse culpado. O New Deal, recuando para o reino da memória, era sagrado para os liberais. Se o adepto idealista do New Deal entregara segredos para a União Soviética, fizera isso altruisticamente. (Ninguém jamais insinuou que Hiss recebia dinheiro por seus serviços.) E seria a União Soviética uma causa realmente tão indigna? Seria adequado aplicar à atmosfera dos anos 1930 (o conhecimento de espionagem e

a clandestinidade comunista de Chambers se restringiam a esta década) a intransigência e a má vontade política da Guerra Fria? Jornalistas como Walter Lippmann, Joseph Alsop e James Reston levantaram esses pontos, deixando de mencionar algo já fartamente reconhecido na Europa: que muitos dos segredos políticos e militares passados a Moscou nos anos 1934-41 chegaram rapidamente às mãos dos nazistas.

OUTROS NÃO PRECISARAM EXAMINAR as provas para saber o que pensavam de Chambers. Ele era ex-comunista, e obrigatoriamente um sujeito de direita, portanto não havia lugar para ele nas letras norte-americanas. Mary McCarthy, cujas tendências autoritárias eram contidas apenas por sua disciplina intelectual, incentivou Hannah Arendt a descompor *Witness*. Não se trata apenas de resenhar um livro, ela disse à amiga: “O esforço desta nova direita é ser aceita como normal, e suas publicações são parte das edições normais — algumas opiniões no meio das outras, todas igualmente merecedoras de consideração — e isso, me parece, precisa ser cortado, se não for tarde demais.” Arendt resenhou o livro, mas sabiamente dispensou o convite da amiga para atacar o sujeito.

Portanto, havia diversas formas de “macarthismo” nos anos 1950. Chambers ficou marcado tanto pela associação com Nixon e seus colegas quanto por tudo que fez e disse. Poucos deram atenção à manifestação de Koestler numa conferência no Carnegie Hall, em 1948. Aliados “ruins”, ele lembrou à plateia, eram inevitáveis. “Não se pode impedir as pessoas de estarem certas pelas razões erradas [...] O medo de andar com más companhias não é uma expressão de pureza política; é uma manifestação de falta de confiança.” Como Chambers escreveu em *Witness*, antecipando exatamente a reação de pessoas como Mary McCarthy, “Foram as ‘melhores pessoas’ que defenderam

Alger Hiss [...] os esclarecidos e os poderosos, os clamorosos proponentes da mente aberta e do homem comum, que fecharam as mentes numa psicose pró-Hiss”.

Décadas depois a psicose pró-Hiss ainda pode ser encontrada. Trabalhando sob a curiosa ilusão de que a credibilidade moral e histórica do progressismo norte-americano dependia de inocentar Alger Hiss (e por extensão os filocomunistas em geral), duas gerações de intelectuais liberais batalharam para limpar seu nome, às custas de Whittaker Chambers. Em 1978 *The Nation* enviou um repórter a Budapeste para encontrar Josef Peters, então com 80 anos, aposentado na Hungria, ex-controlador de Chambers nos anos 1930. Sob investigação pelo HUAC em 1948, Peters invocara a Quinta Emenda; mas quando o repórter perguntou a respeito do caso Hiss, Peters confirmou rindo que qualquer ideia de “grupo clandestino” comunista e “secreto” era ridícula, e que nunca se envolvera em nada do gênero. Não é difícil imaginar o que Peters pensava quando o repórter da *Nation*, devidamente tranquilizado, fechou a porta ao sair: as referências negativas de Lenin aos “inocentes úteis” têm cognatos na maioria das línguas europeias. Como Raymond Aron registrou pesaroso em 1950, “o progressismo consiste em apresentar argumentos comunistas como se emanassem espontaneamente da especulação independente”.

Mesmo atualmente, quase quatro décadas após sua morte, e com a confirmação de seu depoimento indiscutivelmente estabelecida, Whittaker Chambers continua sendo um homem marcado. Ver a resenha do livro de Tanenhaus na *New Yorker*. No que diz respeito às atividades comunistas de Hiss, Sidney Blumenthal escreve: “o espaço da dúvida razoável continua a encolher”. Realmente. Mas parece que isso não encerra a questão. Blumenthal, de modo oportunista, desenterra a mesma acusação que os advogados de Hiss inicialmente pretendiam usar (e que depois abandonaram, pois poderia

prejudicar seu cliente): o caso resultava de atração homossexual não correspondida.

De todo modo, Tanenhaus lidou muito bem com a questão. Chambers, como o pai, era provavelmente bissexual (ele admitiu numerosas atividades homossexuais, sem dúvida), e alguns de seus poemas da juventude revelam preocupações homoeróticas inegáveis. Nos anos 1950, claro, essas questões eram muito problemáticas, e a insinuação de envolvimento ou motivação homossexual poderia destruir um homem. Hoje as coisas são diferentes. Blumenthal lembra aos leitores que em 1950 “o conservadorismo era o último armário”, abrigando Roy Cohn, J. Edgar Hoover e outros da exposição e escrutínio. Chambers, sugere-se, portanto, é culpado por associação com homens assim, que compensavam suas preferências sexuais ocultas perseguindo os outros. Por que outro motivo ele atacaria um homem como Hiss? Assim, como ocorrera antes, somos desviados das provas e das grandes questões políticas do dia e empurrados na direção de um suposto impulso privado do tipo condenável.

O que levou Chambers a agir assim? Segundo Blumenthal, “seus motivos permanecem obscuros”. Mas não as consequências de seus atos: “Desde o final da Guerra Fria o anticomunismo conservador se tornou um anacronismo. O que permanece é o medo do inimigo interno: a ameaça homossexual.” E tem mais. No caso de a questão homossexual não possuir uma conotação *bien-pensant*, Blumenthal nos lembra de que um dos resultados da “deduração” de especialistas na China do Departamento de Estado, devido às denúncias de Whittaker Chambers, como O. Edmund Clubb, foi sua substituição pelo “dogmático e abstrato Dean Rusk, que acabou por se tornar secretário de Estado. O Vietnã aguardava no futuro, mas a semente da tragédia fora plantada”. Portanto, Chambers também tem responsabilidade indireta pela Guerra do Vietnã.

Trata-se de um ataque malicioso, bem ao estilo dos anos 1990. As insinuações de Blumenthal servem para lembrar que quase sempre existe algo de provinciano e interesseiro na reação dos intelectuais norte-americanos a Whittaker Chambers. Muitos não conseguem ou não querem entender Chambers e seus atos num contexto internacional mais amplo, pois o caso Hiss não aconteceu no vácuo. Deu-se exatamente na época do julgamento de László Rajk, em 1949, por exemplo, o primeiro dos grandes julgamentos do pós-guerra encenados pelos comunistas, que serviram como desculpa para o expurgo dos comunistas clandestinos da época pré-guerra. Daí o interrogatório de Noel Field e as referências a Hiss em arquivos da Europa Oriental.

O caso Hiss também foi um eco notável dos casos Kravchenko e Rousset na França. Em 1946, Viktor Kravchenko, burocrata soviético de médio escalão que fugira para os Estados Unidos, publicou *I Chose Freedom* (Escolhi a liberdade), seu relato do funcionamento real da autocracia stalinista. Um periódico comunista francês, *Les Lettres Françaises*, publicou um artigo em novembro de 1947 alegando que o livro era uma armação norte-americana, e que os detalhes citados da vida na Rússia stalinista eram mentirosos. Kravchenko os processou por difamação e apresentou diversas testemunhas para confirmar sua história. Ele ganhou a causa e reparação por danos morais, mas para a vasta maioria dos intelectuais franceses ele continuou sendo culpado por muitos anos do crime mais sério: difamar a União Soviética e seus seguidores franceses.

Em novembro de 1949, na mesma semana do início do segundo julgamento de Hiss, David Rousset, sobrevivente de campos alemães, escreveu um artigo no *Le Figaro Littéraire*, descrevendo o sistema de campos de concentração na União Soviética. O mesmo periódico comunista o acusou de inventar a história toda, e ele também os processou por calúnia e difamação. Entre as

testemunhas levadas, destacou-se Margarete Buber-Neumann, uma ex-comunista alemã que passara três anos num campo soviético de trabalhos forçados em Karaganda, antes de ser entregue aos alemães em 1940, e passar os anos de guerra em Ravensbruck. Graças a seu testemunho, Rousset também ganhou a causa, mas isso não provocou nenhum impacto discernível na sensibilidade filosoviética de um setor significativo da intelligentsia francesa.

Ninguém, pelo que sei, sugeriu que Margarete Buber-Neumann, David Rousset, Viktor Kravchenko ou os muitos outros europeus ex-comunistas que denunciaram o stalinismo nos anos 1930 e 1940 — homens e mulheres como Victor Serge na Rússia, Ruth Fischer, na Alemanha, e Ignazio Silone, na Itália, para não mencionar Arthur Koestler — foram impulsionados por uma peculiar combinação de ressentimento e sexualidade reprimida a trair antigos colegas, constranger amigos ou mesmo se vingar de um mundo hostil. Como Chambers, contudo, eles sacrificaram algo ao falar, e foram execrados por seus antigos camaradas da esquerda intelectual. Os progressistas europeus tampouco buscaram ansiosamente reprimir a ideia de que existira realmente um secreto grupo comunista atuando em clandestinidade. Como Koestler notou, o fato de tais alegações serem feitas às vezes por pessoas de gosto duvidoso não as torna mentirosas. Mesmo na Inglaterra, onde o comunismo jamais passou de predileção de uma minoria, ocorreu a muita gente imaginar que a hoje famosa célula comunista recrutada entre universitários de Cambridge nos anos 1930 fosse uma invenção da direita.

Whittaker Chambers sentia alguma afinidade por seus equivalentes europeus, que tinham uma compreensão melhor de seu meio e dilema. Em 1959 ele retornou de uma das raras viagens internacionais animado pelo encontro na Áustria com Koestler e Buber-Neuman. “Nós”, escreveu a William E. Buckley Jr., “somos quase os únicos sobreviventes, os ativistas antigos, revolucionários

articulados e coerentes, e não meros agentes”. Como Ignazio Silone, ele se convencera de que só comunistas e ex-comunistas podiam compreender um ao outro de verdade, como os únicos oponentes reais e valiosos. Certamente, Chambers estava se supervalorizando no caso — ou, melhor, agarrando-se desesperadamente em seus derradeiros anos à ideia de que ele pertencia a um grupo seleto de indivíduos historicamente importantes, que não era apenas um informante renegado, como os intelectuais norte-americanos o consideravam. De todo modo, ele tinha um bom argumento. Até um crítico sutil como Irving Howe, ao resenhar a autobiografia de Chambers em 1952, não pode evitar criticá-lo por manchar Lenin com o pincel stalinista. Stalin não era o herdeiro ideológico de Lenin, Howe escreveu, mas o criador de “uma nova classe dominante burocrática”. Chambers não teve que encarar este tipo de manobra ideológica destinada a livrar as aparências entre seus pares europeus, que viram o leninismo de perto e não sofriam dessas ilusões “revisionistas”.

A admiração de Chambers pelos europeus foi em certa medida correspondida. Koestler descreveu *Witness* em 1953 como “um grande livro, no sentido antigo e simples da grandeza”; e mesmo antes de sua publicação, Richard Crossman convidou o autor a colaborar em *The God that Failed* (Chambers recusou o convite). O que esses e outros homens viram em Chambers foi um nível incomum de coragem moral — Trilling o descreveu como “um homem honrado” — e ocasionais ondas de previsão ao estilo Orwell, como no trecho em que escreve sobre intelectuais progressistas “fundamentalmente benevolentes e humanos, que amavam seus compatriotas miseráveis muito mais do que os amariam na prosperidade”.

Contudo, fosse qual fosse o grau de respeito mútuo e solidariedade que o ligava a seus pares europeus, ele não era “um deles”. Como seu biógrafo revela com cuidado e

sensibilidade, Whittaker Chambers era completamente norte-americano. Não foi por acaso que ele deu a sua biografia o título de *Witness*. Ele tinha uma visão de mundo trágica, mórbida até, marcada por uma infância amarga e infeliz, seguida de uma vida inteira em busca de uma crença abrangente, completa. Todas as questões fundamentais para Chambers dependiam de encontrar a resposta para uma questão transcendental e definitiva. No comunismo ele encontrou uma versão para esta resposta, a chave para a condição humana, e, em contraste com muitos ex-marxistas, jamais a abandonou realmente. Sua descrição da política enquanto batalha entre as forças do bem e as forças do mal; suas evocações escatológicas a respeito da iminente batalha entre a liberdade e a escravidão; seu relato da história humana desde a Renascença como uma afirmação orgulhosa da centralidade do homem, pela qual o preço precisava ser pago agora: tudo isso é uma versão unidimensional do credo maniqueísta do leninismo levado à frente do espelho de um fervor religioso renascente.

Quando escreveu que o caso Hiss tinha “sentido religioso, moral, humano e histórico”, Chambers não exagerava. Ele realmente falava a sério. E pensava que isso valia para Alger Hiss também, e foi por isso que elevou seu oponente, em sua imaginação, a um patamar muito mais alto do que Hiss merecia. A insistência de Chambers em descrever a desonestidade de Hiss como autossacrifício é a melhor pista para sua própria incapacidade fundamental de captar a verdade a respeito do ideal comunista ao qual um dia se dedicara: que este ideal significava mais para ele do que para muitos dos outros. E foi esta quase teológica transubstanciação do comunismo que tornou Whittaker Chambers uma figura tão norte-americana. O ceticismo educado, secular, cosmopolita e desiludido de seus amigos europeus os teria impedido de chegar a conclusões tão confortavelmente redentoras.

Sam Tanenhaus merece elogios por ter capturado com tanta compreensão as complexidades de um homem problemático. Seu livro lembra uma novela policial às vezes, e ele conta a história das audiências e julgamentos com grande habilidade e energia. É mais justo com todas as partes envolvidas do que qualquer outro autor de meu conhecimento que tenha escrito sobre o assunto. Nada disso seria válido, claro, se Tanenhaus deixasse escapar o homem em si. Mas isso não ocorreu. Não se pode ler o livro sem sentir solidariedade por seu personagem solitário e infeliz, um autodidata inseguro com a sensibilidade de um místico, que “sempre pôs a culpa em si mesmo”, como escreveu para os filhos no prefácio de seu livro.

A tragédia de Chambers foi ter passado nas entranhas do movimento comunista os anos mais importantes de sua vida. Ele se manteve obcecado pelos anos 1930, via sua história e a da humanidade através do prisma de escolhas e compromissos daquela década, e foi crucificado pelas gerações seguintes por sua obsessão. Ele realmente considerou seu dever testemunhar, mas sofreu profundamente com a dor e a publicidade que atraiu para si, para a família e para os antigos amigos. Tanenhaus mostra o quanto Chambers sofreu com a dúvida a respeito de contar o que sabia, e é difícil resistir à ideia de que ele é um elemento de tragédia shakespeariana neste homem, um sujeito comum em outros aspectos, vítima de uma era implacável. Ele também deve ter, mais de uma vez, deplorado a condição em que se colocara: “O tempo está fora do eixo. Ó maldição odiosa / de eu ter nascido para colocá-lo no lugar.”

Esta resenha da admirável biografia de Whittaker Chambers foi publicada inicialmente na New Republic de 1997. E mesmo nesta data tardia provocou correspondências angustiadas de leitores e colegas convencidos de que o caso contra Alger Hiss

continuava carente de provas, e que a reputação de Chambers não podia — e não devia — ser redimida.

* Sam Tanenhaus, *Whittaker Chambers: A Biography* (Nova York: Random House, 1997).

A crise: Kennedy, Krushev e Cuba

O caso dos mísseis em Cuba começa em abril de 1962, quando o líder soviético Nikita Krushev decidiu ampliar substancialmente o apoio militar até então limitado que a URSS dava ao governo de Fidel Castro. A seu pedido o Presidium soviético rapidamente aprovou a escalada militar na ilha, que em sua versão final incluiria cerca de 50 mil militares soviéticos, organizados em cinco regimentos de mísseis nucleares, quatro regimentos motorizados, dois batalhões de tanques, uma esquadrilha de caças MIG-21, 42 bombardeiros leves IL-28, dois regimentos de mísseis cruise, 12 unidades antiaéreas SA-2 com 144 lançadores e uma esquadra com 11 submarinos, sete deles equipados com mísseis nucleares.

O presidente John F. Kennedy e o serviço de inteligência dos EUA sabiam da crescente presença militar soviética em Cuba. Mas foi só depois de 29 de agosto de 1962, quando um avião de reconhecimento U-2 identificou instalações de mísseis SA-2, que Kennedy fez um aviso público, em 4 de setembro, dizendo que mísseis defensivos terra-ar eram aceitáveis, mas a instalação de mísseis *ofensivos* não seria tolerada em Cuba. Em 13 de setembro, durante uma entrevista coletiva, ele repetiu o alerta: “Se em algum momento [...] Cuba passar [...] a ser uma base militar ofensiva de capacidade significativa para a União Soviética, então este país fará o que for preciso para proteger sua segurança e a de seus aliados.”¹

O que Kennedy não sabia era que em setembro a operação soviética já incluía também 36 mísseis balísticos de médio alcance SS-4 (MRBMs) e 24 mísseis balísticos de alcance intermediário SS-5 (IRBMs), dotados de ogivas nucleares. (A primeira ogiva nuclear chegou em Mariel a bordo de um cargueiro soviético em 4 de outubro; no dia 28, quando a crise acabou, todas as ogivas para os dois tipos de mísseis e os mísseis SS-4 já estavam em Cuba — só faltava a chegada dos SS-5.) Na verdade, o governo Kennedy recebera garantias de Krushev e de Anatoly Dobrynin, embaixador soviético nos EUA, de que mísseis do gênero não estavam nem seriam enviados a Cuba. Quando Dobrynin, no início de setembro, perguntou como deveria responder a uma consulta particular de Robert Kennedy a respeito da situação cubana, ele recebeu instruções de Moscou: “ao conversar com os norte-americanos você deve confirmar que há apenas armamentos *defensivos* soviéticos em Cuba.”

Dobrynin transmitiu as garantias a Robert Kennedy, conforme essas instruções, e com a segurança de quem também não sabia a respeito da instalação dos mísseis balísticos. As autoridades dos EUA aceitaram essas garantias, particularmente porque a União Soviética, como George Ball registra em suas memórias, nunca posicionara mísseis ofensivos fora de seu território, nem mesmo nos países vizinhos membros do Pacto de Varsóvia.²

A importância dos MRBMs e IRBMs residia em seu alcance. Eles foram projetados para atingir alvos terrestres dentro dos Estados Unidos, e não para abater aviões atacantes; o alcance do SS-4 era de aproximadamente 1.100 milhas náuticas, e o do SS-5, quase o dobro disso. Um MRBM soviético daquela época, lançado de Cuba, poderia atingir Washington, D.C; um IRBM poderia chegar praticamente a qualquer alvo na área continental dos Estados Unidos, poupando apenas o extremo noroeste

banhado pelo Pacífico. Eram inúteis como armamento defensivo; seu único valor possível era ofensivo — ou como arma de dissuasão no caso de uma ofensiva alheia. Portanto, quando um U-2 que sobrevoava San Cristobal, no oeste de Cuba, em 14 de outubro, identificou três locais de construção de bases de mísseis, e quando essas plataformas foram identificadas em Washington e consideradas idênticas a plataformas de lançamento conhecidas na União Soviética, o presidente Kennedy e seus conselheiros chegaram à conclusão óbvia. Havia ouvido mentiras, e seus alertas haviam sido ignorados. A União Soviética posicionava mísseis ofensivos em Cuba, mísseis que só poderiam ser empregados contra alvos nos Estados Unidos. A crise cubana dos mísseis tinha começado.

A primeira fase da crise, confidencial, começando de manhã cedo no dia 16 de outubro, quando McGeorge Bundy, conselheiro de segurança nacional, acordou Kennedy com as más notícias, e se estendendo até às 19 horas de 22 de outubro, quando o presidente Kennedy anunciou o bloqueio naval em torno de Cuba, ficou limitada a um punhado de pessoas de Washington, D.C., o “Comitê Executivo” (ExComm) que Kennedy reuniu para decidir o que fazer. As deliberações deste grupo, secretamente gravadas pelo próprio Kennedy, foram cuidadosamente transcritas e impecavelmente editadas por Ernest R. May e Philip D. Zelikow.**

Curiosamente, e assim como Kruschev, que não preparara planos de contingência para a eventualidade de a instalação dos mísseis ser descoberta antes de terminada, Kennedy e seus assessores não haviam pensado no que fazer caso uma crise do gênero ocorresse: “Ninguém, pelo que posso me lembrar”, escreveu Bundy depois, “pensou em setembro que seria necessário considerar as ações possíveis caso nosso alerta fosse desconsiderado [...] isso foi uma falha na previsão, e um dos motivos para respeitar a essência da decisão básica tomada pelo presidente

Kennedy em 20 de outubro é que ele teve de começar no dia 16 praticamente do nada.”³ A decisão, claro, foi anunciar o bloqueio parcial a Cuba, pelo qual os navios suspeitos de transportar material militar seriam impedidos de entrar em águas cubanas. Mas entre as outras estratégias consideradas — e segundo Kennedy ele só tomou a decisão final em 21 de outubro — estavam um bloqueio mais abrangente do que o seletivo escolhido, um ataque aéreo contra as instalações dos mísseis em Cuba, um ataque aéreo maciço contra as bases militares na ilha e uma invasão militar em larga escala.

Os comandantes do estado-maior preferiam a reação mais radical, mas contavam com pouco apoio civil no ExComm. A opção de ignorar a escalada e deixar tudo como antes não tinha defensores. Por cinco dias o ExComm debateu três incógnitas: quantos mísseis estavam instalados e eram operacionais? Como os aliados da Otan reagiriam a uma reação norte-americana insuficiente, ou a uma excessiva, o dilema da “credibilidade” que obcecava Kennedy e seus assessores mais próximos? E o que Krushev faria em resposta às diferentes iniciativas norte-americanas?

Um ataque aéreo corria o risco de não atingir algumas das plataformas de mísseis — seu número exato era desconhecido — e assim provocar uma reação que empregasse os restantes, ou um ataque em algum ponto do mundo onde o equilíbrio de forças favorecesse a União Soviética, principalmente Berlim. Inversamente, se as ogivas nucleares ainda não estivessem em Cuba — e ninguém naquela altura sabia a resposta para isso —, um ataque aéreo seria excessivo; um bloqueio de todos os armamentos ofensivos destinados a Cuba bastaria. E como uma invasão exigia planejamento antecipado, deveria ser mantida de reserva, como opção para o caso de todo o restante falhar. Enquanto isso, um bloqueio ou quarentena

naval daria aos dois lados tempo para reconsiderar. Seguindo os conselhos do secretário de Defesa, Robert McNamara, do secretário de Estado Dean Rusk e do subsecretário de Estado George Ball, bem como dos especialistas nos assuntos soviéticos (ex-embaixadores Charles Bohlen e Llewellyn Thompson), Kennedy fez essa opção.

No dia 22 de outubro, portanto, depois de avisar antecipadamente os congressistas seniores, principais aliados da Otan e a liderança soviética de suas intenções, Kennedy anunciou ao mundo a presença de mísseis nucleares ofensivos em Cuba, e a reação norte-americana — uma quarentena naval limitada (itens civis podiam passar) até que os armamentos ofensivos fossem removidos. Para justificar suas ações, Kennedy enfatizou a ameaça à paz no hemisfério ocidental e o compromisso nos EUA com a defesa do Ocidente, bem como o perigo que agora ameaçava os norte-americanos, que viviam sob a mira de mísseis nucleares.

Como Krushev reagiria ao bloqueio e exigências decorrentes dele? Graças a suas memórias e ao material de arquivo apresentado por Fursenko e Naftali em *One Hell of a Gamble* (Uma jogada infernal), sabemos que Krushev ficou profundamente assustado e confuso pelos desdobramentos dos eventos.*** Os homens que ocupavam a Casa Branca não sabiam disso, contudo, e mesmo os que desconfiavam não podiam ter certeza. Quando o bloqueio começou, às 10 horas de 24 de outubro, a crise parecia estar chegando a seu clímax. Naquele dia Krushev enviou um telegrama a Kennedy, insistindo que o armamento soviético em Cuba era puramente defensivo, e ameaçou ignorar o bloqueio — “Confirmamos que os armamentos hoje em Cuba, independentemente da classificação a que pertençam, são destinados de maneira exclusiva a propósitos defensivos, de modo a salvar a República de Cuba de ataque de agressor”. O que, então, teria acontecido se um destróier norte-

americano detivesse um navio soviético, e este se recusasse a parar? O próprio Kennedy não se mostrava otimista. Longe de esperar que Krushev aceitasse suas exigências, ele temia a aceleração da construção das plataformas de lançamento de mísseis, uma ameaça formal de retaliação nuclear soviética se os EUA atacassem Cuba — e provavelmente uma jogada para tirar proveito da crise, expulsando o Ocidente de Berlim.

Na prática, o caso todo foi resolvido pacificamente. Kennedy e seus colegas agiram com extrema cautela, escolhendo um cargueiro inofensivo (com bandeira panamenha) para interceptar e depois deixar que seguisse em frente, mostrando assim sua disposição sem correr riscos indevidos. Por conselho de seu amigo David Ormsby-Gore, embaixador britânico nos EUA, Kennedy também reduziu a zona de bloqueio de 800 milhas, como inicialmente anunciado, para 500 milhas, dando mais tempo aos soviéticos para refletirem e chamar de volta os navios. Krushev, por sua vez, não queria que os EUA descobrissem e inspecionassem seus armamentos mais avançados, e assim, como Kennedy esperava e antecipara, ele ordenou aos navios que transportavam mísseis que parassem e retornassem, o que foi feito na quinta-feira, 25 de outubro. A quarentena não levava à guerra aberta. Mas o governo norte-americano ainda não tinha encontrado solução para sua preocupação maior, os mísseis nucleares soviéticos já instalados em Cuba. Os planos para um ataque aéreo e até uma invasão continuavam a ser feitos.

Então, na sexta-feira, dia 26, Krushev enviou uma comunicação privada longa e sinuosa a Kennedy, na qual deplorava o desvio para a guerra: “Se realmente a guerra tiver de começar, então não estará em nosso alcance detê-la, pois esta é a lógica da guerra. Eu participei de duas guerras e sei que a guerra acaba depois de devastar cidades e vilarejos, semeando morte e destruição por toda parte.” Em vez disso, ele propunha uma solução: “Se forem

dadas garantias pelo presidente e pelo governo dos Estados Unidos de que os EUA não participarão de um ataque contra Cuba, e coibirão outros de realizar ações deste tipo, se chamarem de volta a frota, isso mudaria tudo imediatamente [...] Então a necessidade da presença de nossos especialistas militares em Cuba desapareceria [...] Senhor presidente, nós e vocês não devemos puxar agora as extremidades da corda na qual vocês deram os nós da guerra, pois quanto mais nós dois puxarmos, mais este nó será apertado. E chegará um momento em que o nó estará tão apertado que até mesmo a quem o atou faltará força para desatá-lo, e então será necessário cortar este nó. E o que isso significa eu não preciso explicar, pois o senhor entende perfeitamente as terríveis forças disponíveis em nossos países.”

A carta de Krushev, resultado do crescente receio no Kremlin de um ataque de Kennedy a Cuba, forçando uma confrontação, poderia ter liquidado a crise ali, naquela hora.⁴ Mas no dia seguinte, sábado, 27 de outubro, ela foi seguida de uma carta pública mais formal, que tornava qualquer acordo dependente de uma compensação: a retirada dos mísseis ofensivos em Cuba em troca da remoção dos mísseis nucleares da Otan na Turquia. A proposta soviética colocava Kennedy numa posição difícil — como ele comentou com George Ball naquela manhã de sábado, “Bem, *isso agora* é perturbador, George, pois ele nos pegou bem de jeito, neste caso. Muita gente consideraria isso uma proposta razoável.”

As complicações de uma troca desse gênero (que serão discutidas adiante), juntamente com a derrubada de um avião de reconhecimento U-2 que sobrevoava Cuba naquele dia, pareciam impedir a solução da crise, enquanto o tempo se esgotava. Os conselheiros militares de Kennedy insistiam que adiar o ataque aéreo para depois de segunda-feira, 29 de outubro, seria imprudente; mas o próprio presidente

estava mais preocupado que nunca com a conhecida impossibilidade de destruir todos os mísseis em apenas um ataque. Como ele disse na sexta-feira: “A questão central ainda é se eles dispararão os mísseis.” No final foi decidido responder à primeira carta de Krushev e, na essência, aceitar os termos. Enquanto isso Robert Kennedy era despachado para um encontro privado com o embaixador Dobrynin naquele sábado à noite, para convencê-lo da urgência de um acordo, e da possibilidade de chegarem a um entendimento confidencial sobre a “troca de mísseis”.

O relatório de Dobrynin deste encontro — que os norte-americanos falavam a sério e que o presidente Kennedy enfrentava pressão militar irresistível para se comprometer com o irreversível — pode ter exagerado a mensagem de Robert Kennedy, mas deu o resultado desejado. No domingo, 28 de outubro, a rádio Moscou transmitiu a aceitação formal de Krushev dos termos oficiais dos EUA para o encerramento da crise: “O governo soviético [...] enviou novas ordens para o desmonte das armas que vocês descreveram como ofensivas, bem como seu acondicionamento e embarque para seu retorno à União Soviética.” — e o trabalho de desmontagem dos mísseis começou imediatamente.⁵ Restava muita coisa a resolver — a lista exata do material a ser removido de Cuba, as condições de observação e supervisão dos silos, que Castro (furioso com o desfecho) vetou veemente, e o acordo secreto de remoção de mísseis da Turquia.

Os EUA aproveitaram-se imprudentemente de sua vantagem pública para insistir que os bombardeiros leves IL-28 também fossem retirados, embora o próprio Kennedy reconhecesse em particular que a ameaça deles era mínima. Mas Krushev aceitou os termos, e em 20 de novembro o bloqueio foi suspenso, e no dia 6 de dezembro o último bombardeiro foi embarcado.⁶ Os mísseis da Otan

saíram da Turquia em abril de 1963, conforme a promessa não oficial.

Por que Krushev fez isso? Não fazia sentido instalar alguns dos armamentos mais avançados (e vulneráveis) da União Soviética a 10 mil quilômetros de distância, numa ilha indefensável, na esperança de que os EUA não percebessem o que estava acontecendo até que fosse tarde demais. Durante a crise, Kennedy e seus assessores produziram quatro explicações possíveis para este comportamento aberrante: (i) Cuba seria uma “alavanca” para as ambições soviéticas em Berlim: “Saíam de Berlim, ou então...”; (ii) a iniciativa fazia parte de uma luta interna pelo poder, no Kremlin; (iii) Krushev tentava compensar a inferioridade estratégica soviética; (iv) Krushev temia seriamente uma invasão de Cuba pelos EUA, e procurava um meio de evitá-la.

Destes, apenas (iii) e (iv) eram verdadeiros, até certo ponto — sendo sintomático da quase tragédia de erros de outubro de 1962 que a maioria do pessoal da Casa Branca estivesse mais disposta a acreditar e agir a partir do pressuposto em (i) ou (ii). Krushev ficou certamente frustrado por não conseguir expulsar os aliados ocidentais de Berlim, apesar das ameaças e dos blefes dos últimos cinco anos; o que ele chama de desfecho “anômalo” dos tratados de Potsdam de 1945 foi uma fonte de irritação para a União Soviética durante as primeiras décadas da Guerra Fria.⁷ Mas uma mudança na situação de Berlim teria sido no máximo um benefício adicional da presença nuclear soviética em Cuba; não era seu principal objetivo.

O principal objetivo de Krushev era compensar, de modo desesperado, os reveses militares soviéticos. Até 1961 a União Soviética parecia ocupar uma boa posição. O desenlace da crise de Suez em 1956 levava Krushev a pensar equivocadamente, na época, que sua ameaça de lançar mísseis, caso a expedição anglo-francesa não se

retirasse, desempenhara papel importante para seu término (não foi o caso). O lançamento bem-sucedido do Sputnik em 1957 e os exageros retóricos de Krushev despertaram o temor norte-americano de um “desequilíbrio nos mísseis”, temor este explorado com sucesso por Kennedy na campanha eleitoral de 1960. Mas os voos de reconhecimento em altitude sobre a União Soviética convenceram os norte-americanos de que a capacidade balística intercontinental soviética fora imensamente exagerada, e em outubro de 1961 Roswell Gilpatric, secretário-assistente de Defesa norte-americano, revelou publicamente o conhecimento nos EUA da inferioridade estratégica da União Soviética. Um ano depois, na época da crise cubana, a União Soviética tinha uma desvantagem de mísseis intercontinentais da ordem de 17 para um.⁸

Krushev sabia disso, e sabia também que os norte-americanos sabiam. Nas palavras de John Gaddis, “ele compreendia com mais clareza do que Kennedy que o Ocidente estava ganhando a Guerra Fria”.⁹ A retomada soviética dos testes na atmosfera em agosto de 1961 — seguida de decisão similar dos EUA, em abril de 1962 — não ajudou em nada a diminuir a sensação de inferioridade militar de Krushev (ao que se devem acrescentar os fracassos na agricultura soviética e o coro de ataques chineses ao “revisionismo” soviético). A tentação de instalar mísseis de médio alcance (dos quais a União Soviética possuía um bom suprimento) perto da costa da Flórida parecia irresistível. Afinal, os EUA tinham bases em torno da URSS inteira. Como Krushev queixou-se ao embaixador Thompson em abril de 1961, “Os EUA [...] acreditam que têm o direito de instalar bases militares ao longo das fronteiras da URSS” — e alguns mísseis soviéticos nas fronteiras norte-americanas seriam uma boa resposta. “Os norte-americanos cercaram nosso país de bases militares e nos ameaçam com armas nucleares, e agora aprenderão

qual é a sensação de ter mísseis inimigos apontados para seu país.”¹⁰

ALÉM DA RECOMPENSA PSICOLÓGICA de assustar os norte-americanos — “jogar um porco-espinho nas calças do Tio Sam”, como Krushev disse a seus companheiros em abril de 1962 —, Krushev tinha outro motivo. Os especialistas norte-americanos ainda não haviam compreendido plenamente a profundidade do medo de Krushev pela segurança cubana. Eram temores reais, sem nada de irracional. Com alguma ajuda do próprio Castro, os EUA haviam tornado Cuba um país pária; apoiaram ativamente uma invasão fracassada e sabia-se que usavam diversos esquemas para minar e derrubar o governo local, incluindo a eliminação do próprio Castro. Os cubanos guardavam a firme lembrança do golpe na Guatemala em 1954, e não paravam de alertar Moscou sobre ataques iminentes e possíveis invasões, nem sempre produtos da fértil imaginação de Castro.

Se a União Soviética não conseguia proteger seu novo (e único) amigo no hemisfério ocidental contra um ataque dos EUA, qual seria sua credibilidade como impulsionadora do progresso e da revolução? Um ano após o fiasco na baía dos Porcos, Krushev vivia obcecado pelo medo de os EUA invadirem Cuba: “Durante uma visita oficial à Bulgária [em abril de 1962] [...] um pensamento não parava de martelar minha cabeça: o que aconteceria se perdêssemos Cuba?”¹¹ Mas a única proteção realista que Moscou podia oferecer a Castro era uma ameaça suficientemente terrível, imediata e local, capaz de evitar qualquer agressão norte-americana futura. Daí a decisão de instalar os mísseis.

Krushev não estava apenas exercitando seu otimismo ao dizer, em *Krushchev Remembers: The Glasnost Tapes* (Krushev recorda: as fitas da glasnost), que lucrara algo com sua manobra: “Nossa meta era preservar Cuba. Hoje, Cuba existe.” Em retrospecto, até mesmo alguns norte-

americanos participantes da crise dos mísseis concordaram que havia uma base razoável para o medo dos soviéticos — “Afinal, havia a baía dos Porcos, e depois uma série de inúteis ‘truques sujos’ realizados contra Castro pela Agência Central de Inteligência e eLivross cubanos”.¹² Mas a liderança norte-americana da época alimentava suas próprias obsessões, o que obscurecia a compreensão de alguns objetivos soviéticos. Para começar, os membros do ExComm tinham idade suficiente para lembrar e invocar os eventos dos anos 1930 e 1940. Os erros de apaziguamento, o sucesso da ponte aérea de Berlim em 1948-49, as lições da Guerra da Coreia seguiam vivos em sua lembrança. Após suas críticas a Eisenhower, o fracasso na baía dos Porcos e o desempenho medíocre na conferência de cúpula de 1961 em Viena, Kennedy desenvolveu uma hipersensibilidade a qualquer indício de indecisão ou fraqueza. No dia 19 de outubro, terceiro dia da crise, o general Curtis LeMay, chefe da força aérea, o pressionou a empreender ações militares decisivas: “Não vejo outra solução. O bloqueio e a ação política conduzirão à guerra [...] Levarão diretamente ao confronto. Isso é quase tão ruim quanto o apaziguamento em Munique.”¹³

Não faltavam analogias mais recentes, também. A pressão norte-americana sobre ingleses e franceses para se retirarem de Suez em novembro de 1956 havia provocado temores nos países da Otan de que os EUA, em caso de guerra, se retirariam para seu hemisfério, abandonando os aliados europeus vulneráveis e expostos. Daí a necessidade percebida em Washington de “postura firme”. Similarmente, o fiasco na baía dos Porcos ensinara Kennedy e seus assessores que era mais sábio obedecer pelo menos aos aspectos formais da legalidade. Daí a decisão — que Dean Rusk em especial defendeu junto a Kennedy — de não haver ações sem anúncio prévio, e que as iniciativas deveriam ser

sempre prudentes e legais, para não abalar mais ainda a confiança dos países aliados.

Tais preocupações com a política externa tornaram Kennedy simultaneamente resoluto e cauteloso. Na política interna, porém, tudo apontava na direção de se mostrar inflexível, pelo menos em público. Os congressistas republicanos, com destaque para o senador Kenneth Keating, vinham por algum tempo alertando a respeito da crescente ameaça dos mísseis soviéticos em Cuba; a demora em reconhecer publicamente a extensão do perigo dava a seus oponentes uma vantagem para lidar com a crise que, para Kennedy, precisava ser compensada por uma impressão de determinação inabalável. A maioria de seus assessores não militares, com McNamara à frente, estava convencida de que a instalação dos mísseis não causara impacto sobre a superioridade estratégica geral dos Estados Unidos, e portanto não ampliava a vulnerabilidade dos EUA. Como McGeorge Bundy observou mais tarde, não era a superioridade em mísseis dos EUA, mas o mero risco de guerra nuclear que impedia Krushev de forçar a situação até o limite.¹⁴ Mas o presidente Kennedy não era muito querido por seus graduados oficiais militares, e enfrentaria uma eleição de congressistas e governadores no mês seguinte. Não poderia dizer isso em público. Robert Kennedy relatou ter dito ao irmão mais velho, no auge da crise: “Se você não tivesse agido, sofreria impeachment” — um comentário ao qual o presidente teria reagido com um movimento de cabeça positivo. Trata-se de uma hipérbole característica do explosivo Kennedy mais jovem, mas certamente foi um fator nas decisões do presidente no momento.¹⁵

ESSAS CONSIDERAÇÕES DE FUNDO desempenharam um papel importante para determinar a resposta dos EUA para a crise cubana dos mísseis — na verdade, ajudaram a definir, para

a liderança norte-americana, exatamente que tipo de crise era aquela. Portanto Kennedy e seus assessores relutavam em desprezar a ameaça soviética, ou tirar os mísseis da Turquia, ou fazer qualquer coisa que pudesse parecer “abandono dos amigos”, levando-os a perder a fé na determinação norte-americana de defender o mundo livre. Na verdade o perigo do desencanto dos aliados estava sendo vastamente exagerado — o embaixador britânico em Washington relatou depois ter dito a Kennedy, no auge da crise: “Pouca gente fora dos Estados Unidos consideraria a provocação feita pelos cubanos algo sério o suficiente para justificar um ataque aéreo norte-americano.”¹⁶

De todo modo, quando o ExComm discutiu a possibilidade de uma troca de mísseis nos termos propostos pela segunda carta soviética, de 27 de outubro, o que significaria privar os turcos de seus mísseis da Otan recém-instalados, McGeorge Bundy resumiu o consenso: “Em nossos próprios termos ficaria claro que estávamos tentando trocar nossos aliados pelos nossos interesses. Seria esta a opinião em toda a Otan. Sei que é irracional e incoerente, mas é um fato *terrivelmente* poderoso.”

Os mísseis em questão eram do tipo “Júpiter”, o que consta no novo livro de Philip Nash.**** Eles são os Rosencrantz e Guildenstern do enredo da crise, e sua história é contada no livro pela primeira vez. Em dezembro de 1957 a Otan decidiu instalar esses mísseis nucleares de médio alcance na Turquia e na Itália. Sua presença cumpria as promessas dos EUA de fornecer aos aliados defesas confiáveis contra a ameaça nuclear soviética, superava o suposto “desequilíbrio nos mísseis” após o lançamento do Sputnik, e dava destino a uma geração inicial de mísseis norte-americanos de combustível líquido, vulneráveis, instalados em terra, que se tornaram obsoletos muito antes de os últimos estarem operacionais, após inúmeros atrasos, em março de 1962. Os turcos os queriam, mais por motivos

políticos internos do que por qualquer outro. Praticamente o único valor militar do Júpiter era aumentar o número de alvos que a URSS teria de atacar em caso de guerra.

Poucos alimentavam ilusões quanto a essas armas, que eram uma provocação aos soviéticos sem utilidade para o Ocidente. Mesmo Eisenhower, o presidente que aprovara sua instalação, os considerava militarmente insignificantes, segundo Nash. Os conselheiros de Kennedy competiriam mais tarde para afirmar sua insignificância: “menos que inúteis” (Bundy), “brincávamos de perguntar para que lado esses mísseis iriam, se os disparássemos” (Rusk), “um monte de lixo” (McNamara — cuja primeira iniciativa de defesa foi recomendar sem êxito o cancelamento do uso dos Júpiteres).¹⁷ Quando a crise começou alguns assessores, principalmente Rusk e McNamara, mostraram-se inicialmente ansiosos para colocar os Júpiteres como moeda de troca, e foram contidos apenas pela crença coletiva de que os turcos, bem como outros aliados da Otan, ficariam revoltados com a cínica falta de atenção para com seus sentimentos e necessidades.¹⁸ Mais tarde alguns membros do Ex-Comm calcularam que, no caso de um ataque aéreo contra Cuba provocar retaliação contra os Júpiteres, isso seria um risco razoável e tolerável.

Kruschev, neste meio-tempo, estava igualmente consciente da reduzida importância militar dos Júpiteres, e deu pouca atenção a eles. Mas quando, em 27 de outubro, ele e seus companheiros pensaram ter detectado a chance de negociar um acordo — talvez reinterpretando como sugestão direta alguns comentários gerais de um artigo de jornal de Walter Lippmann —, decidiram tratar os Júpiteres como um modo de obter algo numa situação constrangedora como aquela em que se encontravam.

Os norte-americanos, como vimos, estavam desconcertados com uma sugestão que em outras circunstâncias não seria muito malvista, e assim

concordaram com a remoção dos Jupíteres num acordo altamente secreto, privando com isso, os soviéticos da vantagem em propaganda que eles buscavam com a “troca” dos mísseis. Como Krushev concluiria futuramente, “este acordo teve principalmente importância moral, sem consequências práticas. Todos os mísseis eram obsoletos e os Estados Unidos não precisavam deles. Os norte-americanos os teriam retirado mesmo que não houvesse conflito entre nós”.¹⁹

Para que tanto segredo, então? Por que McNamara, Rusk, Bundy e outros mentiram para o Congresso e para outros nos anos seguintes, insistindo que não havia tal acordo (fazendo com que Kennedy parecesse pouco razoável e flexível, como resultado)? Em parte, novamente, para proteger a sensibilidade dos aliados, em parte para proteger a imagem de JFK e registrar uma vitória sem concessões. E, parcialmente, se acreditarmos em Anatoly Dobrynin, para proteger as ambições presidenciais futuras do irmão. “Muito em particular, Robert Kennedy acrescentou que um dia — quem sabe? — ele poderia se candidatar a presidente, e suas chances seriam reduzidas se este acordo secreto sobre os mísseis na Turquia transpirasse.”²⁰ O segredo foi guardado até o início dos anos 1980, pelo menos, quando George Ball e outros insinuaram o acordo em suas memórias. Vale notar que a liderança soviética, que poderia ter interesse em tornar o fato amplamente conhecido, preferiu não fazer isso.

Duas considerações finais demarcaram e inibiram o comportamento dos EUA na crise. Uma, claro, era a obsessão doentia por Cuba. Os Kennedys muito contribuíram para acirrar esta quase histeria — John Kennedy certa vez descreveu a abordagem relativamente contida de Eisenhower em relação a Cuba como “o mais evidente malogro da política externa norte-americana”. Tendo exagerado a ameaça cubana em público e (no caso

de Robert Kennedy) estimulado assiduamente e participado de “Mongoose” e outros esquemas da CIA para destruir Castro em 1961-62, eles estavam em posição desfavorável para minimizar o perigo em outubro. Pela mesma razão, eles não compreendiam bem o quanto suas próprias preocupações ajudaram a fazer de Cuba uma questão prioritária para o Kremlin.²¹ Tendo Krushev decidido instalar mísseis ofensivos lá, contudo, a visceral aversão dos norte-americanos a mísseis soviéticos *tão* perto de casa (algo com que os europeus conviviam havia vários anos) era em si um elemento político na situação que Kennedy dificilmente poderia ignorar.

Finalmente, havia Berlim. Em retrospecto, parece absurdo que Kennedy e seus assessores estivessem tão obcecados pela possibilidade de uma iniciativa soviética lá. Eles se convenceram de que Krushev se engajara em um plano complexo, maquiavélico, para alcançar seus objetivos na Alemanha a longo prazo. Mal transcorria uma hora, durante os dez primeiros dias de crise, sem que o ExComm revertisse para a questão de Berlim Ocidental, para a necessidade de conter a esperada reação de Krushev na cidade dividida. Como Kennedy disse em 22 de outubro ao primeiro-ministro Harold Macmillan (o único governante estrangeiro consultado por ele durante a crise), “não preciso ressaltar a possível relação entre esta iniciativa secreta e perigosa de Krushev com Berlim”.

A lição de 1948 parecia ter sido muito bem aprendida — “Para o governo Kennedy, Berlim Ocidental apresentava um interesse vital para o Ocidente”, Bundy escreveu, e, claro, era o mais vulnerável. Assim como Truman e Acheson haviam considerado a incursão na Coreia um possível prelúdio para uma ação exploratória soviética na fronteira que dividia a Alemanha, Kennedy e seus colegas viam a instalação dos mísseis em Cuba como uma jogada soviética

para chantagear os Estados Unidos, vulneráveis, para que entregassem Berlim.²²

A ironia é que a crise de Berlim do início dos anos 1960 já se encerrara de fato. Desde 1957, Krushev pressionava por uma “resolução” para as questões pendentes em Berlim Ocidental. Em mais de uma ocasião ele ameaçou assinar um tratado de paz em separado com o regime da Alemanha Oriental e dar ao governo acesso total à metade ocidental de Berlim. Na cúpula de Viena com Kennedy ele tentou usar a superioridade soviética em forças convencionais para ameaçar expulsar os norte-americanos de Berlim Ocidental. No verão de 1961, devidamente impressionado, Kennedy chegou a aumentar o orçamento nacional de defesa para aumentar a presença militar norte-americana em Berlim.

Krushev blefava — ele realmente dispunha de vasta superioridade em termos de forças convencionais na Europa, e poderia ter ocupado Berlim Ocidental (e a maior parte da Europa Ocidental) quando bem entendesse. Mas os EUA haviam jurado defender a liberdade de Berlim Ocidental por todos os meios — o que na prática significa armas nucleares — e Krushev não pretendia correr o risco de entrar numa guerra nuclear por causa da Alemanha. Em vez disso, ele resolveu o dilema local das autoridades da Alemanha Oriental — os milhares de cidadãos que votavam com os pés, mudando para o lado ocidental — erguendo o Muro, em agosto de 1961. Dois meses mais tarde ele recuou da “data limite” para um tratado de paz e nada mais se falou sobre o assunto.²³

Mas os norte-americanos, neste caso como noutros, levaram a fanfarronice e a propaganda soviética a sério e — acreditando equivocadamente que Berlim era tão importante para os russos como era para o Ocidente — montaram seu entendimento das relações entre EUA e URSS em torno da questão de Berlim.²⁴ Isso aumentou dramaticamente o significado aparente da crise de Cuba.

Portanto, Kennedy disse em 19 de outubro: “Não creio que tenhamos alternativas satisfatórias [...] nosso problema não é apenas Cuba, há ainda Berlim. E quando reconhecemos a importância de Berlim para a Europa, e reconhecemos a importância de nossos aliados para nós, temos o que tornou este caso o dilema do momento. Caso contrário, nossa resposta seria bem fácil.” Se dermos a eles a mão em Cuba, vão pedir o braço em Berlim, era a crença geral. Três dias antes, quando a crise começou, o secretário de Estado Dean Rusk sintetizou a sua interpretação das ações soviéticas: “Creio também que Berlim está profundamente envolvida nisso. Pela primeira vez estou começando a me perguntar se o sr. Kruschew é inteiramente racional em relação a Berlim.” Os leitores de hoje de *The Kennedy Tapes* talvez façam a mesma pergunta em relação aos adversários norte-americanos de Kruschew.

Os livros resenhados, em particular *The Kennedy Tapes*, nos dão uma oportunidade para pensar de modo novo a respeito de homens que julgávamos conhecer; mais ainda por eles falarem extraoficialmente — só os irmãos Kennedy sabiam da gravação. Dean Acheson, um diplomata de considerável estatura durante os anos em que atuou como secretário de Estado no governo Truman, neste caso revelou-se um político antigo, ressentido, que não aprendeu nada nem esqueceu nada. Quando seu conselho é ignorado e a abordagem moderada apresenta resultados, ele os atribui, mesquinho, à “pura sorte estúpida”. Douglas Dillon, o requintado secretário do Tesouro, surge nas fitas como um insensato belicoso, ansiando pela intervenção militar.

Os senadores Richard Russell e William Fullbright, que participavam do grupo de líderes do congresso com quem os segredos foram compartilhados antes da entrevista coletiva de Kennedy em 22 de outubro, expressaram opiniões assustadoras. Ao discutir as escolhas de Kennedy, Russell declara: “Uma guerra, nosso destino, vai depender disso. Mas ela chegará um dia, senhor presidente. E poderia

ser sob circunstâncias mais auspiciosas?” Fullbright, igualmente, disse: “Sou a favor, com bases nessas informações, de uma invasão, e que seja ampla e o mais rápido possível.” Felizmente Kennedy não buscava o conselho desses políticos e de seus pares no congresso, apenas seu apoio, e isso ao menos eles concederam.

Os conselhos que Kennedy recebia de seus comandantes militares foram similarmente extremos. Do início ao fim eles pressionaram por ataques aéreos imediatos em larga escala, bem como por uma invasão, e mesmo após a aceitação por Krushev dos termos impostos por Kennedy, eles votaram pela intervenção militar assim mesmo, sendo o general Maxwell Taylor, seu comandante, a única voz dissonante. O desprezo dos militares pelo jovem presidente é palpável, com os comentários do general LeMay beirando a insolência. Felizmente Kennedy só se reuniu com eles como grupo uma vez, em 19 de outubro, e o desprezo que sentiam por ele era comparável à desconfiança de Kennedy em relação a eles. O diálogo com o general Earle Wheeler, comandante do exército, é característico:

General Wheeler: “Do ponto de vista militar, creio que o curso de ação de menor risco é o emprego da gama completa de opções militares de nossa parte. É isso.”

Presidente Kennedy: “Obrigado, general.”²⁵

Em flagrante contraste, os diplomatas profissionais que assessoravam Kennedy lhe deram excelentes conselhos. Llewellyn Thompson, ex-embaixador em Moscou, é especialmente impressionante. Sempre se mostra perceptivo (e praticamente sozinho) nas estimativas dos prováveis movimentos de Krushev e das perspectivas futuras, tendo descrito em 18 de outubro com exatidão ao presidente o curso que os eventos deveriam tomar, o que de fato aconteceu:

Thompson: “Creio ser altamente duvidoso que os russos resistam a um bloqueio contra armamentos militares, particularmente do tipo ofensivo, se apresentarmos o caso assim para o mundo.”

Presidente Kennedy: “O que faremos com os armamentos que já estão lá?”

Thompson: “Exigir que sejam desmontados, e dizer que vamos manter vigilância constante.”

Dos conselheiros do círculo íntimo de Kennedy, a maioria dos quais vemos hoje através do prisma escuro do Vietnã, George Ball manteve uma atitude moderada, sempre procurando a saída menos provocativa e mais promissora para o dilema — pouca surpresa para quem se recorda de sua posterior oposição à política para a Indochina nos anos Johnson. Ele foi um dos primeiros, em 18 de outubro, a articular claramente a argumentação contra um ataque súbito contra Cuba: “É o tipo de conduta que se espera da União Soviética. Não é uma conduta que se espera dos Estados Unidos. E eu tenho a sensação de que essas 24 horas são realmente indispensáveis para Krushev.” Seu conselho se baseava na conclusão apropriada de que os soviéticos não se deram conta do que faziam, a mesma a que chegara Ball no primeiro dia da crise. McGeorge Bundy foi incisivo e analítico, formulando questões difíceis sobre os riscos de um ataque, embora curiosamente tendesse, ao final da primeira semana, a se nivelar com a linha dura, cujos pressupostos, de qualquer maneira, ele questionava abertamente.

A visão de Robert McNamara, por outro lado, pode surpreender quem se lembra de sua defesa dos bombardeios na Indochina. Durante a crise, ele foi a voz moderada do bom senso. Em 16 de outubro, disse aos colegas: “Eu me oponho frontalmente ao ataque aéreo, para ser franco, pois creio que o perigo para nosso país, em relação ao benefício que pode haver, seria excessivo.” Após

descrever o bloqueio naval com detalhes preliminares, naquele mesmo dia, ele reconheceu que “esta alternativa não parece muito aceitável. Mas esperem até que as outras sejam mostradas”. E apesar de ter de desempenhar seu papel de secretário de Defesa e avaliar os prós e contras das opções militares, ele sempre esteve entre os mais lúcidos do grupo no entendimento de que a crise, e sua solução, era e devia permanecer acima de tudo política.

Dean Rusk também aparece nessas páginas como um agente da razão e da calma. Ele se manifestou enfaticamente em 24 de outubro contra aqueles (Robert Kennedy inclusive) que desejavam capturar e inspecionar navios soviéticos que portassem armas; a questão, lembrou aos colegas mais de uma vez, não era capturar navios soviéticos, mas simplesmente impedir com o uso mínimo de força que mísseis chegassem a Cuba. Em vista de seu lamentável desempenho na Guerra do Vietnã, vale registrar que durante a crise cubana, pelo menos, ele sempre defendeu as negociações, o recurso às Nações Unidas e uma solução pacífica até onde fosse possível.

O vice-presidente Lyndon Johnson também mostrou um lado pouco conhecido naqueles dias. Ele falava pouco e não estava entre os homens cuja opinião Kennedy levava muito em consideração. Mas, quando falava, era muito convincente. No sábado, 27 de outubro, manteve um diálogo revelador com McNamara, quando o grupo debatia a resposta à oferta de Krushev de “troca” de mísseis:

Johnson: “Bob, se estiver disposto a entregar nossos mísseis na Turquia, a desativá-los, por que não diz isso a ele, explica que queremos fazer um acordo, e fecha o acordo, evitando a invasão, perda de vidas e tudo mais?”

McNamara: “Eu disse que na minha opinião seria a solução realista para o problema.”

Johnson: “Claro. Tudo bem. O que tínhamos era que ele nunca fosse oferecer isso, que desejasse na verdade trocar por *Berlim*.”

Mais tarde, naquele mesmo dia, quando Dillon e outros sugeriram a vigilância fotográfica noturna das bases de mísseis em Cuba com uso de sinalizadores luminosos, Johnson interferiu, contundente:

Esses sinalizadores desgraçados me assustam desde que foram mencionados [...]

Imagine que um capitão russo maluco esteja lá. A coisa [o sinalizador] falha e ilumina o céu. Ele é bem capaz de puxar o gatilho. Vai parecer que estamos brincando de 4 de julho bem em cima deles. Isso me apavora [...]

E não vejo o que se pode ganhar com a tal foto que seja muito mais importante que [...] A gente sabe que eles estão trabalhando de noite, dá para vê-los trabalhando de noite. E agora, o que a gente faz?

Psicologicamente, a gente os assusta [os soviéticos]. Bem, caramba, isso é como o sujeito que me diz, no congresso: “Vai lá e coloque um macaco nas costas dele.” Sempre que eu tentava colocar um macaco nas costas de outra pessoa, eu ganhava um. Se quiserem dar um susto psicológico neles com sinalizadores, correm o risco de tomarem um tiro na bunda.

A proposta dos sinalizadores foi devidamente abandonada.

EM CONTRASTE, A REPUTAÇÃO política de Bob Kennedy só pôde sofrer danos com a publicação dos registros. Claro, suas conversas “por fora” com o embaixador Dobrynin ajudaram a encerrar a crise, e no final ele foi um dos que viam, como Thompson e Bundy, vantagens em aceitar a primeira carta de

Kruschev e ignorar a seguinte, mais problemática.²⁶ Mas nos primeiros dias da crise as contribuições de Robert Kennedy não foram muito úteis, para dizer o mínimo. Na condição de alto membro do governo intimamente envolvido com a tática dos “truques sujos”, ele era violentamente belicoso na reação à iniciativa soviética. No primeiro dia da crise, desabafou: “Se ele [Kruschev] quer entrar em guerra por causa disso [...] Bem, se uma guerra for a consequência deste caso, ou se ele montar aqueles mísseis após o alerta, então ele conseguirá uma guerra daqui a seis meses, ou um ano. Então [...]”

Isso era compatível com a obsessão pessoal pela questão cubana da parte do jovem Kennedy. Em janeiro de 1962 ele havia informado ao grupo da CIA/Pentágono que trabalhava secretamente para minar Castro de que “estamos em situação de combate em relação a Cuba”. Para o novo diretor da CIA, John McCone, ele anunciou que Cuba “era a grande prioridade do governo dos EUA — todo o restante é secundário — e não devemos poupar tempo, dinheiro, esforço ou pessoal”. Os assessores graduados de seu irmão mais velho não tinham um conceito muito elevado de Robert. George Ball, que mais tarde alegou ter sido “agradavelmente surpreendido” pela cautela e bom senso de RFK conforme a crise avançava, admitiu que “até então eu não respeitava muito seu julgamento; ele me parecia — particularmente na comparação com o irmão — imaturo, emotivo demais e inclinado a ver tudo em termos absolutos, com pouquíssima sensibilidade para nuances e características relativas”.

Dean Rusk, que ressentia o “exagero” que Robert Kennedy deu a seu papel na crise, em seu relato posterior, comenta acidamente em suas memórias que “a emoção que Bobby Kennedy revelou em seu livro *The Thirteen Days* (Os treze dias), e que apareceu no programa de televisão ‘Os Mísseis de Outubro’ era específica de Bobby; esta foi a

primeira grande crise”. Anatoly Dobrynin, que conhecia Robert Kennedy bem e trabalhou próximo a ele naquelas semanas, resumiu sua impressão com justiça: “Ele era uma pessoa complexa e contraditória que perdia frequentemente a paciência; nesses momentos ele se comportava mal, era desagradável tratar com ele [...] não conhecia em detalhe questões de política externa, mas pelo jeito considerava-se um especialista no assunto. Isso complicava o diálogo às vezes, particularmente quando ele falava em nome do presidente.” Dobrynin, como todos os outros, reconhecia a necessidade de se entender com o jovem Kennedy. “Sua óbvia intimidade com o irmão o tornava um canal de comunicação muito valioso.” Mas nada nos registros gravados ou nas lembranças do primeiro escalão, tanto de John Kennedy quanto de Nikita Krushev, sugeria que a ascensão de Robert Kennedy à presidência teria sido benéfica para os EUA em assuntos mundiais.²⁷

O quanto o mundo chegou perto do desastre naquelas duas semanas, 35 anos atrás? A causa mais provável para uma guerra aberta teria sido claramente um equívoco puro — um míssil disparado, uma bomba lançada, um navio afundado por acidente ou por um capitão belicoso agindo por iniciativa própria. Na prática, os EUA entraram na Condição de Defesa 2 em 24 de outubro (a um passo apenas da guerra generalizada), e os soviéticos derrubaram “sem querer” um U-2 que sobrevoava Cuba em 27 de outubro. Qualquer um desses gestos, ou uma tentativa de deter um navio suscetível na zona de quarentena, poderia ter sido fatal, quando menos por levar o outro lado ao equívoco de supor que a guerra era iminente. Mas eles não eram fatais. E se não foram, isso ocorreu porque o líder máximo dos dois lados estava decidido a não permitir que o fossem.

Também poderíamos perguntar o que teria acontecido se Krushev não aceitasse o ultimato/resposta de 24 horas de

Kennedy, no dia 27, sábado. Na época parecia que os EUA não tinham um plano de reserva, e que teriam de iniciar ataques aéreos e uma invasão na semana seguinte, como o ExComm decidira que seria feito, tendo em vista o fato de que a construção das plataformas de lançamento de mísseis prosseguia aceleradamente.²⁸ De fato, como descobrimos nos anos recentes, Kennedy tinha uma posição secreta de reserva. Em caso extremo, ele autorizaria Dean Rusk a encorajar U Thant, secretário-geral da ONU, a propor uma troca de mísseis *pública*, que os EUA teriam aceitado. Em outras palavras, se tudo mais falhasse, ele aceitaria os termos da segunda carta soviética de 27 de setembro, a “inaceitável”, propondo a remoção dos Júpiteres e a promessa de não invadir Cuba em troca da desmontagem dos mísseis na ilha.²⁹

Mesmo que não existisse realmente um plano alternativo e que Kennedy houvesse autorizado ataques aéreos e uma invasão de Cuba nos dias seguintes, uma guerra nuclear generalizada provavelmente não teria ocorrido, apesar da forte presença militar soviética em Cuba (mais forte do que os norte-americanos imaginavam), e das armas nucleares já instaladas. A razão, mais uma vez, é muito simples. Nas palavras de McGeorge Bundy, “o mais importante fator isolado que poderia nos levar à guerra nuclear — a disposição de um líder ou outro em considerar este desfecho remotamente aceitável — simplesmente não existia em outubro de 1962”. Os dois líderes esforçaram-se para tentar mostrar o contrário, claro, por questão de imagem pública e por causa das estratégias diplomáticas que dependiam da credibilidade das ameaças nucleares. E, em *The Glasnost Tapes*, Krushchev sugere que justamente por a União Soviética não poder reagir a uma invasão cubana com um ataque frontal eficaz contra os Estados Unidos (convencional), a guerra poderia ter estourado no teatro europeu, e não em Cuba.³⁰ Mas até isso parecia

improvável. O estado de espírito de Krushev nas 96 horas cruciais entre o início do bloqueio e sua concordância em remover os mísseis hoje é muito claro — a perspectiva de guerra o horrorizava, e ele decidiu rapidamente que o defunto não valia a vela.

A CRISE INTEIRA E o grau de risco nela embutido, portanto, dependiam de um paradoxo. Se Kennedy e sua equipe soubessem quais eram os objetivos reais de Krushev, poderiam ter sido capazes de desmontar o esquema todo discreta e privadamente (embora Bundy e outros envolvidos insistissem que o blefe de Krushev exigia uma resposta pública, para ele saber que a resistência dos EUA era séria). Mas se os norte-americanos também soubessem quantos mísseis nucleares armados a URSS havia instalado em Cuba — e o quanto Krushev relutava em dispará-los —, a tentação de agir primeiro e falar depois poderia ter sido irresistível. Portanto, sua ignorância parcial tanto provocou o drama como evitou o desfecho trágico.

Reciprocamente, se os EUA não tivessem descoberto o plano de Krushev de instalar mísseis em Cuba antes de terminado o projeto, Kennedy certamente enfrentaria, em novembro de 1962, um enorme dilema político: aceitar a presença indefinida de mísseis balísticos soviéticos perto da costa dos EUA ou iniciar uma crise em condições políticas e diplomáticas bem menos favoráveis. Esta situação poderia ser piorada por Krushev, que poderia sofrer a tentação, quando os mísseis estivessem seguros e instalados, de explorar sua vantagem além do que ditava a prudência; na melhor das hipóteses ele sofreria um revés ainda mais humilhante e público do que o aceito em 28 de outubro.

Levando-se em conta a decisão de Krushev de colocar mísseis nucleares em Cuba (uma decisão tomada bem antes dos alertas públicos de Kennedy, em setembro de 1962), uma crise internacional de algum tipo era inevitável.

Se ela assumiu desnecessariamente uma forma aterrorizante, isso ocorreu em larga medida por causa de uma compreensão norte-americana equivocada, que pode servir de metáfora para boa parte da Guerra Fria inicial. Os membros do governo em Washington pensavam que seus oponentes soviéticos jogavam um complicado xadrez diplomático, no qual os diversos peões no tabuleiro internacional — Tchecoslováquia, Coreia, Alemanha, Egito, Indochina e agora Cuba — eram movidos com sutileza, para dar vantagem às peças principais de Moscou.

Na verdade, porém, os líderes soviéticos — primeiro Stalin, depois Krushev — não estavam jogando xadrez. Estavam jogando pôquer. Tinham uma mão ruim e sabiam disso — muito antes de o chanceler da Alemanha Ocidental fazer o comentário, Krushev e muitos de seus companheiros de cúpula compreenderam intuitivamente que o império sob seu governo era basicamente “Alto Volta com mísseis”. Por isso, blefavam. O desfecho da crise cubana não teria sido muito diferente se os norte-americanos tivessem percebido antes qual era o jogo em questão; mas os riscos encontrados no percurso teriam sido bastante reduzidos.

Pôquer e xadrez têm algo em comum, todavia — seu resultado depende mais dos nervos, personalidade e intuição do jogador que de qualquer disposição formal de recursos ou regras. E quanto mais aprendemos sobre a crise dos mísseis cubanos, mais devemos aprender a valorizar os dois homens que tiveram nosso destino em suas mãos naqueles dias. O papel do sr. Krushev é mais fácil de entender. Tendo feito um erro de cálculo enorme, ele resistiu à tentação de elevar as apostas. Quando Kennedy impôs uma quarentena e exigiu a remoção dos mísseis de Cuba, o líder soviético poderia ter respondido com uma ameaça de retaliação nuclear se navios soviéticos fossem interceptados ou o território cubano, atacado. Esta, afinal de contas, era a lógica da instalação dos mísseis, no início — a ameaça de

uma reação nuclear para impedir ações agressivas dos EUA no Caribe.

Mas Krushev nunca sequer levou em consideração o desafio. Como ele explicou em 30 de outubro para Castro, desapontado, pois preferia um confronto armado (e nuclear se fosse necessário) com os norte-americanos: “Não resta dúvida de que o povo cubano teria lutado corajosamente contra o imperialismo, sacrificando a vida [...]”³¹ Outros líderes soviéticos poderiam ter se comportado de modo semelhante — e Stalin, pelo menos, nunca se exporia tão irrefletidamente quanto Krushev se expôs. Mesmo assim, foi Krushev quem tomou as decisões de recuar e resolver a crise cubana, e a história lhe deve reconhecimento por isso.

A POSIÇÃO DE JOHN F. KENNEDY é mais incômoda. Para começar, sua postura, tanto quanto a de Krushev, levou os EUA à confusão cubana, e foi em larga medida a necessidade de parecer firme de Kennedy, de ter “credibilidade”, que alimentou a escalada retórica em Washington, no outono de 1962. Ele era um presidente jovem, sob forte pressão para fazer a “coisa certa”, em posse de informações imperfeitas sobre uma possível ameaça à segurança do país, aconselhado por um grupo de homens (muitos deles mais velhos e mais experientes) que em comum tinham apenas a noção frequentemente reiterada de que enfrentavam uma crise séria e que o destino do mundo dependia de suas decisões.

Mesmo assim, *The Kennedy Tapes* mostra uma admirável frieza em John Kennedy, uma disposição e capacidade de ouvir, questionar, absorver, pesar e finalmente deliberar, em circunstâncias extraordinárias. A cada passo do processo, Kennedy escolhia a opção mais moderada disponível, por vezes contra os conselhos que lhe eram oferecidos com urgência. Em vez de uma invasão, ele preferia um ataque aéreo contra as bases de mísseis; em

vez de um ataque aéreo abrangente ele defendia bombardeios seletivos; ele insistiu para que nenhum ataque aéreo, por mais seletivo que fosse, ocorresse sem aviso prévio. Optou por um bloqueio naval em vez de ataque militar imediato, e preferiu uma quarentena naval a um bloqueio generalizado a todos os navios.³²

Foi por insistência de Kennedy que escolheram um navio inócuo de bandeira diferente da soviética para um exercício simbólico da quarentena, e ele pressionou sua equipe para obter todo apoio legal e internacional possível antes que entrasse em vigor. Ignorou sugestões de que os EUA poderiam se aproveitar da quarentena para capturar navios soviéticos que carregassem mísseis, de modo a aprender mais a respeito do programa armamentista soviético. Ele descartou a pressão para reagir agressivamente quando o U-2 do capitão Rudolf Anderson foi derrubado em Cuba, no dia 27 de outubro, e repetidamente adiou a hora limite confidencial após a qual se iniciaria a contagem regressiva para a intervenção militar dos EUA. Ele apreciou a oportunidade de usar os mísseis Júpiter na Turquia num acordo secreto e chegou a autorizar seu secretário de Estado a fazer com que as Nações Unidas o intimassem publicamente a aceitar este acordo, caso o resto falhasse. E, para garantir que não haveria erros, em 27 de outubro ele ordenou que os mísseis Júpiter fossem desarmados, de modo que, se ele tivesse de autorizar ataques aéreos contra Cuba, e os soviéticos respondessem com um ataque contra os silos de mísseis na Turquia, haveria riscos mínimos de uma escalada futura.

Cada uma dessas decisões foi tomada apesar das críticas de um grupo de assessores e generais — segundo George Ball, a desativação dos Jupíteres foi ordenada “para desconsolo dos ansiosos por ações de efeito”.³³ Em retrospectiva, podemos ver que Kennedy conseguiu obter o melhor desfecho possível nas circunstâncias. Ele não tinha

apenas sorte, tampouco — discordo de Acheson —, ele era coerente. Ao rejeitar os conselhos que lhe eram oferecidos em centenas de horas de reuniões secretas, ele corria riscos sérios, também; como comentou com os líderes do congresso no dia da entrevista coletiva que revelou a crise, “As pessoas em melhor situação são aquelas cujos conselhos não foram seguidos, pois qualquer ação nossa é plena de riscos”.

Claro, os motivos de Kennedy não eram puros, e como todo político ele buscava tirar dividendos políticos de sua condução da crise. Apresentava-se, assim, como colegas e admiradores o apresentavam, como o homem que “domou” os soviéticos, que riscou uma linha no chão, que ganhou a primeira fase da Guerra Fria; nas palavras de Dean Rusk, ditas na quinta-feira, 25 de outubro, quando os navios soviéticos deram meia-volta: “Nós [estávamos] no olho no olho, e o outro cara piscou.”³⁴

Por via das dúvidas, Kennedy se deu o trabalho de maldizer seu antigo oponente político, Adlai Stevenson, então embaixador dos EUA nas Nações Unidas. Stevenson, foi insinuado, teria sido “mole”, em contraste com a posição de Kennedy, firme e viril. A implicação — de que Stevenson não se mostrava disposto a “enfrentar” os soviéticos, e que Kennedy fora inflexível e rígido — era duplamente enganosa; mas, depois que Charles Bartlett e Joseph Alsop a publicaram em seu relato “interno” da crise, em 8 de dezembro de 1962, na edição do *Saturday Evening Post* (com conhecimento e aprovação prévia de Kennedy), o estrago estava feito. A ironia é que o próprio Kennedy também foi vítima dos “truques sujos” internos, tanto quanto Stevenson: as qualidades que o presidente exibiu durante a crise — paciência, moderação, capacidade de julgamento independente e uma preferência invariável pela negociação em vez do confronto — foram ocultas dos olhos do público.

Todos os presidentes modernos dos EUA são obrigatoriamente políticos, prisioneiros de suas declarações passadas, do eleitorado, de seus colegas. Todavia, há vantagens para uma vida transcorrida na política democrática: o que esses livros mostram é o quanto Krushev estava vulnerável por falta de alguém que questionasse seus atos mais impetuosos, e como a lógica de McGeorge Bundy, a experiência diplomática de Dean Acheson e até os anos de Robert McNamara como diretor da Ford Motor Company não deram a nenhum deles o instinto “improvisador” que John Kennedy (assim como Lyndon Johnson) levou às discussões da ExComm. De todo modo, quantos presidentes recentes dos EUA teriam se saído melhor do que Kennedy, ou feito metade de seus acertos? Seria um exercício de assustadora sensatez inserir em *The Kennedy Tapes* alguns dos sucessores recentes de JFK e adivinhar sua provável conduta sob tamanha pressão. Um dos benefícios adicionais da crise cubana é que nenhum deles teve de encarar circunstâncias similarmente desafiadoras. Por isso os editores de *The Kennedy Tapes* são convincentes quando dizem: “parece auspicioso que Kennedy, nas circunstâncias que ele ajudou a criar, tenha sido o presidente encarregado de conduzir a crise.”

Este ensaio-resenha — ocasionado por uma onda de publicações e documentos sobre a crise de Cuba em outubro de 1962 — foi inicialmente publicado no New York Review of Books em janeiro de 1998.

NOTAS

- ¹ Para os trechos pertinentes da declaração de Kennedy em 4 de setembro e sua entrevista coletiva em 13 de setembro, ver McGeorge Bundy, *Danger and Survival: Choices about the Bomb in the First Fifty Years* (Nova York: Random House, 1988), p.393. De acordo com a legislação internacional e o Tratado do Rio de Janeiro de 1947, Cuba, como outros países, tinha o direito de obter e instalar armamentos defensivos, desde que não ameaçassem a paz na região.

- ² Anatoly Dobrynin, *In Confidence* (Nova York: Times Books, 1995), p.69; George Ball, *The Past Has Another Pattern: Memoirs* (Nova York: Norton, 1982), p.286.
- ³ Bundy, *Danger and Survival*, p.413-14.
- ⁴ Segundo Fursenko e Naftali, somente Krushev, entre os líderes máximos do Kremlin, jamais acreditou que Kennedy atacaria Cuba — e portanto deixou de fazer planos para esta eventualidade (*One Hell of a Gamble*, p.273). Talvez estivesse enganado — mas seu erro foi crucial para afastar Kennedy desta decisão.
- ⁵ O general Pliyev, oficial soviético mais graduado em Cuba, na verdade começou a desmontar os mísseis às 8 horas no horário da costa leste, antes mesmo que a carta de Krushev fosse transmitida.
- ⁶ A insistência tardia de Kennedy na retirada dos aviões, depois que os termos iniciais haviam sido aceitos, foi ressentida por Krushev. Mesmo assim ele instruiu o Presidium soviético a aprovar sua remoção, o que ocorreu em 16 de novembro, apesar da garantia prévia do sr. Mikoyan a Castro de que a União Soviética não cederia neste ponto.
- ⁷ *Nikita Krushchev, Krushchev Remembers: The Glasnost Tapes* (Boston: Little, Brown, 1970), p.454.
- ⁸ Robert McNamara, em *Blundering into Disaster* (Nova York: Pantheon, 1986), alega que ele e o presidente Kennedy mal se deram conta desta disparidade, na época. O fato de que após um ataque restariam mísseis soviéticos em quantidade suficiente para matar milhões de norte-americanos era suficiente para impedir qualquer um de iniciar uma guerra nuclear: “Nenhum líder político responsável exporia seu país a tamanha catástrofe.” Ver p.44-45.
- ⁹ John Gaddis, *We Now Know: Rethinking Cold War History* (Oxford, Nova York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1997), p. 261. Em *Krushchev Remembers: The Last Testament* (Boston: Little, Brown, 1974), fica claro que Krushev vivia obcecado com a vulnerabilidade estratégica soviética; daí sua recusa em aceitar qualquer acordo de proibição de testes que exigisse inspeção nos locais.
- ¹⁰ Ver *One Hell of a Gamble*, p.90; *Krushchev Remembers*, p.494. A lógica do pensamento de Krushev não passou despercebida a alguns formuladores da política norte-americana, bem antes de outubro de 1962. Depois da baía dos Porcos, John J. McCloy comentou com Theodore Sorensen que, “mesmo se a União Soviética tivesse bases de mísseis em Cuba — não tem — por que teríamos mais direito de invadir Cuba do que Krushev de invadir a Turquia?” Citado por Nash, *The Other Missiles of October*, p.95.
- ¹¹ *Krushchev Remembers*, p.493.
- ¹² *Nikita Krushchev, Krushchev Remembers: The Glasnost Tapes*, p.180; Dean Rusk, *As I Saw It* (Nova York: Norton, 1990), p.242.
- ¹³ O pai de John Kennedy, Joseph, fora um ardoroso conciliador, defensor dos acordos de Munique. O general LeMay certamente sabia disso.

- 14 O seguinte diálogo na primeira reunião do ExComm, em 16 de outubro, é significativo: “McGeorge Bundy: ‘A questão que eu gostaria de levantar é a seguinte [...] Qual seria o impacto estratégico nos Estados Unidos dos MRBMs em Cuba? Com que gravidade eles alteram o equilíbrio estratégico?’ Robert McNamara: ‘Mac, eu perguntei isso aos chefes do estado-maior esta tarde. E eles disseram: ‘Substancialmente.’ Minha visão pessoal é: nem um pouco.” (*The Kennedy Tapes*, p.89)
- 15 Ver Robert Kennedy: *Thirteen Days: A Memoir of the Cuban Missile Crise* (Nova York: Norton, 1969), citado por Bundy em *Danger and Survival*, p.394. O que JFK realmente disse, em 16 de outubro, foi o seguinte: “No mês passado eu disse que não íamos [permitir aquilo]. No mês passado eu deveria ter dito que para nós não importa. Mas, quando dissemos que *não* íamos fazer, depois fomos em frente para fazer, e então não fizemos nada, então eu diria que nossos riscos aumentaram.” *The Kennedy Tapes*, p.92.
- 16 David Ormsby-Gore, citado por Harold MacMillan em *At The End of the Day: 1961-1963* (Londres: Harper and Row, 1973), p.192.
- 17 Todas as citações são de Nash, *The Other Missiles*, a não ser quando diferentemente indicado. De acordo com Bundy, “No outono de 1962 nenhum oficial superior, exceto pelo general LeMay, da força aérea, ainda acreditava que os Jupíteres fossem boas armas militares.” Bundy, *Danger and Survival*, p.428.
- 18 O próprio presidente Kennedy não discordou. Em 18 de outubro ele comentou que “a única oferta que podemos fazer, me parece, que teria algum sentido, pois o ponto é que precisamos fornecer a ele (Krushev) uma saída, seria dar alguns de nossos mísseis turcos”. Os turcos não faziam objeção na troca dos Jupíteres por mísseis Polaris baseados em submarinos, mas como eles só estariam disponíveis na primavera seguinte, relutavam em aceitar qualquer opção, até lá.
- 19 *Krushchev Remembers: The Glasnost Tapes*, p.179.
- 20 Dobrynin, *In Confidence*, p.90.
- 21 Muitos especialistas do Kremlin se opuseram firmemente à instalação de mísseis em Cuba, vendo na decisão uma trapalhada estratégica e uma incapacidade soviética de concentrar o foco nas questões principais das relações com os EUA. Esta foi uma das acusações mais sérias contra Krushev quando ele foi deposto, em 1964.
- 22 Ver MacMillan, *At the End of the Day*, p.186; Bundy, *Danger and Survival*, p.369.
- 23 “Kennedy superestimou a agilidade de Krushev e seus aliados para iniciar ações decisivas em Berlim, a mais agressiva das quais foi, na verdade, o muro de Berlim, dois meses depois do encontro de cúpula em Viena”, em agosto de 1961. Dobrynin, *In Confidence*, p.46. Ver também *Krushchev Remembers: The Glasnost Tapes*, p.35.
- 24 “Aqueles que, entre nós, temiam represálias em Berlim estavam levando demais em consideração nossas próprias ansiedades e deixando de registrar

a comprovada prudência soviética.” “Durante a crise dos mísseis a suposta conexão entre Cuba e Berlim era muito mais importante em Washington do que no Kremlin. Nosso medo não era a esperança dele.” Bundy, *Danger and Survival*, p.421-22, 449.

²⁵ Em 28 de outubro os chefes do estado-maior conjunto (com a discordância de Taylor) informaram Kennedy que “[nós] interpretamos a declaração de Krushev, em conjunto com a [continuidade da] construção, como esforços para adiar a ação direta dos Estados Unidos, enquanto preparam o terreno para a chantagem diplomática”.

²⁶ Os autores de *One Hell of a Gamble* deram bastante importância aos canais informais então usados para transmitir recados e mensagens entre Washington e Moscou e vice-versa, notadamente o papel de um certo Georgi Bolshakov, com quem Robert Kennedy se encontrou em particular em dezenas de ocasiões, no decorrer de 1961 e 1962. Mas os editores de *The Kennedy Tapes*, assim como Dobrynin em suas memórias, minimizam este aspecto folhetinesco das relações EUA-URSS, bem como o suposto papel desempenhado na solução da crise cubana por jornalistas norte-americanos privilegiados, agentes secretos soviéticos e *barmen* de Washington. O sigilo de Krushev, e ele não ter usado nenhum dos mensageiros de confiança de que dispunha, compromete sua credibilidade; o fato de Krushev ter usado canais confidenciais para *mentir* a ele foi o que mais ofendeu o presidente. De todo modo, o choque de chegar tão perto do confronto alterou radicalmente as regras do jogo, dali em diante. Uma linha exclusiva foi instalada, o embaixador Dobrynin tornou-se o principal interlocutor e os “batedores” e “canais alternativos” confidenciais, reais ou imaginários, perderam sua relevância.

²⁷ Ver *One Hell of a Gamble*, p.148, 150; Ball, *The Past Has Another Pattern*, p.290; Rusk, *As I Saw It*, p.231, 240; Dobrynin, *In Confidence*, p.61.

²⁸ “Os membros do ExComm mais sedentos de sangue insistiam para que agíssemos no domingo de manhã.” Ball, *The Past Has Another Pattern*, p.305.

²⁹ Isso — a “manobra Cordier”, batizada com o nome do ex-diplomata norte-americano que serviria como intermediário secreto de Rusk com U Thant se as circunstâncias o exigissem — foi descrito por Rusk pela primeira vez no final dos anos 1980. Outros conselheiros de Kennedy não souberam disso na época, nem nas décadas seguintes. Ver Rusk, *As I Saw It*, p.240 e segs.

³⁰ Ver Bundy, *Danger and Survival*, p.453; *Krushev Remembers: The Glasnost Tapes*, p.182.

³¹ Krushev é citado por Gaddis, em *We Now Know*, p.277. Para ser justo com Castro, ele também foi enganado pela postura nuclear soviética, para acreditar que o balanço estratégico favorecia seus protetores soviéticos. Mas, apesar de um certo entusiasmo romântico rejuvenescedor por seus jovens clientes idealistas do Caribe, a arcaica liderança do Kremlin manteve Castro em seu lugar; os mísseis em Cuba sempre permaneceram sob comando e controle exclusivamente soviético.

32 Quando Kennedy perguntou a seus assessores, reunidos em 18 de outubro, se um bloqueio exigiria uma declaração de guerra a Cuba, eles quase responderam que sim. Mas o próprio presidente pensava o contrário — uma vez declarada a guerra seria preciso invadir, alertou os presentes, e este era exatamente o desfecho que o bloqueio procurava ajudar a evitar.

33 Ball, *The Past Has Another Pattern*, p.306.

34 Ver Rusk, *As I Saw It*, p.237.

** Ernest May e Philip Zelikow, orgs., *The Kennedy Tapes: Inside the White House during the Cuban Missile Crises* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997).

*** Aleksandr Fursenko e Timothy Naftali, *Hell of a Gamble: Krushchev, Castro and Kennedy, 1958-1964*.

**** Philip Nash, *The Other Missiles of October: Eisenhower, Kennedy and the Jupiters, 1957-1963* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997).

O ilusionista: Henry Kissinger e a política externa americana

Os anos 1968-75 foram o eixo em torno do qual a segunda metade de nosso século girou. A revolta cultural a que chamamos equivocadamente de “anos sessenta” chegou ao apogeu no início dos anos 1970, entrando para a corrente principal da linguagem e da vida pública. O “revisionismo”, ou comunismo reformado, soltou seu último suspiro otimista na Tchecoslováquia e Polônia em 1968; sua derrota assinalou inicialmente o fim de uma quimera no Leste Europeu, e, logo depois, veio o primeiro estágio da desmontagem da mesma esperança extremada no Ocidente, com a tradução em 1973 do *Arquipélago Gulag* de Soljenitsin e a derrocada das ilusões tanto da antiga quanto da nova esquerda. No Oriente Médio, a instável trégua pós-67 entre Israel e os países árabes foi seguida pela Guerra do Yom Kippur, pelo embargo do petróleo e seu aumento de preço, e uma mudança radical na configuração do poder tanto na região quanto entre os países árabes e as grandes potências. No sul da Ásia, um novo país nasceu — Bangladesh — em consequência da guerra entre Índia e Paquistão.

Em 1968 os Estados Unidos ainda eram uma presença marcante no Sudeste Asiático, com meio milhão de soldados apenas no Vietnã do Sul. Mais importante, ainda eram o banqueiro do mundo, graças aos acordos do pós-guerra assinados em Bretton Woods em 1944: o dólar, cuja relação com outras moedas se baseava em taxas fixas de câmbio, era a moeda internacional de reserva, lastreado

pelas reservas de ouro dos EUA. A partir de agosto de 1971 este papel insustentável e cada vez mais simbólico foi abandonado em prol de iniciativas políticas nacionais e internacionais, bem como das flutuações dos mercados comerciais e cambiais. Num desdobramento associado, os Estados membros da Comunidade Europeia aprovaram no ano seguinte o compromisso, embora distante, de unidade política. As certezas angustiantes, porém familiares, da Guerra Fria deram lugar à détente: entre os EUA e a União Soviética (SALT 1, o primeiro tratado internacional para limitar armamentos estratégicos, foi assinado em 1972), e entre a Alemanha e seus vizinhos a leste, em consonância com a *Ostpolitik* de Willy Brandt e dos tratados e acordos assinados com a União Soviética em 1970 e nos anos seguintes.

Na Ásia, os Estados Unidos, após ignorar deliberadamente a China comunista por duas décadas, iniciaram uma série de contatos e encontros com líderes chineses que culminariam (em 1979) na restauração das relações diplomáticas entre os dois países, algo impensável para a maioria dos políticos e estadistas norte-americanos da era da Guerra Fria. Em abril de 1975 os EUA já haviam sido expulsos do Vietnã e do Camboja; dois meses depois a conferência de Helsinque sobre segurança e cooperação na Europa se realizava. Os rumos internacionais dramáticos dos anos 1980 ainda estavam por vir, imprevistos e inconcebíveis (a não ser por alguns dissidentes presos na Europa Oriental); mas seus alicerces estavam no lugar.

Durante este momento multifacetado da história nacional e internacional de nosso tempo, a política externa do país mais importante do mundo era na prática conduzida por um único homem, Henry Kissinger — primeiro como conselheiro de segurança nacional, depois como secretário de Estado. Durante a maior parte do tempo ele atendeu os desejos de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos de janeiro de 1969 até sua renúncia forçada em agosto de 1974, e após

esta data Kissinger manteve sua função no governo do sucessor de Nixon, Gerald Ford. A prolongada dominação das questões mundiais por Kissinger e o fato de a presidência de Nixon coincidir com uma virada importante nos assuntos internacionais fizeram da condução da política externa dos EUA um tema de inusitado interesse geral, e ajudou a favorecer a alegação feita pelos dois políticos, no sentido de que na verdade não houve coincidência — de que seu pensamento estratégico e suas ações desempenharam um papel fundamental para a ocorrência das mudanças que descrevi.

Esta é uma das razões pelas quais o novo livro de William Bundy é importante.***** Trata-se de uma narrativa cuidada e minuciosamente pesquisada dos assuntos externos dos EUA, quando foram conduzidos por Nixon e Kissinger. Não é a última palavra no assunto — como Bundy reconhece, muitos arquivos e documentos permanecem inacessíveis, inclusive documentos públicos reclassificados pelo próprio Kissinger como “pessoais”, inacessíveis a olhos acadêmicos curiosos até cinco anos depois de sua morte. Mas nada de grande importância ficou de fora; a história não deve mudar significativamente em versões posteriores. E esta história, como veremos, é claramente desabonadora para os dois homens.

Em si isso não constitui novidade — Nixon tem sido há muito um alvo fácil para jornalistas e historiadores, e Kissinger também foi tema de diversas avaliações críticas. Mas William Bundy não é jornalista, além de não ser, ao menos profissionalmente, um historiador. Por muito tempo ele foi membro da antiga “elite” da política externa de seu país; e realmente seu currículo parece até de uma caricatura do tipo. De 1951 a 1960 ele trabalhou para a CIA como analista da conjuntura política internacional; de 1961 a 1964 serviu no Departamento de Assuntos de Segurança Internacional, um comitê de supervisão baseado no Pentágono que avaliava o impacto político e diplomático das

opções militares. De 1964 a 1969 ele foi secretário de Estado assistente, responsável pela política do leste da Ásia; segundo o ex-senador e embaixador Mike Mansfield, foi William Bundy, juntamente com seu irmão McGeorge, Robert McNamara e o general Maxfield Taylor (chefe do estado-maior conjunto), quem arquitetou a política norte-americana para o Vietnã. De 1972 até 1984 ele foi editor do *Foreign Affairs*, o prestigiado e influente veículo desta mesma elite.¹

William Bundy, portanto, pertence inegavelmente ao “círculo íntimo”, e faz sua análise como quem acompanhou de perto a formulação da política externa dos EUA numa época em que a antiga elite da política externa estava perdendo o controle para um novo tipo de “especialista” em relações internacionais. Ela é fria, desapaixonada, por vezes muito técnica, e tão preocupada com o modo pelo qual a política é feita quanto com sua implementação. Não culpa os envolvidos por situações que eles herdaram — compreensivelmente, uma vez que elas, notadamente no sudeste da Ásia, eram em larga medida obra do próprio Bundy e seus colegas e pares. Bundy tampouco dedica muito espaço à discussão dos aspectos morais e políticos desta herança. Ademais, ele oferece um relato escrupulosamente equilibrado das escolhas que Nixon e Kissinger tiveram — ou não tiveram — e lhes dá o devido crédito, quando é o caso. Só por este motivo seu livro já pode ser visto como uma obra que destrói por completo um mito, de maneira definitiva, dentro de seus limites, e deve ser lido por um público que transcende em muito os colegas da elite do autor, embora eles possam se espantar mais do que os outros com suas conclusões.

O mito em questão é o da originalidade estratégica, ou mesmo gênio, dos responsáveis pela política externa norte-americana na era Nixon. É uma versão da história assiduamente cultivada por Nixon, por Henry Kissinger em

suas memórias e outros escritos, discursos e apresentações públicas, bem como por seus inúmeros admiradores e seguidores. Encontramos o mundo mergulhado em confusão, diz: a Guerra Fria continuava congelada, os EUA presos a uma guerra perdida no Sudeste Asiático, alianças e acordos incoerentes e contraditórios, com aliados e inimigos. Em seis curtos anos executamos duas viradas realmente radicais: a abertura com a China e a détente e tratados de armas com a União Soviética. Tiramos o país do atoleiro na Ásia, apresentamos a “doutrina Nixon”, pela qual os EUA apoiariam aliados estrangeiros sem se envolverem militarmente em conflitos locais, lançamos as bases para o diálogo no Oriente Médio, estabelecemos relações pessoais e institucionais duradouras com estadistas estrangeiros e preparamos o terreno para as grandes mudanças das décadas seguintes.

E conseguimos tudo isso, diz a versão, porque compreendíamos verdadeiramente como uma política externa global deve ser feita e quais devem ser seus objetivos. Se nossas conquistas são minimizadas hoje em dia é por causa de picuinhas domésticas, fracasso dos nossos sucessores em desenvolver nossas iniciativas e projeto estratégico, e acima de tudo por causa do trágico diversionismo de Watergate. A longo prazo, conclui o mito, a “virada” da política externa dos anos 1968-74 será reconhecida como a grande estratégia corajosa e original que realmente foi.

Algo desta versão formulada pode resistir ao teste do tempo — mais obviamente, a decisão de estabelecer contato com os líderes da China comunista. Outras alegações talvez pareçam espúrias a alguns leitores; mas não podem ser ignoradas. São, ou foram, bem recebidas em alguns círculos da Europa e da Ásia, e nos Estados Unidos causaram uma forte impressão — testemunha do prestígio pessoal de Kissinger e das notas fúnebres curiosamente afetivas e até elogiosas que marcaram a morte de Nixon.

Seus sucessores na presidência, no Conselho de Segurança Nacional (NSC) e no Departamento de Estado nem sempre foram homens de inteligência ou integridade excepcional, e isso também ajudou. Kissinger em particular tem sido um mestre em apresentar suas ideias e feitos a um público entusiasmado e receptivo de jornalistas e estudiosos, desde então.

A Tangled Web abriu uma larga brecha nessas alegações. Em primeiro lugar, Bundy mostra como o modelo de elaboração de política externa no governo Nixon — a exclusão na prática dos especialistas profissionais, em particular do Departamento de Estado, e a astuciosa reorganização empreendida por Kissinger nos comitês e hierarquias do NSC e da Casa Branca, a fim de concentrar praticamente todo o conhecimento e autoridade em seu gabinete — significava que a política externa não era mais submetida a debates e discussões cuidadosas e abertas a opiniões contraditórias. Dificilmente alguém interrogava Kissinger a respeito dos possíveis efeitos colaterais ou consequências imprevistas de suas palavras e ações. A tomada de decisão foi certamente considerada mais “eficiente”, no sentido de que decisões importantes dificilmente eram questionadas ou diluídas antes da implantação, embora os resultados, segundo Bundy, fossem frequentemente desastrosos. Uma clara implicação deste livro é que a política externa dos EUA nesses anos, longe de resultar do pensamento estratégico longamente amadurecido e brilhantemente formulado, era uma operação “improvisada”, em que boa parte dos esforços subsequentes era devotada a várias formas de controle de danos.

Isso, deve-se registrar, é uma posição sectária. Kissinger e Nixon com certeza ignoraram e descartaram especialistas qualificados, especialmente aqueles pertencentes às comunidades profissionais da diplomacia e da inteligência com os quais William Bundy se identificava profundamente.

Mas o histórico desses “especialistas” durante os anos 1960 teve suas manchas. Os regimes comunistas do Sudeste Asiático, inclusive o de Hanói, eram autoritários, repressivos e representavam uma ameaça a seus vizinhos não comunistas; e o regime de Hanói estava implacavelmente determinado a expandir seu poder. Contudo, ninguém no Ocidente conseguiu encontrar um modo eficaz de se opor a esses governos sem o apoio a governos não comunistas duvidosos (e frequentemente impopulares), o que na maior parte dos casos redundou em fracasso. Muitos soldados norte-americanos morreram no Vietnã antes de Richard Nixon assumir o poder, por razões que pareciam cada vez mais obscuras a muita gente. Os “especialistas” poderiam ter tentado explicar por que e como os EUA estavam no Sudeste Asiático, mas eles pouco tinham a oferecer em termos do que precisava ser feito: salvar o Vietnã do Sul ou retirar as forças norte-americanas. E este, acima de tudo, era o problema enfrentado pelo governo republicano que tomava posse.

O segundo tópico de Bundy segue o primeiro. O processo mais “eficiente” de tomada de decisões, no qual todo o poder e iniciativa eram centralizados em dois homens e suas equipes, foi desde o início criado para excluir não apenas burocratas desprovidos de imaginação, como também, e principalmente, os organismos e agências constitucionalmente destinados, conforme a legislação norte-americana, a supervisionar e compartilhar a elaboração da política externa, notadamente o Congresso. Esta seria, com o tempo, a origem da ruína de Nixon, quando os comitês do congresso e até mesmo defensores da Guerra do Vietnã entre os senadores, por exemplo, sentiram não só uma frustração crescente, como também sobressaltos genuínos por causa das operações clandestinas, bombardeios sem autorização e outras ações que proliferavam no poder executivo. Mas isso também está relacionado com a inabilidade de Nixon, em particular, para

perceber que, numa democracia, o governo não só tem a obrigação como faz muito bem em fornecer informações constantes sobre seus atos e motivos, caso queira manter a confiança e o apoio do público.

Pelo contrário, escreve Bundy, a política externa sob Nixon e Kissinger não só deixava de ser adequadamente discutida no Congresso ou pelo eleitorado, como foi em ocasiões vitais deliberadamente escondida pelo que se poderia chamar educadamente de dissimulação. O governo não só participou livremente em atos clandestinos e operações militares ilegais, grampeando ou perseguindo aqueles que Nixon ou Kissinger suspeitavam de vazar detalhes de suas atividades (o que no caso de Kissinger incluía membros de sua própria equipe). Quando eles descreviam seus planos, e os motivos para levá-los adiante — fosse a um comitê do congresso, uma sala cheia de jornalistas ou um discurso pela televisão — não era infrequente que dissessem uma coisa e fizessem outra completamente oposta na prática, segundo Bundy.

A curto prazo, Bundy observa, isso obteve apoio para sua política — como quando Nixon convenceu o eleitorado doméstico das virtudes da “vietnamização”, ou quando Kissinger prometeu resultados formidáveis para os Acordos de Paz de Paris, em janeiro de 1973. Mas o ponto é que, embora os acordos de Paris fossem o melhor resultado que os EUA podiam conseguir na época, eles significavam uma concessão infeliz e, na melhor das hipóteses, uma operação de contenção, como Kissinger muito bem sabia. Alegar que representavam mais — que continham a perspectiva de um Estado sul-vietnamita livre e autônomo num futuro próximo — era insincero. E esta ilusão serviu para acumular mais frustração, insatisfação e finalmente o cinismo, quando se provou que os resultados eram bem distintos do prometido.

A crônica preferência por oferecer relatos otimistas e favoráveis, esperando que ninguém notasse os desfechos duvidosos, é um dos principais temas de Bundy, e ele os vê

como responsáveis por efeitos corrosivos na vida pública norte-americana: “No final, o uso das operações clandestinas por Richard Nixon importou menos que seu persistente histórico de descrever enganosamente sua política e de adotar estratégias e ações em conflito com o que ele dizia ao Congresso e ao público norte-americano.”² E, finalmente, os reveses domésticos não podiam ser simplesmente justificados com a alegação de que pelo menos as políticas em si eram admiravelmente eficazes. Algumas sim, outras, não. A abertura para a China e os tratados de armamentos com a URSS foram bons em si, e no caso chinês ajudaram a destravar a discussão interna sobre a política externa nos Estados Unidos. Nixon e Kissinger podem levar corretamente o crédito por esses feitos. Mas eles nunca fizeram parte de uma estratégia abrangente, um conceito que hoje se considera ter sido, em sua maior parte, uma ilusão digna de Oz.

Um dos pontos fortes do livro de Bundy está em sua capacidade de demonstrar a relação integral entre as distintas características e defeitos aqui mencionados. Ele nos fornece muitos exemplos. Há muito conhecemos o desprezo de Kissinger por profissionais da política externa, sua confiança em seu próprio conhecimento e compreensão — nas palavras de um comentarista da época, “ele gostava de chutar o [Departamento de] Estado sempre que possível”. Quando um membro de sua equipe discordou do plano de invadir o Camboja em abril de 1970, Kissinger respondeu, reveladoramente: “Seus pontos de vista representam a covardia da elite da Costa Leste.”³

Bundy, porém, não se preocupa tanto em oferecer exemplos adicionais dessas atitudes, mas sim mostrar seu impacto negativo na própria formulação da política. Melhor trabalho em equipe e um ouvido mais sensível ao conhecimento local, ele argumenta, teriam mitigado o impacto de longo prazo sobre o relacionamento entre EUA e

Japão da surpresa indesejável (*shokku*) da abertura para a China em 1971 — algo que Nixon e Kissinger guardaram praticamente só para si, deixando ao então secretário de Estado Rogers e sua desventurada equipe a tarefa de explicar os eventos aos japoneses, perplexos e preocupados, que não haviam recebido nenhum alerta prévio.

De forma similar, Bundy explica, o Comitê de Relações Exteriores do Senado só ficou sabendo da abrangência das “iniciativas” de Nixon no Camboja graças às revelações de um oficial do exército descontente. Segundo Bundy, embora “alguns membros selecionados do Congresso” estivessem informados a respeito dos bombardeios secretos, nenhum membro dos comitês do Congresso constitucionalmente constituídos para autorizar e financiar operações militares foi informado das violações militares em um país neutro. Nem, segundo Bundy, Nixon ou Kissinger pensaram em consultar outros congressistas influentes a respeito dessas missões — com o resultado de que, quando elas foram final e inevitavelmente vazadas, eles não somente levaram à decisão do Congresso, em junho de 1973, de cortar os fundos para futuras ações militares no Sudeste Asiático, como também a um ambiente de frustração e ressentimento generalizados que contribuíram para a queda de Nixon. Bundy insiste muito na sequência de eventos. Não foi somente Watergate que derrubou o presidente, ele sustenta; na verdade, foi o acúmulo de promessas quebradas, exigências descabidas e mentiras deslavadas — tanto em questões externas quanto internas — que finalmente levaram outras partes do governo à revolta — “quebras de confiança produzidas por anos de negligência e logro”, nas palavras de Bundy.

Bundy, como condiz a um ex-funcionário da CIA, não tem nada contra o “segredo”, componente inevitável da formulação da política em áreas sensíveis, e para o qual há estruturas institucionais apropriadas e legítimas. Sua crítica

visa a fraude e a peculiar combinação de duplicidade e imprecisão que marcaram a política externa na era Nixon. “O essencial da boa diplomacia”, Harold Nicolson declarou certa vez, “é a precisão. O maior inimigo da boa diplomacia é a imprecisão”. E, por mais paradoxal que pareça, a maior fonte de imprecisão naquela época era a obsessão pela diplomacia pessoal. A diplomacia (Harold Nicolson, novamente), “deve ser uma atividade desagradável [...] e registrada por escrito”.⁴

Para Kissinger, no relato de Bundy, o oposto era verdadeiro — ele preferia tratar a diplomacia como uma série de contatos confidenciais com homens com os quais ele poderia “tratar de negócios”, enquanto evitava registros claros e oficiais, sempre que possível. Ademais, nas palavras de Bundy, “ao contrário das repetidas alegações de Kissinger, em especial, nem ele nem Nixon agiram unicamente, ou mesmo habitualmente, com base nas análises imparciais de interesse nacional dos EUA”. Os dois homens preferiam pensar nas pessoas em termos de “heróis e vilões”, e ambos “eram fortemente influenciados por indivíduos e impressões pessoais”.⁵

Como resultado, Kissinger desconsiderou diplomatas profissionais, estabeleceu canais privados com pessoas de todos os tipos e assumiu sozinho negociações cruciais, frequentemente sem consultar a equipe negociante existente, deixada completamente no escuro. Nisso Bundy é incisivo. O “caminho paralelo” em Paris, onde Kissinger se encontrou secretamente com Le Duc Tho, enquanto os negociadores oficiais dos EUA esperavam sentados, ou a série de intervenções nas negociações sobre armamentos que resultou na renúncia dos principais negociadores dos EUA, frustrados — estas foram as ocasiões para algumas de suas censuras mais severas. Sobre as conversações do SALT 1, em 1970, ele escreve: “Não era o modo de conduzir uma negociação importante: um presidente que não se

interessava realmente, seu principal assistente intervindo sem o conhecimento ou concordância da equipe de negociação, e a equipe deixada por sua própria conta.” Do mesmo caso SALT, um ano depois: “Kissinger deixou muitas pontas soltas, em mais um desempenho negligente nas negociações.” Quanto aos acordos de paz do Vietnã e a “diplomacia pessoal” de Kissinger, em conjunto: “As negociações entediavam Nixon e fascinavam Kissinger, cuja capacidade nem sempre acompanhava o entusiasmo.”

O quanto essas críticas são reveladoras? Que Kissinger era por vezes autoritário ao lidar com sua equipe, ou que em certos momentos ele humilhava negociadores profissionais de modo a preservar o sigilo ou valorizar seu papel, nada disso seria importante nem lá nem aqui se ele tivesse garantido o desfecho desejado. A ênfase de Bundy nesses assuntos pode ser considerada excessiva por alguns leitores. Mas em muitas situações suas críticas são justificadas pelas evidências que apresenta de negociações malconduzidas e acordos desvantajosos.

Para manter o controle direto de tudo que aparecia pela frente, Nixon e Kissinger não só enganaram outras pessoas a respeito de suas ações; eles também foram, Bundy sugere, menos eficientes do que poderiam ter sido, mesmo em questões que lhes interessavam. Quanto a lugares e problemas pelos quais não tinham um interesse específico, ou dos quais pouco sabiam, os desfechos foram desastrosos. Deixaram de ver, por exemplo, a crise do petróleo de 1973-74, pois, segundo Bundy, nenhum dos dois captou a conexão entre demanda doméstica, produção interna de petróleo dos EUA e mudanças nos termos do comércio internacional de energia (a participação dos EUA na produção mundial de petróleo caiu de 64% em 1948 para 22% em 1972, enquanto o consumo interno crescia constantemente). O petróleo — bem como o comércio exterior, ou os países pequenos, periféricos — na opinião deles não fazia parte das coisas que contavam, ou do

funcionamento do mundo, e os dois se mostraram constantemente ineficazes ou equivocados, por inação ou políticas mal-elaboradas, quando tiveram de enfrentar essas questões.

Três episódios bastam para ilustrar essas alegações. Normalmente considera-se o Camboja — “a guerra de Nixon” — a pior falha no histórico de Nixon, corretamente. É a oportunidade para a condenação mais veemente de Bundy — “uma página negra na história da política externa norte-americana”. No Camboja, o governo Nixon repetiu todos os erros do Vietnã em escala ampliada e concentrada, sem ter mais a desculpa da inexperiência. Autorizou secretamente mais de 3.600 ataques aéreos com B-52s contra supostas bases do Vietcong (jamais confirmadas) e contra forças norte-vietnamitas no Camboja, apenas em 1969-70. Em 1974, como Bundy mostra, esta política contribuiu para a ascensão do Khmer Vermelho — uma organização comunista de guerrilha cujos crimes seguramente não podem ser creditados na conta de Nixon, mas cujas possibilidades políticas foram ampliadas pela devastação provocada pela guerra. O resumo de Bundy sobre o estágio final do desastre no Camboja é característico dele, pela cuidadosa revisão dos registros, e merece ser citado integralmente:

O general Vogt [comandante da Sétima Força Aérea dos EUA] e a maior parte dos civis graduados envolvidos (inclusive o embaixador Swank) acreditaram que os bombardeios mantiveram Lon Nol no poder perante a ofensiva de 1973 do Khmer Vermelho. Pode ter sido crucial para permitir que as forças governamentais, usando artilharia, defendessem seu enclave central, inclusive Phnom Penh, até 1974 e mesmo até o início da primavera de 1975. O poder aéreo maciço usado contra uma força ofensiva com armamentos leves, sem capacidade antiaérea, pode ter

sido eficiente na prevenção da vitória da força oponente.

Por outro lado, a intensidade dos bombardeios — questão de avaliação pelo senso comum, compartilhada por muitos observadores objetivos — levou o Khmer Vermelho a esforços militares maiores. Também os tornou mais confiantes, mais distantes do Vietnã do Norte, mais alienados de Sihanouk, e no geral menos sujeitos à influência de qualquer de seus defensores comunistas. Os bombardeios certamente tornaram mais difícil, e não menos, que qualquer parte persuadisse o Khmer Vermelho a aceitar um cessar-fogo e negociasse uma saída política — que era o objetivo declarado.

As chances desta mudança de rumo do Khmer Vermelho já eram quase certamente mínimas. Um esforço de negociação para incluir Sihanouk como aliado [...] em conjunto com um programa de bombardeio bem mais limitado, para manter a ameaça em vigor, poderia ter alguma chance. Como foi feito, com bombardeio intenso sem negociação, até enraivecer ainda mais o Khmer Vermelho, foi o pior de todos os mundos. Como durante todo o envolvimento norte-americano no Camboja, os erros políticos — descontadas as eventuais reações do Congresso — foram monumentais. Eles devem ser devidamente creditados na conta de Nixon e de seus dois principais assessores, Alexander Haig e Henry Kissinger.

Nixon, Kissinger e Alexander Haig guardaram para si e para um punhado de colegas os detalhes da operação no Camboja enquanto foi possível, raramente pedindo conselhos a fontes desvinculadas dos militares (que se preocupavam unicamente em bloquear as rotas de suprimento norte-vietnamitas que passavam pelo leste do Camboja), e fizeram, segundo Bundy, promessas

imprudentes e insustentáveis a Lon Nol (governante do Camboja após a derrubada do ostensivamente neutro príncipe Sihanouk, após os bombardeios iniciais). De todo modo, eles não apenas perderam o país para os comunistas, após quatro anos de guerra devastadora, como minaram seu próprio apoio interno e a posição do país no exterior. Nas palavras de Bundy, “em resumo, os Estados Unidos despejavam bombas num país pequeno, com poucas chances de resultados favoráveis [...] O benefício no Camboja reduziu-se, portanto, quase inteiramente ao impacto psicológico negativo no Vietnã do Sul se o Camboja caísse, e ao compromisso pessoal de Nixon com Lon Nol”.

Não foi exatamente uma grande vitória do pensamento estratégico. Havia pessoas bem informadas no Departamento de Estado (e mais ainda no Quai d’Orsay, em Paris) que poderiam ter aconselhado Kissinger e Nixon a não fazer o que propunham, mas ninguém lhes perguntou nada.⁶ Kissinger, ainda mais do que Nixon, considerava um axioma que o mundo era governado pelas Grandes Potências, que passavam instruções e impunham seus interesses aos Estados menores, aos quais só restava obedecer. A política em relação ao Camboja foi portanto concebida e praticada sem atenção devida às características específicas de qualquer das partes locais interessadas. No caso dos países e organizações comunistas, Kissinger considerava óbvio que as linhas de comunicação seguiam precisa e diretamente de Moscou (ou Pequim) para o mais humilde guerrilheiro na selva.

Para ser justo com Kissinger, ele não acreditava nisso sozinho — e no caso dos países satélites da Europa Oriental sob Stalin e seus sucessores, ou dos movimentos comunistas fracos e minúsculos da Europa Ocidental ou EUA, em larga medida a ideia era exata. E os governantes no Kremlin, pelo menos, desejavam ardentemente que ela fosse uma verdade universal, e tinham bastante interesse

em convencer o público externo disso. Mas as experiências da Malásia, Indonésia e grande parte da América Latina poderiam indicar o contrário, se os detentores do poder prestassem atenção. Assim como os governantes vietnamitas em Hanói desconfiavam historicamente da China, os comunistas do Camboja nunca obedeceram a seus “camaradas” vietnamitas, embora o “modelo” maoísta — que conheceram em primeira mão na China — sem dúvida inspirasse seu pensamento de forma mais direta. Zhou Enlai chegou a tentar transmitir esta verdade básica sobre a história da Ásia e a política comunista a Kissinger, em pessoa, sem qualquer resultado aparente.

Portanto, a política para o Camboja, na análise de Bundy, em última análise se justificava pela alegação de que havia “vínculos”, que assim como uma invasão do Camboja poderia render dividendos no Vietnã, a pressão sobre Hanói (por seus “mestres” chineses e russos) poderia escorrer até o Khmer Vermelho e provocar algum tipo de trégua no próprio Camboja. Daí a sugestão de que uma das virtudes da détente seria a alavancagem que os EUA poderiam usar, graças ao relacionamento melhor com Moscou ou Pequim, para pressionar suas crias rebeldes do sudeste da Ásia. Os vínculos militares e logísticos estavam lá, mas, como o relato de Bundy deixa claro, a alavancagem nunca existiu. A empreitada inteira se baseava numa espantosa mistura de excesso de confiança, teoria estratégica equivocada e ignorância.

O Camboja foi o pior exemplo, mas não foi o único. Em março de 1971 o ditador paquistanês Yahya Khan reprimiu com violência os protestos no Paquistão Oriental; milhares de refugiados se instalaram na vizinha Índia. A tensão cresceu durante o ano inteiro, até dezembro, quando a guerra irrompeu entre a Índia e o Paquistão, na fronteira noroeste da Índia, após o envio pelo Paquistão de tropas numerosas para reprimir o descontentamento no Paquistão Oriental. A guerra durou algumas semanas, até que as

forças paquistanesas se renderam e bateram em retirada. O Paquistão Oriental proclamou sua independência, adotando o nome de Bangladesh, o que deixou o Paquistão derrotado, humilhado e reduzido em tamanho. As forças internas deste conflito não precisam ser discutidas por nós aqui; o ponto é que elas tampouco interessavam a Washington, que mesmo assim “inclinou-se” pesadamente para o lado do Paquistão, a ponto de pressionar a Índia e enviar uma força-tarefa naval norte-americana para a baía de Bengala.

Por que os EUA, que não tinham nenhum interesse direto discernível no conflito, recorreram à diplomacia das canhoneiras e demonstraram o apoio público a um lado — Yahya Khan, repressor ditatorial — ao custo de alienar não somente a Índia, uma potência asiática e uma de suas poucas democracias estáveis, como também os muçulmanos politizados do mundo inteiro? Por que, em resumo, Kissinger e Nixon se envolveram numa jogada geopolítica que Bundy descreve corretamente como “fiasco”, e que deixou um longo legado negativo de desconfiança em relação aos EUA na região toda? Pela razão muito simples e empolgante, Bundy afirma, de que o Paquistão era visto como amigo da China (Yahya Khan servira, no ano anterior, como intermediário pelo qual Kissinger estabelecera contato com os chineses), e a Índia, um Estado notoriamente “neutro”, cultivava um bom relacionamento com a União Soviética. Nas palavras de Kissinger, citadas pelo próprio Nixon, “não temos realmente escolha. *Não podemos permitir que um amigo nosso e da China seja ferrado num conflito com um amigo da Rússia.*”⁷

Yahya Khan certamente desempenhara tarefas úteis a Nixon e Kissinger, ajudando a estabelecer os contatos iniciais entre Pequim e Washington, que manteve em segredo numa época em que vazamentos teriam sido desastrosos para o projeto chinês de Nixon. Mesmo se aceitando o Paquistão como um “amigo nosso”, isso não

significa que os EUA precisassem se alinhar com um déspota militar violento e (como se constatou depois) condenado à deposição. Contudo, nas palavras de Kissinger, novamente, “por que seria da nossa conta como eles se governam?”.⁸ E assim, em mais uma aplicação mecânica de leis hipotéticas de estratégia geopolítica, os EUA apoiaram o homem errado no conflito errado, garantindo, como poderia ter sido previsto, um desfecho indesejado e um legado de influência reduzida.

Não há evidência de que a China teria reagido negativamente, ou mesmo dado importância, se os EUA houvessem “passado” no conflito indo-paquistanês. Havia fundamentos ainda menores para crer que a União Soviética pretendia intervir em favor da Índia — a razão ostensiva para o envio da força-tarefa naval. Por outro lado, existem (segundo Bundy) alguns indícios de que Yahya Khan fora enganado, ou levado a se enganar e pensar que contava com apoio norte-americano para sua postura inflexível, primeiro no Paquistão Oriental e depois em relação à Índia. Realmente, foi um fiasco.

Vamos admitir que o Sudeste Asiático nos anos 1970 era uma região na qual a política de qualquer governo norte-americano estava provavelmente condenada a um final insatisfatório e basicamente desastroso. William Bundy, deve-se dizer, não sugere uma estratégia pela qual os EUA poderiam ter obtido um desfecho melhor para a guerra que ele antes ajudara a criar. Vamos reconhecer ainda que o subcontinente indiano era uma terra incógnita para a maioria dos norte-americanos (embora, mais uma vez, não o fosse para os especialistas do Departamento de Estado e de outros organismos governamentais); afinal de contas, não foi só em Washington que pessoas avaliaram mal situações em “países distantes sobre os quais pouco sabiam”. Mas e a Europa, cenário principal da Guerra Fria, e portanto local da experiência de Nixon com política externa

nos anos 1950, bem como a região que deu a Kissinger sua reputação acadêmica em história?

Em textos posteriores, os dois citados receberam algum crédito por estabelecer as bases da *détente* na Europa — em seu elogio fúnebre ao falecido presidente, Kissinger alegou que um dos maiores feitos de Nixon foi este. William Bundy mostra-se cético em relação a esta visão. Na época, os dois homens desconfiavam de mudanças na Europa que não pudessem controlar totalmente — e enquanto o chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, sempre consultava Washington antes de tomar qualquer iniciativa, Willy Brandt, embora mantivesse seus aliados norte-americanos bem informados, tinha sua própria agenda. Na visão de mundo de Kissinger, só uma superpotência — os EUA — tinha direito pleno de convocar a outra — a União Soviética — para estabelecer negociações sérias que poderiam conduzir a mudanças significativas. A Casa Branca mostrou-se abertamente descontente com a eleição de Brandt para a chancelaria em 1969, e manifestou sem entusiasmo, de má vontade, concordância com a *Ostpolitik* — os tratados e acordos negociados entre a República Federal e os países do bloco soviético.

Um motivo para isso era que Kissinger, preocupado com fatores geopolíticos nos assuntos internacionais, relutava em aceitar um acordo definitivo para territórios e fronteiras na Europa. Mas ele pode ter subestimado na época sua importância para Moscou. Quando o Kremlin preferiu ignorar a retomada dos bombardeios de Nixon contra o Vietnã do Norte, em dezembro de 1972, e levou adiante os planos para um encontro de cúpula, o governo dos EUA levou o crédito pela “jogada” bem-sucedida, atribuindo a aquiescência soviética ao nervosismo de Moscou com a “virada chinesa” de Nixon. Esta visão acabou sendo contestada por dirigentes russos da época, como Anatoly Dobrynin e Georgi Arbatov. “Kissinger”, Arbatov disse, “acredita que a China desempenhou um papel decisivo em

nossa preocupação em preservar o relacionamento com os EUA [...] mas Berlim na verdade desempenhou um papel muito maior, quase decisivo. Resolver a situação da Alemanha Oriental era o mais importante para nós, e não queríamos deixar isso de lado”.⁹

Kissinger, em suas memórias, concluiu em “percepção tardia” que os soviéticos não cancelaram a conferência de cúpula por diversas razões. Uma delas era que o cancelamento poderia “gerar o pior pesadelo para os soviéticos, um relacionamento norte-americano com Pequim sem o equilíbrio de vínculos similares com Moscou”. Mas ele também disse que a hostilidade renovada entre norte-americanos e soviéticos “quase certamente teria transtornado os planos políticos de Brandt, [e] a estratégia cuidadosamente elaborada para a Europa naufragaria”. Bundy, por sua vez, concluiu que a política de *Ostpolitik* e “sua apresentação ao Bundestag para aprovação final naquele momento crucial salvaram a conferência. Na hora da verdade, a estabilização da situação alemã, completando assim uma nova ordem europeia, e a garantia do controle soviético sobre os países da Europa Oriental [...] eram mais importantes para a União Soviética do que a solidariedade internacional”.

Há controvérsia a respeito da versão europeia da détente ser ou não assim tão benéfica — Bundy seguramente a admira sem restrições, sendo baseada em “mudanças no dia a dia e contatos mais frequentes”, em contraste com a versão norte-americana da détente, mais marcante, vinculada a acordos de alto nível e de questionável valor a longo prazo. Já argumentei em outros ensaios que tanto a *Ostpolitik* da Alemanha Ocidental quanto a ideia norte-americana de détente demonstravam uma compreensão inadequada das fraquezas e instabilidades dos regimes comunistas, notadamente da Alemanha Oriental, e revelava também uma insensibilidade arrogante perante as

necessidades e esperanças da população da banda oriental da Europa, para quem um acordo de pós-guerra “definitivo”, fixando as fronteiras políticas e ideológicas europeias, estava longe de ser desejável e provocaria muitos ressentimentos. De todo modo, a contribuição indireta da détente à desestabilização da União Soviética e seus satélites não constava das metas de Kissinger — nem de Brandt. Os arquitetos de Helsinque não podem receber crédito por este fato.¹⁰

Sem dúvida, Kissinger foi aos poucos frustrando suas expectativas, ao negociar com a liderança dividida e inconstante dos muitos países europeus. Como ele mesmo disse, “as relações com a Europa não se prestavam à condução de uma diplomacia secreta seguida de pronunciamentos espetaculares. Havia nações em demasia envolvidas para permitir o uso de canais alternativos”. Mas só pode ser assim num continente cheio de democracias pluralistas de porte médio. Willi Brandt escreveu que “Henry Kissinger não gostava de pensar nos europeus a falarem numa só voz. Ele preferia manipular Paris, Londres e Bonn, jogando uma contra a outra, no velho estilo”.¹¹ Brandt é um tanto ingênuo, no caso; convinha a ele pensar nos estadistas europeus falando numa só voz, quando não faziam — nem fazem — isso. Mas sua percepção das preferências de Kissinger não soam menos exatas por causa disso.

O “velho estilo”, entretanto, não foi muito eficaz. Um de seus principais resultados foi enfraquecer a aliança atlântica, reduzindo a confiança europeia em Washington. Em abril de 1973, Kissinger, num discurso desastroso e famoso voltado aos aliados europeus continentais dos Estados Unidos, declarou aquele um “ano europeu”, sem consultar um único líder; o pronunciamento, nas palavras de Bundy, era “didático, ocasionalmente repreensivo e petulante, isento de qualquer insinuação de que os Estados

Unidos pudessem ter negligenciado algumas de suas obrigações, ou pudessem ter errado em nome da [sua] política econômica ou hábitos energéticos”.

O resultado da política de Kissinger e de seu estilo, conclui Bundy, foi abrir uma brecha entre os EUA e seus únicos verdadeiros aliados internacionais — uma fenda que abriu ainda mais quando os EUA deixaram de dar aviso prévio aos aliados da Otan do alerta militar mundial de 24 de outubro de 1973 (na época da guerra do Oriente Médio). Como no caso do governo japonês, após os choques políticos e econômicos de 1971 (abertura para a China, abandono da paridade dólar-ouro, restrições às importações dos EUA), os políticos da Europa Ocidental, na sequência do embargo do petróleo, do discurso de Kissinger e da fria reação à *Ostpolitik*, começaram a repensar seu relacionamento com Washington. Como resultado de se comportar como se os aliados europeus dos EUA estivessem sempre dispostos a endossar automaticamente as ações dos norte-americanos, Kissinger e Nixon os livraram do hábito de agir assim. O dano causado à Otan e à aliança ocidental ainda era sentido em meados dos anos 1980.

Sem dúvida Nixon e Kissinger também tiveram êxitos, feitos que podem ser creditados a eles sem qualquer ambiguidade. A abertura para a China e a primeira rodada dos tratados de armamentos com a União Soviética estão na lista, e William Bundy é escrupulosamente justo ao registrá-los, assim como defende Kissinger com cuidado das críticas mais abrangentes de seus detratores. Foi Alexander Haig, sugere, quem levou as enganosas promessas secretas a Thieu, e quem deve levar a maior parte da culpa pela implementação dos esquemas no Camboja. Oficial ambicioso, criado na escola MacArthur de política externa, considerava restrições legais e institucionais sobre o uso da força militar máxima em todas as circunstâncias como impedimentos irritantes e dispensáveis. O resumo de Bundy é anormalmente severo: “Que um oficial de alta patente

possa estar tão equivocado a respeito de uma questão constitucional central é surpreendente (e preocupante), mesmo após tanto tempo.”

Quanto a Kissinger, Bundy lhe dá crédito integral por ter livrado o Oriente Médio do volátil atoleiro que se seguiu à Guerra do Yom Kippur, alternando-se incansavelmente entre Golda Meir e Anwar Sadat, superando a União Soviética em termos de influência local, além de estabelecer boas relações com muitos líderes políticos importantes na região. Ao tratar com Sadat e outros, Bundy escreve, “foram os argumentos sensatos de Kissinger, o vínculo pessoal que ele estabelecia, e a impressão de respeito e compreensão que transmitia, os fatores que impulsionaram as coisas para a frente. Ele esteve sempre bem no papel de mediador, uma posição na qual um diplomata pode justificadamente anuviar a visão de A quando a relata a B, na intenção de aproximar mais os dois lados”. Um elogio enviesado, talvez, mas assim mesmo um elogio, seguido de uma conclusão inconfundivelmente considerada: “Raramente um estadista dominou o processo diplomático tão completamente, em benefício de seu país.” Bundy também elogia Kissinger por sua comprovada desconfiança dos defensores da “superioridade estratégica” do Pentágono, uma posição cética que compartilhava com Robert McNamara, e que sustentou perante o lobby militar.

Resta porém o fato de que nenhum leitor de seu livro sairá com uma boa impressão de Nixon ou de Kissinger, e certamente será uma impressão bem pior do que eles tinham de si próprios. Explicar as fraquezas de Nixon talvez seja uma tarefa mais fácil; certamente produz reações mais familiares.¹² Para o padrão dos políticos norte-americanos ele era bem versado em política externa, e atuou no meio desde que Christian Herter o colocou num comitê do Congresso em 1947 para investigar o impacto do plano Marshall na Europa. Ele aprendia depressa e em princípio,

ao menos, se mostrava aberto a novas ideias e abordagens — especialmente se, como na abertura para a China, a situação lhe oferecesse de brinde uma vantagem política pessoal. Vale dizer que ele era incapaz de se livrar, ao observar o presente, das referências e exemplos convencionais do passado recente — Munique e a Guerra da Coreia, entre eles; mas isso dificilmente o distinguiria da maior parte dos homens públicos de sua geração, inclusive John F. Kennedy.

O problema de Nixon, claro, é outro. Ele era tão tomado pela lembrança e expectativa de ofensas e injustiças, reais e imaginadas, que boa parte de seu tempo na presidência foi consumida na tentativa de “ferrar” seus inimigos, tanto internos quanto externos: mesmo quando tinha um plano defensável a propor, como a “nova política econômica” de 1971 (flutuação do dólar e proteção contra importações “predatórias”), ele não podia deixar de ver nisso o benefício adicional de “pôr na conta dos japoneses”. Ele alertou inclusive seus aliados para não oferecerem conselhos (críticos) indesejados — segundo Brandt, ele justificou o bombardeio do Vietnã do Norte em 1971 como “medida preventiva” — e acrescentou, “com certa irritação, que os conselhos de terceiros não eram bem-vindos”. Realmente, a aversão a críticas talvez fosse sua maior fraqueza — por isso ele se rodeava de áulicos e dificilmente expunha sua pessoa ou política ao debate aberto com especialistas ou mais de um conselheiro por vez.¹³

Para afastar as críticas e manter os inimigos na defensiva, Nixon preferia dizer às pessoas — individual e coletivamente — o que elas queriam escutar, reservando para si o privilégio de fazer exatamente o oposto. Um resultado era apanhar todos no contrapé, incapazes de discernir onde o presidente realmente queria chegar. Num livro recente, Henry Kissinger recorda que o imperador Napoleão III da França era às vezes chamado de “a esfinge

das Tulherias”, pois acreditavam que ele formulava planos amplos e brilhantes, cuja natureza ninguém divisava até que fossem gradualmente revelados. Algo no gênero poderia ser dito de Nixon, embora a comparação lhe seja elogiosa. Mas, nos dois casos, a esfinge não passava de um idoso inseguro, frequentemente atropelado pelos acontecimentos.¹⁴

Henry Kissinger é um caso mais interessante no conjunto, e muito podemos aprender com ele. Bundy ressalta a contradição entre a reputação de Kissinger como sujeito brilhante e seu desempenho irregular e supervalorizado no governo. Embora sua insistência no contraste em si possa enfurecer aqueles para os quais o ex-secretário de Estado não cometia erros, o livro oferece pouco aprofundamento para a discussão do caso. E a questão permanece: se Kissinger tinha tanto conhecimento seguro dos problemas internacionais, se era tão versado em história diplomática e se tinha uma visão tão clara, em sua ideia, das tarefas de um estadista, como, nos casos de fracasso citados por Bundy, foi possível que Nixon o desviasse tanto do rumo? Ou, alternativamente, por que ele deu a Nixon conselhos tão ruins?

A resposta convencional é investigar o contexto — as circunstâncias atenuantes da realidade, no caso. Isso é razoável, e ninguém pode negar que Henry Kissinger, como todos os estadistas antes dele, herdou os problemas que tentava resolver. Mas, e se os pressupostos iniciais também fossem equivocados?

O primeiro livro de Kissinger, *A World Restored* (Um mundo restaurado), era um estudo sobre Metternich e Castlereagh, os estadistas austríaco e britânico que formularam juntos o Sistema do Congresso da Europa do início do século XIX, assim batizado após o Congresso de Viena, no qual um acordo internacional foi negociado, na sequência da derrota de Napoleão. Metternich emerge como

herói no livro, e, embora Kissinger tenha escrito muitos outros livros desde então, em sua mais recente obra, *Diplomacy*, Metternich e seu sistema epônimo mais uma vez entram em cena para serem respeitosamente abordados. O conde Metternich era inquestionavelmente um diplomata talentoso que servia a seu imperador com dedicação. Cético estudioso de seu tempo, ele manobrou eficazmente para proteger os interesses do decadente império Habsburgo num ambiente internacional marcado por revoluções internas e alteração no equilíbrio mundial do poder. Sustentou a posição internacional da Áustria por 1/3 de século, e o sistema de relações entre os países que ajudou a formular em Viena contribuiu para décadas de relativa tranquilidade internacional, na sequência dos levantes revolucionários dos anos 1789-1815.¹⁵

Mas Kissinger não admira Metternich apenas como estadista do passado. Ele o apresenta como um modelo para emulação contemporânea: nos desdobramentos da queda do comunismo, ele escreveu: “Pode-se torcer para que algo similar ao sistema Metternich se desenvolva.” Não se trata de um comentário casual, isolado, paralelo. A linha geral da diplomacia norte-americana, na visão de Kissinger, tem sido distorcida pela excessiva inclinação ao idealismo wilsoniano. Isso pedia um retorno ao valioso realismo de uma era anterior: “A vitória na Guerra Fria impulsionou os Estados Unidos para um mundo que apresenta muitas similaridades com o sistema de Estado europeu dos séculos XVIII e XIX.” E, se estamos de volta à situação internacional do século XIX, então não pode haver dúvida a respeito da resposta correta daquela época: “O sistema internacional que durou mais tempo sem uma grande guerra vigorou a partir do congresso de Viena. Combinava legitimidade e equilíbrio, valores compartilhados e diplomacia baseada no equilíbrio entre as potências.”¹⁶

O problema em assumir o conde Metternich e seu sistema como modelo, assim como muitas outras referências a estadistas e políticas de um passado razoavelmente distante, é que seu mundo difere do nosso ao menos num ponto crucial — e o dever do historiador é compreender tais diferenças e o motivo pelo qual se tornaram importantes. A Áustria de 1815 era um império hereditário (embora liberal para os padrões europeus continentais do período), onde todo o poder estava nas mãos do imperador e seus ministros. Não havia restrições constitucionais, nem eleitorado para informar ou contentar, nem comitês a consultar. O ministro do Exterior imperial e o chanceler respondiam apenas a seu imperador, e à visão compartilhada do interesse imperial. Metternich, que tinha alguma noção dos problemas internos iminentes no império centro-europeu multiétnico em expansão, podia concentrar sua atenção unicamente nas questões estrangeiras e diplomáticas. Em suas próprias palavras: “Eu governei a Europa algumas vezes, mas nunca governei a Áustria.”¹⁷

Como consequência, Metternich podia praticar a diplomacia à moda antiga, baseada em larga medida nas relações pessoais entre nobres de diferentes países, que falavam a mesma língua e possuíam um interesse comum na estabilidade social e institucional além-fronteiras. Estes contatos diplomáticos entre aristocratas tinham, para Metternich, as virtudes da imprecisão calculada e da ambiguidade. Kissinger o cita com aprovação: “As coisas que deveriam ser tidas como favas contadas perdem a força quando emergem na forma de pronunciamentos arbitrários [...] Casos equivocadamente submetidos à legislação resultam apenas na limitação, quando não no completo anulamento, do que se tenta salvaguardar.”¹⁸

Aqui começamos a ver o esboço da lição malconcebida que Henry Kissinger parece ter tirado de seu estudo das relações internacionais do passado. Protegido por seus

próprios esquemas burocráticos e caprichos mentais de ter de responder a críticos ou outros setores do governo, embora sempre pudesse conseguir uma boa repercussão ou apoio para sua opinião ou política por meio de um bem situado congressista, artigo ou entrevista, ele se relacionava com Nixon tanto quanto Metternich com o imperador Francisco II. Um cortesão inteligente e ambicioso com acesso a um governante absoluto está em posição de influência única, especialmente se estiver livre de responsabilidade pelos assuntos domésticos — isso pelo menos a história nos ensina. Além do mais, embora o cortesão corra óbvios riscos se cair em desgraça com o governante, é o próprio governante quem está verdadeiramente vulnerável numa crise. Os cortesãos mais inteligentes — Talleyrand seria um exemplo — sobrevivem à queda de seus senhores, graças a alguns movimentos rápidos e à reelaboração do arquivo histórico; e Kissinger destacava-se entre os mais espertos de todos eles.

Henry Kissinger sabia perfeitamente bem que seu mundo não era o mesmo de Metternich, ou até de Woodrow Wilson — estadistas do passado nunca foram, segundo ele, “obrigados a conduzir a diplomacia num ambiente onde os eventos podem ser instantânea e simultaneamente percebidos pelos líderes e seus públicos”.¹⁹ Todavia, em vez de despertá-lo para a avaliação do novo conjunto de limitações sobre a formulação da política externa, esta situação alterada parece ter levado Kissinger a uma resistência ainda maior às restrições sobre a formulação dessas políticas numa república constitucional com múltiplos organismos governamentais. Missões pessoais sem registro, mudanças desarticuladas na política, acordos secretos e ludibriações tanto a amigos quanto inimigos, “guerras secretas, chegadas secretamente” (George McGovern), eram realizados não por ignorância das exigências de uma democracia pluralista, mas, em alguns

casos, de modo a contorná-las. Claro, um certo grau de segredo e cálculo estratégico é condição básica para se fazer boa diplomacia em qualquer sistema político; porém, numa democracia liberal, reconhecer seus limites é uma demonstração básica de sabedoria.

Mas, poderiam argumentar os defensores de Kissinger, e daí que ele abusou da analogia histórica? Ele pode ter errado na avaliação ou até não ter compreendido o contexto doméstico em que Nixon atuava, mas captava com segurança os fundamentos das relações internacionais. Relações entre Estados, prossegue o argumento, se baseiam no interesse e em fatos geopolíticos. As transformações na maneira como os países são governados — de monarquias a oligarquias aristocráticas, de democracias liberais a ditaduras comunistas — podem afetar o modo como discutem seus interesses e intenções, mas as realidades subjacentes continuam no mesmo lugar. Uma vez que se saiba isso, pode-se negociar com qualquer um e entender o significado mais profundo de qualquer crise específica, tendo a compreensão clara dos interesses de longo prazo de seu país e os meios pelos quais eles podem ser atendidos e protegidos.

No conjunto, essas proposições são impossíveis de testar — a gente acredita nelas ou não. Henry Kissinger certamente se comportava de acordo com este conjunto de pressupostos. Como sir Halford Mackinder, o britânico que inventou no início do século XX a “geopolítica”, ele acreditava que a União Soviética/Rússia, por exemplo, constitui uma “potência geopolítica” cujos governantes sempre serão influenciados por um certo tipo de imperativo territorial imperial; daí seus vários esforços de fechar “acordos”, com Brejnev em particular. Sua admiração por Nixon baseia-se solidamente na visão de que, “entre os presidentes do pós-guerra, só Nixon lidou consistentemente com a União Soviética enquanto desafio geopolítico”. Kissinger acreditava que países pequenos (como o Chile)

em regiões sem importância (como a América Latina) exigiam pouca atenção e respeito enquanto mantivessem a linha. Ele acreditava, como foi visto, em “vínculos” — a noção de que as negociações dos EUA com outros países e regiões deveriam fazer sempre parte de um conjunto de políticas globais, em vez de serem respostas a situações locais em bases individualizadas. E ele acreditava no “equilíbrio do poder”.

Qualquer uma dessas abordagens pode ser defendida, se vista separadamente. Uma política baseada na manutenção do “equilíbrio do poder” — conceito derivado da estratégia inglesa para lidar com os Estados europeus no século XIX, alternando favores e favoritos para impedir que qualquer potência continental preponderasse — fazia algum sentido num mundo multipolar. A prática de Kissinger, contudo, era inconsistente: se os critérios nacionais e geopolíticos imutáveis “triunfassem” sobre todo o restante, por exemplo, por que basear a política externa na crença de que os países a compartilhar o mesmo sistema ideológico — o comunismo — pensariam ou agiriam concertados? Por vezes Kissinger seguia a linha “geopolítica”, como nos entendimentos com a China; por vezes não, como na abordagem baseada nos vínculos internacionais dos comunistas e sua influência no Vietnã ou no Camboja.

Détente, e o que Kissinger chamava de “diplomacia triangular” entre as grandes potências, gerou mais relações recíprocas com a China e a União Soviética. Mas isso nunca convenceu a China ou a União Soviética a moderar ou conter seus “clientes” na Ásia ou na África — a coisa que Nixon e Kissinger buscavam acima de tudo. O “vínculo” não garantia nada que não pudesse ser obtido pelos esforços convencionais de negociação diplomática. E o objetivo geral — garantia dos interesses permanentes dos Estados Unidos — estava provavelmente mais distante de ser atingido no final da era Nixon-Kissinger do que em seu início.

De maneira irônica, isso ocorreu precisamente por Kissinger estar tão ocupado com o quadro “maior” que ele e Nixon, como vimos, deram uma série cumulativa de passos errados nas zonas “periféricas” cuja importância eles subestimaram e desprezaram. O sumário de William Bundy para o tratamento “deplorável” do Chile na era Allende pode servir para muitos outros lugares: “Nixon e Kissinger nunca deram ao Chile a atenção exigida por seu próprio sistema de tomada de decisões, e agiram impulsivamente, com reflexão inadequada. Suas ações não foram apenas moralmente repugnantes, como correram graves riscos com o desmascaramento que prejudicou os Estados Unidos aos olhos latino-americanos.”

Há um precedente histórico revelador para este tipo de política externa falha, na qual o “realismo” é exposto à condenação moral e acaba prejudicando seus próprios objetivos. Nos anos 1870 o primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli adotou uma política de “realismo” de grande potência nos Bálcãs, apoiando o decadente império turco em sua repressão às reivindicações das minorias nacionais e religiosas sob seu domínio. Esta política, realizada em nome dos interesses estratégicos britânicos, foi condenada pelo oponente liberal de Disraeli, William Gladstone, que realizou uma série de ataques públicos eficientes e ferozes a ela nas eleições de 1880, quando o governo de Disraeli acabou sendo derrotado.

A retórica de Gladstone é datada, mas seu tema é inconfundível e familiar: “No exterior, ele [o governo] prejudicou, quiçá expondo a risco, sua prerrogativa por crasso abuso, enfraquecendo o império por desnecessárias guerras, expansões inaproveitáveis e envolvimento temerários, desonrando-o aos olhos da Europa.” A atrevida indiferença de Disraeli pelo comportamento dos amigos, ou pelos interesses alheios, especialmente nações menores, era inimiga dos interesses britânicos de longo prazo, segundo Gladstone: se os interesses britânicos fossem

aceitos como “a única medida do certo e do errado” no relacionamento da Grã-Bretanha com o mundo, então a mesma atitude poderia ser logicamente adotada por outro país, e o resultado seria a anarquia internacional.

Gladstone se referia especificamente ao desprezo de Disraeli pelos movimentos nacionais nos Bálcãs (especialmente os notórios “massacres búlgaros” de 1876); na melhor das hipóteses, ele não teve o menor interesse por eles; na pior, atribuiu os problemas à atuação de sociedades secretas estrangeiras. Quanto a seus críticos na Grã-Bretanha, Disraeli descartava suas queixas como “baboseiras de cafeteria” — uma notável antecipação da descrição que Spiro T. Agnew fez de críticos semelhantes do presidente Nixon como “*nababos* inúteis do negativismo”. No entanto, embora Gladstone fosse capaz de usar em seu benefício eleitoral o desprezo arrogante de Disraeli pela opinião pública mais bem-informada e pela oposição pública moralista, a posição da Grã-Bretanha como interlocutor desinteressado nas questões europeias passou a correr sério risco.²⁰

Este é o problema do realismo geopolítico na política externa, especialmente quando praticada com desprezo pelas restrições internas. Começa-se com uma postura mundana que soa razoável, do tipo articulado por Metternich e citada com admiração por Henry Kissinger: “Pouco propensos a conceitos abstratos, aceitamos as coisas como elas são e tentamos com o máximo de nossa capacidade nos protegermos dos delírios a respeito da realidade.”²¹ Então o governo se vê aliado de governantes estrangeiros desonrosos, sob o argumento “realista” de que eles são os sujeitos com quem é preciso negociar, esquecendo de que, ao fazer isso, priva-se de qualquer capacidade de pressão política em cima deles, pois a única coisa que lhes importa — como atingir o poder e mantê-lo sobre os governados — não interessa. No final, o governo se

restringe ao cinismo a respeito do desfecho, e não apenas com referência às ações deles, mas também às suas próprias ações.

Portanto, ressalta William Bundy, algumas das mais exaltadas conquistas da política externa “realista” não passam de tapeação. Kissinger e Nixon dificilmente ignorariam, ele conclui, que o acordo de Paris em 1973, que “encerrou” a Guerra do Vietnã, fosse uma miragem, com cláusulas e salvaguardas “ineficazes”. Só se buscava uma vantagem política de curto prazo, sem visão ou estratégia para lidar com as consequências a longo prazo. Seu apoio inflexível ao xá do Irã foi igualmente desastroso — primeiro quando se uniram a ele em promessas enganosas aos curdos, para criar pressão no vizinho ocidental do Irã, o Iraque, para depois abandonar os mesmos curdos a um destino sangrento, até vincular a imagem e o poder dos EUA com um regime cada vez menos defensável em Teerã. Como em muitos outros casos da era Nixon, a ficha caiu tarde demais: em 1975 no Vietnã e no Camboja, no Irã em 1979-80. Em cada um desses casos, os interesses dos Estados Unidos estavam entre as primeiras vítimas.

Esta história é importante, pois Kissinger sempre alegou que — em contraste com governos anteriores e posteriores — os governos aos quais serviu não foram iludidos por miragens “idealistas” e mantiveram com firmeza seu principal objetivo na política externa: perseguir e defender o interesse nacional dos EUA. Pode-se discutir interminavelmente quais são realmente os “interesses” internacionais dos EUA e como defendê-los da melhor maneira. Mas está claro, e este é o argumento tanto de Gladstone quanto de Bundy, que, num Estado constitucionalmente formado, no qual as leis derivam de princípios gerais de certo e errado, e onde esses princípios estão consagrados e são protegidos e garantidos por procedimentos e práticas, não pode jamais ser do interesse a longo prazo deste Estado e de seus cidadãos desprezar

tais procedimentos em casa e se associar intimamente no exterior com os inimigos de seus ideais fundadores.

Richard Nixon foi em certo aspecto um sujeito de sorte. Derrubado por Watergate, ele ressurgiu em certas áreas como um improvável herói trágico — (quase) o maior presidente que já tivemos em termos de política externa, por assim dizer; um homem cujos defeitos humanos solaparam seus talentos potenciais nesta área crucial de atuação presidencial. Henry Kissinger beneficiou-se duas vezes com esta estranha beatificação — as falhas são de Nixon, mas a política externa era de Kissinger, e seus fracassos podiam ser atribuídos aos problemas domésticos de Nixon. Qualquer um tentado a dar crédito a essas alegações deve ler o livro de William Bundy, que antecipa o que se espera ser o julgamento da história sobre um homem atormentado numa época problemática da vida norte-americana.

Após a publicação desta resenha do estudo de William Bundy sobre a política externa dos EUA nos anos Nixon no New York Review of Books em agosto de 1998, Henry Kissinger escreveu uma resposta alentada e espirituosa para a narrativa de Bundy e meu relato a respeito. A carta de Kissinger, bem como minha resposta, saíram no New York Review of Books, vol. 45, n^o xiv, setembro de 1998.

NOTAS

- ¹ Mansfield é citado em conversa com Anatoly Dobrynin, embaixador soviético em Washington. Ver Anatoly Dobrynin, *In Confidence* (Nova York: Times Books, 1995), p.137. Talvez seja pertinente acrescentar que Bundy é genro do falecido Dean Acheson, e que seu pai, Harvey Bundy, foi assessor direto de Henry M. Stimson durante a Segunda Guerra Mundial, e que seu irmão McGeorge foi assessor de segurança nacional do presidente Kennedy; no conjunto isso o torna um membro do mais alto escalão da elite da política externa, tanto por herança quanto por escolha.

- ² Bundy é gentil na maior parte do texto, quando demonstra sua discordância pelo modo como o governo Nixon tratava das questões, restringindo suas críticas severas ao conteúdo das ações. Só muito ocasionalmente ele deixa escapar uma nota de inequívoca aversão. Quando a última série de fitas foi divulgada em 30 de abril de 1974, ele comenta, quase como adendo, que “o espírito da Casa Branca era de sarjeta”.
- ³ Sobre “chutar o Departamento de Estado”, ver U. Alexis Johnson, *The Right Hand of Power* (Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984), p. 520, citado por Michael Schaller em *Altered States: The United States and Japan since the Occupation* (Nova York: Oxford University Press, 1997), p. 211. Sobre “a covardia da elite da Costa Leste” ver William Shawcross, *Sideshow: Kissinger, Nixon and the Destruction of Cambodia* (Nova York: Simon and Schuster, 1979), p.145.
- ⁴ Ver Harold Nicholson, *Peacemaking 1919* (Nova York: Houghton Mifflin, 1933), p.207, 209.
- ⁵ Esta é uma das possíveis origens para a surpreendente promessa de Nixon a Thieu, de que preferia retomar os bombardeios contra o Norte do que permitir que o Vietnã do Sul caísse, após o Acordo de Paz de 1973 — uma promessa que ele não estava em condições de fazer nem de manter, ilustrando portanto os dois principais temas de Bundy. Mas é igualmente provável que Nixon estivesse pagando uma dívida feita em 1968, quando Thieu se recusou — por pedido secreto de Nixon — a negociar com o Norte, o que ajudou a derrotar Hubert Humphrey na eleição daquele ano.
- ⁶ Tendo em vista a admiração tanto de Kissinger quanto de Nixon por Charles de Gaulle, é curioso verificar quão pouco eles aprenderam com a experiência francesa — na Indochina e novamente na Argélia. O histórico francês estava longe de ser admirável, mas em 1969 eles já haviam aprendido o suficiente para manter distância do Sudeste Asiático — “Saia agora”, De Gaulle aconselhou Nixon; e após uma longa história de tentativas fracassadas de governar o Camboja eles teriam sido capazes de aconselhar os EUA a não arriscar a frágil neutralidade daquele país em prol de uma interrupção temporária da rota de abastecimento do Vietnã do Norte.
- ⁷ Ver Richard Nixon, *RN: The Memoirs of Richard Nixon* (RN: as memórias de Richard Nixon) (Nova York: Touchstone, 1978, 1990), p.527, citado por Bundy (com grifo acrescentado), na p.290.
- ⁸ O comentário de Kissinger foi incluído por Bundy na p.272, citando Christopher Van Hollen, “The Tilt Policy Revisited: Nixon-Kissinger Geopolitics and South Asia”, *Asian Survey* 20, nº 4 (abril de 1980), p.339-61.
- ⁹ Arbatov, na época destacado especialista soviético em assuntos norte-americanos, é citado por Walter Isaacson em *Kissinger: a Biography* (Nova York: Simon and Schuster, 1992), p.422-23, e por Bundy na p.321, citando Isaacson.
- ¹⁰ A discussão de Bundy sobre as conquistas de Willy Brandt é a única ocasião em que encontrei um erro factual no livro: O memorial do gueto de Varsóvia onde Brandt se ajoelhou como expiação marca o local do desesperado levante

judeu de 1943, que Bundy confunde com a revolta do gueto de Varsóvia em 1944, quando as tropas soviéticas pararam do lado mais distante do Vístula e esperaram que os alemães destruíssem a resistência polonesa.

- 11 Ver Henry Kissinger, *Years of Upheaval* (Boston: Little, Brown, 1982), p.729, citado por Bundy na p.415; Willy Brandt, *My Life in Politics* (Nova York: Viking, 1992), p.178.
 - 12 Sobre as últimas viagens aos recantos mais íntimos da alma de Nixon, ver, por exemplo, Stanley I. Kutler, *Abuse of Power: The New Nixon Tapes* (Nova York: Free Press, 1997), e Vamik D. Volkan, Norman Itzkowitz e Andrew W. Dod, *Richard Nixon: A Psychobiography* (Nova York: Columbia University Press, 1997).
 - 13 Ver Schaller, *Altered States*, p.211; Brandt, *My Life in Politics*, p.365.
 - 14 Henry Kissinger, *Diplomacy* (Nova York: Simon and Schuster, 1994), p.105.
 - 15 A interpretação de Kissinger do Congresso de Viena, e da contribuição de Metternich para a transformação do sistema de Estado europeu, está compreensivelmente datada — *A World Restored* foi publicado em 1957. Estudos mais recentes questionam a própria noção de que o ocorrido em 1815 foi uma “restauração” de algo: uma transformação revolucionária da política internacional é como Paul W. Schroeder descreve a época em *The Transformation of European Politics 1763-1848* (Oxford, Nova York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1994), ver p.575-582.
 - 16 Ver Henry Kissinger, *Diplomacy*, p.166, 805, 811.
 - 17 Metternich é citado por Harold Nicholson em *The Congress of Vienna: A Study in Allied Unity 1812-1822* (Londres: Constable, 1946), p.227.
 - 18 Kissinger, *Diplomacy*, p.84-5.
 - 19 Idem, p.808.
 - 20 Ver R. W. Seton-Watson, *Disraeli, Gladstone and the Eastern Question: A Study in Diplomacy and Party Politics* (Nova York: Norton, 1972; publicado inicialmente em Londres, 1935), p.548-9, 566. Henry Kissinger interpreta o caso de modo bem diferente. Em sua versão, o moralista Gladstone, um idealista “wilsoniano”, reduz o papel e a influência britânica nos assuntos internacionais. Ver p.161-63.
 - 21 Kissinger, *Diplomacy*, p.86.
- ***** William Bundy, *A Tangled Web: The Making of Foreign Policy in the Nixon Presidency* (Nova York: Hill & Wang, 1998).

De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto

John Lewis, à primeira vista, é a pessoa ideal para escrever uma história geral da Guerra Fria: já publicou seis obras sobre o assunto. Seu novo livro***** baseia-se numa popular aula de graduação ministrada em Yale, onde Gaddis é professor de história na cadeira Robert A. Lovett. Na verdade, não fica claro em que aspecto específico essa nova versão é positivamente inédita — o livro *We Now Know: Rethinking Cold War History* (Agora sabemos: Repensando a história da Guerra Fria)(1997) era decididamente mais forte nesse sentido.¹ Mas Gaddis, o “decano dos historiadores da Guerra Fria”, segundo o *New York Times*, escreve com segurança total. E, com muita prática, ele tem um roteiro certo.

A Guerra Fria, na visão de Gaddis, foi tão inevitável quanto necessária. Não se podia reduzir o império soviético e seus aliados, mas eles precisavam ser contidos. O conflito resultante durou quarenta anos. Muito tempo e dinheiro foram gastos em armamentos nucleares e ao cauteloso pensamento estratégico que eles propiciaram. Em parte por esta razão, não houve grandes guerras (embora ocorresse um bom número de confrontos preocupantes). No final — graças a recursos superiores, a um modelo político e econômico bem mais atraente e à iniciativa de alguns poucos homens direitos (e uma mulher direita) — o lado bom venceu. Desde então surgiram novas complicações,

mas podemos ao menos dar graças por termos dito adeus a *tudo aquilo*.

Gaddis sente-se mais à vontade quando discute a estratégia mais ampla, e as melhores partes de seu novo livro são as que lidam com o impacto da corrida armamentista nuclear sobre os formuladores da política norte-americana. Ele discute em profundidade, e com certa simpatia, a preocupação de décadas de Washington com a “credibilidade”: como convencer os soviéticos de que estávamos realmente dispostos a entrar em guerra em várias partes da Europa e da Ásia, enquanto insistíamos, com o máximo de convicção possível, que relutávamos em fazer isso. Se a Guerra Fria “funcionou” enquanto sistema para manter a paz, isso se deu porque Moscou tinha preocupações paralelas — embora as razões fossem ligeiramente diferentes. Esses arranjos tensos, porém estáveis, baseados na sigla DMA (destruição mútua assumida), só estiveram perto de cair apenas quando um dos lados perdia temporariamente a fé no compromisso do antagonista com o sistema: em Cuba em 1962, quando Krushev cometeu um erro de avaliação e Kennedy inicialmente interpretou mal suas intenções; e no início dos anos 1980, quando o imenso programa de rearmamento de Ronald Reagan e os reiterados desafios retóricos ao “Império do Mal” levaram Moscou a crer que os EUA realmente planejavam um ataque nuclear preventivo, o que levou a URSS a se preparar para a eventualidade.²

Qualquer história da Guerra Fria que dedicar atenção prioritária a essas questões de alta estratégia tende a se fixar firmemente nas Grandes Potências. Assim é no caso de Gaddis. Contudo, sua profunda familiaridade com a história da política externa norte-americana não se faz acompanhar por um conhecimento comparável das fontes e da psicologia dos cálculos estratégicos soviéticos. O relato de Gaddis sobre os estadistas norte-americanos e seus atos é

detalhado e vívido. A cobertura do comportamento soviético, em contraste, é convencional e bidimensional. O que emerge é uma história da Guerra Fria narrada como confronto de superpotências, em boa parte visto pela perspectiva de uma das potências apenas.

Até a queda da União Soviética esses relatos desequilibrados eram a norma. Pouca informação confiável a respeito do pensamento soviético estava disponível. Os observadores políticos ficavam portanto restritos ou à “kremlinologia” — vasculhar discursos, editoriais dos jornais e presenças de autoridades em palanques — ou a deduzir o comportamento comunista a partir dos princípios marxistas. Mas, como o próprio Gaddis demonstrou em outros textos, hoje sabemos muita coisa a respeito da elaboração de políticas soviéticas — na verdade, mais do que a respeito de algumas ações ocidentais, graças à abertura dos arquivos comunistas. Portanto, se *The Cold War: A New History* pende com tanto peso para uma perspectiva norte-americana, isso não pode ser efeito do desequilíbrio das fontes.³

Trata-se do produto de um ponto de vista inegavelmente parcial. Gaddis é um triunfalista assumido. Os Estados Unidos venceram a Guerra Fria porque os norte-americanos mereciam ganhar. Ao contrário dos russos, eles estavam “impacientes com a hierarquia, à vontade com a flexibilidade e profundamente desconfiados da noção de que a teoria deveria determinar a prática, e não o contrário”. Conforme a Guerra Fria se desenrolou, só os Estados Unidos entendiam o que significava “justiça”:

Para os norte-americanos o termo significava democracia política, capitalismo de mercado e — em princípio, mesmo que nem sempre na prática — respeito aos direitos do indivíduo. Para os ingleses e franceses, que ainda possuíam impérios coloniais, significava um pouco menos do que isso... e para a União Soviética de Stalin “justiça” significava a

aceitação sem questionamento dos políticos autoritários, da economia controlada e do direito do proletariado de avançar, por todos os meios que a ditadura que o liderava escolhesse empregar, no rumo de uma sociedade mundial “sem classes”.

Até Gaddis se vê forçado a conceder que os estadistas norte-americanos, em sua busca da justiça, ocasionalmente recorriam a táticas e acordos questionáveis. Mas ele insiste que os políticos de outros lugares (China, União Soviética, Europa Ocidental) eram pecadores e cínicos congênitos, enquanto que para os norte-americanos aquilo era algo novo — subproduto da própria Guerra Fria. Os políticos norte-americanos foram forçados a importar as ambiguidades morais dos conflitos estrangeiros para os quais foram arrastados:

E assim a Guerra Fria transformou os líderes norte-americanos em maquiavélicos. Confrontados com “tantos que não são bons”, eles resolveram “aprender a conseguir não serem bons” eles também, e usar esta habilidade ou não, como o grande cínico — ou patriota — italiano colocou, “de acordo com a necessidade”.

Sem dúvida, com a intenção de elogiar Truman e seus colegas, este relato edulcorado da perda da inocência norte-americana provoca o efeito contrário. Banha a história dos EUA antes da Guerra Fria com uma espécie de brilho de inocência pré-serpente, enquanto retrata implausivelmente aos diplomatas cosmopolitas Harriman, Acheson, Kennan, Bohlen e outros como cavalheiros provincianos e benignos, relutantes, porém obrigados a renegar sua ética e adotar os sofisticados ardis de seus inimigos para superá-los.

Como era de se esperar, a forma de Gaddis narrar a história da Guerra Fria reflete o mesmo provincianismo que ele aplica elogiosamente em seus protagonistas norte-americanos. Em parte, trata-se de questão de estilo — o

autor recorre com frequência ao clichê desastrado: a Europa Oriental em 1956 não passava de um “barril de pólvora”, o comunismo era “um prédio construído na areia movediça”. Por vezes ele resvala no patético forçado: Richard Nixon foi derrotado por “um adversário mais poderoso que a União Soviética e o movimento comunista internacional. Era a constituição dos Estados Unidos da América”. Mas sua prosa amável — embora mal adaptada à visão geral histórica que Gaddis tenta ocasionalmente (“Karl Marx pouco sabia sobre pinguins, mas ele reconheceu, na terminologia sexista de 1852, que ‘Os homens fazem sua própria história’”) — também é consequência de seus termos de referência. John Lewis Gaddis escreveu uma história da Guerra Fria *norte-americana*: vista dos Estados Unidos, vivida pelos Estados Unidos e contada no modo mais agradável à maioria dos leitores norte-americanos.

Como resultado, temos um livro cujos silêncios são especialmente sugestivos. O “terceiro mundo” em particular sai prejudicado. O modo como olhamos para a história internacional é, até certo ponto, produto do lugar em que estamos. Mas só a partir de uma perspectiva muito paroquial — que cabe mal em alguém descrito por Michael Beschloss no *New York Times Book Review* como “um pesquisador de dons extraordinários” que oferece “o tão aguardado veredicto em retrospectiva da Guerra Fria” — se poderia publicar uma história da Guerra Fria que não contivesse nem mesmo um registro no índice remissivo para Argentina, Brasil, Venezuela, Panamá, Granada ou El Salvador, isso para não falar em Moçambique, Congo e Indonésia. Eventos importante no Irã — onde o golpe da CIA em 1953 contra Mohammed Mossadegh ainda é invocado contra os EUA — e na Guatemala (onde os EUA derrubaram Jacobo Arbenz Guzmán em 27 de junho de 1954, precipitando décadas de conflito armado sangrento) receberam cada um uma menção resumida de Gaddis, que disse: “As consequências, nas duas regiões, foram caras.”

Sem dúvida. Mas os custos nunca são analisados, muito menos incorporados à avaliação do autor da Guerra Fria como um todo. Para Gaddis, como para muitos políticos e estadistas norte-americanos, o “terceiro mundo” era um coadjuvante, embora lá centenas de milhares de figurantes tenham sido mortos.⁴ E ele parece acreditar que quaisquer eventos desastrosos ocorridos durante briguinhas periféricas se restringiram aos primeiros anos da Guerra Fria. Depois as coisas melhoraram: “Os anos 1970 não eram 1950.” Bem, eles eram — em El Salvador, por exemplo, para não mencionar o Chile. Mas uma visão bitolada como esta, que deixa a maior parte do mundo de fora para se concentrar exclusivamente no confronto entre as Grandes Potências na Europa e no Leste Asiático é o preço que Gaddis paga por se colocar firmemente em Washington, D.C., quando “pensa” a Guerra Fria, pois a outra superpotência via a Guerra Fria de modo bem diferente.

Vista de Moscou, a Guerra Fria foi em larga medida *sobre* o mundo não europeu. Enquanto o presidente Kennedy e seus assessores se preocupavam, em outubro de 1962, que os mísseis cubanos de Nikita Krushev fossem um prelúdio diversionista para um ataque a Berlim, a liderança soviética (que andava irritada com seus clientes da Alemanha Oriental e realmente não dava muita importância a Berlim, exceto como peão no xadrez diplomático) sonhava com uma frente revolucionária na América Latina. “Por um quarto de século”, escreve um especialista, “a KGB, ao contrário da CIA, acreditava que o Terceiro Mundo fosse a arena na qual ganharia a Guerra Fria”.⁵ Ao buscar influência local no continente africano, Moscou provocou uma violenta corrida armamentista lá, desde o início dos anos 1970 até o início da Perestroika. Na verdade, foram exatamente os países africanos mais corrompidos pelas guerras “por procuração” do final da Guerra Fria que se tornariam os “países falidos” de nosso tempo — uma das muitas

maneiras pelas quais a Guerra Fria e as eras seguintes se ligam intimamente, embora não se veja nada disso em Gaddis.

Na África, assim como na América Latina, a Guerra Fria foi um confronto de impérios, mais do que de ideologias. Os dois lados apoiaram e defenderam títeres e testas de ferro. Mas enquanto a União Soviética tratava seus clientes pobres do terceiro mundo com cínico desprezo, e nem chegava a fingir que se dedicava a promover a “democracia” ou a liberdade, os EUA se deram esse trabalho — por isso estavam muito mais vulneráveis a acusações de hipocrisia, fosse apoiando regimes autoritários na Espanha e em Portugal, governantes venais e corruptos no Vietnã e no Egito, “terroristas” no Afeganistão ou ditaduras assumidas da Tierra del Fuego até a fronteira com o México. Como consequência, apesar do apelo muito real de sua música, das roupas e dos filmes, e de seu modo de vida (sem falar nos recursos ilimitados), os EUA em grande parte fracassaram nos anos seguintes em tirar proveito dos benefícios de seu envolvimento na Guerra Fria. Esta é uma das ironias da Guerra Fria: as vitórias norte-americanas na Europa foram frequentemente sujeitas ao contrapeso dos danos de longo prazo em sua reputação nas terras mais distantes, como no Vietnã, por exemplo, ou no Oriente Médio. A União Soviética não foi a única “derrotada” na Guerra Fria.

Mais uma vez, os leitores pouco aprenderão sobre essas complexidades no relato de Gaddis, e muito menos ainda sobre suas implicações na política externa atual dos EUA. Até certo ponto ele responde implicitamente a críticas aos erros norte-americanos — e coisas piores — na América Latina e em outros lugares, no decorrer das décadas citadas. Gaddis dá a impressão de adotar o ponto de vista de que houve ocorrências lamentáveis, mas em geral foi preciso agir assim; de todo modo, tudo isso já passou. Faz lembrar o Barrabás de Marlowe:

Frei Barnardine: Cometeste...

*Barrabás: Luxúria? Mas isso foi em outro país, e, ademais, a moça está morta.*⁶

Gaddis presta mais atenção às nações do bloco soviético. Mas o que tem a dizer a respeito delas, mesmo bem-intencionado, inspira pouca confiança. Václav Havel é descrito como “o mais influente relator da desilusão com o comunismo de sua geração”. Mas Havel não sofreu desilusão alguma: jamais foi comunista. Filho relativamente isolado de família rica, desapossada e discriminada pelas autoridades comunistas, Václav Havel não participou do flerte com o marxismo de seus contemporâneos. Segundo Gaddis, ele deu voz a uma visão vigente na Europa Oriental, de “uma sociedade na qual a moralidade universal, a moralidade estatal e a moralidade individual poderiam ser a mesma coisa”. (Gaddis não é muito bom em abstrações políticas, mas dá para entender aonde ele quer chegar.) Isso seria bom, se fosse verdade; lamentavelmente, porém, nos 12 anos transcorridos entre sua fundação e a queda do comunismo, a Carta 77 de Havel obteve menos de 2 mil assinaturas numa população tchecoslovaca de 15 milhões.

Havel foi eleito primeiro presidente pós-comunista da Tchecoslováquia precisamente por ter passado boa parte das duas décadas anteriores na penitenciária ou em prisão domiciliar, sem vínculos comprometedores com a ideologia ou o passado nebuloso do regime; mas sua retórica moralizadora nunca foi totalmente assumida pelo país como um todo. Embora Havel contasse com muitos amigos entre a antiga intelligentsia dissidente da Europa Central, desfrutava de escassa preferência popular fora da própria Boêmia (ele não era muito querido nem mesmo na vizinha Eslováquia). Um cronista mais influente e representativo das ilusões perdidas de sua geração e da trajetória pós-comunista seria o colega polonês de Havel, o dissidente

Adam Michnik, ou mesmo o economista húngaro János Kornai. Mas nenhum deles é citado por Gaddis.

As sucintas descrições da doutrina comunista por Gaddis são desajeitadas e um tanto embaraçosas. Sobre o marxismo como projeto ideológico, ele tem a dizer o seguinte: “O marxismo levou esperança aos pobres, medo aos ricos e deixou os governos em algum lugar no meio. Governar somente em prol da burguesia parecia ser garantia de revolução, a confirmar portanto a profecia de Marx; mas fazer isso apenas para o proletariado significaria dizer que a revolução de Marx já havia chegado.”

Ele explica que o comunismo da era Brejnev se justificava por um apelo à “ideologia: a alegação de que, no marxismo-leninismo, eles haviam descoberto mecanismos por meio dos quais a história funcionava, e portanto os meios para melhorar a vida do povo”. Da popularidade eleitoral de Margaret Thatcher, Gaddis conclui: “Foi um golpe no marxismo, pois se o capitalismo realmente explorava as ‘massas’, por que tantos aplaudiam a ‘dama de ferro’?” Isso é história feita pouco acima da linha editorial de um tabloide popular.⁷

E, realmente, quando se trata da Europa Oriental sob o comunismo, Gaddis faz pouco além de reciclar rapidamente os lugares-comuns. Numa obra de 333 páginas, o rompimento de Tito com Stalin recebe apenas um parágrafo; a revolução húngara de 1956, meras 27 linhas (embora página após página sejam dedicadas a Watergate); enquanto isso, João Paulo II, Margaret Thatcher e Ronald Reagan (“um dos mais astutos estrategistas [norte-americanos] de todos os tempos”) recebem extensos elogios por derrubarem o comunismo.⁸ Quanto a Mikhail Gorbatchev, o relato de Gaddis dá ao governo Reagan pleno crédito por uma série de opiniões, ideias e feitos de Gorbatchev — o que era de se esperar, uma vez que nesta seção do livro Gaddis parafraseia e cita as memórias do

secretário de Estado George Shultz.⁹ Ali e em outros trechos, conforme os regimes comunistas caíam feito pinos de boliche e os EUA surgiam resplandecentes, vingados e vitoriosos, *The Cold War: A New History* parece mais a autobiografia terceirizada de um campeão olímpico.

CHEGA A ESPANTAR QUE haja tão pouco sobre espões neste livro (e, quando isso ocorre, aborda casos de espões norte-americanos). Isso é estranho, considerando a importância dos dados de inteligência coletados durante a Guerra Fria e depois dela. Espionar era uma das poucas coisas que o bloco soviético sabia fazer direito — a rede de espionagem da Alemanha Oriental, em particular, comandada por 33 anos pelo falecido Markus (“Mischa”) Wolf, altamente considerado pelos dois lados por sua capacidade. Os paradoxos da inteligência, geralmente ignorados por Gaddis, costumam ser interessantes. Como a URSS, cujas conquistas técnicas e científicas perdiam para as do Ocidente, compensava a desvantagem furtando técnicas e informações do Ocidente para incorporá-las nos sistemas de armamentos e aeronáuticos em particular. Isso — juntamente com a desinformação, autoengano e interesses profissionais pessoais — levou as agências ocidentais de inteligência (principalmente a CIA) a superestimar a capacidade e a força dos soviéticos, e a amedrontar seus líderes políticos.¹⁰

Se Gaddis tivesse pensado mais sobre espões e espionagem, poderia ter evitado um erro particularmente revelador que ilustra seu autoconfinamento aos antolhos da experiência doméstica norte-americana. Embora haja apenas uma menção ao macarthismo em seu livro, Gaddis aproveita a ocasião para escrever que “não estava nem um pouco claro que as democracias ocidentais poderiam manter a tolerância à oposição e o respeito pelas liberdades civis que as distinguiam dos ditadores”. Mas o senador

Joseph McCarthy era um produto norte-americano. Não havia macarthismo na Inglaterra ou na França, na Noruega, na Itália ou na Holanda. Numerosas vítimas do macarthismo — atores, cantores, músicos, autores de teatro, sindicalistas e professores de história — foram morar na Europa Ocidental na época, e lá floresceram.¹¹ A tolerância e as liberdades civis não estavam ameaçadas em todas as “democracias ocidentais”. Corriam risco nos Estados Unidos. Há uma diferença.

Durante a primeira década da Guerra Fria, a espionagem, a subversão e a ascensão do comunismo em terras distantes eram vistas por muita gente nos EUA como uma ameaça direta ao modo de vida americano, o *American way of life*; o senador McCarthy, Richard Nixon e o Partido Republicano exploraram a questão da segurança nos EUA da Guerra Fria acusando espiões reais (Alger Hiss, os Rosenberg), bem como imaginários. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, na Grã-Bretanha, Klaus Fuchs, George Blake, Guy Burgess, Donald McLean, Anthony Blunt e, acima de tudo, Kim Philby traíram seu país, seus colegas e centenas de outros agentes. Juntos causaram mais danos aos interesses ocidentais do que qualquer espião norte-americano, até o aparecimento de Aldrich Ames. Contudo, a revelação da traição deles, um após o outro — começando pela prisão de Fuchs em 1950 — causou pouca ansiedade pública, curiosamente. E com certeza jamais provocou na Grã-Bretanha a paranoia coletiva e o conformismo político na amplitude verificada nos EUA na mesma época.

A Guerra Fria foi vivida na Grã-Bretanha de modo bem diferente da que foi sentida (e é lembrada) nos EUA. E as coisas foram distintas na França e na Itália, onde entre 1/4 e 1/3 do eleitorado votava em partidos comunistas, na época. (O caso da Itália, onde Enrico Berlinguer habilmente tirou seu partido eurocomunista da órbita soviética e o colocou na política oficial, é particularmente interessante — mas não

recebe a menor atenção de Gaddis.) Elas também foram diferentes na Holanda e na Dinamarca, onde o comunismo interno inexistia, e o envolvimento ativo com a Otan era considerado perfeitamente compatível com a ampla tolerância perante as diferenças políticas e culturais; ou na Áustria e Suécia — nações tão “ocidentais” e “modernas” quanto os EUA, mas indulgentes e declaradamente “neutras” nos confrontos da Guerra Fria. “Democracia ocidental” designa uma multiplicidade de culturas políticas distintas. Os muitos amigos dos EUA na Áustria do pós-guerra foram forçados a assistir, frustrados, à remoção, nas bibliotecas das populares “America Houses” de Viena, Salzburgo e outras cidades (por instrução da Washington da era McCarthy), de obras de autores “inadequados”: John dos Passos, Arthur Miller, Charles Beard, Leonard Bernstein, Dashiell Hammett, Upton Sinclair — além de Albert Einstein, Thomas Mann, Reinhold Niebuhr, Alberto Moravia, Tom Paine e Henry Thoreau.¹²

John Gaddis deixa passar tudo isso. No geral, mostra-se indiferente à Europa Ocidental: menciona a Comunidade Econômica Europeia apenas de passagem, e quando gasta um pouco mais de tempo com Charles de Gaulle é apenas para classificá-lo com condescendência ao lado de Mao Tse-tung como líderes de “potências médias” presunçosas que realizavam “acrobacias de alto risco na corda bamba, sem rede”, para minar e sabotar as estratégias de seus respectivos e patronos superpoderosos. Leitores de *Cold War: A New History* não familiarizados com o tema encontrarão dificuldade para entender por que um presidente francês se comportava de modo tão caprichoso em relação a seus protetores norte-americanos, “exasperando” Washington e “alardeando” a autonomia francesa, ou o que haveria na história das décadas precedentes capaz de ajudar a explicar a irritação francesa com as potências “anglo-saxônicas”. Tampouco aprenderão

algo a respeito da inquestionável lealdade de De Gaulle aos EUA durante a crise de Cuba, ou sobre o intrigante respeito (embora bem testado) com o qual era tratado pelos presidentes Kennedy, Johnson e Nixon. São nuances — e John Gaddis não é muito dado a nuances.¹³

Uma pena, pois um relato da Guerra Fria mais sensível às variações nacionais poderia ter capturado aspectos culturais do confronto para os quais Gaddis se mostra completamente indiferente. A Guerra Fria foi travada em diversas frentes, nem todas geográficas, e algumas dentro das fronteiras nacionais. Uma dessas frentes foi estabelecida pelo Congresso pela Liberdade Cultural (CCF), inaugurado em Berlim em junho de 1950, sob os auspícios do qual Bertrand Russell, Benedetto Croce, John Dewey, Karl Jaspers, Jacques Maritain, Arthur Koestler, Raymond Aron, A. J. Ayer, Stephen Spender, Margarete Buber-Neumann, Ignazio Silone, Nicola Chiaromonte, Melvin Lasky e Sidney Hook resolveram desafiar e criticar o apelo intelectual do comunismo, cujos ilustres defensores e seguidores incluíam, em várias ocasiões, Sartre, Simone de Beauvoir, Bertolt Brecht, Louis Aragon, Elio Vittorini e muitas das melhores mentes da geração intelectual seguinte — inclusive, naquela época, François Furet, Leszek Kołakowski e o jovem Milan Kundera.

Nenhum desses nomes — nem um único — e nem mesmo o próprio CCF ou o Movimento pela Paz Internacional de Stalin, criado para se opor a ele, recebe uma só menção na história de Gaddis da Guerra Fria. Não surpreende, portanto, que ele deixe passar outro aspecto: não só lhe escapam os intensos confrontos intelectuais e culturais sobre totalitarismo, comunismo, marxismo e liberdade, como também a Guerra Fria entre gerações. A geração antifascista dos anos 1930 — exemplificada na declaração de Klaus Mann em Paris, em 1935: “Onde quer que o fascismo estiver não estaremos, e lutaremos contra ele” —

foi substituída e fragmentada pela geração anticomunista dos anos 1950... e as duas gerações foram superadas pelos novos radicais dos anos 1960.¹⁴

Os últimos foram singularmente separados do passado político da geração de seus pais. Alienados do “Ocidente” pelos vínculos continuados (aos olhos deles) com os regimes nazistas e fascistas — na Alemanha Ocidental, Áustria e acima de tudo Itália — e pelas guerras neocoloniais na África e Indochina, eles não alimentavam a menor simpatia pelos “*crapules stalinienes*” (Daniel Cohn-Bendit) de um desacreditado império comunista. Pairavam portanto num limbo desconfortável, por vezes violento, na contramão do confronto internacional cujos termos de referência rejeitavam ferozmente.¹⁵ Não se trata de uma questão unicamente europeia, claro. A Guerra Fria mudou os Estados Unidos também, primeiro nos anos de formação, entre 1948 e 1953, e novamente no final dos anos 1960. Jovens norte-americanos da mesma safra de Cohn-Bendit ou do alemão Joschka Fischer consideravam os confrontos “periféricos” da Guerra Fria como um cisma duradouro de sua própria cultura: um ex-aluno de Harvard, revendo o impacto da Guerra do Vietnã sobre a classe de 1970 de Harvard, escreveu que sua geração “manteve uma certa distância, uma impressão de ser de algum modo outsiders numa sociedade na qual somos agora adultos”.¹⁶

A Guerra Fria pode ter começado, em sentido formal, no final dos anos 1940, mas sua intensidade e longevidade só faz sentido se entendermos que suas origens são bem mais antigas. O confronto entre o comunismo leninista e as democracias ocidentais data de 1919; e nos países onde o comunismo fincou raízes no movimento trabalhista e entre a elite intelectual (notadamente na Tchecoslováquia, França e Índia), é mais coerente vê-lo como produto de uma história doméstica que vai da Primeira Guerra Mundial até os anos 1980. Na própria União Soviética as estratégias básicas a

serem utilizadas no relacionamento com as “democracias burguesas” não foram forjadas nos anos 1940, mas na década de 1920.

Portanto a *détente*, que John Gaddis enganosamente apresenta como uma inovação dos anos 1970 — como resposta das revoltas geracionais e movimentos democráticos da década anterior —, na verdade tem suas origens nas “guerras de posição” em que os líderes soviéticos desde Lenin se colocavam no embate contra o Ocidente mais poderoso: por vezes assumindo uma linha conciliatória (por exemplo, entre 1921 e 1926, durante as Frentes Populares de 1934 a 1939, e novamente em momentos específicos do final dos anos 1950 e inícios da década de 1970), por vezes apresentando uma “frente” inflexível — como no chamado Terceiro Período, entre 1927 e 1934, e novamente no gelado confronto entre as “Duas Culturas”, de 1947 a 1953. Ademais, a *détente* também apresenta seus paradoxos: uma posição soviética externamente conciliatória era frequentemente acompanhada (e ajudava a camuflar) a reimposição da repressão interna, como durante os anos da Frente Popular ou no ataque aos dissidentes no início dos anos 1970.¹⁷

Ignorar a pré-história da política da Guerra Fria desta maneira significa perder alguns dos aspectos mais interessantes da história. Mas talvez a omissão mais reveladora de Gaddis seja sua recusa em estabelecer um vínculo entre a Guerra Fria e o que aconteceu desde então. Ele é bem explícito, quanto a isso: “Nem [este] livro pretende localizar dentro da Guerra Fria raízes de muitos fenômenos pós-Guerra Fria, como globalização, limpeza étnica, extremismo religioso, terrorismo ou revolução da informação.” Mas, com a exceção parcial da revolução da informação, com todo respeito a Gaddis, esses não são “fenômenos pós-Guerra Fria”. Sob o disfarce de confrontos terceirizados da América Central à Indonésia, tanto a

“pacificação” quanto a limpeza étnica — para não mencionar conflitos religiosos — acompanharam constantemente a Guerra Fria. Os assassinatos em massa de centenas de milhares na Indonésia e Guatemala são apenas dois exemplos destacados entre muitos. E ninguém que saiba algo sobre (ou que apenas tenha vivido lá) Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Espanha, Turquia, Índia, Colômbia, Argélia ou qualquer lugar do Oriente Médio poderia supor por um minuto que o “terrorismo” fosse um “fenômeno pós-Guerra Fria”.

Pelo contrário: longe de “resolver questões fundamentais de uma vez por todas”, como Gaddis gostaria de nos fazer crer, a Guerra Fria tem um relacionamento íntimo, inacabado com o mundo que deixou para trás: seja no caso dos russos derrotados, cujas problemáticas fronteiras pós-imperiais com o Afeganistão, Tchetchênia, Armênia, Abkázia e Moldova são herdeiras infelizes da limpeza étnica stalinista e da implacável exploração por Moscou dos interesses e divisões locais; seja no caso dos vitoriosos norte-americanos, cujo monopólio militar irrestrito deveria ter tornado os EUA a polícia internacional universalmente bem-vinda, mas que se tornou — graças a recordações da Guerra Fria, bem como aos erros do governo Bush — a fonte de um nível sem precedentes de antiamericanismo popular.

Na verdade, os erros dos governos dos Estados Unidos no pós-Guerra -fria têm raízes anteriores a 1989. A escalada militar e a retórica exagerada da Guerra Fria tiveram sua utilidade no xadrez estratégico de suas décadas, e na necessidade de reprimir (ou garantir) países satélites e seus eleitorados. Em Washington, durante o início da Guerra Fria, homens influentes falavam abertamente em levar a democracia e a liberdade ao Leste Europeu. Mas quando veio o aperto, em novembro de 1956, eles nada fizeram (e nunca tiveram a intenção de fazer coisa alguma, embora tivessem sonhado a explicação prévia aos desamparados insurgentes húngaros). Hoje as coisas são muito diferentes.

As grandes promessas de apoio à democracia e à liberdade não sofrem mais o constrangimento do risco de uma guerra nuclear, ou mesmo de confronto entre grandes potências; mas o hábito permanece conosco. Durante a Guerra Fria, porém, estávamos lutando — no geral — “contra” algo, reagindo a um desafio. Agora somos proativos, “a favor” de algo: uma posição inerentemente mais arriscada e aventureira, por mais vago que seja nosso objetivo.¹⁸

Se Gaddis não avança no raciocínio acima é provavelmente por não se sentir muito incomodado por ele. A julgar pelo que ele tem a dizer sobre o passado, dificilmente perderia o sono por abusos presidenciais de poder, no presente ou no futuro. Na verdade, Gaddis admoesta os norte-americanos por criar restrições a seus governantes eleitos. Descrevendo o que considera claramente uma lamentável reação exagerada a Watergate e ao Vietnã nos anos 1970, ele escreve: “O Congresso dos Estados Unidos estava aprovando leis — sempre instrumentos obtusos — para constranger o uso da capacidade militar e de inteligência dos *Estados Unidos*. Era como se a nação se tornasse seu pior inimigo.” Retrospectivamente frustrado por tais restrições, Gaddis admira a ousadia e a visão do presidente George W. Bush. Entusiasmado defensor da recente guerra no Iraque, Gaddis chegou a publicar em 2004 um guia para uso dos responsáveis pela elaboração da política norte-americana, mostrando como guerras preventivas e profiláticas ocupam um lugar de honra na história dos EUA e devem ser encorajadas — onde forem apropriadas — como parte do projeto vigente de intervencionismo benevolente.¹⁹

Portanto, embora seja tentador descartar a história da Guerra Fria de John Lewis Gaddis como um relato ingênuo em causa própria que deixa de fora boa parte dos temas que tornam o assunto interessante e relevante na atualidade, fazer isso seria um erro. A versão de Gaddis está

perfeitamente adaptada aos Estados Unidos contemporâneos: um país ansioso, curiosamente distanciado de seu próprio passado, bem como do resto do mundo, ávido por “contos de fadas à beira do fogo, com final feliz”.²⁰ *The Cold War: A New History* provavelmente será muito lido nos Estados Unidos: tanto como história quanto, nas palavras elogiosas da orelha da sobrecapa, pelas “lições” que pode nos dar para “lidar com novas ameaças”. Esta é uma ideia deprimente.

Esta resenha decididamente antipática da popular nova história da Guerra Fria de John Gaddis apareceu no New York Review of Books em março de 2006. Gaddis, compreensivelmente, ressentiu-se com minha falta de entusiasmo por seu mais recente e bem-sucedido relato das décadas da Guerra Fria; mas resta o fato de que seu livro contribui significativamente para ampliar os equívocos e a ignorância dos EUA a respeito da natureza da Guerra Fria, do modo como acabou e de seu legado problemático, inacabado no país e no exterior.

NOTAS

- ¹ Ver meu ensaio “Why the Cold War Worked”, *New York Review of Books*, 9 de outubro de 1997. Os muitos livros de Gaddis incluem *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947* (Nova York: Columbia University Press, 1972); *Russia, the Soviet Union and the United States: An Interpretive History* (Knopf, 1978); *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy* (Nova York: Oxford University Press, 1982); *The Long Peace: Inquiries into the History of the Cold War* (Nova York: Oxford University Press, 1987); *The United States and the End of the Cold War: Implications, Reconsiderations, Provocations* (Nova York: Oxford University Press, 1992).
- ² Aumentos formidáveis no orçamento do Pentágono durante o primeiro governo Reagan levaram a KGB e a GRU — a inteligência militar soviética — a montar a maior operação de inteligência da Guerra Fria, num esforço para acessar os planos (inexistentes) de Washington para um ataque nuclear. Ver Christopher Andrew e Vasili Mitrokhin, *The Sword and the Shield: The*

Mitrokhin Archive and the Secret History of the KGB (Nova York: Basic Books, 1999), p.392-93.

- 3 Exceto, até então, no caso do material escrito em línguas que Gaddis não conhece. Mas, graças à publicação do valioso Projeto Histórico Internacional da Guerra Fria, pelo Woodrow Wilson International Center de Washington, nem mesmo isso constitui dificuldade insuperável, como o próprio Gaddis reconhece com generosidade.
- 4 Para uma visão alternativa, ver Greg Grandin, *The Last Colonial Massacre: Latin America in the Cold War* (O último massacre colonial: a América Latina na Guerra Fria) (Chicago: University of Chicago Press, 2004).
- 5 Christopher Andrew e Vasili Mitrokhin, *The World Was Going Our Way: the KGB and the Battle for the Third World* (Nova York: Basic Books, 2005), prefácio, p.xxvi.
- 6 Christopher Marlowe, *The Jew of Malta*, ato IV, cena i.
- 7 E errado, também. Sob Margaret Thatcher a votação do Partido Conservador Britânico caiu a cada eleição que ela enfrentou, a partir de 1979. O motivo da vitória de Thatcher foi a queda ainda maior da votação dos Trabalhistas. As “massas” não aderiram a Thatcher, elas simplesmente deixaram de votar.
- 8 Aqui, como em outros pontos, o relato de Gaddis nivela modulações interessantes do registro histórico. O rompimento de Tito com Stalin foi muito mais do que uma simples revolta contra a “ortodoxia do Cominform”. O próprio Tito era muito ortodoxo, em termos ideológicos. Na verdade, ele era “mais católico que o papa”, e foi exatamente isso que Stalin usou contra ele. Ivo Banac, colega de Gaddis em Yale, escreveu um livro bem interessante sobre o assunto, *With Stalin Against Tito: Cominformist Splits in Yugoslav Communism* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1988). Curiosamente, ele não figura na bibliografia de Gaddis.
- 9 É verdade que a visão de Gorbachev do sistema soviético mudou radicalmente após 1986. Mas ele era comunista convicto, e assim permaneceu. O que mudou sua perspectiva não foram as aulas particulares de George Shultz sobre as virtudes do capitalismo (em que Shultz e, menos compreensivelmente, Gaddis parecem acreditar), mas a catástrofe de Chernobyl e seus desdobramentos.
- 10 Ver Markus Wolf, *Man Without a Face: The Autobiography of Communism's Greatest Spymaster* (Nova York: Times Books, 1997); e também Andrew e Mitrokhin, *The World Was Going Our Way*, p.489.
- 11 Um exemplo entre muitos: Moses Finley, a quem conheci em Cambridge, foi para a Grã-Bretanha em 1954, deixando a universidade Rutgers de Nova Jersey. Ele havia sido despedido pela Rutgers em dezembro de 1952 — por invocar a Quinta Emenda quando chamado a depor no Comitê da Câmara para Atividades Antiamericanas no mês de março anterior — e foi incapaz de arranjar outro emprego nos EUA. Ele se adaptou bem a Cambridge, tornou-se cidadão inglês, assumiu a cadeira de História Antiga em 1970 e morreu em 1986, como professor sir Moses Finley CBE, o mais influente especialista em

história antiga de sua época. Não creio que alguém em Cambridge tenha perguntado a Finley se ele era ou havia sido comunista.

- 12 Ver Reinhold Wagnleitner, *Coca-Colonization and the Cold War: The Cultural Mission of the United States in Austria after the Second World War* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994), p.136-39.
- 13 Para uma correção, ver Thomas Alan Schwartz, *Lyndon Johnson and Europe* (Cambridge: Harvard University Press, 2003). Esta obra importante não consta na bibliografia de Gaddis.
- 14 A literatura sobre a história cultural da Guerra Fria é inusitadamente rica. Entre as várias obras, ver Abbott Gleason, *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War* (Nova York: Oxford University Press, 1995) e Volker R. Berghahn, *America and the Intellectual Cold War in Europe* (Princeton: NJ; Princeton University Press, 2001). Lamentavelmente, Gaddis — cuja bibliografia contém dez entradas com seu próprio nome — não conseguiu lugar para nenhum desses livros.
- 15 Para uma descrição recente da trajetória daquela geração, das brigas de rua aos ministros do governo, e sua herança no intervencionismo contemporâneo realizado em nome dos ideais liberais, ver, de Paul Berman, *Power and the Idealists: Or, the passion of Joschka Fischer and its aftermath* (Brooklyn, NY: Soft Skull Press, 2005). Trata-se de uma história importante, mas *Power and the Idealists* teria sido um livro muito melhor se Berman tivesse resistido à tentação de rastrear seu fervoroso apoio ideológico à recente Guerra do Iraque até o mundo político e mental dos militantes alemães dos anos 1970. (Para um exemplo do esforço desesperado que Berman realiza para vincular os baathistas do Iraque e a Al-Qaeda, num capítulo supostamente dedicado a Joschka Fischer e à política externa alemã, ver, por exemplo, p.124-25.)
- 16 Martha Ritter, “*Echoes from the Age of Relevance*”, *Harvard Magazine*, julho-agosto 1981, p.10; citado por David L. Schalk, *War and the Ivory Tower: Algeria and Vietnam* (Lincoln: University of Nebraska Press, 2005; originalmente publicado em 1991).
- 17 A compreensão histórica insuficiente de Gaddis para a *détente* e suas origens provavelmente resulta de sua dependência, nesses assuntos, a *Power and Protest: Global Revolution and the Rise of Détente* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003); escrito por seu ex-aluno Jeremi Suri. Trata-se de um estudo estimulante e original, mas nele por vezes a interpretação global imaginativa substituiu o conhecimento local detalhado.
- 18 Para uma discussão sensata do que acontece quando uma potência proativa se oferece para “refazer o mundo alheio”, ver Ghassan Salamé, *Quand l’Amérique Refait le Monde* (Paris: Fayard, 2005), notadamente a “conclusão”, p.519-47.
- 19 *Surprise, Security, and the American Experience* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004).
- 20 Frase de David Cauter, de sua resenha de *The Cold War: A New History*, em *The Spectator*, 14 de janeiro de 2006.

***** John Lewis Gaddis, *The Cold War: A New History* (Nova York, Penguin, 2006).

*O silêncio dos inocentes: sobre a estranha morte da
América liberal*

Por que os liberais norte-americanos aceitam a catastrófica política externa do presidente Bush? Por que têm tão pouco a dizer sobre o Iraque, o Líbano ou a respeito dos recentes relatos sobre planos de ataque ao Irã? Por que a seguida ofensiva contra as liberdades civis e a lei internacional causaram tão pouca oposição e revolta entre as pessoas que costumavam se importar tanto com essas questões? Por que, em resumo, a intelligentsia liberal dos Estados Unidos nos anos recentes manteve a cabeça protegida, fora da linha de fogo?

Nem sempre foi assim. Em 26 de outubro de 1988, o *New York Times* publicou um anúncio de página inteira com propaganda do liberalismo. Intitulada “Uma Reafirmação de Princípios”, atacava abertamente o presidente Reagan por zombar da “terrível palavra que começa em L” e por tratar “liberais” e “liberalismo” como algo vergonhoso. Os princípios liberais, afirmava o texto, são “intemporais. Extremistas de direita e esquerda há muito atacam o liberalismo como seu grande inimigo. Em nosso tempo democracias liberais têm sido esmagadas por tais extremistas. Qualquer encorajamento desta tendência, em nosso próprio país, intencional ou não, faz com que sejamos compelidos a nos manifestarmos”.

O anúncio foi assinado por 63 intelectuais, escritores e empresários proeminentes, como: Daniel Bell, John Kenneth

Galbraith, Felix Rohatyn, Arthur Schlesinger Jr., Irving Howe e Eudora Welty. Esses e outros signatários — o economista Kenneth Arrow, o poeta Robert Penn Warren — eram o cerne intelectual crítico, o centro moral firme da vida pública norte-americana. Mas quem, hoje, assinaria tal protesto? O liberalismo nos Estados Unidos de hoje é a política que não ousa dizer seu nome. E quem se apresenta como “liberal intelectual” está engajado de outra forma. Como convém à nova Idade Dourada, na qual a relação entre o salário de um CEO norte-americano e o de um operário especializado é 412:1 e um Congresso corrupto está cheio de lobistas e favores, o papel de intelectual liberal foi em grande parte assumido por um grupo admirável de jornalistas investigativos de escândalos — notadamente Seymour Hersh, Michael Massing e Mark Danner, que escrevem para a *New Yorker* e o *New York Review of Books*.

O colapso da autoconfiança liberal nos EUA da atualidade pode ser explicado por vários motivos. Em parte trata-se de refluxo por conta das ilusões perdidas da geração dos anos 1960, uma rejeição das panaceias juvenis em prol da dedicação integral à acumulação material e segurança pessoal. Os signatários do anúncio do *New York Times* nasceram muitos anos antes, na maioria dos casos, com suas opiniões políticas definidas pela experiência dos anos 1930, principalmente. Seus compromissos resultaram da experiência e da adversidade, são feitos de material mais rígido. O desaparecimento do centro liberal na política norte-americana é também resultado direto da degeneração do Partido Democrata. Na política interna os liberais um dia acreditaram na necessidade de assistência social, bom governo e justiça social. Nos assuntos externos eles tinham um antigo comprometimento com as leis internacionais, negociações e a importância do exemplo moral. Hoje a disseminação do consenso do “eu primeiro” substituiu o debate público nos dois campos. E, assim como seus

equivalentes políticos, a intelligentsia crítica, antes tão proeminente na vida cultural norte-americana, silenciou.

Este processo já estava em pleno andamento antes de 11 de setembro de 2001 — pelo menos no que tange a aspectos domésticos. Bill Clinton e sua deliberada política de “triangulações” devem ter alguma responsabilidade pela deformação da política liberal. Desde então, porém, as artérias morais e intelectuais do corpo político norte-americano enrijeceram mais ainda. As principais revistas e jornais do centro liberal — por exemplo, *New Yorker*, *New Republic*, *Washington Post* e o próprio *New York Times* — tropeçaram na pressa de alinhar sua postura editorial com um presidente republicano adepto da guerra preventiva. Um conformismo medroso tomou conta da mídia de grande circulação. E os liberais intelectuais dos Estados Unidos encontraram finalmente uma nova causa.

Ou melhor, uma velha causa em roupagem nova, pois o que distinguia a visão de mundo dos defensores liberais de George Bush de seus aliados neoconservadores é que eles não viam a “Guerra contra o Terror”, ou do Iraque, ou no Líbano e eventualmente Irã como meros exercícios em série no restabelecimento do domínio marcial norte-americano. Eles as viam como escaramuças em um novo confronto global: o Bom Combate, confortavelmente comparável com a guerra de seus avós contra o fascismo e com a postura de seus pais liberais contra o comunismo internacional durante a Guerra Fria. As coisas estão claras novamente, afirmam. O mundo encontra-se ideologicamente dividido. Como antes, devemos assumir uma posição sobre a questão de nossa época. Por muito tempo sentindo nostalgia pelas verdades de um período mais simples, os intelectuais liberais de hoje descobriram finalmente um sentido da vida: eles estão em guerra contra o “islamofascismo”.

Por isso Paul Berman, colaborador frequente de *Dissent*, da *New Yorker* e de outras publicações liberais, até então mais conhecido como comentarista de temas culturais

norte-americanos, reciclou-se como especialista em fascismo islâmico (uma expressão inédita e por si reveladora), publicando um livro sobre o assunto (*Terror & Liberalism* [Terror e liberalismo], 2003), bem a tempo de pegar a Guerra do Iraque. Peter Beinart, ex-editor da *New Republic*, trilhou este caminho com *The Good Fight: Why Liberals — and only Liberals — Can Win the War on Terror and Make America Great Again* (O Bom Combate: por que os liberais — e apenas os liberais — podem vencer a Guerra contra o Terror e tornar os Estados Unidos novamente grandes) (2006), no qual se estende nas semelhanças entre a guerra contra o terror e o início da Guerra Fria que a antecedeu. Nenhum dos dois autores tinha até então a menor familiaridade com o Oriente Médio, e muito menos com as tradições waabitas e sufistas sobre as quais se pronunciavam com tanta certeza.

Mas, assim como Christopher Hitchens e outros antigos eruditos liberais de esquerda, agora súbitos especialistas em “islamofascismo”, Beinart, Berman e sua turma realmente *estão* familiarizados — e confortáveis — com uma divisão binária do mundo conforme linhas ideológicas. Um mundo assim dividido é familiar a eles desde o tempo de seus pais; em alguns casos eles chegam a revisitar seu trotskismo juvenil na busca de um padrão e referência para os antagonismos históricos mundiais. Para que a “luta” atual (vale notar o léxico leninista reciclado: conflitos, lutas, confrontos e guerras) faça sentido é preciso haver um inimigo único universal cujas ideias possamos estudar, teorizar e combater; e o novo confronto precisa ser redutível, assim como seu predecessor do século XX, a uma justaposição familiar que elimine a complexidade e a confusão exóticas: Democracia x Totalitarismo, Liberdade x Fascismo, Eles x Nós.

Sem dúvida, os defensores liberais de Bush se desapontaram com seus esforços. Todos os jornais que citei e muitos outros publicaram editoriais criticando a política de

encarceramento de Bush, o uso da tortura e acima de tudo a incompetência básica evidenciada pela guerra do presidente no Iraque. Mas aqui também a Guerra Fria oferece uma analogia reveladora. Como os admiradores ocidentais de Stalin, após as revelações de Krushev, ressentiram-se com o ditador soviético menos por seus crimes do que por desacreditar o marxismo que professavam; do mesmo modo, defensores intelectuais da Guerra do Iraque — entre eles Michael Ignatieff, Leon Wieseltier, David Remnick e outras figuras proeminentes da elite liberal norte-americana — não concentraram seus lamentos na catastrófica invasão (que todos apoiaram), e sim na incompetência da execução. Eles se irritaram com Bush por ele dar má fama à “guerra preventiva”.

Em linha similar, os arautos centristas, que no prelúdio da Guerra do Iraque bradavam com mais intensidade por sangue — os leitores devem se lembrar de que o colunista Thomas Friedman, do *New York Times*, exigiu a expulsão da França do Conselho de Segurança das Nações Unidas [literalmente, para fora da ilha — *off the island*] por sua presunção de se opor à iniciativa guerreira norte-americana —, são hoje os mais confiantes quando afirmam seu monopólio da sabedoria em relação aos assuntos mundiais. Por isso o mesmo Friedman agora (em 16 de agosto de 2006) ataca os “ativistas antiguerra que não pensaram nada a respeito da luta maior em que estamos envolvidos”. Com certeza os textos portentosos de Friedman, ganhador do prêmio Pulitzer, percorrem sempre um caminho previamente testado de aceitação política mediana. Exatamente por esta razão eles constituem um guia seguro para o humor da intelectualidade dominante nos Estados Unidos.

Friedman é acompanhado por Beinart, que confessa não ter “percebido” (!) como ações de norte-americanos podiam ser perniciosas para “a luta”, e mesmo assim insiste que qualquer pessoa que não se oponha ao “jihad global” não é

um defensor coerente dos valores liberais. Jacob Weisberg, no *Financial Times*, acusa os democratas críticos da Guerra do Iraque por deixarem de “levar a sério a batalha global maior contra o fanatismo islâmico.” As únicas pessoas qualificadas a falar sobre o assunto, ao que parece, são aquelas que se equivocaram no início. Tamanha despreocupação, apesar de — na verdade, *por causa de* — erros passados, faz lembrar um comentário do ex-stalinista francês Pierre Courtade a Edgar Morin, um dissidente comunista consagrado pelos eventos: “Você e sua gente estavam errados em estar certos; nós estávamos certos em estar errados.”

Portanto é particularmente irônico que a “geração Clinton” de intelectuais liberais norte-americanos sinta especial orgulho por sua “dureza de pensamento”, por seu sucesso em deixar de lado as ilusões e mitos da velha esquerda. Mas esses mesmos novos liberais “duros” na verdade reproduzem algumas das piores características da velha esquerda. Talvez eles se vejam do outro lado; mas eles revelam a mesma mistura de fé dogmática e provincianismo cultural, isso sem mencionar um entusiasmo exuberante pelas violentas transformações políticas, às custas de outros povos, que marcaram seus companheiros de viagem, predecessores atuantes durante a divisão ideológica da Guerra Fria. A utilidade dessas pessoas a regimes ambiciosos e radicais é amplamente conhecida. Na verdade, intelectuais áulicos do gênero foram inicialmente identificados pelo próprio Lenin, que cunhou o termo que ainda melhor os define. Hoje, os guerreiros de poltrona dos Estados Unidos são “inocentes úteis” da Guerra contra o Terror.

Para ser justo, vale lembrar que os intelectuais belicosos dos Estados Unidos não estão sós. Na Europa, Adam Michnik, herói da resistência intelectual polonesa ao comunismo, tornou-se admirador exaltado da constrangedora islamofóbica Oriana Fallaci; Václav Havel

entrou para o Comitê para o Perigo Atual, com base em Washington (organização do tempo de Guerra Fria reciclada; originalmente, ela se dedicava a desmascarar comunistas, agora quer lutar contra “a ameaça representada pelos movimentos radicais islâmicos e fascistas”); André Glucksmann, em Paris, colaborou com ensaios incisivos para o *Le Figaro*, atacando o “jihad universal”, a “avidez pelo poder” do Irã e a estratégia radical do islã, da “subversão verde”. Os três apoiaram com entusiasmo a invasão do Iraque.

No caso europeu, a tendência é um subproduto infeliz da revolução intelectual dos anos 1980, especialmente no antigo Leste comunista, onde os “direitos humanos” deslocaram as alianças políticas convencionais como base para a ação coletiva. Os ganhos obtidos com essa transformação na retórica da política oposicionista foram consideráveis. Mesmo assim, pagou-se um preço. O envolvimento com o universalismo abstrato dos “direitos” — e uma posição ética inflexível assumida contra regimes malignos, em seu nome — pode levar rapidamente ao hábito de considerar *todas* as escolhas políticas em termos morais binários. Sob esta luz, a guerra de Bush contra o Terror, Mal, Islamofascismo, parece sedutora e até familiar. Estrangeiros iludidos logo confundem a rigidez míope do presidente dos EUA com sua própria retidão moral.

No caso dos norte-americanos, os intelectuais liberais do país estão se tornando rapidamente uma classe serviçal, cujas opiniões são determinadas pelas alianças e calibradas para justificar um objetivo político. Claro, nada disso é novidade: estamos todos familiarizados com intelectuais que falam apenas em nome de seu país, classe, religião, “raça”, gênero ou “orientação sexual”, e que moldam suas opiniões conforme o que consideram ser o interesse de sua afinidade por nascimento ou predileção. Mas o traço distintivo do intelectual *liberal* das épocas passadas era precisamente a busca da universalidade; eles abriam mão

da negação provinciana ou limitada da identificação parcial pelo esforço continuado de transcender esta identificação na busca da verdade ou do interesse comum.

É portanto deprimente ler alguns dos mais conhecidos e respeitados intelectuais “liberais” dos EUA contemporâneos explorarem sua credibilidade profissional em benefício de um caso faccioso. Jean Bethke Elshtain e Michael Walzer, duas figuras sêniores da elite filosófica do país (ela na Divinity School da universidade de Chicago, ele no instituto Princeton), assinaram ensaios solenes com o objetivo de demonstrar a justiça das guerras necessárias — ela em *Just War Against Terror: The Burden of American Power in a Violent World* (2003) (Guerra justa contra o terror: o fardo do poder norte-americano num mundo violento), uma defesa prévia da Guerra do Iraque; ele, mais recentemente, numa defesa descarada dos bombardeios israelenses contra civis no Líbano (“War Fair” [Feira da Guerra], *The New Republic*, 31 de julho de 2006). Nos EUA de hoje, os neoconservadores criaram políticas bestiais para as quais o verniz ético foi fornecido pelos intelectuais liberais. Realmente, não há outras diferenças entre eles.

Um dos modos particularmente deprimentes pelos quais os intelectuais liberais abdicaram de sua responsabilidade pessoal e ética pelas ações que agora endossam pode ser visto na incapacidade de pensar independentemente sobre o Oriente Médio. Nem todo liberal que apoia a Guerra Global contra o Islamofascismo, ou contra o Terror, ou contra o Jihad Global, é um defensor ferrenho do Likud: Christopher Hitchens, por exemplo, critica Israel. Mas o notável entusiasmo com que muitos eruditos, ensaístas e analistas norte-americanos aderiram à doutrina da guerra preventiva de Bush; deixaram de censurar o uso desproporcional do poder aéreo contra alvos civis tanto no Iraque quanto no Líbano; e se calaram envergonhados perante o entusiasmo de Condoleezza Rice pelos sangrentos “trabalhos de parto de um novo Oriente Médio”, faz mais sentido quando é

lembrado seu apoio a Israel: um país que, por cinquenta anos, baseou sua estratégia nacional inteira nas guerras preventivas, retaliação desproporcional e esforços para redesenhar o mapa do Oriente Médio inteiro.

Desde sua fundação, o Estado de Israel lutou um certo número de guerras deliberadas (sendo a única exceção de fato a Guerra do Yom Kippur, em 1973). Claro, foram apresentadas ao mundo como guerras necessárias, ou de legítima defesa; mas os políticos e generais israelenses nunca tiveram ilusões a respeito. Discute-se se esta abordagem fez muito bem a Israel (para um relato sensato que descreve como estrondoso fracasso o recurso a guerras deliberadas para “redesenhar” o mapa da vizinhança, ver *Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arab Tragedy* [Cicatrizes da guerra, feridas da paz: a tragédia árabe-israelense] [2006] de Shlomo Ben-Ami, historiador e ex-ministro do Exterior de Israel). Mas a ideia de uma superpotência se comportar de modo similar — reagindo a ameaças terroristas ou incursões de guerrilheiros com a destruição de outro país apenas para preservar sua própria credibilidade intimidatória — é extremamente estranha. Uma coisa é os EUA apoiarem incondicionalmente o comportamento de Israel (contra os interesses dos dois países). Mas os EUA imitarem Israel no conjunto, importando a reação autodestrutiva e intemperada de um país minúsculo a qualquer hostilidade ou oposição, fazendo disso a base para a política externa norte-americana, é simplesmente bizarro.

A política de George W. Bush para o Oriente Médio agora acompanha tão de perto o precedente israelense que fica difícil ver a luz do dia entre elas. Este desdobramento surreal dos eventos ajuda a explicar a confusão e o silêncio do pensamento liberal norte-americano sobre o assunto. Historicamente, os liberais enxergam com antipatia as “guerras deliberadas”, quando propostas ou deflagradas por seu próprio governo. A guerra, na imaginação liberal (e não

só na liberal), é o último recurso e não a primeira opção. Mas os Estados Unidos adotaram uma política externa ao estilo de Israel, e portanto os intelectuais norte-americanos liberais a apoiam maciçamente.

As contradições a que isso pode conduzir são impressionantes. Vamos pegar um aspecto: há uma flagrante discrepância entre o proclamado desejo do presidente Bush de levar a democracia ao Oriente Médio e sua recusa em intervir quando as *únicas* instâncias operacionais das frágeis democracias existentes no mundo árabe — na Palestina e no Líbano — são sistematicamente abaladas pelo aliado israelense dos EUA. Esta discrepância, e mais a má-fé e hipocrisia que parece insinuar, tornaram-se a principal matéria-prima de páginas editoriais e blogs da internet no mundo inteiro, para o duradouro descrédito dos Estados Unidos. Mas os principais intelectuais liberais norte-americanos mantiveram silêncio. Falar significaria optar: entre a lógica tática da nova “guerra de movimento” dos Estados Unidos contra o fascismo islâmico e a tradição estratégica do Estado israelense. Não se trata de uma escolha que muitos analistas liberais norte-americanos estejam dispostos a reconhecer, e muito menos fazer. Por isso, nada declaram.

Este ponto negro obscurece e contém o risco de poluir e obliterar todas as preocupações e inibições liberais tradicionais. De que outro modo se poderia explicar a terrível ilustração da *New Republic* de 7 de agosto de 2006: um retrato lúgubre de Hassan Năsrallah, do Hezbollah, no estilo antissemita de *Der Sturmer* polvilhado de um toque generoso das caricaturas dos “japas sujos” da Segunda Guerra Mundial? De que outro modo se explicaria a defesa sinuosa, sofista, de Leon Wieseltier na mesma publicação, da morte de crianças árabes em Q’ana (“Esta não é uma época meiga”)? Mas o ponto negro não é apenas ético, é também político: se os liberais norte-americanos “não se dão conta” de como a Guerra do Iraque terá o efeito

previsível de promover o terrorismo, beneficiando os aiatolás iranianos, tornando o Iraque um novo Líbano, então não devemos esperar que eles compreendam (ou se importem) que a reação brutal e exagerada de Israel contém o risco de tornar o Líbano um novo Iraque.

Em seu novo livro (*Five Germanys I Have Known* [Cinco Alemanhas que conheci], 2006), Fritz Stern — coautor do texto de 1988 do *New York Times* em defesa do liberalismo — menciona sua preocupação com a condição do espírito liberal nos Estados Unidos da atualidade. É pela extinção deste espírito, ressalta, que a morte da república começa. Stern, historiador e refugiado da Alemanha nazista, fala com autoridade neste caso. E está indubitavelmente correto. Não esperamos que direitistas se preocupem muito com a saúde de uma república, particularmente quando estão assiduamente engajados na promoção unilateral do império. E a esquerda ideológica, embora ocasionalmente hábil em analisar os defeitos de uma república liberal, tipicamente não se interessa muito em defendê-la.

São os liberais, portanto, que contam. Eles são, digamos, os canários nas minas sulfurosas da democracia moderna. E, logo, a rapidez com que muitos dos mais proeminentes liberais norte-americanos se censuraram em nome da “Guerra contra o Terror”, o entusiasmo com que inventaram desculpas ideológicas e morais para a guerra e os crimes de guerra, oferecendo tais desculpas a seus inimigos políticos: tudo isso é péssimo sinal. Os intelectuais liberais costumam se distinguir precisamente por seus esforços para pensar com independência, sem estar a serviço de terceiros. Os intelectuais não devem teorizar com arrogância sobre a guerra interminável, e muito menos promovê-la e justificá-la confiantes. Eles devem se engajar em perturbar a paz — a deles mesmos, acima de tudo.

Este ensaio foi inicialmente encomendado por um jornal diário; mas, quando extrapolou os limites

físicos da publicação, o London Review of Books fez a gentileza de aceitá-lo, e me estimulou a levar adiante a argumentação. Quando saiu no LRB em setembro de 2006, provocou considerável animosidade: não tanto em seus alvos, mesmo que alguns tenham ficado compreensivelmente ressentidos quando foram marcados com a pecha de “inocentes úteis”, quanto pelos intelectuais de esquerda que consideraram menosprezada sua contínua oposição ao presidente Bush. Cartas a respeito saíram no London Review of Books, vol. 28, nº xxi, novembro de 2006, juntamente com uma resposta minha indicando que limitei meu discurso aos intelectuais com influência pública ou leitores significativos.

A boa sociedade: Europa x América

Considerem uma caneca de café norte-americano. Pode ser encontrada em qualquer lugar. Pode ser fabricada por qualquer um. É barata — e a reposição, gratuita. Como o café não tem quase gosto, pode ser diluído à vontade. O que lhe falta em encanto é compensado pelo tamanho. Trata-se do método mais democrático jamais inventado para introduzir cafeína em seres humanos. Agora pensem numa xícara de café expresso italiano. Exige equipamento caro. O preço pelo volume obtido é chocante, sugerindo indiferença ao consumidor e ignorância do mercado. A satisfação estética que acompanha a bebida supera em muito seu impacto metabólico. Não é uma bebida, é um artefato.

Este contraste ajuda a explicar as diferenças entre os Estados Unidos e a Europa — diferenças atualmente destacadas com crescente frequência e alguma aspereza nos dois lados do Atlântico. As críticas mútuas nos são familiares. Para os comentaristas norte-americanos, a Europa está “estagnada”. Seus trabalhadores, empregadores e regulamentos não possuem a flexibilidade e adaptabilidade de seus equivalentes norte-americanos. O custo do Estado de bem-estar social europeu e dos serviços públicos é “insustentável”. A população europeia, idosa e “mimada”, é complacente e pouco produtiva. Num mundo globalizado o “modelo social europeu” é uma miragem condenada. A conclusão é típica inclusive dos observadores “liberais” norte-americanos, que diferem dos críticos

conservadores (e neoconservadores) apenas por não sentirem prazer com isso.

Para um número crescente de europeus, contudo, são os Estados Unidos que enfrentam problemas, e o “American way of life” é insustentável. A busca norte-americana de riqueza, crescimento e abundância — como substitutos materiais para a felicidade — é esteticamente revoltante e ecologicamente catastrófica. A economia norte-americana se apoia em areia (mais precisamente, no dinheiro alheio). Para muitos norte-americanos a promessa de um futuro melhor é uma esperança agonizante. A cultura de massa contemporânea dos EUA é esquelética e vendida. Não admira que tantos norte-americanos se voltem para a religião, como consolo.

Essas percepções constituem a real disparidade atlântica, e sugerem que alguma coisa mudou. Nas últimas décadas convencionalmente assumia-se — com satisfação ou pesar — que a Europa e os Estados Unidos convergiam para um modelo único de capitalismo tardio “ocidental”, no qual os EUA, como sempre, assumiam a vanguarda. A lógica e a escala do mercado, baseado em eficiência e lucro, inelutavelmente atropelariam as variações locais e restrições culturais herdadas. A americanização (ou globalização — os dois são tratados como sinônimos) era inevitável. A melhor — na verdade, a única — esperança para produtos e práticas locais era serem engolidos no redemoinho global e refeitos para se tornarem commodities “internacionais” para consumo universal. Portanto, um produto arquetipicamente italiano — *caffè espresso* — viajaria aos EUA, onde sofreria uma metamorfose, passando de uma preferência da elite a produto popular, para ser depois reelaborado e vendido de volta aos europeus por uma rede de cafés norte-americana.

Mas algo deu errado na história. Não se trata só da inesperada resistência estrangeira que a Starbucks encontrou ao *duplo decafé moka latte* com canela (exceto,

reveladoramente, no Reino Unido), nem que europeus politicamente motivados abominem produtos norte-americanos elitistas. Está ficando claro que os Estados Unidos e a Europa não são estações na linha de produção histórica, de modo que os europeus devam herdar ou reproduzir a experiência norte-americana após um período adequado. Na verdade, são lugares muito diferentes, muito provavelmente evoluindo em sentidos divergentes. Há inclusive pessoas — entre as quais os autores dos dois livros resenhados — para quem não é a Europa, e sim os Estados Unidos que estão presos ao passado.

As peculiaridades culturais norte-americanas (como são vistas da Europa) estão bem documentadas: a religiosidade marcante do país, seu moralismo seletivo,¹ seu pendor para armas e prisões (A UE tem 87 presos por 100 mil habitantes; os EUA, 685), e a adoção da pena de morte. Como T. R. Reid coloca em *The United States of Europe* (Os Estados Unidos da Europa), “sim, os norte-americanos colocam painéis enormes com os dizeres ‘Ame seu semelhante’, mas matam e estupram seus semelhantes em níveis que chocariam qualquer nação europeia”.***** Mas são as curiosidades da economia norte-americana e seu custo social que atualmente atraem a atenção.

Os norte-americanos trabalham muito mais que os europeus: segundo a OECD, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, um funcionário norte-americano típico trabalhou 1.877 horas em 2000, comparado a 1.562 horas de seu equivalente francês. Um norte-americano em três trabalha mais de cinquenta horas semanais. Os norte-americanos tiram menos férias pagas que os europeus. Enquanto os suecos têm trinta dias de férias pagos ao ano, e os britânicos em média 23, os norte-americanos podem esperar algo entre quatro e dez dias, dependendo de onde vivem. O desemprego nos EUA é menor do que em muitos países europeus (como os norte-

americanos desempregados perdem logo seus direitos aos benefícios para desempregados e são retirados dos registros, esta estatística pode ser enganosa). Os Estados Unidos, ao que parece, são melhores para criar empregos que a Europa. Portanto, mais norte-americanos adultos estão trabalhando, e trabalham mais do que os europeus. O que conseguem com seu esforço?

Não muito, a não ser que estejam bem de vida. Os EUA são um lugar excelente para enriquecer. Nos anos 1980, o executivo-chefe típico norte-americano recebia quarenta vezes mais que o operário manufatureiro típico. Para a faixa mais alta dos CEOs norte-americanos a proporção de agora é 475:1, e seria muito maior se todos os ganhos, e não somente a renda, fossem levados em conta. Como comparação, a proporção na Grã-Bretanha é 24:1; na França, 15:1; e na Suécia, 13:1.² Uma minoria privilegiada tem acesso ao melhor tratamento médico do mundo. Mas 45 milhões de norte-americanos não têm nenhum seguro de saúde (dos países desenvolvidos, somente os EUA e a África do Sul não oferecem cobertura média universal). Segundo a Organização Mundial da Saúde, os Estados Unidos são os primeiros em gastos per capita com saúde — e estão em 37º na qualidade do serviço.

Como consequência, os norte-americanos têm vida mais curta que os europeus ocidentais. A probabilidade de seus filhos morrerem na infância é maior: os Estados Unidos ocupam a 26º posição no ranking dos países industriais em termos de mortalidade infantil, com uma taxa duas vezes maior do que a da Suécia, maior do que a da Eslovênia e só um pouco à frente da Lituânia — e isso ocorre apesar do gasto de 15% do PIB dos EUA em “saúde” (em boa parte sugados pelos custos administrativos de redes privadas voltadas ao lucro). A Suécia, em contraste, destina apenas 8% de seu PIB à saúde. O quadro é similar em matéria de educação. No conjunto, os EUA gastam muito mais em

educação do que as nações da Europa Ocidental; possui sem dúvida os melhores centros universitários de pesquisa do mundo. Contudo, um estudo recente sugere que cada dólar investido pelos Estados Unidos em educação obtém resultados piores do que em qualquer outra nação industrializada. Os alunos norte-americanos seguidamente perdem em desempenho para seus equivalentes europeus tanto em língua quanto em matemática.³

Muito bem, pode-se concluir. Os europeus são melhores — e mais justos — na distribuição dos benefícios sociais. Não chega a ser novidade. Mas não pode haver bens e serviços sem geração de riqueza, e certamente o capitalismo norte-americano é bom nisso, e se há um ponto no qual os europeus autoindulgentes e voltados ao lazer precisam melhorar é a geração dinâmica de riquezas. Mas isso deixou de ser tão óbvio atualmente. Os europeus trabalham menos: mas, quando trabalham, parecem usar melhor seu tempo. Em 1970 a produtividade (PIB/h) nos países da atual União Europeia era 35% mais baixa do que nos EUA; hoje, a diferença é inferior a 7% e continua diminuindo rapidamente. A produtividade por hora trabalhada na Itália, Áustria e Dinamarca é similar à dos Estados Unidos; mas os EUA são hora superados neste indicador importante por países como Irlanda, Holanda, Noruega, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha e... França.⁴

As vantagens históricas em salários e produtividade — as dádivas de localização, porte e história — parecem diminuir, provocando consequências consideráveis para o domínio norte-americano do cenário econômico internacional. A moderna economia norte-americana não está apenas enroscada com banqueiros internacionais, com uma dívida externa de US\$3,3 trilhões (28% do PIB); ela está cada vez mais em mãos estrangeiras. No ano 2000, os investimentos diretos europeus nos EUA superaram o investimento norte-americano na Europa em quase 40%. Entre as dezenas de

companhias e produtos emblemáticos dos Estados Unidos hoje em mãos dos europeus estão empresas como Brooks Brothers, DKNY, Random House, cigarros Kent, sabonete Dove, Chrysler, Bird's Eye, Pennzoil, Baskin-Robbins e os Los Angeles Dodgers.

Os europeus parecem melhores inclusive na geração de pequenas e médias empresas. Há mais empresas pequenas na UE do que nos Estados Unidos, e elas geram mais emprego (65% dos empregos europeus em 2002 estavam nas firmas pequenas e médias, comparados com apenas 46% nos EUA). E elas cuidam bem melhor de seus empregados. A Carta de Direitos Fundamentais da UE promete o “direito à licença paternidade após o nascimento ou adoção de um filho”, e todos os países da Europa Ocidental pagam salário durante a licença. Na Suécia as mulheres tem 64 semanas de licença, com 2/3 do salário. Até Portugal garante uma licença maternidade de três meses, com 100% do salário. O governo federal norte-americano não garante nada. Nas palavras de Valgard Haugland, ministro para assuntos de criança e de família da Noruega, democrata-cristão: “Os norte-americanos gostam de falar em valores familiares. Decidimos ir além da conversa; usamos os impostos arrecadados para pagar os valores familiares.”

Assim, apesar dos tão lamentados impedimentos burocráticos e fiscais para o desenvolvimento, os europeus parecem se sair bem, de algum modo.⁵ E, claro, o Estado de bem-estar social não é apenas um valor em si. Nas palavras do economista Nicholas Barr, da London School of Economics, é “uma ferramenta de eficiência contra o fracasso do mercado”:⁶ uma barreira prudente contra os riscos sociais e políticos da excessiva desigualdade. Foi Winston Churchill quem declarou, em março de 1943, que “não há melhor investimento para qualquer comunidade do que dar leite aos bebês”. Para os autoungidos discípulos dos

Estados Unidos contemporâneos, porém, isso fede a “assistencialismo”. Nos EUA de hoje o 1% da população mais rica detém 38% dos bens, e está providenciando uma redistribuição em que receberá ainda mais vantagens. Enquanto isso, um entre cinco adultos norte-americanos vive na pobreza — em comparação com um em cada 15, na Itália.⁷ Nem há como reduzir mais os benefícios. Para muitos estrangeiros trata-se de uma visão revoltante: o “American way of life” está em liquidação. Como modelo econômico, não há como imitar os EUA.⁸ Como modelo social ele oferece poucas características redentoras. Faz lembrar as reflexões mordazes de Oliver Goldsmith sobre uma era anterior de cobiça privada e indiferença pública:

*Ill fares the land, to hast'ning ills a prey,
Where wealth accumulates, and men decay.*^{9*****}

Eis aí o argumento desenvolvido por Jeremy Rifkin e T. R. Reid. Rifkin é o mais ambicioso dos dois, chega a exagerar: seu livro, *The European Dream*, está repleto de esforços para resumir tudo, da história da igreja à filosofia do Iluminismo, sempre com a finalidade de demonstrar que os Estados Unidos, individualistas, estão presos numa deformação do tempo, e que a Europa baseada na cooperação representa o futuro.***** Creio que ele está fundamentalmente certo, mas a ideia sofre com resumos insípidos em “Nascimento da Burguesia” ou “Ascensão do Estado-nação”, bem como com o reducionismo crasso na análise do materialismo norte-americano, e uma miscelânea de alusões infelizes à teoria do caos, “Grande Corrente do Ser [escala natural]”, Hobbes, Descartes, Hegel e os Enclosure Acts.*****

The European Dream não é um livro ruim, como alguns resenhistas sugeriram, e o autor tem algo importante a dizer. Sobre os Estados Unidos contemporâneos, Rifkin

escreve: “Tendo apenas o fervor religioso para nos apoiar, tornamo-nos um ‘povo escolhido’ sem narrativa — tornando assim os Estados Unidos num lugar potencialmente mais perigoso e solitário para se viver.” Mas o livro sairia bem melhor se Rifkin se restringisse ao que sabe, sem tentar dizer algo “importante”.

T. R. Reid é jornalista, e seu relato sobre a superioridade europeia, que cobre praticamente o mesmo território de Rifkin, é mais curto, incisivo e acessível, além de menos pretensioso. Apresenta perfis interessantes: notadamente de norte-americanos ingênuos — Jack Welch, George W. Bush (e mais recentemente, Bill Gates) — apanhados no admirável mundo novo de regulamentos europeus que não podem compreender nem ignorar. E Reid, como Rifkin, demonstra eficientemente por que a União Europeia, com seus poderes reguladores, sua riqueza e seu exemplo institucional, é um lugar que os norte-americanos precisarão levar extremamente a sério nas próximas décadas.

Embora esses livros sejam relevantes ao momento atual, nenhum dos dois autores diz alguma coisa realmente nova. Sua lista de características negativas dos Estados Unidos é familiar aos europeus — em 1956 Jimmy Porter, em *Look Back in Anger* (Olhando para trás com raiva, ou *Odeio Essa Mulher* na versão brasileira do filme baseado na peça), de John Osborne, observou sarcasticamente que “é pavoroso viver na era norte-americana — a não ser, claro, que você seja norte-americano”, e de um modo ou de outro, a ideia ecoou por décadas, até o presente. Contudo, apenas por haver algo profundamente errado nos Estados Unidos de hoje, e algo não menos atraente intuitivamente no compacto social europeu, isso não nos dá licença para criar contos de fadas.

Qualquer pessoa, ao procurar nesses livros um relato das origens da UE, vai se perder completamente. Reid e Rifkin tropeçam ao louvar os pioneiros e fundadores da Europa por sua visão e sabedoria ao guiar o continente a sua posição

atual de destaque. Segundo Reid, “nos anos seguintes à Declaração Schuman, o Movimento Europeu tomou o continente de assalto”. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi um “sucesso econômico estrondoso”. Rifkin vai além: a Europa, diz, é “um gigantesco laboratório experimental irrestrito para repensar a condição humana...”(!).

Essas alegações são absurdas.¹⁰ A União Europeia é o que é: produto largamente involuntário de décadas de negociações por parte de políticos da Europa Ocidental que buscavam atender e promover seus interesses nacionais e setoriais. Aí está parte do problema: trata-se de um compromisso em escala continental, elaborado por centenas de comitês, literalmente. Na verdade, isso torna a UE mais interessante e em certos aspectos mais impressionante do que se ela fosse a encarnação de um projeto utópico incontroverso. Na mesma linha, parece tolice escrever, como faz Rifkin, sobre a feiura dos “conjuntos habitacionais em série” nos Estados Unidos, como se fossem mais um sintoma da mediocridade norte-americana, sem apontar os pavorosos cenários europeus. Eis um homem que jamais se deteve na incivilidade urbana de Sarcelles, uma cidade-dormitório do pós-guerra ao norte de Paris; alguém que esmoreceu um pouco em Milton Keynes; que evitou os subúrbios da moderna Milão; Reid tem razão ao insistir que a Europa tem as melhores estradas, os trens mais rápidos, as passagens aéreas mais baratas. E, sim, a UE está chegando cada vez mais perto, como Rifkin nota, “de sentir o pulso das mudanças que estão transformando o mundo numa sociedade globalizada”. Mas não é perfeita, de modo algum.

Na verdade, a Europa enfrenta problemas reais. Mas eles não são aqueles que os críticos a favor do livre mercado norte-americano apontam com tamanha satisfação perversa. Sim, a Comissão Europeia periodicamente faz

papel de tola, querendo regulamentar o tamanho das camisinhas ou a curvatura dos pepinos. O alardeado Pacto da Estabilidade para segurar os gastos e as dívidas dos países se rompeu de maneira áspera, embora sem danos discerníveis para o euro que procurava proteger. As pensões e outros benefícios sociais sofrerão com uma séria falta de fundos nas próximas décadas, a não ser que os europeus tenham mais filhos, recebam mais imigrantes e trabalhem mais alguns anos antes da aposentadoria, recebam auxílio menor no desemprego e facilitem a contratação de jovens pelas empresas. Mas esses problemas não são falhas estruturais profundas no modo europeu de vida: constituem escolhas públicas difíceis, com consequências políticas. Nenhuma delas implica desmantelar o Estado de bem-estar social.¹¹

Os verdadeiros dilemas europeus se encontram em outro lugar. Na Holanda, em Paris, em Antuérpia e em outras cidades, o antagonismo e a incompreensão entre a população original local e a minoria muçulmana em rápida expansão (um milhão na Holanda, mais de 5 milhões na França, cerca de 13 milhões na UE até o momento) já passou das pichações e zonas proibidas para incêndios criminosos, agressões e assassinatos. Turcos, marroquinos, tunisianos, argelinos e outros têm entrado na Europa Ocidental desde 1960. Assistimos agora à emergência da terceira geração: em grande parte desempregada, irada, alienada e cada vez mais aberta ao apelo comunitário radical do islã.¹²

Por quase quatro décadas os principais políticos europeus fizeram vistas grossas a tudo isso: ao impacto da segregação habitacional de fato; às comunidades isoladas, sem integração; à onda de ascensão do voto branco ressentido, temeroso, convencidos de que “o barco está lotado”. Foi preciso Jean-Marie Le Pen, o político holandês assassinado Pim Fortuyn e uma leva de partidos

demagógicos anti-imigrantes, da Noruega à Itália, para acordar a Europa para esta crise — e são de péssimo augúrio as reações de todos, de Tony Blair a Valéry Giscard d’Estaing, que gritaram “Ataque!” e ergueram a ponte levadiça.

Outro problema enfrentado pela Europa, e os dois estão obviamente ligados, é a pressão pelas bordas. A União Europeia é quase atraente demais para seu próprio bem — em contraste com os Estados Unidos, que são amplamente hostilizados pelo que *fazem*, o apelo da UE deriva do que ela é. Refugiados e imigrantes ilegais de metade da África periodicamente se afogam em seus esforços desesperados para cruzar o estreito de Gibraltar ou chegar às praias das ilhas setentrionais italianas — e, quando chegam em segurança, podem ser devolvidos. A Turquia vinha tentando havia quase quarenta anos a admissão ao clube europeu, quando sua solicitação foi (relutantemente) aceita no mês passado. A maior esperança da Ucrânia para um futuro democrático estável encontra-se no seio da Europa — ou pelo menos na perspectiva de um dia ser admitida, o que fortaleceria imensamente a cartada de Viktor Yushchenko e seus correligionários na sequência de sua recente vitória. O mesmo vale para os estados remanescentes da antiga Iugoslávia, claro. Mas enquanto Bruxelas tem plena consciência dos riscos decorrentes de ignorar a África ou deixar a Ucrânia e a Bósnia se deteriorarem à sua porta — e mais ainda de atirar 70 milhões de muçulmanos turcos nos braços do islamismo radical —, os líderes europeus sentem um incômodo profundo com a perspectiva (e o custo) de levar a UE aos limites da Ásia.

Estes são os verdadeiros desafios da Europa. A UE, como Reid e Rifkin sugerem, pode ser um modelo brilhante de cooperação, justiça e harmonia entre nações.¹³ Mas não será fácil para ela integrar suas minorias étnicas e religiosas, regulamentar a imigração ou admitir a Turquia

em termos viáveis.¹⁴ Se não souber administrar a crise permanente em suas fronteiras ao sul e a leste, a Europa enfrentará dificuldades extremamente sérias. E é por isso, e não por conta de inveja crescente ou antiamericanismo atávico, que muitos líderes europeus estão furiosos com o presidente George Bush.

Para o governo Bush o “islã” é uma abstração, um objeto politicamente útil no que os dirigentes de Washington chamam de Guerra Global contra o Terror. Para os EUA o Oriente Médio é uma terra distante, um lugar conveniente para exportar os problemas norte-americanos, de modo que não seja preciso lidar com eles em “casa”. Mas o Oriente Médio é o “quintal” da Europa, além de um parceiro comercial importante. De Tânger a Tabriz, a Europa está cercada pelo “Oriente Médio”. Um número crescente de europeus vem do Oriente Médio. Quando a UE começar a discutir o ingresso da Turquia, estará antecipando sua própria inserção no Oriente Médio. A estratégia norte-americana de confronto global com o islã não é uma opção para a Europa. É uma catástrofe.

TIMOTHY GARTON ASH PROVAVELMENTE discordaria de grande parte da análise anterior. Em seu atraente novo livro, ele vai mais longe que Rifkin e Reid em determinados aspectos.***** Como cidadãos internacionais, ele ressalta, os Estados Unidos são irresponsavelmente delinquentes. A UE investiu US\$36,5 bilhões em ajuda ao desenvolvimento, em 2003. Os EUA aplicaram menos de 1/3 deste valor — e grande parte da ajuda estrangeira foi para Israel, ou dependia de contrapartidas: quase 80% de toda a “ajuda ao desenvolvimento” norte-americana obrigam os beneficiados a usar o dinheiro em bens e serviços norte-americanos. Só no Iraque os EUA gastaram oito vezes o valor usado em ajuda a todos os outros países. Os EUA são o país mais sovina de todos os países ricos do comitê de assistência ao

desenvolvimento do OECD. Os europeus são de longe os mais generosos.

E tem mais. Os EUA abrigam apenas 5% da população mundial (e cada vez menos), mas são responsáveis por 25% da emissão anual dos gases vinculados ao efeito estufa. A cada ano a atmosfera precisa absorver 20 toneladas métricas de dióxido de carbono para cada indivíduo norte-americano; o valor cai para 9 toneladas, no caso dos europeus. A porcentagem norte-americana continua a crescer, enquanto o governo Bush impede qualquer ação internacional relacionada à poluição e ao aquecimento global. As *verdadeiras* armas de destruição em massa, na opinião de Garton Ash, são a pobreza mundial e a incipiente catástrofe ambiental. Sobre essas genuínas ameaças a nossa civilização, a União Europeia apresenta um desempenho admiravelmente superior. Os políticos norte-americanos contemporâneos, os “*terribles simplificateurs*” que deitam falatório vazio sobre Marte e Vênus ou Civilizações em Choque atraem o desprezo irônico de Garton Ash. Mas sobre a indiferença negligente do atual ocupante da Casa Branca ele é implacável: “Foi dito da Roma antiga que o imperador Nero tocou lira enquanto a cidade queimava. Na nova Roma, o presidente toca enquanto o mundo queima.”

Mesmo assim, *Free World* não é absolutamente apenas mais uma acusação contra os Estados Unidos. Timothy Garton Ash conhece a Europa — ou melhor, ele conhece as muitas Europas diferentes, a variável geometria das disputas, interesses e alianças que limitam a capacidade da UE de marcar presença no cenário político mundial. Ele compartilha a disseminada suspeita inglesa sobre a má-fé francesa. E ele equilibra seus comentários sobre os EUA com críticas precisas ao Fundo Agrícola Comum — ressaltando que, enquanto a UE doou, em 2000, US\$8 por pessoa à África subsaariana, destinava US\$913 em subsídios a cada vaca da Europa.

Apesar de tudo, Garton Ash mostra-se bem otimista tanto a respeito da Europa *quanto* dos Estados Unidos. Mais surpreendente, ele é otimista — chega a ser um tanto irônico — com referência ao futuro da aliança ocidental. Em parte, com certeza, isso se deve ao que ele vê como uma necessidade urgente: o Ocidente precisa parar de brigar e encontrar um jeito de trabalhar em conjunto pelo bem comum, pois em vinte anos a China (e depois a Índia) se tornará uma grande potência, fazendo com que as pequenas diferenças narcísicas entre a Europa e os Estados Unidos se percam de vista: “Em uma perspectiva histórica ampla, esta talvez seja nossa derradeira chance de definir a agenda política mundial.”

Esta agenda, no relato de Garton Ash, implica deixar de lado disputas recentes e “reinventar” o Ocidente do pós-guerra como exemplo e paladino da libertação: libertação da escassez, libertação do medo, libertação da opressão humana e ecológica (o capítulo sobre pobreza mundial e risco ambiental recebeu o título revelador de “Os Novos Exércitos Vermelhos”). Os ecos da era Roosevelt não são coincidência — Garton Ash tem em mente uma nova Aliança Atlântica, e não é por acaso que Winston Churchill ocupa uma posição importante neste argumento. Trata-se de um livro bem britânico. A escolha entre Europa e Estados Unidos é apresentada como sendo melhor compreendida pelos britânicos do que por todos os outros (pois eles vivem isso há sessenta anos); a reconciliação atlântica é portanto algo que Londres — desconfortavelmente pendurada na borda da Europa continental, com um olho sempre fixo em Washington — está em posição privilegiada para fazer acontecer.

Mas a Grã-Bretanha seria realmente um “sismógrafo” ou “termômetro” das relações entre a Europa e os Estados Unidos, como diz Garton Ash? É verdade que o Reino Unido de hoje consegue ser participante da União Europeia e manifestar alguns dos aspectos mais deprimentes da

cultura consumista norte-americana, mas duvido que Garton Ash tivesse isso em mente. Ele dá a impressão, no caso, de ver Londres no papel de abrandar os estragos causados pelo unilateralismo norte-americano por um lado, e pelo “eurogaulismo” do outro (“a versão de Chirac do eurogaulismo leva a lugar nenhum”). Um “euroatlanticismo” é seu ideal, encarnado por Tony Blair: “Tony Blair captou e articulou o interesse nacional, o papel e a oportunidade britânica melhor do que qualquer de seus antecessores.” Claro, Garton Ash dificilmente poderia negar que Blair até agora esquivou-se do desafio de fazer com que o cético público britânico aceitasse a Constituição Europeia. E não creio que ele alimente qualquer ilusão a respeito do “relacionamento especial”. Contudo, ele insiste que a Grã-Bretanha desempenha o papel vital de servir de ponte sobre o Atlântico.

Considero isso uma pretensão muito estranha. Tony Blair é um tático político que faz um bico lucrativo como moralista de encomenda.¹⁵ Mas suas aventuras internacionais, em especial a invasão do Iraque, afastaram o Reino Unido de muitos países-membros da UE, sem ampliar a influência sobre Washington, onde as visitas do primeiro-ministro britânico foram experiências de futilidade e humilhação. Bem, em certos aspectos o Reino Unido de hoje tem afinidades reais com os Estados Unidos: a pobreza relativa na Grã-Bretanha e a diferença de renda entre ricos e pobres cresce continuamente desde os anos 1970, e está mais perto da situação norte-americana do que qualquer outro lugar da Europa Ocidental. A produtividade por hora britânica está bem abaixo das taxas da Europa Ocidental. Contudo, o Novo Trabalhismo pretendia combinar o melhor do modelo social europeu com o empresarial norte-americano: o próprio Garton Ash reconhece que isso não foi conseguido.¹⁶

Free World minimiza o desafio enfrentado pelos britânicos — e outros europeus — de levar os EUA novamente a aderir a um projeto internacional comum, além da Guerra Global Contra o Terror. Timothy Garton Ash tem razão ao insistir que há mais nos Estados Unidos do que neoconservadores e republicanos ignorantes, e que seu predomínio atual passará. Mas seu livro trata do aqui e agora. Portanto, não podemos ignorar que os responsáveis pela formulação da política de Washington não estão interessados na leitura da “Declaração de Independência” de Timothy Garton Ash. A última coisa que desejam é alguma “iniciativa comum” no Oriente Médio. E não poderiam se importar menos com os “Novos Exércitos Vermelhos”. Conforme seu próprio interesse, os “Estados Unidos deveriam desejar que a Europa servisse como freio e contrapeso para sua condição de superpotência solitária”. Eis um bom conselho. Mas alguém está ouvindo?

Institutos conservadores de Washington fazem pressão política contra a consolidação internacional da presença europeia, qualquer que seja ela. Nas palavras de David Frum, pesquisador do American Enterprise Institute e ex-redator de discursos de Bush, ela “levanta questões estratégicas importantes” (isto é, não gostamos disso).¹⁷ Condoleezza Rice foi fartamente citada em 2003, ao dizer que os Estados Unidos pretendiam “perdoar a Rússia, ignorar a Alemanha e punir a França”. Segundo os autores de um relatório do grupo de pesquisa Atlantic Council, o governo Bush considera a Europa em “período probatório”, com sua posição futura perante Washington dependendo de uma melhoria do comportamento.¹⁸ Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, vozes influentes sugerem que uma Europa unida seria ameaça aos interesses norte-americanos, e que os EUA deveriam bloquear sua consolidação.

Ademais, os valores europeu-americanos compartilhados nos quais os argumentos de Timothy Garton Ash se baseiam talvez não sejam tão comuns quanto ele sugere. Os Estados Unidos têm realmente muitos pontos em comum com outros países, mas nenhum deles se situa na Europa: religiosidade predominante, destaque para Deus nas questões públicas, desconfiança em relação a dissidentes, medo da influência estrangeira, desconhecimento dos países estrangeiros e confiança na capacidade militar. Quando o tratado internacional para banir minas terrestres foi aprovado pela ONU em 1997, por 142 votos a zero, os EUA se abstiveram; em companhia da Rússia e um punhado de outros países, ainda não o ratificamos. Os EUA são uma das duas nações (a outra é a Somália) que ainda não ratificaram a Convenção dos Direitos da Criança de 1989. Nossa oposição à Convenção de Armas Biológicas internacional é compartilhada por China, Rússia, Índia, Paquistão, Cuba e Irã.

A abolição da pena de morte é uma das condições para a participação da UE, enquanto os EUA atualmente executam prisioneiros em escala comparável somente à da China, Irã, Arábia Saudita e Congo. A oposição norte-americana a uma Corte Criminal Internacional já recebeu apoio na ONU e em outras instituições, do Irã, Iraque, Paquistão, Indonésia, Israel e Egito. A doutrina norte-americana de “guerra preventiva” encontrou sua contrapartida fraternal na defesa moscovita da “contrarrevolução preventiva”.¹⁹ E, quanto às Nações Unidas propriamente ditas, a joia da coroa dos organismos internacionais, fundada após a Segunda Guerra Mundial pela geração anterior de líderes norte-americanos: na data em que escrevo (2005), uma campanha vil e estrondosa está sendo montada em Washington para derrubar Kofi Annan, o secretário-geral da ONU, e enfraquecer a instituição.

Sendo assim, o que a Europa pode fazer? Em primeiro lugar, resistir à tentação de enxergar as tensões presentes como algo positivo. É inútil negar sua existência. Em épocas passadas o papel de “outro” da Europa — vizinhos em relação aos quais os europeus afirmavam sua identidade própria — foi ocupado alternadamente pela Turquia e pela Rússia; hoje o papel vem sendo preenchido pelos Estados Unidos. Mas, como Garton Ash, eu creio que seria equivocado seguir o conselho de Jürgen Habermas e tentar construir a unidade europeia em torno das “diferenças transatlânticas de valores”. Os europeus certamente precisam definir um objetivo e definir seu papel comum, mas há meios melhores de fazer isso.

Um deles seria prosseguir na ratificação da proposta de constituição comum, ou de um substitutivo viável. Este documento provoca paranoia e ansiedade em Washington (e em Londres); mas na verdade é bem inerte e anódino. Consiste na sua maior parte em roteiros para o processo de tomada de decisão num organismo colossal com mais de 25 Estados soberanos diferentes. A constituição também reforça o papel das cortes europeias e amplia a competência da UE em termos da legislação criminal e policiamento (um objetivo totalmente louvável para quem pretende combater seriamente os terroristas). Todavia, no restante ela apenas dá substância e viabilidade à alegação da UE de “coordenar as políticas econômica e de emprego dos países membros”. Não é um documento muito inspirador — seu principal redator inicial, Valéry Giscard d’Estaing, não é nenhum Thomas Jefferson — mas na prática trará muitos benefícios concretos.

Acima de tudo permitiria que a Europa seguisse aplicando sua força internacional, apesar da obstrução norteamericana²⁰ e dos esforços do governo Bush para isolar ou pressionar individualmente países membros da UE, pois esta hoje não é apenas um projeto interessante de

governança de vários países sem as desvantagens da soberania supranacional. O mal que a Europa sofreu no século XX — invasão, ocupação, guerra civil, anarquia, massacres, genocídios e o mergulho na barbárie — não encontra paralelo em lugar algum. Os riscos inerentes a uma “guerra deliberada” (Iraque) ou o abandono dos organismos internacionais em prol de iniciativas unilaterais, ou da confiança excessiva no poder militar, são portanto mais claros aos europeus do que à maioria dos povos: “Os europeus querem assegurar que não haja aventuras no futuro. Já as viveram em excesso.”²¹ Os Estados Unidos, em contraste, não experimentaram de forma direta o pior do século XX — estão, assim, lamentavelmente imunes a suas lições.

O patriotismo beligerante ao estilo norte-americano, como Garton Ash nota, é raro na Europa contemporânea. Sua aversão à belicosidade vai muito além do pacifismo tradicional: os europeus não querem mais nem *pensar* as relações internacionais em termos marciais. Mas, apesar dos críticos norte-americanos, isso torna os europeus e seu modelo mais eficiente, e não menos, quando se trata de lidar com crises internacionais. Os EUA ainda são bons na velha arte de guerrear. Mas ir à guerra é uma exceção nas questões internacionais modernas. O desafio real está em prevenir a guerra, obter a paz — e mantê-la. E nisso a Europa vem se aprimorando cada vez mais.

Os países da UE já fornecem a maior parte do policiamento internacional e das forças de paz. Os europeus possuem uma capacidade militar real, mesmo limitada — embora precisem dedicar mais recursos à planejada “euroforça” de 60 mil homens, se a quiserem operacional. As melhores tropas europeias — por exemplo, o exército britânico — foram treinadas durante várias décadas para trabalhar com populações em ocupação ou em guerra, uma capacidade impressionantemente alheia às forças armadas

dos EUA. Demorará um longo tempo até que a UE desenvolva e implemente uma política externa comum — embora a nova constituição possa facilitar isso, a partir da nomeação de um ministro do Exterior europeu autorizado a falar em nome de toda a União. Mas, quando finalmente falar com uma única voz nas questões internacionais, a UE terá muito poder.

O motivo para isso não é que a UE seja grande ou rica — embora seja as duas coisas. Os EUA são maior e mais ricos. E um dia a China será maior e mais rica. A Europa contará por causa do modelo de fronteiras penetráveis conforme o qual a Europa contemporânea vem sendo construída. A “globalização” não é prioritariamente questão de comércio ou comunicação, de monopólios econômicos ou mesmo imperial. Se fosse, dificilmente apresentaria novidades: esses aspectos da vida já estavam “globalizados” há um século.²² A globalização diz respeito ao desaparecimento de fronteiras — barreiras culturais e econômicas, fronteiras físicas e linguísticas — e ao desafio de organizar nosso mundo em sua ausência. Nas palavras de Jean-Marie Guéhenno, o diretor das operações de paz da ONU: “Tendo perdido o conforto das fronteiras geográficas, devemos de fato redescobrir o que cria os vínculos entre seres humanos capazes de constituírem uma comunidade.”²³

Para sua própria surpresa e ocasional consternação, os europeus começaram a fazer isso: criar um vínculo entre seres humanos que transcende as antigas fronteiras, e a fazer dessas novas formas institucionais algo que é realmente uma comunidade. Eles nem sempre fazem isso direito, e ainda resta uma considerável nostalgia em certos setores quanto às antigas divisões fronteiriças. Mas um pouco é melhor que nada, e nada é justamente o que restaria se os frágeis acordos, tratados, organismos, leis e instituições criados desde 1945 entrassem em decadência — ou, pior, fossem deliberadamente sabotados. Do jeito

como as coisas estão agora, eliminar fronteiras e formar uma comunidade é algo que os europeus estão fazendo melhor do que qualquer um. Os Estados Unidos, aprisionados novamente no que Tocqueville chamou de “perpétua expressão do autoaplausos”, não estão nem tentando.

Este ensaio foi o artigo culminante de uma série publicada no New York Review of Books, entre 2002 e 2006, nos quais discuti os EUA sob George W. Bush, a decadência de seu status internacional e o exemplo oposto da Europa. Pode ser interessante saber que a reação mais emotiva a este artigo veio de leitores norte-americanos ofendidos com a crítica à imagem e aos produtos da Starbucks.

NOTAS

- ¹ A rede de televisão aberta dos EUA que transmitiu recentemente uma imagem de relance da anatomia de Janet Jackson foi denunciada por atrevimento e falta de gosto; mas a avalanche de comerciais de produtos destinados a aumentar a potência masculina passou praticamente sem comentários. O seio feminino, parece, pode fazer com que o cerne moral da nação apodreça; mas o pênis disfuncional é um problema familiar sadio.
- ² Ver Robin Blackburn, *Banking on Death: Or, Investing in Life: The History and Future of Pensions* (Londres, Nova York: Verso, 2002) p.201, quadro 3.2.
- ³ Para o relatório de 2003 do PISA (Programme for International Student Assessment), publicado pela OECD em 6 de dezembro de 2004, ver www.pisa.oecd.org.
- ⁴ Ver Andrew Sharpe, Tabela 2 do Apêndice, “Output per House Levels in the OECD Countries Relative to the United States”, de 2003; Centre for the Study of Living Standards, *International Productivity Monitor* (outono de 2004), em www.csls.ca/ipm/9/sharpe-tables.pdf.
- ⁵ Nota-se, também, que o custo cada vez maior dos seguros médicos privados nos EUA lança um peso sobre as empresas norte-americanas tão grande quanto o lançado pelas taxas sociais e privilégios previdenciários sobre seus congêneres europeus — embora não forneça nenhum dos benefícios sociais resultantes.
- ⁶ Katrin Benahold, “Love of Leisure, and Europe’s Reasons”, *New York Times*, 29 de julho de 2004.

- ⁷ Segundo a definição da OECD para renda familiar, menos de 50% da renda per capita média da nação.
- ⁸ Tentador ou não, o modelo econômico norte-americano não poderá jamais ser reproduzido em outro lugar. Os norte-americanos são os últimos grandes consumidores dos bens mundiais. Mas seu deficit no orçamento nacional e nas contas externas está chegando a níveis sem precedentes. O colapso do dólar é evitado apenas pela disposição de preservá-lo no exterior: os norte-americanos atualmente gastam dinheiro alheio em produtos fabricados no exterior. Se os EUA fossem outro país, estariam hoje nas mãos implacáveis do Fundo Monetário Internacional.
- ⁹ *The Deserted Village* (1770).
- ¹⁰ Assim como é a descrição de Reid de David Beckham como “o Michael Jordan da Europa”. Beckham é um jogador de futebol famoso, com corte de cabelo de primeira e esposa célebre. Ele não teria feito o mesmo sucesso no tempo de Pelé, Johann Cruyff ou Ferenc Puskás. Sua proeminência nas páginas de esporte europeu ilustra o poder do marketing transcontinental, mas neste, como em outros aspectos, Beckham é apenas um deprimente monumento ao espírito de nossa época: na frase de Camus, ele é um “*prophète vide pour temps médiocre*”. A perfeita analogia aqui não é Michael Jordan, e sim Dennis Rodman.
- ¹¹ De qualquer maneira, o endividamento norte-americano atual é no mínimo um penhor futuro, assim como os compromissos previdenciários europeus. Os norte-americanos que apontam o dedo para o deficit europeu em pensões deveriam lembrar que, se a United Airlines, General Motors ou outra companhia quase insolvente abandonarem seus fundos de pensão deficitários, os contribuintes norte-americanos pagarão a conta.
- ¹² Para um relato embasado e mais otimista sobre o caso francês, ver Herman Lebovics, *Bringing the Empire Back Home: France in the global age* (Durham, NC: Duke University Press, 2004).
- ¹³ Talvez não tão harmônico assim: os líderes da Europa Ocidental se perguntam por que eles deveriam fazer generosas transferências orçamentárias a novos membros, como a Eslováquia, só para ver o país usar esses subsídios para manter baixos os impostos locais, e assim tirar contratos e fábricas de seus colegas ocidentais mais caros.
- ¹⁴ O dilema turco é complicado, e liberais europeus bem-intencionados podem ser encontrados dos dois lados do debate. Pra um resumo sensato e convincente do argumento usado para manter a Turquia a uma certa distância, ver a entrevista com Robert Badinter, ex-ministro da Justiça francês e eurófilo de longa data: “*L’adhésion de la Turquie serait une décision aberrante*”, em *Le Figaro*, 13 de dezembro de 2004.
- ¹⁵ Na última reunião do Partido Trabalhista, em vez de tentar defender seus motivos para a guerra contra o Iraque, Blair simplesmente informou que ele “acredita”, e que os outros devem compartilhar sua “fé”, e que, de todo modo (como Martin Luther: “Estou aqui, e não poderia agir de outro modo”), ele não pretendia sair do lugar.

- 16 Ele cita uma anedota popular: A Terceira Via de Blair prometia criar universidades norte-americanas e penitenciárias alemãs — mas o que realmente fez foram penitenciárias norte-americanas e universidades alemãs.
- 17 Frederick Studemann, “*US Conservatives Cast Wary Eye at EU Treaty*”, *Financial Times*, 5 de novembro de 2004. O novo tom de ansiedade a respeito da renascença europeia pode ser visto até nas publicações sisudas do alto debate internacional da política externa. Ver, por exemplo, Jeffrey L. Cimbalo, “*Saving NATO from Europe*”, em *Foreign Affairs*, novembro/dezembro de 2004.
- 18 Ver Bowman Cutter, Peter Rashish e Paula Stern, “*Washington Wants Economic Reform in Europe*”, *Financial Times*, 22 de novembro de 2004.
- 19 A frase foi usada por Gleb Pavloski, assessor do Kremlin, para descrever a estratégia emergente do presidente Putin para tratar da “contenção” dos desafios nas fronteiras russas. Devo a Ivan Krastev, da Universidade da Europa Central, em Budapeste, a referência, de seu ensaio “*Europe’s fatal attraction*”, ainda inédito.
- 20 Os EUA continuam a impedir os esforços europeus para chegar a um acordo nuclear com o Irã. Mesmo num assunto tão delicado, Washington se preocupa mais com os riscos de uma bem-sucedida iniciativa europeia do que com os benefícios de um entendimento regional.
- 21 Alfons Verplaetse (dirigente do Banco Nacional da Bélgica).
- 22 Sobre o assunto, ver os magistrais parágrafos de abertura do ensaio de John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace* (Nova York: Penguin, 1995).
- 23 Jean-Marie Guéhenno, *The End of the Nation-State*, trad. de Victoria Elliot (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995), p.139.
- ***** T. R. Reid, *The United States of Europe: The New Superpower and the End of American Supremacy* (Nova York: Penguin, 2004).
- ***** Vai mal a terra, sujeita a sofrimentos mil,
Onde a riqueza se acumula e o homem é vil. (N. da E.)
- ***** Jeremy Rifkin, *The European Dream: How Europe’s Vision of the Future is Quietly Eclipsing the American Dream* (Nova York: Tarcher/Penguin, 2004).
- ***** Demarcação de terras inglesas nos séculos XVIII e XIX. (N. da E.)
- ***** Timothy Garton Ash, *Free World: America, Europe and the Surprising Future of the West* (Nova York: Random House, 2004).

A questão social revisitada

Na cidadezinha de Longwy paira uma atmosfera fantasmagórica. Por muitos anos ela foi um importante centro produtor de ferro e aço na área industrial do norte da Lorena, além de bastião de orgulhosos sindicatos comunistas e socialistas. Desde 1975, porém, a indústria local, assim como a siderurgia em toda a Europa Ocidental, enfrenta dificuldades. Atualmente as siderúrgicas não existem mais, e nem seus trabalhadores, à primeira vista. Ao meio-dia de um dia útil a cidade permanece silenciosa, com lojas vazias, uns poucos bares deprimentes e uma estação de trem deserta, ocupada por um grupo de bêbados. Os antigos operários siderúrgicos, envelhecidos, gastam o tempo nos bares e cafés, ou ficam em casa vendo televisão. Suas esposas e filhas têm empregos de meio período, não sindicalizados, nas novas fábricas e escritórios erguidos fora do centro, ou nos centros comerciais instalados de maneira otimista nas interseções rodoviárias, a cerca de 30 quilômetros dali. Seus filhos não conseguem emprego algum, e circulam pelos mesmos shopping centers, parecendo simultaneamente ameaçadores e desamparados.

Cidades similares a Longwy se espalham pela Europa inteira, de Lancashire à Silésia, das montanhas das Astúrias à planície central eslovaca. O que torna o decadente centro industrial do nordeste da França diferente é a revolução política ocorrida ali. Nas eleições legislativas de 1978, quando a esquerda foi derrotada em todo o país, os

eleitores de Longwy mandaram um deputado comunista a Paris, como de costume. Vinte anos depois, nas eleições legislativas de maio de 1997, o Frente Nacional, de direita — inexistente em 1978 —, perdeu por 3 mil votos do candidato comunista local. Um pouco mais a leste, na similarmente desolada área industrial em torno de Sarrebourg, nas cidades e vilarejos próximos à fronteira alemã, a Frente Nacional saiu-se ainda melhor: seus candidatos venceram tanto comunistas quanto socialistas, garantindo mais de 22% da votação em metade dos distritos locais.

A direita neofascista, cujo programa se resume a um estridente grito de ressentimento — contra os imigrantes, desemprego, crime e insegurança, contra a “Europa” e contra “todos” os que criaram esta situação —, apresentou um desempenho ainda superior no decadente vale industrial do Loire superior, a oeste de Lyons, onde um em cada cinco eleitores a escolheu, e melhor ainda em cidades da França mediterrânea. Na grande Marselha quase um voto a cada quatro foi para a Frente Nacional. Se a França tivesse um sistema de votação proporcional, a Frente não teria um, mas 77 deputados no novo parlamento francês (dobrou seu número durante a curta vigência do sistema de representação proporcional introduzido nas eleições de 1986), e a esquerda não teria maioria parlamentar.

Todas as regiões citadas, e muitas outras onde a extrema direita é hoje o principal partido político, foram até recentemente bastiões da esquerda. A demografia dessas regiões não se alterou de modo significativo — os antigos comunistas, e não os recém-chegados, estão votando em Jean-Marie Le Pen. A comunidade desses homens e mulheres foi destruída, e eles procuram alguém para culpar e alguém para seguir. Não se trata de uma Wigan Pier, o mundo do desemprego industrial britânico retratado por George Orwell entre as duas guerras. Lá a economia decaiu, o Estado manteve apenas um compromisso mínimo, retirando-se, mas a comunidade se uniu e chegou a se

fortalecer com a crença em si e na validade de sua postura. Na França pós-industrial (e na Grã-Bretanha e outros locais), a economia seguiu em frente enquanto o Estado, até agora, ficou na retaguarda, pagando a conta; mas a comunidade entrou em colapso, e com ela se foi um século de uma cultura política que combinava orgulho pelo trabalho, interdependência social local e continuidade geracional.

É irônico, mas não ilusório, que Le Pen, a exemplo de outros demagogos europeus, receba seu apoio mais forte em distritos fronteiriços. Longwy e Sarrebourg situam-se nas proximidades das fronteiras que tendem a desaparecer, e que um dia foram muito disputadas, entre França, Bélgica, Luxemburgo e Alemanha. Na Europa atual pode-se residir em um país, fazer compras em outro, procurar emprego num terceiro. Mas a livre movimentação de pessoas, dinheiro e bens, tão importante para a tão propalada entrada da Europa numa era pós-nacional, global, não significou prosperidade para a região citada — na verdade, o efeito econômico mais saliente na localidade foi a perda de empregos no serviço aduaneiro. O debate europeu, na França e em outros países, está portanto sendo travado em termos de segurança, estabilidade e proteção, versus vulnerabilidade e mudança. Bruxelas serve de para-raios para uma ampla gama de críticas dirigidas à globalização e à hegemonia do modelo anglo-americano de Estado mínimo e lucro máximo — aquilo que os franceses chamam, nervosa e sintomaticamente, de *la pensée unique*.

De fato, o impacto da economia global sobre o modo como os europeus preferem levar suas vidas, pelo menos, tem sido exagerado. O refrão “forças do mercado global”, o mais recente armamento do arsenal teórico das forças de mudança, funciona numa série de frentes, substituindo a superada artilharia do progresso, inevitabilidade, necessidade histórica, modernização e assim por diante. Mas, como elas, promete e pressupõe demais. Vamos tomar o exemplo mais popular: quando aplicadas como parte de

uma crítica da política social europeia, presume-se que as forças do mercado global exigem que as economias da Europa Ocidental, baseadas em altos salários, sejam repensadas rapidamente, para evitar que os empregos e investimentos fujam do continente europeu, caro e protecionista em relação ao trabalho, e saiam em busca de mão de obra barata e altas taxas de crescimento em outros locais, notadamente na Ásia. Mas as taxas de crescimento entre os “tigres” asiáticos diminuíram, e compreensivelmente; como as altas taxas de crescimento dos países socialistas no pós-guerra, elas dependiam da mobilização extensiva e da exploração de recursos, humanos e naturais. Não é sustentável um ilimitado aumento crescente da mão de obra e capital local— e isso vale antes mesmo de considerarmos que essas taxas de transformação são obtidas somente por vigoroso controle e repressão, como no caso do socialismo realmente existente.

Ademais, a força específica do mercado global considerada a mais provável causa da ruína da Europa Ocidental — salários menores em outros continentes ou na Europa Oriental — não vale indefinidamente. Em janeiro de 1997 os salários na Coreia do Sul aproximavam-se de 2/3 de seus equivalentes na Alemanha. A demanda por mão de obra qualificada em países asiáticos e do Leste Europeu está elevando os salários de determinados setores a níveis iguais ou mesmo superiores aos das regiões mais pobres da União Europeia. A maioria dos investimentos estrangeiros diretos da Europa Ocidental já vai para outros países com altos salários. Dentro de poucos anos as diferenças salariais não serão um fator importante no caso da redução de custos, exceto em certas indústrias nas quais a vantagem comparativa será sempre obtida. E isso tudo ignora a grande probabilidade de que a economia asiática e de outros lugares de baixos salários deixe de ser modelo até para si próprias: as desigualdades sociais e a repressão política que acompanham a mão de obra barata e os

investimentos estáveis estarão vulneráveis a comparações com outros países e à desaprovação internacional — também forças globais atuantes.

Mesmo que as forças do mercado global funcionem como proclamado, elas não podem mudar compulsoriamente as políticas públicas europeias, pois seus dilemas não são essencialmente econômicos. Há mais de 18 milhões de pessoas oficialmente desempregadas na União Europeia. Arranjar emprego para elas é a questão social mais séria na Europa atual — e, se os empregos fossem criados por meio da significativa redução dos salários e benefícios, para melhorar a competitividade com países onde os custos são menores, os problemas reais piorariam. Dezessete por cento da população atual da UE vivem abaixo da linha de pobreza oficial (definida como renda inferior a 50% da renda média do país de residência da pessoa). Significativamente, o mais alto índice de pobreza oficial, após o de Portugal, é da Grã-Bretanha, onde 22% da população — mais de 14 milhões de pessoas — vivem abaixo da linha da pobreza; contudo, a Grã-Bretanha apresenta o melhor índice de criação de empregos na UE na última meia década.

A crise social, portanto, não diz tanto respeito ao desemprego quando aos que os franceses chamam de “excluídos”. O termo descreve pessoas que, tendo deixado a força de trabalho em período integral, ou que nunca chegaram a participar dela, são em certo sentido membros apenas parciais da comunidade nacional. Não é sua pobreza material, mas o modo como existem fora dos canais convencionais de emprego e seguro social, com poucas chances de reentrar nesses canais e se beneficiar dos vínculos sociais que os acompanham, que os distingue até dos mais pobres elementos da força de trabalho desqualificada na economia industrial. Essas pessoas — sejam mães solteiras, trabalhadores em meio período ou informais, imigrantes, adolescentes sem qualificação ou trabalhadores manuais prematura ou compulsoriamente

aposentados — não conseguem viver decentemente, participar da vida cultural da comunidade local ou nacional, nem oferecer aos filhos chances melhores do que as suas.

A vida e a condição de trabalho deles desviam a atenção a tudo que não diga respeito à sobrevivência, e essas pessoas são, ou deveriam ser, uma censura ambulante da afluência de seus compatriotas “incluídos”. Na França, onde existem 3,5 milhões de desempregados oficiais, além de 4 milhões de subempregados, cerca de 30% da população são *exclus*. Os números são significativamente mais baixos na Escandinávia, onde os sistemas de assistência social dos dias melhores continuam a existir, embora reduzidos. Sob qualquer versão atual do projeto neoliberal — cortes orçamentários, desregulamentação etc. —, o número de pessoas que vivem precariamente, de excluídos e de pobres (desproporcionalmente grande nas comunidades de imigrante recentes) tende a crescer, pois o emprego está desaparecendo precisamente nos locais, nas profissões e no nível de qualificação onde se concentra a população mais vulnerável da Europa, e a situação permanecerá assim para a próxima geração.

Em termos de política isso não é um enigma pura ou principalmente econômico. Os países ricos quase sempre encontram os recursos necessários para pagar benefícios sociais, se o desejam, mas a decisão de como fazer isso é em primeiro lugar política. Sempre houve dois mecanismos básicos para financiar esses benefícios. Um é o Estado taxar o trabalho: exigindo que trabalhadores e empregadores paguem por uma variedade de serviços sociais, inclusive seguro-desemprego para esses trabalhadores, se forem despedidos. Isso encarece a mão de obra e os produtos (pois aumenta o custo dos empresários), mas possui o apelo de uma certa equidade; funcionou direito na época das economias baseadas em altos salários e pleno emprego do pós-guerra, uma vez que alimenta o tesouro quando há poucos desempregados e pensionistas. A alternativa,

universal, cobra o custo do país inteiro, por intermédio de impostos diretos e indiretos, por serviços sociais que então ficam à disposição de quem precisa deles.

Hoje, com o desemprego alto, é tentador preferir a segunda opção, universal, uma vez que os governos buscam reduzir o custo da mão de obra para os empregadores (e se há menos gente trabalhando, há menos salários para taxar). Mas o custo político embutido na cobrança de todos os eleitores por serviços que beneficiarão apenas alguns (desempregados, idosos, doentes) pode ser alto, embora possivelmente não tão alto quanto deixar de prestar esses serviços, uma vez que os enfermos, idosos e desempregados também votam.

Há hoje uma terceira opção, uma versão que foi adotada nos Estados Unidos, e outra no Reino Unido — cortar benefícios e vincular o pagamento de seguro-desemprego e outras compensações ao histórico funcional anterior da pessoa (e de sua renda), e também à sua disposição para procurar ou aceitar empregos disponíveis. Alega-se agora que esta é a política social adequada para a economia globalizada: penaliza a relutância em aceitar um trabalho pelo salário atual, reduz custos para o empregador e limita a responsabilidade do Estado.

A terceira opção, por mais que se encaixe nas expectativas das forças do mercado global, ironicamente presume o mesmo conjunto de circunstâncias cujo desaparecimento provocou sua formulação: disponibilidade de emprego, nenhuma interrupção extensa da experiência profissional por desemprego involuntário e, acima de tudo, um salário normal alto o bastante para que o valor pago como compensação pelo eventual desemprego seja suficiente para manter a pessoa ou a família acima da linha de pobreza até surgir um trabalho adequado. Isso tudo pressupõe o tipo de trabalhador e o perfil profissional que está desaparecendo rapidamente nos exatos locais onde tais políticas estão sendo consideradas ou implantadas. O

resultado só pode ser mais pobreza, uma distância cada vez maior entre os que têm emprego fixo e os que não têm, e um número ainda maior de homens e mulheres excluídos da comunidade dos que trabalham, ganham e pagam impostos, que compreensivelmente os olhará com medo e desconfiança.*

Eles são os fracassados — defasados, sem qualificação, empregados em meio período, imigrantes, desempregados —, todos vulneráveis por causa das condições econômicas, mas acima de tudo por terem perdido as formas de afiliação institucional, apoio social e solidariedade ocupacional vinculadas ao trabalho que um dia caracterizaram o proletariado industrial explorado. São eles que estão menos preparados para se beneficiar de um valor agregado hipotético da economia globalizada, ou mesmo de uma Europa integrada: eles não podem procurar serviço em outro lugar, e mesmo que possam, não terão os benefícios sociais e psicológicos que antes acompanhavam o emprego, pois serão apenas *exclus* em outro local. O capital pode se separar de seu dono e viajar o mundo inteiro na velocidade do som ou da luz. Mas o trabalho não pode se separar de seu dono, e seu dono não é apenas trabalhador, mas membro de uma ou mais comunidades — residente, cidadão, compatriota.

Na verdade, todo trabalho é *potencialmente* móvel em termos de qualificação, espaço e tempo. Mas seria totalmente irreal esperar que as pessoas mudassem tanto sua capacitação profissional quanto seu local de residência sempre que as forças do mercado global o exigissem. E, de todo modo, a variável crucial no caso é o tempo: a transformação de uma economia pode ser um processo rápido, mas as mudanças sociais que a acompanham não podem ser implantadas na mesma velocidade. Trata-se de um hiato entre a mudança na economia e o ajuste social, um hiato que já dura meia geração e provavelmente se manterá pelos próximos anos, causando o presente dilema.

Ele se tornou, por analogia com a grande Questão Social do século XIX, um problema crítico de nosso tempo.

Na Grã-Bretanha dos séculos XVIII e início do XIX, a visível devastação causada à terra e às pessoas pelas forças econômicas desenfreadas foi notada, lamentada e combatida por poetas e radicais, de Oliver Goldsmith a William Cobbett. O problema dos excluídos — trabalhadores sem-terra, tecelões empobrecidos, pedreiros desempregados, crianças sem-teto — foi enfrentado de várias maneiras, culminando com a Nova Lei dos Pobres de 1834, que introduziu as casas de trabalho e o princípio da menor elegibilidade, pelo qual o auxílio aos desempregados e indigentes deveria ser inferior em qualidade e quantidade aos menores salários vigentes e às piores condições de trabalho, um modelo de “reforma” assistencial à qual a recente legislação do presidente Clinton deve algo, talvez involuntariamente. Os argumentos convencionais contra a intervenção estatal foram seguidamente recitados: o livre funcionamento da economia acabaria por cuidar das distorções decorrentes do cercamento da terra ou da mecanização agrícola; a regulação das horas e condições de trabalho comprometeria a competitividade das empresas; a mão de obra deveria ser livre para ir e vir, como o capital; os pobres “indignos” (os que se recusavam a trabalhar) deveriam sofrer as consequências etc.

Mas, após as tentativas de revolta nos anos 1840, os governos ingleses ajustaram a mira e iniciaram uma série de reformas baseadas em igual medida na sensibilidade ética e prudência política. Nos últimos anos do século, o Estado inglês, até então minimalista, criou limites para a carga horária nas fábricas, idade mínima para o trabalho infantil e regulamentos referentes às condições de trabalho em diversas indústrias. O voto foi concedido à maioria dos homens adultos, as organizações trabalhistas e políticas que a população trabalhadora lutara para criar foram legalizadas — de modo que, com o tempo, pararam de sabotar o

funcionamento do capitalismo e se tornaram fontes efetivas de integração social e estabilidade política. O resultado não foi planejado, mas é incontestável: o capitalismo britânico floresceu por causa dos mecanismos regulatórios, e não apesar deles.

Na Europa continental a situação evoluiu de modo um tanto distinto. Ali o impacto da mudança econômica, frequentemente vindo de fora, não foi atenuado pela legislação social gradual, pois as instituições responsáveis pelas demandas políticas ainda não haviam sido instaladas, e porque as fazendas e fábricas eram incapazes de suportar a competição estrangeira sem proteção. Em tais lugares, notadamente na França, houve uma longa temporada de expectativa em relação ao Estado, que providenciaria tudo quando o resto falhasse, uma atitude mental estimulada pelo próprio Estado. Esses momentos cruciais, quando o Estado (ou o rei) deixaram de corresponder às expectativas, são associados às grandes crises da Era das Revoluções: 1787-90, 1827-32 e 1846-50, quando a resposta para o deslocamento econômico e o protesto social através do continente tomaram a forma de uma rápida sequência de revoltas, reformas e repressões.

A Questão Social do século XIX, como descrita e interminavelmente debatida nas décadas intermediárias do século passado, era assim: como poderiam as virtudes do progresso econômico ser garantidas, no contexto da ameaça política e moral representada pelas condições da classe trabalhadora? Ou, mais cinicamente, como eliminar a inquietude social numa sociedade comprometida com os benefícios originários da lucrativa exploração de uma classe com grande número de pessoas mal pagas e existencialmente descontentes?

A resposta dos Estados europeus à problemática administração das consequências iniciais da Revolução Industrial não deve praticamente nada às teorias contemporâneas que intencionavam descrever a natureza

inevitável e estrutural das forças em conflito. O liberalismo econômico, seja como descrição do funcionamento do capitalismo, ou como prescrição de políticas econômicas, provocou um impacto pequeno no processo de tomada de decisões, ou mesmo na política social. Por isso temos hoje, ou tivemos até recentemente, uma única e original combinação estável — de economias de mercado, relações sociais e expectativas morais pré-capitalistas (notadamente nossa intuitiva aversão pelos extremos da insegurança social), e Estados intervencionistas, herdados diretamente das monarquias absolutistas e iluminadas de um passado não tão distante — que caracterizam a próspera herança ocidental.

OS CRÍTICOS DO INTERVENCIONISMO estatal de hoje apresentam duas acusações convincentes contra ele. A primeira é que a experiência de nosso século revela uma propensão e uma capacidade inimaginável em épocas anteriores para regulamentação e repressão não só das pessoas como também das instituições, das práticas sociais e da própria estrutura da vida cotidiana. Agora sabemos, e não podemos ignorar aquilo que os fabianos, os teóricos fundadores da social-democracia, os sonhadores utópicos dos sistemas sociais coletivistas, e mesmo os bem-intencionados defensores paternalistas da engenharia social não sabiam ou preferiram esquecer: que o Estado superpoderoso, sob qualquer bandeira ideológica, apresenta uma alarmante e provavelmente inevitável propensão de devorar seus próprios filhos, bem como os de seus inimigos.

A outra lição que precisamos aprender com a experiência de nossa época é que o Estado, assassino ou benevolente, é um agente econômico espantosamente ineficaz. Indústrias nacionalizadas, fazendas estatais, economias centralizadas e planejadas, comércio controlado, preços fixos, produção e comércio gerenciados pelo governo não funcionam. Não

produzem os bens, e como consequência não os distribuem adequadamente, mesmo que a promessa de um sistema de distribuição mais equitativo seja normalmente a base de seu encanto inicial.

Nenhuma dessas lições é inteiramente nova. Críticos do mercantilismo, no século XVIII, sabiam por que as economias controladas pelo Estado eram ineficientes e causadoras de sua própria ruína. Os oponentes das monarquias autocráticas, dos puritanos ingleses aos iluministas franceses e novelistas russos do século passado, todos já haviam definido os pecados e deficiências de um poder central restrito e seu efeito paralisante no potencial humano. O que o século XX nos ensina é uma versão simples e atualizada do ensinamento de Lord Acton: o poder absoluto do Estado destrói absolutamente, e um controle estatal completo da economia a distorce completamente. O desastre do fascismo, de curta duração, e a tragédia mais longa do comunismo podem ser citados como prova do processo conhecido de nossos antepassados, e do qual o sistema de Colbert e o *ancien régime* foram precursores tímidos. Hoje sabemos que uma versão determinada do liberalismo que conceda o máximo de liberdade e iniciativa em todas as esferas da existência é a única opção possível.

Mas isso é tudo que sabemos, e nem tudo deriva disso. As lições de 1989 obscurecem quase tanto quanto esclarecem, e, pior de tudo, tendem a obscurecer uma terceira lição: que já não temos mais bons motivos para supor que *qualquer* conjunto específico de regras ou princípios econômicos e políticos é universalmente aplicável, por mais virtuoso e eficiente que seja em casos individuais. Não se trata de defesa do relativismo cultural ou moral, porém não há incoerência em acreditar que um sistema de gerenciamento econômico possa funcionar num lugar e não em outro, ou reconhecer que, dentro de limites, aquilo que seria comportamento normal e esperado de um governo numa

sociedade livre possa ser compreensivelmente considerado uma interferência intolerável para outra.

Portanto, a aplicação da política econômica neoliberal nos Estados Unidos é possível, em parte, porque até mesmo alguns dos que perderiam com ela estão culturalmente predispostos a ouvir e concordar com políticos que denunciam os pecados do governo inchado. A combinação norte-americana de insegurança econômica, desigualdade social e intervenção governamental mínima ou inexistente no terreno da legislação de bem-estar social, por exemplo, seria explosiva em sociedades nas quais espera-se que o Estado participe desses assuntos e desfrute do benefício da dúvida mesmo quando parece abusar de seu poder. Assim, por razões mais históricas e culturais que econômicas, o modelo norte-americano não é exportável, e mesmo do outro lado do Atlântico causa arrepios de ansiedade e recusa em observadores estrangeiros solidários em outras questões.

O caso britânico, que apresenta algumas semelhanças com o norte-americano, está em certos aspectos mais perto da norma europeia. O *Estado* britânico nunca desempenhou um papel muito importante na vida das pessoas, pelo menos no modo como elas percebem isso; é a *sociedade* que mantém os britânicos unidos, ou pelo menos era nisso que eles acreditavam havia muito. Reforçado pelo mito e pela lembrança da unidade na época da guerra, o povo britânico nas décadas do pós-guerra mostrou-se destacadamente sensível a insinuações de que reivindicações egoístas de grupos estavam sendo favorecidas pelo Estado às custas do bem comum. De fato, Margaret Thatcher promoveu uma pequena revolução em seu país precisamente por usar o medo disseminado de que alguns setores da sociedade — os sindicatos em particular — haviam conseguido acesso ao Estado e o usavam para obter vantagens setoriais. Que ela tenha expandido o papel do Estado em outras esferas da vida — notadamente na

justiça e nos governos locais — e usado a autoridade central para beneficiar outros setores não vem ao caso. Os britânicos estavam suscetíveis à sugestão de que suas dificuldades derivavam da onipresença de um poder central ineficiente e vagamente ameaçador, embora não tivessem vontade de descartar as conquistas da legislação social administrada pelo Estado nos campos da saúde, bem-estar social e educação, como a derrota final avassaladora dos Conservadores revelou.

Mas o exemplo britânico é igualmente inaplicável ao caso da Europa continental — e não só por conta da curiosa propensão europeia de falar do neoliberalismo anglo-americano como se as experiências dos britânicos e norte-americanos fossem permutáveis. Há indubitavelmente muitos liberais e socialistas europeus que gostariam de emular Tony Blair. Mas o preço disso seria passar pela experiência de Margaret Thatcher (sem ela Tony Blair ainda seria um obscuro político trabalhista sem ideias próprias originais), e nenhum político europeu de qualquer tendência imaginaria por um instante sequer que seu país sobreviveria a isso. Não se trata apenas de Thatcher ter produzido uma taxa de desemprego de dois dígitos e destruído a base manufatureira tradicional da economia britânica, enquanto encheu por breve período os bolsos da classe média com os ganhos das privatizações: em parte isso já ocorreu na França, Bélgica, Espanha e outros países. Mas Thatcher demoliu a teoria e muito da prática do Estado do bem-estar social, e fazer isso seria impensável do outro lado do canal.**

Na Europa continental, o Estado continuará a desempenhar um papel importante na vida pública por três motivos gerais. O primeiro é cultural. As pessoas esperam que o Estado — o governo, a administração, os órgãos executivos — tome a iniciativa, ou pelo menos recolha os destroços. Quando os franceses exigem que o governo reduza a carga horária de trabalho, institua salários

maiores, garanta o emprego, pague aposentadoria antecipada e crie empregos, podem ser irrealistas, mas não são irracionais. Em geral, não pressionam pela redução de impostos (em contraste com a obsessão política dos EUA pelos cortes de impostos). Eles reconhecem que os impostos altos são os meios pelos quais o Estado atende a essas expectativas, e realmente pagam muitos impostos, e por isso ficam ressentidos quando o Estado deixa de providenciar os bens sociais. Os alemães também esperam que o Estado garanta seu bem-estar. Embora, por razões históricas, eles se mostrem dispostos a identificar o bem-estar com união social e moeda estável, eles também esperam que o Estado desempenhe um papel ativo na manutenção da garantia de emprego, regulamentação comercial e administração da notável rede de assistência social estruturada por eles.

Mesmo na Itália, onde o Estado é fraco e muito mais vulnerável politicamente, ele desempenhou um papel crucial ao dar emprego, transferir pagamentos, auxiliar as regiões e montar um intrincado sistema de apoios, fatores que contribuíram enormemente para a estabilidade social de um país cuja unidade sempre foi questionada, e que sofreu crises políticas maiores e mais profundas do que a experiência anglo-americana poderia sonhar. Vamos fazer uma pergunta retórica: onde a Itália estaria hoje sem o serviço social imenso e ineficiente, sem serviços públicos inchados em pessoal, sem os sistemas disfuncionais e desacreditados que vinculam salários e preços, o esquema de pensões deficitário e a corrupta e maltratada Cassa per il Mezzogiorno, fundada em 1950 para canalizar recursos ao sul menos desenvolvido, e que logo se transformou em terreno fértil para o clientelismo político e parceiros de negócios do governo Democrata-Cristão?

O Estado italiano não esteve entre a Itália que vemos hoje e um hipotético milagre italiano imaginado pelos neoliberais, e sim entre a Itália do pós-guerra e o colapso

político. Isso não se deu somente porque, caso contrário, o país enfrentaria conflitos sociais e disparidades regionais insuperáveis, e sim por causa da frustração inadmissível das expectativas culturais italianas de longa data — que o Estado deve fazer o que a sociedade e a economia, deixados à sua própria sorte, não conseguem fazer. Em sociedades instáveis e fragmentadas, o Estado é com frequência o único meio para garantir um certo nível de estabilidade e coerência. A alternativa histórica para casos similares tem sido o governo militar e, para felicidade da Itália e da Europa, *esta* via não tem sido trilhada frequentemente, na história recente.

Assim, embora o Estado tenha sido atacado no passado europeu imediato, pouca fé se perdeu na importância das coisas que ele pode fazer, quando conduzido adequadamente. Só o Estado tem condições de prover serviços e condições graças aos quais seus cidadãos podem aspirar a levar uma vida boa e satisfatória. Essas condições variam conforme a cultura: talvez enfatizem a paz interna, a solidariedade com os menos afortunados, equipamentos públicos para a infraestrutura ou até para a alta cultura, amenidades ambientais, serviços de saúde gratuitos e muito mais. Admite-se amplamente que nenhuma dessas facilidades esteja disponível em sua apresentação ideal, mas neste caso também só o Estado pode arbitrar com razoável imparcialidade as exigências, interesses e bens em disputa. Mais importante, só o Estado pode representar um consenso compartilhado a respeito de quais bens são dispensáveis e podem ser obtidos apenas na prosperidade, e quais são básicos e precisam ser oferecidos a todos em quaisquer circunstâncias.

Essas são coisas que o mercado — e tampouco o mercado global — não pode fazer. Paradoxalmente, a ideia de um Estado ativo hoje representa um reconhecimento dos *limites* da iniciativa humana, em contraste com as ambições utópicas ufanistas de tempos recentes: uma vez que nem

tudo pode ser feito, precisamos selecionar o que é mais desejável ou importante entre as possibilidades. A idealização do mercado, com o pressuposto decorrente de que tudo em princípio é possível, com as forças do mercado a determinar quais possibilidades se realizarão, é a mais recente (se não for a última) ilusão modernista: a de que vivemos num mundo de infinito potencial, e que somos os senhores de nosso destino (embora dependendo simultaneamente do desfecho imprevisível de forças sobre as quais não temos controle). Proponentes do Estado intervencionista são mais modestos e contidos. Eles preferem escolher entre possíveis desfechos do que deixar o resultado por conta do acaso, no mínimo por haver algo intuitiva e incomodamente insensível em deixar certo tipo de bens, serviços e oportunidades na vida por conta do destino.

O segundo motivo para preservar o Estado hoje é pragmático, ou talvez a prudência, pois os mercados globais existem *sim*, o capital e os ativos voam pelo mundo; muito do que acontece na vida das pessoas atualmente migrou de seu controle para o controle dos governantes, e mais do que nunca aumentou a necessidade de contar com instituições intermediárias que possibilitam a vida civilizada normal em comunidades e sociedades. Estamos acostumados a entender este ponto quando é relacionado à necessidade de organizações voluntárias, estruturas comunitárias, exercícios de autonomia em pequena escala na vida pública e temas municipais de interesse comum, como segurança, ambiente, educação, cultura. E entendemos, ou pensamos entender, a importância de instituições intermediárias quando estudamos regimes totalitaristas e notamos a importância que o governo dá à *destruição* de tudo que se interpõe entre o sujeito anômico e o Estado monopolista.

Deixamos, contudo, de compreender que *o próprio Estado agora também é uma instituição intermediária*, na véspera do século XXI. Quando a economia, com as forças e padrões

de comportamento que a acompanham, se torna realmente internacional, a única instituição que pode se interpor efetivamente entre essas forças e o indivíduo desprotegido é o Estado nacional. Tais estados são a única força capaz de se posicionar entre seus cidadãos e a capacidade irrestrita, ilegítima e não representativa dos mercados, a administração supranacional insensível e impassível, e os processos desregulados sobre os quais os indivíduos e comunidades não têm controle. O Estado é a unidade maior na qual, por hábito e convenção, homens e mulheres sentem que têm direitos e que é, ou parece ser, sensível a seus interesses e desejos.

Finalmente, a necessidade de uma democracia representativa — que possibilita a um grande número de pessoas viverem juntas a partir de um certo nível de consenso enquanto retêm algum controle sobre seu destino coletivo — é também o melhor argumento para o Estado tradicional. Na verdade, os dois estão condenados a viver ou morrer juntos. As escolhas políticas sempre serão feitas, pois a política, como atividade antitética, é a forma adequada pela qual diferentes preferências coletivas se manifestam em sociedades abertas. E, como o Estado é o único fórum no qual a política pode ser praticada — algo que se torna óbvio assim que vislumbramos as opções —, é tão imprudente quanto irrealista buscar a redução ou superação do Estado. Uma vez que o fluxo livre de capitais ameaça a autoridade soberana dos Estados democráticos, precisamos fortalecê-los e não nos rendermos ao canto da sereia do mercado internacional, da sociedade global ou das comunidades transnacionais. Isso é o que muitos consideram errado no projeto europeu, e seria o problema em atribuir a iniciativa de formulação das políticas às forças do mercado global.

Assim como a democracia política é tudo que existe entre os indivíduos e o governo dominante, o Estado regulatório e previdenciário é tudo que se interpõe entre os cidadãos e as

forças imprevisíveis da mudança econômica. Longe de ser um impedimento ao progresso, o Estado recalcitrante, personificando as expectativas e exigências de seus cidadãos, é a única salvaguarda ao progresso, até o momento. Sejam quais forem os avanços da legislação social sobre condições e horas de trabalho, educação, disseminação da cultura, assistência médica, ambiente, seguro contra falta de habitação, desemprego e idade, além da redistribuição limitada da riqueza, são todos vulneráveis e politicamente contingentes. Não há lei histórica que diga que eles não possam um dia serem desfeitos. O que vale para o avanço social vale para a liberdade política: precisamos sempre afastar as ameaças ao que já foi conseguido, em vez de presumir que esses avanços fazem parte de uma herança segura e inatacável.

Ademais, não está nos interesses dos defensores das forças do mercado global o desmantelamento do Estado previdenciário. Mercados desregulados recaem frequentemente na ilegitimidade, como indicam numerosos exemplos históricos. Tidos como injustos, eles se tornam disfuncionais e acabam rejeitados até mesmo por quem lucra com seu funcionamento sereno. A estabilidade política e social, afinal, também é uma variável econômica importante, e nas culturas políticas onde o Estado previdenciário é a condição para a paz social ele se torna localmente um ativo *econômico* crucial, seja qual for seu comportamento econômico real. Isso ocorre porque “o mercado” vem funcionando bem, embora de modos diferentes, em situações tão distintas quanto a Escandinávia social-democrata, a Itália democrata-cristã, a Alemanha social-democrata e a França, um Estado previdenciário.

OS PERDEDORES NA ECONOMIA atual têm o maior interesse e necessidade do Estado, no mínimo por não conseguirem imaginar facilmente o transporte de suas pessoas e sua

força de trabalho para outro lugar. Como a esquerda política, por convenção e afinidade eletiva, é a mais motivada para obter o apoio deste eleitorado (sendo bom que o façam, para evitarmos uma repetição seletiva dos anos 1930), as aflições atuais da esquerda europeia são mais do que uma preocupação passageira. E elas são sérias. Desde o final do século XVIII a esquerda de Europa, sob seus diversos rótulos, tem sido a condutora de um projeto. Qualquer que fosse este projeto — a marcha do progresso, a preparação da revolução ou a causa de determinada classe —, ele sempre invocou o processo histórico, e a própria história, a seu favor. Desde o declínio do proletariado industrial, e mais intensamente a partir do final da União Soviética, a esquerda ocidental deixou de ser atuante, perdendo seu projeto e até sua história — a “narrativa principal” dentro da qual todos os empreendimentos radicais em última análise se baseiam, e que dava sentido a seus programas e explicava seus revezes.

Isso é evidente no caso dos comunistas, mas não é um impedimento menos sério para a social-democracia moderada. Sem uma classe trabalhadora, sem um objetivo revolucionário de longo prazo, por mais benigna e não violenta na prática, sem qualquer razão particular para supor que *dará* certo e sem uma base transcendente para acreditar que *merece* dar certo, a social-democracia de hoje é exatamente o que seus fundadores do século XIX temiam que se tornasse caso abandonasse seus pressupostos ideológicos e seu compromisso de classe: a ala avançada do liberalismo de mercado reformista. Atualmente, bem quando se livrou com a morte do comunismo da incapacitante penhora das expectativas revolucionárias, ficará a esquerda europeia reduzida a defender os ganhos setoriais conquistados arduamente, enquanto olha nervosa e ressentida para um futuro que não compreende e para o qual não tem receita?

A reconciliação entre a esquerda europeia e o capitalismo ainda é recente e chegou tardiamente. Vale lembrar que ainda recentemente, em 1981, o Partido Socialista de François Mitterrand chegou ao poder com a promessa e a expectativa de um *grand soir*: uma transformação anticapitalista radical e irreversível. E qualquer um que supõe que isso tenha sido uma aberração peculiar e tipicamente francesa deve reler o manifesto eleitoral do Partido Trabalhista britânico em 1983 — o “bilhete suicida mais longo da história”, na frase feliz de Gerald Kaufman, membro trabalhista do parlamento. Mas hoje a esquerda não está mais algemada a políticas irrelevantes, ineficazes ou impopulares. Pelo contrário, o tipo de sociedade que os socialistas franceses, suecos, italianos e mesmo alemães dizem buscar é um reflexo bem preciso das preferências gerais da maioria dos cidadãos de seus países.

O problema real enfrentado pelos socialistas europeus (uso o termo por pura conveniência descritiva, uma vez que hoje está despido de qualquer carga ideológica) não está em suas preferências políticas individualmente consideradas. A criação de empregos, uma Europa mais “social”, investimento em infraestrutura pública, reformas educacionais e similares são louváveis e aceitas sem controvérsia. Mas nada une essas políticas e propostas, criando uma narrativa política ou moral comum. A esquerda não possui uma ideia do que seu sucesso político significaria, se fosse realizado; não possui uma visão articulada do que seria uma sociedade boa, ou mesmo melhor. Na ausência de tal visão, ser de esquerda significa simplesmente estar num estado de protesto permanente. E como o protesto mais frequente é contra os danos causados pelas mudanças aceleradas, ser de esquerda é ser *conservador*.

A curta história de sucesso da social-democracia europeia e do trabalhismo britânico nos últimos cinquenta anos pode ser considerada, em retrospecto, como dependente das

mesmas circunstâncias fortuitas dos Estados de bem-estar social que ajudaram a criar. Agora a esquerda quer preservar suas posições e ganhos setoriais duramente conquistados. Ao defender esses direitos adquiridos e apoiar quem os defende — como os engenheiros ferroviários e motoristas de caminhão da França, que exigem aposentadoria plena aos 55 ou mesmo 50 anos —, a esquerda (e por vezes a direita) na França, Alemanha, Espanha e outros lugares confunde-se e ganha descrédito em si e em sua postura, por falhar em escolher entre duas alegações que são, em última análise, incompatíveis. Não se trata tanto de lutar a batalha ideológica contra a insensibilidade neoliberal quanto da busca de conservar privilégios em nome do conjunto mais abrangente possível de eleitores bem organizados, ansiosos com a perspectiva de redução de salários e serviços públicos.

Este paradoxo, se for isso, não chega a ser original. A esquerda com frequência foi *socialmente* conservadora — notadamente durante a Revolução Francesa, quando alguns de seus momentos mais radicais ocorreram durante a luta dos artesãos para preservar direitos e privilégios adquiridos, e novamente durante o início da Revolução Industrial. Sindicatos, principalmente das categorias qualificadas, sempre foram instintivamente conservadores — mesmo quando apoiavam soluções políticas radicais. Mas a postura deles não convence e, dada a impossibilidade de evitar *algumas* mudanças perturbadoras com o passar dos anos, é também leviana.

Nessas circunstâncias, a perigosa ilusão de um centro radical ou uma “terceira via” ganhou espaço. Como o slogan dos socialistas franceses em 1997, “Changeons d’avenir” (“Vamos mudar o futuro”), o “centrismo radical” de Tony Blair é uma lata vazia a retinir ruidosa e jactante no espaço desocupado da discussão política na Europa. Contudo, os clichês da esquerda francesa são familiares, enquanto os do Novo Trabalhismo constituem novidade, à primeira vista.

Claro, há vantagens políticas em estar no centro. Em tempos normais, é ali que os votos decisivos são obtidos, em qualquer sistema representativo binário. Mas, se os tempos se tornarem um pouco menos normais, como parece provável, o centro será rapidamente evacuado em prol de opiniões mais extremadas. No momento, o blairismo consiste no deslocamento bem-sucedido da antiga esquerda desacreditada para a ascensão do que poderia ser chamado de centro *bien-sentant*: políticas de boa vontade, no qual as posturas econômicas de Thatcher, ligeiramente retocadas, são somadas a ajustes sociais adequadamente bem-intencionados, emprestados à vizinha tradição liberal. Desta forma o peso do realismo insensível é evitado, sem necessidade de imaginar alternativas.

Trata-se de uma solução tentadora, mas ilusória. Como a linguagem do “e se” e da “sociedade civil” da oposição tcheca, polonesa e húngara, nos anos 1980, é uma arma útil e eficiente na luta contra governos insensíveis ou autoritários. Uma vez que esses governos tenham sido derrubados ou derrotados, os moralmente irrepreensíveis advogados da antipolítica se confrontam com escolhas políticas para as quais sua experiência anterior não os preparou. Eles precisam transigir — e perder credibilidade — ou deixar a vida pública. Durante a maior parte do século passado, a esquerda europeia conseguiu fazer as duas coisas. Se conseguirá no futuro se sair melhor, evitando a repetição do padrão histórico de resgatar moralmente o fracasso, ela deve retornar à prancheta e se fazer algumas questões: que tipo de avanço social é desejável e imaginável na presente configuração internacional? Que tipo de política econômica teórica é necessária para atingir este objetivo? E que tipo de argumento será suficientemente convincente para levar as pessoas a votarem pela implementação de tais políticas?

O fato de a esquerda estar no governo de grande parte da Europa hoje é irrelevante para essas exigências. Muitos

dos socialistas que hoje governam (na França, Grã-Bretanha e Itália, por exemplo) chegaram ao poder graças ao colapso ou divergências na direita local. Na Grã-Bretanha e na França, um sistema de representação proporcional teria privado os atuais trabalhistas e socialistas de sua maioria parlamentar, nas eleições de 1997. Neste sentido, eles são governos minoritários sem mandatos ou política de longo prazo, cujo maior trunfo é a promessa de desfazer alguns dos danos causados pelo governo anterior, simplesmente fazendo algo diferente. Eles não serão reeleitos indefinidamente se falharem na formulação de uma política melhor do que a praticada no presente.

Para começar, a esquerda pode querer transformar em virtude a necessidade de abandonar o projeto pelo qual viveu e morreu neste século. A história é mais do que a história da luta de classes, e é hoje claramente periférica para um número cada vez maior de pessoas a identidade econômica dos agentes sociais que era tão importante para os teóricos sociais do século XIX — de quem continuamos sendo herdeiros sobrecarregados. O desaparecimento do trabalho — algo que os utopistas do século XIX só podiam sonhar! — é uma crise, mas também uma oportunidade de repensar a política social. Alguns membros da esquerda europeia se vincularam com bastante eficácia à ideia de proteger os *exclus*: mas continuam pensando neles da mesma forma — como excluídos da norma, que segue sendo a dos trabalhadores socialmente integrados, com emprego em período integral e salário. É preciso entender que homens e mulheres com empregos precários, imigrantes com direitos civis parciais, jovens sem perspectivas de trabalho de longo prazo, o número crescente de sem-teto e moradores de habitações precárias, não são um problema marginal a ser estudado e resolvido, pois representam algo terrivelmente fundamental.

Portanto, deve haver um papel para o Estado na incorporação das consequências sociais da mudança

econômica, e não será de mera provisão do mínimo alívio compensatório. Isso tem duas implicações. Dado o alcance limitado das iniciativas de formulação de políticas nas questões monetárias e fiscais hoje disponíveis a um dado governo, o controle ou regulamentação da produção em todas as suas formas modernas não é apenas indesejável, como também impossível. Mas isso não quer dizer que devemos livrar o Estado de *todos* os controles econômicos. O Estado não pode administrar uma fábrica de automóveis nem inventar microchips, mas só ele tem o incentivo e a capacidade de organizar a saúde, educação, transporte e serviços recreativos. Faz parte do interesse social contar com um setor *privado* produtivo e dinâmico. Mas ele deve fornecer os meios para um setor *público* dinâmico e produtivo nas áreas em que o Estado está melhor equipado para prestar o serviço, ou em que a eficiência econômica não é o critério de desempenho mais apropriado.

O nível de envolvimento estatal adequado na vida de uma comunidade não pode mais ser determinado por uma teoria hipotética. Não sabemos o grau de regulamentação, de propriedade pública ou o monopólio de distribuição apropriados em termos abrangentes, apenas sabemos o que dá certo, ou o que é exigido em cada caso. Os mecanismos de intervenção herdados que foram apropriados na época decisória, mas que se tornaram depois anacrônicos, como subsídios para produtos agropecuários ou aposentadoria antecipada com pagamento integral a funcionários públicos, são indefensáveis, acima de tudo por inibirem o crescimento exigido para a criação de benefícios realmente necessários. Por sua vez, reduções no envolvimento do Estado na provisão de moradia, serviços médicos ou assistência familiar — cortes que pareciam fazer sentido ideológico, demográfico e econômico quando foram introduzidos nos anos 1970 e 1980, agora parecem perigosos elementos de divisão social, pois quem deles necessita não tem acesso a qualquer outro recurso.

O Estado moderno ainda tem muito a dizer a respeito do modo como o crescimento econômico gerado pela iniciativa privada pode ser bem distribuído coletivamente, ao menos em nível local. Se a esquerda souber argumentar de forma convincente que estabeleceu um conjunto de princípios gerais para guiar suas escolhas na distribuição de recursos e serviços, e puder mostrar que esses princípios não são meras defesas obstinadas do *status quo*, aproveitando elaborações anteriores na medida do possível, terá feito um progresso considerável. Seria necessário mostrar que compreendeu o fato de que alguns precisam perder para que todos ganhem; que o desejo de suspender a capacidade de intervenção do Estado não é incompatível com o reconhecimento da necessidade dolorosa de reconsiderar os objetos de tal intervenção; que tanto a “regulamentação” quanto a “desregulamentação” são moralmente neutras quando consideradas isoladamente. Do jeito que as coisas estão hoje, a esquerda continental apenas registra seu desconforto (e o de seus eleitores) com a perspectiva de reorganizar o tecido social; enquanto o Novo Trabalhismo britânico se agarra ao poder com a promessa falida de que, nesses assuntos delicados, não tem preferências (impopulares) de nenhum tipo.

A reconsideração dos princípios é notoriamente difícil, e é uma infelicidade, embora não de todo acidental, que a esquerda seja confrontada com a necessidade de reimaginar inteiramente sua forma de pensar em circunstâncias econômicas pouco propícias. Mas não existe um bom momento para pensamentos inoportunos. Por alguns anos ainda, o principal fardo sobre o governo de qualquer comunidade nacional bem administrada será garantir que seus membros vítimas das transformações econômicas sobre as quais o governo pode exercer um controle apenas limitado tenham mesmo assim vidas decentes, principalmente se tal vida não contiver mais as expectativas de emprego produtivo, remunerado e estável;

que o resto da comunidade seja levado a reconhecer seu dever de compartilhar esta carga; e que o crescimento econômico exigido para sustentar esta responsabilidade não seja inibido pelos fins para os quais está sendo aplicado. Isso é tarefa para o Estado: e *isso* é duro de aceitar, pois o desejo de colocar o máximo possível de restrições sobre a capacidade de intervenção do Estado tornou-se o cavalo de batalha de nossa época.

Conseqüentemente, a tarefa da esquerda na Europa, nos próximos anos, será reconstruir o argumento em prol de um Estado ativo, mostrando por que a lição para o século XXI *não* é que devemos retornar ao século XIX, na medida do possível. Para tanto, a esquerda precisa se reconciliar com sua própria parcela de responsabilidade pelos pecados do século que acaba de terminar. Afinal de contas, não faz tanto tempo assim que os social-democratas alemães recusaram-se a falar mal da falecida e não pranteada República Democrática Alemã, e ainda há socialistas franceses e britânicos que consideram doloroso reconhecer sua antiga simpatia pelo projeto soviético exatamente em suas formas mais autoidolatradas. Contudo, até que a esquerda europeia reconheça sua propensão passada pelo poder, em detrimento da liberdade, ver virtude em todo e qualquer ato de uma autoridade central “progressista”, sempre estará chegando ao futuro de marcha a ré, de maneira desanimada e envergonhada: defendendo o Estado, e pedindo desculpas por ele ao mesmo tempo.

Até e a não ser que isso mude, os eleitores de Longwy e Sarrebourg, como seus equivalentes na Áustria, Itália e Bélgica (para não falar dos países mais a leste), continuarão tentados a ouvir outras vozes, perderão o receio de invocar o Estado-nação e o “nacional-capitalismo” como fórum de ação redentora. Por que temos tanta certeza de que a extrema-direita política ficou para trás para sempre — ou mesmo a esquerda? As reformas sociais do pós-guerra na Europa foram instituídas em larga medida como uma

barreira ao retorno do tipo de desespero e descontentamento dos quais teriam surgido essas opções extremistas. A extinção parcial dessas reformas sociais, seja quais forem os motivos, não é destituída de riscos. Como bem o sabiam os grandes reformadores do século XIX, a Questão Social, se for deixada de lado, não desaparece gradualmente. Em vez disso, ela sai em busca de respostas mais radicais.

Este ensaio foi publicado originalmente em 1997, na Foreign Affairs, a convite de Fareed Zakaria, então seu diretor executivo. Ele me pediu para citar problemas ou consequências das questões internacionais que teriam importância nos anos seguintes. Optei por discutir a nova “questão social” da pobreza, desemprego e exclusão social, bem como a incapacidade da esquerda política em reavaliar sua resposta a estes e outros dilemas da globalização. Nada do que ocorreu nos dez anos seguintes me levou a moderar meus lúgubres prognósticos — muito pelo contrário.

* Sobre esses conceitos, devo agradecer ao sociólogo Georg Vobruba, da Universidade de Leipzig, que realizou estudos importantes sobre o impacto das diversas políticas de seguro-desemprego para a força de trabalho pós-industrial. Ver, por exemplo, “Social Policy for Europe”, em *The Social Quality of Europe*, orgs. Wolfgang Beck, Laurent van der Maesen e Alan Walker (Boston: Kluwer Law International, 1997), p.105-20.

** Além disso, nas palavras de John Gray, “o neoliberalismo na Grã-Bretanha revelou-se um projeto autolimitado” *Endgames* (Cambridge: Polity Press, 1997), p.3.

Créditos das Publicações

Os ensaios deste livro foram inicialmente publicados nos seguintes veículos:

Capítulo I — “Arthur Koestler, o intelectual exemplar”, em *The New Republic*, janeiro de 2000.

Capítulo II — “As verdades elementares de Primo Levi”, em *The New York Review of Books*, 20 de maio de 1999.

Capítulo III — “A Europa judaica de Manès Sperber”, em *The New Republic*, 1º de abril de 1996.

Capítulo IV — “Hannah Arendt e o mal”, em *The New York Review of Books*, 6 de abril de 1995.

Capítulo V — “Albert Camus: ‘O melhor homem da França’”, em *The New York Review of Books*, 6 de outubro de 1994.

Capítulo VI — “Elucubrações: O ‘marxismo’ de Louis Althusser”, em *The New Republic*, 7 de março de 1994.

Capítulo VII — “Eric Hobsbawm e o romance do comunismo”, em *The New York Review of Books*, 20 de novembro de 2003.

Capítulo VIII — “Adeus a tudo isso? Leszek Kołakowski e o legado marxista”, em *The New York Review of Books*, 21 de setembro de 2006.

Capítulo IX — “Um ‘papa de ideias’? João Paulo II e o mundo moderno”, em *The New York Review of Books*, 31 de outubro de 1996.

Capítulo X — “Edward Said: o cosmopolita desarraigado”, em *The Nation*, 19 de julho de 2004.

Capítulo XI — “A catástrofe: a queda da França, 1940”, em *The New York Review of Books*, 22 de fevereiro de 2001.

Capítulo XII — “Em busca do tempo perdido: A França e seus passados”, em *The New York Review of Books*, 3 de dezembro de 1998.

- Capítulo XIII — “O anão de jardim: Tony Blair e a ‘herança’ britânica”, em *The New York Review of Books*, 19 de julho de 2001.
- Capítulo XIV — “O Estado desestatizado: a importância da Bélgica”, em *The New York Review of Books*, 2 de dezembro de 1999.
- Capítulo XV — “A Romênia entre a História e a Europa”, em *The New York Review of Books*, 1º de novembro de 2001.
- Capítulo XVI — “Vitória amarga: A Guerra dos Seis Dias de Israel”, em *The New Republic*, 29 de julho de 2002.
- Capítulo XVII — “O país que não queria crescer”, em *Haaretz*, 5 de maio de 2006.
- Capítulo XVIII — “Uma tragédia americana? O caso de Whittaker Chambers”, em *The New Republic*, 14 de abril de 1997.
- Capítulo XIX — “A crise: Kennedy, Kruschev e Cuba”, em *The New York Review of Books*, 15 de janeiro de 1998.
- Capítulo XX — “O ilusionista: Henry Kissinger e a política externa americana”, em *The New York Review of Books*, 13 de agosto de 1998.
- Capítulo XXI — “De quem é esta história? A Guerra Fria em retrospecto”, em *The New York Review of Books*, 23 de março de 2006.
- Capítulo XXII — “O silêncio dos inocentes: sobre a estranha morte da América liberal”, em *The London Review of Books*, 21 de setembro de 2006.
- Capítulo XXIII — “A boa sociedade: Europa x América”, em *The New York Review of Books*, 10 de fevereiro de 2005.
- Epílogo — “A questão social revisitada”, em *Foreign Affairs*, setembro/outubro de 1997